



# **PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA**

**BASES DE UMA POLÍTICA INTEGRADA DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA A  
FAIXA DE FRONTEIRA**



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

**Proposta de Reestruturação do  
Programa de Desenvolvimento da  
Faixa de Fronteira**

**Bases de uma Política Integrada de  
Desenvolvimento Regional para a  
Faixa de Fronteira**



**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
**Presidente da República**

**CIRO GOMES**  
**Ministro da Integração Nacional**

**MÁRCIO ARAÚJO DE LACERDA**  
**Secretário Executivo**

**CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA**  
**Secretário de Programas Regionais**

**ANTÔNIO CARLOS FILGUEIRA GALVÃO**  
**Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional**

**ATHOS MAGNO COSTA E SILVA**  
**Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste**

**HYPÉRIDES PEREIRA DE MACEDO**  
**Secretário de Infra-Estrutura Hídrica**

**JORGE DO CARMO PIMENTEL**  
**Secretário Nacional de Defesa Civil**

**DJALMA BEZERRA MELLO**  
**Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia**

# Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Bases de uma Política Integrada de  
Desenvolvimento Regional para a  
Faixa de Fronteira

## *Coordenação Institucional*

**Ministério da Integração Nacional**  
**Secretaria de Programas Regionais**

**Carlos Augusto Grabois Gadelha**  
Secretário

**Hildegardo de Figueiredo Nunes**  
Diretor

**Rogério Oliveira de Castro Vieira**  
Diretor

**Laís Costa**  
Gerente-Executiva do Programa

## *Assessoria Especial*

**Egídio Serpa**  
Assessor Especial do Ministro

**Bruno Cobuccio**  
Assessor Internacional do Ministro

## **Colaboradores**

*Rodrigo Machado Malaspina, Michelline Carmo Lins, Overlane Márcia Medeiros de Almeida, Ana Cláudia Batista de Oliveira, Hélio Fábio Soares Barros, Sebastião Rodrigues Neto, Cláudia Moraes Mendes, Viviane de Faria, José Américo Costa Ferreira Júnior.*

## *Equipe Responsável pela Pesquisa*

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**  
**Grupo Retis - Departamento de Geografia**

**Lia Osorio Machado**  
Coordenadora Geral da Pesquisa

**Letícia Parente Ribeiro**

**Paulo Peiter**

**Rebeca Steiman**

**Murilo Cardoso de Castro**

**André Reyes Novaes**  
Pesquisadores

## *Pesquisador Associado*

**Rogério Haesbaert**  
Universidade Federal Fluminense

## **Colaboradores**

*Cristiane da Motta Adiala, Pedro Fernandes Neto, Flávia Lins de Barros, Bruno Paixão Leite, Rodrigo Gonçalves Martins, Ricardo Luigi, Maurício Martins, no Rio de Janeiro; Frederico Valente (IGP/MS), Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS), em Mato Grosso do Sul.*



**IICA - Instituto Interamericano de Cooperação  
para a Agricultura**

Agência de Cooperação Técnica do Brasil  
SHIS QI 5, Conjunto 9, Bloco D, Comércio Local  
CEP 71615-090 - Brasília/DF - Brasil

[www.iica.org.br](http://www.iica.org.br)

**Ministério da Integração Nacional  
Secretaria de Programas Regionais**

SAS Quadra 6, Edifício Órgãos Centrais,  
Bloco O – 2º andar – Gabinete SPR  
CEP 70070-912 – Brasília/DF – Brasil

[www.integracao.gov.br](http://www.integracao.gov.br)

*Diagramação e Arte-final*

**Cleudson Nogueira Dias  
Morganna Mendes**

*Revisão Final*

**Rudolf de Noronha**

©2005. Ministério da Integração Nacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. As opiniões expressas no documento não refletem necessariamente a visão do Ministério da Integração Nacional sobre o tema faixa de fronteira, sendo as mesmas de inteira responsabilidade dos pesquisadores.

Tiragem: 2000 exemplares

**Ficha catalográfica:**

Brasil. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

1. Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. 2. Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. 3. Interações com países vizinhos. 4. Desenvolvimento Regional e Integração Sul-Americana. I. Lia Osorio Machado. II. Título. III. Grupo Retis – UFRJ. IV. Ministério da Integração Nacional.

## **A REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA FAIXA DE FRONTEIRA: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA**

O Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem adotado uma estratégia de maior fôlego, de caráter estrutural, que representa a retomada do planejamento estratégico em nosso País e do papel do Estado como agente de coordenação do desenvolvimento. Neste contexto, o Governo Federal tem dado clara prioridade tanto ao desenvolvimento regional quanto à integração da América do Sul.

A diretriz de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira insere-se nesta orientação estratégica. Até recentemente, o Programa caracterizava-se pela presença de projetos desarticulados e fragmentados, movidos por uma lógica assistencialista, sem qualquer planejamento ou orientação programática, resultando na dispersão dos escassos recursos públicos, sem ter impactos na geração de emprego e renda, na organização da sociedade civil e na estruturação das atividades produtivas. Do ponto de vista das relações internacionais, a concepção anterior do Programa colocava toda a ênfase na idéia da fronteira como peça fundamental da defesa nacional e da imposição de barreiras às ameaças externas, implicando, de fato, a imposição de limites nas relações com os países vizinhos.

Uma análise criteriosa da região de fronteira – que representa 27% do território nacional, onde residem cerca de dez milhões de brasileiros – demonstra que as ameaças ao Estado residem, isto sim, no progressivo esgarçamento do tecido social, na miséria que condena importantes segmentos da população ao não exercício de uma cidadania plena, no desafio cotidiano perpetrado pelo crime organizado e na falta de integração com os países vizinhos. Estas são as principais ameaças presentes na Faixa de Fronteira, que colocam o desenvolvimento regional como estratégia prioritária para a soberania brasileira e a integração continental.

Este é o marco contemporâneo que impõe os grandes desafios norteadores do novo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, representando uma mudança profunda de valores, de estratégias e de formas de atuação.

O trabalho que ora apresentamos – um vigoroso e atualizado esforço de caracterização econômica, cultural e institucional da região de fronteira – foi elaborado por um grupo de pesquisadores dos mais qualificados do País, sob a liderança da professora Lia Osorio Machado. O trabalho seguiu orientação estratégica da Secretaria de Programas Regionais, do Ministério da Integração Nacional, que coordena o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira no âmbito do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2004-2207). Essa profícua interface entre a inteligência acadêmica e os requerimentos concretos de reestruturação do Programa produziu um resultado que alia o fôlego

acadêmico à visão objetiva e programática para subsidiar a política nacional para esta região estratégica do País.

A perspectiva desta publicação é oferecer às diversas instâncias governamentais e à sociedade brasileira uma base conceitual e uma agenda concreta de intervenção que permita superar a visão da fronteira como “espaço-problema” em favor de uma concepção que privilegia a região como um espaço pleno de oportunidades de desenvolvimento, de união com os nossos vizinhos e de valorização da cidadania. Afinal, é na fronteira que começa o Brasil e o Governo do presidente Lula tem um compromisso determinado com os cidadãos que nela residem e com o desenvolvimento solidário da América do Sul.

**Ciro Gomes**

Ministro de Estado da Integração Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>08</b>
<b>ANTECEDENTES</b> .....	<b>09</b>
<b>I – CONCEITOS E METODOLOGIA</b> .....	<b>17</b>
A. VETOR DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL .....	23
B. VETOR IDENTIDADE CULTURAL .....	33
C. METODOLOGIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO .....	46
<b>II – NOVA BASE TERRITORIAL PARA O PROGRAMA FAIXA DE FRONTEIRA</b> .....	<b>52</b>
A. AS TRÊS FRONTEIRAS .....	52
B. A ESCALA SUB-REGIONAL .....	63
<b>III – A ZONA DE FRONTEIRA: INTERAÇÕES COM OS PAÍSES VIZINHOS</b> .....	<b>144</b>
A. “ABRIR E FECHAR”: TIPOLOGIA DAS INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS .....	144
B. TIPOLOGIA DAS CIDADES-GÊMEAS .....	152
C. “NÓS” E OS “OUTROS”: IDENTIDADE CULTURAL .....	165
D. PROBLEMAS IDENTIFICADOS NA ZONA DE FRONTEIRA .....	169
<b>IV – AVALIAÇÃO DO MARCO LEGAL</b> .....	<b>174</b>
A. LEGISLAÇÃO VIGENTE .....	174
B. LEGISLAÇÃO PROPOSTA .....	181
C. ACORDOS BILATERAIS .....	185
<b>V. ESTUDOS DE CASO</b> .....	<b>198</b>
A. ALTO SOLIMÕES – FRONTEIRA BRASIL/COLÔMBIA/PERU .....	198
B. MATO GROSSO DO SUL – FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI .....	230
<b>VI. AGENDA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA</b> .....	<b>252</b>
<b>VII. AGENDA DE ALTO IMPACTO E CURTO PRAZO</b> .....	<b>255</b>
<b>BIBLIOGRAFIA SELECIONADA</b> .....	<b>257</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>259</b>
ANEXO I - MAPAS .....	260
ANEXO II - TABELA SÍNTESE .....	357
ANEXO III - MAPAS ÍNDICES .....	407

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é definir uma agenda global de diretrizes, estratégias e instrumentos de ação destinados à Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. A agenda tem como linhas condutoras o desenvolvimento econômico regional e a promoção da cidadania dos *povos da fronteira*, num momento em si estratégico de fortalecimento da integração sul-americana, como assumido pelo Governo Federal no Plano Brasil de Todos.

Não existe nenhum estudo semelhante ao aqui proposto. Da parceria entre a Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional<sup>1</sup> e a Universidade Federal do Rio de Janeiro resultou a iniciativa pioneira de sistematização e análise de informações concernentes à Faixa de Fronteira Internacional do Brasil, de modo a subsidiar políticas públicas em diversas escalas de ação governamental. Paralelamente, a proposição de indicadores econômicos e sociais pode subsidiar a iniciativa privada em futuras tomadas de decisão quanto à aplicação de investimentos, e as ações pela cidadania na região de fronteira.

O projeto de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira foi composto pela realização de quatro pesquisas visando conhecer a rica e complexa diversidade econômica e cultural da região. A primeira sobre a base produtiva e as identidades culturais regionais, a segunda sobre as interações com os países vizinhos, a terceira sobre as legislações direta ou indiretamente pertinentes ao território fronteiriço e, a quarta, com os agentes locais em duas áreas selecionadas, a Mesorregião do Alto Solimões no Amazonas, e o segmento de fronteira entre Brasil e Paraguai em Mato Grosso do Sul.

Os resultados alcançados nas diferentes etapas do projeto permitem traçar um quadro de como a população se relaciona com o território fronteiriço, explora suas riquezas econômicas e enfrenta desafios na realização de suas potencialidades, ficando claro a premência de se criar um *Estatuto da Fronteira* como marco regulatório para o desenvolvimento regional e a integração com os países limítrofes. Alguns dos caminhos para se chegar a esses objetivos desejados são apontados no presente documento.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sente-se amplamente gratificada por haver participado da reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira coordenado pelo Ministério da Integração Nacional.

---

<sup>1</sup> Em colaboração com a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste e a Agência de Desenvolvimento da Amazônia.

## ANTECEDENTES

### A Faixa de Fronteira

A Faixa de Fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 150 km de largura (Lei 6.634, de 2/5/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional. A largura da Faixa foi sendo modificada desde o Segundo Império (60 km) por sucessivas Constituições Federais (1934; 1937; 1946) até a atual, que ratificou sua largura em 150 km. A preocupação com a segurança nacional, de onde emana a criação de um território especial ao longo do limite internacional continental do país, embora legítima, não tem sido acompanhada de uma política pública sistemática que atenda às especificidades regionais, nem do ponto de vista econômico nem da cidadania fronteiriça. Motivos para isso não faltaram até o passado recente, como a baixa densidade demográfica, a vocação “atlântica” do país, as grandes distâncias e às dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios, entre outros.

### Novos Condicionantes da Ação Governamental

O momento atual apresenta novos condicionantes, que tornam imperativa a mudança de perspectiva do Estado nacional em relação à fronteira continental, perceptíveis em diversas escalas geográficas:

#### **Global**

- Mudança das condições técnico-tecnológicas (sistema global de telecomunicações) no campo da produção e troca de informações possibilitando o acesso dos povos da fronteira a centros de poder que não só o do Estado Nacional a que pertencem;

- proliferação de estratégias e planos de ação de organismos internacionais e empresas transnacionais, interferindo na pauta e nos meios disponíveis dos governos nacionais; e

- pressões internacionais sobre questões específicas (indígenas, ecologia, tráfico de ilícitos) que não estão cobertas pelos atuais sistemas de controle territorial dos Estados Nacionais.

### **Subcontinental**

- Implantação e desenvolvimento de agrupamentos funcionais dos estados-nações (MERCOSUL, Comunidade Andina) possibilitando a formulação de novo marco regulatório das interações entre os Estados, inclusive a criação de territórios especiais regido por normas bilaterais ou multilaterais;

- esforço, ainda em marcha lenta, de integração da malha rodoviária por parte de vários governos sul-americanos com objetivo de conectar a vertente do Atlântico à vertente do Pacífico;

- problema da intensificação do tráfico de armas e drogas ilícitas na Zona de Fronteira, com efeitos sobre os condicionantes do desenvolvimento econômico e social nas regiões subnacionais; e

- expansão de movimentos migratórios e pendulares na Zona de Fronteira que exigem tratamento bilateral ou multilateral.

### **Nacional**

- Ajuste das políticas públicas estatais à 'permeabilidade' das fronteiras;

- integração da Faixa de Fronteira às outras regiões do país por estar à frente do processo de integração sul-americana;

- promover a cidadania e o desenvolvimento regional como forma de combater o crescimento de diversos tipos de tráfico de ilícitos; e

- criar novos espaços de articulação entre os sistemas territoriais produtivos de áreas com povoamento consolidado e não-consolidado do país.

### **Subnacional**

- Sinais de insatisfação com o modelo tradicional de relações hierárquicas entre o estado/região (inferior) e o centro decisório nacional (superior), que na Faixa de Fronteira se expressa pela crítica ao desconhecimento dos efeitos na escala subnacional e local de decisões tomadas na esfera federal; e

- iniciativas dos estados federados em criar laços comerciais e culturais diretamente com o mercado global, obedecendo a pressões e estratégias de cunho regional, mas que são débeis e pouco articuladas quando se referem aos países vizinhos.

### **Local**

- Demanda por maior conhecimento do centro decisório nacional sobre as especificidades territoriais dos municípios de fronteira.

## **Situação Geográfica dos Municípios e da População da Faixa de Fronteira em Relação ao Limite Internacional**

Os 588 municípios da Faixa de Fronteira do Brasil apresentam situação geográfica distinta em relação à *linha* de fronteira. Grosso modo podem ser classificados em dois grandes grupos, os lindeiros e os não-lindeiros. No grupo dos municípios lindeiros existem três casos:

a) aqueles em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho (cidades-gêmeas);

b) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede não se situa no limite internacional; e

c) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede está fora da Faixa de Fronteira.

O grupo dos municípios não-lindeiros, ou seja, na retaguarda da faixa pode ser dividido em dois subgrupos:

a) aqueles com sede na Faixa de Fronteira; e

b) aqueles com sede fora da Faixa de Fronteira.

A Tabela 1 mostra que a maioria dos municípios nos três grandes Arcos (Norte, Central, Sul) se enquadra no grupo de municípios não-lindeiros com sede na Faixa de Fronteira, concentrando-se também nesse grupo a maior parte da população fronteiriça. Tal situação reflete a força integradora do espaço nacional em contraposição à debilidade das interações transfronteiriças.

Descendo ao nível dos Arcos, o grande tamanho dos municípios no Arco Norte (Amazônia) explica a mais alta proporção de municípios com sede fora da Faixa, assim como a intensa subdivisão da malha municipal no Arco Sul explica a inexistência de municípios nessa situação.

A relevância em termos de população do grupo de municípios lindeiros com sede na linha de fronteira não é grande. No entanto, sua relativa importância no Arco Sul e no Arco Central pode ser explicada pelo fato de abrigarem o maior número de cidades-gêmeas em toda a Faixa de Fronteira.



Unidade da Federação	Municípios limdeiros				Municípios não limdeiros				Total (%)		
	Com sede na linha de fronteira		Com sede dentro da faixa de fronteira		Com sede fora da faixa de fronteira		Com sede dentro da faixa de fronteira			Com sede fora da faixa de fronteira	
	Número (%)	População Total (%)	Número (%)	População Total (%)	Número (%)	População Total (%)	Número (%)	População Total (%)		Número (%)	População Total (%)
Arco Norte	14,0	9,2	28,2	17,2	12,7	16,6	18,3	39,0	26,8	17,9	100,0
Amapá	12,5	18,8	0,0	0,0	12,5	41,7	0,0	0,0	75,0	39,5	100,0
Pará	0,0	0,0	0,0	0,0	60,0	71,3	0,0	0,0	40,0	28,7	100,0
Roraima	20,0	6,9	40,0	16,6	0,0	0,0	40,0	76,5	0,0	0,0	100,0
Amazonas	14,3	17,5	9,5	9,9	14,3	15,4	9,5	8,9	52,4	48,3	100,0
Acre	13,6	6,4	54,5	30,5	9,1	6,4	22,7	56,7	0,0	0,0	100,0
Arco Central	13,2	14,3	10,1	9,1	2,0	16,4	51,5	39,0	23,2	21,2	100,0
Rondônia	11,1	6,4	14,8	7,3	7,4	43,9	37,0	22,3	29,6	20,1	100,0
Mato Grosso	0,0	0,0	14,3	29,5	0,0	0,0	60,7	34,8	25,0	35,7	100,0
Mato Grosso do Sul	22,7	27,7	4,5	1,4	0,0	0,0	54,5	55,4	18,2	15,5	100,0
Arco Sul	5,7	13,1	7,7	6,7	0,0	0,0	78,9	71,3	7,7	8,9	100,0
Paraná	6,5	16,9	5,8	4,1	0,0	0,0	78,4	72,8	9,4	6,2	100,0
Santa Catarina	1,2	1,9	11,0	7,7	0,0	0,0	82,9	80,3	4,9	10,1	100,0
Rio Grande do Sul	7,1	13,2	7,6	8,3	0,0	0,0	77,7	68,0	7,6	10,5	100,0

Fonte: IBGE - Cadastro de Municípios na Faixa de Fronteira, 2003; Censo Demográfico, 2000.  
Organização: Grupo Retis de Pesquisa - IGEO / UFRJ.

TABELA 1: SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO E DOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA EM RELAÇÃO AO LIMITE INTERNACIONAL - 2003

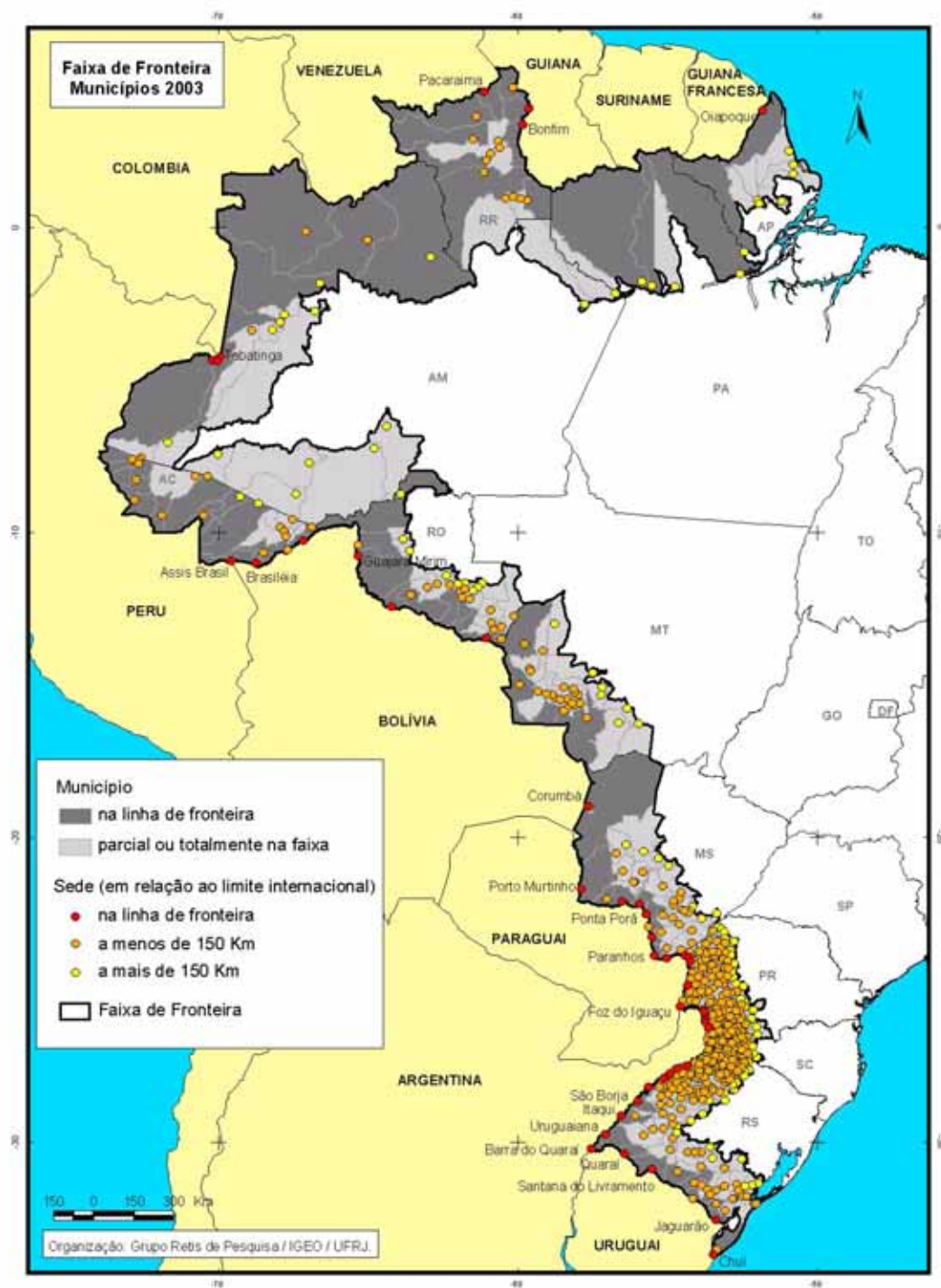


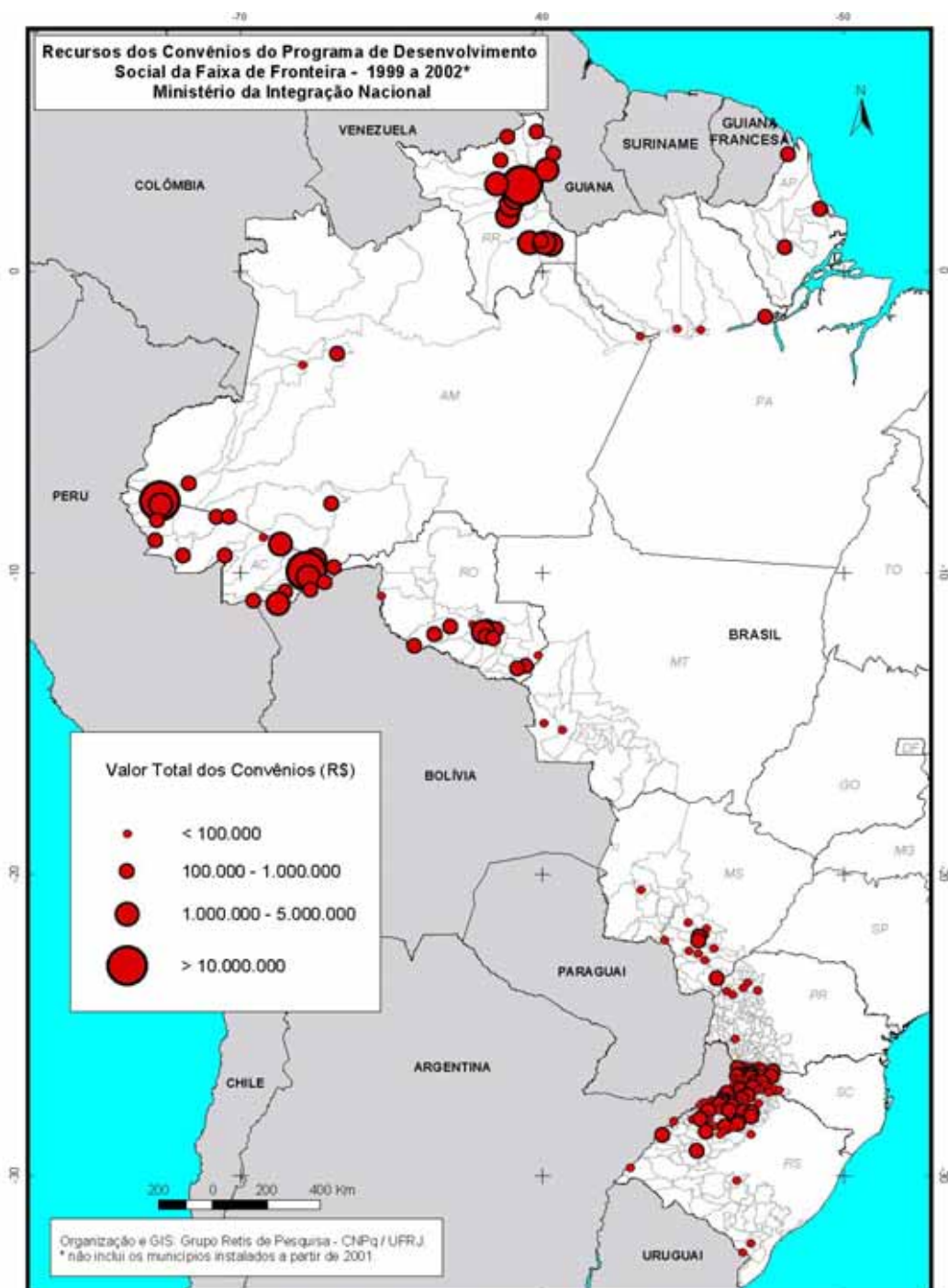
FIGURA 1: MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA - 2003

### **Problemas com o Programa Faixa de Fronteira do Governo Federal (1999-2002)**

O projeto atual nasceu de uma avaliação negativa por parte da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional (2003-2007) sobre os fundamentos e a funcionalidade do Programa Social da Faixa de Fronteira (1999-2002). Os recursos destinados ao Programa foram dispersos em uma série de pequenas obras e ações pontuais, por iniciativas do Poder Legislativo, sem diretrizes claras e sem consideração das diferenças sub-regionais da Faixa em termos de desenvolvimento econômico e cidadania fronteiriça.

As Figuras 2 e 3 mostram a distribuição espacial dos investimentos na Faixa de Fronteira entre 1999 e 2002 (Figura 2) e para o ano de 2002 (Figura 3), com a discriminação dos investimentos por tipo. Observa-se a concentração no Acre, Roraima e Noroeste do Rio Grande do Sul, sendo que a maior parte dos convênios foi destinada a infra-estrutura urbana e a um aglomerado de pequenas obras de vários tipos.

Entende-se, assim, a necessidade de reestruturar o Programa em seu fundamento territorial e estratégico.



**FIGURA 2: RECURSOS CONVENIADOS PELO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA - 1999 A 2002**

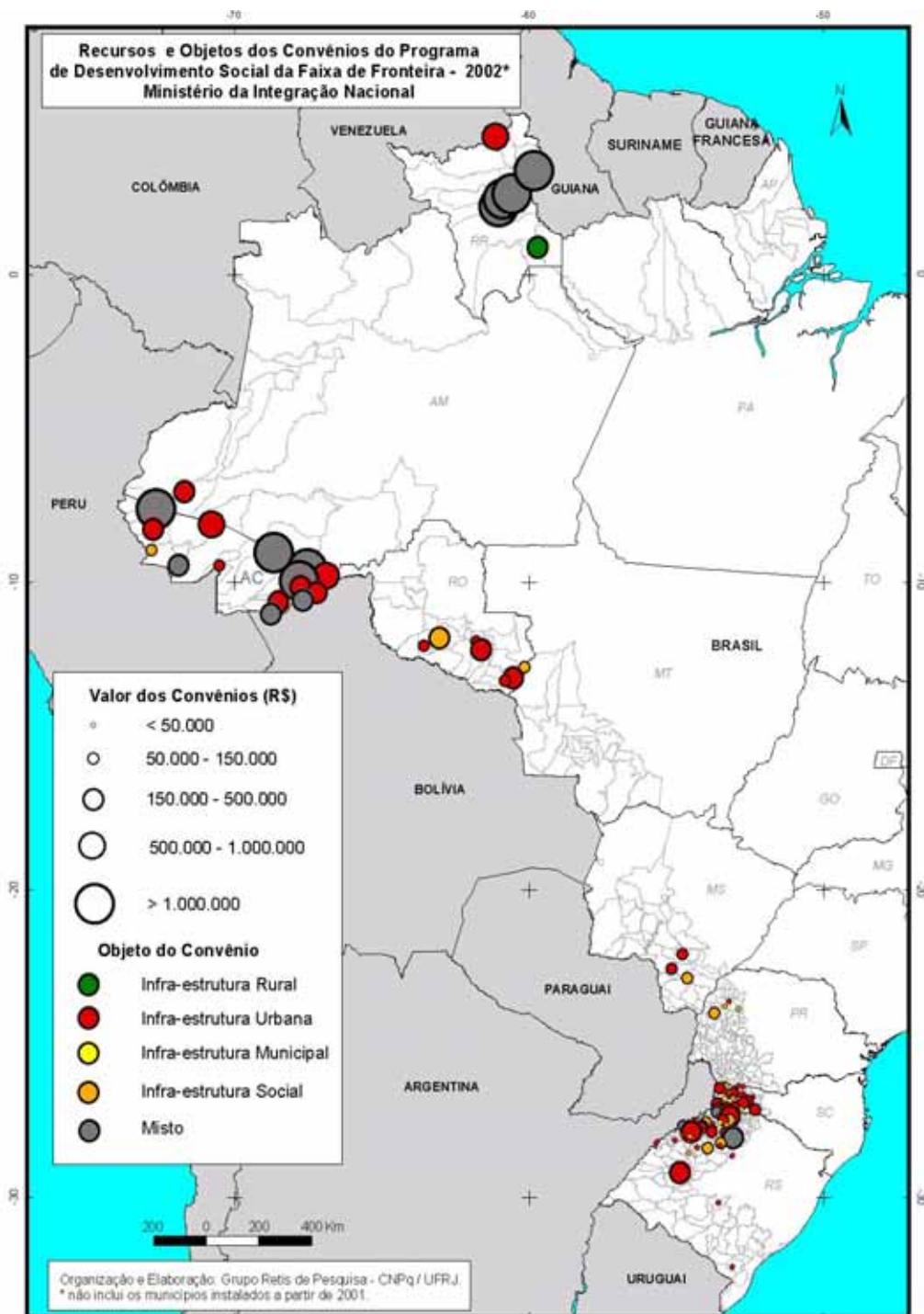


FIGURA 3: RECURSOS E OBJETOS DOS CONVÊNIOS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA - 2002

## I – CONCEITOS E METODOLOGIA

O enfoque geográfico deste trabalho levou-nos a definir noções e conceitos que servissem como eixo teórico ao longo de todo o percurso – *território, territorialidade, rede, região, regionalização, faixa e zona de fronteira*. É importante destacar, entretanto, que não se constituíram *a priori* para o desdobramento do trabalho, ou em receitas genéricas a serem simplesmente incorporadas pelos pesquisadores. Trata-se de fato de uma base conceitual que foi sendo repensada no decorrer da pesquisa e adaptada à realidade das fronteiras internacionais do Brasil.

A começar por uma concepção de *território* que rompe com a visão mais tradicional (Quadro 1). Em vez do território reduzido exclusivamente à sua dimensão jurídico-administrativa, de áreas geográficas delimitadas e sob domínio do Estado, entende-se que o território é produto de processos de controle, dominação e/ou apropriação do espaço físico por agentes estatais e não-estatais. Os processos de controle (jurídico/político/administrativo), dominação (econômico-social) e apropriação (cultural-simbólica) do espaço geográfico nem sempre são coincidentes em seus limites e propósitos. Ademais, a territorialização desses processos se dá tanto “de cima para baixo” (a partir da ação do Estado ou das grandes empresas, por exemplo) quanto “de baixo para cima” (através das práticas e significações do espaço efetivamente vivido e representado pelas comunidades). É, portanto, o processo de territorialização como acima concebido, ou seja, filtrado pelos agentes sociais, que acaba por delinear o território por uso e posse, e não somente por determinação jurídico-administrativa.

A segunda noção que norteou o trabalho é a noção de *territorialidade*. Os processos relacionados ao poder sobre territórios - o poder de afetar, influenciar, controlar o uso social do espaço físico - não criam homogeneidade ou uma qualidade única do território, nem mesmo, obrigatoriamente, geram um território, pois podem se “empilhar” tanto quanto articular-se em tensão constante ou gerar conflitos abertos. Ao contrário do território, que de alguma forma define “nós” e os “outros”, o “próprio” e o “não-próprio”, ou seja, carrega um sentido de exclusividade, a territorialidade é um processo de caráter “inclusivo”, incorporando novos e velhos espaços de forma oportunista e/ou seletiva, não separando quem está “dentro” de quem está “fora”. Por isso mesmo, a territorialidade de algum elemento geográfico dificilmente coincide com os limites de um território, embora possa justificar a formação de novos territórios. As Figuras 4 e 5 exemplificam a distinção entre os territórios formalmente instituídos (através de reservas demarcadas) e a territorialidade (espaço vivido) dos grupos indígenas.



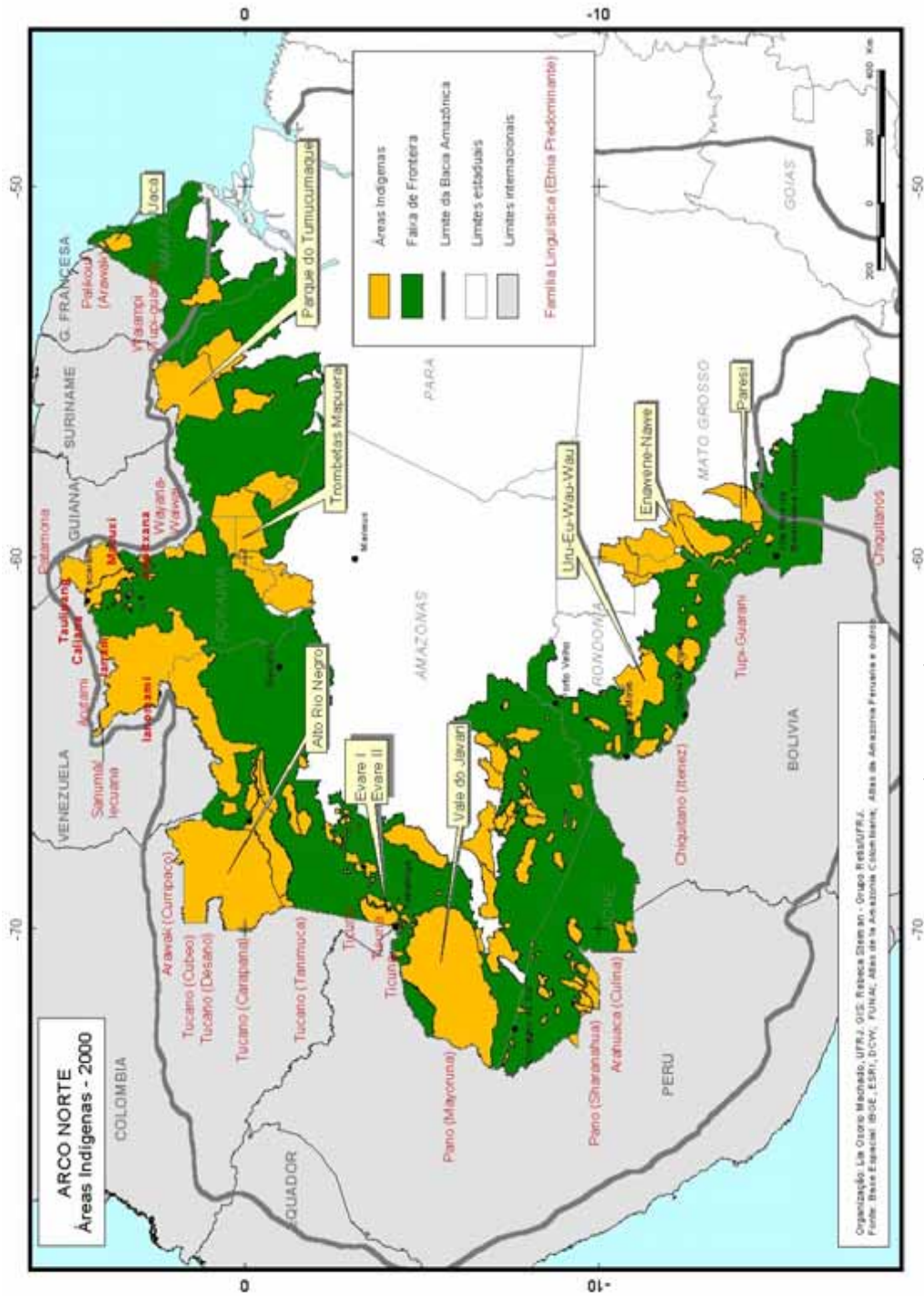


FIGURA 4: ÁREAS INDÍGENAS NO ARCO NORTE

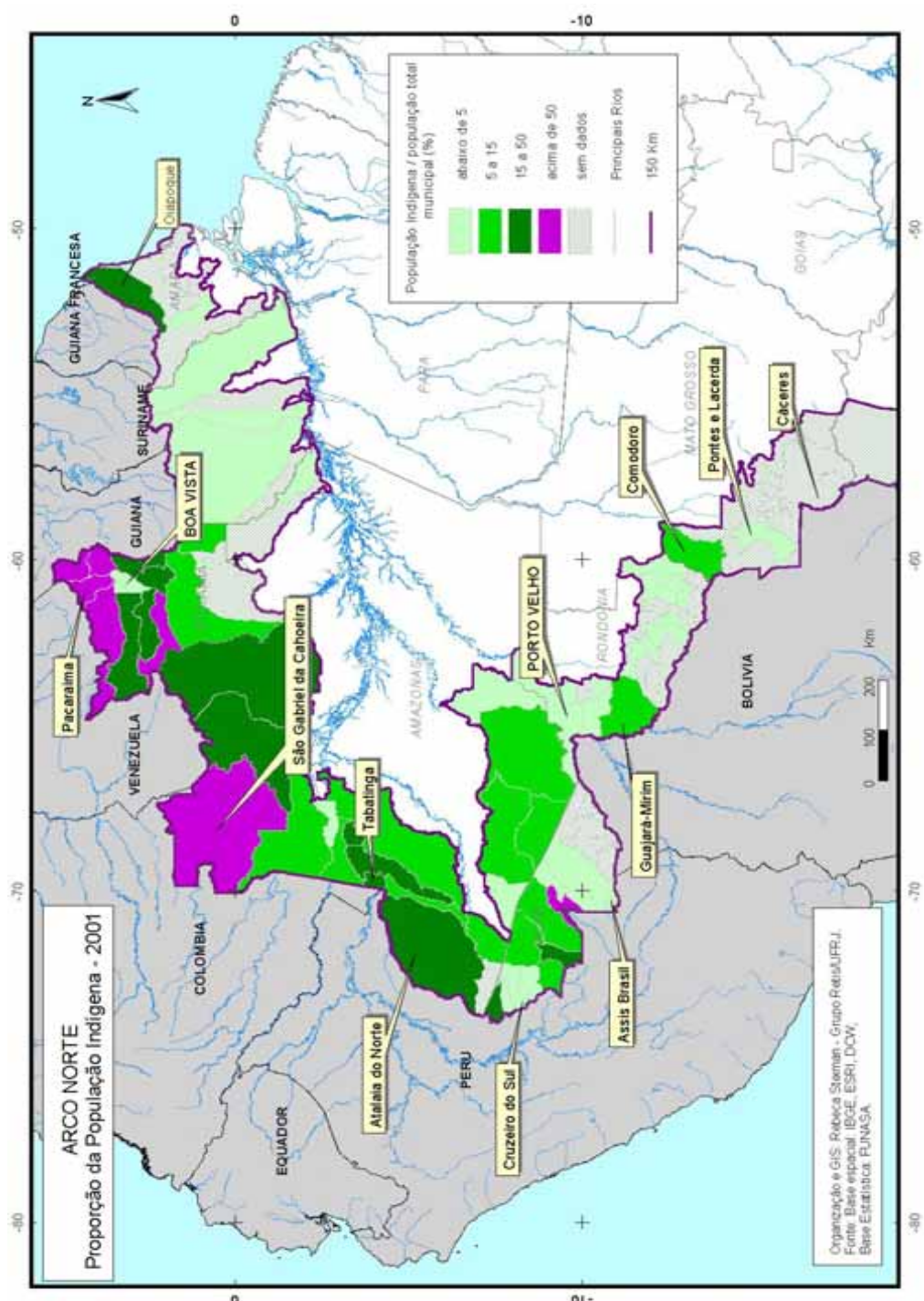


FIGURA 5: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA NO ARCO NORTE



A terceira noção que norteou o trabalho é a de *rede*. Embora com frequência vista como modismo por setores da comunidade científica, ou mesmo pelos especialistas em marketing, a noção de rede é fundamental para o entendimento da organização da base produtiva e sócio-cultural. É igualmente eficaz para eliminar do vocabulário do desenvolvimento econômico local e regional a infeliz noção de ‘enclave’. Lugares e territórios, cuja base produtiva se diferencia do entorno podem ser mais bem entendidos através da noção de rede. A vida das cidades da Faixa de Fronteira, por exemplo, não importa se situada ou não na divisória internacional, com frequência depende mais de interações com espaços não-contíguos do que com o espaço adjacente. Também a ação institucional, qualquer que seja a escala, é praticamente impossível de ser gerida sem a organização em rede. A organização territorial em rede ao englobar desde a rede urbana até redes decisórias, sociais, culturais, políticas, tem poder explicativo importante para a compreensão das territorialidades. É importante destacar aqui que nossa leitura de rede não a coloca num sentido contraposto ao de território, como ocorre entre alguns autores. A rede é concebida aqui como um componente fundamental na articulação e na desarticulação territorial.

	<b>Alternativa 1</b>	<b>Alternativa da Proposta</b>
<b>Território</b>	Dominação/Estado (jurídico-administrativo)	Dominação e ou apropriação; ação de exclusão
<b>Territorialidade</b>	Qualidade geral do território (única)	Processos relacionados ao poder sobre o território (afetar, influenciar, controlar o uso social do espaço físico), 'empilhamento' e/ou articulação; ação de inclusão
<b>Relação Território/ Rede</b>	Oposição entre Território (permanente, independente) e organização em rede (efêmera, dependente)	Relações de interdependência entre redes (transacionais, técnicas, sociais, informacionais) e território (complementares, superposição, hierarquia)

**QUADRO 1: CONCEITOS - TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E REDE**

Diante dessas conceituações de *território*, *territorialidade* e *rede*, a regionalização deve ser vista não apenas como instrumento analítico, e neste caso também político, instituído pelo investigador, mas como processo efetivo, forjado na própria ação dos indivíduos e comunidades que, conjugando múltiplos interesses, econômicos e políticos,

e produzindo identificações sócio-culturais diversificadas, redesenham constantemente seus espaços. Daí a importância de se incluir o urbano, representado aqui pelas cidades-gêmeas, núcleos articuladores de redes (e sub-redes) locais, regionais, nacionais e transnacionais.

Se a regionalização é vista de uma forma dinâmica e complexa, conjugando diversas territorialidades e conexões (em rede), além da interação de densidades sociais e econômicas, é óbvio que o resultado aqui proposto, ao identificar sub-regiões zonais contínuas e contíguas, no sentido mais tradicional de região, atende, sobretudo, a objetivos de planejamento, devendo ser interpretado como “imagem” momentânea de uma realidade em constante movimento e, por isso, permanentemente aberta à transformação.

	Alternativa 1	Alternativa da Proposta
<b>Região</b>	Espaço dotado de coerência interna (critério(s) estabelecido(s) pelo pesquisador/planejador), 'sistema fechado'	Espaço de coesão funcional (Santos) e político-simbólica (identitária), 'sistema aberto'
<b>Regionalização</b>	"Dinâmica descendente" (modelo do pesquisador/planejador)	Ação negociada de criar recortes regionais, modo concreto (vivência) e/ou abstrato (pesquisador/planejador)

**QUADRO 2: CONCEITOS – REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO**

Ao deslocar o enfoque de uma concepção ‘linear’, própria à noção de limite ou divisória internacional, para uma concepção de área ou região de fronteira, introduziu-se uma distinção muito relevante para este trabalho, entre **faixa** e **zona de fronteira**. Enquanto a faixa de fronteira constitui uma expressão *de jure*, associada aos limites territoriais do poder do Estado, o conceito de zona de fronteira aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é a das cidades-gêmeas.

Produto de processos e interações econômicas, culturais e políticas, tanto espontâneas como promovidas, a zona de fronteira é o espaço-teste de políticas públicas de integração e cooperação, espaço-exemplo das diferenças de expectativas e transações do local e do internacional, e espaço-limite do desejo de homogeneizar a geografia dos Estados nacionais.

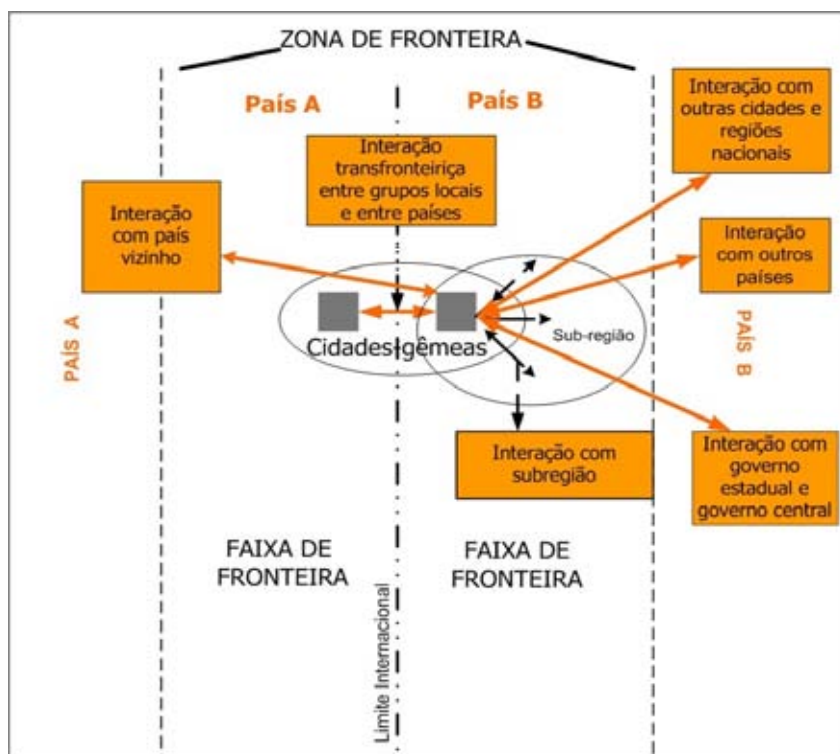


FIGURA 6: CONCEITOS – FAIXA E ZONA DE FRONTEIRA

As noções de território, territorialidade, rede e zona de fronteira apontam para o caráter dinâmico dos processos sócio-espaciais e sugerem que uma das propriedades da região ou de uma sub-região, por mais que queiramos delimitá-la de modo a definir um território único, é a de ser um “sistema aberto”. A troca de bens, pessoas, energia e informação com o ambiente ‘externo’ (o não-próprio a região) a torna sujeita a mudanças e adaptações, inclusive nos limites regionais, quase sempre provisórios e definidos por objetivos determinados. Alguns indicadores e variáveis utilizadas na elaboração da tipologia de sub-regiões da Faixa de Fronteira do Brasil têm a pretensão de iluminar diversas territorialidades, econômicas e culturais, que extrapolam limites territoriais bem definidos e mostram o caráter heterogêneo e territorialmente ‘aberto’ de cada sub-região.

Para a delimitação das sub-regiões partiu-se de dois grandes vetores. O primeiro vetor se refere ao **desenvolvimento econômico regional** e o segundo à **identidade cultural**, ambos imprescindíveis na compreensão da organização sócio-territorial e na construção da cidadania na Faixa de Fronteira do Brasil com países sul-americanos. A natureza distinta de cada grande vetor exigiu a aplicação de critérios e escolha de variáveis diferenciadas, que serão explicitados a seguir.

## **A. VETOR DESENVOLVIMENTO ECONOMICO REGIONAL**

### **A-1 Noções Básicas**

A noção de “densidade” foi escolhida para descrever diferenças na incidência territorial de diversas variáveis que medem o grau e o tipo de desenvolvimento econômico, de modo a subsidiar a delimitação das sub-regiões e estabelecer sua tipologia. Aponta para o fato de que o desenvolvimento se dá de forma desigual, tanto nos lugares como entre os lugares. Cada lugar ou local pode abrigar outros tipos de densidade que não só a econômico-produtiva, como é o caso da densidade social, cultural-simbólica e étnica. Essas últimas foram geralmente subestimadas pelas teorias clássicas de desenvolvimento por não ser imediatamente perceptível seu valor econômico. No entanto, em muitos lugares, é a interação entre atividades econômicas locais, tradições, crenças e costumes que gera e consolida na população local sentimentos de pertencimento e auto-estima, essenciais ao fortalecimento do senso de auto-organização, à emergência da inovação e do incentivo a trocas e colaboração com o “não-próprio”. A habilidade da região e do lugar de atingir a imaginação nacional ou internacional é outro efeito positivo da consideração de outras densidades que não só a econômica, no seu sentido estrito, como o conhecido caso de Xapuri/AC sobejamente provou.

### **A-2 Formulação e Descrição dos Vetores Analíticos**

#### **A-2.1 Densidade Econômica**

Os seguintes elementos geográfico-econômicos compõem o cálculo da densidade econômica:

##### ***Base Produtiva Local***

- Agricultura
- Rebanhos bovinos e suínos
- Extrativismo vegetal
- Indústria

##### ***Mercado de Trabalho***

- Geração de emprego e renda
- Posição do pessoal ocupado no mercado de trabalho

### ***Serviços a Produção***

Intermediação financeira  
Serviços prestados a empresas  
Operações a crédito

### ***Índice de Conectividade***

Conexões aéreas  
Infra-estrutura aeroportuária  
Densidade de estradas  
Unidades locais de estação de rádio  
Área de abrangência de comunicação por satélite  
Domicílios com linha telefônica  
Domicílios com computador  
Domicílios com televisão

### ***Densidade Econômica - Base produtiva local***

A agricultura, a pecuária, o extrativismo, a silvicultura e a indústria são os setores econômicos que compõem a base produtiva local. Definem áreas com maior especialização territorial (caso dos estados do Sul) e de menor especialização territorial (caso dos estados do Norte), os outros estados apresentando uma situação intermediária. É a lavoura temporária o setor com maior poder definidor das sub-regiões (base produtiva).

No caso da agricultura foram consideradas, no entanto, tanto as lavouras temporárias e permanentes, em termos de: a) presença e ausência; b) valor total da produção; c) percentagem no valor total da produção; d) diversidade de produtos (valor acima de 1% do valor total da produção); em alguns casos, também foi considerada a área plantada. Para a Faixa de Fronteira, os produtos da lavoura temporária (soja, milho, mandioca, arroz, etc.) são os de maior valor, principalmente a soja no Arco Sul e em algumas áreas do Arco Central da Faixa (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Apesar da forte dependência da especialização territorial da base produtiva em relação à lavoura temporária, em algumas áreas aparece um alto grau de diversidade das lavouras temporárias, tendo sido tais áreas classificadas na categoria “outras lavouras temporárias”, e consideradas na tipologia da base produtiva.

As lavouras permanentes apresentam geralmente valores mais baixos, se comparadas às temporárias e tiveram peso menor na definição das sub-regiões. No entanto, em várias

áreas foi necessário identifica-las porque podem exercer na organização da base produtiva papéis diferenciados segundo o grau de desenvolvimento territorial (especialização, densidade de infra-estrutura, valor da produção). Assim, em áreas de baixo desenvolvimento da base produtiva são elas que podem ser objeto de futuras políticas públicas de estímulo a *arranjos produtivos locais* (APL) como palmito, laranja e uva.

Nas áreas de alto desenvolvimento territorial, as lavouras permanentes aparecem como componente relevante na formação do valor total da produção, porém é preciso certo cuidado. Às vezes não é o valor total da produção agrícola municipal que define por si só a relevância ou não de certo produto, e sim o **conjunto** de municípios produtores espacialmente contíguos. Em alguns casos, a partir da lavoura permanente emerge uma territorialidade superposta à base produtiva principal.

Os dados sobre pecuária bovina e suína apresentam uma limitação, pois a base de dados PPM/IBGE não registra o valor do rebanho, somente o número de cabeças. Os dados mais recentes do IBGE sobre agropecuária (uso do solo, estrutura fundiária, etc.) são de 1996, o que criaria problemas de ajuste com os outros dados, de 2000 e 2001. Os dados sobre o rebanho foram assim contabilizados, porém só foram considerados rebanhos com mais de 50.000 cabeças, no caso dos bovinos, e de 20.000 cabeças, no caso dos suínos. Tais limiares permitiram estimar seu peso na base produtiva local. Como pesquisas anteriores indicaram, tanto o gado de corte como o gado leiteiro são encontrados dispersos por um grande número de municípios, porém em pequena quantidade, atuando com frequência como “dinheiro em caixa” para produtores pouco capitalizados ou restritos ao consumo próprio. Em termos da tipologia de sub-regiões, a pecuária, exceto para os grandes rebanhos, não define a territorialidade produtiva.

A extração vegetal é importante em termos de extensão territorial, principalmente nos municípios do Arco Norte (Amazônia). No entanto, na maior parte dos casos, os valores da produção são muito baixos, confirmando o caráter pouco produtivo e de baixa rentabilidade da atividade nos lugares onde ocorre.

O produto extrativo vegetal de maior valor é a extração de madeira em tora e, em alguns casos, de lenha. Em várias áreas, a extração de madeira em tora e de lenha foi associada a outros elementos da base produtiva, definindo combinações específicas. No entanto, devido ao fato de que alguns produtos vegetais extrativos, como a *Hevea brasiliensis* e a castanha-do-pará (*Bertholettia excelsa*) definem “identidades produtivas”, ou mesmo a identidade cultural de certos lugares, e porque sua simples presença pode ser objeto de arranjos produtivos incentivados por políticas públicas, sua incidência territorial foi registrada na tipologia da base produtiva, a despeito do baixo valor. O caso da erva-mate é peculiar. Usualmente associada ao extrativismo, os dados mostraram que as áreas de extração são residuais, a maior parte sendo hoje plantada

(lavoura permanente). A incidência territorial do plantio de erva-mate foi registrada nos mapas da base produtiva.

Em vários municípios da Faixa de Fronteira existem pequenas extrações minerais locais, principalmente de areia, cascalho e pedras ornamentais para a construção civil, porém de modo geral os efeitos da mineração na economia local são pouco relevantes a ponto de merecer reconhecimento na tipologia da base produtiva e das sub-regiões. Além disso, a característica óbvia da extração mineral, a de ter incidência territorial pontual foi outro fator levado em consideração. Oposto é o caso do garimpo, principalmente do garimpo de ouro no Arco Norte. A exploração é dispersa, aparecendo em inúmeros locais da Amazônia. Não existem dados confiáveis nem levantamentos sistemáticos sobre o garimpo, o que impossibilitou sua incorporação à tipologia de sub-regiões.

Para o Arco Norte da Faixa de Fronteira a mineração poderia ser uma fonte indireta de recursos, através da compensação financeira pela exploração de recursos naturais (CFRN), principalmente para governos municipais impossibilitados de gerar renda localmente apesar de abrigarem importantes recursos minerais. Os municípios do Arco Norte com a presença de atividade mineradora são: Oriximiná e Almeirim, no Estado do Pará; Rio Branco e Senador Guiomar, no Estado do Acre; Barcelos, Japurá e Uruará no Estado do Amazonas; Serra do Navio e Laranjal do Jarí, no Estado do Amapá; Pimenta Bueno e Porto Velho no Estado de Rondônia; Boa Vista e Cantá no Estado de Roraima (nos outros estados destacam-se apenas os municípios de Corumbá/MS e Candiota/RS). (Departamento Nacional da Produção Mineral, 2000)

Ressalta-se que a compensação financeira pela exploração dos recursos naturais (CFRN) é pífia, relativamente ao valor do produto comercializado nos mercados domésticos e externos. A exceção é o município de Oriximiná que, em 2000, recebeu dez milhões de reais de compensação. Apesar disso, nem o município (48.000 habitantes em 2000), nem a cidade (quase 30.000 habitantes em 2000) se destacam positivamente nos diversos tipos de densidade espacial propostos neste trabalho.

Finalmente, a indústria. Os dados mais recentes disponíveis são bastante modestos, mas ainda assim foram aproveitados na tipologia, como não poderia deixar de ser. O número de unidades locais industriais em cada município, fornecido pelo Cadastro Geral de Empresas (2001), foi a variável escolhida, especificamente a indústria de transformação, mesmo sabendo-se que inclui desde indústrias tecnicamente sofisticadas até as ubíquas padarias. Não foi feliz a tentativa de incluir as indústrias de construção, importante setor de geração de empregos para mão-de-obra não qualificada, devido aos baixos e indiferenciados valores que o tabelamento dos dados mostrou.

Só são consideradas no levantamento do IBGE, as empresas registradas no Cadastro Geral dos Contribuintes (CGC), ou seja, as empresas formais. Tal restrição

subestima o quadro real, como já criticamente apontado por especialistas e associações empresariais. Existem pequenas unidades locais industriais, às vezes empresas de tamanho médio em termos de pessoal empregado e valor agregado, que “não existem” simplesmente por não estarem legalizadas, de acordo com os critérios da Receita Federal. Não só podem ser a fonte de novos “arranjos produtivos”, como de fato constituem arranjos espaciais emergentes, não só no Arco Norte como também nas áreas mais produtivas do Arco Sul. Um simples levantamento realizado no decorrer do trabalho de campo numa das áreas-piloto (Alto Solimões) mostrou uma discrepância considerável entre o registro do IBGE e a situação real. Em vários casos, a estatística oficial registrou nenhuma indústria, enquanto os representantes dos mesmos municípios participantes do Fórum Regional reclamavam de apoio governamental às pequenas unidades locais industriais.

### ***Densidade Econômica - Mercado de Trabalho***

O vetor analítico Densidade Econômica considerou também as características do mercado de trabalho. Pesquisas anteriores mostraram que, de forma similar ao resto do país, a Faixa de Fronteira apresenta com frequência uma disjunção entre o valor da produção e a capacidade de gerar emprego e/ou renda nos lugares.

Para estimar a situação geral da categoria trabalho, diversas variáveis disponibilizadas pelo censo nacional de 2000 foram testadas no intuito de definir as principais características do mercado de trabalho em cada município. São elas:

- (1) PEA total;
- (2) PEA masculina/PEA total;
- (3) PEA feminina/PEA total;
- (4) PEA urbana/PEA total;
- (5) PEA rural/PEA total;
- (6) Pessoal ocupado/PEA total;
- (7) Pessoal ocupado por tipo de atividade/população ocupada total;
- (8) Pessoal ocupado por posição na ocupação (empregados, empregadores, conta própria, não remunerada em ajuda a membro do domicílio; próprio consumo).
- (9) Índice de formalidade (nº de carteiras assinadas/nº de carteiras não assinadas);
- (10) Grau de urbanização (população residente em áreas urbanas/população residente total); e
- (11) Densidade rural (população rural/área municipal).



Para a caracterização do mercado de trabalho, as variáveis que revelaram maior poder explicativo foram as (4), (5), (7) e (8). As outras variáveis serviram de suporte para a avaliação, porém não se atribuiu a elas peso específico no resultado final.

A PEA urbana e rural (variáveis 4 e 5) indica a condição de domicílio da população economicamente ativa empregada ou buscando trabalho no período de censo no município. O resultado foi relacionado ao tipo de atividade que efetivamente absorvia maior número de pessoas ocupadas em cada município, sendo essas atividades agregadas em grandes grupos, agricultura, indústria, serviços, comércio, administração pública (variável 7). As combinações obtidas foram então cruzadas com a variável (8).

O pessoal ocupado, classificado por posição na ocupação (variável 8), permite distinguir aqueles que são empregados (com regime permanente ou temporário, formal ou informal) daqueles que trabalham por conta própria, ou que não são remunerados porque ajudam à família, ou que trabalhem apenas para o próprio consumo.

Embora em princípio apenas a posição de empregado configure a existência de trabalho assalariado, a possibilidade real do indivíduo se deslocar de uma posição para outra, dependendo da necessidade e da oportunidade, sugere que todas as categorias sejam consideradas para a descrição do “mercado de trabalho”. A análise preliminar dos dados mostrou que existe forte correlação entre pessoal ocupado em atividades agrícolas, membros não remunerados da família e os que trabalham para consumo próprio. Embora em vários municípios se registre a presença de empregados na área rural, a maior parte do pessoal ocupado nesta condição se encontra nas áreas urbanas. É também na área urbana onde se registra o maior número de trabalhadores por conta própria, uma categoria que pode incluir muita coisa, desde o camelô até o profissional qualificado sem vínculo empregatício.

### ***Densidade Econômica - Serviços à produção***

As atividades produtivas precisam de vários serviços, entre os mais importantes, crédito, acesso a estabelecimentos de crédito e serviços gerais de apoio a empresas. Quatro variáveis foram selecionadas para medir a presença maior ou menor de serviços à produção: (a) número de agências bancárias; (b) número de unidades locais de intermediação financeira que não agências bancárias; (c) número de unidades locais especializadas em serviços às empresas; (d) operações de crédito (valor das transações).

É certo que nem todos os lugares dependem da presença desse tipo de infraestrutura, uma vez que a proximidade geográfica ou o acesso aos centros regionais possibilita o atendimento no entorno. Acresce ainda que a dispersão espacial desses serviços tende a diminuir em áreas de expansão de grandes redes empresariais com sedes distantes da região. Empresas, principalmente grandes empresas, buscam esses

serviços em grandes centros metropolitanos com frequência distantes dos lugares da produção ou do negócio. Mesmo assim, não só existe demanda por esses serviços em muitos lugares, como a presença deles confere prestígio ao lugar, principalmente nas sub-regiões onde esses serviços são mais raros. Faz poucos anos que a simples transferência de Benjamim Constant para Tabatinga (Alto Solimões) da única agência do Banco do Brasil na cidade acarretou vários problemas para a relação de cooperação entre ambas nos anos seguintes.

Os serviços à produção constituem um indicador da abrangência espacial do espaço-de-fluxos que se superpõem ao território. O espaço-de-fluxos interage com os lugares, mas não é definido pelos lugares que ocupa, obedecendo a dinâmicas concebidas em outras escalas e com frequência movida por estratégias que escapam ao entendimento da população local.

### *Densidade Econômica - Índice de conectividade*

O índice de conectividade estima a efetiva ou potencial interação intra-regional, inter-regional e internacional dos lugares. Sem dúvida, a conectividade tem efeito nas economias de escala para as atividades produtivas, principalmente quando destinadas à exportação. Nesse sentido tem efeito positivo, de incentivo ao desenvolvimento das forças produtivas. Mas também é portadora de efeitos negativos, de fonte de desigualdade regional e quebra das âncoras econômicas locais.

Uma outra dimensão explicativa atribuída ao índice é a de chamar a atenção para os limites da noção difundida pelo novo regionalismo econômico, de que as regiões, principalmente as regiões marginalizadas, permanecem enraizadas na tradição e no paroquial. A cultura regional está sujeita à mobilidade espacial e ao híbrido cultural resultante da conectividade com outros lugares, seja através da imigração, da mídia, do consumo ou da internet. No caso específico da fronteira, o híbrido cultural resultante das conexões e convivência com o “estrangeiro”, exige o reconhecimento por parte do poder público de uma com características peculiares a situação de fronteira.

Foram cruzados dados sobre infra-estrutura aeroportuária e conexões aéreas; densidade de estradas e telecomunicações (unidades locais de estação de rádio, domicílios com linha telefônica, computador, televisão; acesso a serviços de comunicação por satélite e a cabo). Lamenta-se a falta dos dados da ANATEL, principalmente no caso de telefones celulares e acesso a serviços mais sofisticados de telecomunicação.

Atenção especial merece o fato de que a cidade-sede do município pode apresentar condições razoáveis ou mesmo ótimas de conexão com outros lugares enquanto o interior do município se caracteriza por baixíssima conectividade. A representação municipal mascara essa diferença, generalizando para um território o que é na verdade atribu-

to da cidade e perturbando a leitura do mapa analítico correspondente. Os casos mais chamativos correspondem aos municípios muito grandes, geralmente encontrados no Arco Norte e Central da Faixa de Fronteira.

### **A-2.2 Densidade Técnico-Tecnológica**

Na Faixa de Fronteira, a densidade de infra-estrutura técnico-tecnológica não se refere à presença de centros científicos de envergadura, nem tampouco ao número de engenheiros e outros indicadores associados ao capital humano, como entendido em outras regiões do mundo. Para o Brasil ainda é válido saber se um lugar tem ou não estabelecimentos de ensino médio e/ou simples acesso a unidades de treinamento básico da mão-de-obra. Uma relação com a imigração estrangeira também pode ser feita a partir deste vetor analítico. Em situações de assimetria, quando o país vizinho não oferece cursos de nível superior não é incomum a atração de estudantes que acabam por se radicar no país ou, ao contrário, estimular a ida de brasileiros para o outro lado da fronteira.

Compõem este vetor analítico as seguintes variáveis: (a) número de estabelecimentos de ensino médio; (b) número de estabelecimentos de ensino superior (público e privado); (c) estabelecimentos de educação profissional (do tipo CEFET e outros); (d) estabelecimentos de ensino técnico básico; (e) unidades de treinamento de mão-de-obra em área urbana; (f) unidades de treinamento de mão-de-obra rural.

### **A-2.3 Densidade Social**

O desenvolvimento econômico local sustentável interage com as condições sociais. Para avaliar aqueles que têm as melhores e as piores condições sociais foi selecionado um grupo de variáveis julgadas representativas, tais como, população alfabetizada, ausência de pobreza extrema, saúde. Foram analisadas as variáveis abaixo relacionadas, porém foi concedido maior peso às variáveis (1) e (2):

(1) população alfabetizada com 10 anos ou mais sobre o total da população acima de 10 anos ou mais;

(2) chefes de domicílio vivendo abaixo da linha de pobreza (menos de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo) sobre o total de chefes de domicílio;

(3) renda do trabalho sobre total renda municipal;

(4) renda (*per capita*);

(5) número de unidades locais de ensino em geral (público e privado);

(6) número de unidades locais de outros serviços coletivos; e

(7) número de unidades de saúde.

#### A-2.4. Densidade Institucional

O vetor analítico avalia a relevância da ação institucional em cada município, levando em consideração diversos tipos de agente e níveis de governo. Embora constitua um dos principais vetores deste Trabalho, a avaliação da densidade institucional foi prejudicada pela dificuldade em obter várias informações necessárias. Para dar um quadro mais abrangente da ação institucional e de sua efetividade faltaria incluir as organizações não governamentais, associações locais de diversos tipos, programas institucionais que efetivamente saíram do papel, e outras informações não disponíveis para todos os municípios, o que impossibilita seu mapeamento.

Algumas explicações sobre as variáveis se fazem necessárias. Primeiro, como se trata de densidade institucional, o número de eleitores foi incluído neste vetor. Segundo, a disponibilidade de informação sendo maior no Governo Federal do que em órgãos estaduais levou a um viés indesejado de subestimar as ações institucionais dos últimos, exceto para os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Amazonas. Terceiro, a ausência das organizações não-governamentais, tanto com sede no Brasil como no exterior reduz em muito a representatividade da densidade institucional dos Estados da Amazônia.

Fez-se então uma seleção de informações disponíveis para toda a Faixa de Fronteira. São elas:

- (1) unidades de vigilância sanitária;
- (2) unidades da Polícia Federal;
- (3) unidades da Receita Federal;
- (4) unidades do Exército brasileiro;
- (5) índice institucional municipal (a partir de dados do Perfil Municipal do IBGE);
- (6) programas Ativos Federais (Programa Faixa de Fronteira, SIVAM, Calha Norte, Mercosul, Mesorregiões, etc.);
- (7) área de Dioceses da Igreja Católica;
- (8) número de unidades locais de administração e segurança;
- (9) número de Arranjos Produtivos Locais (SEBRAE);
- (10) número de unidades/postos do SEBRAE; e
- (11) número de eleitores.

### A-2.5 Índice de Estabilidade Municipal

Algumas explicações são necessárias para explicar o sentido da formulação de um índice de estabilidade para a tipologia de sub-regiões de fronteira.

É quase uma banalidade afirmar que o espaço geográfico está sujeito a processos evolutivos. Não é tão banal quando prestamos atenção aos seus efeitos. A evolução das condições econômicas, políticas, sociais e culturais altera a forma, o ritmo e a qualidade do povoamento, das interações interpessoais, intra-regionais, inter-regionais e internacionais, assim como gera efeitos na capacidade produtiva e na organização do sistema territorial. Do ponto de vista da geografia do território, a estabilidade ou a instabilidade oriunda de processos evolutivos sinaliza quão forte ou fraca é a organização territorial em termos de sua capacidade de se adaptar às mudanças ou à ausência delas.

Tanto a situação de estabilidade quanto a de instabilidade podem ser interpretadas em dois sentidos, favorável e desfavorável. A situação de estabilidade é favorável quando os elementos espaciais mantêm-se coesos a despeito de mudanças internas ou perturbações vindas do exterior; é desfavorável quando deriva de uma situação de estagnação e isolamento. Por outro lado, a instabilidade tanto pode significar perturbação, estagnação ou fragilidade sócio-espacial (negativo) como reestruturação, reorganização e desenvolvimento do lugar (positivo). Todas essas situações foram encontradas na Faixa de Fronteira.

Um grupo de variáveis foi escolhido para estimar a situação do lugar e sua tendência evolutiva.

- (1) nível de estabilidade do trabalho formal (série histórica 1985-2001);
- (2) imigrantes com mais de 10 anos de residência sobre imigrantes totais;
- (3) imigrantes com menos de 2 anos de residência sobre imigrantes totais;
- (4) taxa de crescimento da população residente total;
- (5) taxa de crescimento da população residente urbana;
- (6) conflitos de terra (agrários, indígenas, outros); e
- (7) evolução do PIB 1991-1996 (municípios que ganham, municípios que perdem e municípios que permanecem estáveis).

A análise do conjunto de variáveis permitiu estimar qual o nível de estabilidade, se alta, média ou baixa. Além disso, as variáveis (4) e (5) permitiram mapear três situações de dinâmica de povoamento: *afluxo em geral* (quando as taxas foram positivas para o urbano e o rural); *afluxo urbano* (quando a taxa de crescimento foi positiva apenas para o urbano); e *refluxo*, quando as taxas de crescimento populacional (total e urbana) foram negativas, indicando perda populacional.

### A-2.6 Índice de Desequilíbrio Interno Local

De forma complementar ao índice anterior, o índice de desequilíbrio interno local aponta para situações locais de concentração da propriedade fundiária e de concentração de renda. Quanto maior o índice maior o potencial do lugar apresentar em algum momento problemas e conflitos de natureza econômica, social e política decorrentes da disparidade interna local. Foram escolhidos como variáveis:

- (1) Índice de Gini – concentração de renda;
- (2) Índice de Gini – concentração fundiária; e
- (3) razão entre renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres.

## B. VETOR IDENTIDADE CULTURAL

É importante destacar que os objetivos da regionalização levam em conta e mesmo enfatizam a questão cultural e identitária como um de seus vetores básicos pela sua importância para a estratégia política desejada. A questão efetivamente mobiliza as populações locais, num sentido mais “de baixo para cima” do que “de cima para baixo”. Embora o Brasil não tenha grandes conflitos em que a base cultural-identitária se coloque como questão central (à exceção da questão indígena, muito importante em áreas da Faixa de Fronteira), sem dúvida ela se coloca hoje como uma das questões mais relevantes para qualquer ação política no âmbito transnacional. Sem falar que, em áreas de fronteira internacional como a que aqui está sendo focalizada, a relação com a “alteridade”, com o Outro, do outro lado da fronteira, é decisiva na configuração das relações sociais como um todo.

Entendemos “cultura”, aqui, não apenas em seu sentido mais estrito, como o universo simbólico de representações e significados sociais, mas como todo o conjunto de práticas, materiais e discursivas que envolvem a construção do espaço social. Nesse sentido, a cultura começa pelas próprias formas de apropriação da natureza. Por certo, a origem etimológica da palavra vem de agri-cultura, a habilidade das pessoas em transformar seu meio, reconstruindo-o e re-significando-o. Embora em muitos momentos privilegiemos a dimensão simbólica, através das representações sociais feitas sobre o espaço, será a leitura não-dicotômica entre sociedade ou cultura e natureza o pano de fundo que inspira todo o nosso trabalho.

### B-1 Noções Básicas

As noções básicas definidas para a análise do Vetor Identidade Cultural são derivações da própria noção de identidade territorial, a saber: *identidade territorial* (associada à noção de espaço de referência identitária), *identidade regional* (associada

aos conceitos de região, regionalismo e regionalidade) e *identidades múltiplas* (associadas à noção de multiterritorialidade).

Por mais que, no senso comum, se tenha uma concepção muito clara e bem definida de identidade, como se ela pudesse até mesmo ser considerada “natural” a um determinado grupo, devemos partir sempre do pressuposto de que a identidade cultural é uma construção social-histórica – e, no nosso caso, também, geográfica. Centralizada sobre a dimensão simbólica da realidade, ela está sempre aberta a novas formulações e, para retomar o termo de Hobsbawm e Ranger, é possível de ser sempre “reinventada”. É o caso, por exemplo, da identidade regional gaúcha. De “gaúcho” era chamado o indígena na época colonial, com conotação pejorativa (o indígena como ladrão de gado após o cercamento dos campos). A designação se estendeu da área da Campanha para as colônias ítalo-germânicas, onde o imigrante europeu identificou-se com os grandes latifundiários da Campanha, donos de vastas extensões de terra, de gado e cavalos, símbolos de um poder do qual ele estava privado na Europa e na América.

A construção e reconstrução de identidades não constituem, portanto, um processo linear. Trata-se de um processo eivado de contradições e ambigüidades, os símbolos envolvidos nem sempre tendo a mesma eficácia. Altamente complexo, o jogo de identidades pode ser facilitado ou dificultado de acordo com as condições sociais em que se dá. Neste sentido, a presença de “marcos” ou referenciais histórico-geográficos pode ser um fator decisivo na sua construção e reconstrução de identidades, especialmente quando relacionados a processos de regionalização.

No caso de processos de regionalização, é de um tipo específico de identidade que estaremos tratando, a identidade territorial, aquela identidade cultural que tem como base ou fundamento para sua elaboração a referência a um espaço ou território determinado, e que denominamos, retomando uma expressão de Bernard Poche, de *espaço de referência identitária*. Estes referenciais podem ter diferentes amplitudes simbólico-geográficas, interferindo desde a escala local (uma praça ou monumento na construção de uma identidade urbana ou de bairro) até a escala nacional (uma paisagem-marca, por exemplo – na formação de uma identidade nacional), passando por escalas intermediárias ou “regionais”, que são as que mais diretamente aqui nos interessam.

	<b>Alternativa 1</b>	<b>Alternativa da Proposta</b>
<b>Identidade Social</b>	Qualidade própria, singular, de um grupo social	Processo de identificação de um grupo em relação a referências gerais
<b>Identidade Territorial</b>	Identidade social definida por um território	Processo de identificação de um grupo com um território (proximidade, dependência), espaço de referência identitária
<b>Identidade regional</b>	Identidade social definida por uma região	Processo de identificação de um grupo em que o espaço de referência identitária é uma região definida com relação a um poder centralizado
<b>"Identidade Produtiva"</b>	Vocação geográfica	"imagem de marca"

**QUADRO 3: CONCEITOS – IDENTIDADE**

De forma genérica, podemos analisar a identidade cultural, e a identidade territorial mais especificamente, a partir de três grandes conjuntos de vetores analíticos, envolvendo:

- a) o caráter qualitativo e simbólico da identidade, mas sem prescindir, no caso das identidades territoriais, de um referencial concreto, um espaço de referência;
- b) o caráter singular e contrastivo da identidade, sempre definida na relação com a alteridade, com a diferença, criando identidades regionais, nacionais, etc; e
- c) o caráter dinâmico ou “relativamente estável” da identidade, sempre em processo (alguns preferem até utilizar o termo identificação no lugar de identidade) – tal como a territorialidade com fronteiras muito tênues e de difícil delimitação no espaço.

A partir dessas características gerais trabalha-se aqui com diversos indicadores de caráter mais qualitativo que quantitativo, e que são enunciados a seguir. Diferentemente do que ocorre no vetor Desenvolvimento Econômico, o vetor Identidade Cultural privilegia a esfera simbólica, embora os indicadores propostos não ignorem a importância da base econômica (“diferenciação econômica”) e política (“institucionalidades”).

## **B-2 Formulação e Descrição dos Indicadores**

### **B-2.1 Diferenciação Geográfica: Espaços de Referência Identitária**

Espaços de referência identitária são espaços concretos que se convertem em referenciais básicos na construção simbólica de uma identidade cultural. Desta forma, ela se torna também uma identidade territorial (local, regional ou nacional), por ser construída fundamentalmente em torno da imagem de um território ou de uma paisagem específicos.



Distinguimos dois tipos de espaços de referência identitária, conforme a escala de relação entre espaço representado e representação do espaço: o primeiro, de relação mais direta, que denominamos *região-paisagem*, e o segundo, de relação mais indireta, que denominamos *paisagem-símbolo*. Não há dúvida que nos dois casos a paisagem aparece como um símbolo da identidade regional. Enquanto no primeiro ela se confunde com a própria área da região como um todo (como o binômio rio-floresta para toda a Amazônia), no segundo trata-se de uma paisagem específica que é transposta como símbolo de toda uma área (como o Pão-de-Açúcar para a cidade do Rio de Janeiro ou a torre Eiffel para Paris).

### ***Regiões-Paisagem***

Muitas áreas da Faixa de Fronteira, extremamente diversificadas geograficamente, sofreram um processo acentuado de transformação ao longo do tempo, como as áreas coloniais do Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná. Outras permaneceram com paisagens originais pouco alteradas, como nos casos do Noroeste e Oeste do Estado do Amazonas. Muitas, contudo, carregam ainda na memória da maioria de seus habitantes os traços daquelas paisagens outrora dominantes, difundidas principalmente através das escolas e da mídia (com destaque para a publicidade oficial).

De uma forma ou de outra, a paisagem “natural”, como nas velhas regiões geográficas resultantes da conjugação entre formas de relevo dominantes, vegetação, clima e hidrografia, acaba ainda influenciando na construção das imagens regionais dominantes. Dentro da Faixa de Fronteira podemos encontrar diferentes escalas de manifestação dessas características.

No caso da Amazônia, podemos dizer que há alguns traços naturais comuns que reúnem, num todo, a “paisagem” equatorial-tropical úmida que se estende do Vale do Oiapoque, no Amapá, ao Vale do Mamoré, em Rondônia. Obviamente, também há diferenças sub-regionais muito importantes, principalmente nas áreas mais elevadas do Escudo Guianense, entre Roraima e parte do Amazonas e a Venezuela. Nas áreas mais baixas, a presença de grandes rios é fundamental na articulação de algumas identidades sub-regionais ligadas aos vales fluviais, como o do Alto Solimões, o do Juruá e o do Purus, ligadas também a grupos específicos, notadamente grupos indígenas, pescadores e seringueiros.

No Arco Central, sem dúvida destaca-se, pela sua relativa homogeneidade, a Sub-região do Pantanal, com suas características físicas e mesmo sua ocupação humana peculiar, na relação entre áreas inundáveis, grandes propriedades e pecuária extensiva. A metade Leste-Sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul, muito mais densamente ocupada e transformada pela expansão capitalista, incluindo povoamento com migrantes de origens

diversas (principalmente do Sul e do Sudeste), não possui uma “paisagem” característica, aproximando-se, em algumas áreas, da fisionomia dominante nas áreas de colonização européia do Sul do Brasil.

O Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Norte-Noroeste do Rio Grande do Sul, áreas de colonização européia com os descendentes de colonos italianos e alemães das chamadas Colônias Velhas da Serra Gaúcha, possuem uma paisagem semelhante, calcada hoje na relação entre pequenas propriedades, relevo dissecado pelos vales fluviais no planalto basáltico meridional e antigas áreas de floresta subtropical, hoje intensamente devastada por atividades agrícolas intensivas.

Finalmente, uma das áreas que ainda manifesta traços de uma fisionomia bem característica é a Campanha Gaúcha, outrora dominada apenas pelas grandes “estâncias” de pecuária extensiva em áreas de colonização lusa, e que hoje inclui atividades como a rizicultura e a viticultura, introduzidas por descendentes de imigrantes europeus provenientes da Serra Gaúcha.

Convém salientar que, mesmo em termos de *região-paisagem*, em vários pontos da fronteira as características dominantes no lado brasileiro também ocorrem do outro lado. São os casos do Pampa latifundiário pecuarista-rizicultor no Uruguai, na Argentina e na Campanha Gaúcha, da áreas de colonização de base agro-industrial no Leste Paraguai, Oeste do Paraná e Cone Sul-mato-grossense, dos latifúndios com pecuária extensiva no Chaco Paraguai e Pantanal Mato-grossense; ou das áreas de floresta tropical da Amazônia (Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guianas e Brasil).

### ***Paisagens-Símbolo***

Embora no item anterior também estivéssemos nos referindo ao caráter simbólico das paisagens, tratava-se de traços paisagísticos dominantes mais ou menos coincidentes com a área da (sub)região no seu conjunto. Aqui, queremos destacar um papel simbólico mais enfático, ou seja, paisagens que, embora fisicamente pouco expressivas, ocupando às vezes extensões muito restritas, acabam tendo um potencial ou sendo efetivamente projetadas para simbolizar áreas muito maiores do que as que efetivamente ocupam.

Assim, algumas áreas, ainda que pouco extensas, mas dotadas de profunda singularidade e/ou importância geográfica, tendem a possuir um grande potencial para a (re)construção de identidades. Vejamos alguns exemplos:

- Marcos naturais: grandes rios, quedas d’água (como as Cataratas do Iguçu no Paraná ou os Saltos do Yucumã no Rio Grande do Sul), montes (como o Pico da Neblina, no Amazonas, o Monte Roraima e o Maciço do Urucum, no Mato Grosso do Sul), reservas naturais (ecológicas, indígenas ou extrativistas).

- Marcos de engenharia (mesmo desativados): estradas de ferro (como a Madeira-Mamoré, em Rondônia, e a “Noroeste do Brasil”, no Mato Grosso do Sul), grandes hidrelétricas (como Itaipu), pontes (como a ponte da Amizade entre o Brasil e o Paraguai).
- Construções históricas: fortes (como os fortes de Coimbra, no Mato Grosso do Sul, e Príncipe da Beira, em Rondônia), missões jesuíticas (podendo estabelecer inclusive uma identidade transfronteiriça entre Rio Grande do Sul, Misiones – na Argentina, e Itapúa – no Sul do Paraguai).

É importante lembrar que grande parte da eficácia simbólica de determinadas paisagens e territórios deve-se não só à sua maior ‘visibilidade’ (e ‘intensidade’ de sua manifestação) no espaço como também à propensão que têm de uma duração muito maior no tempo. Assim, aqui também deve ser considerada a temporalidade (e suas múltiplas durações – tempos longo, médio e curto) em sua imbricação com os diferentes espaços nos quais se materializa. Espaços com maior carga simbólica se transformam facilmente em ‘patrimônios’ (locais, regionais, nacionais ou ‘da humanidade’) e terão assim garantida uma duração ainda maior no tempo.

### **B-2.2 Diferenciação Histórica: Referenciais Históricos de Identidade**

Um dos principais elementos de diferenciação (sub)regional em termos de construção identitária são as bases históricas sobre as quais foi moldada a geografia de cada parcela do espaço. Assim, a história se coloca, ao lado da geografia, como o grande “fomentador” ou “alimentador” de identidades, especialmente identidades de base territorial como as identidades regionais e nacionais.

No caso da Faixa de Fronteira, envolvendo um limite internacional, construído muitas vezes através de disputas e conflitos, podemos identificar uma série de referências históricas em torno de eventos (como batalhas e acordos diplomáticos) e personagens que firmam, claramente, fortes referenciais. Devemos, entretanto, diferenciar as diversas “densidades” históricas. Enquanto algumas áreas foram ocupadas há muito tempo e preservam o legado de tempos mais remotos, seja em termos de referenciais concretos, seja de referenciais simbólicos (na memória da população), outras, geralmente de ocupação mais recente, preservaram pouco sua memória (como as que destruíram completamente o legado indígena). Assim, propomos distinguir aqui pelo menos dois tipos:

- Sub-regiões que possuem maior “densidade” ou “enraizamento” histórico: áreas com fortes referenciais mítico-históricos, quase sempre de ocupação mais antiga e/ou economicamente mais estabilizadas, como as áreas indígenas, as Missões e a Campanha Gaúcha, em geral menos permeáveis à reconstrução identitária; e

- Sub-regiões que possuem menor “densidade” histórica, ou porque destruíram (física e/ou simbolicamente) seus referenciais históricos, ou porque não (re)construíram narrativas históricas próprias, áreas em geral de ocupação recente e/ou economicamente dinâmicas, cuja identidade é moldada no próprio espaço em transformação e na idéia do novo, do espaço em movimento.

É importante lembrar, contudo, que maior “densidade” histórica não significa que, automática e obrigatoriamente, uma região terá uma manifestação mais intensa de sua identidade. Como já ressaltamos, a identidade é uma construção social e simbólica e, como tal, pode a todo momento ser recriada, reinventada, como nossos próprios mitos e heróis. A propósito, toda identidade, na origem, é fruto de uma mescla de outras identidades e histórias, ou seja, tem um caráter híbrido.

### **B-2.3 Diferenciação Sócio-Econômica**

#### *Desigualdades Sociais*

Um elemento que influencia de forma mais indireta a construção identitária, mas que é fundamental para o entendimento de suas articulações e de seus níveis de coesão, é a diferenciação – ou, em termos mais estritos, neste caso – a desigualdade sócio-econômica. Todos nós sabemos a importância dos níveis de desigualdade social para a configuração de uma sociedade menos fragmentada e onde efetivamente a cidadania possa estar universalmente assegurada. Áreas de maior desigualdade sócio-econômica podem, é claro, desenvolver processos de identificação social extremamente fortes, mas com certeza eles terão um papel muito mais intenso de “mascaramento” dessa situação, na medida em que, reconhecidamente, a identidade regional promove sempre um processo de homogeneização ou de equalização de seus habitantes, independente de sua condição sócio-econômica.

Não há, obviamente, uma relação linear entre desigualdade sócio-econômica e coesão identitária, pois áreas com maior “equilíbrio” social não obrigatoriamente irão dispor de uma mais intensa singularidade ou coesão identitária. Às vezes ocorre justamente o contrário: em áreas de grande desigualdade social é necessário que sejam forjadas fortes identidades territoriais a fim de “soldar” um amálgama que de outra forma não existiria. São inúmeros os casos internacionais, de regiões que constroem identidades e mesmo movimentos separatistas tanto em áreas mais ricas (o caso do Norte da Itália é sintomático) quanto em áreas mais pobres (como a Galícia espanhola).

Importante aqui é perceber como a construção identitária é influenciada por esta composição social, e em que sentido ela é forjada mais para criar “máscaras” que ocultam os problemas sociais do que para fomentar laços de solidariedade para uma mobilização

visando a transformação positiva e/ou a preservação de traços culturais ameaçados de desaparecimento.

Ao observarmos o mapa do índice de desequilíbrio interno na Faixa de Fronteira notamos claramente um maior desequilíbrio no Arco Norte, principalmente em municípios do Estado do Amazonas, e em “manchas” do Arco Central, notadamente o Centro-Sul do Mato Grosso do Sul. A primeira é uma área com uma estrutura social mais tradicional, reprodutora de desigualdades, e com fortes identidades “setoriais” territorialmente discriminadas (indígenas, seringueiros), enquanto a segunda é uma área mais dinâmica, com identidades mais fluidas, mas que reproduz um padrão “inequalitário” que fragmenta o espaço ao privilegiar determinadas áreas e setores da economia em detrimento de outros, de maior implicação social.

### *Diferenciação Econômica*

Outro indicador que associamos à diferenciação sócio-econômica é aquele que diz respeito não apenas aos elementos quantificáveis dessa diferenciação (ou desigualdade), como concentração de renda e de terra, mas mais qualitativos, como o tipo de produção dominante em cada região. Como muitas vezes estes produtos, especialmente aqueles ligados à atividade primária, estão diretamente vinculados a características físicas como tipo de solo e clima, não há como negar a sua vinculação com determinadas paisagens específicas. Isto faz com que eles também possam estar conjugados, direta ou indiretamente, com certas identidades sub-regionais, especialmente em áreas de produção mais especializadas onde algumas vezes um único produto pode se tornar “símbolo” – um “produto-marca” – de determinada área. Denominações como “região da soja”, “região da uva”, “capital do milho” – e suas “festas nacionais” – acabam servindo como mais um referencial para a produção de identidades locais e regionais. Não é nem mesmo necessário que um determinado produto ou tipo de produção seja dominante em determinada área, bastando muitas vezes que ele seja um produto específico daquela área, ou seja, que atue como um elemento importante de distinção, isto é, de identificação.

Observando os mapas referentes à base produtiva ao longo da Faixa de Fronteira, deparamo-nos com áreas específicas para determinados produtos (ver mapas referentes à erva-mate e uva, no Arco Sul, por exemplo), que podem atuar como elementos de identificação de áreas e populações. Na Amazônia, vários produtos extrativos podem ter papel semelhante. É interessante também associar estes mapas da base produtiva com os do grau de diversificação da produção, a fim de verificar áreas efetivamente mais especializadas em determinados produtos. Neste caso fica evidente o forte papel de uma determinada atividade primária, mais especializada em áreas como a Campanha Gaúcha, o Pantanal Mato-grossense e as áreas florestais da Amazônia.

## **B-2.4 Diferenciação Cultural (*stricto sensu*)**

Neste indicador foi possível encontrar dados mais objetivos capazes de ser mapeados, e que demonstram claramente a diversidade cultural da faixa de fronteira em termos da composição étnica de sua população, em termos das práticas religiosas dominantes e em relação a outros aspectos mais estritamente culturais, como o folclore, o linguajar e as festas populares. Embora só tenha sido possível mapear os dois primeiros elementos, etnia e religião, pelo menos outros dois indicadores da força cultural de alguns grupos puderam ser evidenciados, através dos mapas de distribuição dos remanescentes de quilombos e da difusão dos Centros de Tradições Gaúchas.

### ***Composição Étnica***

Os dados referentes à composição étnica da população permitem verificar nitidamente a diferenciação entre o Arco Sul, o Central e o Norte, como três “regiões” distintas no plano cultural. Assim, podemos visualizar o claro predomínio de indígenas e pardos (mestiços) no Arco Norte, principalmente em Roraima e no Amazonas, e o predomínio de população branca no Arco Sul, do Leste do Mato Grosso do Sul até a Campanha Gaúcha.

Enquanto isso, o Arco Central, especialmente a partir do Pantanal (com predomínio de população parda) até o Leste de Rondônia, é a área mais diversificada em termos de etnias: pardos no Pantanal e Oeste de Rondônia, brancos (migrantes sulistas) na Chapada dos Parecis e no Leste de Rondônia, negros em municípios de antigos quilombos em Mato Grosso.

Existe também uma interessante diversificação interna no Arco Sul, mais um entre os diversos indicadores que distinguem a Campanha Gaúcha da área dos Vales Coloniais – trata-se da presença importante de negros na porção Centro-Leste da Campanha, antiga área de escravos vinculados à atividade charqueadora. A presença de amarelos mostrou-se de pouca expressão em toda a Faixa de Fronteira, com exceção de alguns municípios esparsos do Paraná, Mato Grosso do Sul e Amazonas.

### ***Práticas Religiosas***

Diferentemente da composição étnica, o predomínio de determinada filiação religiosa não se mostrou um indicador tão expressivo de diferenciação (sub)regional. O predomínio de católicos, por exemplo, aparece disseminado em toda a Faixa de Fronteira, sem nenhuma concentração diferenciadora. Quanto aos evangélicos, o Censo do IBGE infelizmente não distingue entre o protestantismo histórico (como os evangélicos de

confissão luterana), nitidamente vinculado aos migrantes sulistas descendentes de alemães, e as crenças pentecostais, mais recentes e em ampla difusão no país.

Por conseguinte, baseados em dados qualitativos, devemos diferenciar pelo menos duas áreas de expressivo contingente de evangélicos: a do Arco Norte, especialmente em Roraima e no Alto Solimões, onde domina o pentecostalismo, e alguns municípios dos Vales Coloniais Sulinos, especialmente no Noroeste do Rio Grande do Sul, onde predominam os luteranos. Infelizmente também o IBGE coloca como “orientais” religiões que vão do islamismo ao budismo, o que impede identificar a importância da presença sirio-libanesa, coreana e chinesa em áreas como a da fronteira do Brasil com o Paraguai, sabidamente com uma das maiores concentrações de árabe-muçulmanos do país (especialmente em Foz do Iguaçu/PR).

### *Outros Elementos Culturais*

Aqui podemos elencar uma série de características pouco ou nada quantificáveis, como os diferentes linguajares ou diferenças dialetais (sub)regionais, o folclore, a música, a culinária e as festividades típicas de determinadas áreas.

Embora não haja um mapeamento detalhado e confiável das diferenças lingüísticas e dialetais (com exceção, talvez, das línguas indígenas) no Brasil, são bem conhecidas as diferenciações regionais entre o falar do gaúcho da Campanha, do colono descendente de alemães e de italianos dos Vales Coloniais do Sul (e que se difunde hoje por várias outras regiões do país), o falar do “pantaneiro”, o do habitante do interior da Amazônia e, especialmente, dos diversos grupos indígenas remanescentes e seus idiomas próprios.

Com relação ao folclore e aos hábitos regionais (principalmente a culinária), algumas áreas culturais ainda mantêm certas características, como a Campanha Gaúcha (folclore gaúcho, churrasco e chimarrão), as áreas de forte colonização européia (folclore alemão e italiano, Oktoberfest, vinho e culinária italiana), o Pantanal de Mato Grosso (música e comida pantaneira, tereré) e o Amazonas (folclore com forte influência indígena, boi-bumbá, comidas à base de peixe e mandioca).

É importante verificar a força das migrações na difusão de determinados hábitos culturais. O grande destaque fica com os sulistas, conhecidos genericamente nas áreas de migração como “gaúchos”, e que possuem um importante instrumento de reprodução identitária, os Centros de Tradições Gaúchas, com presença expressiva em todas as áreas de migração, inclusive Mato Grosso e Rondônia.

Finalmente, além da importância das comunidades indígenas, muitas delas altamente organizadas e com toda uma territorialidade própria capaz de garantir a manutenção de seus costumes (ainda que, como toda identidade, visivelmente influenciadas por várias outras dinâmicas culturais), devemos reconhecer a relevância das comunidades negras,



especialmente aquelas representadas por antigos quilombos, hoje mapeados em todo o território nacional. Na Faixa de Fronteira encontramos antigos quilombos no Pará (mais de trinta no Vale do Trombetas), no Mato Grosso (municípios de Vila Bela, Nova Lacerda e Comodoro) e no Rio Grande do Sul (município de Santa Vitória do Palmar).

### **B-2.5 Institucionalidade**

Outro indicador que deve ser considerado na construção identitária é o que denominamos, genericamente, “institucionalidade”, onde incluímos todo tipo de instituição, pública ou privada, especialmente as de caráter político, capazes de influenciar, através dos recortes espaciais em que efetivamente atuam ou que propõem para sua atuação, a criação de referenciais para a recriação de uma identidade.

Em primeiro lugar devemos destacar a própria configuração geográfica dos recortes institucionalizados pelo Estado a fim de consolidar sua atuação político-administrativa, através de estados e municípios. Além deles, entretanto, surgem periodicamente outras entidades, menos formais, mas que também podem atuar na reconstrução identitária, como as Associações de Municípios, os COREDES no Rio Grande do Sul, ou os fóruns mesorregionais. A própria divisão proposta pelo IBGE para coleta e análise de dados, em termos de micro e mesorregiões, estendida a todo o território nacional e utilizada ainda hoje na maioria das escolas, acaba por incutir na população determinados traços identitários.

Isso quer dizer que nunca se traça impunemente um recorte territorial: ao ter alguma forma de difusão ele acaba, de uma maneira ou de outra, influenciando processos de identificação social. Assim, o próprio fato, agora, de o governo criar ou fortalecer um programa específico para a Faixa de Fronteira, pode assegurar-lhe, finalmente, algum grau de “existência” mais efetivo do que a sua simples delimitação em gabinete. Este trabalho sem dúvida torna-se assim, também, mais um agente fomentador de identidades, ou melhor, de novos processos de identificação social. Entretanto, para além das diversas diferenciações identitárias (sub-regionais) relativamente homogeneizadoras aqui buscadas, deve-se pensar também a possibilidade de fortalecer uma identidade efetivamente transfronteiriça, vivida por muitos de seus habitantes.

Alguns projetos de novas divisões territoriais, como a criação de novos estados, também são elementos que acabam intervindo na reinvenção de identidades. Vide, na Faixa de Fronteira, projetos antigos ou recentes como o do Território do Iguaçu, que existiu por pouco tempo no Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, do Estado de Piratini na Metade Sul do Rio Grande do Sul, do Pantanal, de Guaporé, no Leste de Rondônia, do Alto Juruá acreano e do Alto Solimões amazonense.



Outros recortes territoriais como aqueles das unidades do Exército ou as dioceses da Igreja Católica também não podem ser negligenciados em seu papel (des)aglutinador/desordenador da população. Para finalizar este item, não é demais lembrar ainda o papel de entidades como muitas Organizações Não-Governamentais, sindicatos, a maçonaria e clubes de serviços, como o Rotary Club.

### **B-2.6 Mobilidade**

Por fim, o último “indicador” identitário que focalizamos foi aquele que relaciona identidade e mobilidade. Ao contrário do que comumente se pensa, a identidade não é estática nem participa da “natureza” de um determinado grupo social. Por tratar, sobretudo com símbolos, e podendo a todo tempo ser reconstruída, a identidade deve ser vista enquanto processo de identificação, sempre em curso. Mesmo grupos tidos como de forte e clara identidade social, como os povos indígenas, estão sempre reconstruindo suas identidades enquanto estratégias (políticas) de que dispõem para sua sobrevivência.

Mas além do fato de que a “mobilidade” lhe é inerente, a formação da identidade regional varia muito de acordo com a mobilidade física a que a população está sujeita (migrações) e o nível de conectividade (interações) de que dispõe cada área. Assim, espaços com alta mobilidade da população, com índices mais elevados de migrantes na população total, tendem a desenvolver identidades mais diversificadas e, algumas vezes, têm mais dificuldade de moldarem uma identidade-padrão representativa de toda a região. Este fenômeno, sob a globalização, é cada vez mais comum, e diversos pontos ao longo da fronteira manifestam um encontro de múltiplas identidades muito mais intenso, destacando-se, sobretudo, a Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, verdadeiro cadinho cultural da globalização.

O mapa da “migração total” (número de migrantes na população total dos municípios) mostra uma correspondência relativamente clara entre imigração (chegada de novos moradores) e identidades mais uniformes. As áreas mais estabilizadas em termos de recepção de migrantes, com menos de 5% da população não nascida no próprio local, podem ser distinguidas em dois tipos, aquelas estabilizadas mas com condições sociais mais favoráveis, caso basicamente do Rio Grande do Sul, nitidamente separado dos demais estados, e aquelas cuja estabilidade econômica e demográfica ocorre sob condições de forte desigualdade social e alto nível de pobreza, como a maior parte do Amazonas e o Oeste do Acre.

Já as áreas com maior número de imigrantes (mais de um quarto da população), duas formas também podem ser identificadas: uma relativa a populações com melhores condições de vida e relativo “equilíbrio” social, de imigração bem mais antiga, especialmente a área que vai do Oeste de Santa Catarina ao Sul de Mato Grosso do Sul,

e outra forma relativa a áreas dinâmicas com maior complexidade social e, em tese, com maior diversidade identitária, como Rondônia e Roraima. O mapa de origem dos imigrantes também ajuda a evidenciar a complexidade cultural nessas áreas de imigração recente, onde encontramos imigrantes das mais diversas regiões brasileiras.

Devemos lembrar, contudo, que não há uma regra para afirmar genericamente que áreas com maior dinamismo e diversidade migratória tenham identidades mais ricas ou mais fragmentadas. Cada grupo social migrante carrega suas próprias características – maior maleabilidade ou integração, maior fechamento ou segregação em relação aos demais. Não basta, assim, a existência efetiva da diversidade cultural para que isto represente, automaticamente, melhor convivência ou maior segregação social.

## C. METODOLOGIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

A metodologia geral de desenvolvimento deste trabalho contou com várias atividades descritas a seguir.

### C-1 Atividades Iniciais e Primeiros Produtos:

- **Levantamento de Dados sobre a Base Produtiva da Faixa de Fronteira:** o objetivo de diferenciar a Faixa de Fronteira de acordo com o perfil produtivo (agrícola e industrial) demandou o levantamento de dados sobre as diversas atividades produtivas que são desenvolvidas nos municípios da faixa (588 municípios). Foi escolhido o ano de 2001 como referência por ser este o ano com dados econômicos disponíveis pelo IBGE. Para cada município da faixa foram levantados dados sobre agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, mineral e indústria. As principais fontes dos dados estão relacionadas a seguir:

- IBGE, Produção Agrícola Municipal (PAM), 2001;
- IBGE, Produção Pecuária Municipal (PPM), 2001;
- IBGE, Produção Extrativa Vegetal e Silvicultura (PES), 2001;
- IBGE, Cadastro de Empresas (com CGC), 2001;
- Ministério do Trabalho, Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), 2001; e
- Ministério de Minas e Energia (DNPM), Anuário Estatístico, 2001.

- **Levantamento de Dados e Informações sobre Identidade Cultural da Faixa de Fronteira:** Por se tratar de um processo de pesquisa envolvendo indicadores de ordem muito mais qualitativa do que quantitativa, os dados, ou melhor, as informações tiveram que ser buscadas em fontes as mais diversas. Alguns elementos que poderiam ser classificados como mais “objetivos”, envolvendo composição étnica da população, práticas religiosas e migrações (incluindo a origem dos migrantes) puderam ser mapeados sobre a mesma base (municipal) utilizada para os vetores analíticos do desenvolvimento econômico, com dados provenientes do último recenseamento do IBGE. Dados sobre a presença do indígena e a delimitação de suas reservas, obtidos junto à FUNAI, assim como a distribuição dos quilombos remanescentes em território nacional, a partir de mapa composto por geógrafo da UnB, também foram muito importantes, associados ao mapa da composição étnica municipal.

Para uma das composições possíveis do que denominamos de “paisagens-tipo” foi utilizada a superposição de mapas referentes a relevo, vegetação e clima obtidos através

da última edição do Atlas Nacional do Brasil do IBGE. Outros indicadores de diferenciação cultural e de espaços de referência identitária resultam de ampla pesquisa bibliográfica e de trabalhos anteriormente realizados nas áreas da geografia, da cultura e das identidades locais-regionais. Um elemento ligado ao folclore e à reprodução de uma das identidades regionais mais fortes e difusas na área de fronteira, os Centros de Tradições Gaúchas, foi possível localizar e mapear através de contato direto com as sedes do MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho em diversos estados brasileiros, em pesquisa já efetivada e publicada no livro “Des-territorialização e identidade”.

O levantamento desses indicadores e o mapeamento daqueles cujos dados municipais permitiam uma cartografia se somou à análise conjugada com outros mapas, já realizados dentro dos vetores ligados ao desenvolvimento econômico, especialmente àqueles ligados às desigualdades sociais, à mobilidade e à conectividade. Dessa interação resultaram duas tipologias básicas: a tipologia das interações identitárias transfronteiriças e a tipologia das sub-regiões culturais, subsídios fundamentais para a formulação da regionalização final da Faixa de Fronteira. Observa-se como o trabalho foi realizado de forma conjugada, pois ainda que distinguíssemos dois grandes vetores para fins de operacionalização, estes foram trabalhados conjuntamente, inclusive com indicadores sobrepostos, como o da diferenciação ou desigualdade econômica.

**- Levantamento de Dados para a Caracterização Social, Institucional, Técnico-tecnológica da Faixa e Elaboração de Índices:** a avaliação do contexto mais abrangente da Base Produtiva e Identidade Cultural levou ao levantamento de dados sobre a situação social, institucional e de desenvolvimento técnico-tecnológico de cada município da Faixa. Além disso, três índices foram idealizados para complementar a elaboração da tipologia: o índice de estabilidade/instabilidade da população municipal; o índice de desequilíbrio econômico interno municipal; e o índice de violência. Diversas fontes foram utilizadas:

- IBGE, Censo Demográfico, 2000;
- IBGE, Base de Indicadores Municipais;
- IBGE, Perfil Municipal da Gestão Pública, 2001;
- IBGE, Serviço SIDRA on-line;
- MEC, EDUDATA, 2002;
- MEC, IFET, 2002;
- IPEA, Base de Dados Macroeconômicos e Regionais (vários anos);
- MDIC, SISCOMEX, 2002;
- Ministério da Defesa, Programa Calha Norte; Unidades do Exército;

- Ministério dos Transportes, Banco de Informações e Mapas de Transporte, 2002;
- Ministério da Integração Nacional: Programa de Mesorregiões;
- Ministério das Relações Exteriores, Departamento da América do Sul;
- IBAM, CONDELIS, 2002;
- Geoscape, Malha Municipal Digital, 2001;
- FUNASA, Distritos Sanitários Especiais Indígenas;
- GUIATEC, Guia Bancário do Brasil (vários anos);
- Sistema “S” – SEBRAE, SENAI, SESC, SESI, SENAT, SENAC;
- Receita Federal; e
- Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, entre outras fontes.

- **Levantamento da Legislação e Acordos Bi-nacionais concernentes à Faixa de Fronteira:** foram levantadas as leis, medidas provisórias, decretos em vigência ou que estão tramitando ou aguardando pareceres na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

- **Tabelamento e Classificação de Dados sobre Cidades-Gêmeas:** informações obtidas em trabalhos de campo realizados entre os anos de 1996 e 2004, acopladas à informações de órgãos censitários de países vizinhos e outras fontes bibliográficas já reunidas no Laboratório do Grupo Retis (UFRJ) gerou uma tabela síntese de aspectos característicos das cidades-gêmeas fronteiriças.

- **Análise Estatística e Montagem da Base de Dados:** as variáveis obtidas nos levantamentos de dados e informações foram agrupadas em Vetores Analíticos: Densidade Econômica (Base Produtiva, Mercado de Trabalho, Serviços à Produção, Índice de Conectividade); Densidade Social; Densidade Técnico-Tecnológica, Densidade Institucional, Índice de Estabilidade/Instabilidade Local; Índice de Desequilíbrio Interno Local.

- **Mapeamento dos Principais Vetores:** uma série de mapas foi produzida a partir da aplicação do Sistema de Informações Geográficas à base de dados georeferenciados, criando-se mapas analíticos que, em conjunto, permitiram considerar um amplo espectro de informações, simular regionalizações de acordo com mudanças dos parâmetros, e chegar à tipologia de sub-regiões para cada vetor em tempo hábil (dois meses). Os mapas produzidos foram elaborados em diversas escalas, desde a *macro-*

*divisão* da Faixa de Fronteira em Grandes Arcos (Norte, Central e Sul) até a escala dos estados federados.

- **Oficinas de Trabalho**: a definição de condicionantes e entraves ao desenvolvimento local foi objeto de discussões por parte de autoridades locais e representantes de segmentos da sociedade local no Fórum da Mesorregião do Alto Solimões/AM. As reuniões foram realizadas em Amaturá, Santo Antônio de Iça, São Paulo de Olivença, Benjamim Constant e Tabatinga (fevereiro de 2004). Em Ponta Porã/MS foi realizado encontro informal reunindo autoridades e segmentos da sociedade local, do Brasil e do Paraguai, e dois representantes do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai, convidados pela Prefeita de Pedro Juan Caballero (março de 2004).

## **C-2 Atividades Principais de Pesquisa**

- **Realização da Tipologia de Subregiões de Fronteira**, reunindo dimensões econômicas da base produtiva e a identificação de subregiões culturais. A tipologia final configura a divisão territorial da Faixa de Fronteira, de modo a orientar as ações de desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda do novo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, sob a ótica do território e das territorialidades geográficas. O levantamento das principais atividades produtivas (sobretudo as de perfil industrial) e das articulações existentes e potenciais entre elas resultaram em três quadros sínteses que apontam, para cada sub-região, as Especializações Produtivas existentes; os Arranjos Produtivos Locais existentes, as APLs potenciais e Problemas e Potencialidades relativos à sua implementação. O produto final da pesquisa está sintetizado no Quadro Agenda Global para a Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - Diretrizes Estratégicas e Instrumentos de Ação.

- **Realização da Tipologia de Interações Fronteiriças**: foram pesquisadas as interações entre a Faixa de Fronteira e os países vizinhos ao longo da linha de fronteira e, mais especificamente, nas cidades-gêmeas. A pesquisa também incluiu as interações culturais e imigratórias, elementos fundamentais para dimensionar o ‘ambiente’ político fronteiriço, de modo a orientar futuras ações da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional no sentido de cooperação com os países vizinhos e não só de defesa de interesses brasileiros do outro lado da fronteira. O produto final também se encontra no Quadro de Diretrizes, Estratégias e Instrumentos de Ação da Agenda Global.

- **Realização de Pesquisa para a Avaliação do Marco Legal da Faixa de Fronteira**: O objetivo principal deste estudo foi reunir as legislações existentes, as que estão em trâmite ou aguardando aprovação do Poder Legislativo que incidem, direta ou indiretamente, sobre o desenvolvimento da Faixa de Fronteira, incluindo os Acordos Bilaterais. Permite pautar negociações futuras entre o Ministério da Integração Nacional, o Poder Legislativo e outros Ministérios em benefício do desenvolvimento da Faixa de Fronteira, uma das prioridades do PPA-2004-2007. O material foi classificado de acordo com os temas principais identificados em trabalhos de campo e em estudos sobre a Faixa de Fronteira, sendo divididos em dois grandes grupos: os pertinentes à cidadania e os pertinentes ao desenvolvimento econômico regional. Programas institucionais federais foram deslocados para o item Instrumentos de Ação no Quadro Agenda Global do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - Diretrizes, Estratégias e Instrumentos de Ação.

- **Realização de Pesquisa de Campo no Alto Solimões e no Cone Sul-matogrossense (fronteira com o Paraguai)**: duas sub-regiões foram objeto de pesquisa de campo, ambas previamente selecionados pelo Ministério. O objetivo central da pesquisa foi reunir informações *in loco*, de modo a dar concretude às propostas de diretrizes e estratégias da Agenda Global, registrar demandas locais, e testar a tipologia das sub-regiões. Apesar da escolha das áreas ter sido previa à realização deste Projeto, confirmou-se seu acerto, devido a localização estratégica de ambas as áreas. Foram realizadas entrevistas individuais e encontros com grupos específicos, englobando prefeitos, secretários municipais, representantes da sociedade civil (comércio, indústria, serviços, profissionais liberais), representantes de movimentos sociais ligados a assentamentos rurais, representantes de comunidades indígenas e outras instituições. No caso do trabalho de campo em Mato Grosso do Sul, também foram entrevistadas representantes públicos (governadores, prefeitos, técnicos, consulado do Brasil) e representantes da sociedade civil do lado do Paraguai.

- **Realização da Agenda Global de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**: as quatro pesquisas subsidiaram a formulação da Agenda Global, produto final deste trabalho.

## II - Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira

ATIVIDADES DE PESQUISA	OBJETIVOS	INSTRUMENTOS
<b>Tipologia Básica das Sub-regiões</b>		
Definição de Vetores Analíticos: Densidade Econômica; Densidade Social; Densidade Técnico-Tecnológica; Densidade Institucional; Índice de Estabilidade Municipal; Índice de Desequilíbrio Interno Local; Migração; Etnias; Religiões	Tipologia de Sub-regiões por Vetor Analítico e por macro-regiões (Arco Norte; Arco Central; Arco Sul)	Escolha de Variáveis; Processamento Estatístico; Montagem de Base de Dados; Mapeamento dos principais vetores através do Sistema de Informações Geográficas
Integração das informações sobre Desenvolvimento Econômico Regional com as Regiões Culturais	Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteiras: Síntese da Tipologia de Sub-regiões	Levantamento e Mapeamento dos principais vetores do Desenvolvimento Econômico e de indicadores sobre Identidade Cultural de cada sub-região
<b>Especializações Produtivas e APLs Potenciais</b>		
Definição das especializações produtivas e das regiões culturais da Faixa de Fronteira	Especializações Produtivas por Sub-região	Mapeamento de Variáveis Econômicas por município; Identificação das atividades produtivas com maior valor e maior grau de empresariamento por município através de Sistema de Informações Geográficas
Indicação de Atividades Produtivas com perfil industrial	Potencialidade de emergência de Arranjos Produtivos Locais (APLs) por Sub-região	Levantamento de atividades industriais; Cruzamento dos dados com as variáveis da base produtiva
<b>Tipologia das Interações Transfronteiriças</b>		
Definição do grau de permeabilidade e tipos de interação com os países vizinhos	Tipologia das Interações Fronteiriças; Tipologia das Interações Culturais Transfronteiriças; Tipologia das Cidades-Gêmeas	Elaboração de quadro com a classificação das interações segundo conceitos e modelo de relações entre sistemas nacionais territoriais na Zona de Fronteira
<b>Avaliação do Marco Legal</b>		
Análise das legislações brasileiras e acordos com países vizinhos	Marco Legal Vigente para ações governamentais e da iniciativa privada na Faixa de Fronteira; Marco Legal para as Ações de Cooperação Transfronteiriças; Proposições quanto à mudança do marco regulatório para negociação entre o MI e outros órgãos governamentais	Elaboração de Quadros Classificatórios das Legislações Vigentes e Propostas; Elaboração de Quadros Classificatórios para os Acordos Binacionais; Proposições aguardando na Câmara
<b>Estudos de Caso</b>		
Pesquisas de Campo no Alto Solimões (fronteira com Colômbia e Peru), e no Mato Grosso do Sul (fronteira com o Paraguai)	Informações <i>in loco</i> sobre demandas, problemas e potencialidades locais de forma a subsidiar a Agenda Global (Diretrizes, Estratégias e Instrumentos de Desenvolvimento)	Entrevistas e debates com autoridades locais, membros da sociedade civil organizada em reuniões do Fórum da Mesorregião do Alto Solimões (AM) e em encontro informal em Ponta Porã (MS); entrevistas com a população; reconhecimento geográfico da região; coleta de documentos públicos e privados sobre desenvolvimento local; entrevistas com autoridades locais do país vizinho (MS -Paraguai)

**QUADRO 4: RESUMO DA METODOLOGIA**



## **II – NOVA BASE TERRITORIAL PARA O PROGRAMA FAIXA DE FRONTEIRA**

### **A. AS TRÊS FRONTEIRAS**

Os estudos apontam para a macrodivisão da Faixa de Fronteira em três grandes Arcos. O primeiro é o Arco Norte, compreendendo a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas e os Estados de Roraima e Acre (totalmente situados na Faixa de Fronteira). O segundo é o Arco Central, que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O terceiro é o Arco Sul, que inclui a fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

#### **A-1 Arco Norte**

##### **A-1.1 Caracterização Geral**

O Arco Norte abrange a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre. Apesar de também fazer parte da Amazônia Legal, a base produtiva e outros indicadores sócio-econômicos apontaram no sentido de deslocar a Faixa de Fronteira de Rondônia para o Arco Central (observação igualmente válida para Mato Grosso, outro Estado componente da Amazônia Legal).

Diferenças na base produtiva, posição geográfica e predomínio de população indígena foram os principais critérios para a definição das sub-regiões do Arco Norte. Apesar de fluxos imigratórios procedentes de outras regiões do país (principalmente nordestina), a Faixa de Fronteira Norte constitui um “*arco indígena*”, tanto do ponto de vista do território (presença de grandes áreas de reserva) como da identidade territorial (importância étnico-cultural indígena mesmo fora das áreas de reserva). As sub-regiões identificadas são: (I) Oiapoque-Tumucumaque; (II) Campos do Rio Branco; (III) Parima-Alto Rio Negro; (IV) Alto Solimões; (V) Alto Juruá; (VI) Vale do Acre-Alto Purus.

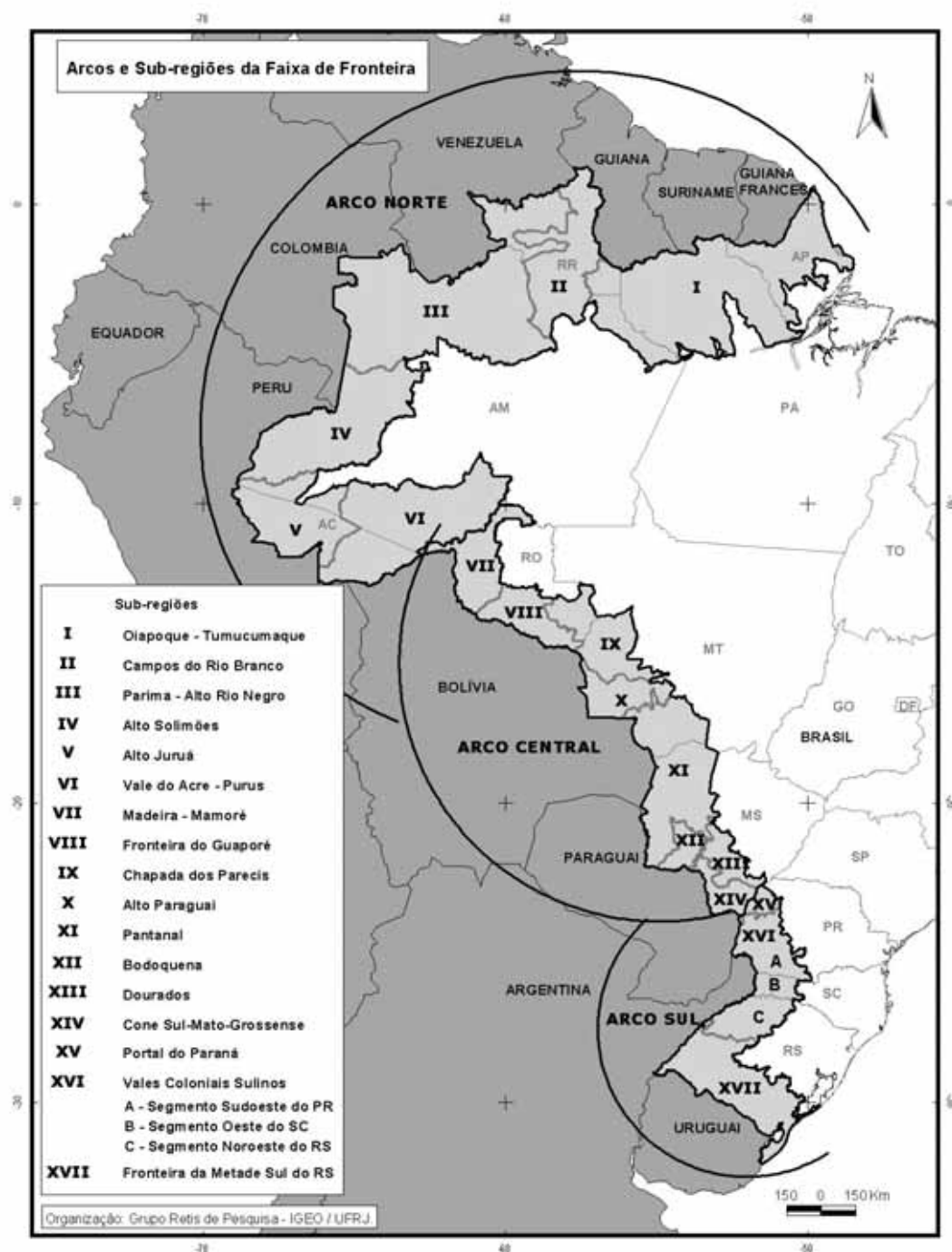


FIGURA 7: ARCOS E SUB-REGIÕES DA FAIXA DE FRONTEIRA

É importante ressaltar que o tamanho desmesurado dos municípios amazônicos não só é um indicador de baixa densidade demográfica como é responsável pela maior largura da Faixa de Fronteira brasileira no Arco Norte (em alguns trechos, mais de 700 km do limite internacional), o que dificulta sobremaneira o reconhecimento de diferenças internas da base econômica. Dois Estados, Roraima e Acre, têm seus territórios totalmente incluídos na Faixa de Fronteira, fato que tem provocado repetidas reclamações de seus governos a respeito das limitações impostas a todo o território estadual pela legislação que instituiu a Faixa de Fronteira. Curiosamente não é aventada a possibilidade de redução do tamanho dos municípios pela alteração da malha municipal, prerrogativa devolvida aos governos estaduais pela atual Constituição e que colocaria vários municípios fora do polígono de 150 km, tanto no Acre como em Roraima.

Se nas últimas décadas a questão ambiental atraiu a atenção nacional e internacional para a proteção das florestas nativas amazônicas e de seu patrimônio biogenético, o Arco Norte Amazônico tem atraído recentemente a atenção nacional em termos de conflitos envolvendo terras indígenas, tráfico internacional de cocaína e movimentos guerrilheiros atuantes em países limítrofes, principalmente na Colômbia.

### **A-1.2 Aspectos Geoeconômicos**

O Rio Amazonas permanece importante como eixo estruturador do povoamento, assim como seus grandes afluentes da margem esquerda e direita. Além de constituírem eixos de povoamento, a maioria dos vales amazônicos são vias naturais de integração e comércio com diversos países vizinhos. Somente em três lugares do Arco Norte a dependência em relação à rede fluvial foi reduzida pela construção de rodovias: no Acre, principalmente no Leste acreano (BR-364 e BR-317); em Roraima, com a conexão de Manaus e Boa Vista ao Caribe através da Venezuela (BR-174) e Guiana (BR-401); e no Amapá a estrada (precária) que liga Macapá à Guiana Francesa (BR-156), sendo previsto no PPA 2003-2007 do Ministério dos Transportes a construção de uma ponte sobre o Rio Oiapoque e de trecho rodoviário entre Ferreira Gomes e Oiapoque.

Desde antes do início da colonização européia (século XVII), a Faixa de Fronteira Norte tinha como principais meios de subsistência a pesca, o extrativismo vegetal e o cultivo da mandioca (*complexo indígena da mandioca*). Essas atividades até hoje constituem a “identidade produtiva” da maioria das sub-regiões em termos de extensão territorial, porém não em valor da produção. Hoje, a mineração da bauxita em Oriximiná e a silvicultura em Almeirim/PA e Laranjal do Jarí/AP e mesmo a piaçava em Barcelos/AM apresentam valores de produção incomparavelmente maiores do que qualquer outro produto do Arco Norte. No entanto, a natureza dessas atividades e a inexistência de

cadeia produtiva levam a que seu potencial como indutor de desenvolvimento regional seja ínfimo.

As “frentes pioneiras” que avançaram sobre a floresta, desmatando grandes áreas nos últimos trinta anos, foram deixando atrás de si grandes áreas de pastagens para rebanhos bovinos de qualidade irregular. Mais importante, a substituição da agricultura itinerante dos indígenas pelos cultivos de subsistência das frentes pioneiras e destas por grandes fazendas de gado levaram não só à concentração fundiária como ao seu corolário, a urbanização.

Grande parte das atividades que geram emprego e renda no Arco Norte tem base urbana, o que não significa dizer que sejam empregos exigentes de mão-de-obra qualificada e bem remunerada. As próprias cidades carecem de infra-estrutura básica e as dificuldades de comunicação e circulação entre elas desencorajam investidores potenciais e frustram aqueles que investem. Mais recentemente, um mercado local e regional para produtos agrícolas e de leite e derivados tem se desenvolvido em função do adensamento urbano crescente no entorno das capitais estaduais de Rio Branco (Sub-região Vale do Acre) e Boa Vista (Sub-região Campos do Rio Branco), pólos principais de atração imigratória e de investimentos no Arco Norte. Essas sub-regiões são as que apresentam maior potencial para implantação de arranjos produtivos locais (APL) vinculados à bovinocultura de leite, à farinha de mandioca (uma das melhores da Amazônia é produzida em Cruzeiro do Sul), às frutas tropicais e ao palmito.

Afora algumas possibilidades de APLs aventadas no estudo de caso do Alto Solimões (pesca artesanal, piscicultura, movelaria, mandioca) e que serão discutidas adiante, é possível que a capacitação gerencial e a alteração da forma de organização da produção de piaçava em Barcelos possam incentivar agregação de valor às duas matérias primas locais, piaçava e madeira, com a introdução de unidades industriais de artefatos domésticos bastante simples de manufaturar.

Na rota do Caribe que liga Manaus e Boa Vista a Georgetown na Guiana encontram-se duas pequeninas cidades-gêmeas, Bonfim e Lethem, prestes a serem articuladas por uma ponte sobre o Rio Tacuru. Faz uns vinte anos que Bonfim é Área de Livre Comércio (SUFRAMA) sem que essa condição tenha contribuído de forma significativa para o desenvolvimento de ambas as cidades, muito menos da sub-região. Considerando o potencial comercial da rota do Caribe, e de modo que não continue o predomínio absoluto de Manaus na exploração dessa rota, Bonfim, Normandia e Boa Vista poderiam constituir uma futura Zona de Integração Fronteiriça (ZIF). Se levada a sério, a proposta das ZIFs pode, no futuro, substituir o modelo ‘zona franca’ de Manaus, altamente concentrador do ponto de vista territorial.

### **A-1.3 Aspectos Culturais**

O aspecto cultural mais importante do Arco Norte e que lhe confere identidade territorial é abrigar o maior contingente de população indígena do país diferenciado em variadas etnias e culturas. A relevância territorial das tribos indígenas foi reconhecida e legitimada pelo Governo Federal sob a forma de reservas ou Terras Indígenas, a maior parte delas já demarcadas, homologadas ou em processo de homologação. Esse fato não foi aleatório e sim efeito de uma política federal deliberada, de criar *zonas-tampão* no limite internacional amazônico. Em muitos trechos do Arco Norte, os países vizinhos também criaram do outro lado do limite internacional suas próprias zonas-tampão, institucionalizando terras indígenas e parques nacionais. As principais etnias indígenas do Arco Norte, ianomâmi e macuxis, tucanos (Sub-região Parima-Alto Rio Negro), tikunas (Sub-região Alto Solimões) e panos (Sub-regiões Alto Solimões e Alto Juruá) ocupam territórios dos dois lados do limite internacional.

Quatro aspectos devem ser ressaltados sobre as terras indígenas fronteiriças por caracterizar uma situação encontrada em outros segmentos da Faixa de Fronteira brasileira: a) a livre mobilidade transfronteira dos grupos indígenas, em função de antigos laços de parentesco, redes de escambo, ou presença do mesmo grupo étnico-cultural tende a estimular a continuidade física das reservas indígenas, superpondo-se à linha divisória entre os países; b) a invasão de terras indígenas por frentes mineradoras, madeireiras e agrícolas gera sérios conflitos; c) o direito indígena à terra (e sua extensão territorial) é objeto de visões divergentes (estratégica, desenvolvimentista, ambientalista, indigenista, etc.) tanto no âmbito federal, estadual e municipal, como nas comunidades indígenas e não-indígenas; d) a crise identitária de muitos grupos indígenas é uma questão de cidadania extremamente importante; resulta tanto da hostilidade com que geralmente são tratados por outros grupos, como de conflitos internos a respeito do grau e os caminhos de integração à sociedade não-indígena.

Considerando tais aspectos, uma das principais diretrizes do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira no Arco Norte é respeitar os direitos adquiridos dos povos indígenas e, ao mesmo tempo, criar condições para sua integração nas áreas ocupadas por grupos não-indígenas.

## **A-2 Arco Central**

### **A-2.1 Caracterização Geral**

O Arco Central abrange a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Oito sub-regiões foram identificadas, um indicador de

grande diversidade nos tipos de organização territorial. A unidade do Arco deriva do caráter de transição entre a Amazônia e o Centro-Sul do país e de sua posição central no subcontinente. É nele que se encontram as duas grandes bacias hidrográficas sul-americanas, a Bacia Amazônica e a Bacia do Paraná-Paraguai.

Como nos outros Arcos, diferenças na base produtiva e identidade cultural foram os critérios para a divisão em sub-regiões: (VII) Madeira-Mamoré; (VIII) Fronteira do Guaporé; (IX) Chapada dos Parecis; (X) Alto Paraguai; (XI) Pantanal; (XII) Bodoquena; (XIII) Dourados; (XIV) Cone Sul-mato-grossense, os últimos quatro em Mato Grosso do Sul.

### **A-2.2 Aspectos Geoeconômicos**

Grosso modo, o Arco Central apresenta quatro “modelos” de organização do sistema produtivo. O primeiro bastante difundido no país é o de frentes pioneiras. Pequenos e grandes produtores rurais vivem em simbiose, os pequenos com produção agrícola de baixo valor, porém alta diversificação (em terra própria ou de terceiros), e os grandes produtores ocupando grandes trechos de terra com gado de corte. A simbiose deriva principalmente da formação de pastagens no regime de parceria, com o plantio de milho, arroz, mandioca, etc. As Sub-regiões Fronteira do Guaporé e Alto Paraguai são exemplares, nesse sentido, sendo este modelo muito similar ao de Dourados da década de 1930, quando o governo central lá localizou uma série de colônias agrícolas povoadas por imigrantes nordestinos e sulistas.

O segundo “modelo” de organização do sistema produtivo é o “pantaneiro”: grandes propriedades de gado de corte, criado de forma extensiva em pastagens naturais, geralmente tocadas por administradores e capatazes, os proprietários vivendo no Brasil Atlântico. Os municípios de Corumbá, Aquidauana, Miranda, Porto Murtinho, este último com características ligeiramente diferentes, representam o “modelo pantaneiro”.

O terceiro “modelo” de organização foi introduzido pelos “colonos sulistas” ou “gaúchos”, termos genéricos que podem designar gaúchos, paranaenses e mesmo paulistas. A identidade produtiva deste modelo é a soja, explorada com sofisticadas maquinarias e pouca absorção de mão-de-obra. A borda sul da grande Chapada dos Parecis/MT é o exemplo mais claro deste modelo no Arco Central. A expansão da soja, porém, não se limita à Chapada, estendendo-se do Paraná em direção ao Norte de Mato Grosso do Sul, passando por Dourados. O nexos capitalista domina nessas regiões, embora existam vários casos de decadência das plantações de soja por pragas e esgotamento do solo. No momento atual um fato interessante acontece na faixa: a valorização da mandioca nos últimos dois anos para a fabricação de fécula (amido) está “roubando” para si a tradicional associação entre a mandioca e a cultura indígena e cabocla.

O quarto “modelo” é o industrial-comercial. Embora vinculado ao anterior em termos de redes de secagem e armazenamento da soja, tem ímpeto próprio, exemplificado no aparecimento recente de pequenas unidades de produção de amido em meio aos campos de soja e mandioca. O ‘modelo’ engloba as pequenas e médias cidades, por onde se expandem redes de firmas comerciais, principalmente do Paraná, unidades da AVIPAL, da SEARA, frigoríficos de carne bovina e de pescado, etc.

### A-2.3 Aspectos Culturais

O Arco Central constitui, culturalmente, uma grande área de transição entre o Arco Sul claramente identificado com a cultura européia de descendentes de imigrantes (“colonos”), principalmente italianos e alemães, e o Arco Norte, onde predomina a cultura dos diversos grupos indígenas amazônicos. Trata-se assim de um espaço bastante diversificado em termos culturais, tendo ao centro a grande área ou “sub-arco” cultural pantaneiro, uma continuidade das áreas do Chaco boliviano e paraguaio. No Pantanal aliam-se a identidade do ‘pantaneiro’, produto histórico da criação extensiva de gado, e a herança indígena, presente direta (em reservas indígenas como a dos índios kadiwéu) ou indiretamente (através de hábitos culturais como o tereré).

Paralelo e parcialmente integrado ao grande Arco fronteiro Central estende-se uma espécie de Arco interior vinculado à modernização agrícola, do Cone Sul-mato-grossense/MS à Chapada dos Parecis/MT, com alguns intervalos (como o do Alto Paraguai), e por onde se propaga a influência da colonização sulista. Áreas culturais mais específicas carregam traços da contribuição negra (como nos remanescentes de quilombos na área de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso), indígena (várias reservas no Mato Grosso do Sul e outras, com maior continuidade física, em Rondônia) e paraguaia (em cidades do Mato Grosso do Sul).

### A-2.4 Interações Transfronteiriças

O principal entrave ao desenvolvimento das interações fronteiriças no Arco Central é o tráfico de *Cannabis sativa* e cocaína, procedentes, respectivamente, do Paraguai e da Bolívia, e o contrabando de madeira em tora e soja na fronteira paraguaia. O que torna a questão mais complicada é que grande parte do tráfico e das zonas produtoras de *Cannabis sativa* no Paraguai está na mão de brasileiros, que também controlam as redes de contrabando. É certo que empresários vinculados aos agronegócios da soja, incluindo produtores rurais e grandes redes de firmas de armazenamento e secagem também se expandiram em terras paraguaias e mesmo bolivianas de forma legal, comprando terras e atraindo levas de imigrantes brasileiros atrás. Porém, essa mistura heterogênea de interesses dificulta sobremaneira os esforços dos órgãos de vigilância e imprime uma



nefasta “imagem de marca” aos municípios lindeiros do Arco Central (Coronel Sapucaia, Ponta Porã, Corumbá, etc.).

Os negócios ligados às atividades ilegais estimulam da pior maneira possível a economia urbana das localidades fronteiriças, uma vez que atraem indivíduos de todas as regiões do país sem comprometimento nenhum com o lugar. Curiosamente, no caso das Sub-regiões do Cone Sul-mato-grossense e Dourados, municípios não-lindeiros como Dourados e Amambaí, não “contaminados” pela imagem negativa dos municípios lindeiros, são os mais importantes núcleos logísticos do tráfico e do contrabando, e talvez os que mais capitalizaram de forma produtiva seus ganhos. Na Faixa de Fronteira de Rondônia (Sub-região Fronteira do Guaporé) ocorre situação similar, Rolim de Moura, Vilhena e outras municipalidades na retaguarda da Faixa capitalizaram os ganhos com o tráfico, enquanto que a imagem negativa permanece associada aos municípios lindeiros (Cabixi, Pimenteiras do Oeste, Costa Marques).

### **A-3 Arco Sul**

#### **A-3.1 Caracterização Geral**

O Arco Sul compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, correspondente à área mais meridional do país. Embora com importantes diferenciações intra-regionais, trata-se do espaço com a mais intensa influência do legado sócio-econômico e cultural europeu ao longo da faixa, e aquele mais intensamente afetado pela dinâmica transfronteiriça decorrente do projeto de integração econômica promovida pelo Mercosul. Sua diferenciação interna exige a distinção de pelo menos três sub-regiões principais: o Portal do Paraná, no Noroeste paranaense; os Vales Coloniais Sulinos, subdivididos em três segmentos, Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul; e o segmento de fronteira da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (segmento de fronteira conhecido culturalmente como Campanha Gaúcha).

A ocupação da Faixa de Fronteira do Arco Sul decorreu de processos territoriais distintos. Na época colonial, a colonização se deu por portugueses e espanhóis. Os portugueses chegaram ao atual porto de Rio Grande e se expandiram pela Campanha Gaúcha no século XVIII. Os espanhóis, especialmente as missões jesuíticas, chegaram dois séculos antes, e ocuparam o atual Noroeste do Rio Grande do Sul a partir do território das Missões, que chegou a estender-se até o Oeste do atual Estado do Paraná.

Interrompida a experiência missionária (meados do século XVIII), e limitada a expansão lusa às áreas de campo do Extremo-Sul, a colonização só teve seqüência com a estratégica ocupação das áreas de mata a partir da imigração européia, principalmente



de alemães e italianos, no século XIX, de onde emergiu a chamada “Colônia Nova” do Noroeste Gaúcho nas primeiras décadas do século XX. A partir daí, seguindo o mesmo processo baseado na pequena propriedade de produção familiar, foram ocupados o Oeste Catarinense e o Sudoeste do Paraná (décadas de 1940 e 1950).

Por sua vez, a ocupação do Noroeste do Paraná representou o encontro da “frente pioneira” vinda do Rio Grande do Sul e do Oeste Catarinense com a “frente” cafeicultora vinda de São Paulo a partir de Londrina e Maringá. Daí a área aqui denominada de Portal do Paraná representar o espaço de passagem da colonização sulista em direção ao Mato Grosso do Sul, no Arco Central. A influência dos sulistas na expansão da soja e os capitais e tecnologias provenientes principalmente do Paraná e de São Paulo na difusão de unidades industriais em Mato Grosso do Sul apontam no sentido de crescente diferenciação entre o Sul e o Norte deste Estado da Federação.

### **A-3.2 Aspectos Geoeconômicos**

O legado da imigração européia, principalmente através dos descendentes de alemães e italianos, é uma das marcas fundamentais da sociedade e da economia regionais características do Arco Sul. Estes migrantes, conhecidos regionalmente como “*colonos*”, realizaram a ocupação das áreas de mata subtropical em férteis terrenos de terra-roxa, que se estendem desde o Noroeste do Rio Grande do Sul até o Sudoeste do Paraná. A rica e densamente ocupada Sub-região faz parte do Planalto Meridional, cuja dissecação pela erosão fluvial foi responsável pela formação de uma série de vales intensamente cultivados.

A estrutura fundiária moldada por pequenas e médias propriedades, especialmente na Sub-região dos Vales Coloniais, deu origem a uma próspera e relativamente diversificada base produtiva, concentrada na agroindústria, e com forte presença de pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar, que se dedicam à criação de aves e suínos, ao cultivo do milho, e à fruticultura. Mais recentemente, a expansão territorial do cultivo da soja, com o arrendamento de terras por grandes empresas agroindustriais, e o desenvolvimento de uma compacta rede urbana conectada por densa malha rodoviária explicam a forte imigração da população do campo para as pequenas cidades, apesar de a estrutura fundiária ter permanecido relativamente estável. Expansão semelhante do cultivo de soja ocorreu no Sudoeste do Paraná, sem redução da diversidade produtiva. Também aqui se difundiu a indústria, tanto aquela vinculada ao agronegócios (mercado externo e nacional) como a que atende à demanda de mercados urbanos e rurais, regionais e nacionais.

Entre o Noroeste Gaúcho e o Sudoeste Paranaense, o Oeste Catarinense apresenta características próprias, embora a estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades

e agricultura familiar continuar dominante. Se comparada aos vizinhos ao Norte e ao Sul, a Sub-região apresenta menor diversificação produtiva e produtos de menor valor (milho e fumo). Por outro lado, a introdução da soja (Xanxerê, Faxinal do Oeste) e a difusão espacial de unidades industriais no Oeste Catarinense, principalmente do setor de alimentos (complexo da SADIA), permitiram a manutenção de uma economia regional sustentável e situação social invejável.

A Campanha Gaúcha, sensivelmente distinta em termos de base produtiva, compreende, ao contrário, médias e grandes propriedades de criação de gado bovino e ovino e, mais recentemente, com o arrendamento de terras por “colonos” migrantes da Região Serrana, a expansão da rizicultura.

### **A-3.3 Aspectos Culturais**

O Arco Sul, apesar de ter recebido a maior contribuição da cultura européia na Faixa de Fronteira brasileira, não constitui um espaço culturalmente homogêneo. Enquanto nos Vales Coloniais, que constituem a sub-região mais populosa e a mais densamente povoada, há um claro domínio da cultura de origem italiana e alemã, na Campanha Gaúcha os traços culturais dominantes são referentes mais estritamente à “cultura gaúcha” e suas raízes lusas e indígenas. No Portal do Paraná, por sua vez, a contribuição do migrante nordestino e de outras nacionalidades (italiana, alemã, japonesa) é responsável por um maior pluralismo cultural.

Um traço comum, entretanto, e que deve ser destacado, é a superposição da ‘cultura gaúcha’, que acompanhou o avanço da migração sulista a partir dos anos 1940-50. Partindo de sua área mais tradicional – a Faixa de Fronteira com o pampa uruguaio-argentino – o “gauchismo” acabou se reproduzindo com igual ênfase dentro das áreas de colonização ítalo-germânica, e hoje encontramos CTGs (Centros de Tradições Gaúchas) lado a lado de manifestações das identidades italiana e alemã ao longo de toda a Faixa de Fronteira do Arco Sul.

### **A-3.4 Interações Transfronteiriças**

O Arco Sul tem uma das fronteiras mais permeáveis e de interações mais intensas com os países vizinhos, que vem de longa data, mas que estão sendo reestruturadas desde a criação do MERCOSUL. Os laços com os países vizinhos derivam de um processo historicamente bastante antigo de ocupação das áreas de campo naturais por grandes estâncias de gado (especialmente na fronteira com o Uruguai e com a Província argentina de Corrientes) e da influência religiosa e indígena (guarani) das missões jesuíticas do século XVIII. A forte presença militar motivada por antigas rivalidades entre Brasil e Argentina não rompeu esses antigos laços econômicos e culturais.

Atualmente, as interações com os países vizinhos são fortemente regidas pela expansão de interesses e de imigrantes brasileiros nos países limítrofes, incluindo desde o processo de arrendamento de terras por empresários brasileiros ligados à rizicultura no Uruguai até a “frente” de brasiguaios nos Departamentos do Alto Paraná e Canindeyú (Paraguai). No Paraguai vivem atualmente cerca de 350 mil brasileiros e seus descendentes. Menos intensas tem sido as interações ao longo da linha de fronteira argentina (Província de Misiones), devido a implantação pelos argentinos de reservas naturais como zonas-tampão para dificultar a imigração e a compra de terras por brasileiros. Essa “linha de defesa” é quebrada por algumas cidades-gêmeas (Uruguaiana/Paso de los Libres; São Borja/Santo Tomé, etc.) e por novas iniciativas de integração da infra-estrutura rodoviária no âmbito do MERCOSUL, por exemplo, a recente carta de intenções entre a Província de Corrientes e o município de São Miguel do Oeste/SC para a construção de um trecho de rodovia na Argentina, que conectaria o porto catarinense de São Francisco do Sul ao porto de Valparaíso no Chile, passando pela província argentina e o município catarinense.

## **B. A ESCALA SUB-REGIONAL**

### **B-1 Desenvolvimento Regional e Identidade Cultural: Síntese da Tipologia de Sub-regiões**

A elaboração da Tipologia de Sub-regiões resultou da análise e posterior ajuste dos dois vetores principais da pesquisa, que fundamentam a proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), Desenvolvimento Regional e Identidade Cultural.

O Vetor Desenvolvimento Regional reúne fatores constituintes de processos de desenvolvimento econômico: Densidades Econômicas (Base Produtiva Local, Mercado de Trabalho, Serviços a Produção, Índice de Conectividade); Densidade Técnico-Tecnológica, Social, Institucional, além da proposição de dois índices de avaliação do grau de instabilidade local, o Índice de Estabilidade Municipal e o Índice de Desequilíbrio Interno Local, medidos por município. Também a análise das especializações produtivas (Base produtiva local) foi elemento essencial para a definição das sub-regiões.

O Vetor Identidade Cultural fundamentou-se em dados quantitativos (migração, etnia, práticas religiosas) e elementos qualitativos capazes de ajudar na identificação das sub-regiões culturais na Faixa de Fronteira (espaços de referência identitária, referenciais históricos de identidade, identidade étnico-cultural). Um desses elementos, o *espaço de referência identitária*, sugere a importância para a formação da identidade regional das *regiões-paisagem* e das *paisagens-símbolos*. Tendo em vista as múltiplas e instáveis referências identitárias associadas à vida social e econômica coletiva e a maior estabilidade das *regiões-paisagem* como referência identitária dos habitantes de um território, foram elas que deram nome a cada sub-região.

Os municípios da Faixa de Fronteira foram então classificados segundo as sub-regiões propostas. A seguir encontram-se breves sumários das características gerais do povoamento, e das potencialidades e problemas das sub-regiões por sua vez agrupadas por Arco (Norte, Central e Sul).

### **ARCO NORTE**

#### **I. Sub-região Oiapoque-Tumucumaque (*Sub-região Cultural Arco Indígena Oiapoque-Tumucumaque*)**

Inclui os municípios de: Oiapoque, Laranjal do Jarí, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Ferreira Gomes, Pracuúba, Calçoene, Amapá no Estado do Amapá; Alenquer,

Almeirim, Faro, Oriximiná, Óbidos no Estado do Pará; Urucará, Nhamundá no Estado do Amazonas; Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá no Estado de Roraima.

**II. Sub-região Campos do Rio Branco (*Sub-região Cultural Campos do Rio Branco*)**

Inclui os municípios de: Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracará, Mucajaí, Normandia, Rorainópolis, Pacaraima e Uiramutã (dentro da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol) no Estado de Roraima.

**III. Sub-região Parima–Alto Rio Negro (*Sub-região Cultural Arco Indígena Parima–Pacaraima/RR e Sub-região Cultural Arco Indígena Alto Rio Negro/AM*)**

Inclui os municípios de: Alto Alegre, Amajari, Iracema no Estado de Roraima; Barcelos, Japurá, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro no Estado do Amazonas.

**IV. Sub-região Alto Solimões (*Sub-região Cultural Alto Solimões*)**

Inclui os municípios de: Tabatinga, Benjamim Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antonio do Iça, Jutáí, Tonantins no Estado do Amazonas [Fonte Boa, situada fora da Faixa de Fronteira, faz parte da Mesorregião do Alto Solimões].

**V. Sub-região Alto Juruá (*Sub-região Cultural Alto Juruá-Javari*)**

Inclui os municípios de: Envira, Guajará, Ipixuna no Estado do Amazonas; Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus e Tarauacá no Estado do Acre.

**VI. Sub-região Vale do Acre–Alto Purus (*Sub-região Cultural Vale do Acre–Alto Purus*)**

Inclui os municípios de: Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Sena Madureira, Senador Guiomar e Xapuri no Estado do Acre; Boca do Acre, Canutama, Lábrea e Pauini no Estado do Amazonas.

**ARCO CENTRAL**

**VII. Sub-região Madeira-Mamoré (*Sub-região Cultural Madeira-Mamoré*)**

Inclui os municípios de: Campo Novo de Rondônia, Buritis, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho no Estado de Rondônia.

**VIII. Sub-região Fronteira do Guaporé (*Sub-região Cultural Alto Paraguai/MT e Vale do Guaporé/RO*)**

Inclui os municípios de: Costa Marques, Seringueiras, São Miguel do Guaporé, Alvorada, Nova Brasilândia d'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Rolim de Moura, Alta Floresta d'Oeste, São Francisco do Guaporé, Alto Alegre dos Parecis, Corumbiara, Cerejeiras, Pimenteiras do Oeste e Cabixi no Estado de Rondônia.

**IX. Sub-região Chapada dos Parecis (*Sub-região Cultural Chapada dos Parecis*)**

Inclui os municípios de: Chupinguaia, Colorado do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, Santa Luzia d'Oeste, São Felipe do Oeste e Vilhena, no Estado de Rondônia; Comodoro, Conquista d'Oeste, Campos de Júlio, Sapezal, Nova Lacerda e Tangará da Serra, no Estado de Mato Grosso.

**X. Sub-região Alto Paraguai (*Sub-região Cultural Alto Paraguai/MT e Vale do Guaporé/RO*)**

Inclui os municípios de: Araputanga, Barra do Bugre, Curvelândia, Figueirópolis d'Oeste, Glória d'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Porto Estrela, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Vale de São Domingos, Vila Bela da Santíssima Trindade no Estado de Mato Grosso.

**XI. Sub-região Pantanal (*Sub-região Cultural Chaquenha-Pantaneira*)**

Inclui os municípios de: Barão de Melgaço, Cáceres, Nossa Senhora do Livramento e Poconé, no Estado de Mato Grosso; Aquidauana, Anastácio, Corumbá, Ladário, Miranda, Porto Murtinho no Estado de Mato Grosso do Sul.

**XII. Sub-região Bodoquena (*Sub-região Cultural Chaquenha-Pantaneira*)**

Inclui os municípios de: Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque, no Estado de Mato Grosso do Sul.

**XIII. Sub-região Dourados (*Sub-região Cultural Cone-sul-matogrossense*)**

Inclui os municípios de: Caarapó, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna Carapã, Maracajú, Novo Horizonte do Sul, Rio Brillhante, Sidrolândia, Taquarussu e Vicentina no Estado de Mato Grosso do Sul.

**XIV. Sub-região Cone Sul-mato-grossense (*Sub-região Cultural Cone Sul-mato-grossense*)**

Inclui os municípios de: Amambaí, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru, no Estado de Mato Grosso do Sul.

**ARCO SUL**

**XV. Sub-região Portal do Paraná (*Sub-região Cultural Portal do Paraná*)**

Inclui os municípios de: Altônia, Cafezal do Sul, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Guaíra, Icaraíma, Ivaté, Maria Helena, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, Querência do Norte, Rondon, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, São José do Patrocínio, Tapejara, Tapira, Umuarama, Vila Alta e Xambrê, no Estado do Paraná.

**XVI. Sub-região Vales Coloniais Sulinos (*Região Cultural dos Vales Coloniais*)**

**- Segmento Sudoeste do Paraná**

Inclui os municípios de: Altamira do Paraná, Alto Piquiri, Ampére, Anahy, Assis Chateaubriand, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança, Boa Esperança do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Braganey, Brasilândia do Sul, Cafelândia, Campina da Lagoa, Campo Bonito, Candói, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Chopinzinho, Clevelândia, Corbélia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Diamante do Sul, Diamante d'Oeste, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Entre Rios do Oeste, Espigão Alto do Iguaçu, Flor da Serra do Sul, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Francisco Alves, Francisco Beltrão, Goioerê, Guaraniaçu, Honório Serpa, Ibema, Iguatu, Iporã, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Itapejara d'Oeste, Janiópolis, Jesuítas, Juranda, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Lindoeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Marechal Cândido Rondon, Mariluz, Mariópolis, Maripá, Marmeleiro, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Moreira Sales, Nova Aurora, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Laranjeiras, Nova Santa Rosa, Nova Prata do Iguaçu, Ouro Verde do Oeste, Palmas, Palotina, Pato Bragado, Pato Branco, Pérola d'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Porto Barreiro, Pranchita, Quarto Centenário, Quatro Pontes, Quedas do Iguaçu, Ramilândia, Rancho Alegre d'Oeste, Realeza, Renascença, Rio Bonito do Iguaçu, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Helena, Santa Izabel do Oeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge d'Oeste, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Saudade do Iguaçu,



Serranópolis do Iguaçu, Sulina, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tuneiras do Oeste, Tupãssi, Ubiratã, Vera Cruz do Oeste, Verê e Vitorino no Estado do Paraná.

**- Segmento Oeste de Santa Catarina**

Inclui os municípios de: Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Águas Frias, Anchieta, Arabutã, Arvoredo, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunha Porã, Cunhataí, Descanso, Dionísio Cerqueira, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Guatambu, Iporã do Oeste, Ipuçu, Ipumirim, Iraceminha, Irati, Ita, Itapiranga, Jardinópolis, Jupiá, Lajeado Grande, Maravilha, Marema, Modelo, Mondai, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro Verde, Paial, Palma Sola, Palmitos, Paraíso, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Princesa, Quilombo, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Santa Helena, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Carlos, São Domingos, São João do Oeste, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, Saudades, Seara, Serra Alta, Sul Brasil, Tigrinhos, Tunápolis, União do Oeste, Vargeão, Xanxerê, Xavantina e Xaxim no Estado de Santa Catarina.

**- Segmento Noroeste do Rio Grande do Sul**

Inclui os municípios de: Ajuricaba, Alecrim, Alegria, Almirante Tamandaré do Sul, Alpestre, Ametista do Sul, Aratiba, Augusto Pestana, Barão de Cotegipe, Barra do Guarita, Barra do Rio Azul, Barra Funda, Benjamin Constant do Sul, Boa Vista das Missões, Boa Vista do Buricá, Boa Vista do Cadeado, Bom Progresso, Bossoroca, Bozano, Braga, Caibaté, Caiçara, Campina das Missões, Campinas do Sul, Campo Novo, Cândido Godói, Carazinho, Catuípe, Cerro Grande, Cerro Largo, Chapada, Chiapetta, Condor, Constantina, Coqueiros do Sul, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Cristal do Sul, Cruz Alta, Cruzaltense, Derrubadas, Dezesesseis de Novembro, Dois Irmãos das Missões, Doutor Maurício Cardoso, Engenho Velho, Entre-Ijuís, Entre Rios do Sul, Erechim, Erval Grande, Erval Seco, Esperança do Sul, Eugênio de Castro, Faxinalzinho, Frederico Westphalen, Giruá, Gramado dos Loureiros, Guarani das Missões, Horizontina, Humaitá, Ibirubá, Ijuí, Independência, Inhacorá, Irai, Itatiba do Sul, Jaboticaba, Jacutinga, Jóia, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Mato Queimado, Miraguaí, Nonoai, Nova Boa Vista, Nova Candelária, Nova Ramada, Novo Machado, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Novo Barreiro, Palmeira das Missões, Palmitinho, Panambi, Paulo Bento, Pejuçara, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Pirapó, Planalto, Pontão, Ponte Preta, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Quatro Irmãos, Redentora, Rio dos Índios, Rodeio, Bonito, Rolador, Ronda Alta, Rondinha, Roque Gonzáles, Sagrada Família, Saldanha Marinho, Salvador das Missões, Santa Bárbara do Sul, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo



Antônio das Missões, Santo Augusto, Santo Cristo, São José das Missões, São José do Inhacorá, São Luiz Gonzaga, São Martinho, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro das Missões, São Pedro do Butiá, São Valentim, São Valério do Sul, Sarandi, Seberi, Sede Nova, Senador Salgado Filho, Sete de Setembro, Taquaruçu do Sul, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três de Maio, Três Palmeiras, Três Passos, Trindade do Sul, Tucunduva, Tuparendi, Ubiretama, Vicente Dutra, Vista Alegre, Vista Gaúcha, Vitória das Missões no Estado do Rio Grande do Sul.

**XVII. Sub-região Fronteira da Metade Sul do Rio Grande do Sul (*Sub-região Cultural Campanha Gaúcha*)**

Inclui os municípios de: Aceguá, Alegrete, Arroio do Padre, Arroio Grande, Bagé, Barra do Quaraí, Caçapava do Sul, Cacequi, Candiota, Canguçu, Capão do Sipó, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Dom Pedrito, Encruzilhada do Sul, Garruchos, Herval, Hulha Negra, Itacurubi, Itaquí, Jaguarão, Jagurari, Jarí, Lavras do Sul, Maçambará, Manoel Viana, Morro Redondo, Nova Esperança do Sul, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Quaraí, Rio Grande, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, Sant'Ana do Livramento, Santiago, São Borja, São Francisco de Assis, São Gabriel, São José do Norte, São Lourenço do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Tupanciretã, Turucu, Unistalda, Uruguaiana e Vila Nova do Sul no Estado do Rio Grande do Sul.

## II - Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira

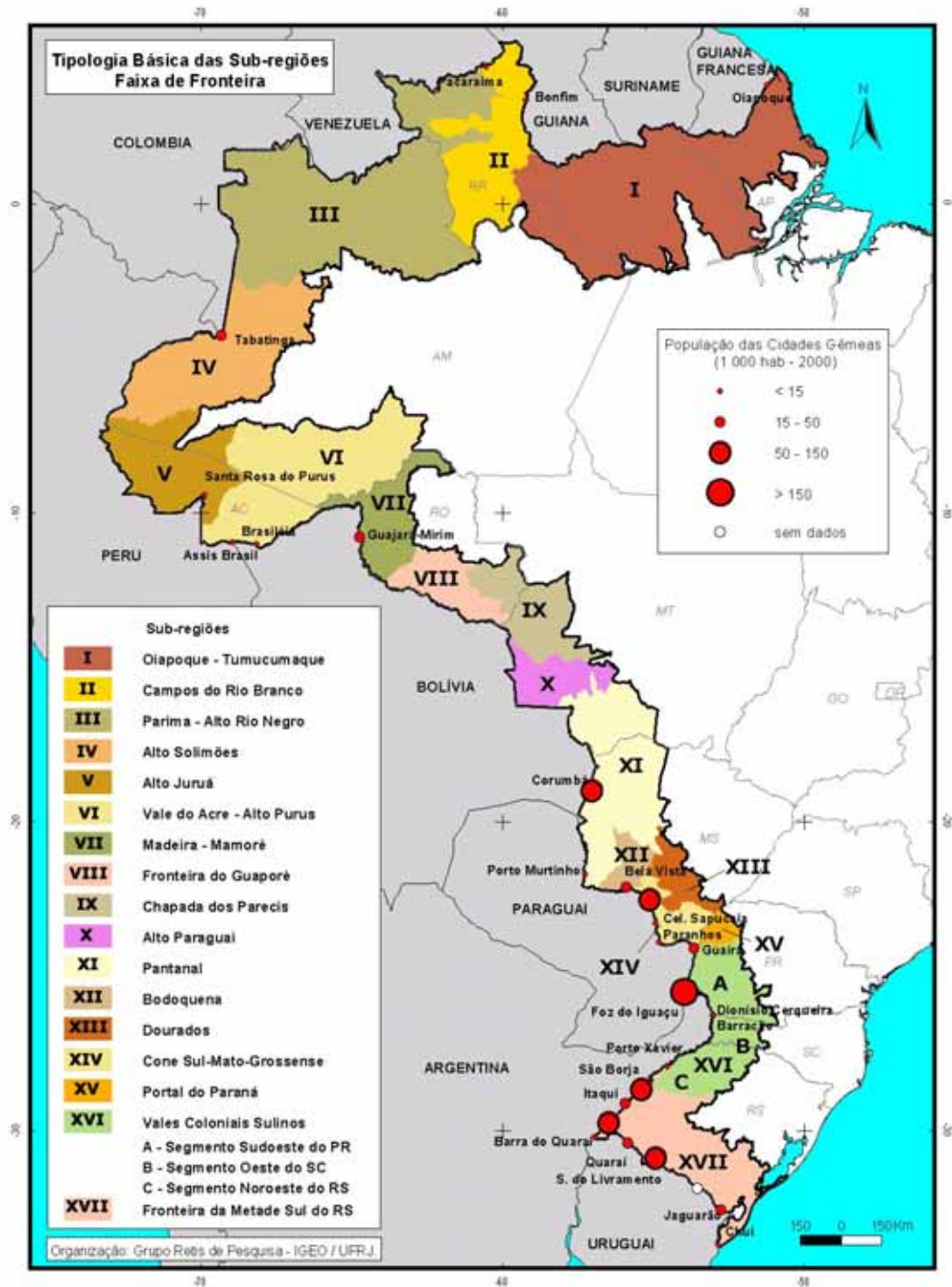


FIGURA 8: TIPOLOGIA BÁSICA DAS SUB-REGIÕES DA FAIXA DE FRONTEIRA

### **B-1.1 Sub-regiões do Arco Norte**

O Arco Norte é composto por 71 municípios representando 12% do total de municípios da Faixa de Fronteira. Foi subdividido em seis sub-regiões.

#### **I - Sub-região Oiapoque-Tumucumaque**

A Sub-região Oiapoque-Tumucumaque, a Nordeste do Arco Norte, compreende dezoito municípios pertencentes aos Estados do Amapá, Pará e Amazonas, uma imensa área com mais de 350 mil km<sup>2</sup> e uma população total de 298.823 habitantes (2000), a maior parte concentrada nas sedes municipais. Localizada ao longo da vertente Sul do Maciço da Guiana, na linha divisória entre o Brasil, as Guianas e o Suriname, é cortada pelos Rios Oiapoque, Jarí e Trombetas. A Sub-região engloba uma grande extensão da floresta equatorial amazônica além de áreas de campos e savana, estendendo-se desde a Foz do Oiapoque até o Sul do Estado de Roraima e Noroeste do Estado do Amazonas. É a sub-região de maior superfície da Faixa de Fronteira, devido à grande extensão territorial dos municípios componentes. Estes se estendem da linha de fronteira (ao Norte) até as margens do Baixo Amazonas (ao Sul), concentrando-se a população nas pequenas aglomerações urbanas ao longo do grande Vale. A Sub-região engloba também o município de Laranjal do Jarí/AP, que praticamente cruza o Estado no sentido longitudinal.

As sedes municipais de Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Almeirim e Laranjal do Jarí são os núcleos urbanos mais populosos, distantes mais de 400 km do limite internacional, o que explica a baixa interação com os países vizinhos. Apenas no extremo Norte, as cidades-gêmeas de Saint-Georges e Oiapoque definem um segmento fronteiriço com interações mais intensas, de tipo *capilar*, com a Guiana Francesa. Apesar de antigas e contínuas relações entre as populações, até hoje não foi construída a ponte sobre o Rio Oiapoque.



A baixa densidade do povoamento e a ausência de infra-estrutura de conexão transfronteiriça mascaram uma das mais importantes peculiaridades do sistema de povoamento do Arco Norte, a forte mobilidade transfronteiriça intermitente de grupos indígenas. Grande parte da população desta Sub-região é composta por população cabocla e indígena, vivendo em áreas rurais (cerca de 40% da população total da Sub-região).

A maior parte da linha de fronteira nas sub-regiões do Arco Norte, e a Sub-região do Oiapoque–Tumucumaque não é exceção, pode ser classificada como *zona-tampão natural* (montanhas, florestas) e *zona-tampão indígena*. Aproveitando-se das características fisiográficas e fitogeográficas do território e a presença de importantes grupos indígenas, o Governo Federal criou unidades de conservação e terras indígenas, várias delas já demarcadas.

Na Sub-região destacam-se na Faixa de Fronteira as terras indígenas. No extremo Norte da Sub-região, (fronteira do Pará com o Suriname) encontra-se o “Parque Indígena do Tumucumaque” (municípios de Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Almeirim) e a “Terra Indígena Rio Paru d’Este”, habitados pelos povos indígenas *Waiana-Apalai*, *Tiriyó*, *Kaxuyana* e *Akurio*, totalizando cerca de 1.400 indígenas. Entre os Estados do Pará e Amazonas, a Terra Indígena Nhamundá-Mapuera dos índios *Xeréu*, *Karafawyána*, *Katwena* e outros povos, com cerca de 2.400 indígenas localiza-se nos municípios de Oriximiná, Faro e Nhamundá, estando prevista a construção em suas proximidades de três hidrelétricas. Na tríplice fronteira ‘interna’, entre os Estados do Pará, Amazonas e Roraima, a Terra Indígena Trombetas-Mapuera abriga os índios *Wai-Wai* e *Karafawyána* (municípios de Urucará, Faro, São João da Baliza, Nhamundá)

No município de Laranjal do Jarí, Oeste do Amapá encontra-se a Terra Indígena Waiãpi, com cerca de 530 indígenas. No extremo Nordeste, no município de Oiapoque (limite com a Guiana Francesa) encontram-se as Terras Indígenas Uaçã I e II, que abrigam os povos *Galibi Marworno*, *Palikur* e *Karipuna do Amapá*, com cerca de 3.600 indígenas. Assinala-se, ainda, a presença de comunidades negras remanescentes de antigos quilombos nos municípios paraenses de Oriximiná, Óbidos e Alenquer e no Estado do Amapá, a maioria sem terras demarcadas.

### ***Especialização produtiva***

A estrutura produtiva da Sub-região I está fortemente calcada na extração florestal (madeira e lenha) e mineral (complexo da bauxita em Oriximiná), nos cultivos de mandioca e banana e na pecuária (bubalinos e bovinos). A silvicultura ligada à indústria do papel e celulose (em Laranjal do Jarí/AP) é a mais importante do Arco Norte e uma das principais do Brasil.



A pecuária mais expressiva é de bubalinos, com 97% do rebanho total da Sub-região. Na agricultura, destaca-se a produção de mandioca, a segunda em importância no Arco Norte, com 34% do total produzido em seus municípios. A produção agropecuária, no entanto, é de baixo valor. Somente os setores extrativos (mineral e vegetal) e silvicultor voltados para o mercado interno e externo garantem alto valor da produção (Laranjal do Jarí, Almeirim, Oriximiná).

### *Problemas e potencialidades*

A extração de madeira em tora e lenha nos municípios da Sub-região é um problema tanto para as áreas indígenas como para as atuais e futuras florestas nacionais, intermitentemente invadidas pelas frentes madeireiras. O valor da madeira e o fato de que se destina ao mercado internacional interessa a balança de pagamentos do país. Interesses importantes em conflito também estão presentes na extração mineral do ouro por garimpeiros (Amapá). Importante fonte de renda para a população não-indígena de baixa renda, os garimpeiros com frequência invadem áreas indígenas ou de floresta (Alenquer e Almeirim). A Terra Indígena Parque Tumucumaque é a única limitada pela linha divisória.

Predominam na Sub-região o emprego urbano e o trabalho por conta própria (trabalhadores autônomos), em áreas urbanas e rurais. Apesar do relativamente elevado grau de diversificação da produção e da importância da indústria extrativa, o grau de desenvolvimento regional é baixo, com reduzido grau de empresariamento, pequena disponibilidade de serviços de apoio à produção e baixa densidade técnico-tecnológica, esta última se refletindo na mão-de-obra pouco qualificada exceto aquela empregada nas grandes empresas da região. A baixa densidade social, com elevada proporção de população analfabeta e chefes de domicílio vivendo abaixo da linha de pobreza indicam a situação socialmente ambígua da população, principalmente da população indígena. A institucionalização das terras indígenas (Estatuto do Índio, Lei 6001/73), outras iniciativas de proteção e apoio às comunidades, assim como o projeto de lei que estabelece o Estatuto das Sociedades Indígenas, embora importantes, não conseguem por si só impedir que os indígenas permaneçam à margem da sociedade não-indígena, manifesta na dificuldade em desenvolver sistemas produtivos mais adaptados às suas novas expectativas.

A economia dos municípios da sub-região apresenta ainda baixo índice de estabilidade de diversos indicadores sócio-econômicos (imigração, PIB, emprego) e afluxo populacional intermitente, o que sugere alta vulnerabilidade dos sistemas produtivos locais. O desequilíbrio interno municipal (que mede a concentração de renda e fundiária) varia entre médio (Óbidos, Oriximiná, Faro), médio-alto (grande parte dos municípios do Amapá), alto (Urucará) e muito alto (Almeirim, Laranjal do Jarí, Serra do Navio). Neste

último caso os níveis mais elevados de desequilíbrio interno municipal podem ser explicado pela presença dos grandes empreendimentos extrativistas e silvicultores.

A diversificação da produção é característica dos municípios de Almeirim, Óbidos e Oriximiná, voltados para a agropecuária e o extrativismo vegetal e mineral (frutas, grãos, castanhas, madeira, silvicultura e bauxita). A presença de pequenas indústrias (processamento de alimentos, ração e moagem, frigoríficos e laticínios, serrarias, pasta/celulose em Laranjal do Jarí, movelaria, piscicultura, maquinário e equipamentos, cerâmica, construção, têxtil/confecção) voltadas para o mercado interno e externo sinaliza certo potencial de desenvolvimento industrial da região, caso cresça a oferta de energia com a expansão de redes de distribuição. É o que se pretende com a construção prevista da hidrelétrica de Cachoeira Porteira. Pode-se ainda apontar o elevado potencial turístico da sub-região, sobretudo nos municípios do Estado do Amapá, o qual apresenta grande diversidade de paisagens e localização privilegiada em relação à Europa e ao Caribe.

Finalmente, os campos naturais do Amapá, em terrenos propícios e localização privilegiada em relação ao mercado externo, têm potencial para a produção de grãos.

Os Arranjos Produtivos Locais de maior potencial estão nos setores da agroindústria, movelaria e bovinocultura, principalmente na criação de búfalos associada à indústria de laticínios, além do turismo.

## **II - Sub-região Campos do Rio Branco**

Localizada na porção Leste do Estado de Roraima, fronteira com a Guiana e Venezuela, *região-paisagem* caracterizada pelo Vale e Campos do Rio Branco, a Sub-região II do Arco Norte apresenta uma paisagem diferenciada em relação às demais. As savanas e os campos são forragens naturais (lavrado) para a criação de gado e tem alto potencial para a agricultura. Outro aspecto diferenciador da Sub-região é sua maior conectividade, a malha rodoviária sendo a mais desenvolvida do Arco Norte, encontrando-se em bom estado de conservação. A malha tem como principal eixo a rodovia asfaltada BR-174, que liga Manaus a Boa Vista e segue em direção à Venezuela (passando pela cidade de Pacaraima), onde se conecta à rede viária deste país e à costa do Caribe. Uma bifurcação em Boa Vista estabelece um segundo eixo rodoviário em direção ao Caribe (BR-401), atravessando a Guiana.

Outro aspecto a destacar na Sub-região é a presença da capital estadual Boa Vista e seu robusto mercado urbano. A população total de *Campos do Rio Branco* é de 280.321 habitantes, cerca de 70% dos quais se concentra em Boa Vista. Importante pólo regional, a cidade de Boa Vista projeta sua área de influência para além dos limites nacionais. As demais sedes municipais não ultrapassam os 15 mil habitantes. Nestes

municípios a população rural tem maior peso, aproximadamente 52 mil habitantes (19% da população sub-regional). Grande parte dessa população é composta por indígenas distribuídos em mais de vinte reservas, muitas das quais ainda não reconhecidas.

Os principais povos indígenas da Sub-região são os *Macuxi*, *Wapixana*, *Ingarikô* e *Taurepang* que vivem nos campos e serras entre os Rios Surumu e Mau (formadores do Rio Branco), no extremo nordeste do Estado. A maior parte deles vive na Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, um território de 1,67 milhões hectares, onde habitam mais de quinze mil índios (municípios de Uiramutã, Normandia e Pacaraima, este último na Sub-região III). Criada em 1998 e já demarcada, sua homologação está sendo objeto de disputas judiciais que espelham a diversidade de interesses não só entre indígenas e não-indígenas (criadores de gado, posseiros e garimpeiros), como também entre os próprios grupos indígenas, alguns deles já ‘capturados’ por colonos e posseiros locais através da oferta de emprego.

A linha de fronteira da Sub-região é caracterizada principalmente por *zonas-tampão* (reservas indígenas) cortadas por “corredores” de comunicação (BR-174 e BR-401), onde ocorre uma interação transfronteiriça do tipo *capilar* (em Pacaraima, Bonfim e Normandia).

### ***Especialização Produtiva***

De modo geral, a Sub-região apresenta alta vocação para a agricultura, em especial do arroz (53% da produção de todo Arco Norte), mandioca (34%) e milho (23%). A produção de tomate e banana é significativa, sendo que a laranja está presente em toda a região, destacando-se os municípios de Mucajaí, Boa Vista, Bonfim, Cantá e Normandia.

Entretanto, ainda é muito baixo o valor da produção, se comparado ao de outras regiões do país. O reduzido grau de empresariamento, aliado às baixas densidades técnico-tecnológica, social e institucional contribuem para o pequeno dinamismo econômico sub-regional verificado, com médio grau de diversificação produtiva e predominância de emprego rural diversificado. São exceções os municípios de Boa Vista (cidade bastante dinâmica e diversificada), Mucajaí e Caracarái.

Em Boa Vista concentra-se o setor industrial da Sub-região, com agroindústria de alimentos, bebida, fumo, moagem, amido, ração, laticínios e calçados, bem como um variado comércio atacadista. Os ramos madeireiro e moveleiro também se fazem presentes nesta cidade, e em menor escala em Rorainópolis, Caracarái, Mucajaí, Cantá e Pacaraima. O setor industrial se beneficia ainda com o estreitamento das relações e a facilidade de acesso aos países vizinhos, Venezuela e Guiana.

No setor metal-mecânico, construção civil, ‘concretagem’ e cerâmica destaca-se Boa Vista, município que concentra ainda a infra-estrutura turística da Sub-região.



### ***Problemas e potencialidades***

A Sub-região Campos do Rio Branco tem a possibilidade de desenvolver Arranjos Produtivos Locais nos setores de madeira e movelaria, agroindústria, construção civil e turismo. Conta com um expressivo mercado em Boa Vista e uma infra-estrutura viária que permite acesso ao mercado do Norte do continente pela conexão com a Venezuela, Guiana e, a partir destes países, ao Caribe. O custo de manutenção das estradas, a captura do comércio legal e ilegal por Boa Vista e Manaus, a falta de recursos e uma possível falta de interesse da Guiana em asfaltar a continuação da BR-401 até Georgetown são fatores restritivos à plena realização do potencial da conexão caribenha.

Apresenta como principais problemas os conflitos de terras entre indígenas e não indígenas, o tráfico de drogas (*Cannabis sativa*) com a Guiana e as rotas de contrabando com o Caribe.

### **III - Sub-região Parima–Alto Rio Negro**

A terceira Sub-região do Arco Norte foi denominada de ***Parima-Alto Rio Negro***. Compreende o segmento da Faixa de Fronteira que se estende desde as Serras de Pacaraima e Parima (Nordeste da Sub-região) e a Terra Indígena Ianomâmi (divisa Brasil-Venezuela) até os Vales do Rio Negro e Japurá a Oeste, na região conhecida como “Cabeça do Cachorro” (divisa com a Colômbia). Formada por paisagens de serras e vales cobertos por floresta equatorial densa (Floresta Amazônica) é a sub-região de mais difícil acesso (para outras regiões do Brasil) e pior conectividade, dependendo exclusivamente dos transportes aéreo e fluvial (exceto pela estrada precária que liga São Gabriel da Cachoeira a Cucuí na divisa com a Colômbia). Entretanto, compartilha importantes rios navegáveis com a Colômbia (Rios Japurá-Caquetá e Uaupés-Vaupés, e o próprio Rio Negro, que atravessa a tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Venezuela, onde se encontra o povoado de Cucuí).

Sub-região de grande extensão territorial e povoamento rarefeito (102.972 habitantes), a menor entre as Sub-regiões do Arco Norte, abriga diversas reservas indígenas ao longo dos rios. Não apresenta nenhuma cidade com mais de 12 mil habitantes, sendo São Gabriel da Cachoeira a maior aglomeração (11.499 habitantes), onde está instalada uma grande base militar. Na divisória com a Colômbia existem dois povoados, Iauaretê (Rio Vaupés-Uaupés) e Vila Bittencourt (Rio Japurá-Caquetá), a primeira na Terra Indígena Alto Rio Negro. Iauaretê tem sua correspondente do lado colombiano, Yavarate, assim como La Pedrera para Vila Bittencourt, separadas por largo trecho de rio. É a Sub-região com maior proporção de população rural e indígena da Faixa de Fronteira brasileira (cerca de 70% da população total é indígena).

Também possui as maiores extensões contínuas de terras indígenas. A Terra Indígena Ianomâmi (municípios de Alto Alegre/RR, Boa Vista/RR, Caracará/RR, Mucajaí/RR, Barcelos/AM, São Gabriel da Cachoeira/AM, Santa Isabel do Rio Negro/AM), com 9.664.975 hectares tem população estimada de 11.386 indígenas. A Terra Indígena Alto Rio Negro (municípios de São Gabriel da Cachoeira e Japurá no Estado do Amazonas) com 7.999.381 hectares e população estimada em 15 mil índios abriga diversos povos (*Tukano, Baniwa, Baré, Karapanã, Maku, Miriti Tapuia, Makuna*, entre outros).

Várias unidades de conservação foram criadas pelo Governo Federal (*zonas-tampão* naturais promovidas) e estão superpostas às terras indígenas - Parque Nacional do Pico da Neblina e as Florestas Nacionais do Içanã, Piraiuara, Cubaté, Taracuai, Pari-Cachoeira I e II, entre outras.

### ***Especialização Produtiva***

A estrutura produtiva desta Sub-região está voltada basicamente para a agricultura da mandioca, arroz e milho, e a extração vegetal, com destaque para a produção de piaçava (município de Barcelos no Rio Negro, Estado do Amazonas). O valor da produção do setor primário é muito baixo e, em relação ao total do Arco Norte, representa apenas 5% da produção de grãos, 5% da produção de lavouras temporárias e 9% da produção do extrativismo vegetal, floresta e silvicultura.

A Sub-região III é uma das mais pobres do Arco Norte. O grau de empresariamento, a disponibilidade de serviços de apoio à produção, as densidades técnico-tecnológica e social são muito baixos, estando ausente qualquer tipo de dinamismo econômico. A densidade institucional é favorecida pela presença na Sub-região da base militar de São Gabriel da Cachoeira e dos Pelotões de Fronteira localizados em Vila Bittencourt e Iauaretê (divisa com Colômbia). As atividades agrícolas são os maiores empregadores, predominando o trabalho por conta própria (autônomo e informal), como são classificados os trabalhadores indígenas.

O grau de estabilidade da economia é alto, devido ao baixo dinamismo. Registra-se, contudo, alto afluxo populacional para os pequenos núcleos urbanos da Sub-região, o que sugere êxodo rural, inclusive da população residente em áreas indígenas. Aqui é preciso cuidado. Os critérios para avaliar o 'desenvolvimento econômico' ou o 'dinamismo econômico' dessas áreas não deveriam ser os mesmos utilizados para outras sub-regiões da Faixa de Fronteira. No longo prazo, ações institucionais (FUNAI, ONG's, programas federais e estaduais) que já estão sendo implementadas talvez consigam chegar a um 'modo de desenvolvimento' (e respectivos indicadores) mais adaptado às características culturais da população indígena. O desequilíbrio interno municipal também é elevado,

principalmente em função da disparidade de renda entre a população indígena e não-indígena.

No que se refere ao setor industrial (formal), concentra-se nos municípios de Iracema/RR, com atividade pouco significativa no ramo da construção, e em São Gabriel da Cachoeira/AM, no ramo da fabricação de estruturas metálicas.

### ***Problemas e potencialidades***

À margem das grandes correntes de povoamento da América do Sul, a Sub-região constitui uma imensa *zona-tampão* fronteiriça onde o reconhecimento das terras indígenas e a criação de unidades de conservação atuam no sentido de estabilizar o povoamento e dificultar a entrada de frentes pioneiras internas e externas. Contudo, a Sub-região apresenta vários desafios para os governos. Entre eles, incursões de garimpeiros brasileiros e de outras nacionalidades na zona de fronteira, a ação de redes internacionais de tráfico de cocaína e pasta de coca, a proximidade com as áreas de conflito colombianas (entre as FARC-Forças Armadas Revolucionárias Colombianas e o Estado colombiano) e uma incerteza quanto ao comportamento de alguns grupos indígenas em relação a estas questões. Apesar da implantação quase finalizada do de um moderno sistema de controle, o SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), uma atenção mais consistente em relação a questões de cidadania na escala local (saúde, educação, habitação) é estrategicamente urgente.

Os ramos com maior potencial na formação de Arranjos Produtivos Locais são os da madeira/movelaria, fabricação de artefatos de piaçava (vassouras), e o beneficiamento de frutas regionais. A exploração e beneficiamento de minérios (granito, nióbio, entre outros) não são conducentes com a formação de APLs tendo em vista que é geralmente feita por grandes empresas mineradoras em área de baixo potencial para a formação de cadeias produtivas. Por outro lado, a exploração mineral quando organizada poderia ser fonte de recursos para a área social (via *royalties* ou outras exigências de cooperação).

## **IV - Sub-região Alto Solimões**

A quarta Sub-região - ***Alto Solimões*** - será descrita no capítulo Estudos de Caso.

## **V - Sub-região Alto Juruá**

A quinta Sub-região, ***Alto Juruá***, localiza-se no Extremo Oeste do Brasil, a maior parte no Estado do Acre, na divisa com o Peru, sendo atravessada pelos Vales do Alto Juruá e Ipixuna (AC/AM). Com população de 213 mil habitantes (54% rural), composta principalmente por índios e mestiços, tem como maior cidade Cruzeiro do Sul, com 40

mil habitantes. No entorno de Cruzeiro do Sul, há pequenas aglomerações urbanas que se destacam em uma paisagem predominantemente silvestre.

A linha de fronteira da Sub-região com o Peru apresenta baixíssima densidade de ocupação, sendo quase inteiramente formada por uma *zona-tampão*, correspondente ao Parque Nacional da Serra do Divisor, Acre. Num segmento do Parque (Rio Amônia), uma área triangular, próxima a Foz do Breu (município de Marechal Thaumaturgo/AC), se projeta em direção ao território peruano constituindo a Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, dos povos *Ashaninka*.

Recentemente (2002), o Governo Peruano iniciou uma política mais ambiciosa para a região amazônica peruana, porém seus efeitos têm sido problemáticos, ao incentivar, por exemplo, a concessão da exploração madeireira a grandes firmas, cujas frentes avançam sobre a Terra Indígena Kampa. As frentes madeireiras com frequência têm fachada nacional no terreno, porém pertencem a grandes empresas madeireiras multinacionais (Coreia do Sul, Malásia, Canadá, África do Sul, etc.).

Mais ao Sul, os segmentos de fronteira correspondem ao tipo de fronteira *Margem*, ou seja, uma zona de pouco contacto transfronteiriço, debilidade da infra-estrutura e presença institucional intermitente. Lá estão localizadas diversas terras indígenas oficialmente reconhecidas, abrigando cerca de 3.300 indígenas, sendo predominantes os grupos *Ashaninka*, *Kulina*, *Kaxinawá*.

Tendo como eixo as localidades-gêmeas de Santa Rosa do Purus e Santa Rosa (Peru), interações transfronteiriças do tipo *Frente* podem ser observadas. São interações intermitentes a partir de aglomerações proto-urbanas, com investimentos institucionais restritos à perspectiva tática (prefeitura, aeródromo, batalhões de fronteira, etc.). Próximo a essas localidades encontram-se uma reserva biológica e a Terra Indígena Alto Rio Purus, com cerca de 1.700 indígenas dos grupos *Kaxinawá*, *Jaminawa* e *Kulina*. O território foi incluído no Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI).

Recentemente, a implantação de acampamentos do Exército, um na foz do Rio Amônia (um dos formadores do Rio Juruá com nascente em território peruano), outro a oeste da Serra do Divisor e outro em Foz do Breu (Marechal Thaumaturgo), indicam que superposta à *zona-tampão* uma *frente militar* pode estar em gestação, de modo a monitorar uma zona potencialmente conflituosa.

### ***Especialização Produtiva***

A base produtiva tem no extrativismo vegetal (madeira e látex) e na agricultura da mandioca, arroz e milho suas principais atividades. O valor da produção de grãos corresponde a 13% do total do Arco Norte e a de lavouras temporárias, 15%. A pecuária

ocupa lugar destacado na economia regional, principalmente a criação de suínos (a maior do Arco) com 38% do rebanho, e o terceiro maior rebanho bovino do Arco (10% do total). A extração da *Hevea*, por sua vez, ocorre em toda a Sub-região e representa 25% da produção total do Arco Norte. De forma similar ao restante do Arco Norte, as áreas extrativistas são pressionadas pela expansão das grandes propriedades criadoras e pelas madeiras, às vezes com a colaboração dos próprios seringueiros, premidos pelo baixo valor do látex.

A fruticultura tem pouca expressão. A produção de banana para o consumo local é a mais importante e os municípios de Cruzeiro do Sul, Feijó e Tarauacá (laranja) são os que mais se destacam.

No setor industrial destaca-se a fabricação de farinha de mandioca, de excelente qualidade (Cruzeiro do Sul e Tarauacá), exportada para outros estados (inclusive via Internet), e a de moagem e torrefação de café (Cruzeiro do Sul e Tarauacá). O comércio atacadista é mais importante em Cruzeiro do Sul e Envira/AM, pequena aglomeração ribeirinha no Rio Tarauacá. As pequenas indústrias artesanais de movelaria e as serrarias estão situadas nos municípios de Cruzeiro do Sul, Feijó, Santo Rosa e Tarauacá. No setor da construção civil destacam-se Cruzeiro do Sul, Feijó e Tarauacá, que também concentram as atividades de turismo da Sub-região. Contudo, a Sub-região carece de serviços de apoio à produção, densidade técnico-tecnológica e social.

### ***Problemas e potencialidades***

A Sub-região apresenta baixa estabilidade econômica com afluxo populacional, sendo elevado o índice de desequilíbrio interno dos municípios em termos fundiários e de distribuição de renda. O tráfico de coca-cocaina com o Peru e a Colômbia aliado à baixa densidade demográfica é um problema antigo da Sub-região. A cidade de Cruzeiro do Sul foi beneficiada até certo ponto com os investimentos oriundos do dinheiro do tráfico, porém à semelhança de outros lugares do país, a maior fatia do bolo ilegal não é investida no espaço local. Quando isso acontece, a escolha mais freqüente é a compra de grandes propriedades criatórias.

Os Arranjos Produtivos Locais de maior potencial são os ligados ao beneficiamento da madeira e movelaria, à agroindústria (poupa de frutas, fecularia, entre outras), à extração e beneficiamento do látex e à construção civil.

## **VI - Sub-região Vale do Acre–Alto Purus**

A sexta e última Sub-região do Arco Norte é a do *Vale do Acre–Alto Purus*. Drenada pelos rios homônimos, a Sub-região se estende, a Sudeste, até a divisa com o

Estado de Rondônia, e ao Sul, até a divisa com o Peru e com a Bolívia. A principal rodovia é a BR-364, que interliga as duas capitais estaduais - Rio Branco e Porto Velho. Em seu entorno se encontra a área mais densamente povoada do Estado do Acre. A zona de fronteira se caracteriza por diferentes tipos de interação com os países vizinhos, desde interações de tipo capilar em Assis Brasil, cidade-gêmea de Iñapari (Peru) e Bolpebra (Bolívia) e em Plácido de Castro (nas proximidades de Rio Branco) até trechos de forte interação (sinapse) em Brasiléia e Epitaciolândia, cidades-gêmeas de Cobija, capital do Departamento boliviano de Pando.

Com população total de 336.895 habitantes, é a Sub-região mais densamente povoada do Arco Norte. Rio Branco é o pólo natural da região e concentra o maior mercado urbano regional. A base produtiva sub-regional é também a mais forte do Arco Norte, tanto no setor primário quanto secundário, abrigando a sub-região a conhecida Reserva Extrativista Chico Mendes (município de Xapuri).

A construção da rodovia federal (BR-317) entre Brasiléia e Assis Brasil (2002) na Sub-região Vale do Acre-Purus, e o acordo bilateral (2004) para construir uma ponte ligando Assis Brasil a Iñapari no Peru (tríplice fronteira Peru-Brasil-Bolívia) sugerem a intenção do governo brasileiro em gradualmente estimular interações de tipo capilar e sináptico em segmentos da fronteira acreana com o Peru.

### *Especialização Produtiva*

As atividades de exploração vegetal, florestal e silvicultura apresentam alguma significância, principalmente no que concerne à extração de madeiras em tora e à extração do látex (reservas extrativistas), que representam, respectivamente, 42% e 74% do total da produção do Arco Norte.

A pecuária é mais significativa em Xapuri, Bujari e Brasiléia, sendo que a sub-região como um todo detém o maior rebanho bovino do Arco Norte, com 58% do efetivo. A Sub-região é a principal produtora de leite do Arco (74% do total) assim como a principal produtora de castanha-do-pará (74% do total). Destaca-se ainda a exploração de metais não-metálicos em Sena Madureira.

A Sub-região é também a maior produtora de mandioca (34%), arroz (23%) e milho (35%) do Arco, aproveitando-se da presença de um mercado urbano importante (a capital estadual Rio Branco e municípios adjacentes), além de exportar para outros estados.

A fruticultura também tem expressão na Sub-região, que é a maior produtora de banana do Arco Norte. Destaca-se na produção de café e palmito. No que concerne ao emprego, predomina o rural ligado à agricultura. Cabe apontar que o município de Rio Branco é um caso à parte.

O setor industrial está concentrado na capital onde estão presentes dez ramos industriais (agroindústria, produtos da pecuária, madeira/movelaria, metal-mecânico, cerâmica, construção, têxtil, turismo, automotiva e química). Outros municípios como Xapuri, Epiaciolândia e Brasiléia apresentam pelo menos cinco ramos industriais instalados formalmente.

### ***Problemas e potencialidades***

Apesar da diversificação produtiva, o valor da produção é em geral baixo, bem como o grau de empresariamento, os serviços de apoio à produção e a densidade técnico-tecnológica. As densidades institucional e social são um pouco mais elevadas nos municípios da sub-região, se comparadas ao restante do Arco Norte, porém baixas, se comparadas com os Arcos Sul e Central da Faixa de Fronteira.

A posição excêntrica do Estado do Acre em relação à rede de circulação brasileira tem alimentado propostas de saída para Pacífico através de Assis Brasil, Puerto Maldonado Cuzco, Puno até Ilo na costa peruana, porém os Andes representam um obstáculo decisivo para o futuro do projeto, hoje praticamente abandonado.

Por outro lado, a base produtiva acreana é diversificada, e a quantidade e diversificação de indústrias (de pequeno e médio porte) colocam esta Sub-região bem à frente das demais do Arco Norte, com elevado potencial para o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais nos ramos da madeira e movelaria, agroindústria e construção civil.

### **B-1.2 Sub-regiões do Arco Central**

O Arco Central é composto por 99 municípios representando 17% do total de municípios da Faixa de Fronteira, e foi subdividido em oito sub-regiões.

### **VII - Sub-região Madeira–Mamoré**

A Sub-região ocupa posição estratégica, de enlace entre o Vale do Amazonas, o Vale do Acre e o Sudeste do país, através da BR-364 e da hidrovía Rio Madeira. Porto Velho é transbordo dos produtos procedentes da Zona Franca de Manaus (por via fluvial) e destinados ao mercado interno brasileiro, e dos carregamentos de soja provenientes de Mato Grosso (via rodovia) e embarcados por via fluvial para o porto de Itacoatiara no Rio Amazonas, com destino ao mercado internacional. A cidade de 261.957 habitantes (2000) é capital do Estado de Rondônia, centro de negócios, pólo atacadista e industrial.



Concentra 20% da população do Arco Central, com 424.000 habitantes distribuídos numa área de 65.897 km<sup>2</sup>, sendo 80% urbana, a maior parte concentrada na capital de Rondônia e, secundariamente, em Guajará-Mirim, cidade-gêmea na fronteira com a Bolívia, no vale do Rio Mamoré. Várias terras indígenas se intercalam com reservas extrativistas. Destacam-se as Terras Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau, Pacaanova, Rio Negro-Ocaia (povos *Pakaanova*) e Rio Branco (*Makuráp, Arikapu/Kanoê*).

Apesar de seu histórico como área extrativista (látex), o valor total da indústria extrativa hoje (madeira em tora, castanha-do-pará) representa apenas 1% do total do Arco Central. Segundo dados de 2001, a Sub-região abriga 3,5% do rebanho bovino, 7% da fruticultura e 10% da produção de mandioca (principalmente em áreas indígenas) do Arco Central.

### ***Especialização Produtiva***

O perfil produtivo da Sub-região é urbano-industrial, apresentando a terceira maior concentração de empresas agroindustriais do Arco Central (depois das Sub-regiões de Dourados e da Chapada dos Parecis), embora no âmbito da Faixa de Fronteira brasileira tal concentração seja pouco expressiva. Destacam-se em Porto Velho, além das indústrias de alimentos, as indústrias de confecções, desdobramento de madeira, metal-mecânica e de construção, além de importante rede hoteleira (a maior do Arco Central), decorrente do fato de ser centro de negócios e de administração pública. A produção de gêneros alimentícios para o consumo local e exportado para o lado boliviano, tem se desenvolvido em pequena escala no município de Nova Mamoré, e pequenas indústrias de confecção no município de Guajará-Mirim.

Tanto a capital como as pequenas cidades da região atuam como entrepostos de antigas redes comerciais com a Bolívia (Guayaramerín e Riberalta) e com a Sub-região Vale do Acre e Alto Purus.



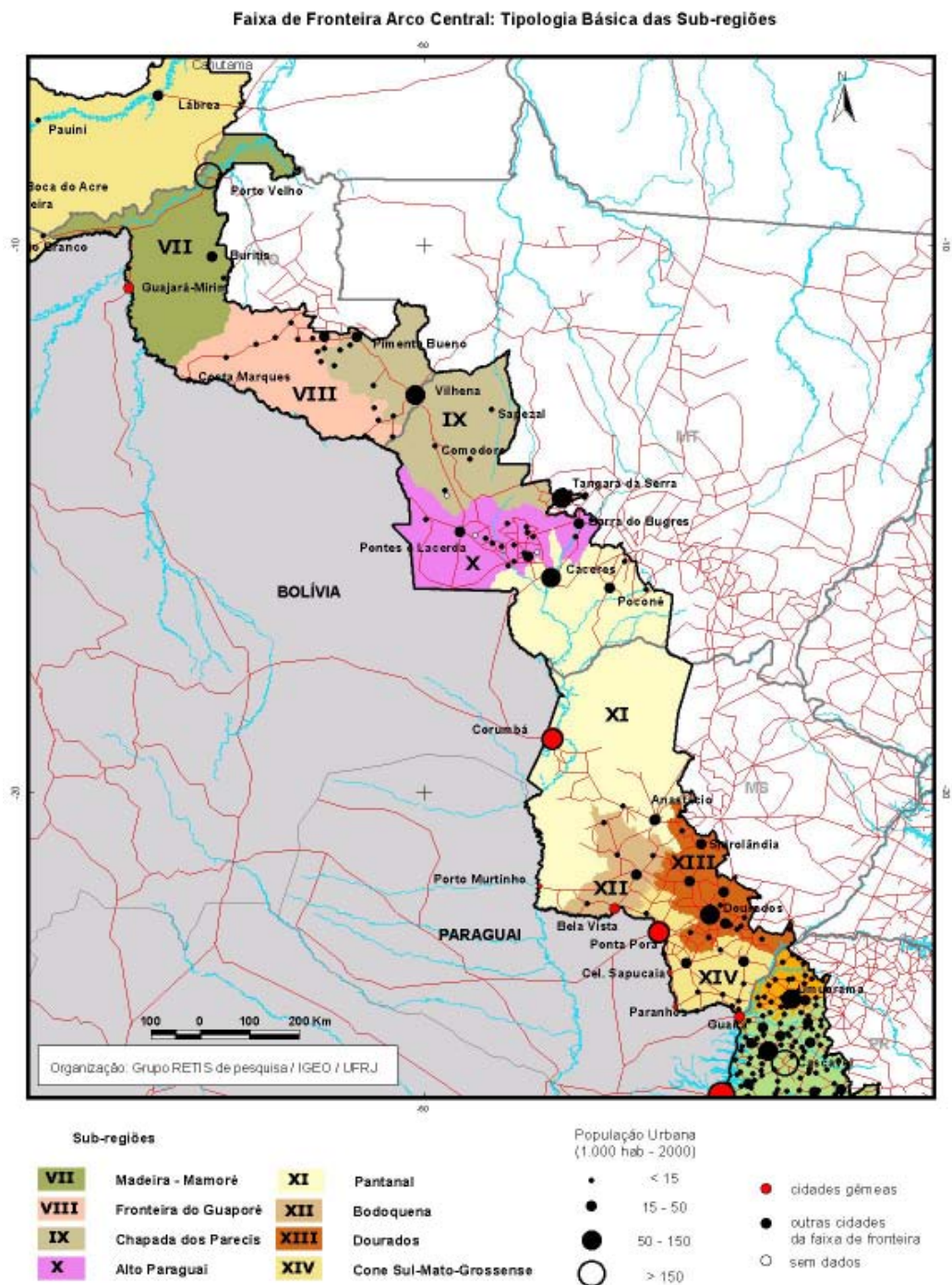


FIGURA 10: FAIXA DE FRONTEIRA ARCO CENTRAL - TIPOLOGIA BÁSICA DAS SUB-REGIÕES

### ***Problemas e Potencialidades***

A polarização exercida por Porto Velho (82% das indústrias de transformação), dificulta o crescimento de empreendimentos industriais no restante da Sub-região. Guajará-Mirim, situada em área antiga de povoamento vinculada à extração transfronteiriça da borracha nativa (início do século XX) tornou-se nas últimas décadas do século importante ponto de passagem para o tráfico de pasta base de coca e de cocaína procedente da Bolívia. O tráfico de drogas estimulou e reforçou correntes de contrabando na fronteira.

A transformação da cidade-gêmea boliviana de Guayaramerín em *porto franco* incentivou o ‘turismo de compra’, até 1999 quando o governo brasileiro reduziu a quota de compras para USD 150,00, ao mesmo tempo em que crescia a exportação de produtos eletroeletrônicos de fabricação brasileira para a Bolívia, prejudicando o comércio de ambas as cidades. Como ocorre em outros segmentos da Faixa de Fronteira, empecilhos fiscais ao trânsito de mercadorias (lícitas) incentivam atividades de contrabando, sendo que no caso da Sub-região produtos extrativos (borracha, pupunha, madeira em tora), gado bovino e cigarro dominam o comércio de contrabando.

Ainda no caso de Guajará-Mirim, a boa qualidade da estrutura urbana e dos serviços de saúde e educação não livrou a cidade da estagnação econômica nem dos efeitos negativos provocados em sua imagem mesmo depois da perda relativa de importância como rota do comércio de cocaína depois de 2000.

A construção de uma estrada entre o Rio Guaporé e a BR-364 a partir da localidade de Nova Mamoré é uma antiga demanda dos produtores locais, porém o fato de que tal estrada atravessaria áreas de reserva natural e terras indígenas tem dificultado sua execução, o que não impediu a abertura de uma picada com incentivo das prefeituras locais.

Também à semelhança de outros segmentos da Faixa, a compra de terras por brasileiros do outro lado da fronteira e empreendimentos privados conjuntos atuam positivamente no estabelecimento de relações institucionais. O principal potencial da Sub-região – a posição geográfica na bacia do Madeira-Mamoré – seria beneficiado pelo asfaltamento da estrada até Riberalta e sua extensão até Yata, Trinidad e Santa Cruz de la Sierra na Bolívia.

### **VIII - Sub-região Fronteira do Guaporé**

Esta Sub-região, inteiramente localizada no Estado de Rondônia, embora seja uma extensão da anterior diferencia-se dela por englobar os antigos projetos de colonização oficial (década de 1970), responsável pela implantação de uma estrutura fundiária de

pequenas e médias propriedades às margens da BR-364. Ao longo do eixo rodoviário e das estradas tributárias surgiram várias aglomerações urbanas, à medida que avançavam as ‘frentes’ pioneiras agropecuárias e madeireiras em direção ao Vale do Guaporé. Atualmente, a frente madeireira extrapola o limite internacional em busca de madeiras nobres no Departamento de Beni na Bolívia.

Ao contrário da Sub-região do Madeira-Mamoré, o perfil regional deste segmento é rural, o único caso do Arco Central nesta situação (53% da população residem na área rural). A Sub-região concentra quase 11% da população total do Arco Central em área menor do que a Sub-região Madeira-Mamoré, sua população de 231.331 habitantes se distribuindo na larga faixa entre o eixo da BR-364 e o vale do baixo e médio Rio Guaporé.

### ***Especialização produtiva***

O principal produto comercial é o café, representando 63% do valor total das lavouras permanentes do Arco Central, seguido da extração da madeira em tora e do arroz (17% do valor total dos cultivos temporários do Arco). Abriga 9% do rebanho bovino do Arco, principalmente voltado para a produção de leite *in natura* (18,5% do Arco) destinada ao mercado local e, secundariamente como matéria-prima para os pequenos laticínios dispersos pela região. A Sub-região tem fraco desempenho industrial.

### ***Problemas e potencialidades***

Ao contrário da Sub-região Madeira-Mamoré, o tráfico de drogas teve aqui papel importante na construção de estradas, na capitalização local e nas economias urbanas. As antigas estradas vicinais dos projetos de colonização se tornaram eixos de penetração das frentes agrícolas e madeireiras em direção ao Guaporé.

A produção cafeeira é pouco beneficiada na região enquanto a cadeia produtiva da madeira (serrarias, laminação, movelaria) apresenta certo potencial de desenvolvimento. No entanto, a cadeia se assenta em bases instáveis não só porque depende da extração ilegal da madeira em terras indígenas e de proteção ambiental, como na madeira contrabandeada da Bolívia. Por esse motivo, a Sub-região se beneficiaria com a formação de Arranjos Produtivos Transfronteira, que pudessem reduzir entraves à circulação e, ao mesmo tempo, organizasse a cadeia produtiva de modo a incluir o lado boliviano. A indústria moveleira local carece de qualidade, tanto em termos de desenho e aperfeiçoamento técnico, o que restringe seu potencial exportador. Tais restrições se espelham na baixa densidade técnico-tecnológica e de serviços de apoio à produção que caracteriza todos os municípios exceto Rolim de Moura, principal pólo industrial e centro atacadista da Sub-região.

A agroindústria tem razoável potencial de desenvolvimento, tanto a partir do café como da pecuária leiteira. Outro potencial da Sub-região é a estrutura fundiária baseada em pequenas e médias propriedades, que favorece a melhor distribuição de renda, refletindo-se no baixo nível de desequilíbrio interno local em quase todos os municípios, e no elevado grau de diversificação agrícola da Sub-região. Embora ainda incipiente, com pequena especialização em banana e melancia, a fruticultura é um setor que se adapta bem à estrutura de pequena propriedade. A Sub-região tem elevado potencial como zona de abastecimento de gêneros alimentícios para os mercados urbanos e regionais.

Outro potencial a ser explorado é o nível de alfabetização (densidade social), bastante razoável nos municípios da região, e que poderia incentivar serviços urbanos mais especializados. A Sub-região é uma das áreas estratégicas no combate às atividades ilegais, exigindo por parte do poder público estadual e federal a promoção de alternativas de desenvolvimento em áreas rurais e urbanas.

### **IX – Sub-região Chapada dos Parecis**

A Sub-região é o segmento mais ocidental da grande Chapada dos Parecis, que se estende desde o Sudoeste de Mato Grosso até o Sul de Rondônia, não apresentando municípios lindeiros à divisa internacional. O trecho mato-grossense é a principal área produtora de soja do país, destinando-se principalmente a exportação de grãos para o mercado internacional, com escoamento fluvial (Rio Madeira) e terrestre (porto de Paranaguá). Compreende 14 municípios, concentrando pouco mais de 10% da população do Arco Central, sendo 75% residente em área urbana. As três principais cidades - Tangará da Serra/MT, Pimenta Bueno/RO e Vilhena/RO - se destacam como pequenos pólos industriais e de comércio atacadista.

#### ***Especialização Produtiva***

A diversificação da base produtiva é uma característica da Sub-região, apesar da especialização acentuada na soja. Esta representa 62% da produção agrícola sub-regional, seguido do algodão (19%) e do extrativismo vegetal (madeira em tora). O rebanho bovino de corte e leiteiro representa 16% do rebanho do Arco Central, com destaque para a produção leiteira (22% da produção total do Arco).

Localizada principalmente no trecho da Chapada em Rondônia, a indústria extrativa da madeira se alterna ao consórcio milho-arroz, cultivos característicos da formação e recuperação de pastagens. Plantações de cana-de-açúcar ocupam a encosta da Chapada em direção a Bacia do Alto Paraguai.

A produção industrial é a segunda em importância do Arco Central (depois de Dourados), concentrando-se principalmente em Tangará, seguido pelas duas outras principais cidades. Predominam indústrias de amido, alimentar, beneficiamento da madeira, movelaria, metal-mecânica e construção civil. Como em outras sub-regiões, a indústria de confecções e acessórios está fortemente associada aos núcleos urbanos, constituindo-se numa das principais fontes geradoras de emprego.

A mescla entre cultivos altamente mecanizados, extrativismo, e indústria, é responsável por um mercado de trabalho diversificado, tanto urbano como rural, sendo expressiva a proporção de mão-de-obra com vínculo empregatício.

### ***Problemas e potencialidades***

O principal problema da Sub-região é a concentração técnico-tecnológica e de serviços à produção nas três principais cidades mencionadas acima. Um segundo problema é o forte contraste entre municípios dinâmicos, com alta densidade social, e municípios com baixo nível de desenvolvimento social. O terceiro problema, parcialmente derivado do anterior, é o desequilíbrio interno, indicativo de concentração fundiária e de renda, inclusive em áreas dinâmicas, de cultivo de soja (Campos de Julho e Comodoro em Mato Grosso).

A diversificação produtiva, o elevado grau de empresariamento urbano e rural, a posição geográfica favorável, entre o eixo mato-grossense e o “corredor” da BR-364, e a capitalização das atividades são fatores potencialmente favoráveis à consolidação do desenvolvimento regional nos próximos anos.

## **X – Sub-região Alto Paraguai**

A Sub-região se estende em semi-arco ao Sul da Chapada dos Parecis, divisor de águas entre a Bacia Amazônica e a Bacia do Paraguai-Paraná (Estado de Mato Grosso). Na Chapada estão as nascentes do Rio Paraguai e do Rio Guaporé, pertencente este último à Bacia Amazônica. No leste da Sub-região, a maior parte dos municípios é drenada pelo Rio Paraguai e afluentes, enquanto a Oeste estão os municípios drenados pelo Guaporé. Exceto por Vila Bela da Santíssima Trindade e Porto Esperidião, ambos lindeiros com a Bolívia, e Pontes e Lacerda, cortado pela BR-174, a maioria dos municípios do Alto Paraguai tem tamanho reduzido, com 9% da população total do Arco Central (193.576 habitantes em 2000). A Sub-região apresenta ainda baixa densidade demográfica, altos índices de urbanização, e somente uma cidade de maior porte, Pontes e Lacerda (28.560 habitantes, 2000), as outras não chegando a 20.000 habitantes. Antigo território das tribos *Nambikwara* e *Parecis*, as terras indígenas foram sendo invadidas



ao longo do século XX, parte em função da riqueza mineralógica local, parte pelas frentes pastoris que foram ocupando as savanas (cerrado), campos e florestas dos vales.

A diversidade é o traço característico da Sub-região. Diversidade geológica-geomorfológica, com chapadas de arenito, depressões sedimentares, serras de rochas cristalinas ricas em minério e metais preciosos, e uma extensa área alagadiça compartilhada com a Bolívia (Sul do município de Vila Bela, na área de Casalvasco). Diversidade da cobertura vegetal, com campos naturais nas áreas alagadiças, florestas semi-decíduais, ricas em madeira-de-lei, hoje em grande parte substituída por pastagens, “cerradão” (savana florestada) no alto das serras, cerrado (savana arbórea) nos vales. Diversidade cultural da população, com comunidades de antigos escravos introduzidos na época colonial para a mineração do ouro nos altos vales do Guaporé (Vila Bela da Santíssima Trindade) e do alto Paraguai (Lambari d’Oeste, Barra do Bugres); comunidades indígenas (*Nambikwara, Pareci*), cujas terras foram quase todas apropriadas, restando na Sub-região somente as Terras Indígenas Juininha e Sararé (Pontes e Lacerda); imigrantes de várias regiões brasileiras (Nordeste, Sudeste, Sul), que pouco se integraram com as comunidades mais antigas; e a mescla de indígenas brasileiros e bolivianos nos alagados de Casalvasco.

Na década de 1970, concomitante à construção das rodovias federais BR-364 e BR-174, grandes parcelas de terras foram apropriadas por pecuaristas do Sudeste e do Sul, incentivados pelo Governo Federal. Junto com as grandes companhias mineradoras, também elas grandes proprietárias de terra. Com a abertura das estradas, vieram massas de imigrantes, de início por colonização espontânea e, logo a seguir, em colonização dirigida, via assentamentos do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Muitos imigrantes que haviam voltado de Rondônia, aí se instalaram, acentuando os conflitos de terra. A década de 1980 se caracterizou pelo aumento do desmatamento, a difusão de serrarias, e novo ‘ciclo’ de extração de ouro (Alto Guaporé), principalmente por garimpeiros de origem nordestina.

A década de 1990 foi de transformações na base produtiva: as terras dos assentamentos foram sendo aglutinadas, tornando possível a difusão da criação de gado leiteiro, que por sua vez estimulou o aparecimento das primeiras pequenas indústrias de laticínios voltadas para o mercado regional; a engorda se expandiu nas grandes fazendas pecuaristas, permitindo a implantação dos primeiros frigoríficos (Araputanga, São João dos Quatro Marcos, Mirassol d’Oeste); diminuíram as serrarias e apareceram as primeiras movelarias (Mirassol d’Oeste, São João dos Quatro Marcos); em antigos e novos assentamentos, organizações não-governamentais e linhas de crédito federais para a pequena produção incentivaram a agroecologia.

### ***Especialização Produtiva***

A criação de gado bovino, tanto de corte como leiteiro é o principal uso do solo. Em termos de valor, a produção de leite está entre os três maiores do Arco Central (sendo as outras duas a Sub-região Fronteira do Guaporé e a Sub-região de Dourados), configurando uma bacia leiteira cuja produção se destina tanto ao abastecimento de leite *in natura* como às indústrias de laticínios locais. Já o rebanho bovino de corte, segundo do Arco Norte (ainda assim a metade do primeiro, a Sub-região do Pantanal) abastece frigoríficos locais, exportadores de carne para outras regiões do país. Mesmo em áreas de agricultura especializada em cana de açúcar (Barra do Bugres, Lambari d'Oeste, Poconé), consórcio milho e arroz (Vila Bela, Pontes e Lacerda, Salto do Céu), ou consórcio de mandioca, arroz e milho (Jauru, Porto Estrela), a criação de gado bovino se faz presente.

A extração de madeira em tora, bem menos importante que no passado, ainda se faz presente, assim como a extração de madeira para lenha e carvão vegetal. Plantações de hevea para a produção de látex coagulado tornam a Sub-região a principal produtora do Arco Central. Na fruticultura, a laranja e a banana se destacam, sendo que a Sub-região é a principal produtora de banana do Arco Central. (57%). Ainda em termos de valor da produção, a principal lavoura temporária é a cana de açúcar, segunda maior do Arco, depois da Sub-região de Dourados.

A cidade de Pontes e Lacerda concentra a maior parte das indústrias de transformação, desde pequenas fábricas de laticínios, desdobramento de madeira até pequenas confecções. Nos outros municípios, frigoríficos e pequenas fábricas de couro e calçados parecem delinear uma cadeia produtiva vinculada à criação de gado. Barra do Bugres tem uma pequena extração de caulim, sendo os principais compradores os produtores de soja da Chapada dos Parecis.

### ***Problemas e potencialidades***

No âmbito da economia regional, o principal problema é o baixo nível de investimento nas atividades agropecuárias, que se reflete em baixo valor da produção, e a baixa diversificação produtiva. A precariedade dos serviços à produção e a baixa densidade técnico-tecnológica são consistentes com o problema identificado. O município de Pontes e Lacerda é uma das exceções, apresentando maior diversidade produtiva, graças aos antigos e recentes projetos de colonização. O principal mercado de trabalho encontra-se em área urbana. Assim mesmo o crescimento de favelas no entorno de Pontes e Lacerda assinala a dificuldade de absorver a oferta de trabalhado e a precariedade dos tipos de emprego disponíveis. Comparando-se a densidade social com o índice de estabilidade local, observa-se que as áreas com melhores índices de densidade social

foram aquelas onde ocorreu emigração entre 1991 e 2000 (refluxo da população). Tal emigração sugere que está em curso um processo ‘seletivo’, onde antigos imigrantes vendem suas terras, e buscam as pequenas cidades ou emigram para outras regiões, e novos imigrantes não conseguem ser absorvidos por uma economia ‘fechada’ para novas oportunidades de emprego, tanto em área rural como urbana.

O maior potencial da Sub-região é sua posição geográfica, situada entre umas das áreas mais ricas do país: a Chapada dos Parecis e o Estado de Rondônia, em meio a cidades dos mais diversos tamanhos. Bem servida por rios navegáveis, sem nenhuma grande cidade polarizadora, apresentando grande variedade de solos, a Sub-região pode se tornar produtora de gêneros alimentícios e derivados do leite para as sub-regiões vizinhas.

### **XI – Sub-região Pantanal**

A Sub-região do Pantanal é um dos lugares do Brasil mais conhecidos por uma “paisagem-símbolo”, o domínio fito-geográfico pantaneiro, que cobre a extensa planície de inundação do Rio Paraguai e seus afluentes da margem esquerda. Os afluentes da margem direita, em território boliviano, formam a grande região do Chaco na Bolívia.

Objeto de monitoramento por parte de organizações não-governamentais, nacionais e estrangeiras, grande parte da Sub-região ainda mantém as grandes fazendas de criação de gado, feito de modo extensivo sobre pastagens naturais. A metamorfose de muitas fazendas em áreas de lazer para o turismo ecológico tem atraindo grande número de visitantes estrangeiros e nacionais, uma fórmula inteligente de reverter a estagnação da economia regional, sem alterar em demasia o meio geográfico.

A Sub-região reúne nove municípios, de grande superfície, destacando-se Corumbá/MS, com quase 65 mil km<sup>2</sup>. Os municípios do Pantanal Norte pertencem ao Estado de Mato Grosso (Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Barão de Melgaço), e os do Pantanal Sul ao Estado de Mato Grosso do Sul (Corumbá, Aquidauana, Miranda, Anastácio e Porto Murtinho). Devido ao tamanho das unidades administrativas, somente três municípios são lindeiros, Cáceres e Corumbá com a Bolívia (Departamento de Santa Cruz), e o extremo Sul do município de Corumbá e Porto Murtinho com o Paraguai (Departamento do Alto Paraguai).

Domínio de grandes grupos indígenas no passado (*Terena, Kadiwéu*), a apropriação de terras pelos estancieiros e extratores da erva-mate (Porto Murtinho) reduziu de forma drástica os territórios indígenas. Hoje existem oito terras indígenas reconhecidas oficialmente, sendo de longe a maior, a Terra Indígena Kadiwéu (*Terena, Kadiwéu*) com cerca de 1.600 indígenas (distribuídos em cinco aldeias), na divisa com o Paraguai (Porto



Murtinho); as outras estão concentradas no eixo Aquidauana-Miranda, ao longo da BR-262, abrigando cerca de 12.000 indígenas, principalmente *terenas*. Ressalta-se que as usinas e plantações de cana existentes nesse eixo empregam mão-de-obra indígena, e que os índios Kadiwéu estão adquirindo fama internacional vendendo sua cerâmica, de desenho bastante elaborado.

Ao Norte de Corumbá, próximo ao Parque Nacional Pantanal Mato-grossense, na divisa com a Bolívia, a Terra Indígena Guató, ainda não demarcada, está sendo pressionada pelo ‘turismo de pesca’. Uma das tribos mais antigas do Pantanal, o grupo *Guató*, cujas terras originalmente chegavam até Poconé, é conhecido como os “canoeiros do Pantanal”, hoje com população muito reduzida.

Existem diferenças entre o Pantanal Norte e o Pantanal Sul (Alto Pantanal), no que se refere ao perfil de uso do solo, e à intensidade de interações transfronteiriças. Os municípios do Pantanal Norte, que tem em Cáceres a principal cidade (63.698 habitantes, 2000), apresentam maior associação da pecuária com a agricultura (Poconé, Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento), enquanto o Pantanal Sul é caracterizado por maior dominância da pecuária, com “ilhas” de agricultura. A intensidade das interações transfronteiriças é maior no Pantanal Sul, onde a cidade de Corumbá, a mais importante (84.456 habitantes, 2000), é cidade-gêmea de Porto Aguirre-Porto Suarez (fronteira seca), conectando-se através de rodovia (implantada) à segunda maior cidade da Bolívia, Santa Cruz de la Sierra.

O segmento fronteiro do Pantanal Sul pode ser classificado como *capilar*, com trabalhadores paraguaios e bolivianos no lado brasileiro, além de integração cultural através de casamentos entre paraguaios e brasileiros, e de hábitos alimentares. Em Porto Murtinho, a mão-de-obra paraguaia é utilizada no desmatamento, que cresce em virtude da implantação de grandes fazendas pecuaristas. A exploração de madeira-de-lei do Departamento do Alto Paraguai por brasileiros reforça a capilaridade na linha divisória. No Pantanal Norte, as interações transfronteiriças são do tipo *frente*, com propriedades de brasileiros superpostas a linha divisória com a Bolívia. Cáceres está a 80 km de San Matias, zona franca boliviana, mal articulada às áreas mais dinâmicas daquele país. Exceto pelo tráfico de pasta de coca e cocaína, as articulações transfronteiriças não são significativas.

Por outro lado, o Norte e Sul do Pantanal têm em comum várias características geográficas: o turismo (ecológico, pesca); baixa densidade demográfica; imigração irrisória procedente de outras regiões do país; concentração da população em poucos centros urbanos; e o predomínio de grandes propriedades-empresas criatórias, administradas a distância, articulando-se com o resto do país por via aérea (a Sub-região tem o maior número de aeródromos particulares de toda a Faixa de Fronteira).

### ***Especialização Produtiva***

O rebanho bovino da Sub-região é o segundo maior da Faixa de Fronteira brasileira, depois da Campanha Gaúcha. A produção leiteira tem importância regional, tanto no Norte como no Sul da Sub-região. A maior parte das pequenas indústrias de laticínios encontra-se no Pantanal Sul (Miranda, Aquidauana e Anastácio), porém o município de Cáceres também se destaca na produção de leite.

A fruticultura está se consolidando, principalmente a produção de banana, abacaxi, limão, laranja e uva (Miranda, Aquidauana, Anastácio, Barão de Melgaço). Em Aquidauana, a produção de manga orgânica já tem certificação, embora existam, nesse município e em Miranda, limão, manga e caju nativo, explorados também por comunidades indígenas. Entre as lavouras temporárias, os maiores valores da produção correspondem à mandioca, seguido pelo arroz e a cana-de-açúcar, cultivados principalmente no Pantanal Norte. No Pantanal Sul destacam-se a mandioca, o arroz e o milho, sendo a produção de mandioca destinada principalmente ao consumo local, como mostra o mapa de Arranjo Produtivo Local no capítulo sobre Estudos de Caso.

A extração de madeira em tora é importante em Porto Murtinho (em valor da produção), aproveitando-se da presença de formações florestais na área. Grande parte das reservas florestais do Pantanal Sul, no entanto, estão dilapidadas, exceto na Terra Indígena Kadiwéu. Apesar do desmatamento extenso, a presença de pequenas indústrias de desdobramento de madeira e movelaria no eixo Aquidauana-Miranda sugere que dependem de contrabando de madeira paraguaia, embora os maiores compradores venham do Paraná e Rio Grande do Sul. A extração de madeira para a produção de carvão é significativa (44% do valor total da extração vegetal na Sub-região), constituindo não só um incentivo ao desmatamento como um problema social importante, dado às más condições de trabalho da mão de obra envolvida.

### ***Problemas e potencialidades***

A baixa diversificação produtiva, os baixos valores da produção agrícola e extrativista, e a inexistência de uma cadeia produtiva vinculada à pecuária, são problemas a serem enfrentados na Sub-região. O mapeamento dos dados sobre mercado de trabalho, conectividade, densidade social, e dos indicadores de estabilidade e nível de desequilíbrio interno (concentração de renda e concentração fundiária) são de certa forma enganadores, tendo em vista que praticamente todos esses dados referem-se às sedes municipais, devido à baixíssima densidade demográfica das áreas rurais. O município de Corumbá, por exemplo, aparece com predominância da PEA urbana e do emprego assalariado, situação obviamente limitada à cidade-sede. O mesmo vale para os outros municípios: a maior

importância da PEA urbana no setor de serviços, como é o caso de Porto Murtinho e Anastácio, só pode ser entendida como referente a sede municipal. Os serviços à produção encontram-se quase que exclusivamente restritos às principais cidades, Cáceres e Corumbá. Tal polarização também pode ser observada em relação ao índice de conectividade e às densidades técnico-tecnológica e social (nível de alfabetização).

As reservas minerais da Sub-região não são desprezíveis, destacando-se o ferro e manganês no Maciço do Urucum (Corumbá), uma parte da qual já é explorada. Devem ser destacadas também as reservas de granito em Porto Murtinho; calcário em Miranda (pouco explorado) e Corumbá; ouro em Cáceres, Poconé (onde já foi mais importante que atualmente), Nossa Senhora do Livramento; prata e zinco em Cáceres; quartzo em Miranda. O turismo ecológico permanece como a melhor opção para resguardar a riqueza ambiental da Sub-região, embora a entrada de uma 'frente empresarial' do Sul-Sudeste do país, se consolidada, pode se tornar uma ameaça para o futuro do Pantanal. O Pantanal Sul tem condições de desenvolver arranjos produtivos vinculados à bovinocultura, assim como a fruticultura de pequena escala parece ser uma alternativa adaptada às condições regionais.

## **XII – Sub-região Bodoquena**

Com sete municípios e menos de 5% da população do Arco Central, dois terços residentes em área urbana, a Sub-região da Bodoquena pode ser caracterizada como zona de transição entre a criação extensiva de gado do Pantanal e a expansão do cultivo mecanizado de soja (Sub-região de Dourados e Cone Sul-mato-grossense). Ocupa posição excêntrica a Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul.

A principal atividade agrícola em valor é a soja (sem expressão no conjunto do Arco), porém grande parte do uso do solo é destinada à criação de gado de cria para as fazendas de engorda de Dourados, no Cone Sul-mato-grossense, e da 'costa leste' do Estado (área limítrofe ao Estado de São Paulo e fora da Faixa de Fronteira). Apresenta 2% da produção total extrativa do Arco Central (madeira em tora) e 3% da indústria de transformação, a mais fraca de todo o Arco. Caracteriza-se também por baixo grau de empresariamento agrícola, ausência de praça atacadista, baixo nível técnico-tecnológico, porém média a alta densidade social.

### ***Especialização produtiva***

A agroindústria, embora inexpressiva em termos de número de empresas e valor da produção, está articulada tanto à soja (Bela Vista, Tacuru, Bonito) como à mandioca (procedente principalmente do Departamento paraguaio de Amambay, onde é plantada

por imigrantes brasileiros). Pequenas indústrias de cerâmica (Bela Vista, Bonito, Guia Lopes da Laguna) e uma unidade de tecelagem em Guia Lopes compõem o perfil industrial da região. A Sub-região faz parte da bacia leiteira de Dourados, destinando-se o leite às indústrias de laticínios da Sub-região vizinha.

É o turismo a principal fonte geradora de empregos (urbanos). Exceto em Nioaque, onde grandes fazendas são responsáveis por elevada concentração fundiária, os outros municípios apresentam médio nível de desequilíbrio interno local.

### ***Problemas e potencialidades***

O problema maior da Sub-região é o baixo grau de especialização e sua forte dependência em relação às sub-regiões vizinhas. A atividade turística poderia se tornar uma especialização da Sub-região. Embora a infra-estrutura turística existente (11% do Arco Central) em Jardim e Bonito seja razoável, a ausência de infra-estrutura aeroportuária nesses municípios prejudica o desenvolvimento. O Governo Estadual tem apoiado o turismo na Sub-região, só que não existe clareza quanto ao tipo de clientela que se quer atingir. O Parque Nacional da Serra da Bodoquena tem seu potencial turístico ainda pouco explorado.

Pequenos empresários da região apóiam fortemente o plano estadual de criar um corredor bi-océânico entre Campo Grande e Porto Murtinho, conectando o Oeste do Estado aos países do Cone Sul através do Rio Paraguai e deles aos portos do Pacífico, o que poderia beneficiar, segundo eles, a Sub-região. Bela Vista deveria ser integrada ao plano de desenvolvimento do turismo, tendo o Governo Federal apoiado a reconstituição de prédios antigos (início do século XX) da pequena cidade, cidade-gêmea da cidade paraguaia de Bella Vista, a qual está articulada por pequena e precária ponte. Um 'corredor turístico' transnacional, desde o Parque da Bodoquena, Jardim, Bonito, Bela Vista até Ponta Porã (Sub-região Cone Sul-mato-grossense) e o Parque Nacional de Cerro Cora em Amambay (Paraguai), consolidaria a atividade na Sub-região. Além disso, seria importante incentivo à redução das plantações de *Cannabis sativa* (maconha) que atualmente dominam não só o Parque Nacional paraguaio como grande parte do Departamento de Amambay (responsável por 70% da produção de *Cannabis sativa* no Paraguai) e as áreas limítrofes brasileiras (ainda não mapeadas).

Municípios da Sub-região têm reservas mineralógicas ainda por ser exploradas. É o caso das reservas de calcário e mármore em Bonito, e de calcário e filito em Bodoquena.

**XIII – Sub-região Dourados e**  
**XIV – Sub-região do Cone Sul-mato-grossense**

As duas Sub-regiões encontram-se descritas no capítulo referente aos Estudos de Caso.

**B-1.3 Sub-regiões do Arco Sul**

O Arco Sul é composto por 418 municípios representando 69% do total de municípios da Faixa de Fronteira, e foi subdividido em três sub-regiões.

**XV - Sub-região Portal do Paraná**

A Sub-região do Portal do Paraná situa-se no Noroeste do Estado, na zona de transição entre os Arcos Central e Sul. Em relação ao restante do Arco Sul, como já foi assinalado anteriormente, a região diferencia-se tanto por sua base produtiva quanto por sua identidade cultural, esta última marcada por afluxos migratórios predominantemente extra-regionais, provenientes das regiões Nordeste e Sudeste, e pela importância das colônias de imigrantes nipônicos. A paisagem é moldada pelos vales dos Rios Ivaí e Piquiri os quais, em grande medida, dividem a região em dois subespaços, com características próprias, a saber: 1) a área de influência de Umuarama e 2) o extremo Norte da Sub-região, ao Norte do Rio Ivaí (área de influência da cidade de Paranaíba).

É possível ainda distinguir um terceiro subespaço, representado pelas cidades-gêmeas de Guaíra e Salto del Guairá (Paraguai), e que ocupa uma posição relativamente excêntrica em relação ao restante da região. O efeito da distância deste subespaço em relação à Sub-região é minimizado pela presença do importante eixo rodoviário da PR-323 (rodovia Osvaldo Pacheco de Lacerda) que liga as cidades-gêmeas, e, portanto os Departamentos do Leste paraguaio, às cidades de Maringá e Londrina e ao Estado de São Paulo. Na região do Ivaí, destaca-se o eixo da PR-218, que conecta os municípios da região à cidade de Paranaíba. É de se notar também que a Sub-região do Portal do Paraná possui o segundo maior grau de urbanização do Arco Sul, inferior apenas àquele registrado na Sub-região da Campanha Gaúcha. A região é polarizada pela cidade de Umuarama, um dos principais centros sub-regionais do Estado, com 82.000 habitantes (população urbana), em torno da qual se situa uma miríade de pequenas aglomerações urbanas com população inferior a 10.000 habitantes.





### *Especializações produtivas*

No que se refere às atividades de extração vegetal, florestal e silvicultura, o conjunto dos municípios da Sub-região Portal do Paraná representa apenas 1,27% da produção total do Arco Sul. A extração madeireira é praticamente inexistente e a Silvicultura gera valores bastante inferiores ao restante do Arco (R\$ 1.149.000). Entretanto, a região apresenta um relativo dinamismo do setor industrial madeireiro/moveleiro, o que pode ser explicado por sua posição privilegiada em relação às áreas fornecedoras de insumos (em especial, Mato Grosso, Roraima e o Paraguai) e pela proximidade de importantes centros de consumo, situados tanto no Paraná (Maringá e Londrina) quanto em São Paulo (Presidente Prudente). Indústrias de desdobramento e fabricação de produtos de madeira concentram-se, sobretudo, ao longo da rodovia Osvaldo Pacheco de Lacerda, eixo que liga Guaíra à cidade de Maringá, especialmente nas cidades de Umuarama, Tapejara e Guaíra. A indústria moveleira, a qual produz para o consumo local, encontra-se concentrada em Umuarama (em 2001, 62 das 115 empresas da categoria estavam situadas no município).

A distribuição das atividades pecuárias (criação e derivados) da região apresenta similaridades com aquela observada para Sub-região de Dourados, no Arco Central. A bovinocultura de leite, voltada para o mercado local/subregional é praticada em todos os municípios da Sub-região (no total 1.2666.351 cabeças e 102.269.153 litros de leite), notadamente nos municípios de Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, Santa Isabel do Ivaí (situados no Extremo Norte da Sub-região, na área de influência de Paranaíba) e em Umuarama. A predominância da bovinocultura de leite em relação à pecuária de corte reflete-se na presença de atividades conexas a ambas: em 2001, a região contava com 39 indústrias de laticínios e apenas 14 abatedouros/frigoríficos. Com relação à distribuição, observa-se uma alta concentração dos abatedouros/frigoríficos em Umuarama (50%) e uma maior dispersão das indústrias de laticínios, coincidindo em sua localização com os principais municípios produtores. Em parte pela mesma razão, a cadeia produtiva de couro e calçados não apresenta um desenvolvimento notável. As atividades de curtimento, fabricação de artefatos de couro e de calçados concentram-se em Umuarama, Guaíra e Tapejara (21 empresas, no total).

Outras atividades de criação animal são inexpressivas na sub-região, à exceção da avicultura (2.454.826 cabeças), também destinada ao abastecimento do mercado local. O Portal do Paraná distingue-se, porém, pela produção de casulos do bicho-da-seda: 1.696.080 unidades. É a maior produtora do gênero em toda a Faixa, rivalizando apenas com a Sub-região do Sudoeste Paranaense, cuja criação não atinge um milhão de unidades de casulos. Isto se deve, em grande medida, a presença de expressivo contingente asiático, especialmente nipônico, na região (ver mapas de % de amarelos na Faixa de Fronteira).

Trata-se de uma atividade desenvolvida por pequenos produtores, instalados principalmente na região Noroeste do Estado do Paraná (estado maior produtor do país, com 5,5 milhões de casulos), nas áreas de influência de Maringá, Umuarama e Paranavaí e voltada para o mercado externo (especialmente para o Japão).

A agroindústria é a principal atividade produtiva da Sub-região. Entretanto, no contexto do Arco Sul, observa-se que esta apresenta valores bastante inferiores aos das outras regiões. Agregando as atividades de produção agrícola em três grandes grupos, a saber, a fruticultura, as lavouras permanentes e as lavouras temporárias, temos os seguintes percentuais:

	Valor / Área	Percentual no Arco sul
Lavouras Temporárias	164.378.000 / 195.360	2,3 / 2,3
Fruticultura	7.960.000 / 1.907	3,6 / 3,0
Lavouras Permanentes	2.399.000 / 5.636	6,6 / 18,1

**QUADRO 5: PORTAL DO PARANÁ: PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

As lavouras temporárias representam, indubitavelmente, a grande força motriz do desenvolvimento agrícola do Portal do Paraná, entretanto, ao contrário das outras sub-regiões do Arco Sul, sua base não está assentada na produção de grãos. Embora rivalizando em relação à extensão cultivada com as plantações de milho (53.800 ha), a lavoura de cana-de-açúcar (45.700 ha) é responsável por elevado valor da produção (R\$ 61.500.000, em 2001). Aproveitando a especialização produtiva da base primária, a região possuía, em 2001, duas indústrias de refino de açúcar (de um total de três no Arco Sul), em Ivaté e Tapejara, municípios que se situam nas duas principais áreas de cultivo de cana (ver os mapas da base produtiva para a Sub-região).

Por seu turno, os valores provenientes do cultivo de soja e milho e outros grãos na sub-região não podem ser comparados àqueles atingidos nas Sub-regiões dos Vales Coloniais do Sudoeste Paranaense e do Noroeste do Rio Grande do Sul (2 bilhões no ano de 2001). Em termos de valores e extensão territorial dos cultivos nos municípios do Portal do Paraná, outras culturas temporárias se destacam, como a mandioca e o algodão. Em relação à cadeia produtiva da mandioca, observa-se uma concentração da produção de amidos nas cidades situadas no eixo Guaíra-Maringá (22 das 33 empresas neste setor situam-se nas cidades de Guaíra, Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Tapejara e Altônia) e,



em menor grau, nos centros situados na região de influência de Paranavaí (Querência do Norte e Santa Isabel do Ivaí). Finalmente, em relação às lavouras permanentes, a região possui a maior produção de café registrada no Arco Sul (R\$ 2.364.000/5.614 ha) com expressão nos municípios situados no Vale do Ivaí (Rondon, Cidade gaúcha, Santa Isabel do Ivaí e Tapira). Esta especialização produtiva, como notado anteriormente, tem raízes na expansão da frente cafeicultora paulista que alcançou a região a partir de Londrina e Maringá. Na região estavam localizadas, em 2001, oito empresas de beneficiamento e torrefação de café, cuja distribuição apresenta um padrão disperso, situando-se tanto em centros importantes como Umuarama e Altônia, quanto em municípios produtores (como São Jorge do Patrocínio e nos municípios do Vale do Ivaí acima citados).

O elo final da cadeia produtiva agroindustrial, a saber, a distribuição, encontra-se, como é de se esperar, extremamente concentrado: o comércio atacadista de produtos *in natura* situa-se preferencialmente em Guaíra e Altônia. No caso de Guaíra, tal padrão explica-se pela posição da cidade em relação ao mercado internacional. Já o comércio atacadista de produtos beneficiados concentra-se (60% das 50 empresas) em Umuarama, grande centro distribuidor da região.

No caso da indústria têxtil, a região beneficia-se da proximidade em relação a São Paulo, aos centros paranaenses Maringá e Londrina e ao pólo de confecções de Cianorte para o fornecimento de insumos industrializados. Outra característica pode ser apontada para o fortalecimento da cadeia produtiva têxtil na região, a saber, a expressiva produção de algodão (inferior apenas à produção das Sub-regiões do Sudoeste Paranaense e da Chapada dos Parecis) e a proximidade com outros municípios produtores de algodão do Mato Grosso do Sul (Sub-regiões de Dourados e Cone Sul-mato-grossense). Nota-se uma relativa verticalização desta cadeia produtiva na sub-região, com presença de empresas voltadas para o beneficiamento, a fiação, a tecelagem e a produção de artefatos têxteis, bem como um número expressivo de indústrias de confecção e acessórios (em todos os casos observa-se uma alta concentração em Umuarama, à exceção do setor de confecções, que possui expressão na maior parte dos municípios). Entretanto, o número de empresas voltadas para a produção de tecidos e malhas é ainda bastante insipiente devido à proximidade de importantes fornecedores localizados nos Estados de São Paulo e Paraná), fator que desestimula a implantação de empresas dedicadas a estes setores na região, ocorrendo uma especialização nos elos preliminares da cadeia (beneficiamento e fiação) e no setor menos capitalizado das confecções.

Finalmente, o setor da construção civil, pouco dinâmico se comparado ao restante do Arco Sul, é altamente evocativo do peso da economia urbana de Umuarama para a região. De um total de 159 empresas de construção de edifícios e obras de engenharia civil existentes na região em 2001, 113 situavam-se nesta cidade, 13 estavam localizadas em Guaíra e o restante encontrava disperso nos centros menores.

**II - Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira**

<b>PORTAL DO PARANÁ: ESPECIALIZAÇÕES PRODUTIVAS - AGROINDÚSTRIA</b>						
<b>PRODUÇÃO</b>						
<b>Atividade</b>	<b>Categoria</b>	<b>Sub-categoria</b>	<b>Área de Ocorrência (Principais Municípios)</b>	<b>Valor (Reais)</b>	<b>Área Plantada (ha)</b>	
<b>Agricultura</b>	Lavouras Temporárias	Cana	Tapejara, Rondon, Icaraíma, Ivaté, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Perobal, Cafezal do Sul, Tapira, Nova Olímpia	61.421.000	45.699	
		Mandioca	Toda a Região	24.797.000	25.202	
		Algodão	Toda a Região (Guaira, Umuarama, Altônia)	9.940.000	8.324	
		Amendoim	Toda a Região	1.874.000	1.925	
	Grãos	Milho	Toda a Região (Guaira)	24.814.000	53.800	
		Soja	<u>Guaira</u> , Querência do Norte, Umuarama, Perobal, Altônia	24.084.000	30.116	
		Feijão	Toda a região (Altônia, Santa Isabel do Ivaí, Umuarama)	8.046.000	16.040	
		Arroz	<u>Querência do Norte</u> , <u>Santa Cruz do Monte Castelo</u> , <u>Santa Isabel do Ivaí</u> , Tapira, Santa Mônica, Guaira	7.283.000	8.917	
		Trigo	Guaira	1.811.000	5.123	
	Fruticultura	Laranja	<u>Cidade Gaucha</u> , <u>Santa Cruz do Monte Castelo</u> , <u>Santa Isabel do Ivaí</u> , Santa Mônica, Altônia, Rondon	3.782.000	944	
		Abacaxi	Santa Isabel do Ivaí	1.354.000	86	
		Uva	Altônia, Ivaté e Douradina	837.000	164	
	Lavouras Permanentes	Café	<u>São Jorge do Patrocínio</u> , <u>Xambrê</u> , <u>Rondon</u> , Santa Isabel do Ivaí, Tapira, Cidade Gaúcha, Altônia	2.364.000	5.614	
	<b>TRANSFORMAÇÃO / DISTRIBUIÇÃO</b>					
	<b>Categoria</b>			<b>Número de Empresas</b>		
Conservas			2			
Óleos e Gorduras			0			
Amidos e Rações			33			
Refino de Açúcar			2			
Torrefação de Café			8			
Produtos Alimentares			34			
Bebidas			3			
Produtos de Fumo			0			
Comércio Atacadista			65			

**QUADRO 6: PORTAL DO PARANÁ : ESPECIALIZAÇÕES PRODUTIVAS**

Algumas potencialidades podem ser destacadas para a região, a começar por sua própria especialização produtiva no setor agroindustrial. Este setor apresenta um alto grau de diferenciação no contexto do Arco Sul, o que pode ser explorado como uma vantagem competitiva em relação ao mercado nacional, especialmente a partir do desenvolvimento do cultivo e da industrialização da cana-de-açúcar. Grande impulso pode ser dado a este setor produtivo com o reaquecimento do programa de fomento à produção de álcool no país. Em relação à cotonicultura, a Sub-região desfruta de posição privilegiada tanto em relação ao mercado consumidor quanto à outras regiões produtoras, o que pode ser impulsionado com o fortalecimento da produção em todas as sub-regiões vizinhas. O mesmo ocorre com a cadeia produtiva da mandioca, a qual vem sendo estimulada por diversos governos estaduais a partir do incentivo à implantação de indústrias de amido, representando assim uma ampliação do valor agregado ao produto, outrora voltado quase exclusivamente para o consumo local.

No que se refere ao mercado de trabalho sub-regional, o Portal do Paraná caracteriza-se pelo perfil eminente urbano da População Economicamente Ativa, para a qual predominam os vínculos empregatícios no setor industrial. Claro está que as principais atividades industriais que absorvem a mão-de-obra regional são aquelas pouco especializadas como a indústria moveleira, de confecções e da construção civil. Entretanto deve-se destacar também a importância dos empregos sazonais gerados pelas lavouras de cana-de-açúcar. Certas características do mercado de trabalho local podem ser exploradas positivamente, ampliando as condições de geração de emprego e renda para a população, em especial, os altos índices de mobilidade da mão-de-obra, especialmente nos municípios vizinhos à Umuarama (fato que pode ser observado no mapa de índice de mobilidade, o qual representa os deslocamentos pendulares da população dentro da mesma unidade da federação).

Por outro lado, atividades produtivas emergentes como a produção de casulos de bichos-da-seda e a apicultura, ou mesmo atividades tradicionais como a fruticultura de laranja e de abacaxi, podem se beneficiar da estrutura agrária ainda persistente na região, caracterizada pela pequena propriedade rural, ainda que esta esteja sofrendo um processo de reorganização interna com a expulsão de importantes contingentes populacionais para as áreas urbanas. Acerca deste último ponto, é de se notar que no conjunto da faixa de fronteira, esta região é aquela que apresenta o maior número de municípios que apresentaram um refluxo populacional, tanto urbano quanto rural, na última década (consultar o mapa de nível de estabilidade econômica municipal). A extensão do fenômeno sugere um processo significativo de reestruturação da organização territorial da Sub-região, podendo sugerir um deslocamento populacional para a cidade de Umuarama e

outros centros médios da Sub-região (os quais apresentaram, nos últimos dez anos, um afluxo populacional urbano), ou mesmo para outras regiões do país.

No que se refere ao apoio à verticalização das cadeias produtivas e ao fomento aos Arranjos Produtivos Locais, a Sub-região carece de maiores investimentos no desenvolvimento técnico-tecnológico e institucional, ambos altamente concentrados na cidade de Umuarama. O mesmo entrave atinge a distribuição dos serviços à produção na região, a saber, a extrema concentração no centro de maior hierarquia da Sub-região. Entretanto, a existência de eixos logísticos estruturados e as distâncias relativamente pequenas entre os municípios devem minimizar os efeitos desta concentração. Importa, portanto, explorar de forma mais estruturada a proximidade com os mercados consumidores de São Paulo e do Paraná, investindo naquelas atividades produtivas que já se encontram relativamente desenvolvidas como os setores madeireiro e têxtil, sobretudo em função da sinergia que estes setores, assim como a agroindústria da cana-de-açúcar apresentam em relação às Sub-regiões do Cone Sul-mato-grossense e de Dourados, através do estímulo à rede de empresas que explorem conjuntamente os ativos e as vocações aí existentes. Neste cenário, centros como Dourados e Umuarama tendem a reforçar o seu papel de nós logísticos, especializando-se nos setores do terciário mais avançado.

### **XVI - Sub-região Vales Coloniais Sulinos**

**A: Segmento Sudoeste do Paraná**

**B: Segmento Oeste de Santa Catarina**

**C: Segmento Noroeste do Rio Grande do Sul**

#### ***Especializações produtivas***

No que se refere às atividades de extração vegetal, florestal e silvicultura, destaca-se o segmento do Oeste Paranaense no contexto da Sub-região, posto se tratar da área com maiores valores provenientes da extração de madeira em tora (R\$ 34.786.000) na Faixa de Fronteira. Nas atividades ligadas à silvicultura, os valores do segmento (R\$ 58.000.000, especialmente nos municípios de Mangueirinha, Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu) são inferiores apenas aos da Sub-região do Oiapoque-Tumucumaque, onde se localiza o Projeto Jari. Por conseguinte, a cadeia produtiva madeireira/moveleira encontra-se aí amplamente desenvolvida (é de se notar que nos três segmentos que compõem a Sub-região este é setor que engloba o maior número de empresas voltadas para a atividade industrial). Empresas de Silvicultura estão localizadas nos três segmentos, especialmente no Oeste Catarinense, enquanto os demais elos da cadeia, a saber,

desdobramento/fabricação/movelaria, possuem maior representatividade no Sudoeste Paranaense (especialmente ao Sul do Rio Iguaçu e nos centros situados ao longo da BR-369) e no segmento do Oeste Catarinense.

Ainda no que se refere às atividades extrativas, destaca-se a tradicional produção ervateira. Os ervais naturais remanescentes concentram-se principalmente no Sudoeste Paranaense e o cultivo da espécie desenvolve-se, sobretudo, no segmento Noroeste do Rio Grande do Sul.

	<b>Erva-Mate</b>	
	Extração	Cultivo
Sudoeste do Paraná	11.162.000	5.087.000
Oeste de Santa Catarina	3.584.000	6.172.000
Noroeste do Rio Grande do Sul	4.635.000	20.239.000

**QUADRO 7: VALES COLONIAIS SULINOS: PRODUÇÃO ERVATEIRA**

A distribuição das atividades pecuárias (criação e derivados) na Sub-região dos Vales Coloniais denota a diversificação produtiva dos segmentos que a compõem. Explora-se tanto a bovinocultura de leite quanto de corte e, no Oeste Paranaense, a suinocultura. No caso da bovinocultura de corte, os três segmentos possuem empresas de abate/curtimento/couro e calçados. A rede de abatedouros/frigoríficos da Sub-região concentra-se especialmente na região das missões, Rio Grande do Sul, na área de influência de Chapecó/SC e nos municípios situados no corredor da BR-369/PR. A indústria de curtume situa-se preferencialmente em cidades como Toledo, Coronel Vivida, Concórdia e Erechim, assim como as empresas de calçados. A indústria de laticínios, por sua vez, concentra-se nos principais municípios produtores da Sub-região (como Concórdia, Francisco Beltrão, Toledo, Matelândia e Pato Branco), embora, no caso do Noroeste do Rio Grande do Sul observe-se uma maior dispersão destas empresas, compondo uma importante bacia leiteira sub-regional.

Como foi observado para a Sub-região do Portal do Paraná, a agroindústria também se destaca como uma das principais atividades produtiva da Sub-região dos Vales Coloniais. No caso dos segmentos do Sudoeste Paranaense e do Noroeste do Rio Grande do Sul (especialmente do segundo), a despeito da forte especialização produtiva na cultura de grãos, em especial na sojicultura, observa-se uma alta diversificação da produção agrícola. A distribuição dos percentuais de áreas cultivadas segundo as diferentes categorias da

produção agrícola denota as diferenças intrínsecas aos diferentes segmentos da Sub-região (ver tabela abaixo). No caso da fruticultura, há uma maior expressividade da área plantada nas regiões do Noroeste do Rio Grande do Sul e do Oeste de Santa Catarina, coincidindo com as regiões em que há predominância da pequena propriedade rural. A fruticultura na faixa de fronteira riograndense apresenta também um maior grau de diversificação em relação aos outros segmentos, nos quais dominam amplamente os cultivos de laranja e uva.

Em relação à produção de grãos destacam-se os segmentos no Noroeste Riograndense e do Sudoeste Paranaense (ambos com valores de produção superiores a 2 bilhões de reais no ano de 2001). Em ambos os casos observa-se a predominância da sojicultura consorciada com outros grãos como milho, trigo, cevada e aveia. No que se refere à produção de outras lavouras temporárias, há uma nítida diferenciação entre os segmentos: o sudoeste paranaense destaca-se como o segundo maior produtor de algodão da Faixa de Fronteira, enquanto o segmento do Oeste Catarinense sobressai pela produção de fumo, a qual atinge valores superiores a todas as outras sub-regiões fronteiriças. No caso do Noroeste Riograndense persiste o caráter diversificado da produção, com destaque para as lavouras de mandioca, batata-doce, amendoim e alho.

		Valor / Área	Percentual no Arco sul
Lavouras Temporárias	Sudoeste do Paraná	2.238.003.000 / 3.056.458	32,3 / 36,2
	Oeste de Santa Catarina	528.795.000 / 731.636	7,68,6
	Noroeste do Rio Grande do Sul	2.349.654.000 / 3.090.946	33,9 / 36,6
Fruticultura	Sudoeste do Paraná	53.073.000 / 8.904	24,4 / 14,2
	Oeste de Santa Catarina	18.653.000 / 10.594	8,6 / 16,9
	Noroeste do Rio Grande do Sul	80.546.000 / 19.103	37,1 / 30,5
Lavouras Permanentes	Sudoeste do Paraná	6.914.000 / 8.166	19,1 / 26,3
	Oeste de Santa Catarina	6.172.000 / 8.308	17,0 / 26,7
	Noroeste do Rio Grande do Sul	20.597.000 / 8.860	56,9 / 28,5

#### QUADRO 8: VALES COLONIAIS SULINOS: PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A indústria de transformação de produtos agrícolas apresenta também um perfil bastante diversificado, bem como diferenciado entre os segmentos: no Sudoeste Paranaense concentra-se a maior parte das indústrias de óleos e gorduras, amidos, torrefação e moagem de café e de produtos alimentares (em concordância com a especialização produtiva da região, com o peso do setor industrial, especialmente no corredor da BR-369, e com a importância do mercado consumidor urbano local). O

segmento Noroeste do Rio Grande do Sul, por seu turno, concentra o maior contingente de indústrias de conservas e bebidas (diretamente associado à fruticultura). Finalmente, o segmento do Oeste Catarinense concentra as indústrias fumageiras.

Finalmente é de se notar a importância de outros setores industriais na composição da base produtiva dos Vales Coloniais Sulinos. No setor metal-mecânico sobressai o papel dos principais centros do Sudoeste Paranaense, como Cascavel, Toledo e Francisco Beltrão, em virtude da presença de diversas categorias de indústrias voltadas para a fabricação de produtos de metal, o mesmo ocorrendo com as empresas dedicadas à fabricação de máquinas para fins diversos. A região Noroeste Riograndense apresenta, por sua vez, uma forte especialização na produção de maquinaria para uso agrícola, em especial nos municípios de Panambi, Ijuí e Carazinho. No oeste catarinense o setor industrial encontra-se fortemente concentrado no município de Chapecó, onde estão situadas 50% das empresas do setor (num total de 105).

A cadeia produtiva têxtil encontra o maior grau de verticalização no segmento do Sudoeste Paranaense. A presença de insumos (produção algodoeira) e a importância do setor, em todo o estado, no abastecimento do mercado sub-regional e nacional de tecidos e malhas para a emergente indústria de confecções fortalecem o dinamismo do setor. Todos os elos da cadeia, desde o beneficiamento ao setor de confecções encontram-se aí presentes, reforçando o papel dos principais centros urbanos da região. No Noroeste Riograndense encontra-se uma importante aglomeração de indústrias de fabricação de tecidos e artigos de malha nos municípios do entorno de Santa Rosa (20 empresas, de um total de 50 no segmento).

### ***Potencialidades e Problemas***

Com relação à dinâmica populacional, todos os segmentos situados nos Vales Coloniais Sulinos apresentaram, na última década, um forte afluxo para as áreas urbanas. Tal processo tende a diminuir a preponderância do setor agrícola na geração de empregos na região. Neste sentido torna-se fundamental o fomento às atividades urbanas capazes de absorver crescentes contingentes de mão-de-obra, em especial nos centros médios, a saber, os setores industriais de confecções, de movelaria e da construção civil, os quais já se encontram em franca expansão na Sub-região.

Entretanto, a despeito desta tendência, os segmentos do Noroeste Riograndense e Oeste Catarinense (este último especialmente no Extremo-Oeste), continuam a apresentar altos graus de concentração da População Economicamente Ativa nas áreas rurais, onde predomina o trabalho familiar na agricultura. Neste sentido, cumpre fomentar, para toda a Sub-região, atividades que agreguem valor aos produtos da fruticultura, em especial pela expansão dos setores industriais de bebidas e conservas. Ademais é necessário



explorar o potencial inerente ao cultivo da erva-mate em toda a Sub-região, posto que se trata de um produto tradicionalmente vinculado à base produtiva dos segmentos que a compõem, e que, além disso, possui ampla penetração nos mercados consumidores da Argentina, Paraguai e Uruguai.

Ainda em se tratando do segmento do Noroeste Riograndense, é de se notar que seu principal potencial para o desenvolvimento regional reside na existência de importantes aglomerações de empresas compatíveis com a emergência espontânea de arranjos produtivos locais, em especial nos setores de fabricação de produtos cerâmicos, insumos agrícolas (maquinaria) e fabricação de tecidos e artigos de malha.

Em relação ao segmento Sudoeste do Paraná, deve-se observar que a dinâmica do mercado de trabalho caracteriza-se pela predominância dos postos de trabalho gerados pelo setor industrial e pelo domicílio urbano da População Economicamente Ativa. Nos principais centros urbanos do segmento as relações de trabalho são caracterizadas preferencialmente pelo vínculo empregatício. Entretanto, nos municípios limítrofes ao lago de Itaipu observa-se uma dominância do trabalho por conta própria, o que pode ser explorado no sentido de estimular a formação de redes de pequenas e médias empresas voltadas para o setor industrial.

Associado ao perfil fortemente industrial deste segmento encontra-se seu enorme potencial logístico, visível pela alta concentração de serviços à produção nos principais centros urbanos aí situados. Este potencial deve ser explorado não apenas no sentido de ampliar o fornecimento de produtos industrializados para os municípios do arco central e para os vizinhos platinos, mas também através do incentivo à integração das atividades industriais do segmento àquelas desenvolvidas na região industrial do departamento do Alto Paraná (no Paraguai). É de se notar que esta região, situada na zona fronteira paraguaia, se desenvolveu em grande medida em função da proximidade em relação à Foz do Iguaçu e encontra-se hoje em amplo desenvolvimento ao longo do eixo que liga Ciudad del Este à capital Assunção.

### **XVII - Sub-região Fronteira da Metade Sul do Rio Grande do Sul**

#### ***Posição***

A Sub-região da Fronteira da Metade Sul do Rio Grande do Sul é caracterizada pelo alto grau de urbanização da maioria de seus municípios, representando o maior índice agregado no contexto do Arco Sul (82%). Destacam-se importantes centros médios, como aqueles situados ao longo do limite internacional, comumente geminados com aglomerações urbanas localizadas nos países vizinhos (Uruguai e Argentina), como Uruguaiana e Sant'Ana do Livramento. Destacam-se ainda aglomerações como Bagé e

São Gabriel e o centro regional de Pelotas. A Sub-região é composta por municípios de grande extensão, se comparados ao restante do Arco Sul, conectados por uma malha viária estruturada por corredores formados pelas Rodovias Federais 290, 293 e 392 (que conectam as cidades situadas no limite internacional à Pelotas e ao porto do Rio Grande) e pelo eixo Norte-Sul da BR-116 (ligando Pelotas a Porto Alegre).

### **Especializações produtivas**

No que se refere à base produtiva da Sub-região, observa-se uma forte especialização no trinômio: bovinocultura de corte, ovinocultura e rizicultura - atividades voltadas para o abastecimento do mercado nacional e para a exportação.

Associadas à bovinocultura desenvolvem-se inúmeras atividades vinculadas à cadeia produtiva de couros. Trata-se da Sub-região com o maior número de abatedouros e frigoríficos da faixa, dispendo ainda de um contingente expressivo de empresas dedicadas ao curtimento e à produção de artigos do gênero. Pelotas e Sant'Ana do Livramento destacam-se pela presença de curtumes, enquanto os municípios de Quaraí e Nova Esperança do Sul concentram, respectivamente, o maior número de empresas de fabricação de produtos de couro e indústrias de calçados.

A indústria têxtil beneficia-se da expressiva produção de lã dos municípios situados na Campanha Gaúcha e, dentre os elos mais desenvolvidos desta cadeia, encontram-se o beneficiamento de fibras têxteis (Uruguiana e Pelotas) e a produção de tecidos e artigos de malha (Pelotas, São Lourenço do Sul, Canguçu, Alegrete e Bagé).

Superposto ao sistema produtivo da Campanha Gaúcha, encontra-se a região de influência de Pelotas, na qual o grau de diversificação da base produtiva é relativamente alto e onde há predominância da pequena propriedade rural. Neste subespaço, em relação à produção agrícola, predominam a fruticultura e lavouras temporárias como a batata-inglesa, cebola e fumo. Estas atividades possuem importante expressão territorial no Arco Sul, como pode ser observado na tabela abaixo que relaciona os percentuais das diferentes categorias da produção agrícola subregional ao conjunto da produção das sub-regiões sulinas. Na produção de grãos, o subespaço caracteriza-se pela maior expressividade das lavouras de milho em lugar da rizicultura.

O perfil das atividades de transformação da produção agrícola da sub-região apresenta-se bastante diversificado. Destacam-se as indústrias de amidos, de produtos alimentares, bebidas e conservas. No caso da última categoria há uma forte concentração das empresas em Pelotas, Rio Grande e municípios adjacentes. Indústrias de beneficiamento de fumo e café também estão preferencialmente situadas neste subespaço.

	<b>Valor / Área</b>	<b>Percentual no Arco sul</b>
Lavouras Temporárias	1.641.733.000 / 1.366.886	23,7 / 16,1
Fruticultura	56.603.000 / 22.014	26,1 / 35,2
Lavouras Permanentes	96.000 / 57	0,2 / 0,1

**QUADRO 9: FRONTEIRA DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL: PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

### *Potencialidades e problemas*

O aproveitamento das atividades tradicionais como a bovinocultura (através do apoio à expansão da cadeia de couros e calçados) e o beneficiamento da lã para a indústria têxtil apresentam-se como importantes potencialidades da Sub-região. Entretanto, observa-se a emergência e o desenvolvimento de novas atividades agropecuárias as quais, no médio prazo, podem gerar alterações no perfil produtivo da Campanha Gaúcha. Em especial destaca-se a expansão das áreas de cultivo de soja a partir da região de planalto situada ao Norte do Rio Ibicuí e dos municípios de Rosário do Sul e São Gabriel, localizados na porção central da Sub-região. A apicultura é também uma atividade em expansão e, em 2001, a Sub-região produziu 1.790.882 kg de mel de abelha, montante superior ao de todas as sub-regiões da Faixa de Fronteira. A atividade é atualmente mais expressiva nos municípios de Bagé, Sant'Ana do Livramento, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santiago. No caso de Bagé e Sant'Ana do Livramento, a apicultura pode ser fomentada como alternativa produtiva para as inúmeras famílias que foram assentadas na área rural dos municípios na última década.

Entretanto, uma das principais bases do desenvolvimento sub-regional reside no aproveitamento de seu potencial logístico e de integração com os países vizinhos. É de se notar que os centros de Uruguaiana e Sant'Ana do Livramento representam dois dos principais pontos de entrada e saída de mercadorias (em termos do volume de cargas) da fronteira continental brasileira. Cumpre, portanto fomentar a expansão dos serviços de apoio logístico (armazenamento, distribuição e intermediação comercial) nos centros sub-regionais, em especial em nós fronteiriços estratégicos como São Borja, Uruguaiana, Sant'Ana do Livramento, Chuí e Jaguarão, ampliando assim a competitividade dos produtos sub-regionais nos países do MERCOSUL. Por outro lado, a integração dos mercados de trabalho e consumo locais na zona de fronteira internacional pode ser ampliada por intermédio de legislação específica visando facilitar a circulação de produtos, serviços,

capitais e mão-de-obra, explorando assim a mobilidade da população (característica sobretudo dos centros geminados da fronteira seca com o Uruguai) e o dinamismo das atividades comerciais dos municípios, notável pela ampla predominância dos postos de trabalho gerados pelo setor na Sub-região.

No subespaço representado pela região de influência da cidade de Pelotas e do Pólo Industrial do Rio Grande, observa-se uma importante diversificação no perfil das principais atividades produtivas geradoras de postos de trabalho. Destaca-se, entretanto, a importância do trabalho autônomo nos municípios do entorno de Pelotas, em especial no setor agrícola. Este potencial pode ser explorado por intermédio do estímulo à expansão de pequenas e médias empresas no setor agroindustrial, especialmente de indústrias de processamento de alimentos e conservas.

#### **B.1.4. Sub-regiões Culturais da Faixa de Fronteira**

O Quadro 10 tem com o objetivo mostrar de forma mais particularizada as principais características sub-regionais em termos da constituição e caracterização de suas identidades culturais. Como já indicamos, o grande mérito da identidade territorial é, através de seus símbolos – moldados, por sua vez, em torno de determinados referenciais geográficos e históricos – fomentar um amálgama e/ou uma coesão social capaz de mobilizar a população em torno de determinados objetivos. É evidente que a criação e o fortalecimento desses vínculos promove ao mesmo tempo a solidariedade do grupo no seu conjunto, que pode ser altamente positiva em termos de mobilização social, e amálgamas mistificadores da realidade social extremamente desigual em que a maioria dos grupos está inserida.

Por isso, qualquer projeto de “mudança de imagem” (ou mesmo de “identidade”) não terá êxito se não vier acompanhado de uma transformação efetiva nas condições concretas de vida político-econômica das populações. A própria construção de novas imagens deve partir da valorização dos símbolos, da história e dos espaços efetivamente vividos pela maioria da população, ou seja, do reconhecimento das práticas e representações daqueles que constituem a base da pirâmide social, com identidades regionais construídas muito mais “de baixo para cima” do que impostas (politicamente) “de cima para baixo”.

Algumas áreas da Faixa de Fronteira têm muito maior potencial ou dispõem de muito mais elementos para a (re)construção identitária do que outras, favorecendo, a partir delas, mudanças da imagem da fronteira para as outras regiões da própria Faixa e do país.

Identificamos as diferentes sub-regiões culturais a partir dos seguintes atributos:

- o **nível de coesão** de suas identidades culturais, algumas forjadas sobre identidades territoriais mais uniformes e historicamente mais consolidadas, outras sobre identidades mais híbridas, resultantes da imbricação de identidades de diferentes grupos culturais;
- **referenciais geográficos** (espaços de referência identitária) e **históricos** que participam ou que podem participar mais intensamente na construção das identidades de cada sub-região;
- **bases produtivas** das sub-regiões, capazes, muitas vezes, de atuarem como mais um elemento de manifestação identitária;
- **composição étnica** predominante em cada sub-região – a relativa homogeneidade étnico-cultural ou uma composição específica entre diferentes grupos étnicos de identidade mais pronunciada como indicador da construção das identidades sub-regionais; e
- **migrações** – entendendo a mobilidade da população como mais um fator a ser incorporado na configuração identitária, locais mais estáveis em termos migratórios tendendo a manter identidades também mais estabilizadas mas, ao mesmo tempo, podendo tornar-se mais fechados e “impermeáveis” a outros grupos culturais.

Finalmente, numa última coluna, identificamos outros possíveis recortes regionais no interior das sub-regiões ou na interseção de algumas delas, mostrando de forma mais explícita outras possibilidades de recorte e/ou recomposição identitária, fruto da permanente heterogeneidade e multiplicidade das culturas regionais.

ARCOS	REGIÕES CULTURAIS	IDENTIDADE CULTURAL	ESPAÇOS DE REFERÊNCIA IDENTITÁRIA	REFERENCIAIS HISTÓRICOS DE IDENTIDADE	BASE PRODUTIVA	COMPOSIÇÃO ÉTNICA MAJORITÁRIA	MOBILIDADE DA POPULAÇÃO	SUBREGIÕES ISOLADAS OU SOBREPÓSITAS
NORTE	<b>Arco Indígena Olapoque - Tumucumaque</b>	Plural (índios, mestiços, negros, brancos)	Vales dos rios (Olapoque, Jari Trombetas)	Tradições indígenas	Recursos da floresta, silvicultura, rizicultura	Indígenas, Mestiços, negros	Média a forte imigração (especialmente no Amapá)	Vales do Olapoque, do Jari e do Trombetas
	<b>Campos do Rio Branco</b>	Plural (mestiços, índios, negros, "colonos")	Campos e vale do Rio Branco	Pecuária extensiva desde a época colonial	Agricultura e pecuária	Indígenas e Mestiços	Média a forte imigração (nordéstinos)	_____
	<b>Arco Indígena Parima-Pacaraima</b>	Forte e relativamente uniforme (índios Ianomâmis)	Pico Roraima e Serras Parima e Pacaraima	Tradições indígenas (lanomâmi)	Recursos da floresta, pesca	Indígenas	Fraca	Reservas indígenas
	<b>Arco Indígena Alto Rio Negro</b>	Forte e relativamente uniforme (índios Tucanos, Ianomâmis)	Floresta Amazônica, vale do Rio Negro e pico da Neblina	Tradições indígenas (tucano, arawak)	Recursos da floresta, pesca	Indígenas, mestiços	Fraca (menos de 5%)	Reservas indígenas
	<b>Alto Solimões</b>	Forte e mais uniforme (nas áreas indígenas ticuna) e plural (nas cidades)	Vale do Alto Solimões	Tradições indígenas, missões religiosas	Recursos da floresta, pesca	Mestiços, indígenas	Média a fraca	Reservas indígenas, vales dos rios
	<b>Alto Juruá - Javari</b>	Forte e relativamente uniforme (índios Pano)	Vale do Alto rio Juruá	Tradições indígenas	Produtos extrativos	Indígenas, mestiços	Fraca	_____
	<b>Vale do Acre - Alto Purus</b>	Plural (mestiços, brancos, índios)	Vale do rio Acre e do rio Purus, reservas extrativistas	Conquista do Acre (figura histórica do seringueiro)	Agropecuária e produtos extrativos	Mestiços	Média a fraca imigração (nordéstinos)	Vale do Acre, Vale do Purus amazense

QUADRO 10: SUB-REGIÕES CULTURAIS DA FAIXA DE FRONTEIRA

## II - Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira

ARCOS	REGIÕES CULTURAIS	IDENTIDADE CULTURAL	ESPAÇOS DE REFERÊNCIA IDENTITÁRIA	REFERENCIAIS HISTÓRICOS DE IDENTIDADE	BASE PRODUTIVA	COMPOSIÇÃO ÉTNICA MAJORITÁRIA	MOBILIDADE DA POPULAÇÃO	SUBREGIÕES ISOLADAS OU SOBREPÓSITAS
<b>CENTRAL</b>	<b>Madeira - Mamoré</b>	Plural (mestiços, brancos, índios)	Vale dos rios Madeira-Mamoré	Estrada de Ferro Madeira-Mamoré	Agropecuária e produtos extrativos	Mestiços	Média a forte imigração (nordestinos)	Vale do Madeira, Vale do Mamoré
	<b>Chapada dos Parecís</b>	Plural com tendência a preponderância de "colonos" sulistas	Fazendas de soja e chapadões	Tradições indígenas	Agricultura (soja)	Branco, mestiços, índios	Forte imigração (sulistas e nordestinos)	Chapada de Mato Grosso e de Rondônia
	<b>Alto Paraguai - Vale do Guaporé</b>	Plural (negros, índios, etc.)	Alto rio Paraguai e rio Guaporé	"Ciclo" da mineração, quilombos, Vila Bela, Forte Príncipe da Beira	Pecuária, agro-indústria	Mestiços, índios, negros	Forte imigração (diversas origens)	Alto Paraguai, Vale do Guaporé
	<b>Chaquenho - Pantaneira</b>	Forte e relativamente uniforme ("pantaneiro")	Pantanal (incluindo flora e fauna específicas e grandes fazendas de pecuária extensiva)	Índios Guatcurus ("Índios cavaleiros")	Pecuária extensiva e turismo	Mestiços, índios	Estável	Pantanal de Nabileque, Bodoquena
	<b>Cone Sul-Mato-Grossense</b>	Plural ("colonos"/, nordestinos, paulistas, índios, paraguaios, brasiguaios)	Ervais e fazendas de pecuária extensiva	"Ciclo" da Erva-Mate	Pecuária, Agro-indústria	Mestiços, brancos, índios	Forte imigração (paulistas, sulistas, nordestinos, paraguaios)	Grande Dourados, Reservas Indígenas, Subregião da Erva Mate

**QUADRO 10: SUB-REGIÕES CULTURAIS DA FAIXA DE FRONTEIRA (CONT.)**



ARCOS	REGIÕES CULTURAIS	IDENTIDADE CULTURAL	ESPAÇOS DE REFERÊNCIA IDENTITÁRIA	REFERENCIAIS HISTÓRICOS DE IDENTIDADE	BASE PRODUTIVA	COMPOSIÇÃO ÉTNICA MAJORITÁRIA	MOBILIDADE DA POPULAÇÃO	SUBREGIÕES ISOLADAS OU SOBREPOSTAS
SUL	<b>Portal do Paraná</b>	Plural e híbrida ("colonos" europeus de várias origens, nordestinos e japoneses)	Rio Paraná e seu delta interior	Companhia Matte Laranjeira (Guaira)	Agro-indústria	Branco, mestiços	Forte imigração (paulistas, nordestinos)	Reservas indígenas (MS), Subregião da Erva Mate
	<b>Vales Coloniais Sulinos</b>	Forte e relativamente uniforme ("colonos" descendentes de europeus)	Vales coloniais de agricultura familiar	Contestado (SC), Missões Jesuítas (RS)	Agro-indústria e agricultura familiar	Branco (italo e teuto-brasileiros)	Estável no RS, forte emigração em SC e PR	Missões (RS)
	<b>Campanha Gaúcha</b>	Forte e relativamente uniforme ("gaúcho")	"Estância" de pecuária extensiva	Tradição militar, Guerra dos Farrapos (Piratini)	Pecuária extensiva e rizicultura	Branco (luso-brasileiros); minoria negra	Estável (apenas 5% migrantes)	—

QUADRO 10: SUB-REGIÕES CULTURAIS DA FAIXA DE FRONTEIRA (CONT.)

## **B-2 Especialização Produtiva: Estrutura e Principais Indicadores por Sub-região**

A tabulação mapeamento de variáveis econômicas visando determinar a **base produtiva** dos municípios da Faixa de Fronteira representou uma das principais atividades de pesquisa para a definição da tipologia das sub-regiões. Esta tabulação está apresentada a seguir, enquanto o mapeamento das variáveis encontra-se no final deste documento.

- Para as atividades extrativas e silvicultura, foram tabulados os dados relativos ao valor total da produção (em reais), segundo grandes categorias (produtos alimentícios, borrachas, fibras, madeiras e silvicultura) e produtos principais (Tabelas 2, 3, 4 e Figura 12).
- Em relação às atividades pecuárias mapeou-se os efetivos totais (bovinos, caprinos, ovinos, bubalinos, galináceos e suínos) e a quantidade produzida de derivados (leite, mel, lã, casulos de bicho-da-seda) (Tabelas 5, 6 e 7)
- No que se refere às atividades agrícolas, foram tabulados os valores (em reais) da produção e a área plantada (em ha) por produto, e o grau de empresariamento formal das atividades (a partir do número de empresas constantes do Cadastro Central de empresas do IBGE). Em seguida as informações foram categorizados segundo grandes grupos de produto, a saber: fruticultura, lavouras permanentes e lavouras temporárias (Tabelas 8 a 16 e Figuras 13, 14 e 15)

Os dados da base produtiva foram então agregados por sub-região e comparados os pesos relativos das atividades produtivas nos arcos e no conjunto da Faixa de Fronteira, definindo assim as especializações produtivas subregionais. A análise destas especializações encontra-se na Seção II.B-2 deste documento.

A esta base foram associados os dados das **atividades com perfil industrial**, por município. Em função da maior concentração de estabelecimentos empresariais em alguns setores, a tabulação das informações acerca da distribuição dos mesmos foi realizada para as seguintes cadeias produtivas (e os sucessivos elos das mesmas): Agroindústria (Tabela 17 e Figuras 16 e 17); Bovinocultura de corte/leite (Tabela 18 e Gráfico 18); Madeireiro/Moveleiro (Tabela 19); Metal/Mecânico (Tabela 20); Construção Civil (Tabela 21); Têxtil (Tabela 22) e Turismo (Tabela 23).

As relações entre a base produtiva e as atividades com perfil industrial existentes foram aprofundadas nos estudos de caso (Capítulo V) visando a identificação de potenciais Arranjos Produtivos Locais.

### B-2.1 Base Primária

EXTRAÇÃO (VEGETAL E FLORESTAL) E SILVICULTURA							
Categoria	Sub-categoria	Valor da Produção (em Reais)					
		ARCO NORTE					
		SR1	SR2	SR3	SR4	SR5	SR6
Alimentícios	Açaí	118.000	0	4.000	70.000	63.000	51.000
	Castanha do Pará	1.910.000	12.000	9.000	371.000	0	6.496.000
	Erva-Mate	0	0	0	0	0	0
	Palmito	0	0	0	0	0	0
Borrachas	Hevea (látex coagulado)	11.000	0	0	5.000	1.088.000	3.193.000
	Hevea (látex líquido)	24.000	0	0	0	0	0
Fibras	Piaçava	0	0	11.158.000	430.000	0	0
Madeiras	Carvão Vegetal	297.000	142.000	148.000	6.000	263.000	383.000
	Lenha	8.527.000	915.000	558.000	2.295.000	1.717.000	1.852.000
	Madeira em tora	13.005.000	301.000	1.945.000	8.059.000	657.000	17.938.000
Silvicultura	Carvão Vegetal	0	0	0	0	0	0
	Lenha	0	0	0	0	0	0
	Madeira em tora (p/ papel e cel)	54.905.000	0	0	0	0	0
	Madeira em tora (p/ outros fins)	19.571.000	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		98.368.000	1.370.000	13.822.000	11.236.000	3.788.000	29.913.000

Fonte: Produção Extrativa e Silvicultura - IBGE, 2001

**TABELA 2: EXTRAÇÃO (VEGETAL E FLORESTAL) E SILVICULTURA ARCO NORTE**

**II - Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira**

<b>EXTRAÇÃO (VEGETAL E FLORESTAL) E SILVICULTURA</b>									
Categoria	Sub-categoria	<b>Valor da Produção (em Reais)</b>							
		<b>ARCO CENTRAL</b>							
		SR7	SR8	SR9	SR10	SR11	SR12	SR13	SR14
Alimentícios	Açaí	0	0	0	0	0	0	0	0
	Castanha do Pará	1.675.000	27.000	0	0	0	0	0	0
	Erva-Mate	0	0	0	0	0	0	262.000	1.028.000
	Palmito	0	7.000	47.000	107.000	0	0	0	0
Borrachas	Hevea (látex coagulado)	15.000	22.000	6.000	0	0	0	0	0
	Hevea (látex líquido)	0	0	0	0	0	0	0	0
Fibras	Piaçava	0	0	0	0	0	0	0	0
Madeiras	Carvão Vegetal	0	42.000	117.000	1.106.000	1.241.000	60.000	34.000	1.450.000
	Lenha	3.000	300.000	1.022.000	1.650.000	834.000	226.000	644.000	492.000
	Madeira em tora	1.134.000	14.164.000	11.985.000	2.164.000	694.000	150.000	198.000	632.000
Silvicultura	Carvão Vegetal	0	0	0	0	0	0	0	21.000
	Lenha	0	0	0	0	0	0	572.000	671.000
	Madeira em tora (p/ papel e cel)	0	0	0	0	0	0	0	0
	Madeira em tora (p/ outros fins)	0	0	0	49.000	61.000	0	125.000	225.000
<b>TOTAL</b>		2.827.000	14.562.000	13.177.000	5.076.000	2.830.000	436.000	1.835.000	4.519.000

Fonte: Produção Extrativa e Silvicultura - IBGE, 2001

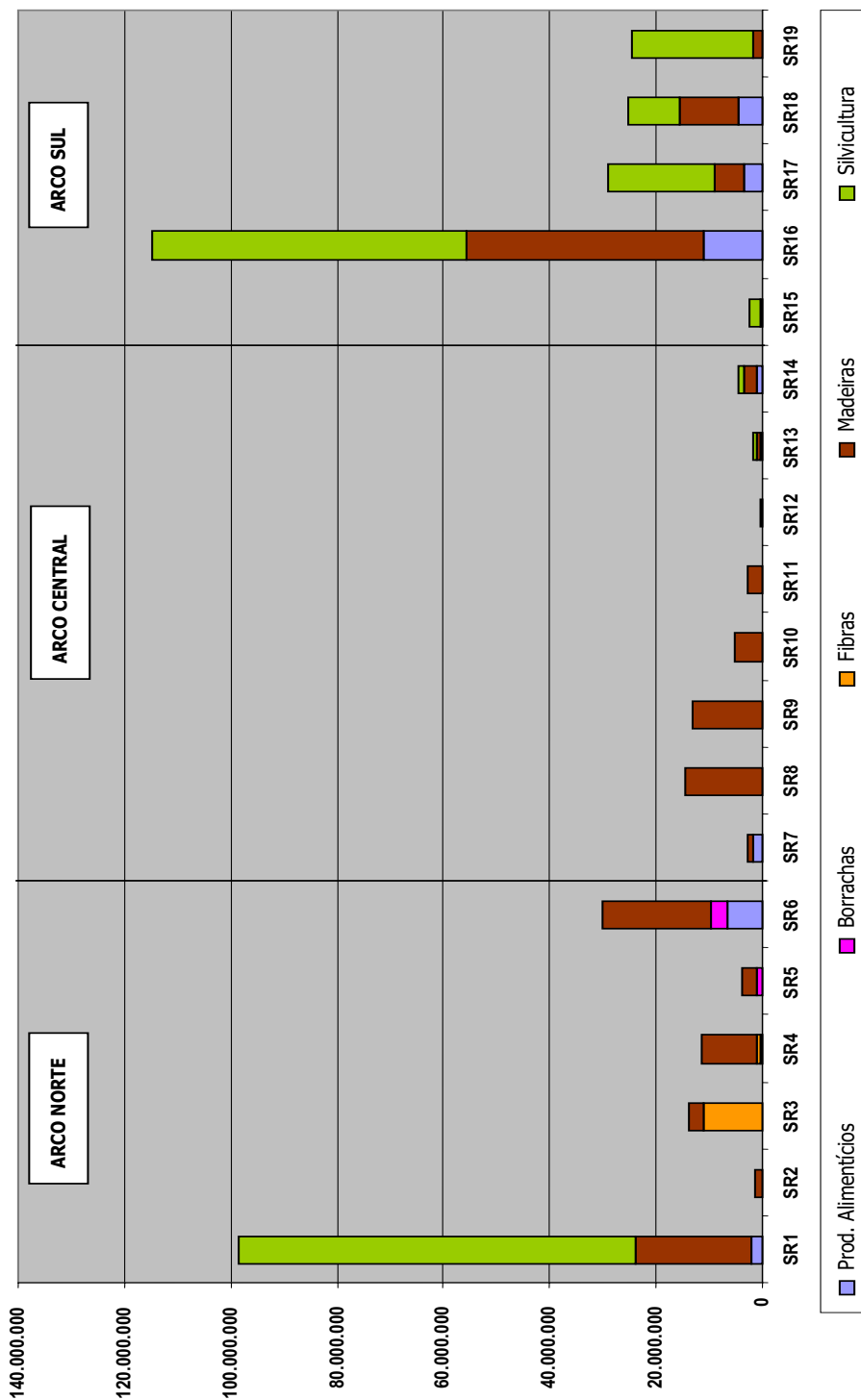
**TABELA 3: EXTRAÇÃO (VEGETAL E FLORESTAL) E SILVICULTURA ARCO CENTRAL**

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

EXTRAÇÃO (VEGETAL E FLORESTAL) E SILVICULTURA						
Categoria	Sub-categoria	Valor da Produção (em Reais)				
		ARCO SUL				
		SR15	SR16	SR17	SR18	SR19
Alimentícios	Açaí	0	0	0	0	0
	Castanha do Pará	0	0	0	0	0
	Erva-Mate	0	11.162.000	3.584.000	4.635.000	15.000
	Palmito	3.000	14.000	0	0	0
Borrachas	Hevea (látex coagulado)	0	0	0	0	0
	Hevea (látex líquido)	0	0	0	0	0
Fibras	Piaçava	0	0	0	0	0
Madeiras	Carvão Vegetal	335.000	2.623.000	75.000	298.000	64.000
	Lenha	125.000	6.901.000	3.296.000	9.043.000	1.376.000
	Madeira em tora	5.000	34.786.000	1.899.000	1.732.000	327.000
Silvicultura	Carvão Vegetal	247.000	129.000	70.000	286.000	84.000
	Lenha	613.000	10.179.000	9.891.000	4.882.000	14.872.000
	Madeira em tora (p/ papel e cel)	0	5.885.000	3.131.000	1.000	6.259.000
	Madeira em tora (p/ outros fins)	1.149.000	42.971.000	6.933.000	4.346.000	1.413.000
<b>TOTAL</b>		2.477.000	114.650.000	28.879.000	25.223.000	24.410.000

Fonte: Produção Extrativa e Silvicultura - IBGE, 2001

**TABELA 4: EXTRAÇÃO (VEGETAL E FLORESTAL) E SILVICULTURA ARCO SUL**



Fonte: Produção Extrativa e Silvicultura - IBGE, 2001

FIGURA 12: EXTRAÇÃO (VEGETAL E FLORESTAL) E SILVICULTURA - VALOR DA PRODUÇÃO (EM REAIS)

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

PECUÁRIA							
Categoria	Sub-categoria	Quantidade (cabeças / kg / litros)					
		ARCO NORTE					
		SR1	SR2	SR3	SR4	SR5	SR6
Efetivos (cabeças)	Bovinos	480.130	247.000	126.322	11.444	272.296	1.575.935
	Suínos	40.229	31.500	18.215	10.033	108.883	78.005
	Galináceos	257.817	445.500	85.119	105.150	566.547	588.597
	Bubalinos	120.205	100	33	62	1.447	1.543
	Caprinos	6.626	4.600	1.713	85	1.925	4.037
	Ovinos	12.298	0	42	2.467	22.343	35.639
Derivados	Leite de Vaca (litros)	11.991.770	5.433.000	2.384.590	92.373	8.326.428	80.602.141
	Casulos do Bicho da Seda	0	0	0	0	0	0
	Lã (kg)	0	0	0	0	0	0
	Mel de Abelha (Kg)	720	2.800	1.700	0	0	3.305

Fonte: Produção Pecuária Municipal - IBGE, 2001

**TABELA 5: PECUÁRIA - ARCO NORTE**



## II - Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira

PECUÁRIA									
Categoria	Sub-categoria	Quantidade (cabeças / kg / litros)							
		ARCO CENTRAL							
		SR7	SR8	SR9	SR10	SR11	SR12	SR13	SR14
Efetivos (cabeças)	Bovinos	635.866	1.679.612	1.719.755	2.997.760	4.543.263	1.696.190	2.495.675	2.522.525
	Suínos	31.524	133.209	64.930	65.545	51.950	27.643	240.558	70.488
	Galináceos	129.598	614.812	3.088.826	624.168	327.300	137.261	14.136.187	1.242.124
	Bubalinos	314	11.119	1.179	1.472	6.443	1.628	2.374	2.131
	Caprinos	3.348	4.244	2.408	3.414	5.869	4.084	3.005	3.751
	Ovinos	11.577	19.240	20.932	37.206	62.139	53.582	38.937	64.293
Derivados	Leite de Vaca (litros)	36.551.328	90.994.568	52.496.801	108.710.625	46.017.637	21.078.062	89.467.941	43.461.204
	Casulos do Bicho da Seda	0	0	0	0	160	0	196.202	215.733
	Lã (kg)	0	0	0	0	13.287	19.912	8.217	23.312
	Mel de Abelha (Kg)	9.454	23.315	88.222	5.543	32.849	16.504	117.714	63.662

Fonte: Produção Pecuária Municipal - IBGE, 2001

**TABELA 6: PECUÁRIA - ARCO CENTRAL**

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Categoria	Sub-categoria	Quantidade (cabeças / kg / litros)				
		ARCO SUL				
		SR15	SR16	SR17	SR18	SR19
Efetivos (cabeças)	Bovinos	1.266.351	2.946.383	1.015.485	1.933.614	7.611.208
	Suínos	55.696	2.019.716	2.545.924	1.350.960	278.687
	Galináceos	2.454.826	64.530.101	49.494.075	7.321.747	1.721.988
	Bubalinos	2.267	5.339	1.038	9.548	34.598
	Caprinos	1.745	24.203	8.042	11.804	24.475
	Ovinos	26.369	140.421	35.676	235.205	3.517.208
Derivados	Leite de Vaca (litros)	102.269.153	816.271.105	533.982.350	896.122.865	264.907.906
	Casulos do Bicho da Seda	1.696.080	839.466	38.171	0	0
	Lã (kg)	13.629	154.303	16.132	427.792	9.638.489
	Mel de Abelha (Kg)	84.197	964.932	761.801	1.247.244	1.790.882

Fonte: Produção Pecuária Municipal - IBGE, 2001

**TABELA 7: PECUÁRIA - ARCO SUL**

## II - Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira

Categoria	Sub-categoria	Valor / Área	Valor da Produção (em Reais) / Área Plantada (em Hectares)					
			ARCO NORTE					
			SR1	SR2	SR3	SR4	SR5	SR6
Fruticultura - Lavoura Permanente	Abacate	Valor	250.000		4.000	17.000	84.000	296.000
		Área	73		3	37	35	93
	Banana	Valor	6.785.000	2.288.000	3.433.000	8.886.000	3.131.000	10.995.000
		Área	3.678	1.430	2.676	6.267	2.737	6.669
	Caqui	Valor						
		Área						
	Coco da Baía	Valor	209.000		4.000		41.000	146.000
		Área	141		15		17	44
	Figo	Valor						
		Área						
	Goiaba	Valor						
		Área						
	Laranja	Valor	1.845.000	648.000	181.000	165.000	512.000	1.049.000
		Área	970	216	85	233	145	580
	Limão	Valor	156.000	75.000	30.000	3.000	16.000	149.000
		Área	57	143	55	13	9	64
	Maçã	Valor						
		Área						
	Mamão	Valor	178.000	1.166.000	849.000	45.000	104.000	481.000
		Área	46	303	210	161	68	215
Manga	Valor	10.000			9.000	6.000	82.000	
	Área	12			25	13	56	
Maracujá	Valor	44.000			1.000		250.000	
	Área	18			4		95	
Pera	Valor							
	Área							
Pessego	Valor							
	Área							
Tangerina	Valor	56.000			1.000	298.000	388.000	
	Área	49			13	95	91	
Uva	Valor							
	Área							
Fruticultura - Lavoura Temporária	Abacaxi	Valor	858.000	339.000	437.000	270.000	426.000	1.103.000
		Área	248	73	720	614	145	189
	Melancia	Valor	426.000	1.520.000	877.000	176.000	580.000	1.673.000
		Área	400	350	246	521	172	608
	Melão	Valor		324.000		2.000		
		Área		20		10		
	Tomate	Valor	225.000	2.838.000	748.000	45.000	110.000	1.000
		Área	41	280	80	112	3	3
	<b>TOTAL</b>	<b>Valor</b>	11.042.000	9.198.000	6.563.000	9.620.000	5.308.000	16.613.000
		<b>Área</b>	5.733	2.815	4.090	8.010	3.439	8.707

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE, 2001

**TABELA 8: PRODUÇÃO AGRÍCOLA ARCO NORTE - FRUTICULTURA**

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Categoria	Sub-categoria	Valor / Área	Valor da Produção (em Reais) / Área Plantada (em Hectares)							
			ARCO CENTRAL							
			SR7	SR8	SR9	SR10	SR11	SR12	SR13	SR14
Fruticultura - Lavoura Permanente	Abacate	Valor								
		Área								
	Banana	Valor	1.903.000	2.915.000	3.688.000	4.221.000	3.436.000	327.000	209.000	156.000
		Área	758	1.203	991	774	2.216	130	25	30
	Caqui	Valor								
		Área								
	Coco da Baía	Valor	190.000	339.000	1.329.000	141.000	427.000	125.000		
		Área	34	160	383	121	88	11		
	Figo	Valor							10.000	
		Área							2	
	Goiaba	Valor			2.000					
		Área			7					
	Laranja	Valor	13.000	322.000	600.000	1.865.000	651.000	42.000	45.000	1.000
		Área	14	194	303	366	219	15	30	11
	Limão	Valor	9.000	78.000	21.000	2.000	4.000			4.000
		Área	3	38	13	6	16			1
	Maçã	Valor								
		Área								
	Mamão	Valor		7.000	425.000	405.000				
		Área		7	44	30				
Manga	Valor		133.000	48.000		1.073.000		9.000		
	Área		33	10		71		3		
Maracujá	Valor	8.000	160.000	30.000			27.000	30.000	23.000	
	Área	3	44	20			3	7	4	
Pera	Valor									
	Área									
Pessego	Valor									
	Área									
Tangerina	Valor		7.000	23.000				18.000	8.000	
	Área		4	8				4	1	
Uva	Valor			332.000	54.000	114.000	43.000	534.000	5.000	
	Área			19	3	13	5	39	1	
Abacaxi	Valor	555.000	32.000	1.351.000	255.000	1.079.000		164.000	68.000	
	Área	45	5	129	35	102		16	9	
Melancia	Valor		1.036.000	603.000	280.000	474.000	33.000	420.000	1.851.000	
	Área		263	114	80	198	11	97	625	
Melão	Valor					36.000		16.000	150.000	
	Área					45		5	10	
Tomate	Valor		842.000	669.000	200.000	67.000		1.845.000	987.000	
	Área		65	70	13	7		78	44	
<b>TOTAL</b>	<b>Valor</b>	2.678.000	5.871.000	9.121.000	7.423.000	7.361.000	597.000	3.300.000	3.253.000	
	<b>Área</b>	857	2.016	2.111	1.428	2.975	175	306	736	

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE, 2001

**TABELA 9: PRODUÇÃO AGRÍCOLA ARCO CENTRAL - FRUTICULTURA**

## II - Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira

Categoria	Sub-categoria	Valor / Área	Valor da Produção (em Reais) / Área Plantada (em Hectares)				
			ARCO SUL				
			SR15	SR16	SR17	SR18	SR19
Fruticultura - Lavoura Permanente	Abacate	Valor	27.000	132.000		1.504.000	16.000
		Área	23	57		352	4
	Banana	Valor	230.000	3.406.000	32.000	1.558.000	61.000
		Área	88	927	24	454	38
	Caqui	Valor	47.000	221.000		1.087.000	76.000
		Área	13	66		266	25
	Coco da Baía	Valor	7.000				
		Área	4				
	Figo	Valor		400.000	57.000	1.246.000	391.000
		Área		56	23	604	259
	Goiaba	Valor		15.000	4.000	948.000	39.000
		Área		5	5	100	25
	Laranja	Valor	3.782.000	11.577.000	7.764.000	21.483.000	6.552.000
		Área	944	2.182	8.116	6.759	3.121
	Limão	Valor	181.000	548.000	42.000	1.238.000	99.000
		Área	50	164	20	378	68
	Maçã	Valor		8.979.000		219.000	849.000
		Área		805		108	196
	Mamão	Valor		597.000	6.000	1.325.000	6.000
		Área		57	1	245	1
Manga	Valor	133.000	442.000		160.000		
	Área	52	87		75		
Maracujá	Valor		439.000				
	Área		181				
Pera	Valor		146.000		2.902.000	161.000	
	Área		34		418	62	
Pessego	Valor		2.407.000	1.243.000	6.237.000	21.481.000	
	Área		524	320	1.467	8.308	
Tangerina	Valor	147.000	1.436.000	127.000	8.996.000	1.318.000	
	Área	69	689	256	2.377	558	
Uva	Valor	837.000	8.926.000	6.309.000	18.448.000	3.714.000	
	Área	164	1.287	951	3.392	1.123	
Abacaxi	Valor	1.354.000	1.614.000	54.000	817.000	2.000	
	Área	86	95	13	97	2	
Melancia	Valor	631.000	4.831.000	1.750.000	7.861.000	13.794.000	
	Área	384	1.324	719	1.250	7.506	
Melão	Valor		257.000	600.000	1.412.000	409.000	
	Área		73	105	420	305	
Tomate	Valor	584.000	6.700.000	665.000	3.105.000	7.635.000	
	Área	30	291	41	341	413	
<b>TOTAL</b>	<b>Valor</b>		7.960.000	53.073.000	18.653.000	80.546.000	56.603.000
	<b>Área</b>		1.907	8.904	10.594	19.103	22.014

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE, 2001

**TABELA 10: PRODUÇÃO AGRÍCOLA ARCO SUL - FRUTICULTURA**

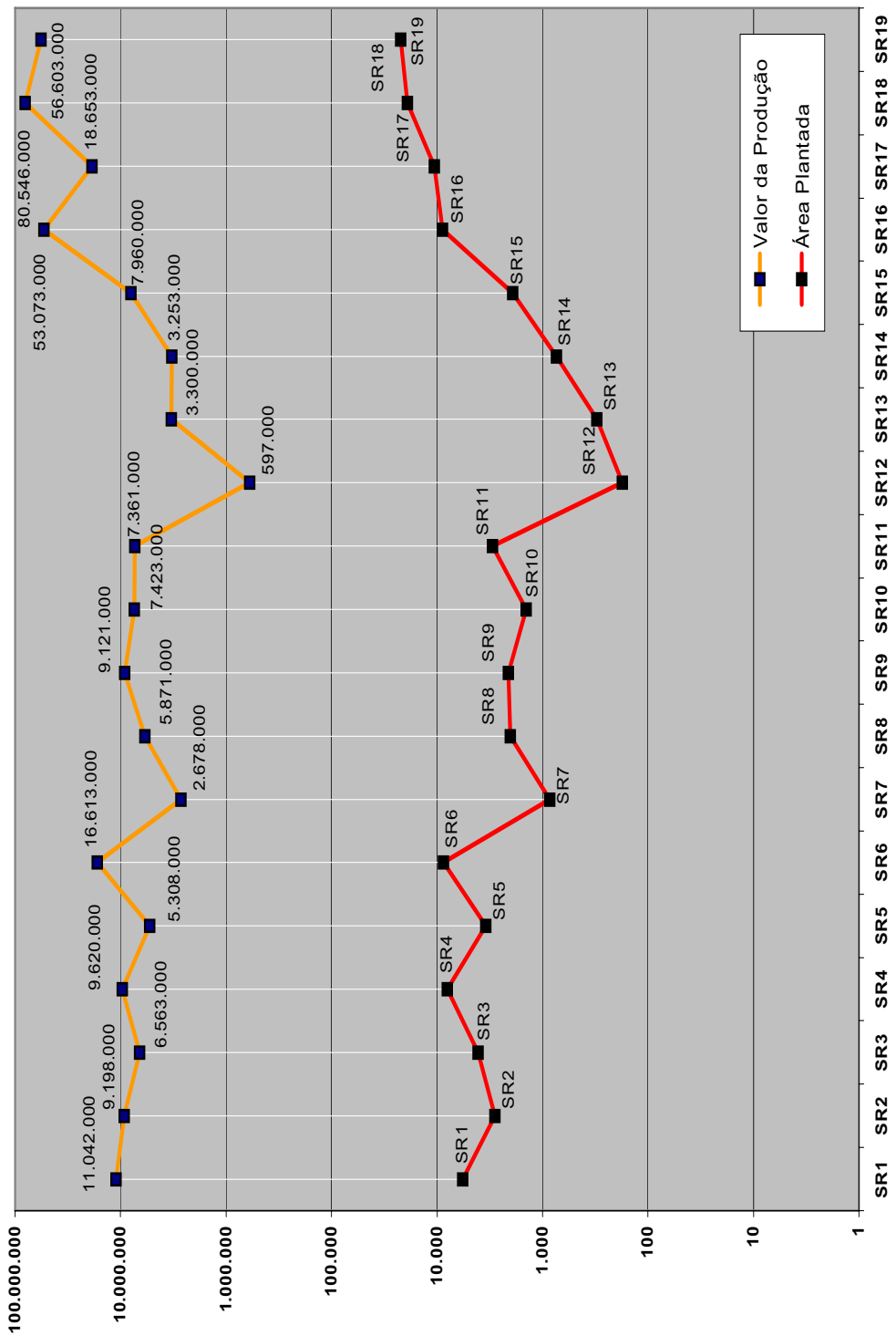


FIGURA 13: PRODUÇÃO AGRÍCOLA - FRUTICULTURA - VALOR DA PRODUÇÃO (EM REAIS) E ÁREA PLANTADA (EM HA)

## II - Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira

Categoria	Sub-categoria	Valor / Área	Valor da Produção (em Reais) / Área Plantada (em ha)					
			ARCO NORTE					
			SR1	SR2	SR3	SR4	SR5	SR6
Outras Lavouras Permanentes	Borracha (Latex coagulado)	Valor	25.000					1.289.000
		Área	250					474
	Cacau	Valor	261.000			1.000		76.000
		Área	1.090			5		42
	Café	Valor	82.000			12.000	2.000	2.987.000
		Área	149			38	8	2.560
	Erva-Mate	Valor						
		Área						
	Guaraná	Valor	450.000				143.000	
		Área	400				164	
	Noz	Valor						
		Área						
Palmito	Valor					166.000	4.700.000	
	Área					32	894	
<b>TOTAL</b>	<b>Valor</b>	818.000	0	0	13.000	311.000	9.052.000	
	<b>Área</b>	1.889	0	0	43	204	3.970	

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE, 2001

**TABELA 11: PRODUÇÃO AGRÍCOLA ARCO NORTE - LAVOURAS PERMANENTES**

Categoria	Sub-categoria	Valor / Área	Valor da Produção (em Reais) / Área Plantada (em ha)							
			ARCO CENTRAL							
			SR7	SR8	SR9	SR10	SR11	SR12	SR13	SR14
Outras Lavouras Permanentes	Borracha (Latex coagulado)	Valor		88.000	437.000	3.411.000	661.000			
		Área		120	369	3.465	620			
	Cacau	Valor	597.000	129.000	355.000	5.000				
		Área	1.019	217	584	8				
	Café	Valor	1.650.000	25.979.000	5.808.000	1.679.000	39.000	1.000	123.000	406.000
		Área	7.300	73.528	11.601	1.955	42	5	155	292
	Erva-Mate	Valor							28.000	358.000
		Área							43	1.135
	Guaraná	Valor		8.000						
		Área		18						
	Noz	Valor								
		Área								
Palmito	Valor			14.000	35.000					
	Área			6	25					
<b>TOTAL</b>	<b>Valor</b>	2.247.000	26.204.000	6.614.000	5.130.000	700.000	1.000	151.000	764.000	
	<b>Área</b>	8.319	73.883	12.560	5.453	662	5	198	1.427	

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE, 2001

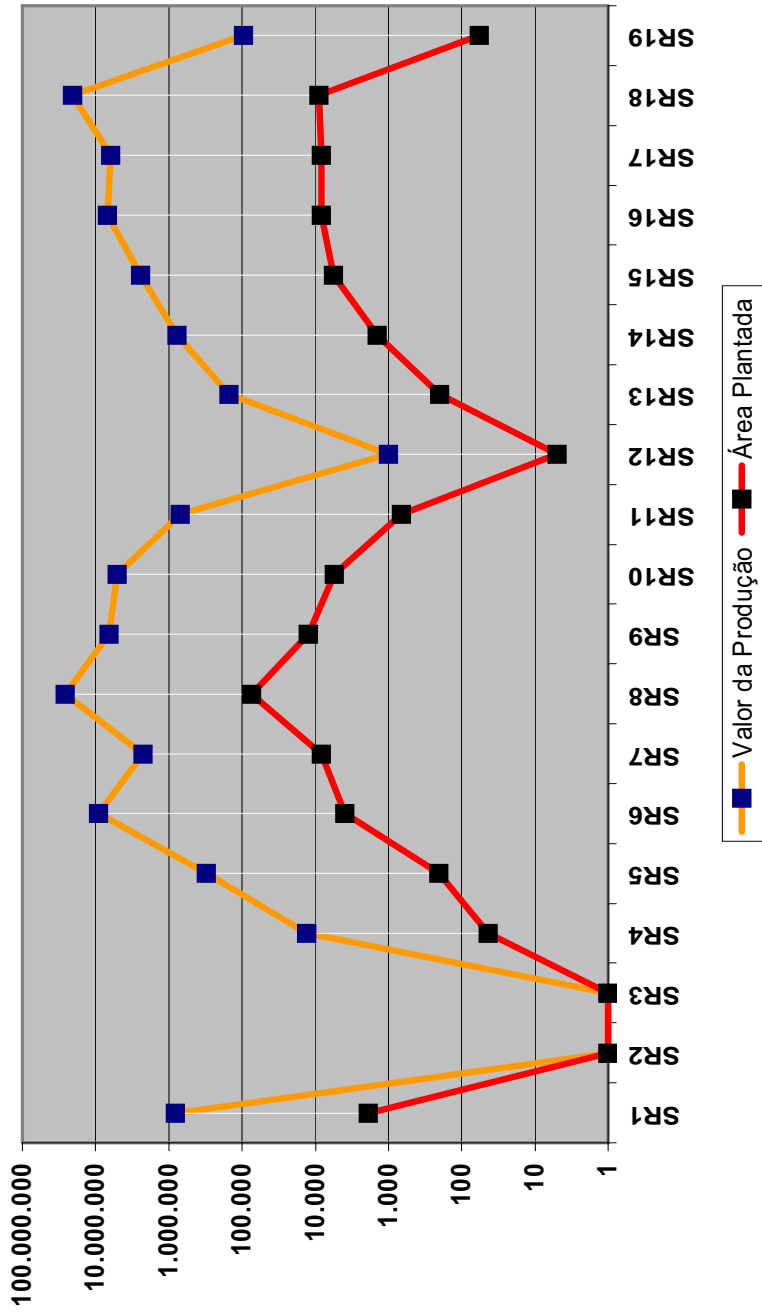
**TABELA 12: PRODUÇÃO AGRÍCOLA ARCO CENTRAL - LAVOURAS PERMANENTES**



Categoria	Sub-categoria	Valor / Área	Valor da Produção (em Reais) / Área Plantada (em ha)				
			ARCO SUL				
			SR15	SR16	SR17	SR18	SR19
Outras Lavouras Permanentes	Borracha (Latex coagulado)	Valor	14.000				
		Área	15				
	Cacau	Valor					
		Área					
	Café	Valor	2.364.000	1.330.000			
		Área	5.614	3.117			
	Erva-Mate	Valor		5.087.000	6.172.000	20.239.000	8.000
		Área		4.986	8.308	8.755	4
	Guaraná	Valor					
		Área					
	Noz	Valor	5.000	497.000		358.000	88.000
		Área	3	63		105	53
	Palmito	Valor	16.000				
		Área	4				
<b>TOTAL</b>	Valor	2.399.000	6.914.000	6.172.000	20.597.000	96.000	
	Área	5.636	8.166	8.308	8.860	57	

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE, 2001

**TABELA 13: PRODUÇÃO AGRÍCOLA ARCO SUL - LAVOURAS PERMANENTES**



Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE, 2001

FIGURA 14: PRODUÇÃO AGRÍCOLA - LAVOURAS PERMANENTES - VALOR DA PRODUÇÃO (EM REAIS) E ÁREA PLANTADA (EM HA)

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Categoria	Sub-categoria	Valor / Área	Valor da Produção (em Reais) / Área Plantada (em Hectares)					
			ARCO NORTE					
			SR1	SR2	SR3	SR4	SR5	SR6
Grãos	Arroz	Valor	4.137.000	22.005.000	1.522.000	34.000	4.347.000	9.784.000
		Área	6.168	9.880	1.600	62	8.392	17.678
	Aveia	Valor						
		Área						
	Cevada	Valor						
		Área						
	Feijão	Valor	1.728.000	168.000	48.000	30.000	2.830.000	7.842.000
		Área	1.990	399	90	209	3.504	18.409
	Milho	Valor	4.334.000	5.260.000	2.002.000	257.000	3.236.000	7.956.000
		Área	10.964	6.750	2.807	775	10.080	22.382
	Soja	Valor						1.000
		Área						4
	Sorgo	Valor						
		Área						
Trigo	Valor							
	Área							
<b>TOTAL</b>		Valor	10.199.000	27.433.000	3.572.000	321.000	10.413.000	25.583.000
		Área	19.122	17.029	4.497	1.046	21.976	58.473
Outras Lavouras Temporárias	Algodão	Valor	0	0	0	1.000	3.000	40.000
		Área	0	0	0	5	8	94
	Alho	Valor	0	0	0	0	0	0
		Área	0	0	0	0	0	0
	Amendoim	Valor	0	0	0	0	3.000	45.000
		Área	0	0	0	0	1	20
	Batata Doce	Valor	43.000	0	7.000	0	8.000	74.000
		Área	32	0	6	2	26	24
	Batata Inglesa	Valor	0	0	0	0	0	0
		Área	0	0	0	0	0	0
	Cana-de-Açúcar	Valor	549.000	106.000	677.000	537.000	736.000	2.797.000
		Área	303	276	203	112	209	330
	Cebola	Valor	0	0	0	0	0	0
		Área	0	0	0	0	0	0
Fumo	Valor	19.000	0	0	0	178.000	12.000	
	Área	9	0	0	2	245	99	
Mandioca	Valor	46.361.000	8.700.000	6.436.000	9.372.000	20.430.000	46.464.000	
	Área	36.982	3.200	4.851	9.165	13.028	13.242	
<b>TOTAL</b>		Valor	46.972.000	8.806.000	7.120.000	9.910.000	21.358.000	49.432.000
		Área	37.326	3.476	5.060	9.286	13.517	13.809

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE, 2001

TABELA 14: PRODUÇÃO AGRÍCOLA ARCO NORTE - LAVOURAS TEMPORÁRIAS

## II - Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira

Categoria	Sub-categoria	Valor / Área	Valor da Produção (em Reais) / Área Plantada (em Hectares)							
			ARCO CENTRAL							
			SR7	SR8	SR9	SR10	SR11	SR12	SR13	SR14
Grãos	Arroz	Valor	1.495.000	14.995.000	15.353.000	3.637.000	8.342.000	3.291.000	37.501.000	2.672.000
		Área	4.956	30.245	26.467	9.200	8.281	3.610	31.050	4.235
	Aveia	Valor							1.374.000	102.000
		Área							6.000	500
	Cevada	Valor								
		Área								
	Feijão	Valor	483.000	8.999.000	5.173.000	1.126.000	1.701.000	1.529.000	9.425.000	6.126.000
		Área	2.136	27.493	11.352	3.443	2.385	2.160	10.040	5.459
	Milho	Valor	1.710.000	9.799.000	20.522.000	9.130.000	2.755.000	7.531.000	126.057.000	45.888.000
		Área	7.825	37.420	62.050	22.980	8.640	19.650	292.740	94.108
	Soja	Valor		3.229.000	309.368.000	254.000		14.085.000	377.233.000	145.761.000
		Área		3.844	419.749	444		18.500	463.712	185.111
	Sorgo	Valor			1.197.000			89.000	4.333.000	1.077.000
		Área			11.400			435	15.350	3.536
Trigo	Valor						19.000	14.644.000	9.859.000	
	Área						100	27.113	26.227	
<b>TOTAL</b>	Valor	3.688.000	37.022.000	351.613.000	14.147.000	12.798.000	26.544.000	570.567.000	211.485.000	
	Área	14.917	99.002	531.018	36.067	19.306	44.455	846.005	319.176	
Outras Lavouras Temporárias	Algodão	Valor	5.000	300.000	95.571.000	1.478.000	111.000	1.183.000	9.047.000	9.128.000
		Área	20	390	45.303	2.080	190	1.470	6.413	7.315
	Alho	Valor	0	0	0	0	0	0	0	0
		Área	0	0	0	0	0	0	0	0
	Amendoim	Valor	0	18.000	1.240.000	275.000	65.000	0	100.000	211.000
		Área	0	29	400	99	55	2	178	420
	Bat. Doce	Valor	0	0	0	0	0	0	0	0
		Área	0	0	0	0	0	0	0	0
	Bat. Inglesa	Valor	0	0	0	0	0	0	0	0
		Área	0	0	0	0	0	0	0	0
	Cana	Valor	42.000	997.000	18.085.000	47.327.000	4.594.000	36.000	51.570.000	41.529.000
		Área	15	264	13.959	36.686	4.999	49	32.398	17.814
	Cebola	Valor	0	0	0	0	0	0	14.000	23.000
		Área	0	0	0	0	0	0	3	1
	Fumo	Valor	0	0	0	0	0	0	0	0
		Área	0	0	0	0	0	0	0	0
	Mandioca	Valor	5.276.000	3.673.000	4.339.000	3.618.000	17.391.000	1.085.000	7.938.000	8.890.000
		Área	4.467	3.464	2.184	735	4.380	1.200	8.519	12.421
<b>TOTAL</b>	Valor	5.323.000	4.988.000	119.235.000	52.698.000	22.161.000	2.304.000	68.669.000	59.781.000	
	Área	4.502	4.147	61.846	39.600	9.624	2.721	47.511	37.971	

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE, 2001

**TABELA 15: PRODUÇÃO AGRÍCOLA ARCO CENTRAL - LAVOURAS TEMPORÁRIAS**

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Categoria	Sub-categoria	Valor / Área	Valor da Produção (em Reais) / Área Plantada (em Hectares)				
			ARCO SUL				
			SR15	SR16	SR17	SR18	SR19
Grãos	Arroz	Valor	7.283.000	11.645.000	1.958.000	14.998.000	1.121.236.000
		Área	8.917	17.216	5.674	12.741	617.278
	Aveia	Valor		10.430.000	4.030.000	6.248.000	881.000
		Área		49.760	11.330	19.384	3.565
	Cevada	Valor		2.348.000		13.600.000	496.000
		Área		8.984		32.214	1.480
	Feijão	Valor	8.046.000	51.833.000	34.141.000	31.710.000	13.811.000
		Área	16.040	74.393	53.987	55.145	24.470
	Milho	Valor	24.814.000	697.751.000	279.931.000	481.070.000	87.124.000
		Área	53.800	1.111.761	489.480	684.349	244.510
	Soja	Valor	24.084.000	1.073.755.000	77.061.000	1.385.491.000	246.432.000
		Área	30.116	1.244.324	106.640	1.798.671	340.253
	Sorgo	Valor	102.000	495.000		3.605.000	13.310.000
		Área	170	1.020		8.243	41.804
Trigo	Valor	1.811.000	163.559.000	8.526.000	159.061.000	19.290.000	
	Área	5.123	397.758	28.504	410.330	53.734	
<b>TOTAL</b>	Valor	66.140.000	2.011.816.000	405.647.000	2.095.783.000	1.502.580.000	
	Área	114.166	2.905.216	695.615	3.021.077	1.327.094	
Outras Lavouras Temporárias	Algodão	Valor	9.940.000	51.020.000	0	0	0
		Área	8.324	34.171	0	0	0
	Alho	Valor	0	873.000	128.000	5.298.000	1.102.000
		Área	0	159	65	547	275
	Amendoim	Valor	1.874.000	1.843.000	40.000	5.254.000	613.000
		Área	1.925	1.690	37	2.296	576
	Bat. Doce	Valor	3.000	5.239.000	93.000	15.537.000	4.897.000
		Área	2	1.436	24	2.843	3.068
	Bat. Inglesa	Valor	0	18.983.000	1.343.000	11.718.000	38.370.000
		Área	0	1.733	652	3.328	10.462
	Cana	Valor	61.421.000	35.787.000	10.879.000	21.565.000	1.230.000
		Área	45.699	25.773	5.148	16.392	1.604
	Cebola	Valor	0	1.427.000	1.012.000	3.950.000	26.255.000
		Área	0	576	276	1.241	7.770
Fumo	Valor	203.000	35.470.000	84.257.000	25.036.000	57.462.000	
	Área	42	10.598	20.535	7.844	12.416	
Mandioca	Valor	24.797.000	75.545.000	25.396.000	165.513.000	9.224.000	
	Área	25.202	75.106	9.284	35.378	3.621	
<b>TOTAL</b>	Valor	98.238.000	226.187.000	123.148.000	253.871.000	139.153.000	
	Área	81.194	151.242	36.021	69.869	39.792	

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE, 2001

TABELA 16: PRODUÇÃO AGRÍCOLA ARCO SUL - LAVOURAS TEMPORÁRIAS

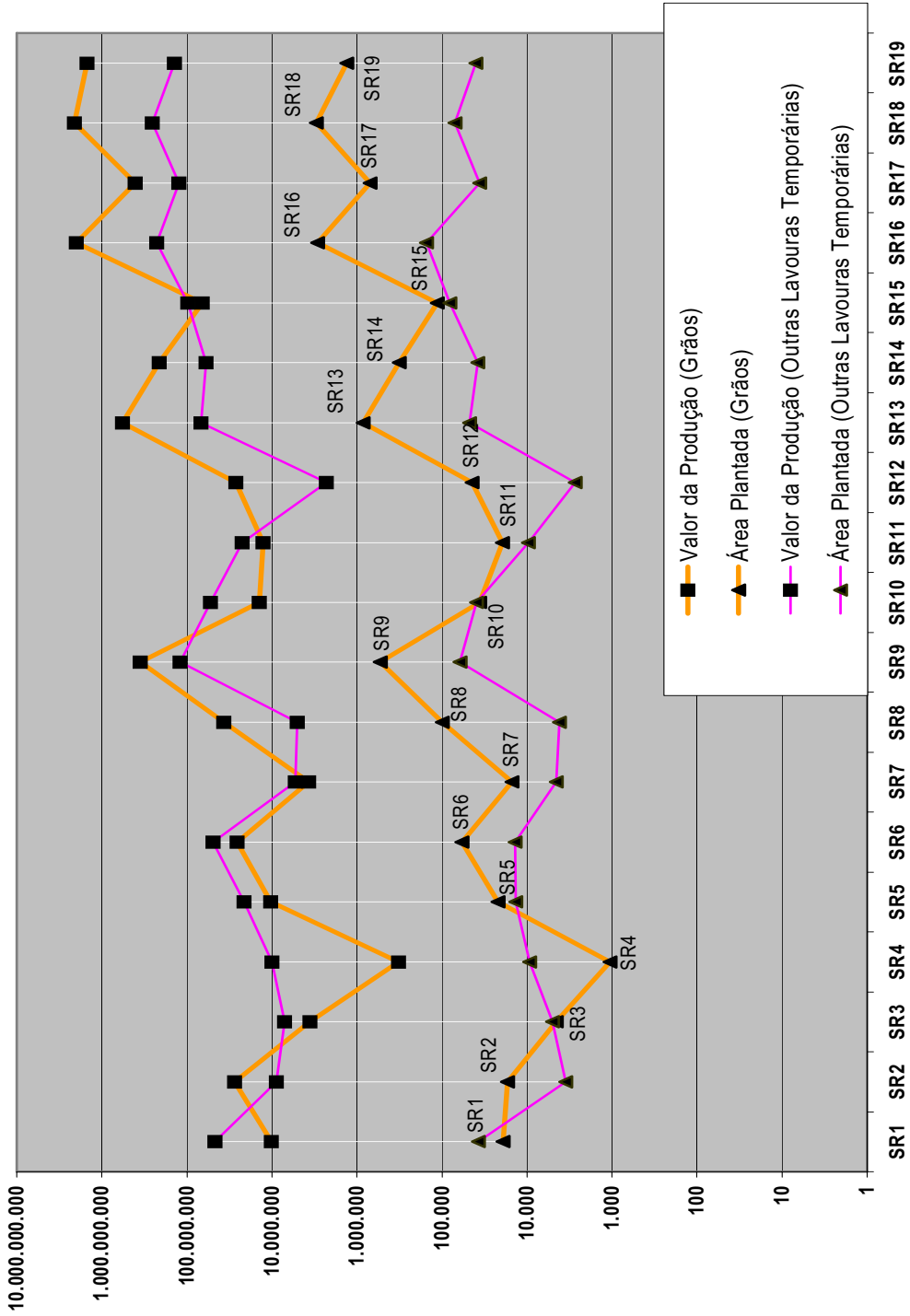


FIGURA 15: PRODUÇÃO AGRÍCOLA - LAVOURAS TEMPORÁRIAS - VALOR DA PRODUÇÃO (EM REAIS) E ÁREA PLANTADA (EM HA)

ARCO	SUBREGIÃO	PRODUÇÃO	INSUMOS	PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO										DISTRIBUIÇÃO	TOTAL	
				Conservas	Óleos e Gorduras	Amidos e Rações	Açúcar	Café	Produtos Alimentares	Bebidas	Produtos de Fumo	SUBTOTAL				
ARCO NORTE	SR1	3	0	1	0	1	0	0	1	8	0	0	0	11	16	30
	SR2	9	0	1	0	7	0	0	0	15	3	1	1	27	27	63
	SR3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	SR4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
	SR5	4	0	0	0	0	0	0	3	7	0	0	0	10	2	16
ARCO CENTRAL	SR6	38	0	3	0	4	0	0	4	33	7	2	2	53	45	136
	SR7	37	0	2	1	6	0	0	5	38	7	1	1	60	101	198
	SR8	6	0	1	0	18	0	0	1	6	1	0	0	27	30	63
	SR9	127	1	5	2	28	0	0	3	20	6	0	0	64	54	246
	SR10	22	0	4	0	14	0	0	2	11	4	0	0	35	14	71
ARCO SUL	SR11	26	1	0	0	12	2	4	4	11	3	0	0	32	38	97
	SR12	23	1	0	1	7	0	0	0	3	0	0	0	11	8	43
	SR13	637	4	1	7	40	2	4	4	10	4	0	0	68	80	789
	SR14	127	0	0	3	22	0	0	3	15	4	0	0	47	41	215
	SR15	78	5	2	0	33	2	8	8	34	3	0	0	82	65	230
ARCO SUL	SR16	1363	53	18	26	151	1	15	255	19	0	0	0	485	605	2506
	SR17	205	51	11	3	88	0	0	145	10	2	2	259	219	734	
	SR18	1075	81	21	16	92	0	5	232	20	2	2	388	656	2200	
	SR19	1327	14	34	6	226	0	12	224	24	6	6	532	506	2379	

Fonte: RAIS / MT, 2001

TABELA 17: AGROINDÚSTRIA (NÚMERO DE EMPRESAS) - 2001

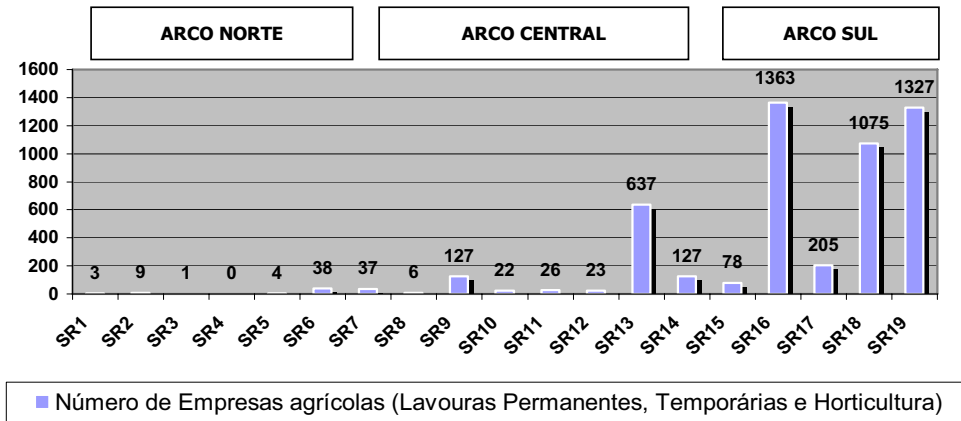


FIGURA 16: GRAU DE EMPRESARIAMENTO DA AGRICULTURA - 2001

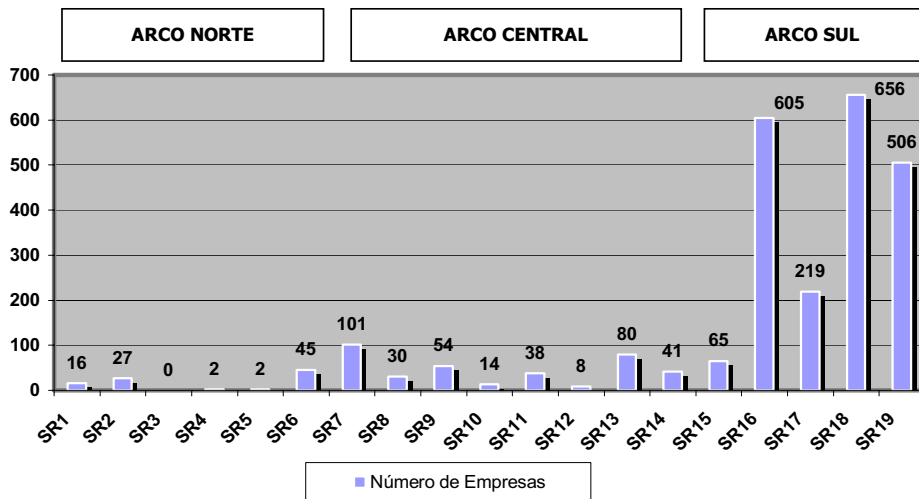


FIGURA 17: ATACADISTA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROINDUSTRIAIS - 2001



ARCO	SUBREGIÃO	PECUÁRIA / CORTE / LATICÍNIOS / COURO					TOTAL
		Criação	Abate	Laticínios	Curtimento / Couro / Calçados		
ARCO NORTE	SR1	30	3	1	0	34	
	SR2	16	0	3	4	23	
	SR3	3	0	0	0	3	
	SR4	0	0	0	0	0	
	SR5	35	2	3	0	40	
	SR6	220	8	18	1	247	
ARCO CENTRAL	SR7	59	3	8	2	72	
	SR8	167	4	11	1	183	
	SR9	364	16	12	4	396	
	SR10	474	9	25	10	518	
	SR11	1248	16	20	4	1288	
	SR12	726	5	4	0	735	
	SR13	1115	13	25	11	1164	
	SR14	885	12	12	3	912	
	SR15	881	14	39	21	955	
	SR16	717	101	114	57	989	
ARCO SUL	SR17	315	56	67	36	474	
	SR18	283	84	92	122	581	
	SR19	2136	108	64	84	2392	

Fonte: RAIS / MT, 2001

TABELA 18: BOVINOCULTURA DE CORTE E LEITE/ COUROS (NÚMERO DE EMPRESAS)

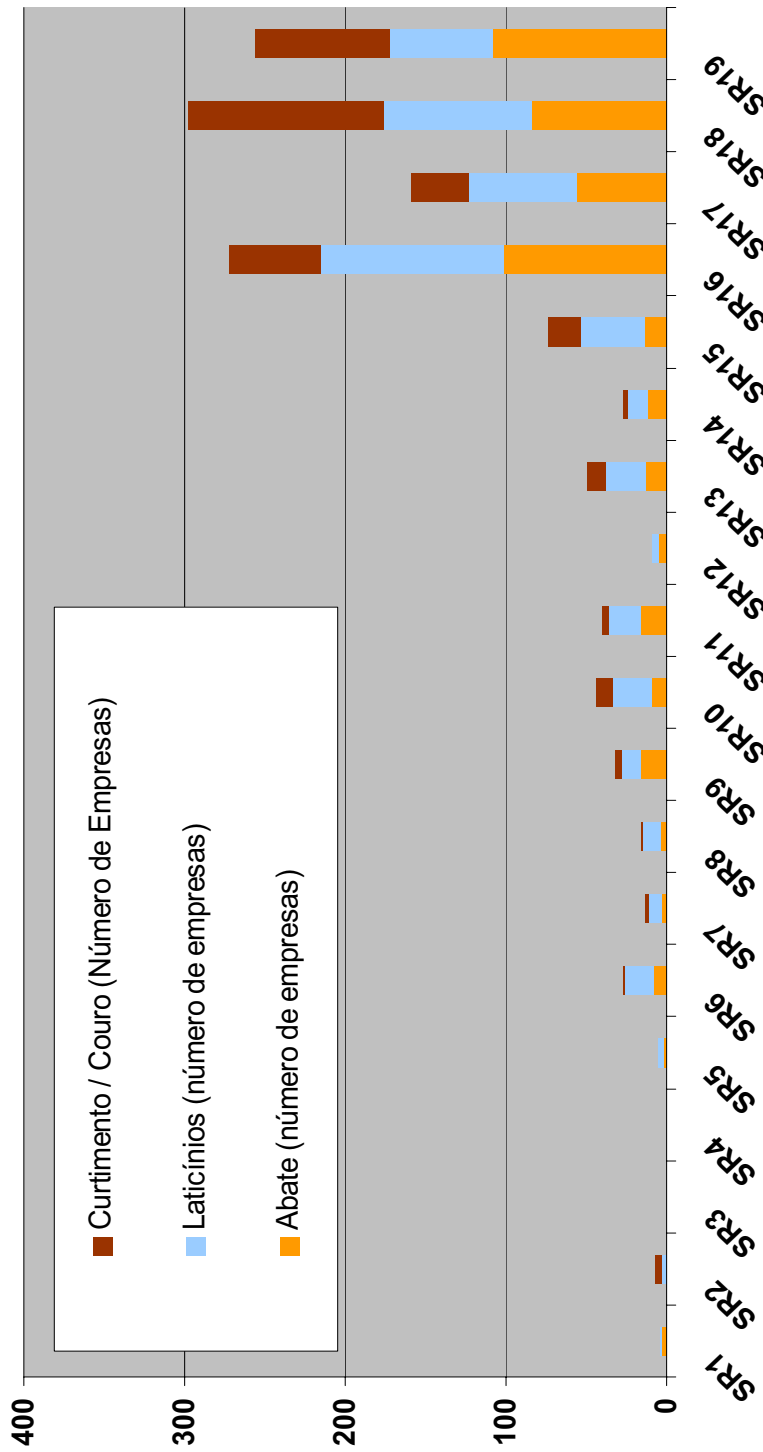


FIGURA 18: BOVINOCULTURA - PROCESSOS INDUSTRIAIS - 2001

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

ARCO	SUBREGIÃO	MADEIRA / MÓVEIS				
		Silvicultura	Desdobramento / Fabricação	Celulose / Papel	Industria Moveleira	TOTAL
ARCO NORTE	SR1	14	4	2	1	<b>21</b>
	SR2	6	23	2	5	<b>36</b>
	SR3	0	0	0	0	<b>0</b>
	SR4	0	0	1	0	<b>1</b>
	SR5	1	16	0	7	<b>24</b>
	SR6	4	54	2	22	<b>82</b>
ARCO CENTRAL	SR7	3	85	1	18	<b>107</b>
	SR8	0	133	0	32	<b>165</b>
	SR9	5	128	4	28	<b>165</b>
	SR10	2	46	0	13	<b>61</b>
	SR11	4	15	0	12	<b>31</b>
	SR12	1	8	0	1	<b>10</b>
	SR13	8	20	2	22	<b>52</b>
	SR14	2	40	0	26	<b>68</b>
ARCO SUL	SR15	0	46	1	115	<b>162</b>
	SR16	40	527	34	433	<b>1034</b>
	SR17	49	340	16	353	<b>758</b>
	SR18	23	349	19	295	<b>686</b>
	SR19	61	141	7	63	<b>272</b>

Fonte: RAIS / MT, 2001

**TABELA 19: MADEIRA E MÓVEIS (NÚMERO DE EMPRESAS) - 2001**

II - Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira

ARCO	SUBREGIÃO	METAL - MECÂNICA			
		Extração Mineral	Siderurgia / Metalurgia	Fabricação de Maquinas	total
ARCO SUL	SR1	4	1	1	6
	SR2	0	5	2	7
	SR3	0	0	0	0
	SR4	0	0	0	0
	SR5	0	1	0	1
	SR6	1	8	4	13
ARCO CENTRAL	SR7	5	23	4	32
	SR8	0	3	0	3
	SR9	3	21	2	26
	SR10	1	2	1	4
	SR11	15	7	5	27
	SR12	6	1	0	7
	SR13	0	17	5	22
	SR14	2	6	1	9
ARCO SUL	SR15	0	17	6	23
	SR16	5	245	89	339
	SR17	9	126	105	240
	SR18	2	208	78	288
	SR19	18	87	27	132

Fonte: RAIS / MT, 2001

TABELA 20: METAL/MECÂNICA (NÚMERO DE EMPRESAS) - 2001

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

ARCO	SUBREGIÃO	CONSTRUÇÃO CIVIL						
		Extração de areia, argila e pedra	Fabricação de cimento, concreto, etc.	Fabricação de produtos cerâmicos	Fabricação de Estruturas Metálicas	Construção	Obras	TOTAL
ARCO NORTE	SR1	0	2	1	0	17	15	<b>35</b>
	SR2	4	7	6	8	124	13	<b>162</b>
	SR3	0	0	0	1	2	0	<b>3</b>
	SR4	2	0	0	0	0	0	<b>2</b>
	SR5	0	0	6	1	27	1	<b>35</b>
	SR6	6	5	15	6	181	21	<b>234</b>
ARCO CENTRAL	SR7	9	13	12	6	242	32	<b>314</b>
	SR8	0	3	12	1	38	3	<b>57</b>
	SR9	5	15	15	24	126	18	<b>203</b>
	SR10	6	2	13	4	32	6	<b>63</b>
	SR11	5	4	16	6	40	13	<b>84</b>
	SR12	2	5	3	1	9	2	<b>22</b>
	SR13	9	11	6	18	132	16	<b>192</b>
	SR14	10	8	9	8	53	8	<b>96</b>
ARCO SUL	SR15	9	18	14	17	159	5	<b>222</b>
	SR16	39	152	97	201	1396	160	<b>2045</b>
	SR17	15	72	39	162	529	149	<b>966</b>
	SR18	44	110	122	157	1062	152	<b>1647</b>
	SR19	69	48	94	80	1058	180	<b>1529</b>

Fonte: RAIS / MT, 2001

**TABELA 21: CONSTRUÇÃO CIVIL (NÚMERO DE EMPRESAS) - 2001**

II - Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira

ARCO	SUBREGIÃO	TÊXTIL						
		Beneficiamento	Fiação	Tecelagem e Artefatos têxteis	Malharia	Artefatos têxteis e Acabamento	Confecção e Acessórios	TOTAL
ARCO NORTE	SR1	0	1	0	0	0	2	<b>3</b>
	SR2	0	0	0	1	0	10	<b>11</b>
	SR3	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
	SR4	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
	SR5	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
	SR6	1	0	0	0	6	10	<b>17</b>
ARCO CENTRAL	SR7	0	0	0	1	3	20	<b>24</b>
	SR8	0	0	0	0	1	10	<b>11</b>
	SR9	2	0	0	1	2	22	<b>27</b>
	SR10	2	0	0	0	0	5	<b>7</b>
	SR11	1	0	0	0	1	8	<b>10</b>
	SR12	0	0	1	0	0	0	<b>1</b>
	SR13	3	0	2	1	1	31	<b>38</b>
	SR14	2	1	1	0	0	16	<b>20</b>
ARCO SUL	SR15	6	4	4	1	14	174	<b>203</b>
	SR16	15	7	20	40	52	470	<b>604</b>
	SR17	0	3	11	19	34	213	<b>280</b>
	SR18	0	1	16	50	30	364	<b>461</b>
	SR19	5	3	4	36	8	147	<b>203</b>

Fonte: RAIS / MT, 2001

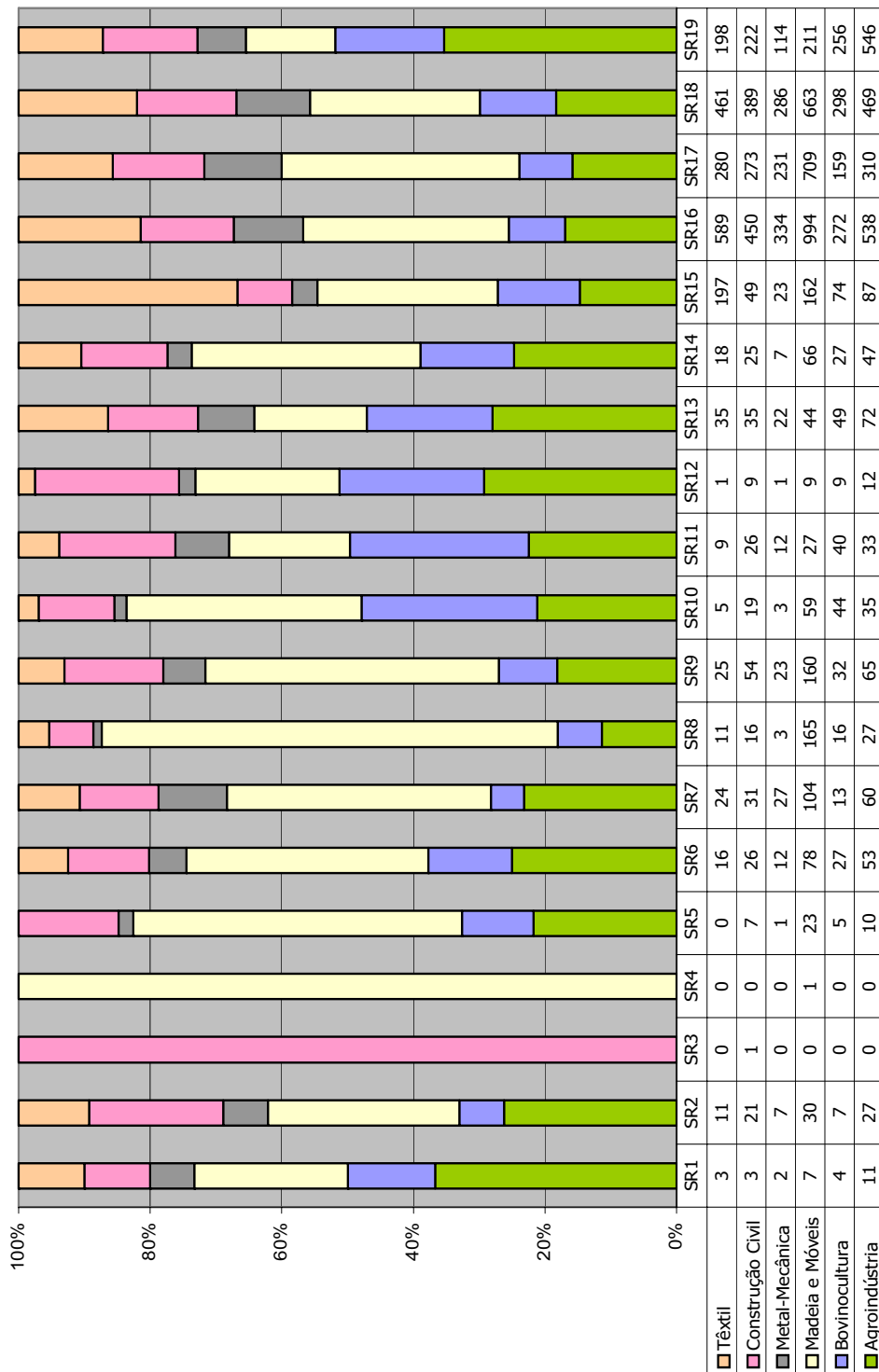
TABELA 22: TÊXTIL (NÚMERO DE EMPRESAS) - 2001

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

ARCO	SUBREGIÃO	TURISMO		
		Rede Hoteleira	Agências de Viagem (serviços)	total
ARCO SUL	SR1	6	3	9
	SR2	21	12	33
	SR3	0	0	0
	SR4	3	0	3
	SR5	6	0	6
	SR6	46	11	57
ARCO CENTRAL	SR7	57	27	84
	SR8	16	2	18
	SR9	43	11	54
	SR10	19	0	19
	SR11	107	23	130
	SR12	39	12	51
	SR13	48	8	56
	SR14	32	4	36
ARCO SUL	SR15	32	7	39
	SR16	338	143	481
	SR17	106	37	143
	SR18	173	49	222
	SR19	259	67	326

Fonte: RAIS / MT, 2001

**TABELA 23: TURISMO (NÚMERO DE EMPRESAS) - 2001**



Fonte: RAIS / MT, 2001

FIGURA 19: PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS - ATIVIDADES INDUSTRIAIS



### III – A ZONA DE FRONTEIRA: INTERAÇÕES COM OS PAÍSES VIZINHOS

#### A. “ABRIR E FECHAR”: TIPOLOGIA DAS INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

No campo das interações transfronteiriças, as situações de fronteira não são as mesmas ao longo do extenso limite internacional (continental) do país (15.700 km), não só devido às diferenças geográficas, mas também ao tratamento diferenciado que recebe dos órgãos de Estado e ao tipo de relação estabelecida com os povos vizinhos. Quanto a este último aspecto destaca-se a importância para a geografia da fronteira e para um novo Programa de Faixa de Fronteiras das cidades-gêmeas, lugares onde as simetrias e assimetrias entre sistemas territoriais nacionais são mais visíveis e que podem se tornar um dos alicerces da cooperação com os outros países da América do Sul e consolidação da cidadania.

Para a tipologia das interações transfronteiriças foram utilizados os modelos propostos pelo geógrafo francês Arnaud Cuisinier-Raynal (2001), com algumas adaptações necessárias ao caso brasileiro. Os mesmos modelos foram aplicados às cidades-gêmeas, embora essas cidades não sejam contempladas no trabalho de Cuisinier-Raynal. O mais comum são situações de superposições de tipos de interação, mas é possível distinguir aquela dominante. São cinco os modelos que fundamentam a tipologia de interações: 1) *margem*; 2) *zona-tampão*; 3) *frentes*; 4) *capilar*; 5) *sinapse*.

##### A-1 Margem

Na *margem* a população fronteiriça de cada lado do limite internacional mantém pouco contacto entre si, exceto de tipo familiar ou para modestas trocas comerciais. As relações são mais fortes com o nacional de cada país do que entre si, apesar da vizinhança. Em outras palavras, a primazia da dinâmica é local ou nacional.

Tal situação é consistente com a ausência de infra-estrutura conectando os principais núcleos de povoamento de um e outro lado da fronteira, ou a presença de raras pistas carroçáveis, não transitáveis anualmente. A ausência de projetos de cooperação transfronteira e a presença intermitente e não sustentada do Estado (federal, estadual), exceto por alguns investimentos de tipo sanitário (postos de saúde) ou escolas de ensino fundamental também caracteriza o modelo “margem”. Podem ser considerados espaços potenciais de aplicação de políticas públicas futuras.

Na Faixa de Fronteira do Brasil apenas trechos do Estado do Acre (trechos laterais a Santa Rosa do Purus) se aproximam de uma situação de *margem*. Na maioria dos

lugares que apresentam características similares políticas territoriais foram adotadas pelo Estado central, alterando a situação de margem, substituídas por *zonas-tampão*. Foi o caso da zona de fronteira entre o Pará e as Guianas.

#### **A-2 Zona-tampão**

O termo pode ser aplicado às zonas estratégicas onde o Estado central restringe ou interdita o acesso à faixa e à zona de fronteira, criando parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva, como é o caso das terras indígenas. Mesmo que em certos locais exista uma relação de tipo cultural ou de ordem comercial ou uma combinação deles para justificar sua criação, a situação de bloqueio espaço-institucional ‘pelo alto’, ou seja, pelo governo central, pode criar uma dicotomia espacial com potencial de conflito entre o institucional e os nexos de passagem e expansão espontânea do povoamento no nível local.

O conflito recente entre indígenas e frentes de exploração e entre os próprios indígenas, ocorridos a propósito da regulamentação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, em Roraima, é um caso exemplar.

Vários fatores inspiram esse tipo de política, entre eles: (a) a presença de recursos naturais próximos da fronteira, explorados ou não; (b) impedir ou dificultar o avanço de frentes pioneiras que, no caso do Brasil, são majoritariamente frentes de povoamento ou de exploração de nacionais; (c) existência de áreas de tensão militar; (d) diminuir os custos da infra-estrutura de defesa e vigilância; (d) reconhecimento da ocupação do território por grupos locais.

De modo geral a proteção de recursos naturais é uma questão fundamental para grande parte da fronteira norte do país. As tentativas anteriores de adotar outro modelo, como proposto no Programa Calha Norte, que associa uma frente militar com projetos de colonização foi vencida pelo modelo da “zona-tampão”, a primeira vista mais barato sob a ótica orçamentária.

No entanto, por ser responsável pela promoção de periferias-tampão, o Estado deve atentar para o desenvolvimento e cooperação transfronteira nas zonas protegidas. O termo “zona-tampão” é válido no sentido de coibir movimentos migratórios não-indígenas e dar uma cobertura institucional às áreas culturais indígenas, cuja mobilidade transfronteira espontânea é antiga e bastante intensa, como ilustrado pelos ticunas do Alto Solimões, ou dos ianomâmis no Extremo-Norte amazônico.

Importantes obstáculos físicos (Montes Parima) ou áreas florestais também podem ser zonas-tampão “naturais”, ou podem ser institucionalizadas como tal, com a criação de parques, reservas ou florestas promovidas pelo Estado.

### **A-3 Frente**

O termo é usualmente empregado para *frentes pioneiras*, nome proposto faz mais de cinquenta anos para caracterizar frentes de povoamento. No caso das interações fronteiriças, o modelo “frente” também designa outros tipos de dinâmicas espaciais, como a frente *cultural* (afinidades seletivas), *frente indígena* ou *frente militar*.

No caso do Brasil, todas elas podem ser identificadas em momentos diferentes da história territorial. A frente indígena da área conhecida como “cabeça do cachorro”, na fronteira do município de São Gabriel da Cachoeira/AM no Alto Rio Negro (Uaupés-Caquetá) com a Colômbia conviveu com a frente militar do lado brasileiro durante anos, mais tarde substituída pela “marca” indígena e unidade de conservação natural do Alto Rio Negro. Os batalhões de fronteira permanecem na zona, e apesar da grande base militar em São Gabriel, é a FUNAI o órgão governamental com maior penetração. A frente militar é geralmente composta por uma rede de postos de vigilância administrada pelo Exército, sem que haja população fronteiriça comunicando-se entre os postos (batalhões de fronteira). A frente militar difere da frente pioneira (a pioneira pode ser identificada como um tipo de frente cultural), visto que os investimentos dos Estados restringem-se às ações fronteiriças somente na perspectiva tática (aeródromos, pista de helicópteros, etc.).

### **A-4 Capilar**

Existem processos diversos responsáveis por interações de tipo *capilar*. As interações podem se dar somente no nível local, como no caso das feiras, exemplo concreto de interação e integração fronteiriça espontânea. Pode se dar através de trocas difusas entre vizinhos fronteiriços com limitadas redes de comunicação, ou resultam de zonas de integração espontânea, o Estado intervindo pouco, principalmente não patrocinando a construção de infra-estrutura de articulação transfronteira. A primazia é o local, antes de ser nacional ou bilateral como no modelo sináptico.

O cenário capilar é geralmente superposto pelo modelo sináptico, principalmente nas passagens fronteiriças mais importantes, seja por serem mais freqüentadas ou mais estratégicas. No Brasil, as interações de tipo capilar nos segmentos de fronteira são reconhecíveis em várias regiões. Destacam-se: a fronteira entre Rondônia e Bolívia (Departamentos de Pando e Beni); entre Mato Grosso do Sul e o Paraguai (Departamento de Amambay); entre Santa Catarina e Extremo-Noroeste do Rio Grande do Sul com a Argentina (Província de Misiones); entre o Extremo-Sudeste do Rio Grande do Sul e o Uruguai (Departamento de Cerro Largo).

#### A-5 Sinapse

O modelo da *sinapse*, termo importado da biologia, se refere à presença de alto grau de troca entre as populações fronteiriças. Esse tipo de interação é ativamente apoiado pelos Estados contíguos, que geralmente constroem em certos lugares de comunicação e trânsito infra-estrutura especializada e operacional de suporte, mecanismos de apoio ao intercâmbio e regulamentação de dinâmicas, principalmente mercantis. As cidades-gêmeas mais dinâmicas podem ser caracterizadas de acordo com este modelo. No caso da sinapse, os fluxos comerciais internacionais se justapõem aos locais. A articulação entre Foz do Iguaçu-Ciudad del Este (Paraguai), ou de Uruguaiana-Paso de los Libres (Argentina) é ilustrativa.

Praticamente todas as cidades-gêmeas articuladas por pontes pertencem a este tipo, sendo eles estratégicos para o comércio bilateral. No caso dos vizinhos do Cone Sul, muitas cidades do outro lado do limite internacional ganharam o estatuto de Zona Franca exatamente para estimular as trocas internacionais. Uma paisagem urbana peculiar surge nesse tipo de cidades-gêmeas, com a formação de sindicatos de cambistas, de motoqueiros *transborder*, de infra-estrutura hoteleira e de redes de lojas especializadas.

Aplicada a tipologia de interação aos segmentos de fronteira, a sinapse aponta para um regime fronteiriço amplo, onde não é incomum a criação de assimetrias espaciais, caso da fronteira do Cone Sul-mato-grossense e do Paraná com o Paraguai (Departamentos de Canindeyú e Alto Paraná)

Por outro lado, a interação de tipo sináptico pode ser estrutural ou conjuntural. No Sudoeste do Rio Grande do Sul (Campanha Gaúcha), na divisa com o Uruguai e a Argentina, as interações são do tipo sináptico-estrutural: as relações tanto no urbano como no rural tem uma longa história comum, com fazendas que se estendem de um lado a outro da fronteira, forte intercâmbio cultural e de trabalho (ver mapa da imigração internacional) e articulações promovidas ativamente pelos Estados durante anos. A tradicional presença de postos do Exército na Campanha Gaúcha (antiga frente militar) foi concebida para a defesa do território, mas faz anos que fortalece os laços com o país vizinho.

Já a fronteira entre o Paraguai e o Cone Sul-mato-grossense pode ser classificada como sendo de sinapse conjuntural, estimulada não só pela frente agrícola como pelo domínio da produção e comércio ilícito da *Cannabis sativa* por brasiguaios (Departamentos de Amambay e Concepción).

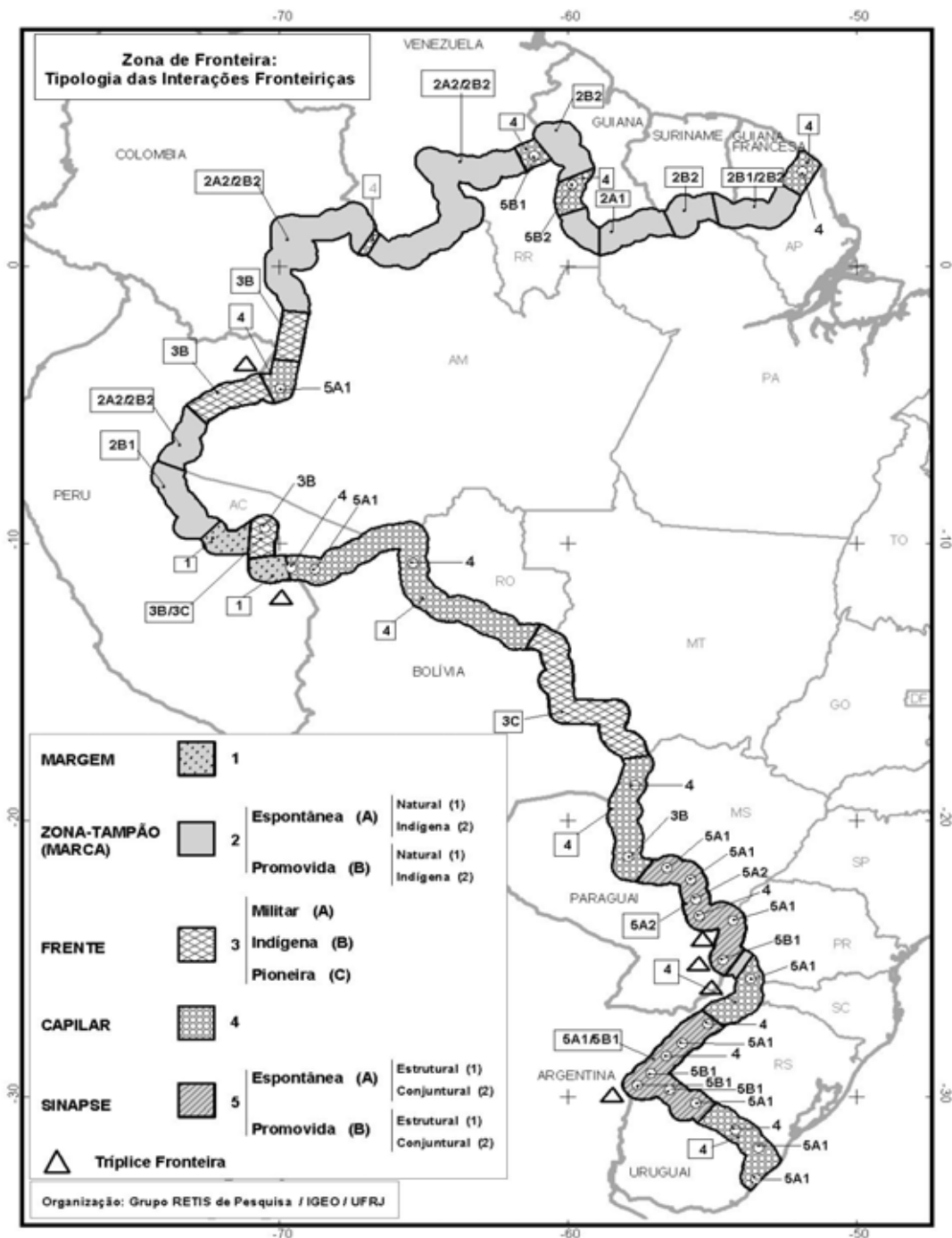


FIGURA 20: FAIXA DE FRONTEIRA: TIPOLOGIA DAS INTERAÇÕES FRONTEIRIÇAS

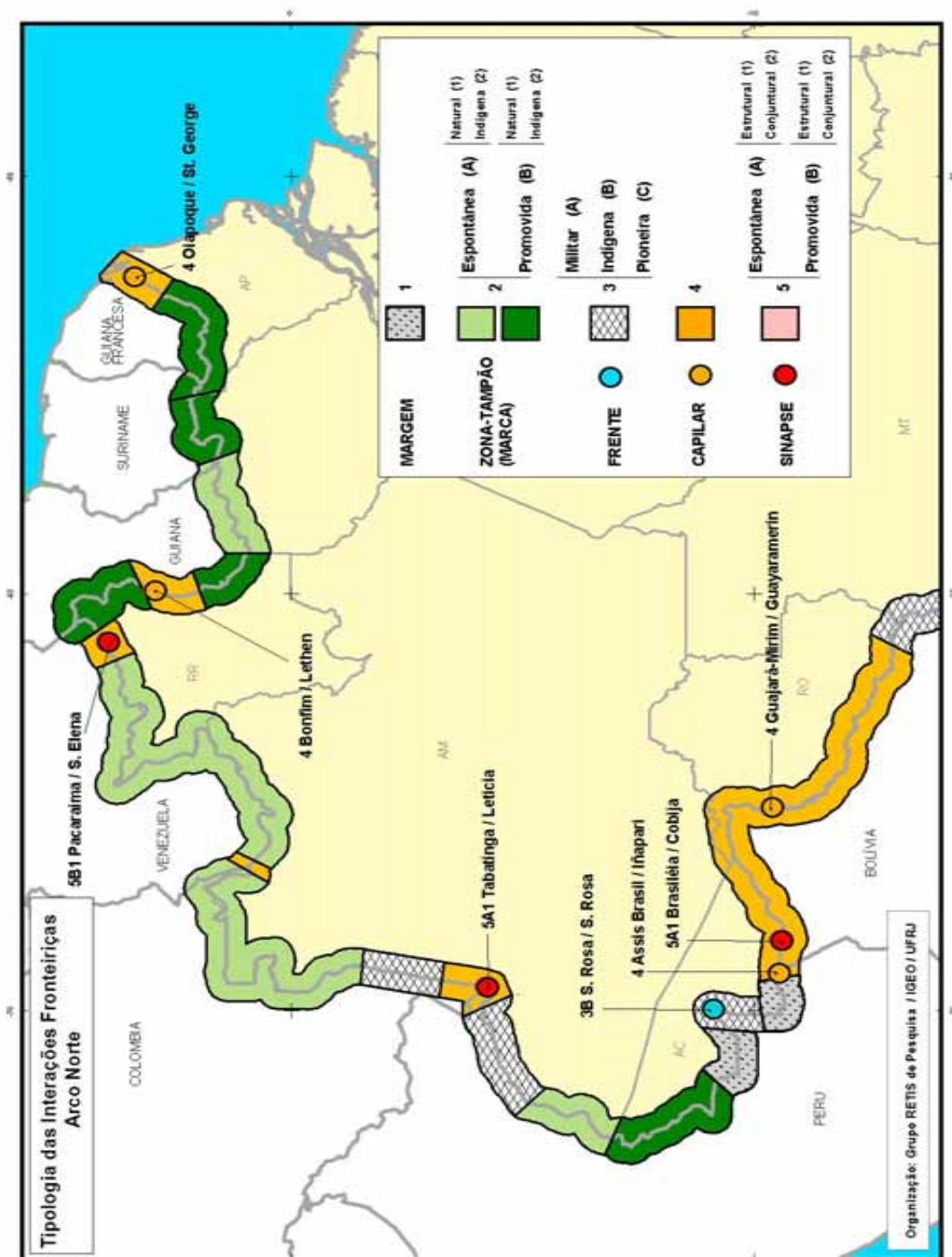


FIGURA 21: FAIXA DE FRONTEIRA ARCO NORTE: TIPOLOGIA DAS INTERAÇÕES FRONTEIRIÇAS



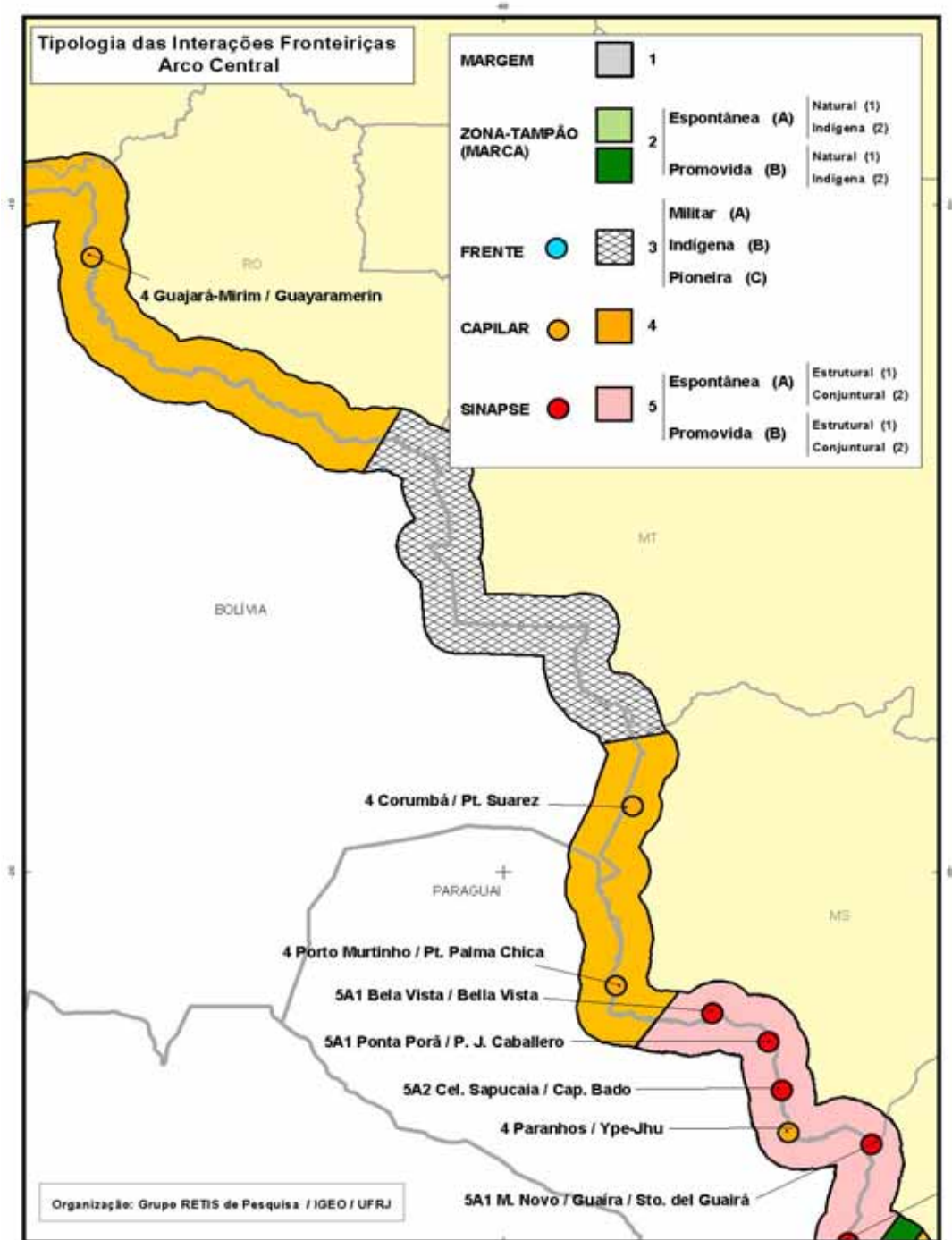


FIGURA 22: FAIXA DE FRONTEIRA ARCO CENTRAL: TIPOLOGIA DAS INTERAÇÕES FRONTEIRIÇAS

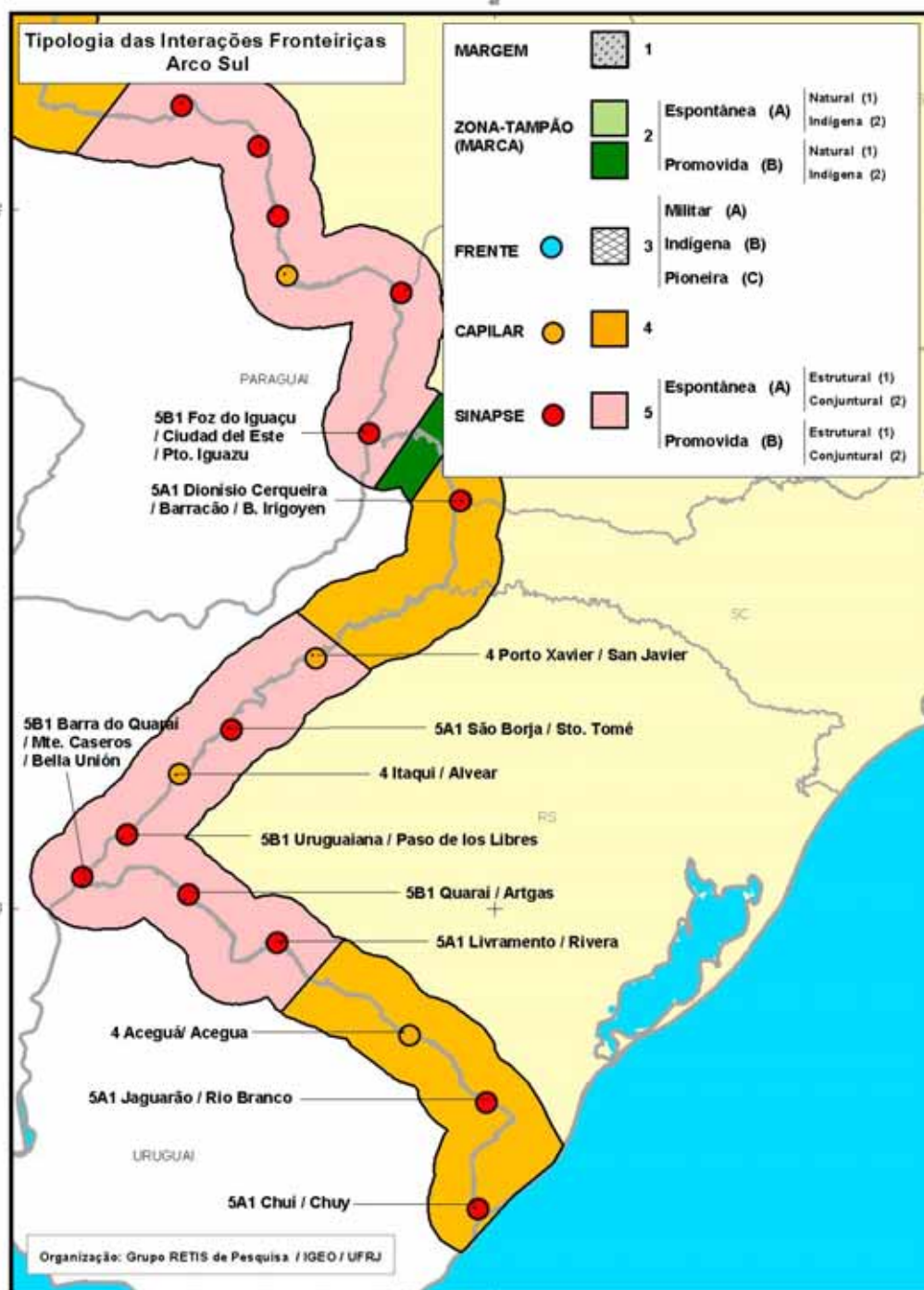


FIGURA 23: FAIXA DE FRONTEIRA ARCO SUL: TIPOLOGIA DAS INTERAÇÕES FRONTEIRIÇAS



## B. TIPOLOGIA DAS CIDADES GÊMEAS

Conceber políticas públicas dirigidas às fronteiras internacionais é problemático por envolver interesses, elementos espaciais e legislações de países distintos. Uma forma de tratar os fluxos de bens, capitais e pessoas que caracterizam esses espaços e sua paisagem peculiar é a noção de *zona de fronteira*. Grosso modo, a zona de fronteira é composta pelas ‘faixas’ territoriais de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um *meio geográfico* próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional das interações transfronteiriças.

Na escala local/regional, o meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira é aquele formado pelas *ciudades-gêmeas*. Estes adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura – apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Por esses motivos é que as cidades-gêmeas devem constituir-se em um dos alvos prioritários das políticas públicas para a zona de fronteira.

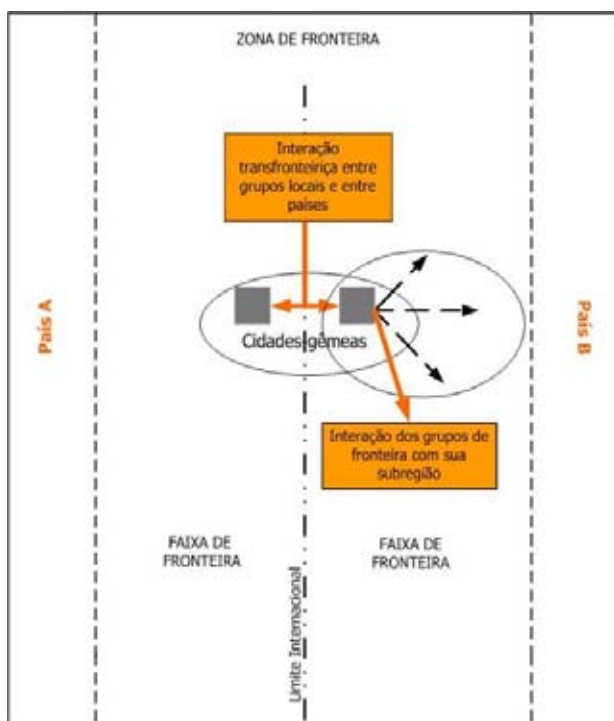


FIGURA 24: FAIXA E ZONA DE FRONTEIRA

A concentração de efeitos territoriais nas cidades-gêmeas (incluindo fatores de produção: terra, trabalho, capital, e serviços públicos e privados) e a extensão desses efeitos numa distância indeterminada rumo ao interior de cada território nacional tem implicações práticas para a atuação do Estado em suas respectivas faixas de fronteira. A dificuldade advém principalmente do fato de que esses efeitos se expressam com formas e amplitudes diferenciadas no território, às vezes de forma conjugada ou isolada, contínua ou descontínua.

Apesar da zona de fronteira ser muito heterogênea em termos de níveis de desenvolvimento e características culturais dos países que a compõem não é possível deduzir daí que exista uma relação mecânica entre Estados desenvolvidos e faixas de fronteira desenvolvidas. De fato, as simetrias e assimetrias entre cidades-gêmeas nem sempre decorrem de diferenças no nível de desenvolvimento dos países e sim de sua própria dinâmica e da função que exercem para os respectivos países.

#### **B-1 Distribuição geográfica de cidades-gêmeas na fronteira do Brasil**

Não são muitas as cidades-gêmeas nos 15.719 quilômetros de fronteira do Brasil com os países vizinhos, nem existe correspondência entre o número de cidades-gêmeas e a extensão da linha de fronteira com cada país. Mato Grosso do Sul (fronteira com o Paraguai) e, principalmente, o Rio Grande do Sul (fronteira com Argentina e Uruguai) concentram o maior número de cidades-gêmeas, apesar da maior delas, Foz do Iguaçu, estar localizada no Paraná.

O número reduzido de cidades vizinhas reflete a situação de marginalidade da zona de fronteira em relação às principais correntes de povoamento da América do Sul, concentradas na orla Atlântica e nos altiplanos andinos. A localização geográfica das existentes decorre de diversos fatores, entre eles, a disposição dos eixos de circulação terrestre sul-americanos, a densidade do povoamento (caso da Bacia Amazônica), a presença de grandes obstáculos físicos (caso da Cordilheira Andina) e a história econômico-territorial da zona de fronteira (importante nos Arcos Central e Sul) (ver Quadro 11: “Cidades-Gêmeas e Interações Transfronteiriças”)

Como é de se esperar, o quadro indica que o predomínio de vias fluviais como linha divisória, embora não seja fator impeditivo para o aparecimento de cidades geminadas, inibe em muitos casos seu potencial de crescimento. O maior número e as mais importantes cidades-gêmeas ou estão localizadas em fronteira seca ou estão articuladas por pontes, seja de grande ou pequeno porte.

O predomínio de linhas de fronteira fluviais exigirá dos países limítrofes disposição política e investimentos importantes na construção de pontes e estradas que facilitem e promovam a articulação e a integração sul-americana.

Três aspectos devem ser ressaltados na geografia das cidades-gêmeas na fronteira brasileira. O primeiro é que a posição estratégica em relação às linhas de comunicação terrestre e a existência de infra-estrutura de articulação embora possa explicar a emergência de muitas cidades-gêmeas nem sempre garante o crescimento e a simetria urbana das cidades, muitas vezes reduzindo-se a meros povoados locais ou a cidades de tamanho urbano muito diferente. No primeiro caso estão as estratégicas aglomerações de Oiapoque e Saint-Georges (Guiana Francesa) na Sub-região Oiapoque-Tumucumaque, a Nordeste

da Amazônia brasileira, ambas pequenas e sem uma estrutura interna de ‘cidade’, com população inferior a 10.000 habitantes. É o caso também dos povoados de Vila Bittencourt e La Pedrera (CO) distanciadas pelos meandros do Rio Japurá-Caquetá, ou de Brasiléia (Sub-região do Alto Acre) e Cobija (BO), onde a última tem o dobro da população da primeira por ser capital de Departamento de Pando; ou de Corumbá (Sub-região do Pantanal) e Puerto Suárez (BO), a primeira quase cinco vezes maior do que a última apesar da fronteira seca; ou ainda de São Borja e Santo Tomé (AR), a primeira sendo quatro vezes maior que a segunda apesar de articuladas por ponte sobre o Rio Uruguai, ou de Uruguaiana e Paso de los Libres (AR), a cidade brasileira sendo três vezes maior do que a argentina a despeito da presença de ponte.

Tais assimetrias são interessantes por indicar, além de diferenças de grau de desenvolvimento econômico dos países, tipos diferentes de economia regional, e dinâmicas distintas de povoamento fronteiriço. Inserções mais favoráveis no espaço-rede nacional, condições geoambientais desfavoráveis ao povoamento, ausência de infra-estrutura de articulação entre as aglomerações vizinhas, relações políticas entre as unidades administrativas locais e o governo central são outros fatores que influem sobre a evolução urbana das cidades fronteiriças.

O segundo aspecto, em parte resultante do anterior, é que a disposição geográfica das cidades e seu tamanho urbano devem muito à ação intencional de agentes institucionais (unidades militares, eclesiásticas, jurídico-administrativas). O caso de Tabatinga exemplifica bem a questão. Escolhida como lugar estratégico pelos portugueses (século XVIII), lá construíram uma fortificação às margens do Rio Solimões, posteriormente abandonada. No século XX voltou a ser considerada lugar estratégico pelo Governo Brasileiro, abrigando hoje importante infra-estrutura militar que ocupa boa parte da área do município. A fronteira seca entre Tabatinga e Letícia, bem como a presença militar brasileira, levou os colombianos a transformar Letícia em capital do Departamento do Amazonas, o que lhe proporciona infra-estrutura institucional razoável, incluindo uma unidade importante de comando militar e um aeroporto internacional. Mais recentemente, a luta do Estado colombiano contra as FARC e o tráfico de cocaína (Plan Colombia) reforçou o aparato militar com campos de treinamento especializados na luta anti-guerrilha.

Um tipo diferente de ação institucional se observa em Guajará-Mirim (Sub-região Fronteira do Guaporé). A Igreja Católica em Guajará-Mirim e ao longo da linha de fronteira do Guaporé até Mato Grosso administra hospitais, escolas, seminários, promove ações sociais e realiza doações de áreas para construção de unidades habitacionais, inclusive para imigrantes bolivianos. A ação transfronteira da Igreja tem reforçado a integração com a cidade-gêmea de Guayaramerín (Bolívia), apesar da ausência de ponte sobre o Rio Guaporé, contribuindo senão para o desenvolvimento econômico sub-regional

certamente para a estabilidade da cidade brasileira, apesar dos anos de domínio das redes de tráfico de drogas na fronteira do Guaporé.



Tabatinga/AM. Unidade do Exército (Agosto, 2001)



O terceiro aspecto a ser destacado na geografia das cidades-gêmeas é a disjunção entre o tipo de interação predominante na linha de fronteira e o tipo de interação que caracteriza a cidade-gêmea nela localizada. Exemplos dessa disjunção são mais notáveis na Amazônia, onde as *zonas-tampão* formadas por parques naturais e terras indígenas são interrompidas por “corredores” de comunicação de tipo *capilar* ou *sináptico* (Bonfim e Pacaraima na Sub-região Campos do Rio Branco; o ‘corredor’ de Cucuí com a Colômbia, na Sub-região Parima-Alto Rio Negro; ou Tabatinga com Leticia (Colômbia), na Sub-região do Alto Solimões) (ver Figura 20).

#### **B-2 Interações Transfronteiriças e Cidades-Gêmeas**

No âmbito local-regional, os fluxos transfronteira entre cidades-gêmeas apresentam elementos comuns, porém comportamentos diferenciados, dependendo das características de cada cidade e do segmento de fronteira envolvido. A seguir, alguns desses elementos são brevemente discutidos.

### **B-2.1 Trabalho**

Um dos fatores que apresenta efeitos mais concentrados nas comunidades fronteiriças em zona de fronteira é o trabalho. As oportunidades que oferece o Estado mais desenvolvido, sobretudo para a realização de tarefas pesadas descartadas pelos profissionais qualificados desse mesmo Estado, acarretam ao longo do tempo fluxo de trabalhadores do lado mais pobre para o lado mais rico do limite internacional. Esse fluxo pode ser constituído por trabalhadores diaristas ou sazonais, sem qualificação ou semi-qualificados, formais ou informais, atraídos pelas oportunidades de trabalho e, principalmente, pelos possíveis pagamentos de assistência social no outro lado. Pelos mesmos motivos também ocorre saída de trabalhadores qualificados e profissionais do Estado menos desenvolvido para o mais desenvolvido. Se esse afluxo de trabalhadores reduz as pressões demográficas e o desemprego no Estado menos desenvolvido, pode também se converter em potencial para grave exploração de trabalhadores ilegais na região de fronteira do mais desenvolvido.

No caso do Brasil, não existe um marco regulatório único para tratar fluxos de trabalhadores transfronteira, em geral adota-se uma política diferente segundo o lugar geográfico, os interesses brasileiros e a relação com o país vizinho. Tal política se expressa na preferência por acordos bilaterais em vez de adotar normas e regras aplicáveis a todas as cidades-gêmeas. Embora justificada pelas diferenças entre cidades-gêmeas e entre países, os efeitos dessa política são problemáticos em termos de administração e desenvolvimento regional da faixa e da zona de fronteira, tendendo a reforçar em vez de modificar visões preconcebidas e assimetrias hostis à integração subcontinental.

Na fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, por exemplo, um acordo bilateral criou o Documento Especial de Fronteiriço, que regulariza e facilita as interações transfronteiriças através da expedição de permissão de trabalho e circulação para as cidades-gêmeas localizadas neste segmento fronteiriço. Enquanto isso, na extensa fronteira amazônica, a maioria esmagadora dos trabalhadores encontra-se em situação ilegal, dependendo da tolerância das autoridades locais. Por esse motivo, grande parte dos trabalhadores ilegais se dedica a atividades informais de baixa qualificação no lado brasileiro.

O presente Trabalho propõe que se adote um marco regulatório único para as cidades-gêmeas em moldes similares ao que foi feito para a fronteira Brasil-Uruguai, sendo o Documento Especial de Cidadão Fronteiriço obviamente restrito àqueles domiciliados nas cidades-gêmeas, podendo ser renovado anualmente. Além de dificultar tratamento abusivo da mão-de-obra por parte de autoridades e empresários nos dois lados da linha de fronteira, instituiria uma forma de controle e aproveitamento mais eficaz da mobilidade do trabalho.

#### **B-2.2 Fluxos de Capital**

Mais difíceis de mensurar, devido à relativa imobilidade comparada à alta mobilidade dos trabalhadores, são os fluxos de capital. Mesmo assim, aqui é necessário distinguir o circuito ‘superior’ transnacional dos fluxos e o circuito local transfronteira. No primeiro caso existem normas do Banco Central do Brasil que legalizam a entrada e saída de vultosos capitais estrangeiros (a conhecida CC-5 do BACEN). No circuito inferior, no entanto, a legislação vigente para a faixa de fronteira, baseada em lei de segurança nacional, impede que estrangeiros, na condição de pessoa física, possam ser proprietários de empresas do lado brasileiro, mesmo quando a recíproca não é verdadeira.

Tal situação pode ser observada atualmente entre Ponta Porã (Sub-região Cone Sul-mato-grossense) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). Há poucos anos atrás dois fatos tiveram impacto negativo na economia urbana de Pedro Juan Caballero: o primeiro a comprovação de que bancos paraguaios naquela cidade eram usados por bancos brasileiros em operações de lavagem de dinheiro e evasão fiscal, e o segundo, a redução pelo governo brasileiro da quota de compras em zonas francas de países vizinhos em toda a fronteira. Apesar dos significativos investimentos de brasileiros do lado paraguaio, a busca de oportunidades de investimento de residentes paraguaios em Ponta Porã não é permitida, o que não impede que empresas de fachada brasileira recebam esses capitais.

Em vários lugares do mundo é comum investimento de empresários nos dois lados da fronteira para se protegerem dessa instabilidade. Tal proibição, que penaliza diretamente a livre-circulação de capitais nas cidades-gêmeas não incentiva o desenvolvimento econômico local.

A mesma lei proíbe a instalação de empresas industriais com maioria de ações pertencentes a estrangeiros, o que não impede, por outro lado, que investidores brasileiros instalem unidades industriais e agroindustriais do lado menos desenvolvido em busca de trabalho barato e desorganizado (inclusive trabalhadores brasileiros residentes em qualquer uma das cidades-gêmeas), e de padrões ambientais menos rigorosos. Os lucros, no entanto, são invariavelmente drenados através da fronteira para o Brasil.

Caso similar, porém mais complexo, ocorre entre as cidades-gêmeas de Foz do Iguaçu (Estado do Paraná) e Ciudad del Este (Departamento do Alto Paraná) no Paraguai. No campo financeiro, a cidade paraguaia abriga mais de uma dezena de bancos paraguaios e estrangeiros utilizados por nacionais brasileiros e argentinos não só para transações legítimas como também para operações de evasão fiscal e lavagem de dinheiro. Só que essas operações são feitas por canais legais e por via eletrônica a partir das grandes cidades da costa atlântica, não estando submetidas à legislação aplicada à Faixa de Fronteira. O que se conclui daí é que coibições sobre movimento e investimento de



capitais aplicadas pela legislação vigente estão completamente defasadas em relação ao *espaço-de-fluxo*, característico do mercado de capitais no período atual. Ademais, pouco contribui para a defesa da segurança nacional como concebida pela legislação atual, fundamentada no *espaço-dos-lugares*. Em lugar de defender acaba por penalizar os lugares da fronteira, além de incentivar a emergência de sistemas de produção locais situados na *zona cinza* entre o legal e o ilegal.

O sistema produtivo de fronteira que combina comportamentos legais e ilegais também é encontrado na zona de fronteira entre Foz do Iguaçu e a Zona Franca de Ciudad del Este. Esta última concentra empresas ‘maquiladoras’ que consomem subprodutos de indústrias localizados no Brasil (especialmente em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul) sob a forma de contrabando, voltando ao Brasil e sendo registrado como produto brasileiro ou paraguaio ou mesmo de terceiro país, dependendo do câmbio e das mudanças na política brasileira de impostos incidentes sobre importação e exportação.

Em outro par de cidades-gêmeas, as agências bancárias de Guajará-Mirim (Sub-região VII) em Rondônia são beneficiadas pelo fato dos empresários bolivianos localizados na cidade de Guayaramerín, do outro lado do Rio Guaporé, preferirem depositar seu dinheiro no lado brasileiro, em parte pela ‘segurança’ que não encontram em seu próprio país<sup>1</sup>; em parte para buscar o mercado financeiro brasileiro, mais organizado e informatizado.

### **B-2.3 Terra e outros recursos naturais**

Outro elemento incentivador de fluxos transfronteira é a terra. Normalmente no lado do país menos desenvolvido a terra é mais barata, o que atrai o interesse do lado oposto. A compra e exploração de grandes extensões de terras paraguaias por brasileiros é um caso em pauta. Nos Departamentos paraguaios do Alto Paraná, Concepción e Canindeyú, empresas agroindustriais brasileiras (soja, amido), ao mesmo tempo em que geram divisas para o país vizinho, constituem uma fonte crescente de tensão política e social, na medida em que os brasileiros se apropriam das melhores terras, dilapidam as florestas, interferem nos hábitos alimentares e na cultura campesina paraguaia.

Na Sub-região VI, Vale do Acre-Alto Purus, cresce o afluxo de brasileiros que trabalham ou migram para o lado boliviano (legal ou ilegalmente) devido ao preço mais barato da terra, a abertura de frentes de trabalho vinculadas à exploração da madeira, e à baixa restrição à extração de madeira nobre.

Ressalta-se que exceto nos casos das zonas de fronteira com a Argentina e a Colômbia, o lado brasileiro é mais “fechado” à imigração e trabalho transfronteira dos nacionais de países vizinhos do que estes em relação ao Brasil. Mesmo assim, na Argentina,

---

<sup>1</sup> Segundo entrevistas realizadas em trabalho de campo, setembro 2001.

onde antiga legislação agrária proíbe a compra de terras por estrangeiros, a compra de terras por brasileiros, mesmo em condições ilegais, tem sido registrada, como no município de Bernardo de Irigoyen (Província de Misiones) (Sales, 1997). Ainda que na sede municipal de Bernardo de Irigoyen, cidade-gêmea de Dionísio Cerqueira/SC, predomine a população argentina, na área rural do município mais de 50% dos habitantes é brasileira (Sales apud Espínola, 1997).

Tal dinâmica sugere que as cidades-gêmeas podem atuar como trampolim para investidas na região de fronteira do país vizinho sem modificar sua própria dinâmica migratória. Neste sentido, a imigração, e mesmo os interesses econômicos, pode atuar sob a forma de *redes*, que interligam as regiões de fronteira de países vizinhos sem alterar de forma significativa as cidades-gêmeas em seu caminho.

São precisamente os interesses econômicos, a dinâmica do mercado de terras e a fronteira ‘móvel’ de brasileiros que estão prestes a justificar investimentos em infra-estrutura e boas relações de vizinhança por parte de bancos paraestatais brasileiros.

#### **B-2.4 Serviços de Consumo Coletivo**

Excetuando-se os casos de cidades-gêmeas com nível similar de desenvolvimento, onde é comum a duplicação de serviços de consumo coletivo (saúde, educação, saneamento, bombeiros, etc.), a assimetria na oferta de serviços é responsável por fluxos transfronteiriços na maioria das cidades, com dominância de fluxos dirigidos ao Brasil. A maior parte deles se relaciona aos serviços de saúde e, secundariamente, a serviços de educação.

O sistema brasileiro de saúde pública, apesar de suas lacunas, alcança todos os municípios de fronteira, cada prefeitura recebendo recursos de acordo com a estimativa da população municipal. Ao contrário, a maioria dos países vizinhos privatizou o sistema de saúde, o que não só encareceu e colocou fora do alcance da população os serviços como reduziu sua presença ao seguir critérios de lucro na localização geográfica. Em consequência, quase todas as prefeituras reclamam do afluxo constante de residentes na cidade e na Faixa de Fronteira, seja de seus nacionais, seja de brasileiros residentes e imigrantes, que não estão computados na base de cálculo dos recursos provenientes do SUS (Sistema Único de Saúde – Governo Federal).

No caso da Tríplice Fronteira Norte (Peru, Colômbia, Brasil), os serviços de saúde prestados pelo Hospital da Guarnição [militar] em Tabatinga são buscados por peruanos e colombianos, os primeiros porque as localidades peruanas de fronteira não têm assistência adequada e, no caso dos colombianos, porque os serviços de saúde são particulares e custosos. Por outro lado, a falta de pessoal médico é problema freqüente do lado brasileiro, como observado em Guajará-Mirim, o que estimula a vinda de



profissionais do país vizinho que, no entanto, não podem exercer sua atividade legalmente devido às exigências dos Conselhos de Medicina.

Em diversas cidades-gêmeas é cada vez mais comum que os nacionais da cidade vizinha queiram ter seus filhos do lado brasileiro de forma a garantir o atendimento posterior, o que nem sempre é compreendido pelas prefeituras, gerando má-vontade de parte a parte.

Já os fluxos transfronteiriços relacionados à educação variam muito de acordo com nível de desenvolvimento das cidades-gêmeas e a presença de imigrantes brasileiros e seus descendentes na região de fronteira do país vizinho. Diferenças de idioma, cultura, custos altos e entraves burocráticos ao reconhecimento de diplomas coíbem a vinda de estudantes estrangeiros e mesmo de brasileiros para as cidades vizinhas, principalmente no ensino de 3º grau. A expansão do bilingüismo em diversos segmentos da zona de fronteira tem atenuado alguns desses obstáculos. Cobija (BO) é pólo atrator para Brasília, Epitaciolândia e áreas próximas devido à presença de universidades e cursos profissionais dos qual o Alto Vale do Rio Acre é carente.

### **B-3 Proposta de Criação de Zonas de Integração Fronteiriça (ZIF)**

Para estimular o desenvolvimento das cidades-gêmeas, de modo a fortalecer seu papel como elemento estruturador dos espaços sub-regionais propõe-se que elas se tornem áreas com regime especial de tributação e aplicação de leis trabalhistas – as **Zonas de Integração Fronteiriça (ZIF)**. Propostas de criação de uma ZIF devem ser de “baixo para cima”, a partir das discussões nos *Comitês de Fronteira e Fóruns Sub-regionais*, e articuladas aos Planos de Integração Fronteiriça. A implantação das ZIFs não devem ser decididas em Brasília, embora a sugestão aqui é de que o Ministério da Integração Nacional conduza a negociação com os outros Ministérios, o Congresso Nacional e o Conselho de Defesa Nacional para sua implantação.

O *regime especial de tributação* proporciona redução ou isenção de vários impostos federais, estaduais e municipais (lucros individuais, industriais, comerciais, e de serviços; ISS; ICMS; IPTU), enquanto o *regime especial de aplicação das leis trabalhistas* permitiria uma flexibilização conducente à atração de empresas de vários portes em lugares estratégicos da zona de fronteira. A livre circulação de mercadorias (*arranjos produtivos transfronteira*), planos conjuntos de ordenamento urbano, Centros Aduaneiros Únicos, fundos comuns para construção e adensamento de infra-estrutura na zona de fronteira, além da formação de grupos técnicos bi ou tri nacionais para gerir as ZIFs seriam efeitos colaterais positivos e dinamizadores da economia regional. Também podem atuar como instrumento de fortalecimento das identidades nacionais num contexto de cooperação, resolução de conflitos e mútuo enriquecimento da cidadania na fronteira.

A Zona de Integração Fronteiriça englobaria as cidades-gêmeas e áreas adjacentes, sendo o perímetro definido de acordo com suas especificidades geográficas e econômicas e segundo seu potencial funcional (industrial, comercial, logístico, ou uma mescla deles).

Cabe assinalar que Zonas de Integração Fronteiriça já foram criadas pela Comunidade Andina como “âmbitos territoriais fronteiriços adjacentes dos países membros da Comunidade” (Decisão 501/2001), com o objetivo de diversificar a base produtiva das zonas de fronteira e aproveitar vantagens de localização em relação aos mercados sub-regional, regional e internacional. O modelo da ZIF andina depende da aprovação de uma Norma Conjunta dos países limítrofes e prevê a criação do Banco de Projetos de Desenvolvimento Fronteiriço com apoio do BID e da CAF.

Quanto à flexibilização de leis trabalhistas, a França implanta, desde 1996, áreas especiais destinadas a estimular o desenvolvimento urbano de áreas deprimidas no interior das cidades – as *Zonas Francas Urbanas* ou *Zonas de Redinamização Urbana*, seguindo o modelo de regime especial de tributação e flexibilização dos direitos trabalhistas. Até março de 2003 já existiam mais de 80 ZFU naquele país.

A diversidade de localização geográfica das cidades-gêmeas brasileiras sugere que as ZIFs podem ter perfis diferenciados. No caso das cidades-gêmeas de Uruguiana – Paso de los Libres (AR), um dos principais eixos logísticos do MERCOSUL e que já possui número expressivo de portos secos (EADI), os problemas aduaneiros causam expressivas perdas devido aos entraves fronteiriços, o que sugere condições de implantação para uma ZIF com perfil logístico. O fato de que do lado brasileiro e argentino a economia urbano-regional pouco tem se beneficiado da posição estratégica das cidades-gêmeas, seria o caso de combinar no âmbito da ZIF estímulos de atração de empresas comerciais e industriais.

Um outro caso interessante é o de Bonfim (Roraima) e Lethem (Guiana), localizadas em outro importante eixo logístico em direção ao Caribe. As cidades pouco têm se beneficiado de sua localização, porém a implantação de uma ZIF de tipo logístico-comercial seria um incentivo importante para internalizar benefícios.

É importante ressaltar que não existe nenhuma determinação de que o objetivo principal ou único da ZIF esteja vinculado aos mercados mundiais. A idéia é interiorizar indústrias e empresas comerciais para explorar prioritariamente os mercados sub-regionais e regionais da América do Sul, até aqui atendido somente pelas empresas localizadas nos *core-areas* dos países. O uso da ZIF como plataforma para o mercado mundial é uma possibilidade, porém os benefícios dessa função são reduzidos do ponto de vista regional caso os produtos não sejam elaborados na região de fronteira.

## Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

UF	Localidade	Tipo	PopUrb 2000	Gêmea e/ou	País	Tipo	Pop. Urb.**	Articulação	Interação Transfronteira	
				Localidade mais próxima					Cidade- Gêmea	Zona Front
AP	Oiapoque	cidade	7.842	Saint Georges	GF	cidade	<10 mil	Fluv. s/ponte	Capilar	Capilar
RR	Bonfim	cidade	3.000	Lethem	GU	cidade	<10 mil	Fluv. s/ponte	Sinapse B 2	Capilar
RR	Conceição do Maú	povoado		-	GU			Fluv. s/ponte	-	Z.Tampão B 2
RR	Normandia	cidade	1.500	Bellavista	GU	pov.	<5 mil	Fluv. s/ponte	-	Capilar
RR	Garimpo Mutum	povoado		-	GU			-	-	Z.Tampão B2
RR	Mutum	povoado		-	GU			-	-	Z. Tampão B2
RR	Uiramutã	cidade	525	-	GU			Fluv. s/ponte	-	Frente B 2
RR	Pacaraima	cidade	2.760	Sta. Elena de Uairén	VZ	cidade	<10 mil	Front. Seca	Sinapse B 1	Z.Tampão B2
RR	Uaicás	povoado		-	VZ			Fluv. s/ponte	-	Z.Tampão B2B
AM	Cucuí	povoado		-	CO			Front. Seca	-	Z.Tampão A2B2
AM	Iauretê	povoado		Yavarate	CO/VZ			Fluv. s/ponte	-	Z.Tampão A2 B2
AM	Vila Bittencourt	povoado		La Pedrera	CO			Fluv. s/ponte	-	Z.Tampão A2 B2
AM	Ipiranga	povoado		Tarapaca	CO			Fluv. s/ponte	-	Z.Tampão A2 B2
AM	Tabatinga	cidade	26.637	Letícia	CO	cidade	26.760	Front. Seca	Sinapse A 1	Frente 3 B
AM	Benjamin Constant	cidade	17.171	-	PE			Fluv. s/ponte	-	Frente 3 B
AM	Atalaia do Norte	cidade	4.175	-	PE			Fluv. s/ponte	-	Z.Tampão A2 B2
AM	Caxias	povoado		-	PE			Fluv. s/ponte	-	Z.Tampão A2 B2
AM	Estirão do Equador	povoado		-	PE			Fluv. s/ponte	-	Frente - 3 B
AM	Bom Jesus	povoado		-	PE			Fluv. s/ponte	-	Z.Tampão B 2
AM	Rodrigues	povoado		-	PE			Fluv. s/ponte	-	Z.Tampão B 2
	Boqueirão da Esperança	povoado		-	PE			Front.Seca	-	Z.Tampão B 1
AC	Foz do Breu	povoado		-	PE			Front.Seca	-	Margem
AC	Sta.Rosa do Purus	cidade	518	Santa Rosa	PE	pov.	<5 mil	Front.Seca	Fr.Indíg. 3B	Margem
AC	Assis Brasil	cidade	2.151	Iñapari	PE	cidade	1.273	Fluv. s/ponte	Capilar 4	Capilar
	-			Bolpebra	BO	pov.	< 5 mil	Fluv. s/ponte	Capilar 4	Margem
AC	Canindé	povoado		-	BO			-	-	Capilar
AC	Quixadá	povoado		-	BO			-	-	Capilar
AC	Brasiléia	cidade	9.026	Cobjia	BO	cidade	20.220	Fluv. c/ponte	Sinapse A 1	Capilar
AC	Epitaciolândia	cidade	7.404		BO				Fluv. c/ponte	Sinapse A 2
AC	Capixaba	cidade	1.521	-	BO			Fluv.s/ponte	-	Capilar
AC	Plácido de Castro	cidade	6.979	-	BO			Fluv.s/ponte	-	Capilar
AC	Acrelândia	cidade	3.506	-	BO			Fluv.s/ponte	-	Capilar

\*\* Peru (1993), Bolívia (2001), Paraguai (2002), Uruguai (1996), Argentina (1996), Argentina (1991), Colômbia (1993).

### QUADRO 11: ZONA DE FRONTEIRA: CIDADES-GÊMEAS E INTERAÇÃO FRONTEIRIÇA – 2004

### III - A Zona de Fronteira: Interações com os Países Vizinhos

UF	Localidade	Tipo	PopUrb 2000	Gêmea e/ou	País	Tipo	Pop. Urb.**	Articulação	Interação Transfronteira	
				Localidade mais próxima					Cidade- Gêmea	Zona Front
RO	Abunã	vila	427	-	BO			Fluv.s/ponte	-	Capilar
RO	Araras	pov.	291	-	BO			Fluv.s/ponte	-	Capilar
RO	Nova Mamoré	cidade	7.247	-	BO			Fluv.s/ponte	-	Capilar
RO	Iata	pov.	329	-	BO			Fluv.s/ponte	-	Capilar
RO	Guajará-Mirim	cidade	32.225	Guayaramerín	BO	cidade	33.095	Fluv.s/ponte	Capilar	Capilar
RO	Surpresa	pov	449	-	BO			Fluv.s/ponte	-	Capilar
RO	Conceição	vila		-	BO			Fluv.s/ponte	-	Capilar
RO	Príncipe da Beira	vila	380	-	BO			Fluv.s/ponte	-	Capilar
RO	Costa Marques	cidade	6.758	-	BO			Fluv.s/ponte	-	Capilar
RO	Santo Antônio	vila		-	BO			Fluv.s/ponte	-	Capilar
RO	Pedras Negras	vila		-	BO			Fluv.s/ponte	-	Capilar
RO	Laranjeiras	vila		-	BO			Fluv.s/ponte	-	Capilar
RO	Pimenteiras do Oeste	cidade	1.398	-	BO			Fluv.s/ponte	-	Capilar
MS	Corumbá	cidade	86.144	Puerto Suarez	BO	cidade	14.263	Fluv.s/ponte	Capilar	Frente 3 C
MS	Porto Bush	povoado		-	PY			Fluv.s/ponte	-	Frente 3 C
MS	Porto Murtinho	cidade	8.339	Pto. Palma Chica	PY	pov.	< 5 mil	Fluv.s/ponte	Frente 3B	Capilar
MS	Bela Vista	cidade	18.023	Bella Vista	PY	cidade	5.066	ponte	Sinapse A 1	Capilar
MS	Campestre	povoado		-	PY			Front.Seca	-	Capilar
MS	Antônio João	cidade	6.297	-	PY			Front.Seca	-	Capilar
MS	Ponta Porã	cidade	54.383	P. J. Caballero	PY	cidade	53.566	Front.Seca	Sinapse A 1	Sinapse A 1
MS	Sanga Puitã	povoado		-	PY			Front.Seca	-	Sinapse A 2
MS	Aral Moreira	cidade	3.271	-	PY			Front.Seca	-	Sinapse A 2
MS	Vila Marques	povoado		-	PY			Front.Seca	-	Sinapse A 2
MS	Coronel Sapucaia	cidade	9.472	Capitan Bado	PY	cidade	4.213	Front.Seca	Sinapse A 2	Sinapse A 2
MS	Paranhos	cidade	5.795	Ypeju	PY	cidade	1.827	Front.Seca	Capilar	Sinapse A 2
MS	Sete Quedas	cidade	8.999	-	PY			Front.Seca	-	Sinapse A 2
MS	Jacaré	povoado		-	PY			Front.Seca	-	Sinapse A 2
MS	Japorã	cidade	1.205	-	PY			Front.Seca	-	Sinapse A 2
MS	Mundo Novo	cidade	13.612	Guaira (BR); Salto del Guayrá	PY			ponte	-	Sinapse A 2
MS	Porto Gov. Fragelli	povoado		-	PY			-	-	Sinapse A 2

\*\* Peru (1993), Bolívia (2001), Paraguai (2002), Uruguai (1996), Argentina (1996), Argentina (1991), Colômbia (1993).

**QUADRO 11: ZONA DE FRONTEIRA: CIDADES-GÊMEAS E INTERAÇÃO FRONTEIRIÇA – 2004 (CONT.)**

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

UF	Localidade	Tipo	PopUrb 2000	Gêmea e/ou	País	Tipo	Pop. Urb.**	Articulação	Interação Transfronteira	
				Localidade mais próxima					Cidade- Gêmea	Zona Front
PR	Guáira	cidade	24.878	Salto del Guayra	PY	cidade	6.700	Fluv.s/ponte	Sinapse A 1	Sinapse A 1
PR	Foz do Iguaçu	cidade	256.524	Ciudad del Este	PY	cidade	223.350	ponte	Sinapse B 1	Sinapse B 1
AR	-			Puerto Iguazu	AR	cidade	9.151	Front.Seca	Sinapse A 1	Z.Tampão B 1
PR	Pranchita	cidade	3.160	-	AR			ponte	-	Capilar
PR	Sto. Ant. do Sudoeste	cidade	10.814	-	AR			fluv. s/ponte	-	Capilar
PR	Barracão	cidade	5.825	B. Irigoyen	AR			Front.Seca	Sinapse A 1	Capilar
SC	Dionísio Cerqueira	cidade	8.610		AR	cidade	< 10 mil	Front.Seca	Sinapse A 2	Capilar
RS	Alto Uruguai	povoado		-	AR			fluv. s/ponte	-	Capilar
RS	Porto Mauá	cidade	924	-	AR			fluv. s/ponte	-	Capilar
RS	Panambi	cidade	28.291	-	AR			fluv. s/ponte	-	Capilar
RS	Porto Vera Cruz	cidade	502	-	AR			fluv. s/ponte	-	Capilar
RS	Porto Lucena	cidade	2.416	-	AR			fluv. s/ponte	-	Capilar
RS	Porto Xavier	cidade	5.569	San Javier	AR	cidade	< 5 mil	fluv. s/ponte	Capilar	Sinapse A1 B1
RS	Garruchos	cidade	1.191	-	AR			fluv. s/ponte	-	Sinapse A1 B1
RS	São Borja	cidade	57.273	Santo Tomé	AR	cidade	14.352	ponte	Sinapse A 1	Sinapse A1 B1
RS	Itaqui	cidade	34.823	Alvear	AR	cidade	5.419	Fluv.s/ponte	Capilar	Sinapse A1 B1
RS	São Marcos	povoado		-	AR			Fluv.s/ponte	-	Sinapse A1 B1
RS	Uruguaiana	cidade	118.538	Paso de Los Libres	AR	cidade	40.000	ponte	Sinapse B 1	Sinapse A1 B1
RS	Barra do Quaraí	cidade	2.865	Monte Caseros	AR	cidade	18.247	ponte	Sinapse B 2	Sinapse A1 B1
	-			Bella Unión	UY	cidade		ponte	Sinapse B 3	Sinapse A1 B1
RS	Quaraí	cidade	22.060	Artigas	UY	cidade	< 25 mil	ponte	Sinapse B 4	Sinapse A1 B1
RS	Santana do Livramento	cidade	84.455	Rivera	UY	cidade	84.103	Front.Seca	Sinapse A 1	Sinapse A1 B1
RS	Aceguá	cidade		Aceguá	UY	cidade	1.400	Front.Seca	Capilar	Capilar
RS	Jaguarão	cidade	27.174	Rio Branco	UY	cidade	< 10 mil	ponte	Sinapse A 1	Capilar
RS	Chuí	cidade	4.859	Chuy	UY	cidade	< 5 mil	Front.Seca	Sinapse A 1	Capilar
RS	Barra do Chuí	povoado		-	UY			Front.Seca	-	Capilar

\*\* Peru (1993), Bolívia (2001), Paraguai (2002), Uruguai (1996), Argentina (1996), Argentina (1991), Colômbia (1993).

QUADRO 11: ZONA DE FRONTEIRA: CIDADES-GÊMEAS E INTERAÇÃO FRONTEIRIÇA – 2004  
(CONT.)

### C. “NÓS” E OS “OUTROS”: IDENTIDADE CULTURAL E INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

Como deixamos claro ao longo deste trabalho, uma das especificidades mais importantes das políticas de desenvolvimento regional voltadas para faixas de fronteira refere-se ao fato de que se trata não de áreas-limite ou de “margens”, mas justamente de áreas de contato e de interação. Daí a relevância de um tratamento especial às formas com que se realizam estas interações, não apenas aquelas de ordem mais estritamente econômica, mas também as interações sociais e culturais, em sentido mais estrito, que revelam a solidez (ou a fragilidade) dos amálgamas, efetivos e potenciais, das áreas de fronteira.

A tipologia das interações culturais transfronteiriças diz respeito às relações identitárias promovidas ou passíveis de serem promovidas de um lado ao outro da faixa de fronteira. A exemplo do que realizamos em relação ao desenvolvimento sócio-econômico, sugerem uma série de diferentes padrões de inter-relação entre o lado brasileiro e os demais países limítrofes. Os dados para esta tipologia, além daqueles vinculados ao lado brasileiro, já comentados, foram obtidos através de informações em trabalhos de campo, órgãos estatísticos e fontes secundárias nos países vizinhos, notadamente por intermédio de pesquisa anterior sobre regiões transfronteiriças, desenvolvida no âmbito do NUREG (Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização) da Universidade Federal Fluminense, com apoio do CNPq.

Distinguimos assim os vários segmentos fronteiriços de acordo com os diferentes países e/ou unidades político-administrativas dos Estados vizinhos, e as características de cada um desses segmentos no que se refere:

- a) à **natureza** das identidades do lado brasileiro, levando em conta as características de maior *uniformidade*, *pluralidade* (convívio, lado a lado, de diferentes identidades) ou *hibridismo* (imbricação ou amálgama de várias identidades) e maior *estabilidade* (permanência) e *dinamismo* (mutação) dessas identidades;
- b) ao **grau de permeabilidade** cultural transfronteiriça – alto, médio ou baixo – e o tipo de interação cultural a partir da maior ou menor influência cultural brasileira sobre os países vizinhos;
- c) ao **caráter histórico** da interação cultural em termos de sua duração no tempo (interações transfronteiriças mais antigas ou mais recentes); e
- d) à **intensidade** e à **longevidade** das migrações, tanto de brasileiros para os países vizinhos quanto de nossos vizinhos para o Brasil, já que este é um dos melhores indicadores da intensidade da interação transfronteiriça no espaço e no tempo.

Segmentos Fronteiriços	Natureza da Identidade do Lado Brasileiro	Permeabilidade Cultural Transfronteiriça	Interação Cultural			Movimentos Migratórios	
			Nível	Intensidade	Caráter Histórico	Brasileiros	Estrangeiros
<b>Fronteira Brasil - Guiana Francesa</b>	Variável: plural e estável (indígenas); relativamente uniforme e dinâmica (não-indígenas)	Média a baixa	Assimétrica, com preponderância brasileira	Média a fraca	Antiga (indígenas e negros)	Relativamente recentes; em intensificação	Fracos; estabilizados;
	Com AP						
<b>Fronteira Brasil - Suriname</b>	Relativamente uniforme e estável (com predomínio de grupos indígenas)	Pouco expressiva	Pouco expressiva	Fraca	Antiga (indígena); Ausente para não-indígenas	Inexpressivos	Inexpressivos
	Com PA						
<b>Fronteira Brasil - Guiana</b>	Variável: uniforme e estável (indígenas); plural e dinâmica (não-indígena)	Média a baixa no Pará; média a alta em Roraima	Assimétrica, com preponderância brasileira	Fraca no Pará, exceto indígenas; Média a forte em Roraima	Antiga (indígena); Recente para não-indígenas	Relativamente recentes; pouco expressivos e localizados (cidades-gêmeas)	Fracos; estabilizados; movimento pendular nas cidades-gêmeas
	Com RR e PA						
<b>Fronteira Brasil - Venezuela</b>	Relativamente uniforme e estável (com predomínio de grupos indígenas)	Pouco expressiva	Pouco expressiva	Muito fraca	Antiga (indígenas; presença militar brasileira)	Pouco expressivos	Fracos; estabilizados; intensos entre os indígenas
	(1) Depto. Bolívar com AM e RR						
<b>Fronteira Brasil - Venezuela</b>	Variável: uniforme e estável (área indígena ianomâmi); plural e dinâmica (áreas não-indígena)	Baixa a Média	De equivalência nas áreas indígenas; de predominância brasileira fora delas	Alta para os ianomâmis; média a alta para os não-indígenas	Antiga (indígenas; presença militar brasileira); Relativamente recente para não-indígenas	Relativamente recentes; preponderância indígena; em intensificação nas cidades-gêmeas	Fortes entre indígenas e média intensidade entre não-indígenas
	(2) Depto. Bolívar com RR						

QUADRO 12: CARACTERÍSTICAS DOS SEGMENTOS FRONTEIRIÇOS

### III - A Zona de Fronteira: Interações com os Países Vizinhos

Segmentos Fronteiriços	Natureza da Identidade do Lado Brasileiro	Permeabilidade Cultural Transfronteiriça	Interação Cultural			Movimentos Migratórios	
			Nível	Intensidade	Caráter Histórico	Brasileiros	Estrangeiros
Fronteira Brasil - Colômbia	Deptos. de Amazonas, Vaupés e Guainia com AM	Alta	Alternância entre preponderância brasileira e colombiana	Média	Antiga (índigenas; Igreja Católica; presença militar brasileira e colombiana)	Pouco expressivos (exceto entre grupos indígenas); forte movimento pendular nas cidades-gêmeas	Média intensidade, especialmente em localidades limitrofes; forte entre os indígenas
	(1) Depto. Ucayali e Madre de Dios com AC	Baixa	Pouco expressiva com preponderância brasileira	Fraca	Antiga (índigena - Pano e Arahuaça; seringueiros)	Pouco expressivo	Fraca intensidade; estabilizados
Fronteira Brasil - Peru	(2) Depto. Loreto com AC e AM	Pouco expressiva	Pouco expressiva; preponderância brasileira	Fraca (exceto indígena)	Antiga (índigenas - Tikunas; seringueiros)	Inexpressivos (exceto entre grupos indígenas)	Média intensidade; estabilizados; forte entre grupos indígenas
	(1) Depto. Sta. Cruz de la Sierra (Chaco) com MS e MT	Média a alta	Pouco expressiva com preponderância brasileira	Fraca	Antiga (Igreja Católica; indígenas)	Recentes, em intensificação (especialmente para áreas do interior da Bolívia)	Fracos; estabilizados
Fronteira Brasil - Bolívia	(2) Depto. Beni com RO	Média a baixa	Pouco expressiva com preponderância brasileira	Fraca	Antiga (índigena; Igreja Católica; seringueiros)	Relativamente recentes; estáveis	Média intensidade; estabilizados, movimento pendular em cidades-gêmeas
	(3) Depto. de Pando com AC	Média a baixa	Assimétrica, com preponderância boliviana (caso de Cobija)	Média	Antiga (índigena; seringueiros)	Recentes; em intensificação para áreas rurais bolivianas	Fracos e estabilizados exceto em municípios limítrofes e no movimento pendular em cidades-gêmeas

QUADRO 12: CARACTERÍSTICAS DOS SEGMENTOS FRONTEIRIÇOS (CONT.)



Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Segmentos Fronteiriços	Natureza da Identidade do Lado Brasileiro	Permeabilidade Cultural Transfronteira	Interação Cultural			Movimentos Migratórios	
			Nível	Intensidade	Caráter Histórico	Brasileiros	Estrangeiros
<b>Fronteira Brasil - Paraguai</b>	(1) Deptos. do Alto Paraná e Canindeyú com PR	Alta	Assimétrica, com ampla preponderância cultural brasileira	Forte	Antiga (indígenas; Igreja Católica, presença militar brasileira)	Muito intensos, relativamente recentes; forte movimento pendular nas cidades-gêmeas	Fracos e estabilizados na faixa; forte movimento pendular nas cidades-gêmeas
	(2) Deptos. de Canindeyú e Amambay com MS	Média a alta	Assimétrica, preponderância brasileira (no passado: predominância paraguaia)	Média a forte	Antiga (indígena - guaranis)	Relativamente recentes, em intensificação (intensa em Canindeyú; intermitente em Amambay)	Fracos (mais intensos no passado); forte no movimento pendular das cidades-gêmeas e entre grupos indígenas
	(3) Chaco paraguaio com MS	Média a alta	Pouco expressiva com preponderância brasileira	Fraca	Antiga (indígenas - guaicurus, presença militar brasileira)	Relativamente recentes, ainda fracos, mas em intensificação	Média intensidade e em movimentos pendulares localizados (Porto Murtinho, Bela Vista)
<b>Fronteira Brasil - Argentina</b>	(1) Prov. de Corrientes com RS	Média a alta	De equivalência, com alguma preponderância brasileira	Média a forte	Antiga (presença militar brasileira)	Recentes, em intensificação (via rizicultura)	Fracos e estabilizados; forte movimento pendular nas cidades-gêmeas
	(2) Prov. de Misiones com RS, SC, PR	Média a baixa	De equivalência, com alguma preponderância brasileira	Média a fraca	Antiga (Missões)	Relativamente recentes (anos 1960); fracos e estabilizados; movimento pendular nas cidades-gêmeas	Fracos e estabilizados; movimento pendular nas cidades-gêmeas
<b>Fronteira Brasil - Uruguai</b>	Vários deptos. uruguaios com RS	Alta	Assimétrica, c/ preponderância brasileira (foi de equivalência)	Forte	Antiga (presença militar brasileira)	Relativamente antigos; intensificação recente	Fracos e estabilizados; forte movimento pendular nas cidades-gêmeas

QUADRO 12: CARACTERÍSTICAS DOS SEGMENTOS FRONTEIRIÇOS (CONT.)

## D. PROBLEMAS IDENTIFICADOS NA ZONA DE FRONTEIRA

A Zona de Fronteira é um espaço peculiar, onde se dá o encontro entre dois sistemas sócio-políticos diferentes. Nela se estabelecem relações transfronteiriças de maior ou menor intensidade muitas vezes não previstas pelo marco legal dos países limítrofes, que classificando-as como internacionais, acabam desconsiderando esta peculiaridade.

Em geral as interações entre populações de distintos países são mais intensas na Zona de Fronteira em especial nas cidades-gêmeas, que estabelecem intensos laços comerciais e, muitas vezes, afetivos.

A intensa circulação de pessoas e mercadorias transfronteira dada por movimentos pendulares de trabalhadores ou cidadãos em busca de atendimento por serviços oferecidos no outro lado da fronteira ou simplesmente em busca de lazer, faz parte de um modo de viver particular das populações da Zona de Fronteira, que procura aproveitar as vantagens que este tipo de localização pode proporcionar. Entretanto, os aparatos de controle dos Estados tendem a restringir estes movimentos, comprometendo a eficiência das relações transfronteiriças, daí a demanda das populações da Zona de Fronteira pela adequação dos marcos legais de cada país, às situações que “de fato” ocorrem nestes espaços. Neste sentido, os legisladores são confrontados com questões complexas que demandam um olhar atento de modo a estabelecer medidas justas e equilibradas. Um exemplo destas dificuldades legais é o de definir o que é comércio fronteiro e o que é exportação.

Outro problema decorrente da circulação de pessoas na Zona de Fronteira é a sobrecarga nos serviços de saúde e educação gerada pelo fluxo de estrangeiros fronteiriços. Este problema ocorre sempre que existe um diferencial entre os serviços dos dois lados da fronteira. É natural que os cidadãos fronteiriços busquem ser atendidos onde o serviço é melhor, mais barato (ou gratuito), ou ainda quando não existe oferta do seu lado da fronteira. Em termos de infra-estrutura, em particular nas cidades-gêmeas, observa-se frequentemente uma duplicidade desnecessária, nas áreas mais pobres, com escassez de recursos e falta de investimentos, essa situação é ainda mais crítica. Este é o tipo de problema que poderia ser facilmente equacionado, simplesmente aproveitando as sinergias entre infra-estruturas e mercados de ambos lados do limite político.

Estes e outros problemas, descritos a seguir, foram selecionados a partir dos levantamentos de campo e da documentação sobre a fronteira (acordos internacionais, comitês de fronteira existentes, etc.), sendo classificados pelos seguintes temas:

- a) Direitos Humanos, Direitos Políticos, Povos Indígenas, Saúde e Educação (vertente cidadania); e
- b) Circulação de trabalhadores, Trabalho, Comércio, Infra-estrutura e Informação (vertente Desenvolvimento Econômico Integrado).

Os problemas apontados em cada um dos temas relacionados, bem como a consulta ao marco legal vigente que regula cada um deles, subsidiaram a formulação de diretrizes e estratégias apresentadas na Agenda Global proposta.

Os Quadros a seguir apresentam a relação dos problemas identificados, sua abrangência e os atores estratégicos envolvidos.

### III - A Zona de Fronteira: Interações com os Países Vizinhos

CIDADANIA		TEMA	PROBLEMA	ABRANGÊNCIA	ATORES ESTRATÉGICOS
	<b>Direitos Humanos</b>	Vulnerabilidade elevada das populações fronteiriças ao desacato à cidadania e desrespeito aos direitos humanos (trabalho infantil, tráfico de crianças, tráfico de mulheres, violência familiar, etc.)	Cidades-gêmeas, Zona de Fronteira	Min. da Justiça / ONGs de defesa dos Direitos Humanos	
	<b>Direitos Políticos</b>	Em várias sub-regiões da Faixa de Fronteira cidadãos fronteiriços brasileiros são impedidos de votar em eleições municipais e estaduais brasileiras por residirem no lado estrangeiro de cidades-gêmeas	Cidades-gêmeas	Tribunal Superior Eleitoral / Tribunais Regionais Eleitorais do Estados / Min. das Relações Exteriores	
	<b>Povos Indígenas</b>	Incompreensão e desrespeito às diferenças étnicas e culturais dos povos indígenas que vivem na zona de fronteira pela população não-indígena	Zona de Fronteira	Associações de Povos Indígenas / FUNAI / Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas - FEPI, / CREDEN / Min. da Justiça / ONGs Indigenistas e homologos dos países vizinhos.	
	<b>Saúde</b>	Desarticulação das políticas de saúde em municípios fronteiriços em ambos lados da fronteira, referentes ao controle de endemias, à vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental e aos programas de prevenção e imunização. O elevado grau de interação das populações fronteiriças tende a tornar inócuas ações de saúde não integradas.	Zona de Fronteira	Min. da Saúde / Comitês de Fronteira / FUNASA / Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde	
O diferencial da cobertura do atendimento público gratuito gera afluxo populacional para os serviços de saúde no lado brasileiro (gratuito) e sua sobrecarga					
Sobrecarga na rede pública de saúde pelo afluxo de pacientes fronteiriços estrangeiros domiciliados em cidades-gêmeas ou próximas à fronteira					
	<b>Educação</b>	Sobrecarga na rede pública de ensino pelo afluxo de estudantes fronteiriços estrangeiros domiciliados em cidades-gêmeas ou próximas à fronteira	Zona de Fronteira	Conselho Nacional de Educação/ MEC, Min. das Relações Exteriores / Comitês de Fronteira / Mercosul Educacional / Fóruns Mesorregionais / Consórcios Municipais	
Curriculos escolares da rede pública não adaptados às particularidades da zona de fronteira (necessidade de ensino do idioma castelhano)		Cidades-gêmeas			
		Falta de formação específica para professores de cidades-gêmeas			

**QUADRO 13: PROBLEMAS PARA A CIDADANIA NA ZONA DE FRONTEIRA**

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INTEGRADO				
TEMA	PROBLEMAS	ABRANGÊNCIA	ATORES ESTRATÉGICOS	
<b>Circulação de trabalhadores</b>	Presença significativa de trabalhadores fronteiriços em situação irregular (sem permissão de trabalho), sem direitos trabalhistas e sem amparo legal, pelo fato de serem estrangeiros	Cidades-Gêmeas	Min. do Trabalho / Min. da Justiça / Min. das Relações Exteriores / Comitês de Fronteira / Sindicatos / Associações Profissionais e seus homólogos dos países vizinhos	
	Falta de profissionais nacionais qualificados nos municípios da faixa de fronteira obriga a contratações de estrangeiros mesmo que de forma irregular (caso dos médicos peruanos na fronteira amazônica)	Zona de Fronteira	Min. do Trabalho / Min. da Justiça / Min. das Relações Exteriores / Comitês de Fronteira / Sindicatos / Conselhos Profissionais e seus homólogos dos países vizinhos	
	Proibição do exercício da profissão de profissionais domiciliados na faixa de fronteira graduados em universidades estrangeiras da zona de fronteira	Cidades-gêmeas	Min. da Educação / Min. do Trabalho / Min. das Relações Exteriores/ Comitês de Fronteira / Mercosul Educacional / Sindicatos / Conselhos Profissionais e seus homólogos dos países vizinhos	
	Restrições à circulação de veículos de estrangeiros nas cidades-gêmeas, mesmo sendo de moradores fronteiriços	Cidades-gêmeas	Detrans Estaduais e seus homólogos nos países vizinhos	
	Falta de dinamismo e empregos nas economias locais		Empresariado Local / Regional / Nacional / Governo Federal / Prefeituras de países lideiros na Zona de Fronteira	
	Falta de empreendedorismo dos agentes locais	Zona de Fronteira	Sistema "S"/ Universidades / ONGs	
<b>Trabalho</b>	Baixa qualificação dos trabalhadores locais			

QUADRO 14: PROBLEMAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INTEGRADO NA ZONA DE FRONTEIRA

### III - A Zona de Fronteira: Interações com os Países Vizinhos

TEMA	PROBLEMAS	ABRANGÊNCIA	ATORES ESTRATÉGICO
<b>Comércio</b>	As restrições da vigilância sanitária à comercialização de produtos alimentícios "in natura" voltados para o mercado local e/ou de subsistência nas cidades-gêmeas são aplicadas com maior ou menor rigor ao longo da fronteira	Cidades-gêmeas	ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária / Min. da Saúde) / Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e seus homólogos do país vizinho.
	A redução da cota de isenção de impostos de importação para a compra de produtos em cidades-gêmeas para 150 dólares (mensais), causou forte impacto no comércio das cidades-gêmeas nas ALCS	Cidades-gêmeas	Min. da Fazenda / Receita Federal / Min. da Fazenda / SAIN / Min. do Desenvolvimento da Ind. e Com. Exterior/ SECEX/ CAMEX / Comitês de Fronteira
	As Áreas de Livre Comércio existentes não estão funcionando devido a: a) o rebaixamento do limite de compras para 150 dólares; b) o câmbio desfavorável	Cidades-gêmeas onde estão situadas as ALCS	Receita Federal / SUFRAMA
<b>Infra-estrutura</b>	Energia-elétrica: duplicação de recursos em investimentos "desconectados" em cidades-gêmeas	Cidades-gêmeas	MME / CNPE / ANEEL / Eletrobrás / Concessionárias Estaduais e suas homólogas nos países vizinhos
	Telefonia: o serviço de telefonia intra-urbano em cidades-gêmeas ainda é tarifado como internacional encarecendo as ligações mesmo sendo de curta distância	Cidades-gêmeas	Min. das Comunicações ANATEL, Concessionárias e suas homólogas nos países vizinhos
	Falta de conexão viária entre cidades e localidades da zona de fronteira	Zona de Fronteira	Min. dos Transportes / DNIT / Min. das Relações Exteriores / Comitês de Fronteira / BNDES / BID / CAF / FUNPLATA
<b>Informação</b>	Problemas de saneamento em cidades-gêmeas	Cidades-gêmeas	Prefeituras / Comitês de Fronteira / Min. das Cidades e homólogos dos países vizinhos
	Falta de informação sobre a zona de fronteira	Zona de Fronteira	Comitês de Fronteira Min. da Ciência e Tecnologia / Min. das Comunicações / Min. das Relações Exteriores / IBGE

QUADRO 14: PROBLEMAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INTEGRADO NA ZONA DE FRONTEIRA (CONT.)

## IV – AVALIAÇÃO DO MARCO LEGAL

### A. LEGISLAÇÃO VIGENTE

O marco jurídico-institucional que trata das áreas de fronteira sofreu ao longo dos anos modificações, em parte para adaptar-se a novas realidades e em parte por mudanças de orientação das políticas públicas.

Numa perspectiva histórica, os países limítrofes da América do Sul aplicaram regimes específicos para suas áreas de fronteira, geralmente qualificadas como “zonas ou faixas de segurança”, cujos critérios restritivos inibiram e restringiram a implementação de projetos de integração localizados nessas zonas ou faixas.

O Brasil também seguiu esse padrão, a fronteira sendo concebida como área de segurança nacional a ser protegida de inimigos externos. Só recentemente passou-se a pensar a zona de fronteira como espaço de integração econômica e política entre as nações sul-americanas, fato este, provavelmente ligado à recuperação do regime democrático no continente, após longo período de ditaduras. Assim, o momento atual pode ser caracterizado como um momento de passagem de uma concepção de fronteira exclusivamente de defesa de limites territoriais, rígida e isolante, para uma “concepção de aproximação, união e abertura num espaço integrador sobre o qual se devem orientar as estratégias de desenvolvimento através de ações conjuntas entre países vizinhos”.

Nesse novo contexto, o marco regulatório da Faixa de Fronteira está sendo reavaliado, embora permaneça ainda a concepção de área de “segurança, controle e proteção”. Projetos de lei e novos acordos estão surgindo, ligados à integração fronteiriça, à cidadania e ao desenvolvimento econômico, como será visto mais adiante. A faixa de fronteira está sendo finalmente chamada a desempenhar um papel ativo nas relações entre países limítrofes.

A primeira vez no Brasil em que a Faixa de Fronteira foi definida como área geográfica com regime jurídico particular foi no final do século XIX, pela Lei 601, de 18 de setembro de 1890, que reservou uma faixa 10 léguas (66 km), ao longo do *limite do Território Nacional*, cujas terras devolutas poderiam ser concedidas pela União. Um ano depois, a primeira Constituição republicana brasileira delegava aos Estados o poder sobre essas terras situadas nos respectivos territórios, cabendo à União somente a porção indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas-de-ferro federais.

Na década de 1930, a Faixa de Fronteira foi sendo sucessivamente ampliada de 66 km para 100 km, e depois para 150 km (Constituições de 1934 e 1937, respectivamente). O poder de concessão de terras ou de vias de comunicação na Faixa

passava para o *Conselho de Segurança Nacional* (órgão equivalente ao atual “Conselho de Defesa Nacional”), responsável também por garantir o predomínio de capitais e trabalhadores nacionais na fronteira.

Em 1955, a Lei 2.597 define as zonas indispensáveis à defesa nacional, mantendo entre elas a Faixa de Fronteira de 150 km, como zona de segurança e estabelece que a União aplique anualmente 60% de sua arrecadação [na faixa], especificamente em viação e obras públicas; ensino, educação e saúde e desenvolvimento da lavoura e da pecuária. Para obter os recursos, as prefeituras deveriam submeter planos à Comissão Especial da Faixa de Fronteira (CEFF) que, por sua vez, deveria solicitar que esses recursos fossem previstos no Orçamento da União, concorrendo com 50% do custo das obras realizadas. O auxílio financeiro seria concedido para realização de pequenas intervenções locais, mas seu propósito político era mais ambicioso: proporcionar condições mínimas de sobrevivência às populações fronteiriças, fixar o homem à terra, impedindo o êxodo rural para os grandes centros, difundir o sentimento de brasilidade abalado pela ausência do poder público nos pontos mais remotos do território nacional, e reduzir as desvantagens em relação às outras populações lindeiras. Assim criava-se o embrião do Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira - PAFMFF, institucionalizado posteriormente pela Lei 6.634/79.

Os principais instrumentos legais que definem e regulamentam a ocupação da faixa de fronteira são, até hoje, **a Lei 6.634, de 2 de maio de 1979** e o **Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980**, que considera a Faixa de Fronteira como área indispensável à Segurança Nacional. Um polígono foi definido a partir da linha limítrofe do território nacional, numa largura de 150 km, estabelecendo-se uma série de restrições ao uso da terra e a realização de uma série de atividades na Faixa.

Segundo esses instrumentos legais, os seguintes atos deverão obter o consentimento prévio da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional:

- a) alienação e concessão de terras públicas;
- b) abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens;
- c) construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso;
- d) estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional;
- e) instalação de empresas que se dedicarem às seguintes atividades: pesquisa e lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles de imediata aplicação na construção civil, assim classificados no Código de Mineração;



- f) colonização e loteamento rurais;
- g) transações com imóvel rural que impliquem a obtenção, por estrangeiro, do domínio, da posse ou de qualquer direito real sobre o imóvel;
- h) participação, a qualquer título, de estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, em pessoa jurídica que seja titular de direito sobre imóvel rural.

As empresas que se dedicarem às indústrias ou atividades citadas anteriormente deverão obrigatoriamente satisfazer às seguintes condições:

- a) pelo menos 51% do capital pertencente a brasileiros;
- b) mínimo de 2/3 de trabalhadores brasileiros;
- c) administrada ou gerenciada por brasileiros em maioria.
- d) no caso de pessoa física ou empresa individual, só brasileiro será permitido o estabelecimento ou exploração das indústrias referidas; e
- e) alienação e concessão de terras públicas, na Faixa de Fronteira, não poderão exceder 3.000 ha.

Na Constituição de 1988 a Faixa de Fronteira aparece em quatro artigos, sem maiores alterações no estabelecido pela lei anterior. O artigo 20 reforça que as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras são bens da União; o artigo 21 mantém como competência da União não só executar os serviços de polícia de fronteira, como também a exploração direta ou mediante autorização, concessão ou permissão, dos serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais. O artigo 91 delega ao Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do Presidente da República, a tarefa de “propor critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas como a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo”. Posteriormente, a Lei 8.183 de 11 de abril de 1991 regulamenta o parágrafo 1º do artigo 91 da Constituição de 1988. O artigo 176 estabelece condições específicas para a pesquisa e exploração dos recursos minerais do subsolo quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira e condiciona sua realização à autorização ou concessão da União.

Cabe mencionar ainda que, simultaneamente à Assembléia Constituinte foi criada o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental - o PROFFAO. Pouco divulgado, este Programa se preocupava com projetos de proteção das terras indígenas e como a conservação ambiental na fronteira, mas quase nada saiu do papel.

Desde 2000, a Faixa de Fronteira e seu desenvolvimento estão a cargo da **Secretaria de Programas Regionais** do **Ministério da Integração Nacional** através do *Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*.

### **Regulamentação recente sobre a Faixa de Fronteira**

Levantamento realizado sobre leis, medidas provisórias, decretos-lei e decretos referentes à fronteira e a faixa de fronteira apontam para temas relacionados à segurança, proteção e controle de fronteiras, porém já se percebe um crescente número de temas ligados à integração e à cidadania.

O Quadro 15 apresenta a legislação vigente sobre a fronteira aprovada no Senado no período 1980 a 2003. A data inicial do período é a da aprovação da Lei 6.634 de 2 de maio de 1979 (a principal peça jurídica do arcabouço da legislação sobre a Faixa de Fronteira). A legislação vigente, composta por Leis, Decretos Legislativos (DLG), Decretos-Lei do Congresso (DLN) e Decretos, foi classificada por data de aprovação, tema e área de abrangência. Os temas foram divididos em: *Institucional* (militar e civil), *Desenvolvimento Econômico* (infra-estrutura, vigilância sanitária de fronteira, fundiário), *Ambiente* e *Cidadania*.

No período em questão foram aprovados pelo Senado 39 Leis e Decretos de diversos tipos, com referência à fronteira brasileira. Deste total, onze (um terço) correspondem à aprovação de Acordos Internacionais, com países fronteiriços ao Brasil.

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

DESCRIÇÃO	Nº Legislação	DATA	TEMA	ABRANGÊNCIA
1 - Prorroga o prazo referente à ratificação das concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em Faixa de Fronteira	Lei - 010787	25/11/2003	fundiário	nacional
2 - Acordo de 2002 entre Brasil e Uruguai para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguayos	DLG-000907	21/11/2003	cidadania	regional binacional
3 - Adoção da Convenção de Basileia sobre o controle do movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e seu depósito.	DEC-004581	27/11/2003	infra-estrutura	nacional
4 - Regulamentos Aduaneiros (alterado pelo DEC-4765, de 24/6/2003)	DEC-004543	26/12/2002	institucional	nacional
5 - Construções de trechos rodoviários no Corredor Fronteira Norte - BR-432/RR - entr. BR-401 - Cantá - Novo Paraíso - entr. BR-174/BR-210.	DLN - 000058	7/11/2002	infra-estrutura	regional
6 - Programa Grande Fronteira do Mercosul	Lei - 010466	29/5/2002	des. econômico	regional
7 - Construção de anel rodoviário no Corredor Fronteira Norte - Br-364/AC - em Rio Branco.	DLN - 000006	29/4/2002	infra-estrutura	regional
8 - Prorroga o prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira	Lei - 010363	28/12/2001	fundiário	nacional
9 - Prorroga o prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira	Lei - 010164	27/12/2000	fundiário	nacional
10 - Libera verbas construção trechos rodoviários na fronteira do Corredor Fronteira Norte - BR-364/AC	DLN-000002	29/6/2000	infra-estrutura	regional
11 - Construções de trechos rodoviários no Corredor Fronteira Norte - BR-317/AC - Brasília - Assis Brasil, listado no quadro iii anexo à Lei 9.969, de 11 de maio de 2000.	DLN - 000003	29/6/2000	infra-estrutura	regional
12 - Construções de trechos rodoviários no Corredor Sudoeste/BR - 070/MT- Cáceres - fronteira com a Bolívia, constante do quadro iii da Lei 9.969, de 11 de maio de 2000.	DLN - 000004	29/6/2000	infra-estrutura	regional
13 - Acordo de 1997 entre a Brasil e Argentina para Centro Único de Fronteira São Borja - Santo Tomé	DEC-003467	17/5/2000	institucional	local binacional
14 - Acordo de 1985 entre Brasil e Colômbia sobre sanidade animal em áreas de fronteira	DEC-003422	20/4/2000	vig. sanitária	regional binacional
15 - Cria Comissão interministerial para harmonização das atividades de inspeção e fiscalização nos portos, aeroportos e postos de fronteira.	DEC-000000	11/2/2000	institucional	nacional
16 - Renova a concessão da Radio Difusora Fronteira Ltda, na cidade de Arroio Grande/RS	DEC-000000	25/11/2000	infra-estrutura	local
17 - Estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados na Faixa de Fronteira	Lei - 009871	23/11/1999	fundiário	nacional
18 - Acordo de 1997 para criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, entre o Brasil e Argentina.	DEC-003078	1/6/1999	des. econômico	regional binacional

QUADRO 15: LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE A FRONTEIRA APROVADA NO SENADO NO PERÍODO 1980/2003

DESCRIÇÃO	Nº Legislação	DATA	TEMA	ABRANGÊNCIA
19 - Promulga Convênio de 1990, para a preservação, conservação e fiscalização dos recursos naturais nas áreas de fronteira, entre Brasil e Bolívia.	DEC-003026	13/4/1999	ambiente	regional binacional
20 - Inclui no Plano de Viação o prolongamento da BR-282 entre São Miguel D'Oeste/SC e a ponte sobre o Rio Peperiguaçu na divisa com a Argentina (Provincia de Misiones).	Lei - 009078	11/7/1995	infra-estrutura	regional
21 - Acordo de 1993 sobre Sanidade Vegetal em zonas fronteiriças e de intercâmbio de seus vegetais e produtos derivados, entre Brasil e Colômbia.	DLG-000078	09/5/1995	Vig. sanitária	regional binacional
22 - Aprova o regulamento do Conselho de Defesa Nacional.	DEC-000893	12/8/1993	institucional	nacional
23 - Promulga o texto da convenção sobre o controle de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e seu depósito.	DEC-000875	19/7/1993	segurança	nacional
24 - Regulamenta a Lei 8.210, de 19 de julho de 1991, que cria a ALC de Guajará-Mirim/RO	DEC-000843	23/6/1993	des. Econômico	local
25 - Cria a Área de Livre Comercio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia	Lei - 008210	19/7/1991	des. Econômico	local
26 - Cria Área de Livre Comercio no município de Tabatinga, no Estado do Amazonas	Lei - 007965	22/12/1989	des. Econômico	local
27 - Promulga o acordo para o estabelecimento de uma zona <i>non-aedificandi</i> na fronteira, entre Brasil e Venezuela.	DEC-098452	30/11/1989	fundário	regional binacional
28 - Estabelece de procedimentos especiais no despacho aduaneiro, em situações excepcionais.	DEC-097053	7/11/1988	institucional	nacional
29 - Dispõe sobre o registro provisório de estrangeiros em situação ilegal no território nacional	DEC-096998	18/10/1988	cidadania	nacional
30 - Autoriza a união a transferir, a título gratuito, a estados e territórios, terras públicas a ela pertencentes, localizadas na Faixa de Fronteira.	DEC-096084	23/5/1988	fundário	nacional
31 - Convênio sobre transporte terrestre fronteira de carga entre o Brasil e a Venezuela.	DEC-089327	25/1/1984	infra-estrutura	regional binacional
32 - Acordo de 1980, estabelecimento de área <i>non aedificandi</i> na faixa fronteira entre Brasil e Paraguai	DEC-088589	2/8/1983	fundário	regional binacional
33 - Acordo sobre sanidade animal em áreas de fronteira, entre Brasil e Argentina.	DEC-088442	29/6/1983	vig. sanitária	regional binacional
34 - Autoriza o poder executivo a instituir a Fundação Universidade da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul	Lei - 006951	6/11/1981	cidadania	local
35 - Acordo entre Brasil e Venezuela sobre sanidade animal em áreas de fronteira entre os países.	DEC-086483	16/10/1981	vig. sanitária animal	regional binacional
36 - Altera Decreto-Lei 1.414, de 18/8/1975 sobre concessões e alienação de terras devolutas na Faixa de Fronteira, estabelecendo a competência do INCRA.	Lei - 006925	29/06/1981	fundário	nacional
37 - Cria Comando Militar de Fronteira do Amapá.	DEC-085300	27/10/1980	institucional militar	local
38 - Cria 3º Batalhão Especial de Fronteira com sede em Macapá	DEC-085299	27/10/1980	institucional militar	local
39 - Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, alterando o Decreto-Lei 1.135, de 3/12/1970 (regulamentada pelo decreto 85.064, de 26 de outubro de 1980).	Lei - 006634	2/5/1979	institucional (lei da fronteira)	nacional

QUADRO 15: LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE A FRONTEIRA APROVADA NO SENADO NO PERÍODO 1980/2003 (CONT.)

Das onze leis aprovadas sobre temas relativos à fronteira, quatro delas, as mais recentes, relacionam-se a temas fundiários, como prorrogações de prazo para as ratificações de concessões e alienação de terras feitas pelos Estados federados na Faixa de Fronteira, prazo este estabelecido pela Lei 9.871, de 23/11/99. Duas leis correspondem à criação das Áreas de Livre Comércio (ALC) de Guajará-Mirim/RO (Lei 8.210, de 19/7/91) e ALC de Tabatinga/AM, (Lei 7.965, de 22/12/89), referindo-se, portanto a temática de desenvolvimento econômico. A Lei 6.951, aprovada em 1981, instituiu a Fundação Universidade da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Percebe-se neste conjunto de leis aprovadas pelo Senado, a preocupação por matérias ligadas à integração fronteiriça (infra-estrutura) e ao desenvolvimento econômico, ainda que os temas relacionados a questões fundiárias predominem no período analisado.

Entre os **Decretos Legislativos (DLG)** votados e aprovados no período destaca-se o DLG-907, de 21/11/2003, que aprova o texto do Acordo entre o Brasil e o Uruguai para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios. Este Decreto estabeleceu um marco no processo da integração fronteiriça brasileira, pelos avanços em termos de reconhecimento da cidadania de fronteira.

Decretos sobre vigilância sanitária de alimentos e de animais em zonas de fronteira também foram aprovados no período, demonstrando uma maior preocupação com a manutenção de padrões sanitários da produção animal brasileira de exportação, sujeita a maior controle internacional.

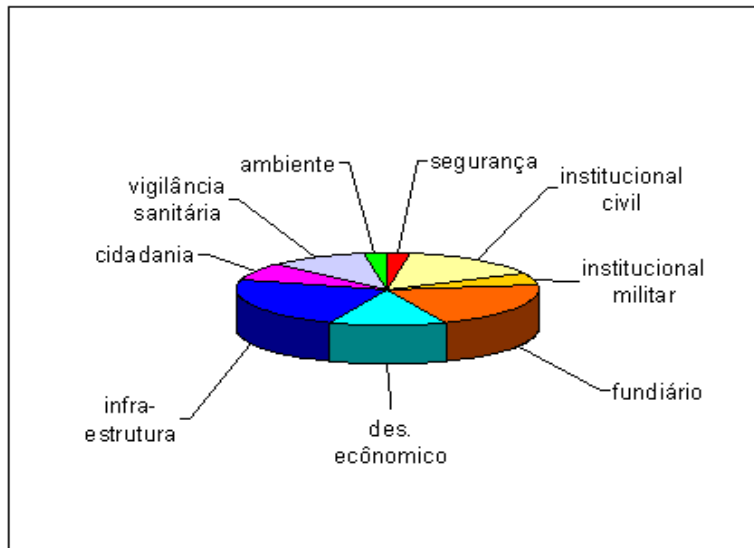
As questões de uso do solo e ordenamento territorial (classificadas como tema fundiário) são tratadas em dois decretos promulgados, referindo-se a criação de áreas *non aedificandi* ao longo da linha do limite fronteiriço (com Venezuela e Paraguai).

Por fim, dois decretos foram aprovados no Senado no período 1980-2003, tratando de questões referentes à integração fronteiriça: a criação de Centro Único de Fronteira nas cidades-gêmeas São Borja (BR)-Santo Tomé (AR), e aprovação da criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Argentina. Em termos de Decretos Legislativos observou-se, portanto, o crescimento de matérias relativas à cidadania fronteiriça e à integração.

Um total de cinco **Decretos-Lei (DLN)** do Congresso Nacional, recentes (depois de 2000), tratam de liberações de verbas para construção de trechos de rodovias na Faixa de Fronteira, com vistas a melhorar a circulação inter e transfronteiriça. Eles beneficiaram os Estados de Roraima, Acre e Mato Grosso do Sul. O primeiro com a construção de trechos rodoviários do Corredor Fronteira-Norte (BR-432/RR, BR-401 e BR-174 e BR-210). O Acre foi beneficiado com a liberação de verbas para a construção do Anel Rodoviário do Corredor Fronteira-Norte (BR-364 em Rio Branco), e trechos da rodovia que liga Assis Brasil a Brasiléia e Rio Branco a Cruzeiro do Sul. Por fim, o

Mato Grosso recebeu a liberação de recursos para o Corredor Sudoeste (BR-070 entre Cáceres e a fronteira da Bolívia).

A Figura 25 resume a legislação vigente (2003) com efeitos na faixa de fronteira, mostrando sua distribuição por temas.



Org. Grupo Retis, UFRJ, 2004.

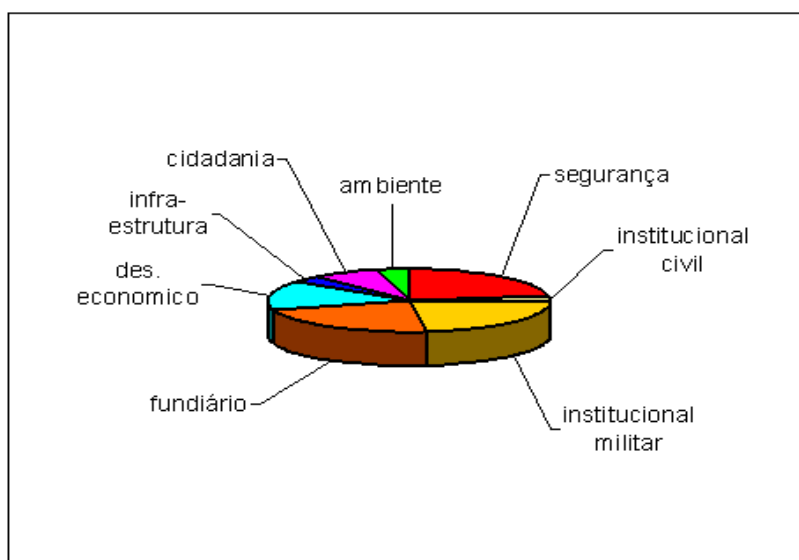
**FIGURA 25 - LEGISLAÇÃO VIGENTE 1980-2003**

As questões institucionais (20%) somadas às questões fundiárias (20%) e de infraestrutura (23%) dominam a legislação. Observa-se, no entanto, que o institucional civil (15%) ultrapassa o institucional militar (5%) e as questões de segurança (3%). Se associado à vigilância sanitária (10%), é possível deduzir a mudança de caráter do que significa o controle e proteção das fronteiras para o Estado brasileiro nas últimas décadas. Por sua vez os interesses comerciais crescentes do Brasil na América do Sul privilegiam questões ligadas à integração e ao desenvolvimento econômico (13%). A legislação relacionada a questões de cidadania (8%) é outro objeto de interesse, embora muitas das leis aprovadas estejam indiretamente associadas às questões de desenvolvimento econômico, seguida pelas questões ambientais (3%).

## **B. LEGISLAÇÃO PROPOSTA**

A situação das proposições apresentadas na Câmara dos Deputados no período mais recente (entre 1999-2003) é a seguinte: num total de 27 proposições, dois terços dizem respeito às questões fundiárias (22%), de segurança (22%) e às atividades militares (22%) na Faixa de Fronteira. Os temas relacionados com o desenvolvimento econômico

(15%), ambiente (4%) e cidadania (7%) respondem por apenas um terço das proposições totais, com redução drástica das proposições referentes à infra-estrutura. Tal distribuição sugere uma nova orientação da política de Estado, iniciada ainda no governo anterior (Figura26).



**FIGURA 26 - PROPOSTA DA CÂMARA AGUARDANDO APROVAÇÃO**

A vigilância sanitária desaparece da pauta legislativa enquanto questões de cidadania permanecem importantes, assim como o ambiente. Mais notáveis são as questões referentes ao controle e proteção do território e da soberania nacional. A ênfase parece se deslocar para questões de segurança e presença expressiva do institucional militar em detrimento do institucional civil. Por conseguinte, as propostas ainda aguardando a aprovação da Câmara de Deputados apontam para a alteração da função constitucional das Forças Armadas, permitindo e incentivando sua atuação em questões de segurança pública. Esta última tendência sugere que a mudança de orientação da política do Estado brasileiro no sentido de privilegiar questões de segurança e de defesa na Faixa de Fronteira constitui uma resposta não só a situação interna do país como à pressões internacionais para as Forças Armadas brasileiras assumirem funções policiais, pressão que se inicia na década de 1990.

A nova orientação pode ser entrevista no Quadro 16, que apresenta o conteúdo e a classificação das proposições que aguardam aprovação da Câmara no período de 1999 a 2003, segundo grupos temáticos.

DESCRIÇÃO	CÓDIGO	ANO	SITUAÇÃO	TEMA
1 – criação da Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul	INC-723	2003	Aguardando	CIDADANIA (EDUCAÇÃO)
2 - transferências de terras da União para o Estado de Roraima	INC-789	2003	Aguardando	FUNDIÁRIO
3 - disposição sobre convalidação de alienações de terras procedidas pelos Estados federados de fronteira	PEC-58	2003	Pronta para pauta	FUNDIÁRIO
4 – demarcação de terras indígenas na área de fronteira	RIC-516	2003	Regime de urgência	FUNDIÁRIO
5 - situação fundiária em Roraima	RIC-896	2003	Regime de urgência	FUNDIÁRIO
6 - implantação de pelotão de fronteira em Marechal Thaumaturgo/AC	INC-499	2003	Aguardando	INSTITUCIONAL MILITAR
7 - criação de pelotão de fronteira em Marechal Thaumaturgo/AC	INC-618	2003	Aguardando	INSTITUCIONAL MILITAR
8 - disposições sobre a ida de policiais federais para as áreas de fronteira do Brasil	INC-263	2003	Aguardando	SEGURANÇA
9 – criação de subcomissão para acompanhamento ações do narcotráfico na tríplice fronteira (Foz do Iguçu/PR)	REC-19	2003	Pronta para pauta	SEGURANÇA
10 - aprovação de texto da convenção contra o terrorismo	PDC-632	2003	Regime de urgência	SEGURANÇA
11 - liberação de comércio fronteiriço com o Uruguai	INC-3282	2002	Regime de urgência	DES. ECONOMICO
12 - combate ao tráfico de drogas pelas Forças Armadas na Faixa de Fronteira	PLP-281	2002	Aguardando	INSTITUCIONAL MILITAR
13 - investigação do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para prostituição na fronteira (Estado do Amazonas)	INC-3422	2002	Regime de urgência	SEGURANÇA
14 - incentivo ao turismo internacional na fronteira	INC-1486	2001	Aguardando	DES. ECONOMICO
15 - sugestão de abertura permanente do posto de fronteira no Marco BV-8 - Brasil/Venezuela	INC-1587	2001	Aguardando	INSTITUCIONAL
16 - controle de veículos particulares de outros países nas fronteiras do Brasil	INC-792	2000	Aguardando	CIDADANIA (MOBILIDADE)
17 - construção UTE à gás em Puerto Suarez - Bolívia e Corumbá - Brasil	MSC-1814	2000	Aguardando	INFRA-ESTRUTURA
18 - Programa de transferência para a Faixa de Fronteira de grandes unidades das Forças Armadas	INC-957	2000	Aguardando	INSTITUCIONAL MILITAR
19 - inclusão na Constituição Federal, entre as missões das forças armadas, a guarda, o patrulhamento e a vigilância da Faixa de Fronteira.	PEC-199	2000	Tramitando	INSTITUCIONAL MILITAR
20 – restituição de veículos roubados na fronteira com a Bolívia	INC-819	2000	Aguardando	SEGURANÇA
21 - instalação de Delegacia da Polícia Federal no município Umuarama/PR na Faixa de Fronteira	INC-936	2000	Aguardando	SEGURANÇA

QUADRO 16 – LEGISLAÇÃO/PROPOSIÇÕES AGUARDANDO NA CÂMARA



## Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

---

DESCRIÇÃO	CÓDIGO	ANO	SITUAÇÃO	TEMA
22 - Acordo de conservação da fauna aquática nos rios limítrofes entre Brasil e Paraguai	MSC-1136	1999	Aguardando	AMBIENTE
23 – criação da Área de Livre Comércio em Oiapoque/AP	PL-1504	1999	Aguardando	DES. ECONOMICO
24 - Acordo entre países do Mercosul para pesca durante a piracema	INC-123	1999	Aguardando	DES. ECONOMICO
25 – alteração da Lei de concessão de terras na Faixa (fronteira do Rio Grande do Sul)	INC-678	1999	Aguardando	FUNDIÁRIO
26 - alterações do prazo de ratificação de concessões e alienações terras na Faixa	PL-2158	1999	Aguardando	FUNDIÁRIO
27 - autorização para as Forças Armadas atuarem na área de segurança pública, podendo fazer o policiamento da Faixa de Fronteira	PEC-144	1999	Aguardando	INSTITUCIONAL MILITAR

Org. Grupo Retis, UFRJ, 2004

Legenda dos Códigos: MSC - Mensagem; INC/ Indicação; PL - Projeto de Lei; PEC - Proposta de Emenda à Constituição; RIC - Requerimento de Informação; REC - Recurso.

Fonte: <<http://www.camara.gov.br>> acessado 20 de fevereiro de 2004.

### QUADRO 16 – LEGISLAÇÃO/PROPOSIÇÕES AGUARDANDO NA CÂMARA (CONT.)

### **C. ACORDOS BILATERAIS**

A partir de uma série de acordos bilaterais o Brasil vem estabelecendo as bases jurídicas para o aperfeiçoamento das relações com os países vizinhos na zona de fronteira, no sentido de promover uma maior integração econômica e social e o desenvolvimento da região.

Os acordos bilaterais mostram que a política governamental para as regiões de fronteira tem privilegiado negociações com cada país, em lugar de criar normas gerais que regulam as interações na Faixa de Fronteira como um todo. Efetivamente, a análise dos acordos legislativos entre o Brasil e os países limítrofes evidencia como a política externa do país, fundamental para o desenvolvimento da Faixa de Fronteira, vem sendo feita de forma segmentada. Analisando os temas preferenciais para o estabelecimento de acordos, observa-se que existem acordos com temáticas mais abrangentes, que envolvem o conjunto do Estado brasileiro, e acordos mais específicos, restritos a regiões particulares da fronteira.

Um dos objetivos desta análise é apontar os acordos bilaterais com possibilidade de extensão para toda a Faixa de Fronteira e os acordos que são tão específicos que devem permanecer limitados a alguns países. Em termos das escalas de abrangência e incidência territorial dos diferentes acordos é possível identificar acordos de âmbito local com possibilidade de serem ampliados para toda a Faixa de Fronteira, contribuindo para a construção de uma agenda institucional capaz de estimular o desenvolvimento econômico regional através de ações transfronteiriças. Consideram-se como ações transfronteiriças, ações de desenvolvimento regional que incluem ou dependem dos países vizinhos.

O Quadro 17 apresenta os acordos bilaterais estabelecidos entre o Brasil e os países limítrofes, registrados pelo Ministério de Relações Exteriores (2003) e que ainda estão em vigor.

Países	Total	Extensão da Linha Divisória (km)	% Brasil
<b>Arco Sul</b>	<b>563</b>		
Argentina	183	1.263	5,47
Uruguai	150	1.003	4,34
Bolívia	132	3.126	13,54
Paraguai	98	1.339	5,8
<b>Arco Norte</b>	<b>335</b>		
Peru	89	2.995	12,08
Guiana Francesa	78	665	2,84
Colômbia	67	1.644	7,12
Venezuela	56	1.495	6,47
Guiana	31	1.606	6,96
Suriname	14	593	2,57

Fonte: Ministério das Relações Exteriores 2003

Organização: Grupo Retis de Pesquisa

#### QUADRO 17: DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DOS ACORDOS BILATERAIS DO BRASIL COM OS PAÍSES LIMÍTROFES

A distribuição geográfica dos acordos bilaterais evidencia o tratamento diferenciado das interações transfronteiriças no Arco Norte e no Arco Sul. O maior número de acordos bilaterais com os países limítrofes ao Arco Sul (563 acordos) e menor com os países limítrofes ao Arco Norte (335) reflete não só o desequilíbrio econômico das duas regiões fronteiriças como os diferentes graus de interações com os países vizinhos.

Observa-se também que o número de acordos bilaterais não apresenta uma relação direta com a extensão da linha divisória. A Bolívia, por exemplo, que compartilha a maior extensão na linha divisória com o Brasil, se encontra atrás da Argentina e o do Uruguai em número de acordos bilaterais, devido à densidade de povoamento e maior dinamismo da zona de fronteira com os dois últimos países.

#### C-1 Temática dos Acordos Bilaterais

As temáticas mais abordadas nos acordos bilaterais entre o Brasil e países limítrofes referem-se a cooperações técnicas e científicas entre países e os acordos comerciais e de infra-estrutura, estes últimos de grande importância para o desenvolvimento da Faixa de Fronteira (Quadro 18). Entretanto, a maioria destes acordos não se refere especificamente à questões das regiões de fronteira, e sim a questões gerais entre os países signatários.

<b>Temas dos Acordos Bilaterais</b>	<b>Número</b>
Acordos de cooperação técnica e científica	135
Acordos comerciais	124
Acordos de comunicação e cultura	78
Energia	58
Acordo para criação de comissões, comitês e grupos de trabalho bilaterais.	51
Demarcação de fronteira	49
Acordos relativos à extradição, passaporte e outras questões relacionadas com o consulado.	46
Transportes	39
Acordos de paz, aliança, cooperação e amizade.	37
Acordos para execução de obras específicas	33
Saúde	32
Acordos de cooperação em matéria de defesa	30
Tratados sobre comércio e navegação fluvial	26
Acordos sobre comércio e tráfego aéreo	25
Acordos financeiros para fixação e liquidação de dívidas e regulamentação de operações de câmbio	24
Circulação na fronteira	21
Meio Ambiente	20
Combate ao narcotráfico e terrorismo	16
Acordos relativos ao Turismo	16
Acordos de cooperação no campo da assistência social e educação	14
Vigilância Sanitária	11
Acordos relacionados diretamente ao desenvolvimento das Regiões de Fronteira	7

Fonte: Ministério das Relações Exteriores  
Organização: Grupo Retis de Pesquisa

#### **QUADRO 18: DISTRIBUIÇÃO TEMÁTICA DOS ACORDOS BILATERAIS DO BRASIL COM OS PAÍSES LIMÍTROFES**

Os acordos bilaterais de âmbito geral que incidem sobre as relações com todos os países limítrofes são menos numerosos, como esperado, abrangendo temas como a demarcação de fronteiras, intercâmbios culturais, vistos diplomáticos, transportes aéreos, tráfico de drogas, amizade e cooperação, cooperação científica e técnica, e criação de comissões mistas com objetivos diversos. A maioria dos acordos, no entanto, é estabelecida apenas com alguns países, evidenciando a heterogeneidade das interações ao longo da Faixa de Fronteira e a diversidade de interesses dos países signatários.

A despeito de se reconhecer que número de acordos não é prova da importância ou abrangência geográfica do seu conteúdo, a distribuição temática permite identificar os temas que tem exigido maior esforço diplomático.

A análise dos principais itens dos acordos bilaterais (Quadro 18) evidencia uma forte tendência de concentração na temática do **desenvolvimento econômico** (39%).

Nessa categoria foram classificados itens como cooperação técnica e científica, comércio, comércio e navegação fluvial, comércio e tráfego aéreo, acordos financeiros para fixação e liquidação de dívidas e regulamentação de operações de câmbio e acordos relativos ao turismo. Merece ser destacado o item cooperação técnica científica, por concentrar a maior parte dos acordos bilaterais.

A cooperação técnica e científica pode ser caracterizada como um nome “guarda chuva”. O Brasil estabeleceu acordos desta natureza com todos os países limítrofes, porém com objetivos diferentes em cada caso. Um exemplo é o acordo de cooperação científica e técnica para atividades na área da biotecnologia, assinados somente com a Argentina e o Uruguai (em vigor desde 30/11/1985 e 22/8/1996, respectivamente). Outro exemplo são os acordos para a implementação de projeto para capacitação e transferência de tecnologia, restrito ao cultivo do palmito (*Bactris gasipaes*) na região do Chapare (Bolívia), e assinado somente com o país vizinho (em vigor desde 15/11/2001). Mesmo englobando aspectos e países diferentes, de modo geral a cooperação técnica e científica deve ser considerada como componente do desenvolvimento econômico regional.

Os acordos relacionados à **cidadania** (22%) também apresentam relativo destaque. São assim considerados, os acordos sobre comunicação e cultura, criação de comissões, comitês e grupos de trabalho bilaterais, extradição de estrangeiros, passaporte e outras questões consulares, acordos relativos à saúde, circulação na fronteira ou a cooperação no campo da assistência social e educação. No caso da comunicação e cultura, os acordos abrangem questões variadas, desde meios de comunicação ou intercâmbios culturais até co-produções cinematográficas.

Outro grande tema é o da **segurança nacional** (20%), caso dos acordos relativos à demarcação de fronteira, paz, aliança, cooperação e amizade, acordos de cooperação em matéria de defesa e acordos de combate ao narcotráfico e ao terrorismo. Já acordos relativos à energia, transporte e execução de obras específicas podem ser agrupados como **infra-estrutura** (14,5 %), com pouca expressão no conjunto de acordos bilaterais.

Como **qualidade de vida** (3,5%) se agrupam os acordos sobre meio ambiente e vigilância sanitária. Embora pouco expressivo em termos numéricos, são extremamente importantes para a Faixa de Fronteira, principalmente na Amazônia e no Pantanal.

Pouco destaque tem os acordos relacionados diretamente ao **desenvolvimento da região de fronteira** (1%). Mesmo sendo um tema relativo ao desenvolvimento econômico, estes acordos foram destacados dos outros, pois refletem as intenções dos Governos Nacionais em subsidiar políticas públicas específicas para o desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Os acordos deste item foram majoritariamente estabelecidos com o Uruguai e a Argentina, buscando estimular o desenvolvimento de zonas fronteiriças com trocas já consolidadas. O acordo para o desenvolvimento conjunto de zonas

fronteiriças assinado entre o Brasil e o Uruguai (em vigor desde 14/12/1989) é um exemplo deste tema.

### **C-2 Grupos temáticos e países signatários dos acordos bilaterais**

Os temas mais frequentemente objeto de acordos diplomáticos variam segundo o país. Abaixo quatro grupos temáticos são propostos, a partir de uma reclassificação dos acordos e a exclusão de alguns, tendo como referencia os acordos especificamente voltados para a faixa e zona de fronteira:

- **Grupo A** - Cidadania na Fronteira
- **Grupo B** - Desenvolvimento Econômico Regional
- **Grupo C** - Aliança e Cooperação
- **Grupo D** - Criação de Comissões.

Embora relacionado a questões estratégico-militares o combate ao narcotráfico foi incluído no rol das questões vinculadas ao desenvolvimento econômico regional. Isso porque trabalhos anteriores do Grupo Retis evidenciaram como o tráfico pode ter laços estreitos com a economia urbana e regional. A presença do tráfico pode tanto estimular a economia urbana com o investimento de seus lucros em atividades legais (caso de várias aglomerações de Rondônia), como pode espantar investimentos legais de maior porte (caso de Coronel Sapucaia em Mato Grosso do Sul). Desta forma incluiu-se o combate ao narcotráfico como uma ação intimamente associada ao desenvolvimento regional.

Foi excluído o tema da demarcação de fronteiras e limites, pois remete a processos já concluídos e finalizados. Foram excluídos também acordos relativos à cooperação em matéria de defesa, que não se relacionam diretamente com o desenvolvimento econômico da população fronteiriça.

#### ***Grupo A - Cidadania na Fronteira***

O grupo **A** engloba importantes questões fronteiriças como reconhecimento de diplomas, direito ao voto de brasileiros residentes no país limítrofe, questões relativas à qualidade de vida como saúde, educação e saneamento. Também direitos da população fronteiriça (direitos indígenas, assentados e cidadãos comuns), além de questões específicas relativas a cidades-gêmeas, (obras compartilhadas) podem ser classificados neste grupo.

#### ***Grupo B - Desenvolvimento Econômico Regional***

O grupo **B** incorpora acordos com efeitos diretos ou indiretos nos processos de desenvolvimento econômico regional fronteiriço, como circulação de trabalhadores, infra-

estrutura (redes de energia, comunicação), coordenação das legislações trabalhistas entre o Brasil e países limítrofes, investimento do Governo Brasileiro nestes países, criação de mecanismos legais para a conversão monetária para facilitar o comércio, entre outros.

### ***Grupo C - Aliança e Cooperação***

O grupo C abrange os acordos e tratados de aliança e cooperação entre os países, que jamais são feitos em uma escala diferente da nacional. Este grupo incorpora os tratados diplomáticos de cooperação e paz, não apresentando uma quantidade muito expressiva de acordos bilaterais.

### ***Grupo D - Comissões Bilaterais***

O grupo D refere-se aos acordos bilaterais direcionados à criação de comissões, comitês ou grupos de trabalhos mistos. Este grupo também apresenta uma quantidade relativamente reduzida de acordos.

A Quadro 19, a seguir, mostra a quantidade de acordos bilaterais classificados pelos grupos acima definidos, e por país.

Grupos Temáticos	Guiana F.	Suriname	Guiana	Venezuela	Colômbia	Peru	Bolívia	Paraguai	Argentina	Uruguai	Total
A	18	3	9	23	19	24	26	21	35	40	218
B	46	10	16	19	40	48	89	55	112	72	507
C	1	0	1	5	1	3	1	5	13	4	34
D	1	1	4	2	2	8	10	8	12	20	68
<b>Total</b>	66	14	30	49	62	83	126	89	172	136	827

Fonte: Ministério das Relações Exteriores

Organização: Grupo Retis de Pesquisa, 2004.

### **QUADRO 19: DISTRIBUIÇÃO DOS ACORDOS BILATERAIS ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES LIMÍTROFES, SEGUNDO GRUPOS TEMÁTICOS SELECIONADOS**

Observa-se que é no Grupo B (Desenvolvimento Econômico Regional) a concentração da maioria dos acordos bilaterais, com a exceção da Venezuela, destacando-se no grupo a Argentina, a Bolívia e o Uruguai. Somam mais de 50% dos acordos do Grupo A (Cidadania), fato que já havia sido observado na classificação anterior (Quadro 18). Os acordos referentes à cidadania são mais numerosos com os mesmos países, sendo surpreendente o quarto lugar do Paraguai, tendo em vista a importância dos movimentos migratórios e interações transfronteiriças com o Brasil. Os demais grupos, C e D, não se destacam, sendo os acordos para a criação de comissões e comitês bilaterais (grupo D) mais frequentes, principalmente com o Uruguai.

### **C-3 Acordos Bilaterais e Tipos de Interação Fronteiriça entre o Brasil e os Países Limítrofes**

A natureza e a intensidade da interação na faixa de fronteira exercem forte influência na elaboração dos acordos bilaterais, levando o Brasil a privilegiar certos trechos da Faixa e determinados países. A hipótese é de que o *tipo* predominante de interação fronteiriça pode influenciar no conteúdo e na quantidade dos acordos bilaterais.

Uma tipologia das interações fronteiriças ao longo de toda a Faixa de Fronteira brasileira foi estabelecida (ver capítulo Zona de Fronteira), distinguindo-se cinco tipos de interação fronteiriça: *margem*, *zona-tampão*, *frente*, *capilar* e *sinapse*. Os países limítrofes foram classificados segundo o tipo predominante de interações fronteiriças e as temáticas mais frequentes dos acordos bilaterais.

#### **C-3.1 Predomínio da Zona-Tampão**

A “Zona-Tampão” é caracterizada pela presença de parques nacionais e áreas de reserva indígena, predominante no Arco Norte. Neste caso, os acordos bilaterais estão mais relacionados à exploração ou compra e venda de recursos naturais próximos a fronteira, ou a questões ambientais. Eventos intermitentes relacionados à invasão de garimpeiros e madeireiros na zona de fronteira, assim como denúncias eventuais (não comprovadas) da presença de grupos guerrilheiros colombianos próximos à divisória, podem parcialmente explicar os acordos para a repressão do tráfico internacional de drogas ilícitas. A explicação é parcial porque pressões internacionais também explicam a assinatura de acordos gerais contra o tráfico e o terrorismo internacional. Embora ocorra nas zonas-tampão grande mobilidade transfronteiriça da população indígena, não existe acordos bilaterais a respeito.

A divisa com a Guiana Francesa, o Suriname, a República Cooperativa da Guiana, a Venezuela e a Colômbia pode ser classificada neste grupo.

#### **C-3.2 Predomínio de Situação Híbrida**

Quando as interações fronteiriças entre o Brasil e o país limítrofe não apresentam um padrão definido, os acordos tendem a seguir as particularidades das relações com cada país. Por motivos diferentes Peru e Bolívia foram classificados nessa categoria.

Embora o Peru apresente grande parte de sua fronteira com o Brasil classificada como *zona-tampão*, há também áreas caracterizadas como *margem*, ou seja, apresentam uma conexão fraca com o país limítrofe e ausência total de projetos de cooperação fronteiriça. Outros trechos da fronteira Brasil-Peru podem ser caracterizados como *frentes de expansão*, principalmente indígena (Alto Purus no Acre). Nos últimos cinco anos, no



entanto, foi registrada a presença de *frentes de expansão* de madeireiros peruanos, respaldados por regime de concessão florestal, sobre a Terra Indígena Kampa e no Parque Nacional da Serra do Divisor na sub-região do Alto Juruá (Sudoeste do Estado do Acre). No que deveria ser uma *zona-tampão*, superpõe-se agora *frentes de exploração* de recursos, criando tensões e conflitos com o grupo indígena dos Ashaninka do lado brasileiro.

Como o Brasil e o Peru são respectivamente os detentores da primeira e da segunda maior área amazônica, há vários acordos de cooperação, inclusive sobre questões fronteiriças Amazônicas. Porém a interação variada ao longo da Faixa de Fronteira dos dois países dificulta uma correlação entre o tipo de interação fronteiriça e a natureza dos acordos bilaterais estabelecidos.

A interação fronteiriça Brasil-Bolívia é de dois tipos. A fronteira do Acre e de Rondônia foi caracterizada como *capilar* devido à presença de interações mercantis e culturais antigas (exploração do caucho e da borracha) e, mais recentemente, comércio de gêneros alimentícios, atividades de contrabando e tráfico de drogas ao longo da fronteira. Apesar da presença de pequenas cidades-gêmeas na fronteira acreana e em Rondônia, nem todas estão articuladas por obras de infra-estrutura. No entanto, já existem sinais aqui também de um interesse maior em desenvolver relações sinápticas de cunho comercial. Entre Cobija e Brasília uma nova ponte reforça as relações de tipo sináptico nestas cidades-gêmeas.

Já a fronteira entre a Bolívia e o Estado do Mato Grosso é toda caracterizada como *frente* de expansão pioneira, englobando desde o cultivo de soja, alimentos, exploração mineral e exploração madeireira. A análise dos acordos bilaterais mostrou que freqüentemente este tipo de interação fronteiriça não tem um impacto profundo nos acordos bilaterais, geralmente a ação da frente pioneira não é regulada por acordos. Devido a estas características particulares a fronteira entre os dois países foi classificada em uma categoria híbrida, onde é mais difícil estabelecer uma relação direta entre o tipo de interação fronteiriça e a natureza dos acordos bilaterais.

### **C-3.3 Predomínio de Sinapse com segmentos capilares**

A interação fronteiriça caracterizada como sinapse descreve uma situação de interações intensas e constantes. A interação local geralmente é a mais importante para as cidades, que dependem de intercâmbios constantes com o outro lado da fronteira. Este fato gera a necessidade de investimentos em infra-estrutura social e de comunicação, havendo interesse em integrar esforços dos dois lados. Assim países com interação do tipo sináptico ao longo de grande parte da fronteira com o Brasil, tendem a estabelecer uma série de acordos binacionais que contemplem questões específicas na escala local.

Por outro lado, acordos bilaterais que interessam a população dos dois países como um todo, dirigidos, por exemplo, à infra-estrutura (construção de pontes, estradas, ligação do sistema energético) e à vigilância sanitária, são internacionais.

Neste grupo foram classificados Paraguai, Argentina e Uruguai, países onde nitidamente a interação fronteiriça com o Brasil se dá de forma bastante intensa e constante e onde se concentra a maior parte das cidades-gêmeas na fronteira brasileira. Com esses países se faz a maioria dos acordos bilaterais em vigor.

### C-4 Principais temas dos acordos bilaterais

A definição dos tipos de interação fronteiriça evidenciou sua influência na quantidade e na natureza dos acordos bilaterais estabelecidos entre o Brasil e os países limítrofes. No Quadro 20 buscamos relacionar os tipos de interações fronteiriças com alguns elementos já trabalhados anteriormente. O número e a concentração temática dos acordos bilaterais auxiliam na compreensão das relações entre o Brasil e os países limítrofes.

Países	Tipo de Interação Fronteiriça	Nº de Acordos Bilaterais	Concentração Temática	
				Nº.
		Total		
<b>Argentina</b>	Predomínio de Sinapse, com segmentos capilares	183	Comercio; Cooperação Técnica e Científica; Energia	71
<b>Uruguai</b>	Predomínio de Sinapse, com segmentos capilares	150	Comercio; Transportes; Cooperação Técnica e Científica	47
<b>Bolívia</b>	Híbrido	132	Cooperação técnica e científica; Transporte; Comercio; energia	58
<b>Paraguai</b>	Predomínio de Sinapse, com segmentos capilares	98	Comercia; Energia; Cooperação Técnica e Científica	38
<b>Peru</b>	Híbrido	89	Cooperação técnica e científica; Comercio; Comunicação e Cultura	33
<b>Guiana Francesa</b>	Predomínio de Zona-Tampão	78	Cooperação técnica e científica; Comunicação e Cultura; Criação de Comissões bilaterais	36
<b>Colômbia</b>	Predomínio de Zona-Tampão	67	Cooperação técnica e científica; Comunicação e Cultura; Extração/Processamento de Matérias Primas e/ou Produtos Agrícolas	29
<b>Venezuela</b>	Predomínio de Zona-Tampão	56	Comunicação e cultura; Demarcação de Fronteira; Cooperação Técnica e Científica	21
<b>Guiana</b>	Predomínio de Zona-Tampão	31	Cooperação técnica e científica; Comunicação e cultura; Criação de Comissões bilaterais	12
<b>Suriname</b>	Predomínio de Zona-Tampão	14	Cooperação técnica e científica; Comercio; Comunicação e cultura	9

Fonte: Ministério das Relações Exteriores  
Organização: Grupo Retis, 2004

#### QUADRO 20: CONCENTRAÇÃO TEMÁTICA POR TIPO DE INTERAÇÃO FRONTEIRIÇA, SEGUNDO PAÍSES LIMÍTROFES

A concentração temática dos acordos bilaterais foi obtida a partir da identificação dos três temas mais frequentes dos acordos estabelecidos entre o Brasil e os países limítrofes. A partir da divisão temática elaborada no Quadro 18, identificamos os três grupos mais significativos nas relações com cada país e somamos seus respectivos acordos. A ordem de citação dos temas é condizente com a importância de cada temática no número total de acordos bilaterais estabelecidos com o Brasil. Desta forma, é possível buscar relações entre as temáticas dos acordos bilaterais e os tipos de interação fronteiriça.

Nas fronteiras onde ocorrem interações de tipo sináptico observa-se um maior número de acordos, sinalizando maior nível de integração e relações comerciais mais sólidas. Este é o caso da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, países onde o primeiro item da concentração temática é sempre relativo a acordos comerciais, evidenciando o peso deste tema nas relações entre estes países e o Brasil.

Em contrapartida, os países com predomínio de interação fronteiriça do tipo zonatampão apresentam um número mais baixo de acordos bilaterais. A temática dos acordos com estes países se concentra principalmente na área da cooperação técnico científica, o que faz sentido para países que compartilham grandes áreas de reserva indígena e natural, além do desafio conjunto de desenvolver suas faixas de fronteira pouco ocupadas e desenvolvidas. Estas constatações evidenciam as fortes relações entre o tipo de interação fronteiriça e a natureza dos acordos bilaterais estabelecidos entre o Brasil e os países limítrofes.

A diversidade da Faixa de Fronteira levou à adoção de estratégias diferenciadas para cada segmento da fronteira nacional. No entanto, a dinâmica espacial e territorial de cada segmento exige uma adaptação constante a novas injunções. Por outro lado, as ações governamentais não precisam ser necessariamente excludentes, as experiências de acordos bilaterais bem sucedidas em uma região podem ser adaptadas e ampliadas para as demais, estimulando a intensificação dos laços entre o Brasil e os países limítrofes ao longo de toda a Faixa de Fronteira.

### **C-5 Limites dos Acordos Bilaterais entre o Brasil e os Países Limítrofes**

É preciso identificar as particularidades das relações bilaterais com cada país e, ao mesmo tempo, apontar aqueles acordos bilaterais com possibilidade de serem ampliados para toda a Faixa de Fronteira. A possibilidade de ampliação dos acordos bilaterais específicos pode ser:

- reduzida, quando o acordo é referente a uma situação específica de um determinado país;
- parcial com adaptação, quando a partir da adaptação do acordo é possível aplicá-lo em diversos segmentos fronteiriços; ou
- ampla com adaptação, quando a partir de certas modificações é possível aplicar o acordo para toda a faixa de fronteira.

O Quadro 21 apresenta exemplos de acordos em cada país específico, no intuito de definir suas possibilidades de generalização. Ressalta-se que foram selecionados exemplos específicos de cada país, no intuito de caracterizar as particularidades de cada relação bilateral e avaliar suas possibilidades de generalização.

Países	Particularidades da Relação	Exemplos de Temáticas dos Instrumentos Diplomáticos	Possibilidade de Ampliação
<b>Guiana Francesa</b>	Pouco Densa, com alta concentração de acordos na área de cooperação técnica e científica, principalmente relacionada a exploração de recursos naturais na Bacia Amazônica. A Guiana Francesa atua também na viabilização de acordos entre instituições brasileiras e francesas, devido a situação peculiar de ser um departamento francês.	Ajuste Complementar sobre Cooperação Técnica e Científica sobre Tecnologias em Espécies Vegetais Produtoras de Látex. Entrada em Vigor 23/6/1986 Acordo, por troca de notas, pondo em vigor o ajuste entre o Conselho de Desenvolvimento Técnico e Científico do Brasil e o "Institut National de La Santé et la Recherche Médical" na França. Em vigor desde 26/5/1982.	<b>Reduzida.</b> Muitos outros países, que tem porções da floresta amazônica em seu território, têm acordos relativos à cooperação técnica e científica com o Brasil no intuito de ampliar as possibilidades de exploração dos recursos naturais. A Guiana Francesa não tem muito a acrescentar nesta área. Os acordos entre instituições de pesquisa do Brasil e da França a partir da Guiana Francesa são uma particularidade exclusiva deste país e não podem ser ampliada.
<b>Suriname</b>	Pouco densa, relação muito recente com intensificação a partir dos anos 80. Concentração de acordos na área de cooperação técnica e científica, relacionada a exploração de recursos naturais.	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação na Área de Pesquisa sobre Agentes Patógenos do Dendê. Em vigor em 3/3/1989. Acordo, por troca de notas, para reduzir os impactos negativos da Mineração Artesanal de Ouro no Suriname. Entrada em Vigor 4/12/2002	<b>Parcial com adaptação.</b> A pesquisa conjunta sobre o Dendê é feita somente com o Suriname e esta planta está presente ao longo de toda a fronteira amazônica. Considerando os diferentes gargalos para o desenvolvimento desta cultura, acordos deste tipo poderiam ser ampliados para facilitar o desenvolvimento desta atividade. Apesar de ser um caso muito particular da extração mineral no Suriname, que conta com a participação de trabalhadores brasileiros, o segundo exemplo também poderia ser adaptado para outras atividades exploratórias com impactos ambientais negativos.
<b>Guiana</b>	Pouco densa. A Guiana e o Brasil têm interesse em integração viária, gerando uma série de acordos neste sentido. Bom exemplo de como a infra-estrutura pode vir a dinamizar as relações binacionais. A presença de cidades-gêmeas, estimula o estabelecimento de acordos desta natureza.	Protocolo de Intenções Relativo à Cooperação Bilateral para Completar a Interconexão dos Sistemas Viários do Brasil e à Guiana. Entrada em Vigor 10/4/1989. Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu. Promulgação 8/12/1988.	<b>Ampla com adaptação.</b> São exemplos de acordos que ajudam a criar infra-estrutura de conexão local, permitindo a intensificação das interações fronteiriças. Mesmo em zonas-tampão, a infra-estrutura deve ser promovida em pontos específicos para atender a população local e intensificar as possibilidades de trocas comerciais.
<b>Venezuela</b>	Pouco densa. A Venezuela intensificou suas relações com o Brasil a partir de 1994, quando se ampliou o intercâmbio comercial com destaque para a compra de petróleo venezuelano. Quanto à fronteira, destacamos os acordos relativos a circulação de pessoas e produtos. Este tipo de acordo geralmente é feito entre países que compartilham cidades-gêmeas.	Convênio sobre transporte fronteiriço de carga. Promulgado em 25/1/1984. Acordo de transporte rodoviário internacional de passageiros e cargas. Promulgado em 1/3/1999. Memorando de Entendimento para Regular o Transporte Fronteiriço de Passageiros entre o Território de Roraima e o Estado de Bolívar. Entrada em vigor 17/5/1988.	<b>Ampla com adaptação.</b> São acordos relativos à circulação na fronteira. Muitos países têm este tipo de acordo com o Brasil, mas poucos abrangem a escala local como o Memorando de 1988. A regulamentação do trânsito local pode ser ampliada para outros segmentos fronteiriços onde o trânsito ainda não está regulamentado.
<b>Colômbia</b>	Pouca densa. A Colômbia tem de certa forma uma relação pouco densa com o Brasil frente ao seu potencial. Há presença de cidade-gêmea, mas não existe nenhum grande projeto compartilhado. Suas relações bilaterais se concentram em acordos sobre produtos específicos (principalmente recursos minerais e café) e acordos relativos a segurança nacional, como o combate ao narcotráfico.	Convênio Complementar ao Acordo de Cooperação Amazônica sobre Cooperação no Desenvolvimento dos Recursos Minerais na Área de Fronteira. Entrada em vigor 9/2/1988. Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Ilegal de Precusores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas Em vigor 7/11/1997.	<b>Parcial com Adaptação.</b> Os acordos em torno de um produto específico são bastante limitados. No entanto, o acordo de cooperação sobre os recursos minerais na área de fronteira é um exemplo que poderia ser adaptado para situações similares. Tratar os recursos naturais na escala regional não é uma constante nos acordos bilaterais. O acordo para impedir o uso ilegal de precursores químicos é uma iniciativa fundamental para combater o narcotráfico na região de fronteira. O Brasil é um dos principais fornecedores destas substâncias para os laboratórios de processamento de drogas ilícitas. Mesmo apresentando uma importância maior no caso colombiano, este acordo poderia ser estendido para os demais países limítrofes, pois os laboratórios ilegais migram facilmente de um país para o outro, atuando freqüentemente na Faixa de Fronteira. Apenas o Uruguai tem um acordo similar com o Brasil.

QUADRO 21: POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DE ACORDOS BILATERAIS

## Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Países	Particularidades da Relação	Exemplos de Temáticas dos Instrumentos Diplomáticos	Possibilidade de Ampliação
<b>Peru</b>	Pouco densa. Compartilha com o Brasil o título de países com maior área de floresta Amazônica. Tem conexão viária pouco desenvolvida, e acordos de cooperação técnica para pequena empresa, mas também apresenta experiências interessantes na escala local.	Memorando de Entendimento sobre Atendimento Médico-Odontológico às Populações Ribeirinhas do Rio Javari. Em vigor 14/11/1985. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica na Área de Pequena e Micro Empresa. Em vigor 24/10/1997	Ampla com adaptação. O caso específico do Memorando de 1985, que até hoje não foi promulgado, seria uma iniciativa interessante na escala local para toda a Faixa de Fronteira, relacionada a cidadania da população fronteiriça. Já o acordo de cooperação para Micro Empresas, não atua especificamente sobre a escala local, mas poderia auxiliar no desenvolvimento da região, principalmente na geração de emprego e renda.
<b>Bolívia</b>	Densa em certos segmentos. Acordos no campo energético, com a importação do gás boliviano. Acordos no campo dos transportes, tanto com vinculações rodoviárias como de linhas férreas. Diversos acordos específicos de cooperação técnica.	Acordo para Isenção de Impostos Relativos a Implementação do Projeto do Gasoduto Brasil-Bolívia. Em vigor 1/2/1997. Tratado sobre Ligação Ferroviária. Promulgado em 5/10/1938. Tratado sobre Vinculação Rodoviária. Promulgado em 16/5/1973. Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas Proximidades das Cidades de Brasília e Cobija. Promulgado em 28 de abril de 2003. Declaração de intenções para facilitar a entrada e trânsito de nacionais dos dois países em seus respectivos territórios; e para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos. Em 8 de julho de 2004.	Ampla com adaptação. Os acordos existentes com a Bolívia apresentam características bem particulares. Mesmo não apresentando uma intensidade grande nas relações bilaterais, as ligações físicas entre os países começaram muito cedo, possibilitando a solidificação de pontos de sinapse entre os dois países, como observamos nos tratados de 1938 e 1973. O fornecimento de gás, que também é uma característica específica, vem dinamizando as relações bilaterais entre Brasil e Bolívia. Recentemente, acordos existentes em outros segmentos da fronteira estão sendo ampliados para a Bolívia, como a declaração de 2004, que facilita a integração fronteiriça e deve ser estendido para outros países.
<b>Paraguai</b>	Densa. O Paraguai é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América Latina e as relações bilaterais entre os dois países, apesar de se concentrarem em questões comerciais, tem duas grande "âncoras" - a integração física, com a ponte sobre o Rio Paraná e a presença de uma obra específica, Itaipu, hidrelétrica que gera 22% da energia utilizada em todo o Brasil.	Acordo sobre a utilização, conservação, e vigilância da Ponte Internacional sobre o Rio Paraná. Em vigor 27/3/1965. Acordo sobre Integralização do Capital da Itaipu. Em Vigor 10/9/1964. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica sobre Cooperação em Matéria da Qualidade de Águas. Em Vigor em 27/9/1993.	Parcial com adaptação. A usina de Itaipu é um monumento a integração e um marco na história da cooperação bilateral. Mas é um caso específico. Os exemplos de integração dos sistemas de transporte é que podem ser ampliados, principalmente no caso de fronteiras secas; a construção de pontes e estradas é fundamental no desenvolvimento da fronteira. O outro acordo destacado poderia ser generalizado para toda a situação em que os países tenham o mesmo rio em seu território. Como é o caso com a fronteira colombiana no Alto Solimões.
<b>Argentina</b>	Densa. O ponto forte das relações bilaterais entre o Brasil e a Argentina é o comércio, mas a integração física local também deve servir de modelo para outras regiões de fronteira. A forte integração entre os países estimula a facilitação de atividades empresariais, fundamentais para o desenvolvimento integrado da região de fronteira.	Acordo, por troca de Notas, sobre a Interligação do Sistema Elétrico Brasileiro e Argentino. Em Vigor 17/5/1980. Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais. Promulgado em 12/1/1999. Acordo para o Funcionamento do Centro Único Aduaneiro de Fronteira São Borja - Santo Tomé. Promulgado em 17/5/2000.	Ampla, com adaptação. Uma série de acordos bilaterais com o Brasil poderia ser estendida para toda a faixa. Há poucos acordos promulgados neste sentido. O acordo sobre facilitação de atividades empresariais deve ser expandido, pois estimula a integração e a fixação de novas oportunidades de trabalho nos dois lados da fronteira. O centro único de fronteira é exemplo bem sucedido, permitindo a racionalização e agilidade da fiscalização e do controle alfandegário. Deve ser entendido para outras fronteiras com intensa movimentação.
<b>Uruguai</b>	Densa. O Uruguai tem uma fronteira profundamente integrada com o Brasil, o que permitiu a emergência de várias cidades-gêmeas. A concentração demográfica histórica e a forte interação entre os habitantes estimularam muitos acordos relativos a infra-estrutura local e a facilitação de atividades empresariais.	Acordo sobre Interconexão Energética. Em Vigor 12/6/1975. Acordo, por Troca de Notas, no Âmbito do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio de 12 de junho de 1975, para o desenvolvimento Conjunto de Zonas Fronteiriças. Em Vigor 14/12/1989. Acordo para a permissão de residência estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios. Promulgado em 21/11/2003	Ampla, com adaptação. Os três acordos selecionados do Uruguai evidenciam a grande integração existente na zona de fronteira com o Brasil. A interconexão energética deve ser estendida à todas as cidades - gêmeas, pois facilita a regularidade no fornecimento. O Uruguai é um dos poucos países que estabeleceu acordos específicos para o desenvolvimento conjunto das zonas de fronteira. Um acordo muito importante é o que legaliza a cidadania nos dois lados da fronteira. O cidadão fronteiriço tem permissão de residência trabalho e estudo. Mesmo podendo estimular movimentos migratórios em alguns casos, este tipo de acordo seria importante na constituição de uma cidadania fronteiriça. A identificação do cidadão como fronteiriço pode auxiliar no desenvolvimento da fronteira que, mesmo sendo bastante heterogênea, apresenta similaridades ao longo da faixa.

### QUADRO 21: POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DE ACORDOS BILATERAIS (CONT.)

O Quadro 21 permite pensar numa nova agenda para as relações fronteiriças a partir dos acordos já implementados. Além disso, com base nessa sistematização das informações podem ser pensadas novas modalidades de acordos que visem ampliar as possibilidades de integração com os países vizinhos.

## **V. ESTUDOS DE CASO**

### **A. ALTO SOLIMÕES - FRONTEIRA BRASIL/COLÔMBIA/PERU**

Estudos recentes sobre o Alto Solimões, como o “Zoneamento Ecológico-Econômico Participativo” (Governo do Estado do Amazonas, 2003) e o “Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional - 2001-2010” (Fundação Getúlio Vargas/Instituto Superior de Administração e Economia da Amazônia, 2001), diagnosticaram os principais problemas e gargalos, além de formularem propostas de desenvolvimento sustentável para região. O Ministério da Integração Nacional, com base nestes estudos, instituiu o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões - PROMESO, e ajudou na criação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Alto Solimões, cuja fundação se deu em novembro de 2002, congregando nove municípios da região (Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai e Fonte Boa). A Mesorregião inclui o município de Fonte Boa, que não faz parte dos municípios da Faixa de Fronteira.

A delimitação da Sub-região do Alto Solimões respeitou a delimitação da Mesorregião.







## A-1 Caracterização Geral

A Sub-região do Alto Solimões, situada no Estado do Amazonas, possui uma localização estratégica em relação ao Arco Norte da Faixa de Fronteira, nela encontra-se a principal porta de entrada da parte ocidental da Bacia Amazônica, constituindo-se num dos principais corredores de integração sul-americano, o do Rio Marañon-Solimões-Amazonas. Nesta Sub-região da Faixa de Fronteira encontram-se unidos os territórios dos maiores países amazônicos: Brasil, Peru e Colômbia. Além disso, cabe salientar que se trata da região mais preservada da floresta amazônica e onde se localiza uma das maiores comunidades indígenas da Amazônia, a comunidade dos Ticuna. Distribuídas ao longo das margens do Solimões e seus principais afluentes, os Ticuna estão presentes nos três países fronteiriços, marcando fortemente a identidade da Sub-região.

Outra forte presença é a da Igreja Católica representada pela Diocese do Alto Solimões. Entidade muito ativa, instalada desde o início do século passado na região, atinge atualmente todos os seus municípios e está sediada em Tabatinga.

A Mesorregião do Alto Solimões possui uma área total de 214.217,80 Km<sup>2</sup> (correspondente à área do Estado do Ceará), abrigando uma população estimada em 199.342 habitantes (IBGE, 2000), sendo que o componente indígena era de cerca de 35.438 habitantes, ou seja, 18% da população total, distribuído em 150 comunidades indígenas, em sua maioria localizada ao longo dos rios. A maior concentração indígena está em Tabatinga, com quase 10 mil indígenas, seguido de São Paulo de Olivença com 7.722 indígenas, cabe salientar que Tabatinga é o menor município da Mesorregião, com 3.239 Km<sup>2</sup>.

Município	População				
	Total	Urbana	Rural		
			Total	indígena	%
Atalaia do Norte	10.049	4.175	5.874	2.232	38,0
Benjamin Constant	23.219	14.171	9.049	6.159	68,1
Tabatinga	37.919	26.637	11.282	9.961	88,3
São Paulo de Olivença	23.113	8.770	14.343	7.722	54,0
Amaturá	7.308	3.930	3.378	2.208	65,3
Santo Antônio do Içá	28.213	7.906	20.307	3.863	19,0
<b>Total</b>	<b>129.821</b>	<b>65.589</b>	<b>64.233</b>	<b>32.145</b>	<b>50,0</b>

Fonte: IBGE, 2000.

**TABELA 24 – DADOS DEMOGRÁFICOS DOS MUNICÍPIOS DA SUB-REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES EM 2004**

A despeito da baixa densidade populacional (0,93 hab/km<sup>2</sup>), verifica-se o crescimento médio da população regional de cerca de 4% ao ano, sendo que a proporção

de população urbana ficou estável. Em Tabatinga e Benjamin Constant observa-se uma população urbana consideravelmente maior que a rural (60%), que junto a São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá constituem os maiores núcleos urbanos regionais. A população rural é bastante significativa, correspondendo a mais de 50% da população dos municípios do Alto Solimões. Ela é formada basicamente de indígenas e ribeirinhos, sendo que os índios Ticunas concentram-se na beira dos rios ou em reservas próximas às cidades.

O índice de densidade social (composto de índice de analfabetismo, chefes de domicílio abaixo da linha de pobreza, renda *per capita*, unidades de ensino e unidades de saúde, entre outros) apontou uma grave situação no Alto Solimões, onde quase todos os municípios apresentaram densidade social muito baixa, sendo que apenas Benjamin Constant apresentou densidade social média.

Com vastos territórios e carência de infra-estrutura de transportes, predominantemente, ou exclusivamente fluvial, o acesso da população da região aos serviços de saúde, saneamento, educação, comunicações se vê altamente dificultado, além de haver permanente escassez de recursos humanos para a saúde. A ocupação esparsa representa uma dificuldade a mais para a vida das pessoas no Alto Solimões, pois dificulta o acesso aos benefícios da infra-estrutura moderna e serviços. Mesmo as populações das principais cidades da região carecem de serviços básicos, como água potável (tratada ou de poço artesiano controlado), gerando um círculo vicioso de doenças de veiculação hídrica e falta de saneamento que acaba por minar ainda mais a saúde e os escassos recursos municipais.



**Vala de esgoto à céu aberto em Amaturá, 2004**



**Disposição inadequada de lixo, apesar do aviso, em Tabatinga, 2004**

As carências no campo da educação se fazem notar em todos os indicadores analisados. São elevados os índices de analfabetismo nos municípios da Mesorregião do Alto Solimões, como são baixos os níveis de escolaridade. Pequeno percentual da

população chega ao ensino médio e parcela ínfima consegue algum tipo de especialização ou alcançar o nível superior (em geral fora da região).

A baixa formação da mão-de-obra local é um entrave importante para o desenvolvimento. A falta de acesso da população à educação (principalmente os ribeirinhos localizados em áreas distantes das sedes municipais) impede a formação de profissionais capacitados para tomar para si os desafios do desenvolvimento. Desse modo, a região depende permanentemente de recursos humanos externos para a implementação de projetos econômicos que demandem uma formação mais especializada, além da dificuldade de atração de profissionais especializados para a região, como médicos, por exemplo.

A densidade institucional, como medida da relevância da ação institucional nos municípios do Alto Solimões, apontou uma situação um pouco melhor nos municípios de Benjamin Constant e Tabatinga, média em São Paulo de Olivença, Jutai e Santo Antônio do Içá e baixa em Atalaia do Norte, Amaturá e Tonantins. A concentração de instituições governamentais em Tabatinga reflete bem o seu papel de pólo regional, ao lado de Benjamin Constant (antigo pólo regional).

O índice de estabilidade local (medido por indicador composto de estabilidade do trabalho formal, percentual de imigrantes, taxa de crescimento populacional urbano e total, conflitos de terra e evolução do PIB), aponta a situação de estagnação vivida pela economia regional na última década.

Por sua vez, a desigualdade sócio-econômica interna, medida pelo índice de desequilíbrio interno, apontou os municípios de Amaturá e Santo Antônio do Içá como os de maior desequilíbrio, situação que não é muito melhor nos demais municípios da região, à exceção de Benjamin Constant que apresentou desequilíbrio médio. Este elevado desequilíbrio sugere a necessidade de políticas de desenvolvimento diferenciadas para os diversos grupos que compõem a sociedade local.

A economia da Mesorregião contribui com menos de 2% do PIB estadual (concentrado na Zona Franca de Manaus). Além disso, observa-se um quadro de estagnação ao longo de toda a década de 1990, com exceção de Tabatinga, que teve crescimento de PIB per capita entre 1985 e 1996 de 14,18%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

A base produtiva da Mesorregião está calcada no extrativismo (madeira em toras, castanha e frutas) e na agricultura da mandioca e da banana. O setor industrial é inexpressivo, com serrarias, pequenas movelarias e olarias com produção destinada ao mercado regional/local. O poder aquisitivo da população é baixo, estima-se que grande parte da renda provém de salários do funcionalismo público municipal e em torno de 10% de transferências governamentais (aposentadorias, pensões e programas oficiais de

auxílio, como o renda mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego), apontando um baixo nível de atividades produtivas em geral.

A pesquisa de campo realizada no primeiro semestre de 2004 definiu para cada município da Sub-região as atividades com maior potencial para a formação de Arranjos Produtivos Locais, além dos problemas e gargalos para a sua implementação e os atores estratégicos envolvidos (Quadro 22). Ainda com base nesta documentação foram formuladas diretrizes, estratégias e instrumentos com vistas a solucionar os problemas apontados (Quadro 23).

Os principais problemas são:

- a) novos condicionantes para a retomada da atividade madeireira na região;
- b) reativação do setor moveleiro;
- c) falta de organização do setor pesqueiro e a exploração da atividade pelos colombianos;
- d) dificuldades de implantação da piscicultura;
- e) dificuldades de produção e comercialização agrícola na região;
- f) apoio necessário para o desenvolvimento do artesanato indígena como uma opção de geração de renda para as comunidades indígenas;
- g) possibilidades do turismo como atividade econômica da região; e
- h) segurança pública e atividades ilícitas.

## **A-2 Arranjos Produtivos Potenciais**

Os Arranjos Produtivos Locais de maior potencial para a Sub-região do Alto Solimões serão descritos a seguir.

### **A-2.1 Setor Madeireiro/Moveleiro**

A extração de madeiras foi a uma das principais atividades econômicas no Alto Solimões até aproximadamente o final da década de oitenta. Os diversos problemas decorrentes dessa atividade culminaram com a proibição da retirada de madeira na região, provocando uma crise econômica sem precedentes. Muitas serrarias fecharam e atualmente encontra-se um número bastante reduzido tanto de serrarias como de movelarias ainda em funcionamento. A mão-de-obra dispensada, segundo diversas declarações, acabou sendo em parte absorvida por atividades ilícitas como o tráfico de drogas.

A atual legislação é bastante restritiva, mas permite a extração de madeira em condições específicas definidas em Planos de Manejo Florestal. Desse modo, vislumbra-se novamente a possibilidade de retomada da atividade extrativista através da efetivação destes Planos de Manejo, que permitem a exploração com o mínimo de degradação possível.

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, órgão do Governo do Estado do Amazonas, dedica especial atenção à exploração da madeira, já tendo sido criados 72 planos de manejo para a região do Alto Solimões. Sua meta inicial é o abastecimento do mercado regional.

A primeira exigência do plano é a regularização da terra do madeireiro e o levantamento de espécies. Para participar do programa o técnico da Agência Florestal prepara um plano de ação para elaboração de diagnósticos de demandas e ofertas. Após este plano é assinado um termo de adesão pelo proprietário comprometendo-se a fazer uma parceria com o técnico. A área para exploração é de até 500 hectares por proprietário.

Há em Amaturá duas serrarias, mas atualmente só uma funciona. Em Santo Antônio do Içá existem outras duas serrarias, funcionando precariamente. No município de São Paulo de Olivença a atividade madeireira ainda é considerada importante, mas só uma serraria funciona atualmente no município, além de uma pequena movelaria (visitada durante o trabalho de campo), com quatro pessoas trabalhando na fabricação de móveis (cadeiras, cama, mesa, etc.) para o mercado local. Os trabalhadores ganham por diária. A madeira é retirada por encomenda. Os municípios de Benjamin Constant e Atalaia do Norte possuíam, por sua vez, três serrarias cada, sendo que Benjamin Constant possuía ainda cinco marcenarias, mas com as restrições de extração de madeira estão praticamente paradas.

Um dos maiores problemas para a retomada da atividade madeireira, refere-se à legislação específica para as terras indígenas (Estatuto do Índio), que só permite a exploração dos recursos naturais nas áreas demarcadas para fins de subsistência (as Terras Indígenas ocupam grande parte do território do Alto Solimões). Nesse sentido, as autoridades locais e os representantes das comunidades locais sugerem uma alteração na legislação que passaria a permitir a exploração comercial da madeira pelos indígenas, através de planos de manejo devidamente aprovados. Recentemente, levantou-se a hipótese de reformulação do Estatuto, que passaria a aceitar tal exploração. Alertado para a especificidade dos problemas indígenas da região, o Governo do Estado criou uma fundação só para tratar das questões indígenas, a Fundação de Política Indigenista do Amazonas - FEPI, que visa com a Agência Florestal treinar os indígenas para manejo de sistemas agro-florestais que permitam sua comercialização.

Um outro grande problema apontado foi a ausência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais - IBAMA, dificultando a fiscalização e correta aplicação dos planos de manejo. Há uma dificuldade relacionada à atuação do IBAMA no Estado do Amazonas, pois a grande variedade dos ecossistemas não permite uma norma geral de atuação. O IPAAM e o IBAMA estabeleceram um convênio para adequação das leis gerais e elaboração de procedimentos para plano de manejo em pequena escala. Pretende-

se instalar, ainda este ano, escritórios do IPAAM e do IBAMA em todas as sedes do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas-IDAM, em todos os municípios do Alto Solimões, visando fazer um trabalho conjunto ligado a idéia do “Programa Zona Franca Verde” do Governo do Amazonas.

O retorno do desenvolvimento da atividade madeireira na região do Alto Solimões esbarra, ainda, na carência de infra-estrutura, principalmente no que se refere ao fornecimento de energia e a falta de fornos para a secagem da madeira e seu posterior beneficiamento na região, bem como o reequipamento das serrarias, em geral obsoleto.

Outro elemento escasso na região é a mão-de-obra qualificada nos diversos segmentos da cadeia produtiva da madeira. É preciso investir em capacitação, na melhoria do design e no acabamento dos produtos das movelarias. E é preciso articular a produção aos mercados potenciais. Existem como mercados potenciais o município de Manaus, o Estado do Mato Grosso e o mercado local. Atualmente, nem o desdobramento de prancha é feito no Brasil, as toras sendo levadas para Letícia (Colômbia), onde existe uma máquina que cobra trinta dólares por metro. É importante adquirir uma máquina similar no Brasil. Poderiam ser pensadas parcerias entre o Governo do Estado do Amazonas e as movelarias da região para o fornecimento de mobiliário escolar, por exemplo. Por fim, os efeitos na saúde pública do reinício da atividade madeireira não devem ser subestimados. É preciso cuidar da prevenção e vigilância de doenças, em especial dos trabalhadores do setor madeireiro, que passam muito tempo na mata, para evitar o recrudescimento de endemias como a malária, a leishmaniose e a febre amarela.



**Lenhadores em Amaturá, 2004**



**Serraria desativada em Amaturá, 2004**

A Figura 28 mostra esquematicamente a organização espacial de um potencial APL madeireiro/moveleiro no Alto Solimões.



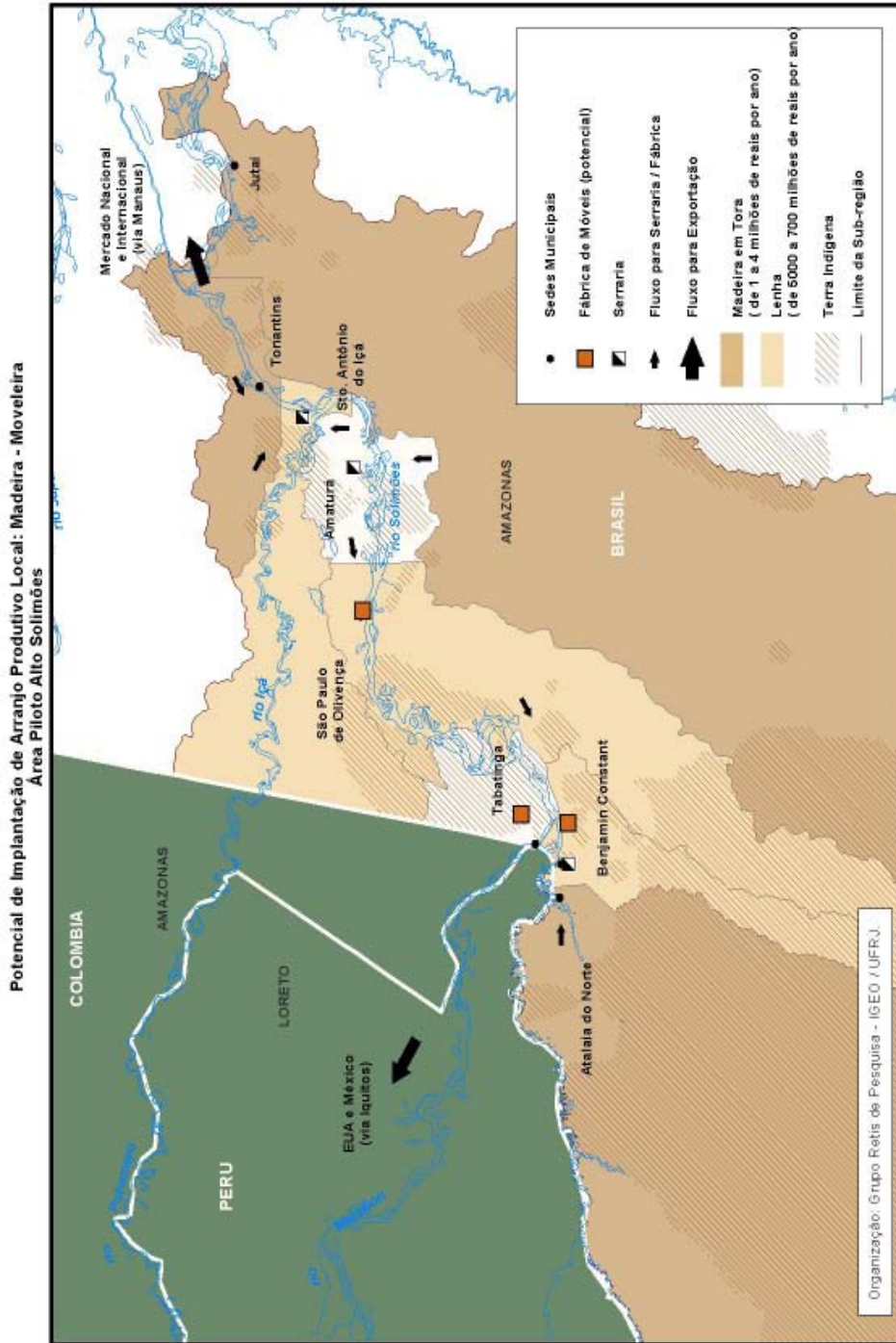


FIGURA 28: ÁREA PILOTO DO ALTO SOLIMÕES - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL - MADEIREIRO/MOVELEIRO



## A-2.2 Atividade Pesqueira

A abundância de recursos pesqueiros na Sub-região do Alto Solimões e os próprios traços culturais das populações do Amazonas colocam a atividade pesqueira em posição de destaque em termos de geração de renda e emprego nesta região, além de representar a principal fonte da alimentação da população.

Outro aspecto que coloca a pesca em situação privilegiada na economia regional é a exportação de grande volume de peixe para a Colômbia. Entretanto, este fato é citado pela maioria dos atores regionais como um problema que prejudica a região, pois em geral é feita de forma irregular. A exportação regular do peixe exige uma série de procedimentos legais, com a Receita Federal e o IBAMA, que não vêm sendo atendidos pelos pescadores da região e pelos importadores colombianos. O agente da Receita Federal em Tabatinga fala que não há contrabando de peixe, mas descaminho (este seria o termo correto), pois deixa de pagar os devidos impostos (o pescado é uma mercadoria de exportação liberada).

Estima-se que de 70 a 80% do peixe consumido na Colômbia vem de rios brasileiros. O processo de comercialização é também dominado por colombianos que são grandes exportadores internacionais. Eles agem no Alto Solimões em diversas frentes, dando os recursos para os pescadores brasileiros tanto índios como ribeirinhos, num sistema do tipo “aviamento”. Eles fornecem combustível, motor, rede, isopor, gelo e ainda possuem frigoríficos em diversos locais ao longo dos rios. Como não podem ficar à frente de muitos dos negócios da cadeia de produção e comercialização no Brasil, eles utilizam “sócios” brasileiros (conhecidos como “laranjas”).

Na negociação do peixe, os pescadores brasileiros saem em desvantagem dada sua dependência em relação aos empresários e despachantes colombianos. Vendo-se sem condições de armazenar a produção por conta própria são obrigados a vender tudo, para não deixar a mercadoria estragar. Além disso, ficam sujeitos à classificação dos peixes pelos colombianos, quanto à espécie e quanto ao peso e às flutuações do câmbio.

A maior parte do peixe vai para Letícia onde pequena parcela (peixe de escama) é para consumo local, e maior parte vai por aviões frigoríficos para Bogotá onde abastece o mercado nacional colombiano ou então é exportado para diversos países.

A cidade de Letícia é a mais equipada para o comércio do peixe no Alto Solimões. A infra-estrutura de armazenamento do peixe em Letícia é grande, contando com 19 estabelecimentos de armazenamento do peixe, que conta com 38 frigoríficos com uma capacidade estimada em 731 toneladas de pescado. Estes estabelecimentos recebem peixe do Solimões desde Manaus até o Alto Solimões. Apenas 5% do peixe estocado nestes armazéns são de águas colombianas.

Existe, portanto, uma cadeia produtiva consolidada de produção e comercialização do peixe do Amazonas, controlada pelos colombianos, envolvendo pescadores brasileiros nos rios em território brasileiro.

Relatos apontam que apesar das condições desvantajosas dos pescadores brasileiros pertencentes à cadeia de comercialização do peixe, os colombianos representam pelo menos a segurança de um mercado certo para venda da produção, e eles cumprem os acordos, feitos na base da palavra.

Todos os municípios visitados estão envolvidos na cadeia da pesca, que é citada por todos como a principal atividade econômica na atualidade. Nas reuniões e entrevistas realizadas foram colocadas diversas visões de como solucionar, ou pelo menos, melhorar, a situação do comércio do peixe na região. As propostas variam desde as mais radicais, como a proibição total da venda do peixe para os colombianos, até a formalização do comércio, aproveitando esta rede já consolidada. A percepção geral é de que os colombianos estavam levando vantagem na comercialização do peixe graças a permissividade das autoridades brasileiras, a falta de fiscalização e falta de investimento do governo para financiar e incentivar a exportação do peixe nacional a partir do Brasil.

Nas discussões do Fórum as propostas para o setor pesqueiro foram a de fortalecer os pescadores nacionais com:

- a) criação de infra-estrutura de armazenamento de pescado flutuante em pontos estratégicos ao longo do Rio Solimões;
- b) implantação, reforma e ampliação das fábricas de gelo;
- c) implantação da infra-estrutura para indústria de sal;
- d) informação - padronização da tecnologia para piscicultura com barco escola para atender a região toda;
- e) fortalecimento do associativismo;
- f) construção de barcos com frigorífico que fariam o beneficiamento durante o percurso de entrepostos a outro ao longo do Rio Solimões (não pode ser fixo); e
- g) associação com a iniciativa privada.

É preciso negociar uma melhor inserção dos pescadores brasileiros na cadeia de exportação de pescado colombiana, o que já pode ser iniciado a partir de discussões e entre as associações de pescadores do Alto Solimões, as autoridades de pesca nacionais e os empresários e autoridades do setor pesqueiro colombiano.



**Armazém frigorífico em Letícia  
(Agosto, 2001)**



**Ensacamento de Peixe em  
Letícia (Agosto, 2001)**

### **A-2.3 Piscicultura**

Em todos os municípios do Alto Solimões a piscicultura vem surgindo como uma alternativa econômica, aparecendo como forte potencialidade. Muitos dos açudes são utilizados para o consumo local e de subsistência, mas existe procura no mercado colombiano.

Um dos motivos apontados para o desenvolvimento desta atividade é a dificuldade atual de captura do pescado, em virtude do esgotamento do peixe no Rio Solimões e igarapés próximos, obrigando os pescadores a se deslocarem cada vez mais.

Até o presente momento, em todos os municípios visitados, a piscicultura se encontra em fase inicial de implantação não tendo resultados concretos a apresentar. Por enquanto a única ajuda governamental foi a distribuição de alevinos para quem já tinha condições. O Governo do Estado do Amazonas, a Diocese e o IDAM doaram alevinos, mas é preciso alimentação e infra-estrutura.

Os programas III Ciclo (do Governo anterior) e o Projeto Zona Franca Verde forneceram recursos e infra-estrutura para a construção de barragem e tanque.

Alguns municípios apresentam melhores condições para o desenvolvimento desta atividade, que requer a criação de açudes ou tanque-rede. Neste sentido o município de Benjamin Constant se destaca devido ao relevo favorável à construção destes açudes.

Outra vantagem da piscicultura é a criação de oportunidade de pesca em períodos de seca de determinados igarapés.

No município de Amaturá havia poucos açudes em funcionamento, sua topografia pouco acidentada implica em maior dificuldade para a construção de açudes. Em Santo Antônio do Içá, sua implementação ainda não ocorreu, pois não foi liberada a totalidade

dos recursos dos convênios com o IDAM e outros órgãos de fomento para a atividade. Em São Paulo de Olivença existem 48 piscicultores, na área urbana, próximo aos igarapés e muitos piscicultores potenciais que estão requisitando tanques-rede em suas propriedades nos igarapés. Em Tabatinga a atividade se restringe por enquanto a um pequeno número de pessoas. Em Atalaia do Norte dez barragens estão sendo povoadas a espera de técnicos do IDAM para prestar maiores orientações aos piscicultores.

Benjamin Constant é considerado o pólo da piscicultura com o maior número de açudes, sendo uma área pioneira nesta prática. Atualmente, existem 120 produtores sendo que apenas 10 produzem para venda e o restante para subsistência. O município já possui 150 hectares de espelho d'água e uma estação de piscicultura em fase de conclusão.

Dentre os problemas mais apontados para o desenvolvimento da piscicultura no Alto Solimões está o custo de implantação e manutenção dos tanques. Outros problemas são: o acesso à terra, a compra de ração para peixes, a assistência técnica e a falta de infra-estrutura de transporte e armazenagem de alevinos.

Por requerer um recurso inicial muito alto, há uma tendência a privilegiar os grandes proprietários com maior capacidade de exportação, nesse sentido os pequenos produtores teriam maiores dificuldades de obter crédito e se firmar na atividade.

A ração sempre foi um dos fatores limitantes para o desenvolvimento da atividade na região. Muitos piscicultores tiveram prejuízo devido ao elevado preço da ração comprada em Manaus. Uma possível solução seria a presença de uma fábrica de rações na região, o que está sendo feito com a implantação de uma fábrica em Benjamin Constant, falta ainda articular os produtores da região para tornarem-se fornecedores de insumos para a fábrica (milho, mandioca e outros produtos).



**Instalações da fábrica de ração de Benjamin Constant, 2004**

Outro problema para o desenvolvimento da piscicultura é o da falta de regularização fundiária que impede o financiamento aos pequenos produtores.

O impacto ambiental da atividade da piscicultura não pode ser subestimado quando a atividade se multiplicar na região. A falta de tratamento da água utilizada para os açudes pode provocar a poluição dos igarapés e a própria qualidade da água dos açudes fica comprometida com a má qualidade da água disponível na região.

Um outro aspecto deve ser observado quando da disseminação da piscicultura na região, os conflitos envolvendo indígenas e piscicultores, por roubo de peixe e disputas por terras.



**Tanque de piscicultura em funcionamento  
em benjamin constant, 2004**

A Figura 29, apresenta a organização espacial de um potencial APL da pesca e da piscicultura no Alto Solimões.

Potencial de Implantação de Arranjo Produtivo Local: Pesca e Piscicultura  
 Área Piloto Alto Solimões

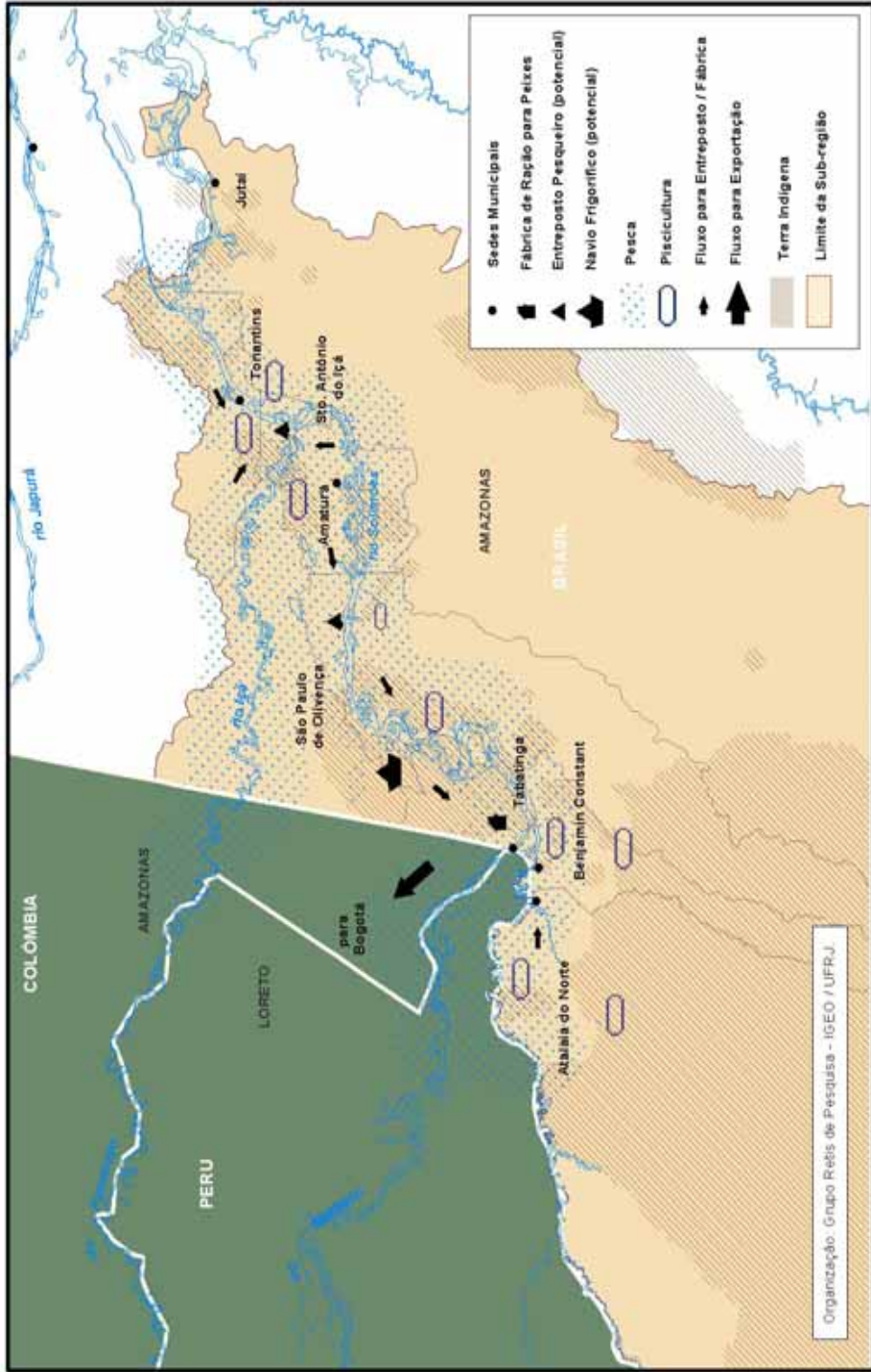


FIGURA 29: ALTO SOLIMÕES - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL - PESCA E PISCICULTURA



#### **A-2.4 A cadeia produtiva da mandioca**

Outro produto que marca a identidade produtiva da região do Alto Solimões é a mandioca, e sua forma de produção familiar no Alto Solimões. Graças à grande influência da cultura indígena na região e das condições ambientais propícias, a mandioca é junto com o peixe, componente fundamental da dieta alimentar da população regional. É o produto agrícola mais importante em volume de produção, mas ainda é processado de forma bastante rudimentar. O plantio é feito em terra firme, nas zonas rurais próximas às sedes municipais. Em menor escala, apesar do potencial regional, a agricultura também se desenvolve nas áreas de várzea. Ainda assim, a população local importa de outros estados como o Acre e dos países fronteiriços (Peru e Colômbia).

A implantação da fábrica de ração em Benjamin Constant promete dar novo alento ao mercado regional, com tendência ao aumento de culturas temporárias em especial a mandioca e o milho, matérias-primas para a ração.

Há programas em andamento na região, visando melhorar a produtividade e a qualidade da produção de mandioca e farinha. O Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea - PróVárzea/IBAMA, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e o Programa Zona Franca Verde são programas que podem vir a atender os agricultores regionais, em crédito, assistência técnica e ajuda na comercialização da produção.

Algumas comunidades indígenas já foram beneficiadas com cursos de capacitação, aquisição de novos equipamentos para a “casa de farinha”.

Dentre os principais problemas apontados pelos agricultores locais a dificuldade de financiamento da produção, de escoamento pela falta de infra-estrutura adequada (quando chove não é possível transitar nas estradas vicinais, e o transporte fluvial nem sempre atende as comunidades). Fala-se também da falta de assistência técnica. Outro grave problema na região é o fundiário, sem a regularização das terras fica impossível obter crédito.

Além disso, a produção de mandioca e farinha por comunidades indígenas se dá de um modo todo especial que obedece ao ritmo e forma de vida de cada comunidade. Um projeto de maior vulto que dependa de uma regularidade da produção pode encontrar obstáculos, que demandarão investimento em capacitação e organização dos produtores, ou até mesmo adaptação da cadeia produtiva e do processo de produção (uma engenharia de produção especial).

Os agricultores já contam com ajuda do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Amazonas - SEBRAE/AM, do IDAM, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, e outros organismos de apoio à produção rural,

mas ainda é preciso maior adequação dos cursos às demandas locais, que pedem cursos mais longos e acompanhamento prático mais intensivo. Em termos de financiamento pode contar com o ProVárzea e a Agência Regional de Comercialização do Alto Solimões - ARCOSOL.

Além da Fábrica de Ração instalada em Benjamin Constant que vai dinamizar o mercado regional, seria interessante a implantação de uma fecularia aproveitando o amido da mandioca, por ser um produto cada vez mais utilizado na indústria de alimentos. A fecularia seria implantada em Santo Antônio do Içá, de modo a carrear os produtores dos municípios mais próximos como Amaturá, Tonantins, Jutai e São Paulo de Olivença.



**Panelas de fazer farinha de mandioca, Comunidade Indígena Bom Caminho, Benjamin Constant, 2004**



**Ticunas preparando, farinha de mandioca, Boa Esperança, São Paulo de Olivença, 2004**



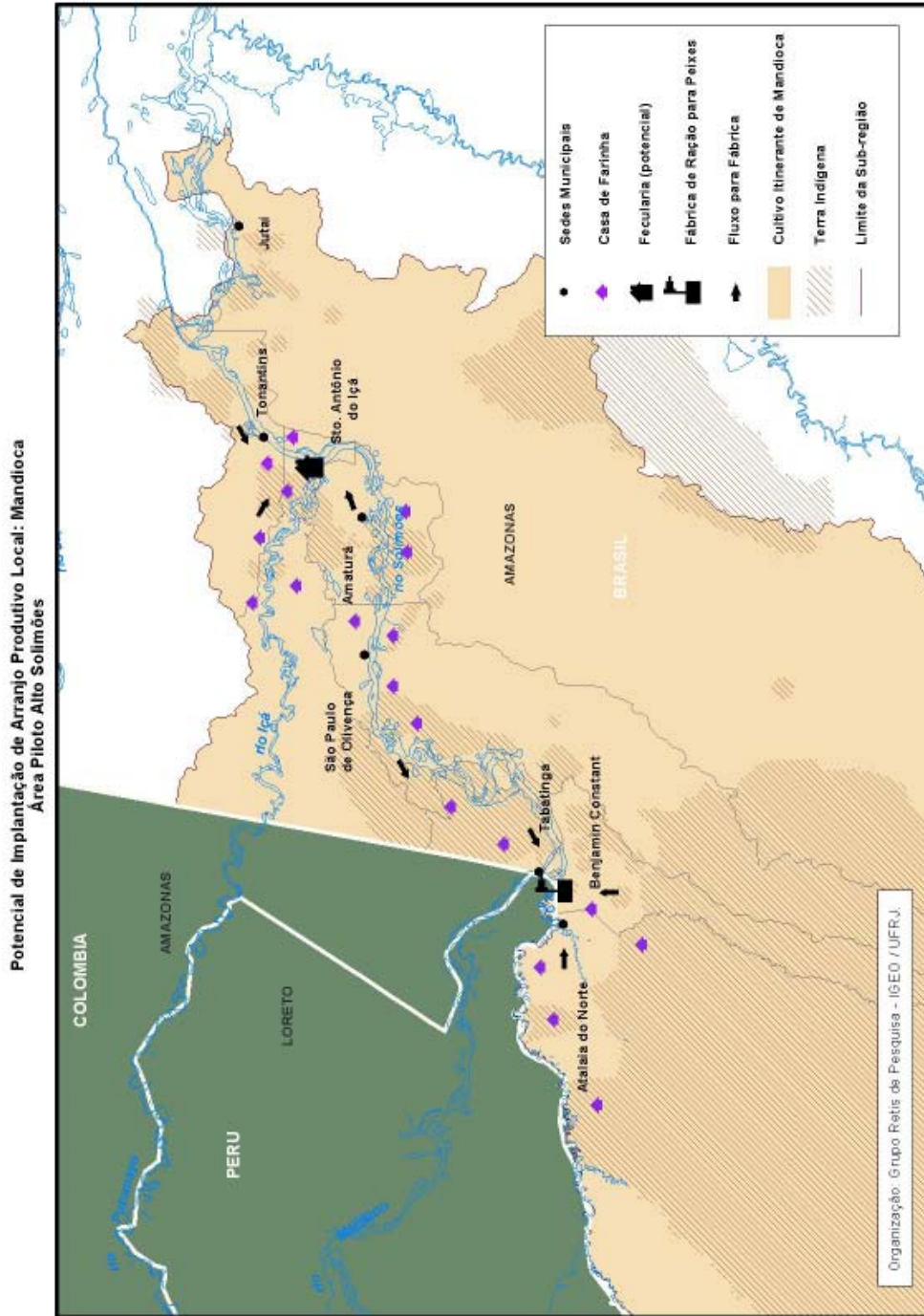


FIGURA 30: ALTO SOLIMÕES - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL - MANDIOCA

### A-2.5 Artesanato

O artesanato é uma atividade com grande potencialidade na região e que apresenta a peculiaridade de envolver as populações indígenas em uma atividade tradicional, pouco predatória e com pequena necessidade de capital. O artesanato tem, ainda, a virtude de poder se associar ao turismo.

Os municípios onde a organização do artesanato indígena mais avançou no Alto Solimões são Benjamin Constant, Atalaia do Norte e São Paulo de Olivença.

A comunidade de Bom Caminho e Cordeirinho no município de Benjamin Constant e as comunidades de Monte Alegre e Vendaval, em São Paulo de Olivença, já estão organizadas em associações para venda de artesanato. Em Bom Caminho, conta com o apoio da Prefeitura, a AMATU - “Associação de Mulheres Ticuna Artesãs de Bom Caminho”, que criou um selo para venda dos produtos além de contar com telefone de contato. Esta associação possui 86 membros (homens e mulheres) e entrega cerca de 200 peças por viagem para Manaus, onde as mercadorias ficam em consignação. Existe outra associação, a IAKNO, também em Benjamin Constant, que comercializa artesanato indígena. Estas associações vendem sua produção para Manaus, Tabatinga e Letícia (CO). Segundo declarações dos presidentes das associações a preferência é pelo mercado de Manaus que paga melhor e é mais garantido.

Em Atalaia do Norte, a Associação dos Artesãos e a Prefeitura, em parceria com a SEBRAE, procura estimular esta atividade promovendo cursos. A cidade de Atalaia do Norte conta com uma loja de artesanato que compra dos artesãos (estes não precisam ser obrigatoriamente vinculados à associação). Na loja os produtos são vendidos tanto para a população local de Atalaia, como para os turistas que se dirigem à cidade com o objetivo de comprar artesanato.

A comercialização continua a ser o maior problema para o desenvolvimento da atividade de artesanato, pois a demanda turística não é suficiente para sustentar a atividade. Entretanto, acredita-se que seja possível uma melhor articulação da atividade com os mercados potenciais (regionais e extra-regionais). Existem casos em que mercados mais distantes são alcançados graças à intermediação de ONG's (mercado italiano por exemplo), ou através da Internet que possibilitou o contato direto com compradores no Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo. Nos mercados mais próximos como o de Letícia (CO), o artesanato das comunidades indígenas brasileiras (principalmente de Atalaia do Norte) é comercializado juntamente com artesanato colombiano e peruano. Em Tabatinga também há uma loja bem próxima ao aeroporto, que vende artesanato feito em Atalaia do Norte.

Segundo entrevistas realizadas em campo, um pequeno número de pessoas controla a rede de comercialização de artesanato indígena do Amazonas vendido em Manaus.

Estes compram todo o artesanato que chega à capital amazonense e revendem em pequenas lojas de rua ou nas lojas de artesanato do aeroporto internacional de Manaus.

As matérias-primas usadas para o artesanato são naturais como sementes de frutas, ossos de animais, penas, plumas, madeira, cipó, palhas e corantes naturais. A partir destes elementos são confeccionados entalhes e estatuetas em madeira, cestos, colares, anéis, objetos de rituais (máscaras, bonecas), redes, utensílios, etc.

Uma das matérias-prima mais valorizadas atualmente é a jarina, fruto de uma palmeira (utilizado na confecção de artesanato e conhecido como “marfim vegetal”), alcança no mercado externo quatorze dólares por quilo, mas pode ser adquirida por preço muito menor nas comunidades indígenas. Segundo palavras do prefeito Amauri de Benjamin Constant, “o caboclo vende dez quilos por trinta reais e muitas vezes derruba a jarina para fazer roça”. São Paulo compra qualquer quantidade de jarina.

O desenvolvimento do artesanato na região do Alto Solimões é, portanto uma atividade promissora. Diversas instituições já prestam alguma forma de apoio, mas falta ainda, em diversas comunidades, infra-estrutura de apoio como casa de artesanato para o armazenamento e exposição da produção e ferramentas para a manufatura das peças. O Comandante do 8º Batalhão de Infantaria da Selva, em Tabatinga afirmou que o exército está em vias de construir mais duas casas de artesanato na entrada desta cidade.

É necessário estabelecer canais regulares de comercialização da produção, com a preocupação de permitir seu controle pelas associações de artesãos e o estabelecimento de pontos de venda na região do Alto Solimões e não só nos grandes centros regionais e nacionais.

Não se deve esquecer dos artesãos não-indígenas que existem na região. Existe em São Paulo de Olivença uma Associação de Artistas e Artesãos apoiada pela Secretaria de Cultura do Município, e que também precisa de mercado garantido para sua produção, o mesmo pode ocorrer em outros municípios do Alto Solimões. De qualquer modo, é também uma atividade de geração de renda para as populações urbanas e ribeirinhas não indígenas e o apoio aos indígenas exclusivamente, poderia acirrar os conflitos entre estas distintas populações.

Recomenda-se a realização de levantamento da atividade de artesanato não indígena e incorporá-los nas políticas de apoio a serem oferecidas às comunidades indígenas.



Cestos indígenas do AMATU, Bom Caminho, Benjamin Constant, 2004



Confecção de cesto indígena na comunidade de Boa Esperança, São Paulo de Olivença, 2004

## A-2.6 Turismo

O Alto Solimões apresenta um conjunto paisagístico fenomenal, com a confluência de três importantes rios paisagisticamente bem distintos (Solimões, Javari e Içá), rios de águas pretas e marrons e a grandiosidade do Solimões, além da presença de comunidades indígenas e seu rico artesanato. Destacando-se ainda, o Hotel de Selva em Atalaia do Norte, a rede hoteleira de bom padrão de Letícia e razoável em Tabatinga, aeroportos internacionais e regionais com boa frequência de vôos regulares conectados à três principais capitais amazônica (Manaus, Letícia e Iquitos) e uma floresta ainda muito preservada, fauna e flora variada (principalmente pássaros).

Pode-se identificar basicamente dois circuitos, ou pólos turísticos na Mesorregião. O primeiro formado por Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte no lado brasileiro, e Letícia, Puerto Nariño, Caballo Cocha e Iquitos nos lados colombiano e peruano. E um segundo circuito formado pelos municípios de São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins. Os dois circuitos estão agora ligados por vôos regionais regulares.

Apesar da grande distância aos principais mercados nacionais, a região do Alto Solimões encontra-se em uma tríplice fronteira bem provida de aeroportos, contando inclusive com aeroporto internacional em Letícia. A proximidade de duas importantes cidades amazônicas como Letícia e Iquitos ligadas por vôos regulares é outra vantagem para o desenvolvimento do turismo na região. A cidade de Letícia, por sua vez, já vem sendo trabalhada como destino turístico há décadas e possui uma razoável infra-estrutura

turística, ainda que necessite de modernização. O grande trunfo da região é a possibilidade de explorar conjuntamente três mercados distintos, o brasileiro, o colombiano e o peruano, além de mercados turísticos mais cobiçados como o norte-americano e europeu.

Neste sentido, é preciso pensar no desenvolvimento da atividade de forma integrada com nossos vizinhos, caso se deseje ampliar as chances de atrair turistas para a região.

Em termos de opções para o turista a região apresenta uma boa variedade de passeios e atividades que precisam ser melhor desenvolvidas, como as festas e o patrimônio arquitetônico de São Paulo de Olivença e Amaturá (que necessitam de restauração), visitas às comunidades indígenas, observação de pássaros e da fauna, pesca esportiva, etc. O artesanato (indígena em particular) pode ser desenvolvido complementarmente ao turismo regional, sendo que neste quesito, mais uma vez Leticia (CO) está melhor preparada. A infra-estrutura turística do lado brasileiro é precária, e um grande obstáculo é a falta de energia e saneamento nas cidades.

Um sério problema para o turismo regional e nacional brasileiro é o custo das passagens aéreas. A única alternativa para remover este obstáculo poderiam ser os vôos “charters”.

Ainda é mais fácil atrair o turista colombiano ou peruano, por ser mais barato chegar à região, mas a situação econômica destes países reduziu em muito esse mercado.

Algumas iniciativas originais estão sendo implementadas na região para atração de turistas, como a implantação de um “hotel de selva” no município de Atalaia do Norte. Outros empreendimentos desse tipo têm chance de funcionar em outras áreas do Alto Solimões, mas ainda é necessário muito investimento em capacitação da mão-de-obra, infra-estrutura hoteleira, levantamento de sítios de interesse, etc. Enfim, é uma atividade onde ainda há tudo por fazer no Alto Solimões, e que precisa ser pensada de forma integrada aos países com quem compartilhamos nossa fronteira.



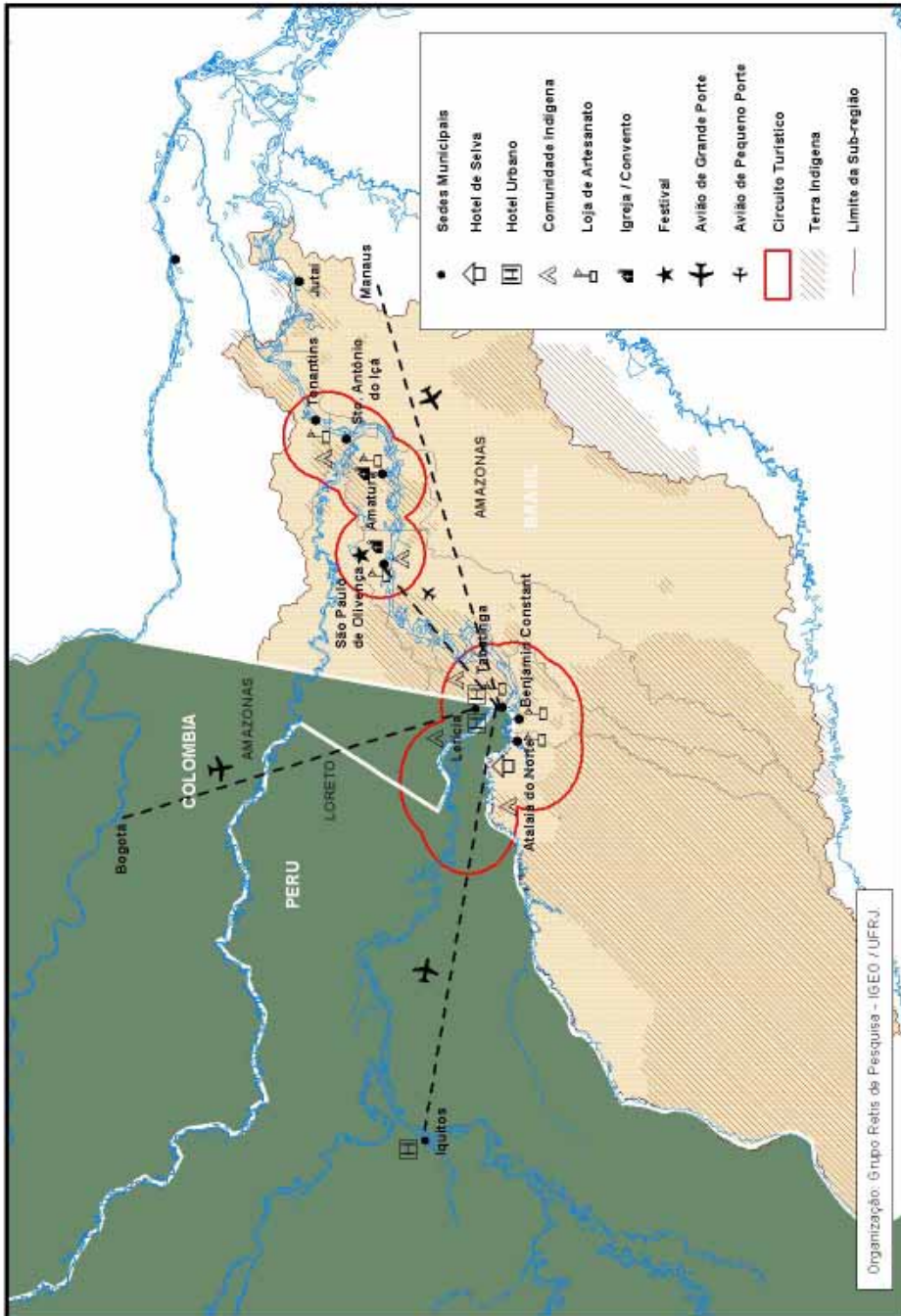
**Vista da entrada de  
de Amaturá, 2004**



**Vista do rio Jandiatuba,  
São Paulo de Olivença, 2004**



A Figura 31 apresenta a organização espacial de um potencial APL do Turismo e Artesanato no Alto Solimões.



**FIGURA 31: ALTO SOLIMÕES - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL - TURISMO E ARTESANATO**

Outros arranjos produtivos locais podem ser pensados para a região como o beneficiamento de frutas tropicais (compotas, congelamento da poupa), o beneficiamento da castanha, a criação de quelônios, a produção de azola como fonte alternativa de proteínas, entre outros, como foram levantados nas reuniões do Fórum realizadas.



**Sacos de açai para sucos e poupa, Benjamin Constant, 2004**



**Fabricação de móveis, São Paulo de Oliveira, 2004**

Além do reconhecimento das principais potencialidades da região para a formação de arranjos produtivos locais foram levantados alguns problemas importantes e que podem influenciar o desenvolvimento regional.

O problema do tráfico de drogas, armas e movimentação das guerrilhas colombianas na fronteira com o Brasil, por exemplo, afeta diretamente os municípios do Alto Solimões, principalmente após o cerco do PLAN COLOMBIA (financiado pelos EUA) que empurra a produção da droga, os laboratórios e as FARC para as fronteiras da Colômbia, entre elas, a brasileira.

Os órgãos nacionais responsáveis por coibir a entrada de grupos de guerrilha no país, o Exército Brasileiro, vem perdendo recursos ano a ano e o mesmo ocorre com a Polícia Federal. Aparentemente, as FARC não atuam do lado brasileiro, pois grande parte da fronteira do Brasil com a Colômbia é formada por zona-tampão, sendo ocupado por Terras Indígenas (de um lado e de outro do limite internacional), os Tucano na Cabeça do Cachorro e os Ticuna, próximo a Tabatinga.

Por outro lado, existem indícios de que a atividade do tráfico estimule de alguma forma o comércio ribeirinho, abastecendo-se de diversos gêneros no Brasil (efeito positivo no comércio fluvial das pequenas cidades ao longo dos Rios Uaupés-Alto Rio Negro, Japurá-Caquetá, Iça-Putumayo). A elevada movimentação de motos, usualmente utilizadas

para o transporte e comercialização da droga em pequenas cidades é outro indicativo da presença do tráfico na região.



**Movimentação de motos  
em Santo Antônio do Içá, 2004**



**Supermercado em  
Santo Antônio do Içá, 2004**

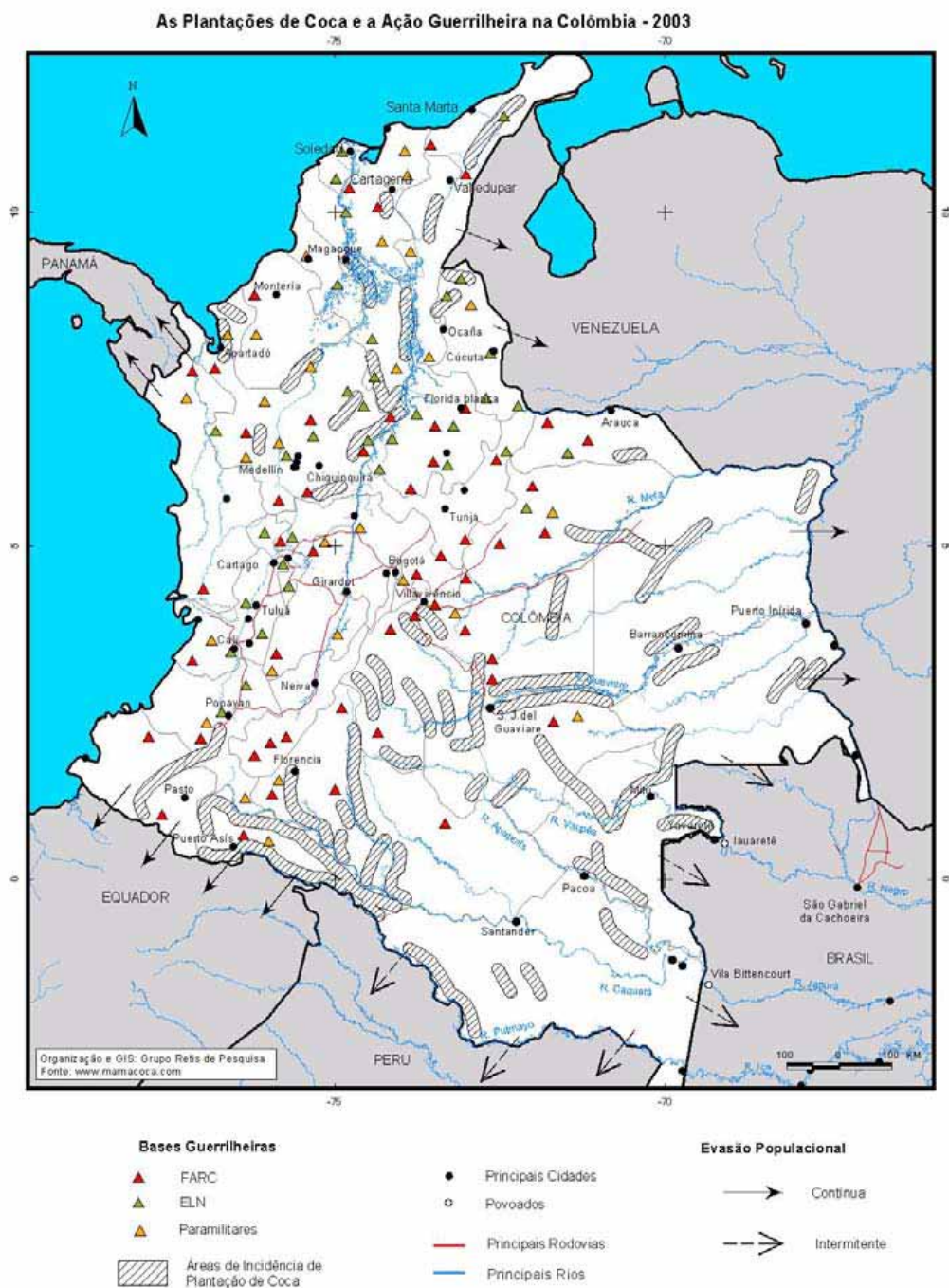
O mesmo ocorre com a pesca que financiada pelos colombianos, acaba gerando renda para muitas famílias de pescadores que não teriam mercado para a sua produção, entretanto há indícios de que existam ligações entre o dinheiro da droga e da pesca.

O município de Santo Antônio do Içá apresenta forte movimento por sua localização no Rio Içá-Putumayo, que sobe até a área da coca e da guerrilha. O Rio Içá-Putumayo é importante na plantação de coca somente no médio vale, bastante distante da fronteira com o Brasil. Como o Rio é navegável é possível que drogas e armas continuem passando por Santo Antônio do Içá. Em Letícia, por outro lado, existe uma grande unidade do Exército e um campo de treinamento dos colombianos pelos americanos.

As medidas que se impõem de forma imediata são da alçada do Ministério da Defesa, embora o Ministério da Integração Nacional deva reforçar as negociações para concretizá-las, a saber:

- reforçar e ampliar o número de contingente do Exército; reforçar/incluir unidades da Marinha e da Aeronáutica nos povoados localizados na linha de fronteira com a Colômbia e a Venezuela; e
- concentrar as ações sociais e de construção de infra-estrutura do Exército na Amazônia (médicos, batalhões de engenharia de estradas e pontes).





**FIGURA 32: PLANTAÇÕES DE COCA E AÇÃO GUERRILHEIRA NA COLÔMBIA**

No âmbito do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, duas medidas podem ser adotadas:

- as reuniões do Fórum da Mesorregião do Alto Solimões devem integrar representantes dos departamentos vizinhos da Colômbia e do Peru;
- um estudo de viabilidade para a implantação de uma ZIF em Tabatinga-Letícia-Benjamin Constant deve ser feito.

O Quadro 22 apresenta uma relação dos principais problemas e potencialidades para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais selecionadas na Sub-região do Alto Solimões e o Quadro 23 relaciona diretrizes, estratégias e instrumentos e o marco regulatório pertinente, para cada uma das APLs selecionadas.

Setor	Identidade Produtiva e Potencialidades	Problemas e Gargalos	Municípios Promissores	Atores Estratégicos
Madeireiro	Atividade tradicional; abundância de recursos florestais exploráveis; existência de serrarias ociosas; grande capacidade de geração de empregos.	Exploração predatória; concentração de riqueza; invasão de terras e violência; proliferação de doenças; superexploração da mão-de-obra; descaminho da madeira brasileira para o Peru; dificuldades de implantação de projetos de manejo florestal; restrições em áreas indígenas; dificuldades de fiscalização; falta de infra-estrutura e equipamentos; pouca qualificação da mão de obra.	Benjamin Constant; São Paulo de Olivença; Santo Antônio do Içá; Atalaia do Norte	MIN; Governo Estadual/IPAAM; AMRAS;
Moveleiro	Atividade tradicional; existência de movelarias ociosas; grande capacidade de geração de empregos.	Falta de equipamentos; máquinas obsoletas; baixa qualificação da mão-de-obra; funcionamento irregular; falta de projeto e desenho de mobiliário; falta de acesso aos mercados; falta de capital de giro e financiamento da produção.	Tabatinga; Benjamin Constant; Atalaia do Norte; São Paulo de Olivença; Santo Antônio do Içá	MIN; Governo Estadual/Programa Zona Franca Verde; SEBRAE; SENAI; Prefeitura Municipal; empresários do setor moveleiro local
Pesqueiro	Atividade tradicional formadora da identidade produtiva da população; relativa abundância de recursos em variedade de espécies e quantidade. Existência de cadeia produtiva para exportação (colombiana) que dá acesso ao mercado internacional e apoio logístico aos pescadores brasileiros.	Pesca realizada de forma artesanal, desarticulada, sem infra-estrutura e em frota antiga e em mau estado; mercado de exportação dominado por colombianos com pouco retorno econômico para a região (descaminho); os pescadores brasileiros explorados pelos colombianos perdem no câmbio e na classificação do peixe (desfavoráveis); exaustão dos recursos e diminuição da produtividade pela pesca predatória; desperdício de pescado; falta de organização do setor.	Todos os municípios do Alto Solimões; com destaque a Tabatinga e Santo Antônio do Içá	Comitês de Vizinhança Brasil-Colômbia; Sec.Especial de Aquicultura e Pesca do Gov. Federal; IBAMA; Ministério do desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Min.Fazenda/Receita Federal; Associações de Pescadores; IDAM/Gov.do Amazonas; SEBRAE; Universidades
Piscicultura	Apontada como uma das melhores alternativas econômicas para a região, face ao esgotamento da pesca nos rios da região; Mercado interessado na produção (colombianos); serve para aumentar a produção sem pressionar os recursos pesqueiros da região; cria oportunidades de pesca em períodos de defesa ou seca de igarapés; já conta com programas bem estruturados pelo Governo do Estado/IDAM o Programa Zona Franca Verde	Custos elevados de implantação e manutenção (tanque e ração); obtenção e transporte de alevinos; dificuldades de acesso à terra; falta de capacitação dos produtores; furto de peixes	Benjamin Constant; São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá; apesar de poder ser implantado em todos os municípios	Sec.Especial de Aquicultura e Pesca do Gov. Federal; IBAMA; Associações locais; Prefeituras; IDAM/Gov.do Amazonas; SEBRAE; Universidades

QUADRO 22: PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DA SUB-REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES

Setor	Identidade Produtiva e Potencialidades	Problemas e Gargalos	Municípios Promissores	Atores Estratégicos
Mandioca	Atividade tradicional na região (populações indígenas e não indígenas); grande capacidade de geração de emprego e renda; possibilidades de beneficiamento para produção de farinha de mesa, composto de ração; pequenas feculares.	Desorganização dos produtores, métodos artesanais precários, baixa qualidade da produção (farinha), falta de higiene na confecção da farinha e derivados, comercialização deficiente.	Todos os municípios do Alto Solimões; com destaque para Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Içá	Min. da Agricultura/PRONAF, EMBRAPA. Associações de Produtores Rurais locais, associações indígenas, Prefeituras, Gov.do Amazonas/SEPROR/IDAM/ Programa Zona Franca Verde SEBRAE, FUNAI, INCRA
Artesanato	Atividade de grande potencial de geração de renda para comunidades indígenas; as comunidades começam a se organizar e já contam com associações e esquemas de comercialização da produção que precisam ser melhorados. Atividade pouco predatória que pode valorizar a identidade indígena, além de ser complementar à atividade turística.	A comercialização ainda pouco explorada no lado brasileiro da fronteira; Mercado internacional explorado pelos colombianos em Letícia, em lojas especializadas. Mercado nacional controlado por poucos intermediários de Manaus. No lado brasileiro falta infra-estrutura nas comunidades produtoras e de pontos de venda nas cidades.	Tabatinga; Benjamin Constant; Atalaia do Norte; São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá	Associações de artesãos indígenas; MIN; Prefeituras, SEBRAE, Ministério da Cultura, FUNAI
Turismo	Paisagem Amazônica por excelência, com floresta ainda muito preservada, fauna e flora variada, pesca esportiva, igarapés, rios de águas pretas e marrons, grandiosidade do rio Solimões, confluência de três importantes rios distintos (Solimões, Javari e Içá), comunidades indígenas e rico artesanato, hotel de selva em Atalaia do Norte, rede hoteleira de bom padrão em Letícia e razoável em Tabatinga, aeroportos internacionais e regionais com boa frequência de vôos regulares conectados às três principais capitais amazônicas (Manaus, Letícia e Iquitos).	O turismo ainda é pouco explorado na região. O pequeno fluxo de turistas é canalizado por Letícia (CO), que possui rede turística de hotéis e passeios turísticos locais estabelecida; Tabatinga participa desta rede de forma marginal ainda que complementar, os principais passeios e agências estão em Letícia e só agora começa a melhorar sua infra-estrutura hoteleira. Atalaia do Norte já conta com um hotel de selva.	Pólo 1 - Tabatinga-Letícia (BR-CO), Benjamin-Constant (BR), Atalaia do Norte (BR), Puerto Nariño (CO), Caballo Cocha (PE), Iquitos (PE)  Pólo 2 - São Paulo de Olivença (BR), Amaturá (BR), Santo Antônio do Içá (BR), Tonantins (BR)	Ministério do Turismo, Ministério das Relações Exteriores, Governos Estaduais, Prefeituras, agentes de turismo estaduais e locais, associações de hotéis e pousadas, empresas de transporte e seus homólogos dos países vizinhos

QUADRO 22: PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DA SUB-REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES (CONT.)

Sector	Diretrizes	Estratégias	Instrumentos	Marco Regulatório Vigente
Madeireiro	Fomentar a criação de Arranjos Produtivos Locais do Setor Madeireiro	Implantação de projetos de manejo florestal; Parceria com o Governo do Estado/PPAAM; apoio ao associativismo; melhoria da fiscalização; investimento em P&D, educação e tecnologia de processo e produto florestais; fomentar projetos comunitários; criar mecanismos de controle da concentração econômica; cooperação técnico/comercial com o Peru.	Regularização fundiária; assistência técnica; capacitação de mão de obra; apoio financeiro ao produtor com regras que evitem a concentração econômica; alteração da legislação para permitir exploração econômica em áreas indígenas; financiamento de equipamento órgão fiscalizador; beneficiamento de certificação da madeira; utilização compartilhada da infra-estrutura/equipamentos; discussão do tema com parceiros peruanos nos Comitês de Fronteira.	Código Florestal: Lei 4.771/65; MP N.2.166-67/2001; Lei 9.985/2000; Lei 7.803/1989; Lei 5.868/72
Movelleiro	Fomentar a criação de Arranjos Produtivos Locais do Setor Madeireiro	Parceria com o Governo do Estado e o Programa Zona Franca Verde; apoio ao associativismo dos moveleiros; capacitação da mão-de-obra; capacitação gerencial dos empresários do setor; investimento em melhoria da produção; abertura de novos mercados.	Assistência técnica; capacitação de mão de obra; apoio financeiro ao produtor; financiamento de projetos de design local; criação de selo de qualidade e marca do Alto Solimões; utilização compartilhada da infraestrutura e equipamentos.	Certificado de origem da madeira utilizada, regulamentação geral da atividade
Pesqueiro	Fomentar a formação de cadeia produtiva transfronteiriça de pesca; inserir técnicas sustentáveis econômica e ambientalmente	Aproveitar a cadeia de exportação de pescado estabelecida por colombianos; simplificar processos de exportação do pescado; fortalecer segmentos nacionais da cadeia da pesca; regularizar e controlar a atividade exportadora do peixe "de couro" para a Colômbia; internalizar benefícios do comércio do peixe; controlar recursos pesqueiros; formar parcerias com Gov. Estadual / IDAM, Universidades e SEBRAE; atrair a iniciativa privada.	Mudança na regulamentação da exportação do pescado; financiamento da atividade pesqueira; instalação entrepostos pesqueiros flutuantes (armazenamento e beneficiamento); fornecimento de barco frigorífico com unidade de beneficiamento; reativação de fábricas de gelo; implantação de infra-estrutura de salga; capacitação dos pescadores e líderes das associações; implantação do manejo pesqueiro; apoio à comercialização visando mercado interno e externo.	Decreto-Lei 221/67; Lei 7.679/88; Sistema de Inspeção Federal (S.I.F.) Ministério da Agricultura (regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal)
Piscicultura	Apoiar a implementação de Arranjos Produtivos Locais de Piscicultura	Apoiar o associativismo; atrair fornecedores para Fábrica de Ração de Benjamin Constant; aumentar o acesso à crédito; dar assistência técnica; apoiar a regularização fundiária.	Parceria com IDAM; capacitação dos piscicultores; estabelecer critérios de seleção privilegiando pequenos produtores e indígenas; término da construção da fábrica de ração em Benjamin Constant; implementação de cadeia de fornecedores para fábrica de ração de Benjamin Constant; apoio à comercialização da produção.	Regulamentação ambiental para construção dos tanques de piscicultura; Critérios de seleção de projetos para receber ajuda do Programa Zona Franca Verde

QUADRO 23: DIRETRIZES PARA ESTÍMULO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAISE TRANSFRONTEIROS DO ALTO SOLIMÕES

Setor	Diretrizes	Estratégias	Instrumentos	Marco Regulatório Vigente
Mandioca	Fomentar a criação de Arranjos Produtivos Locais da Cadeia da Mandioca	Capacitação do produtor rural (indígena e não indígena) para melhoria da produção, assistência técnica e extensão rural, financiamento da produção, insumos e maquinário, incentivo ao associativismo e organização dos produtores, apoio à implantação de pequenas indústrias de beneficiamento, apoio à comercialização, divulgação dos produtos, abertura de novos mercados, regulamentação fundiária	Aumento do número de extensionistas; parceria com IDAM; término da construção da fábrica de ração em Benjamin Constant; implementação de cadeia de fornecedores para fábrica de ração; apoio a abertura de linhas de crédito	PROVARZEA PRONAF ARCOSOL
Artesanato	Apoiar a implementação de Arranjos Produtivos Locais de Artesanato	Fortalecer as associações de artesanato indígena; apoiar na comercialização (mercados interno e externo); apoiar a capacitação de artesãos indígenas (com professores indígenas); Estender o apoio às associações de artesãos não-indígenas; divulgar o artesanato regional	Construção de casas de artesanato nas aldeias; implantar pontos de venda nas cidades; catalogar peças-tipo; ajuda na criação de marca; selo para a produção, embalagem, aproveitando mão de obra indígena, etc.	Estatuto do Índio
Turismo	Apoiar a implementação de Arranjos Produtivos Transfronteiriços de Turismo	Apoio ao desenvolvimento da rede de hotéis e pousadas, capacitação da mão-de-obra turística local, recuperação do patrimônio histórico arquitetônico, levantamento de sítios de interesse turístico, divulgação dos atrativos regionais, oferta de pacotes turísticos atrativos; melhora de infraestrutura de saneamento, principalmente água. Articulação e parceria com agentes e autoridades dos países vizinhos	Inventário de recursos turísticos regionais, parceria com empresas de turismo internacionais, nacionais e companhias aéreas, hotéis e pousadas, produção de material de divulgação (mídia impressa, e eletrônica), divulgação nos meios de comunicação, promoção de eventos turísticos na região (Festivais de pesca, Folclore, etc.)	Legislação referente a áreas especiais, parques estaduais e federais. Regulamentos referentes ao ecoturismo.

**QUADRO 23: DIRETRIZES PARA ESTÍMULO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E TRANSFRONTEIRIÇOS DO ALTO SOLIMÕES (CONT.)**

## **B. CONE SUL-MATO-GROSSENSE – FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI**

O estudo de caso foi fundamentado em pesquisa de campo realizada no primeiro semestre de 2004, seguindo um largo roteiro de reconhecimento, iniciado em Dourados e terminando num encontro informal com autoridades brasileiras e paraguaias, além de representantes da sociedade civil em Ponta Porã. O roteiro incluiu as seguintes cidades: Sidrolândia, Dourados, Maracajú, Naviraí, Rio Brilhante, Mundo Novo, Guaíra, Salto del Guairá (Paraguai), Japorã, Coronel Sapucaia, Capitán Bado (Paraguai), Amambaí, Ponta Porã, Pedro Juan Caballero (Paraguai), Bela Vista e Bella Vista (Paraguai)<sup>1</sup>.

Tendo a fronteira com o Paraguai como referência, a área de abrangência do estudo de caso compreende as sub-regiões do Pantanal (segmento Sul), Bodoquena e Cone Sul-mato-grossense. Aqui será aprofundado a análise desta última sub-região, as outras duas tendo sido contempladas no item relativo à tipologia das sub-regiões.

---

<sup>1</sup> O trabalho de campo contou com a colaboração essencial para seus resultados, do Dr. Frederico Valente (IGP-MS) e do Professor Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS)







Entre o final do século XIX e até o pós-guerra (década de 1940), desde Porto Murtinho até o Noroeste do Paraná, as Sub-regiões da Bodoquena e do Cone Sul-mato-grossense foram o domínio da *Companhia Matte Laranjeira*. A companhia de capital misto brasileiro e argentino recebeu grandes concessões de terras da União após a Guerra do Paraguai, tanto no atual Mato Grosso do Sul como no Paraná para a exploração dos ervais nativos, exportando por via fluvial (Rios Paraguai e Paraná) a matéria prima do mate para a Argentina, onde se fazia o beneficiamento, venda e revenda.

Como os ervais estendiam-se por território brasileiro e território paraguaio, a Companhia foi incorporando terras dos dois lados da divisa, tornando-se um pequeno império extrativista que definiu durante anos a identidade regional e o poder de algumas famílias de Mato Grosso (o Estado de Mato Grosso do Sul só foi criado na década de 1970). Da rede de armazéns e escritórios de gerência emergiram as atuais sedes dos municípios de Porto Murtinho, Bela Vista e Ponta Porã. A riqueza dos ervais do Paraná levou à mudança da sede da Companhia de Porto Murtinho, à margem do Rio Paraguai, para Guaíra, cidade paranaense na divisa com o Mato Grosso do Sul e o Paraguai, à margem do Rio Paraná. Uma série de fatores, o esgotamento dos ervais, mudanças políticas na Argentina e no Brasil, as madeireiras paranaenses e com elas as primeiras levas de imigrantes sulistas e nordestinos seguindo a trilha colonizadora do Norte do Paraná, foi responsável pelo fim do domínio da *Companhia Matte Laranjeira*.



**Bela Vista/MS: prédio da década de 1920, vinculado ao 'ciclo' da erva mate e ao comércio fluvial na bacia do Paraguai. Cidade-gêmea com Bella Vista (PY) (março,2004)**



**Bela Vista/MS: potencial turístico da história regional, com exemplos de arquitetura de inspiração eclética e art-deco no sertão de MS (março, 2004).**

## B-2 Aspectos Geoeconômicos: agricultura e agronegócios

Dois outros eventos foram importantes na formação socioeconômica do território. O primeiro ocorreu na década de 1930, com a criação pelo Governo Federal de várias colônias agrícolas na região de Dourados, permitindo o assentamento de nordestinos e sulistas praticando pequena lavoura de subsistência, primeira cunha do sistema produtivo de ‘frente pioneira’ na região.

O segundo evento foi a expansão da soja nas últimas décadas, seguindo também a trilha dos novos “colonos” sulistas, vinculado ao sistema produtivo dos agronegócios. Superpondo-se e mesclando-se na região de Dourados, com a compra das terras dos antigos colonos, o novo vetor tem servido de “canal” para a expansão de filiais e novos empreendimentos procedentes, principalmente do Paraná. Destaca-se a extensa rede de armazenamento e secagem da soja e, mais recentemente, a valorização da mandioca para a produção de amido, que tem sido responsável pela implantação de pequenas fábricas modernas com investimento paranaense, paulista e sul-mato-grossense.



**Cone Sul-mato-grossense. Armazém de soja e indústria de óleo; capitais paranaenses e multinacionais investindo nos agronegócios da soja. (março, 2004)**

De fato, nos últimos anos um novo evento veio a se somar aos dois anteriores, a expansão do cultivo da mandioca para a produção de amido. A mandioca, sempre associada na história do país ao sistema produtivo indígena e caboclo, está sendo “capturada” pelo sistema produtivo agro-industrial. Três fatores podem ser apontados como responsáveis por essa mudança de perfil do cultivo da mandioca. O primeiro é o avanço tecnológico no aproveitamento químico-industrial de produtos de origem orgânica; o segundo, a decisão governamental de permitir maior percentual de fécula em produtos alimentares; o terceiro, específico a Mato Grosso do Sul, uniu o SEBRAE-MS a uma associação de pequenos produtores de mandioca e fécula no vale do Ivinhema (Bacia do

Paraná), a nordeste de Dourados. Essa conjunção de fatores emergentes provocou a alta do preço do produto de menos de cinquenta reais para trezentos reais/tonelada nos dois últimos anos. Nas Sub-regiões Cone Sul, Dourados e Bodoquena, a expansão do cultivo foi acompanhada pela difusão de pequenas unidades industriais de produção de amido, seja com investimentos do Paraná e São Paulo, seja com investimentos sul-mato-grossenses. O incentivo fiscal proporcionado pelo Governo Estadual sob a forma de redução do ICMS sem dúvida também foi favorável à implantação da APL da mandioca na área-piloto. Considerando que o amido tem várias aplicações, desde a produção de alimentos até conservantes químicos e plástico biodegradável, sugere-se a expansão da APL da mandioca até a fronteira com o Paraguai, onde também se expande a “frente” da mandioca para fins industriais.



Naviraí/MS. Fábrica de amido de mandioca. (março, 2004)

A presença de produtores rurais brasileiros no Paraguai tem facilitado aí também a implantação de fabricas de amido e a transformação de antigas plantações de soja em cultivos de mandioca, fato que está provocando efeitos negativos no país vizinho. A mandioca, que faz parte da dieta paraguaia, era barata. Entretanto, com a valorização e redução da oferta nos mercados locais, o preço aumentou, causando reclamações dos consumidores.

### **B-3 Aspectos Geoeconômicos: pecuária de corte e leiteira**

O Pantanal é a região por excelência da criação extensiva de gado bovino. Na área de estudo está representada pelos municípios do Noroeste (Pantanal Sul), como Aquidauana, Anastácio e Miranda. Inicialmente voltadas para a produção de charque, depois para a venda de bezerros, hoje muitas fazendas também estão explorando o turismo

rural. A criação extensiva de gado de corte, exportado em pé para a engorda no Cone Sul-mato-grossense, caracteriza hoje a economia da pecuária nas duas Sub-regiões, Pantanal (Sul) e Bodoquena.

A presença do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, relativamente próximo ao pólo turístico fomentado pelo Governo Estadual (que abrange os municípios de Jardim e Bonito a Sudoeste do Pantanal) sugere a possibilidade de um “corredor turístico” na área.

A expansão da rede rodoviária e o bom estado da maioria das estradas em Mato Grosso do Sul (federais e estaduais), fruto de um fundo especial criado pelo Governo Estadual com esse fim, permitiu a articulação dos municípios do Norte com Campo Grande, criando um mercado para a produção leiteira sub-regional. Assim, atualmente, o Pantanal Sul abriga a bacia leiteira de Aquidauana, incluindo o Sudoeste do Estado, apresentando produção expressiva de leite *in natura* com tecnologia de resfriamento. O aparecimento de indústrias de laticínios nas sedes municipais está vinculado ao mercado local, separados que estão por grandes fazendas. Esse tipo de organização espacial da produção não é indutor de arranjo produtivo vinculado aos laticínios.

Outro é o perfil das Sub-regiões de Dourados e Cone Sul-mato-grossense. Aqui aparecem grandes fazendas de criação e engorda de gado bovino, indicador de maior nível de especialização e investimento em pastos artificiais (Iguatemi, Amambaí, Maracajú, Japorã, Mundo Novo). Pequenos curtumes estão espalhados pela região, a maior parte da produção destinada às indústrias de transformação localizadas no Paraná e em São Paulo. Grande parte do gado é exportada para a região de Nova Andradina (Costa Leste) e para o Oeste Paulista, embora a exportação direta para o exterior de carne bovina certificada é crescente (frigoríficos em Campo Grande e Costa Leste), inclusive para países árabes.

A importância desse rebanho, um dos maiores do país poderia ser a base para estimular a cadeia produtiva da bovinocultura de corte. No entanto existe pouco interesse dos grandes criadores em romper sua própria ‘cadeia produtiva’, neste caso “horizontal”, estimulando a verticalização na própria região, até porque muitos deles fazem exatamente isso em seus estados de origem (São Paulo, Paraná).



**Japorã/MS. Paisagem-tipo das grandes fazendas de criação engorda da Sub-região Cone Sul-mato-grossense (março,2004)**



**Japorã/MS (fronteira com o Departamento Canindeyú, Paraguai). Paisagem-tipo dos acampamentos dos sem-terra. Neste município ocorreram a invasões das fazendas locais locais por indígenas de uma pequena reserva cercada por grandes propriedades pastoris (março,2004).**

A pecuária leiteira, por outro lado, apresenta cenário mais promissor para a verticalização da bovinocultura de leite. As bacias leiteiras de Dourados e, principalmente Glória de Dourados, permitiram o aparecimento de várias indústrias de laticínios, com produção primordialmente destinada ao mercado regional, que inclui Campo Grande a Leste. Um fator positivo é a existência de diversas associações de produtores leiteiros, empenhados na melhoria técnica do produto.

Uma APL potencial de bovinocultura de leite poderia articular a sub-região de Dourados ao município limeiro de Ponta Porã, que engloba vários assentamentos, antigos e recentes, os quais poderiam se beneficiar da articulação com o mercado de Dourados.

#### **B-4 Posição Peculiar das Atividades para Geração de Emprego e Renda**

Uma das principais conclusões do estudo de caso nas Sub-regiões de Dourados e do Cone Sul-mato-grossense é a necessidade de distinguir, do ponto de vista prático e também conceitual, estratégias e ações dirigidas ao desenvolvimento regional e à geração de emprego e a renda. O desenvolvimento regional geralmente depende de ações de longo prazo, visto estar associado ao aumento de diversas densidades, econômicas, sociais, técnicas e institucionais, como postulado pelas teorias clássicas de desenvolvimento. Supunha-se que novos pólos de investimento industrial, por exemplo, teriam como efeito 'natural' o aumento da oferta de empregos e da renda da população. Atualmente, o êxito de um novo investimento industrial tende a ser medido pelo introdução de novas tecnologias industriais, geralmente poupadoras de mão-de-obra, e os efeitos desses investimentos

tendem a ser medidos pelo aumento do PIB regional e/ou capacidade de exportação. Não existe nesse caso, por tanto, uma relação linear entre novos investimentos e firmas dotadas de novas tecnologias industriais (o caso da mandioca, apontado acima, parece exemplar) e a geração de emprego e renda, mas sim uma reorganização do espaço produtivo.

Em Mato Grosso do Sul, como em tantos outros lugares, o desemprego é mais visível na cidade que no campo, até uma parte considerável da mão-de-obra local reside nas cidades, principalmente em regiões com predomínio de agricultura mecanizada. O foco do problema de geração de emprego e renda desloca-se assim “região” para os núcleos urbanos. Não é novo afirmar que no urbano as atividades com potencial de gerar emprego e [baixa] renda são predominantemente informais e de nível técnico-tecnológico baixo, exatamente por isso absorvendo uma massa de mão-de-obra pouco qualificada e oferecendo condições de trabalho difíceis (insalubridade, longas horas de trabalho, salário-produtividade, ausência de direitos trabalhistas).

Nas últimas décadas, quase que simultaneamente à expansão das indústrias “capital-intensivas”, ou seja, de alto nível tecnológico, uma forma híbrida de atividade industrial, muito antiga, adquiriu novo ímpeto, combinando trabalho informal com uso de maquinaria sofisticada e “indústria doméstica”. Sua conexão com indústrias “capital-intensivas” em uma ou várias pontas de um processo produtivo territorialmente disperso, configuram redes de produção ou “cadeias produtivas” complexas e de elevada ‘flexibilidade’ (em termos de vida útil, forma de contratação da mão de obra, estoques, das empresas formais e informais envolvidas). As “*sweat-shops*” (referência à insalubridade das condições de trabalho) urbanas são mais difundidas no ramo das confecções, porém são também encontradas em outros setores. Desde o Sudeste Asiático até as metrópoles dos países desenvolvidos, o “modelo”, indubitavelmente precário, das *sweat-shops* tem sido uma das soluções para o desemprego urbano.

Nas pequenas e médias cidades da área de estudo, o número de lojas acopladas à ‘indústria’ de confecções ou de bordados, de aplicação de detalhes a roupas já confeccionadas é significativo, embora não capitados pelas estatísticas oficiais do setor industrial. Em Dourados, Ponta Porã, Amambaí, em Pedro Juan Caballero (Paraguai), Naviraí, Maracajú, tais empreendimentos são comuns. Os donos das lojas fazem seus contatos/contratos no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Oeste Paulista, em Curitiba, Cianorte ou Umuarama no Paraná, criando verdadeiras redes funcionais.





Dourados/MS loja de fábrica de confecções (março, 2004)



Geração de emprego e renda. A fábrica está atrás da loja, fazendo uso de mão-de-obra informal local e máquinas bordadeiras controladas por computador, compradas em São Paulo



Segunda sala, hora do almoço, as operarias fazendo hora-extra. Há filas de candidatas a esses empregos, similares ao das *sweat-shops* de outros países (China, Estados Unidos, França, Norte da África, Sudeste Asiático). É um dos instrumentos mais mobilizados globalmente para a geração de emprego e renda (março, 2004)

## B-5 A Fronteira do Paraguai

O Cone Sul-mato-grossense conta com três cidades-gêmeas de variados tamanhos ao longo da fronteira paraguaia, (Bela Vista/Bella Vista; Ponta Porã/Pedro Juan Caballero; Coronel Sapucaia/Capitán Bado), além da conurbação entre Paranhos e o povoado de Ypejú (Paraguai), e a Tríplice Fronteira bi-nacional no extremo Sudeste da região, formada por Mundo Novo/MS, Guaíra/PR e a cidade paraguaia de Salto del Guairá. Embora muitas delas tenham surgido na época da erva-mate, o processo que as transformou em pequenas cidades está relacionado com interações conjunturais mais recentes, vinculadas



ao comércio (sacoleiros, turismo de compras), ao tráfico de *Cannabis sativa* e à “fronteira móvel” dos brasiguaios no país vizinho.

### ***Comércio***

De modo geral, o comércio entre cidades-gêmeas e mesmo o contrabando são feições muito comuns em faixas de fronteira pelo mundo afora. Deriva não só do fluxo de bens e pessoas, como da possibilidade de usufruir as facilidades proporcionadas por diferenças de normas entre sistemas territoriais. Uma das mais recentes (segunda metade do século XX) tem a ver com valores diferenciados de moeda, a chamada “economia da arbitragem”, que permite não só o comércio de bens como o comércio de moedas.

A transformação do Paraguai em um grande entreposto ou porto franco no pós-guerra foi uma forma de estimular o comércio transfronteira. Compradores seriam atraídos pelo preço baixo de produtos impossíveis de serem adquiridos no país de origem devido aos altos impostos que seus governos cobravam para desestimular as importações e incentivar a produção interna.

Foi esta diferença entre normas e políticas nacionais que levou ao aparecimento dos “sacoleiros”. Pedro Juan Caballero nunca foi tão importante quanto Ciudad del Este neste comércio. Especializou-se em abrigar bancos que funcionavam como ponte para operações triangulares, mecanismo muito utilizado por empresas e o sistema bancário brasileiro durante os anos de inflação galopante.

A abertura relativa às importações na década de 1990, o controle do processo inflacionário e a reforma do sistema bancário no Brasil reduziram essa função das cidades-gêmeas, e foi particularmente prejudicial a Pedro Juan Caballero, pois, ao contrário de sua vizinha no sul (Ciudad del Este), não abrigava as “maquilas” de produtos brasileiros para compensar a redução do turismo de compra e a função bancária.

### ***A produção e tráfico de cannabis***

Paralelamente ao comércio, o aumento do consumo de *Cannabis sativa* no Brasil estimulou seu plantio ao longo da fronteira com o Brasil, ao mesmo tempo em que brasileiros dominavam o tráfico. Esse processo teve início há mais de trinta anos e se expandiu de forma acentuada nos últimos vinte anos. Atualmente, o Departamento de Amambay é o maior produtor de maconha do Paraguai (mais de 70% do total) e grande parte desta economia é controlada por brasileiros. Não é aqui o lugar para detalhar a questão. Basta apontar para sua natureza contraditória (e conjuntural), pois ao mesmo tempo em que estimula o comércio urbano, gera empregos na área rural e financia atividades absolutamente legais nas cidades e no campo de vários estados brasileiros e paraguaios,

fecha as portas a outros investimentos que poderiam estruturar de forma mais sustentável as interações transfronteiriças.

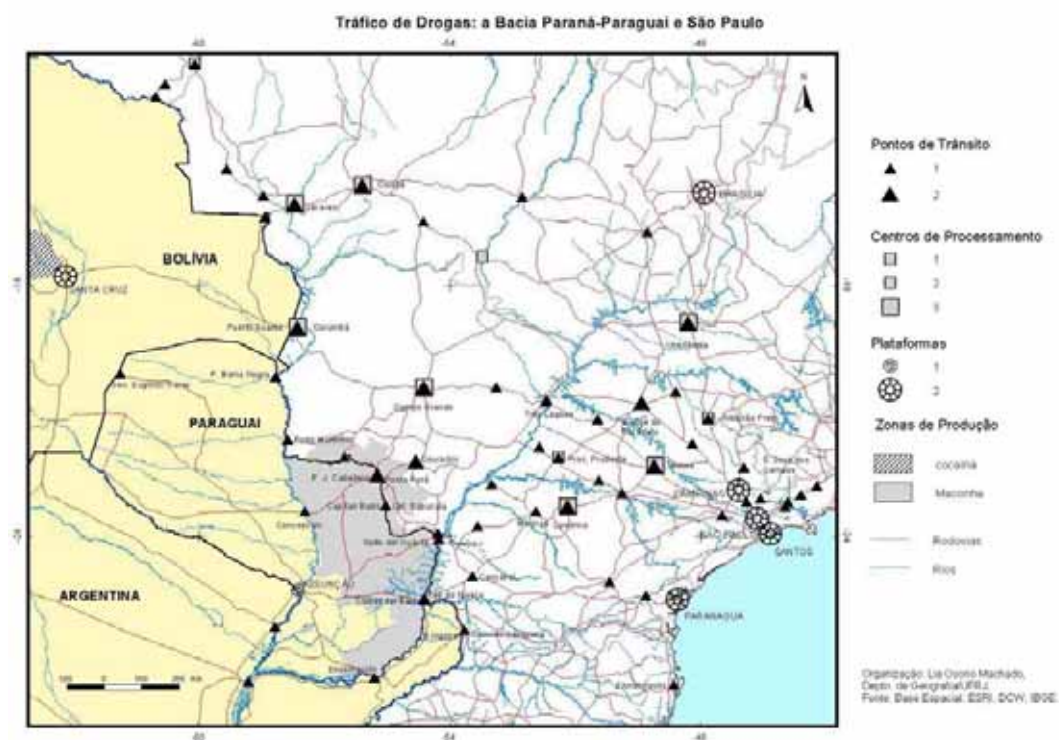


FIGURA 34: TRÁFICO DE DROGAS: BACIA PARANÁ-PARAGUAIE SÃO PAULO

### A “fronteira móvel”

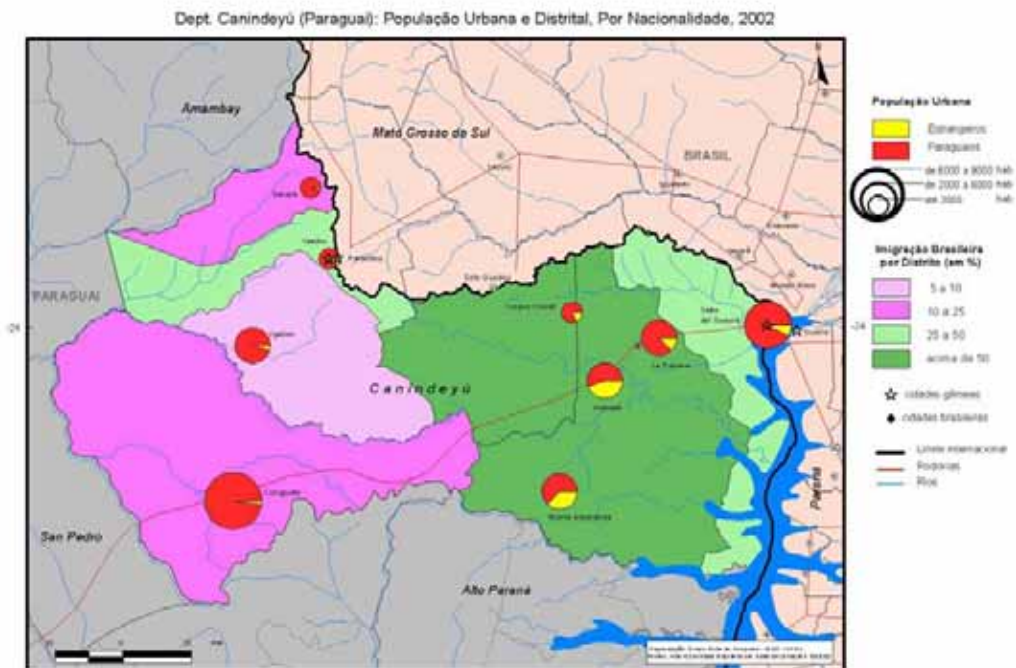
Não só a economia ilegal atraiu brasileiros para a fronteira paraguaia. Durante os últimos trinta anos, levas de imigrantes sulistas vêm comprando terras no país vizinho, plantando soja ou criando gado bovino, explorando a madeira abundante em suas florestas, usualmente contrabandeada para o Brasil. A expansão dos brasiguaios na fronteira paraguaia é hoje uma fonte de tensão para as relações transfronteiriças. Os governos paraguaios têm se beneficiado da produção de grãos controlada por brasileiros, na medida em que ajuda a melhorar a balança de pagamentos, estimula a reforma da administração e atenua a difundida imagem do país como “país-bandido”.



Pedro Juan Caballero (PY). Mercado popular com confecções brasileiras. Pedro Juan é cidade-gêmea com Ponta Porã/MS. (março, 2004)



Fronteira seca Brasil-Paraguai. Marco de fronteira em meio a campo de Soja (março, 2004)



**FIGURA 35: DEPARTAMENTO DE CANINDEYÚ: POPULAÇÃO URBANA E DISTRITAL, POR NACIONALIDADE - 2002**

A situação não é vista com os mesmos olhos no “terreno”, ou seja, muitos paraguaios vêm com desconfiança e preocupação a compra de boas terras de cultivo pelos vizinhos. São unidades produtoras mecanizadas, com baixo nível de absorção de mão-de-obra local e baixo nível de interação com a cultura local.

A expansão de empresas de armazenamento, secagem e esmagamento de soja por firmas brasileiras no Paraguai, acoplada à recente entrada de empresas interessadas na

aproveitando-se da falta de títulos de propriedade de antigas comunidades rurais paraguaias. Esses e outros elementos da dinâmica regional e das interações transfronteiriças sugerem que a fronteira do Cone Sul-mato-grossense deve ser alvo prioritário de políticas públicas locais e federais.

### **B-6 Arranjos Produtivos Locais**

O cruzamento da pesquisa de campo com dados da Junta Comercial do Estado do Mato Grosso do Sul e das análises das especializações produtivas, sugestões de Arranjos Produtivos Locais foram organizadas sob a forma de mapas, apresentados a seguir. Os Quadros que complementam esta seção apresentam uma relação dos principais problemas e potencialidades para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais selecionadas na Sub-região do Cone Sul-mato-grossense.

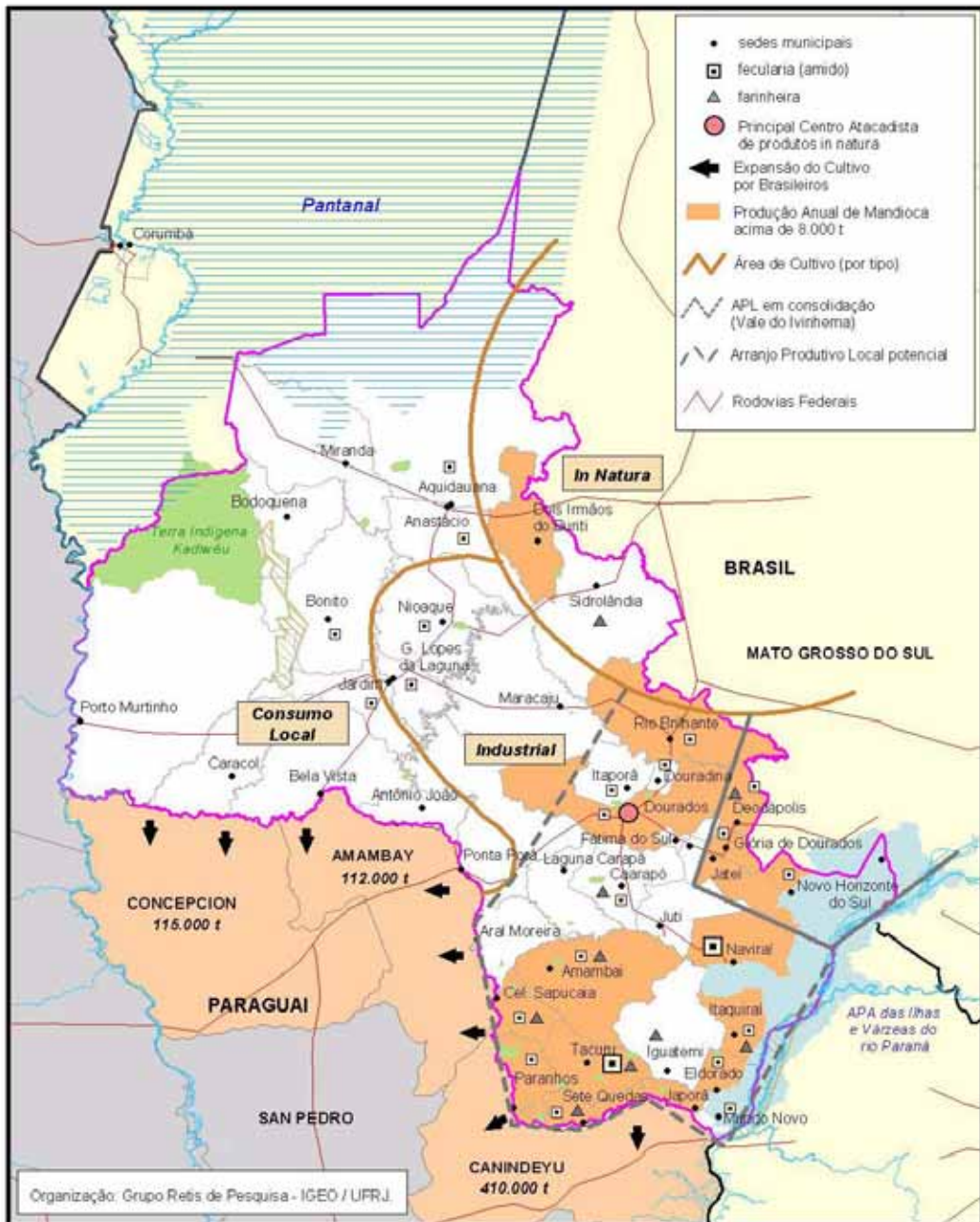


FIGURA 36: MATO GROSSO DO SUL - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: MANDIOCA



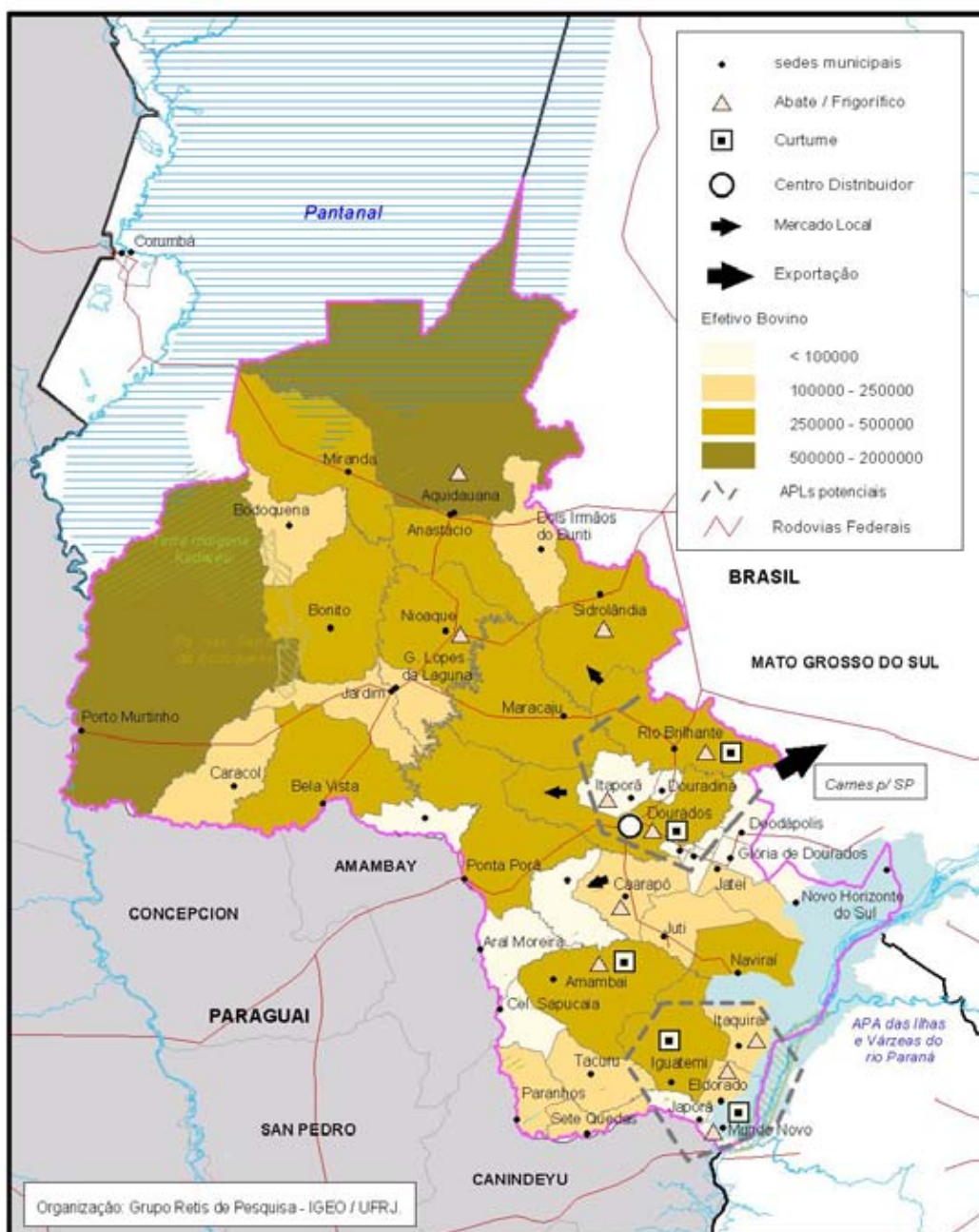
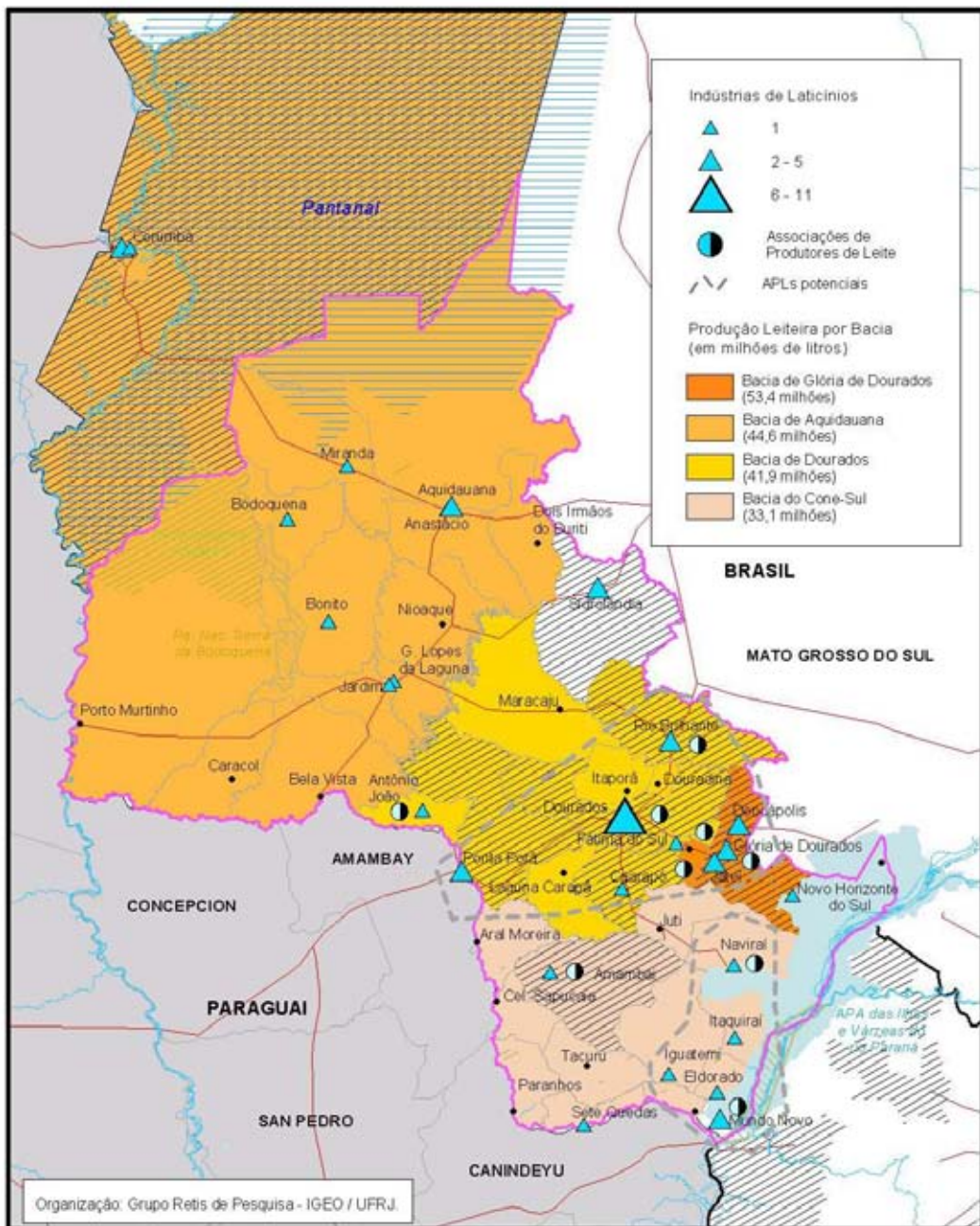


FIGURA 37: MATO GROSSO DO SUL - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: BOVINOCULTURA DE CORTE/COURO



**FIGURA 38: MATO GROSSO DO SUL - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: LEITE E DERIVADOS**



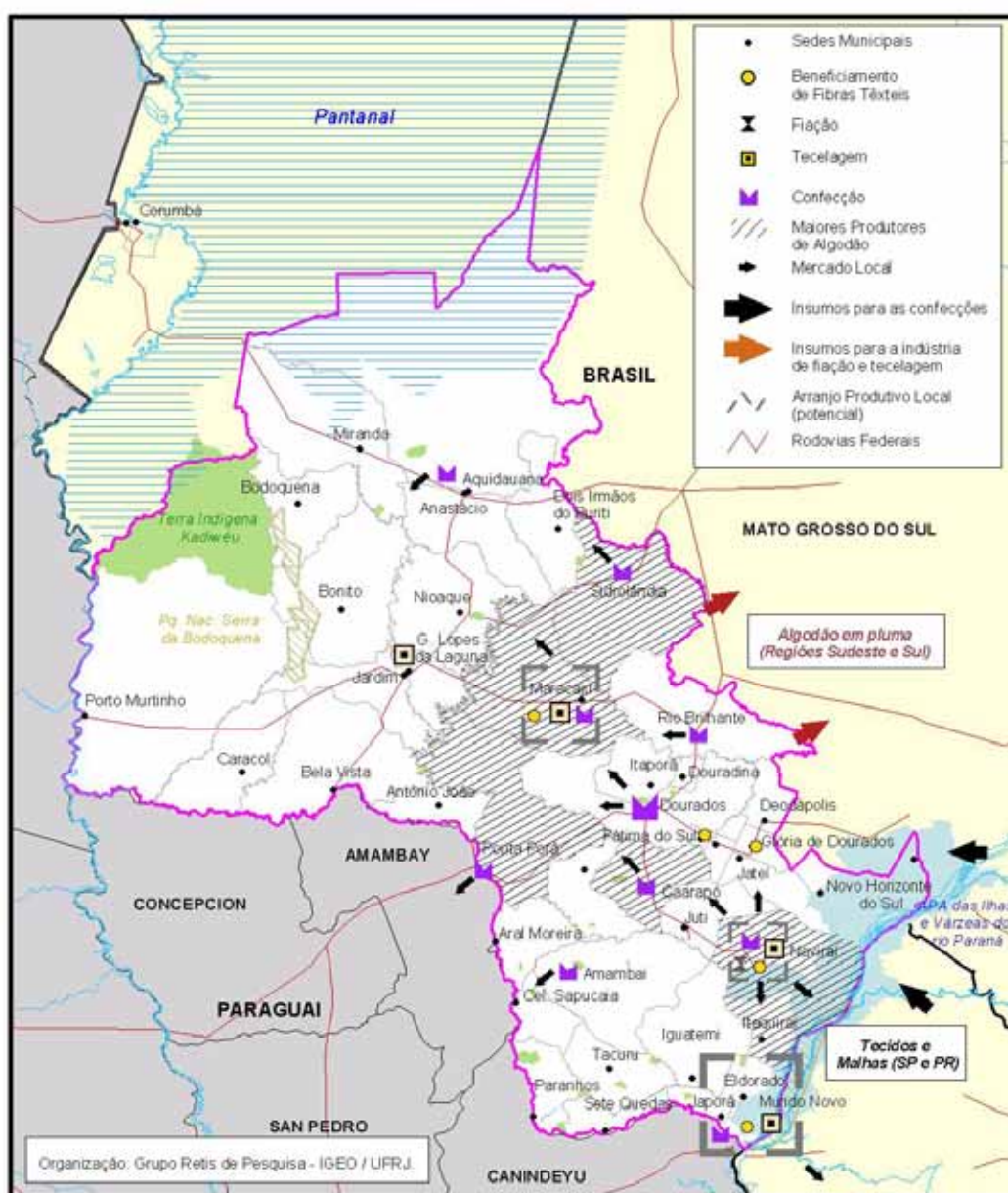


FIGURA 39: MATO GROSSO DO SUL - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: INDÚSTRIA TÊXTIL

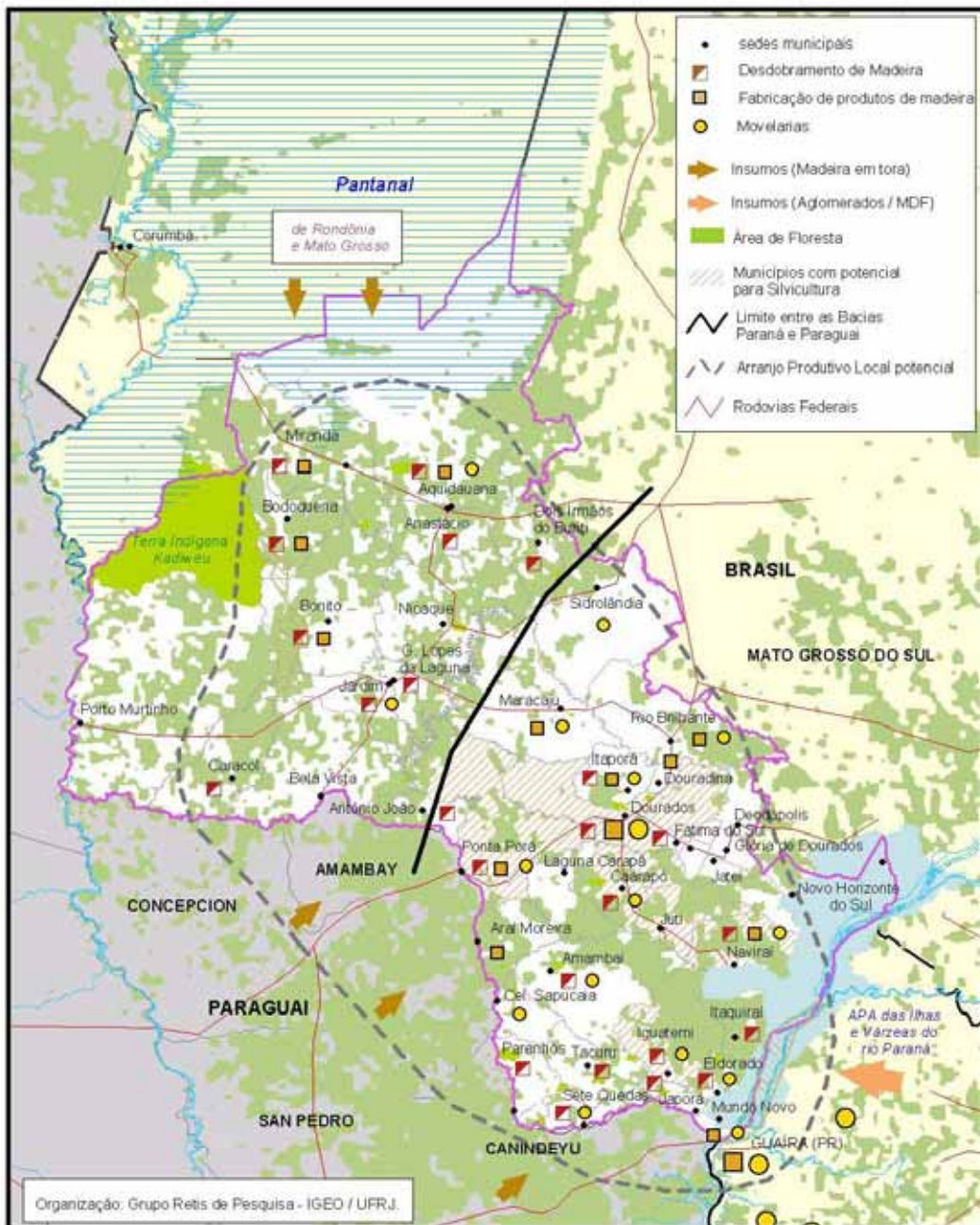


FIGURA 40: MATO GROSSO DO SUL - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: MADEIRA/MOVELARIA



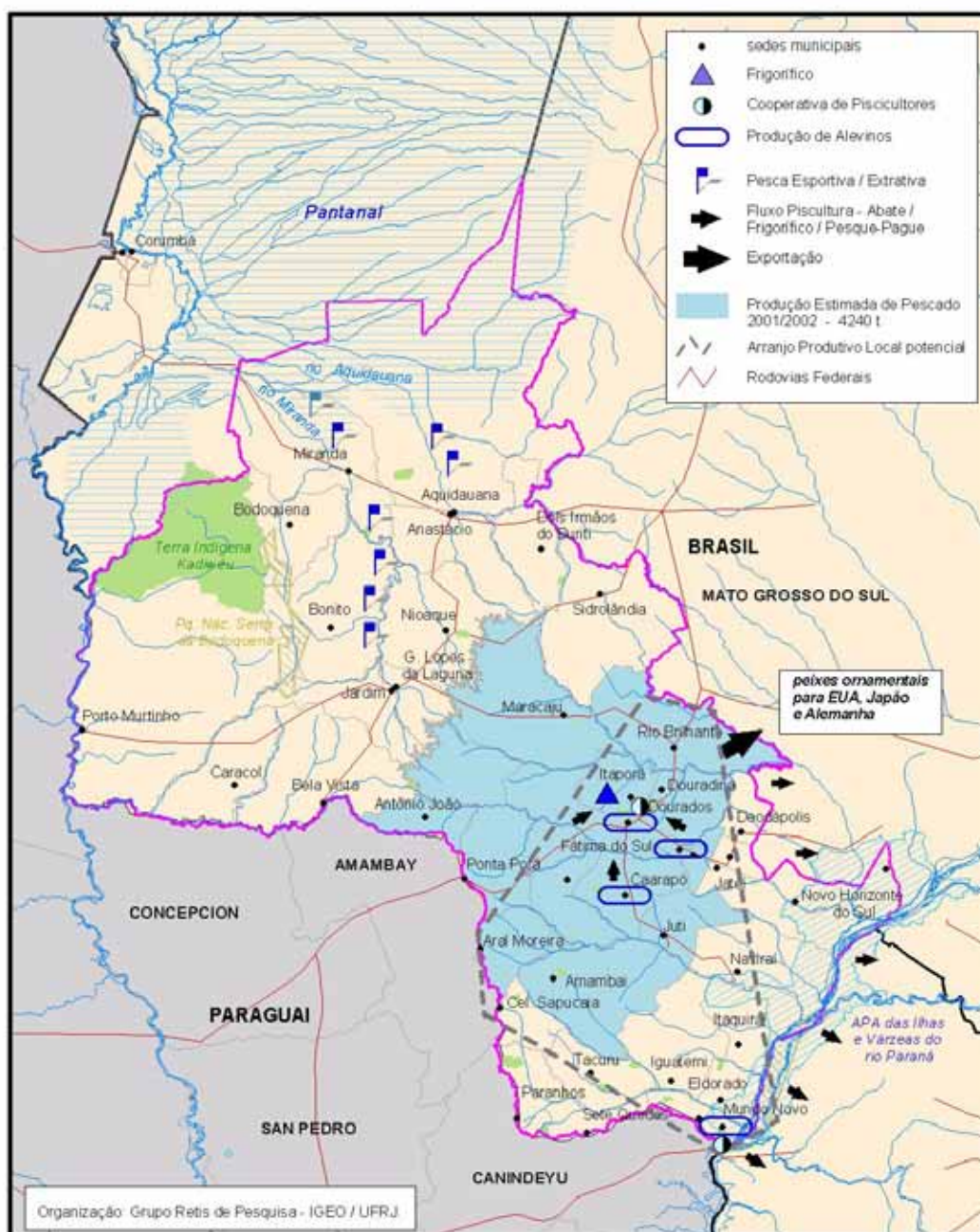


FIGURA 41: MATO GROSSO DO SUL - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: PESCA E PISCICULTURA

Potencial de Implantação de Arranjo Produtivo Local: Turismo / Apicultura / Erva-Mate  
 Área Piloto do MS

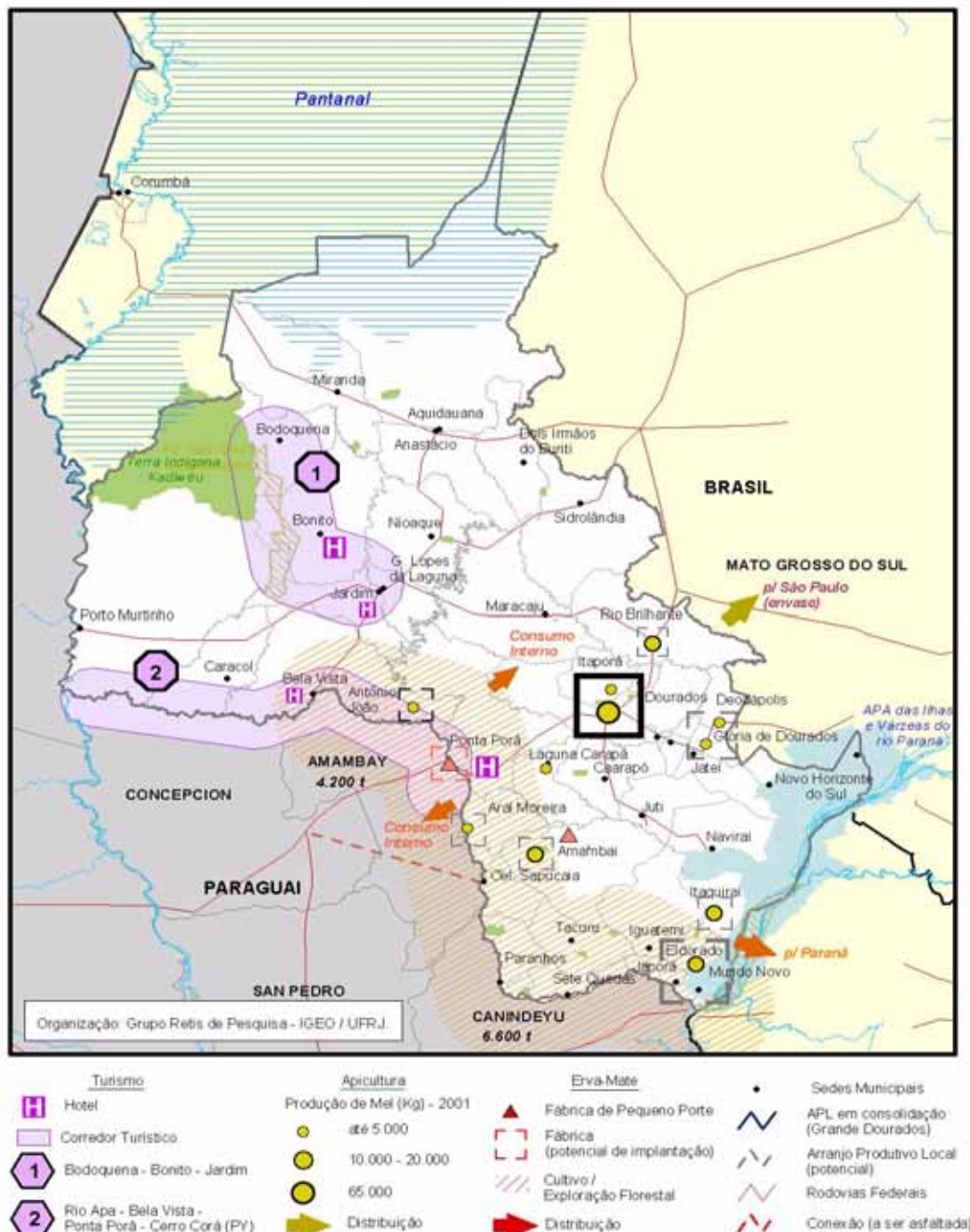


FIGURA 42: MATO GROSSO DO SUL - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: TURISMO/APICULTURA/ERVA-MATE

Setor	Identidade Produtiva e Potencialidades	Problemas e Gargalos	Municípios Promissores
Madeireiro	<p>Frente madeireira deixou o Cone Sul-mato-grossense, deslocando-se em direção a Porto Murtinho, Miranda, e ao Paraguai. Serrarias em ruína (Ponta Porã), atualmente a madeira em tora vem do Paraguai, de Porto Murtinho, de Mato Grosso e de Rondônia. Setor evoluindo para indústria de desdobramento da madeira, compensados, etc.; importação de insumos; MDF do Paraná, para fabricação de compensados; ferragens de São Paulo e Rio de Janeiro.</p>	<p>Contrabando de grandes quantidades de madeira em tora do Paraguai; frente madeireira brasileira avançou nas matas do país vizinho, provocando desmatamento nos departamentos paraguaios de Amambay, Concepción, Canindeyú. Silvicultura pouco explorada</p>	<p>Madeira: Aquidauana, Porto Murtinho; Silvicultura: Dourados, Caarapó, Juti, Ponta Porã, Navirai, Iguatemi.</p>
Moveleiro	<p>Somente a subregião de Dourados é pólo moveleiro (formal e informal); difusão de fabricatas de artefatos e desdobramento de madeira com potencial para expansão para o Cone Sul-mato-grossense principalmente na fronteira com o Paraguai - Amambay e Canindeyú.</p>	<p>Mercado local é urbano, porém a região apresenta baixa densidade populacional, o que dificulta a implantação de arranjos produtivos moveleiros; falta aperfeiçoamento técnico para mercados mais exigentes. Em termos de geração de emprego e renda, a dispersão dos mercados é positiva, pois pequenas firmas, na maioria informais, atendem ao consumo local.</p>	<p>Dourados, Amambai, Sidrolândia, Caarapó, Maracaju, Itaporã, Mundo Novo, Navirai, Rio Brilhante, Bonito, Jardim</p>
Leiteiro	<p>Sub-regiões de Dourados, Bodoquena, Pantanal, Cone Sul-mato-grossense abrigam as principais bacias leiteiras, com destaque para Dourados e sua região de influência (Bacia de Glória de Dourados). A bacia leiteira de Aquidauana (Bodoquena, Pantanal-Sul) tem grande potencial leiteiro; produção de laticínios para o mercado nacional e regional (SP, PR) pode ser desenvolvida.</p>	<p>Falta de resfriadores para pequenos e médios produtores, inclusive nos assentamentos para acondicionamento do leite, experiência das indústrias locais, principalmente de PR e SP; Ausência de Associações de produtores leiteiros nos assentamentos da região do Cone Sul e da Bodoquena e Pantanal-Sul.</p>	<p>Produção leiteira: Aquidauana, Miranda, Bonito, Bodoquena, Caracoí, Amambai, Aral Moreira; Laticínios: Dourados, Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Novo Horizonte do Sul, Ponta Porã, Amambai, Aral Moreira, Mundo Novo.</p>
Bovinicultura de Corte	<p>Forte identidade produtiva das Sub-regiões do Pantanal e Bodoquena: fazendeiros paulistas, paranaenses e sul-mato-grossenses compraram grandes fazendas no Cone Sul, tornando a região uma das mais importantes regiões de gado de corte no país, com carne certificada para exportação, inclusive para países árabes. Especialização em boi gordo destinado a frigoríficos paulistas e paranaenses. Poucos frigoríficos regionais importantes, a maioria para o mercado regional. Potencial de internalização da produção de carne e subprodutos do boi. Potencial para indústrias de artigos de couro e de curtumes e pré-curtumes.</p>	<p>Grandes fazendas pecuarista com proprietários ausentes e com pouco interesse em ir além da venda de boi gordo em pé.</p>	<p>Frigoríficos: Iguatemi, Amambai, Mundo Novo, Bonito, Miranda.</p>

QUADRO 24: PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DA ÁREA-PILOTO DE MS - FRONTEIRA COM O PARAGUAI

Setor	Identidade Produtiva e Potencialidades	Problemas e Gargalos	Municípios Promissores
Pesqueiro	Atividade tradicional formadora de identidade produtiva e cabocla, relativa abundância em variedade de espécies e quantidade. Pesca esportiva nas Sub-regiões Pantanal e Bodoquena (Bonito, Miranda, Anastácio e Aquidauana).	Comportamento predatório (Rô Apa). Somente um frigorífico para pescado (Itaporã), a maior parte sendo exportada por caminhões frigoríficos para São Paulo, Rio e Paraná.	Pesca esportiva, ligação com turismo. Sub-região da Bodoquena e Sub-região do Pantanal
Piscicultura	Grande produção de alevinos, principalmente para exportação (Paraná e exterior). Principais pólos de alevinos: Dourados, Fátima do Sul, Caarapó, Mundo Novo. Potencial de expansão da cadeia produtiva da produção de alevinos e da piscicultura com espécies variadas de peixes. Aproveitamento da pele de peixes para acessórios. Aproveitamento do pescado para ração. Varias prefeituras estão financiando tanques para estimular a produção, porém sem apoio técnico sistemático.	Baixa difusão de conhecimento e tecnologias para desenvolvimento da indústria de bolsas e outros acessórios com pele de peixes. Baixo nível de articulação dos municípios com tanques para piscicultura instalados em implantação. Baixo nível de acompanhamento técnico da piscicultura.	Dourados, Fátima do Sul, Caarapó, Navirai, Antônio João.
Mandioca	Atividade tradicional (população indígena) em processo de transição para matéria prima industrial. Médios e grandes proprietários de soja devido à elevação do preço do produto nos últimos dois anos, por sua vez vinculada à expansão da produção industrial do amido. Cadeia produtiva do amido de mandioca em gestação, com apoio do SEBRAE. Potencial de expansão de feculárias (formais e informais). Maiores produtores da mandioca industrial estão nas Sub-regiões de Dourados e Cone Sul-mato-grossense. Na Sub-região da Bodoquena a produção ainda é para consumo local. Potencial de expansão para o Paraguai das unidades de amido.	Problema com consumidores no Paraguai (onde faz parte da dieta local campesina) devido à compra da produção e das terras de colonos paraguaios por brasileiros, articulados a cadeia produtiva agroindustrial mandioca-amido. Fraca integração das comunidades indígenas à cadeia produtiva da mandioca. Redução das farinha e informais devido à captura da produção de mandioca pelas feculárias. Risco de especulação com o preço da mandioca.	Municípios da Sub-região Cone Sul mato-grossense, e Dourados até a fronteira com o Paraguai e os departamentos paraguaios de Anambay e Canindeyú.
Turismo	Turismo rural e ecológico já existe na Sub-região do Pantanal e o Governo Estadual promove o turismo ecológico em Bonito e Jardim. Potencial de articulação entre ambos e o Parque Nacional da Serra da Bodoquena é forte.	Excetando Bodoquena, Bonito e Bela Vista, existe pouco investimento na atividade turística da região. É preciso melhorar a conexão entre o corredor turístico Bonito-Bodoquena e o corredor turístico Ponta Porã e Cerro Corá no Paraguai.	Bodoquena, Bonito, Jardim, Bela Vista, Ponta Porã.

**QUADRO 24: PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DA ÁREA-PILOTO DE MS - FRONTEIRA COM O PARAGUAI (CONT.)**



## VI - AGENDA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

### Diretriz Geral

<b>Diretriz: Fortalecimento Institucional do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira</b>			
<b>Objetivo</b>	<i>Criar condições de implementação das ações previstas no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira</i>		
<b>Estratégias</b>			
<b>1. Definir âmbitos territoriais específicos para a alocação de recursos e implantação dos projetos de desenvolvimento</b>			
<b>Tema</b>	<b>Instrumentos</b>	<b>Atores Estratégicos</b>	<b>Prazo</b>
<b>Base de Ação Territorial</b>	Adotar a macro divisão da Faixa de Fronteira em três Arcos (Sul, Central e Norte) como âmbito territorial para a formulação de políticas de desenvolvimento regional.	Ministério da Integração Nacional	curto
	Adotar a divisão da Faixa de Fronteira em 17 sub-regiões como âmbito territorial para a elaboração de <b>Planos de Desenvolvimento Econômico Sub-regionais</b>		
	Priorizar investimentos e ações em 3 sub-regiões críticas, com alto potencial de desenvolvimento: <b>IV - Alto Solimões (Arco Norte)</b> <b>XIV - Cone Sul-mato-grossense (Arco Central)</b> <b>XV - Portal do Paraná (Arco Sul)</b>		
<b>2. Criar e fortalecer mecanismos institucionais que garantam a gestão participativa do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira</b>			
<b>Tema</b>	<b>Instrumentos</b>	<b>Atores Estratégicos</b>	<b>Prazo</b>
<b>Fortalecimento Institucional</b>	Criar um <b>grupo de trabalho interministerial</b> para debater e viabilizar as ações previstas pelo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira	MI, MD, MRE, MP, MS, MDIC, MCIDADES, MJ, MinC, Mtur, ME	curto
	Estruturar, em cada subregião, um Fórum Sub-regional (formado por representantes do Poder Público, da Iniciativa Privada e da Sociedade Civil organizada) para a formulação de agendas de Desenvolvimento Sub-regional para subsidiar os Planos de Desenvolvimento Sub-regional.	MI, Governos Estaduais, Prefeituras, Representantes da Sociedade Civil (Associações, ONGs, etc)	
	Criar, quando necessário e no âmbito dos Fóruns Sub-regionais, Grupos Técnicos para realizar a gestão operacional dos Planos de Desenvolvimento Sub-regional		médio
<b>3. Criar um sistema nacional de informações para a Faixa de Fronteira</b>			
<b>Tema</b>	<b>Instrumentos</b>	<b>Atores Estratégicos</b>	<b>Prazo</b>
<b>Informação</b>	Criar um Portal da Fronteira (INTERNET) para divulgar informações acerca da legislação, alocação de recursos e projetos no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.	MI, MC, SERPRO, Prefeituras e homólogos	curto
	No Portal da Fronteira, criar espaços interativos para troca de experiências e discussão de problemas específicos das populações fronteiriças.		médio
	Criar ou aperfeiçoar mecanismos de cooperação/integração com países vizinhos para compatibilizar dados e estatísticas para a <b>Faixa de Fronteira</b>		longo



## VI - Agenda Global para o Desenvolvimento Regional e a Integração Sul-Americana

### Diretrizes Específicas para a Faixa de Fronteira

Diretriz: Desenvolvimento Econômico Sub-regional			
Objetivo	<i>Estimular o desenvolvimento econômico da Faixa de Fronteira</i>		
Estratégias			
<b>1. Apoiar a Verticalização de cadeias produtivas, partindo da identificação das especializações produtivas dos ARCOS e das SUB-REGIÕES.</b>			
Tema	Instrumentos	Atores Estratégicos	Prazo
<b>Fortalecimento Institucional</b>	Realizar parcerias no âmbito dos governos estaduais para dar apoio ou criar câmaras setoriais de cadeias produtivas regionais	MI, MF (Receita Federal), SUFRAMA, Governos Estaduais	médio
<b>Legislação</b>	Criar Regime de Tributação Especial (isenção de impostos federais e estaduais) para estimular a implantação de unidades industriais na Faixa de Fronteira		
<b>Pesquisa e Desenvolvimento</b>	Criar ou fortalecer Centros de Pesquisa articulados à rede pública universitária, com foco no desenvolvimento das especializações produtivas regionais, priorizando as sub-regiões distantes de Centros de Pesquisa consolidados.	MI, MCT (CNPq), Universidades Federais e Estaduais	longo
<b>2. Apoiar a diversificação da estrutura produtiva sub-regional, identificando os Arranjos Produtivos Locais (APLs) com maior potencial de implementação.</b>			
Tema	Instrumentos	Atores Estratégicos	Prazo
<b>Fortalecimento Institucional</b>	Estimular, no âmbito dos Fóruns Sub-Regionais, a discussão dos problemas e potencialidades específicos dos <b>Arranjos Produtivos Locais (APLs)</b>	MI, MDIC, Governos Estaduais, Prefeituras, Fóruns Sub-regionais	médio
	Incentivar a implantação do Sistema "S" em cada SUB-REGIÃO para subsidiar a elaboração de Planos de Desenvolvimento Sub-regional	MI, MDIC, MAPA, MCT, Sistema "S"	longo
<b>Apoio à produção</b>	Estimular a ampliação dos programas de qualificação profissional, federais e estaduais, para contemplar os municípios situados na Faixa de Fronteira.	MI, MEC, Governos Estaduais, Universidades Federais e Estaduais	médio
	Articular com instituições de fomento públicas e privadas programas específicos de crédito para micro e pequenos empresários e produtores rurais na faixa de fronteira.	MI, MDIC, BNDES, Banco do Brasil	
	Realizar parcerias para fomentar o empreendedorismo urbano e rural	MI, Sistema "S", Sindicatos Patronais, Associações Setoriais	longo
	Estimular e apoiar iniciativas de associativismo e o cooperativismo local.	MI, MDS, MAPA; Sindicatos, Federações e Movimentos de Trabalhadores	
	Fomentar parcerias com instituições de ensino, pesquisa e assistência técnica para elaborar e difundir tecnologias que agreguem valor à produção subregional.	MI, MCT, MDIC, Governos Estaduais, Prefeituras, Universidades Federais e Estaduais	
	Articular a produção das sub-regiões da Faixa de Fronteira com a demanda dos mercados estaduais (ex: fornecimento de mobiliário escolar para a rede pública de ensino municipal e estadual pelo Alto Solimões)	MI, Governos Estaduais, Prefeituras, Fóruns Sub-regionais	
	Promover certificação dos produtos das SUB-REGIÕES da Faixa de Fronteira	MI, MDIC, MAPA, MCT, MS, MMA, Governos Estaduais	

**Diretrizes Específicas para a Faixa de Fronteira (cont.)**

<b>Diretriz: Realização de investimentos estruturadores</b>			
<b>Objetivo</b>	<i>Minimizar os gargalos ao desenvolvimento econômico sub-regional</i>		
<b>Estratégias</b>			
<b>1. Realizar investimentos na infra-estrutura rodoviária</b>			
<b>Tema</b>	<b>Instrumentos</b>	<b>Atores Estratégicos</b>	<b>Prazo</b>
<b>Conectividade</b>	Fomentar o adensamento de conexões rodoviárias no interior das sub-regiões, fortalecendo a articulação dos ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, com base no PPA 2004-2007.	MI, MT, Governos Estaduais, Prefeituras Municipais, Fóruns Sub-regionais	curto
<b>Intermodalidade</b>	Priorizar investimentos em conexões rodoviárias que realizem a articulação com diferentes modais de transporte (aquaviário e ferroviário), criando alternativas para o escoamento da produção sub-regional.		longo
<b>2. Estimular a ampliação das redes de telecomunicação na Faixa de Fronteira</b>			
<b>Tema</b>	<b>Instrumentos</b>	<b>Atores Estratégicos</b>	<b>Prazo</b>
<b>Telefonia e transmissão de dados</b>	Aproveitar o Plano Geral de Metas (Decreto 4.769/03) para universalização dos sistemas de telefonia fixa.	MI, MC, Anatel, Concessionárias, Prefeituras, Fóruns Sub-regionais	longo
	Utilizar recursos do FUST e do Programa Sociedade da Informação (SocInfo) para implantação de Internet pública nos municípios		
<b>Radiodifusão</b>	Estimular a simplificação e a agilização do processo de abertura de novas rádios comunitárias e comerciais e a criação de instrumentos de apoio e financiamento às mesmas	MI, MC, MP, Conselho de Defesa Nacional	

## VII - AGENDA DE ALTO IMPACTO E CURTO PRAZO

AGENDA DE ALTO IMPACTO E CURTO PRAZO			
Vetores	Temas	Instrumentos	Atores Estratégicos
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL	Base de Ação Territorial	Adotar a macro divisão da Faixa de Fronteira em três Arcos (Sul, Central e Norte) como âmbito territorial para a formulação de políticas de desenvolvimento regional.	MI, MDIC, MP
		Adotar a divisão da Faixa de Fronteira em 17 sub-regiões como âmbito territorial para a elaboração de <b>Planos de Desenvolvimento Econômico Sub-regionais</b>	
		Priorizar investimentos e ações em três sub-regiões críticas, porém com alto potencial de desenvolvimento: IV - Alto Solimões (Arco Norte) XIV - Cone Sul-mato-grossense (Arco Central) XV - Portal do Paraná (Arco Sul)	
	Fortalecimento Institucional	Criar um Grupo de Trabalho Interministerial para debater e viabilizar as ações previstas pelo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira	MI, MD, MRE, MP, MS, MDIC, MCIDADES, MJ, MinC, MTur, ME
		Estruturar, em cada subregião, <b>Fóruns Sub-regionais</b> , de caráter consultivo (formado por representantes do Poder Público, da Iniciativa Privada e da Sociedade Civil organizada) para a formulação de agendas de Desenvolvimento Sub-regional para subsidiar os Planos de Desenvolvimento Sub-regional	MI, Governos Estaduais, Prefeituras Municipais, Representantes da Sociedade Civil (Associações, ONG's)
		Criar <b>Comitês de Fronteira</b> , formados por representantes do Poder Público, da Iniciativa Privada e da Sociedade Civil organizada dos países envolvidos	MI, MRE, MT, MTE, MJ, Congresso Nacional, Governos Estaduais, Prefeituras Municipais, Representantes da Sociedade Civil, Associações Indígenas e homólogos
	Informação	Criar um Portal da Fronteira na Internet para divulgar informações sobre a legislação, alocação de recursos e projetos do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira	MI, MC, SERPRO, Prefeituras Municipais
	Circulação	Ampliar a atual cota de compras de 150 USD para 500 USD em toda a Faixa de Fronteira	MI, MRE, MF
		Articular-se com os países vizinhos para a implantação de Centros Aduaneiros Únicos de fronteira (a exemplo daquele implantado em São Borja/RS)	MI, MF (Receita Federal), MS (ANVISA), Polícia Federal
		Flexibilizar a regulamentação sobre a circulação de veículos entre cidades-gêmeas	MI, MT, DETRANs, Prefeituras Municipais e homólogos
		Abrir escritório de câmbio de divisas internacionais nas agências bancárias brasileiras localizadas na Faixa de Fronteira	MI, BACEN, Bancos Públicos e Privados
	Área com Regime Especial	Reforçar a criação da Área de Livre Comércio (ALC) Oiapoque, prevista no PPA 2004-2007 (Projeto de Lei do Senado nº 498, de 1999)	MI, MTE, MRE, MF, MDIC, SUFRAMA, Congresso Nacional, Governos Estaduais, Prefeituras Municipais e homólogos

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

<b>AGENDA DE ALTO IMPACTO E CURTO PRAZO</b>				
<b>Vetores</b>	<b>Temas</b>	<b>Instrumentos</b>	<b>Atores Estratégicos</b>	
<b>CIDADANIA (ESTATUTO DA FRENTEIRA)</b>	<b>Direitos Políticos</b>	Divulgar amplamente a jurisprudência relativa aos direitos de voto dos cidadãos brasileiros residentes em localidades dos países vizinhos situados na Zona de Fronteira	MI, TRE, Governos Estaduais, Prefeituras Municipais	
	<b>Povos Indígenas</b>	Garantir a representação dos povos indígenas nos Fóruns existentes ou que venham a ser criados, reconhecendo a diferenciação interna às etnias quanto aos pleitos e formas de articulação com a sociedade não-indígena	MI, MJ (FUNAI), Associações Indígenas	
	<b>Comércio Local</b>	Fazer uso da legislação vigente (DEC – 4.543/02 alterado pelo DEC – 4.765/03) que proporciona benefícios e isenções ao comércio transfronteiriço de produtos de subsistência e consumo local	Reduzir as exigências da Vigilância Sanitária quanto à circulação de produtos <i>in natura</i> voltados à subsistência e ao consumo local	MI, MS (ANVISA), MAPA, MF, Prefeituras Municipais e homólogos
		Simplificar o comércio transfronteiriço das cidades-gêmeas, permitindo que as transações comerciais se efetuem unicamente com a apresentação de nota fiscal		
		<b>Ordenamento Urbano</b>	Financiar a realização de Planos Diretores Integrados para as cidades-gêmeas	MI, MCIDADES, Comitês de Fronteira e homólogos
	Identificar e estimular o aproveitamento das sinergias dos serviços de consumo coletivo entre cidades-gêmeas		MI, Prefeituras Municipais, Comitês de Fronteira, Concessionárias e homólogos	
	<b>Telefonia</b>	Tarifar as chamadas telefônicas entre cidades-gêmeas como chamadas locais	MI, MC, ANATEL, Concessionárias	
	<b>Integração Cultural</b>	Promover eventos culturais itinerantes ("tournées"), com a participação de artistas de projeção nacional	MI, MinC, ME, Prefeituras Municipais	
Promover eventos culturais e esportivos que estimulem a cooperação e a amizade entre povos fronteiriços		MI, MinC, ME, Prefeituras Municipais e homólogos		

**BIBLIOGRAFIA SELECIONADA**

- ALLEN, J. et al.** (Eds). *Rethinking the Region*. Londres: Routledge, 1998.
- CUISINIER-RAYNAL, A.** “La Frontière au Pérou entre fronts et synapses”. *L’Espace Géographique* 3: 213-229, 2001
- GANSTER, P. et alli.** (Eds.) *Border and Border Regions in Europe and North America*. San Diego: San Diego State University, 1997.
- HAESBAERT, R.** O Mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Identidades Territoriais” Em: Corrêa, R. e Rosendhal, Z. (orgs.) *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1999.
- MACHADO, L.O., Grupo Retis.** *Terra Limitanea. Atlas da Fronteira Continental do Brasil*.
- POCHE, B.** “La région comme espace de référence identitaire”. *Espaces et Sociétés* 42: 3-12, 1983.
- SALES, T.** “Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul”. *Revista Brasileira de Estudos de População* 13, 1997.
- SEJAS, Lidia.** *Condicionantes territoriales en la integración fronteriza con los países vecinos*. Programa de Integración Latinoamericana –Consejo Federal de Inversiones. Buenos Aires, febrero de 2003. Consulta eletrônica. Disponível em: [www.amersur.or.ar/integ/espacios territoriales](http://www.amersur.or.ar/integ/espacios territoriales)
- STEIMAN, Rebeca.** *A Geografia das Cidades de Fronteira: Um Estudo de Caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, PPGG/UFRJ, 2002



# ANEXOS



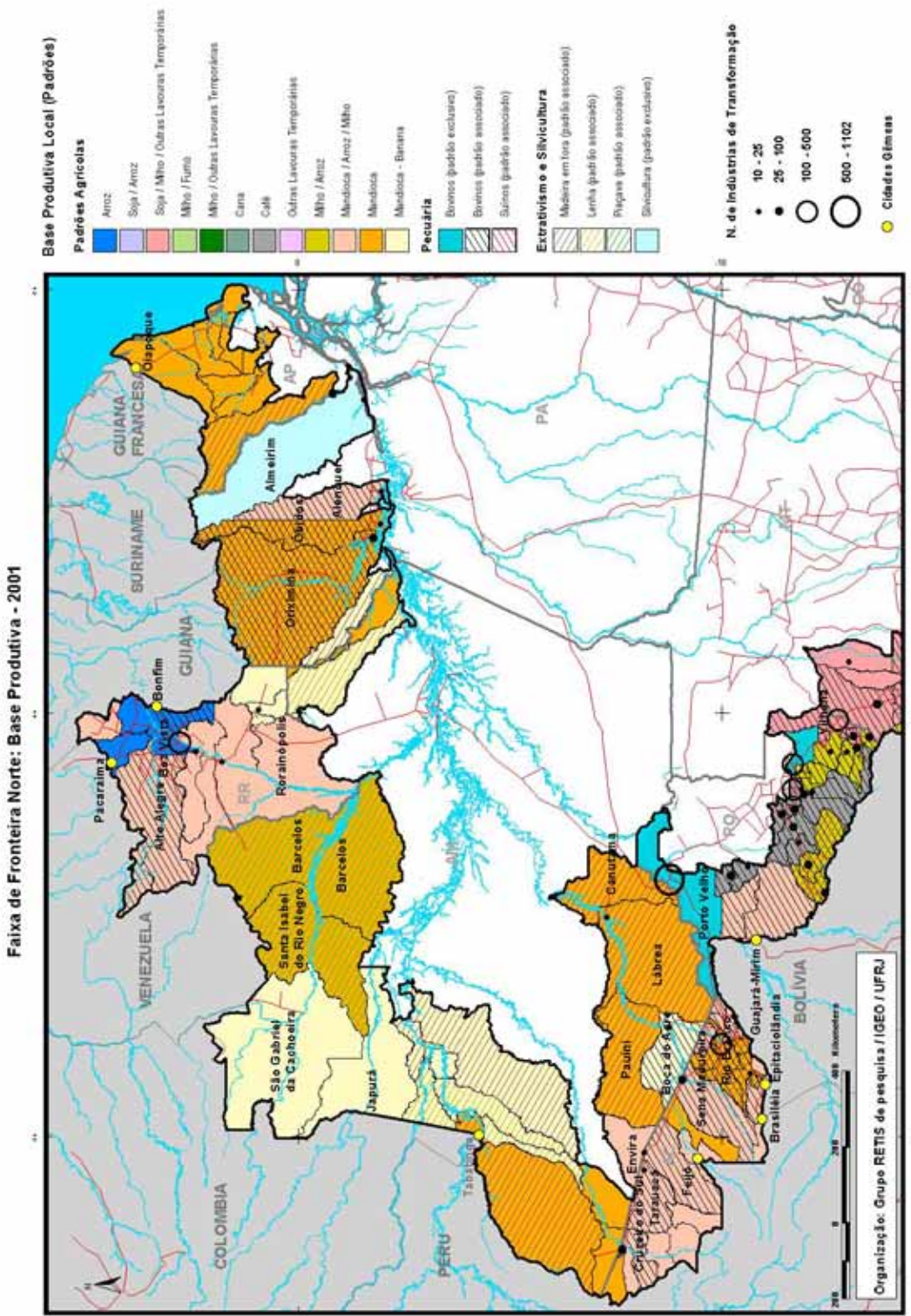
## **ANEXO – I**

### **MAPAS**

<b>DENSIDADE ECONÔMICA .....</b>	<b>261</b>
<b>DENSIDADE TECNO-TECNOLÓGICA .....</b>	<b>310</b>
<b>DENSIDADE SOCIAL .....</b>	<b>314</b>
<b>DENSIDADE INSTITUCIONAL .....</b>	<b>318</b>
<b>ÍNDICE DE ESTABILIDADE LOCAL .....</b>	<b>322</b>
<b>ÍNDICE DE DESEQUILÍBRIO INTERNO LOCAL .....</b>	<b>326</b>
<b>MIGRAÇÃO E MOBILIDADE .....</b>	<b>330</b>
<b>ETNIA .....</b>	<b>341</b>
<b>RELIGIÃO .....</b>	<b>348</b>
<b>ZONA DE FRONTEIRA INTERNACIONAL .....</b>	<b>358</b>

DENSIDADE ECONÔMICA  
**BASE PRODUTIVA LOCAL**

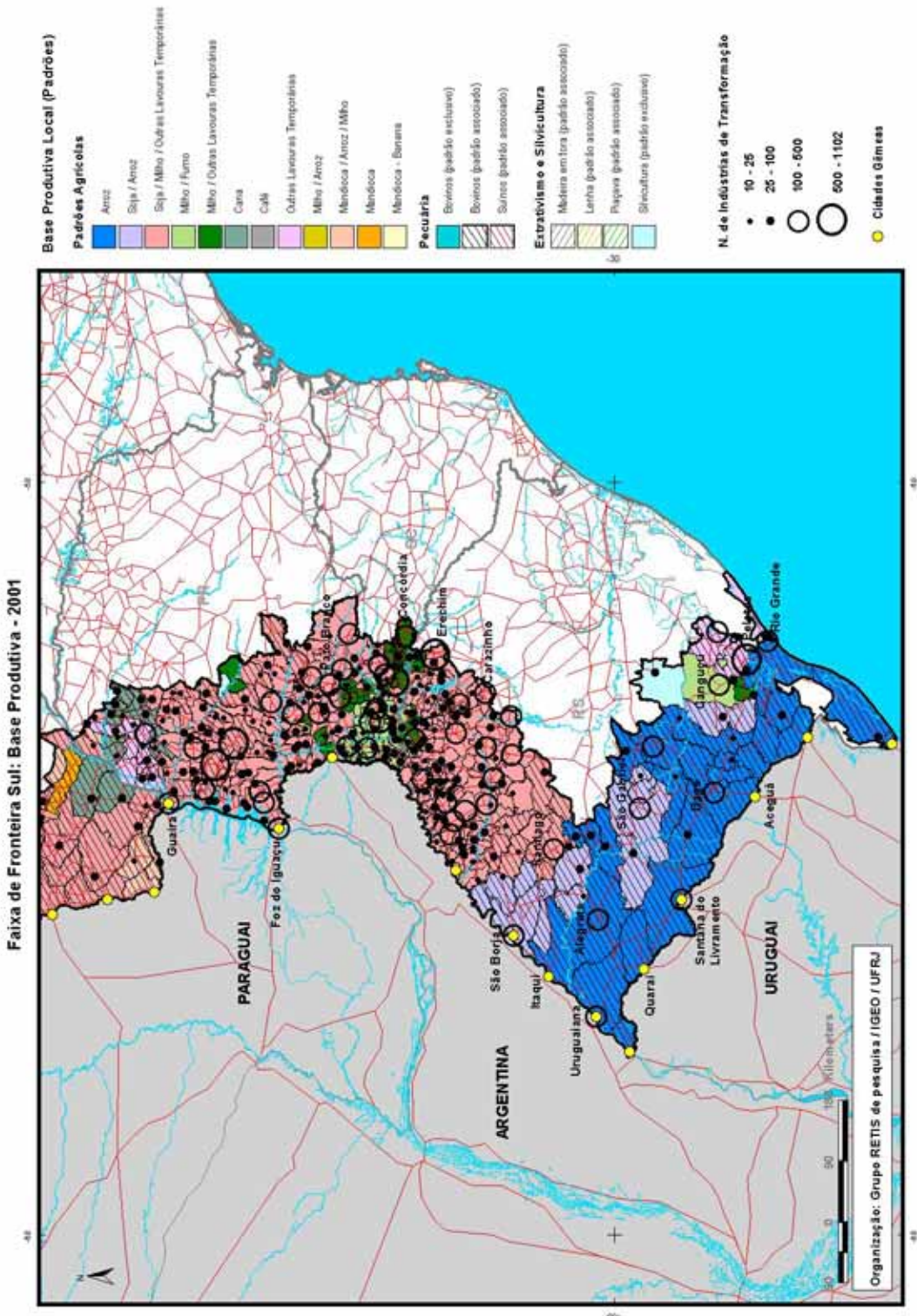
# Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira



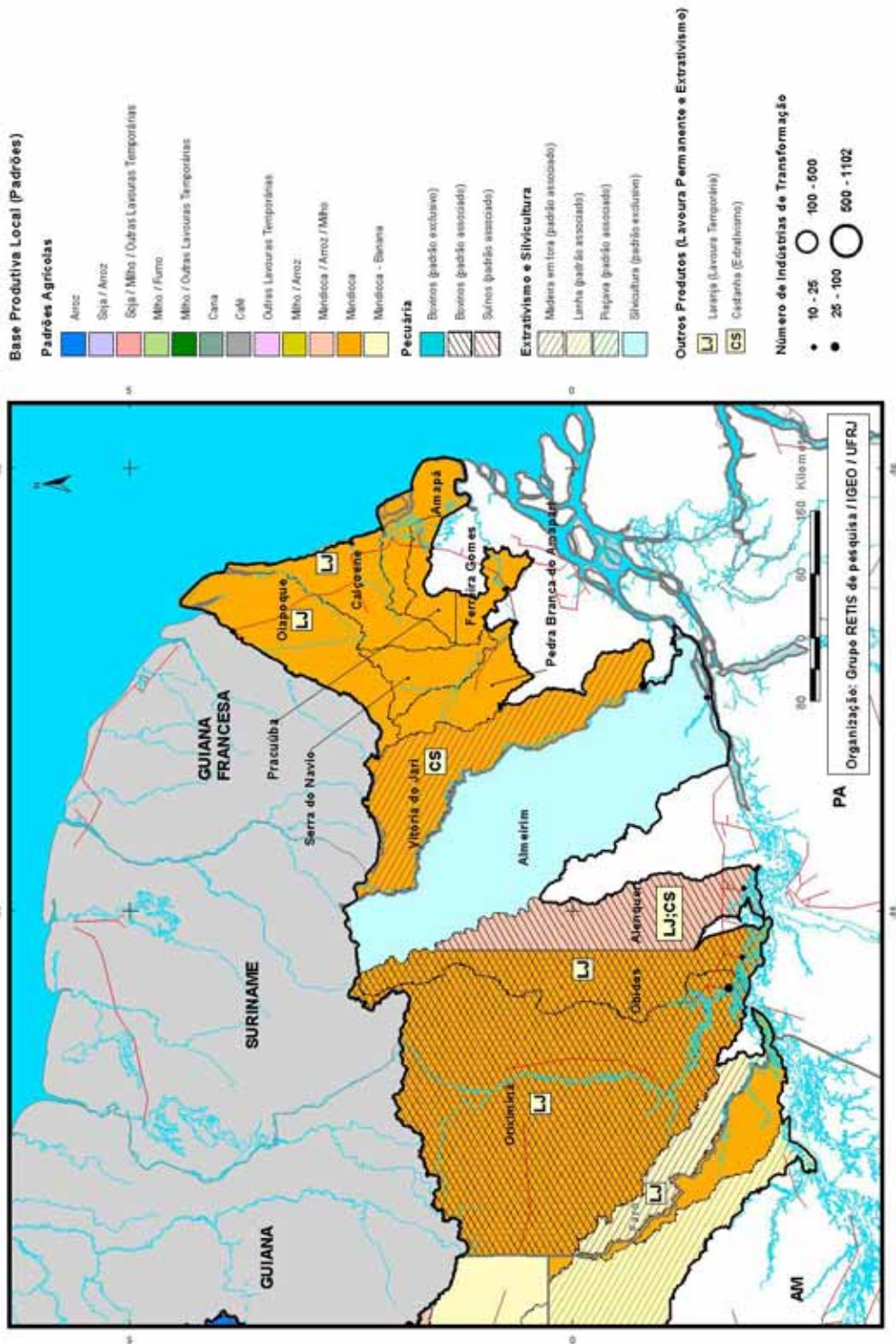




# Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

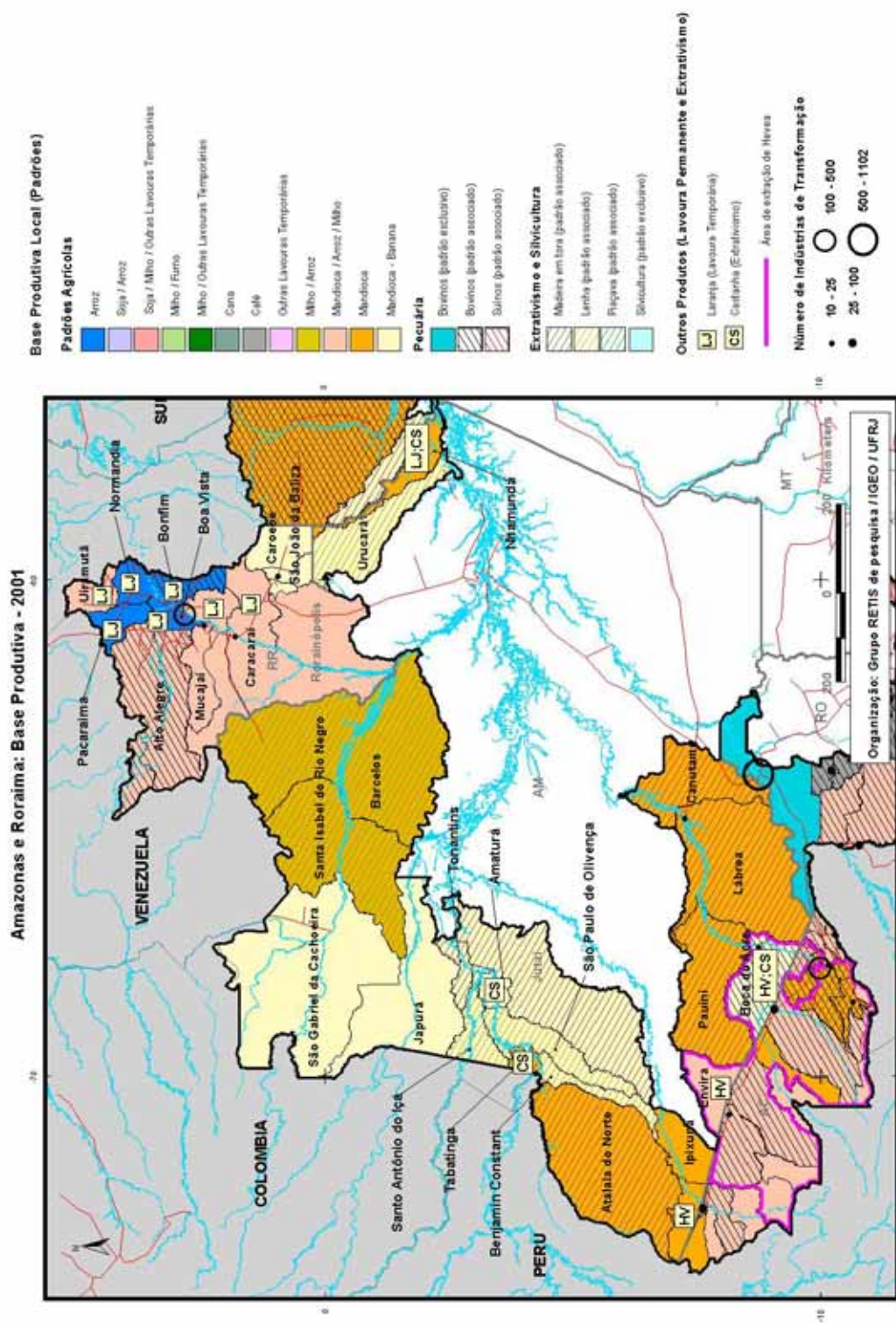


Amapá e Pará: Base Produtiva - 2001



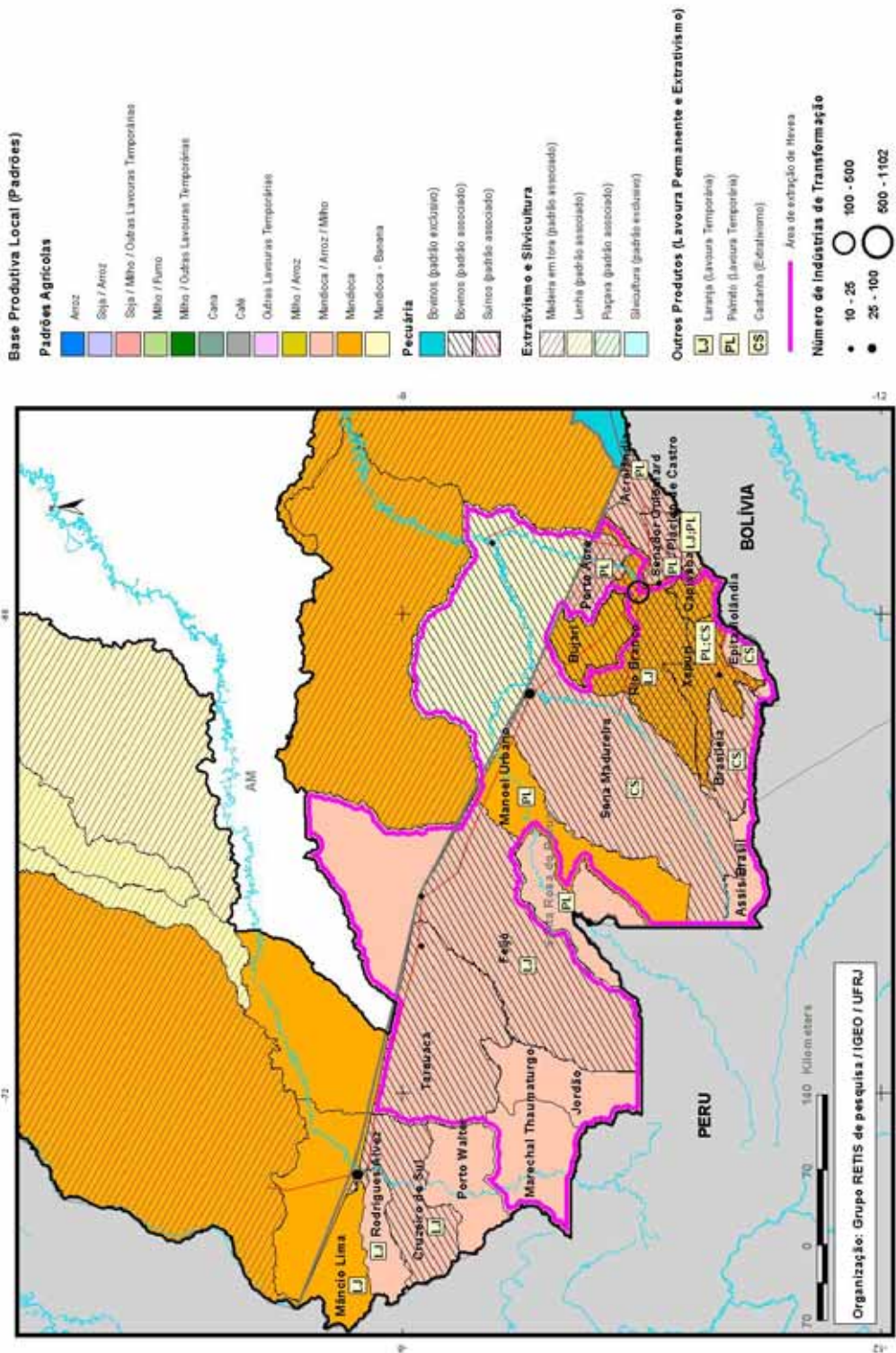


# Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

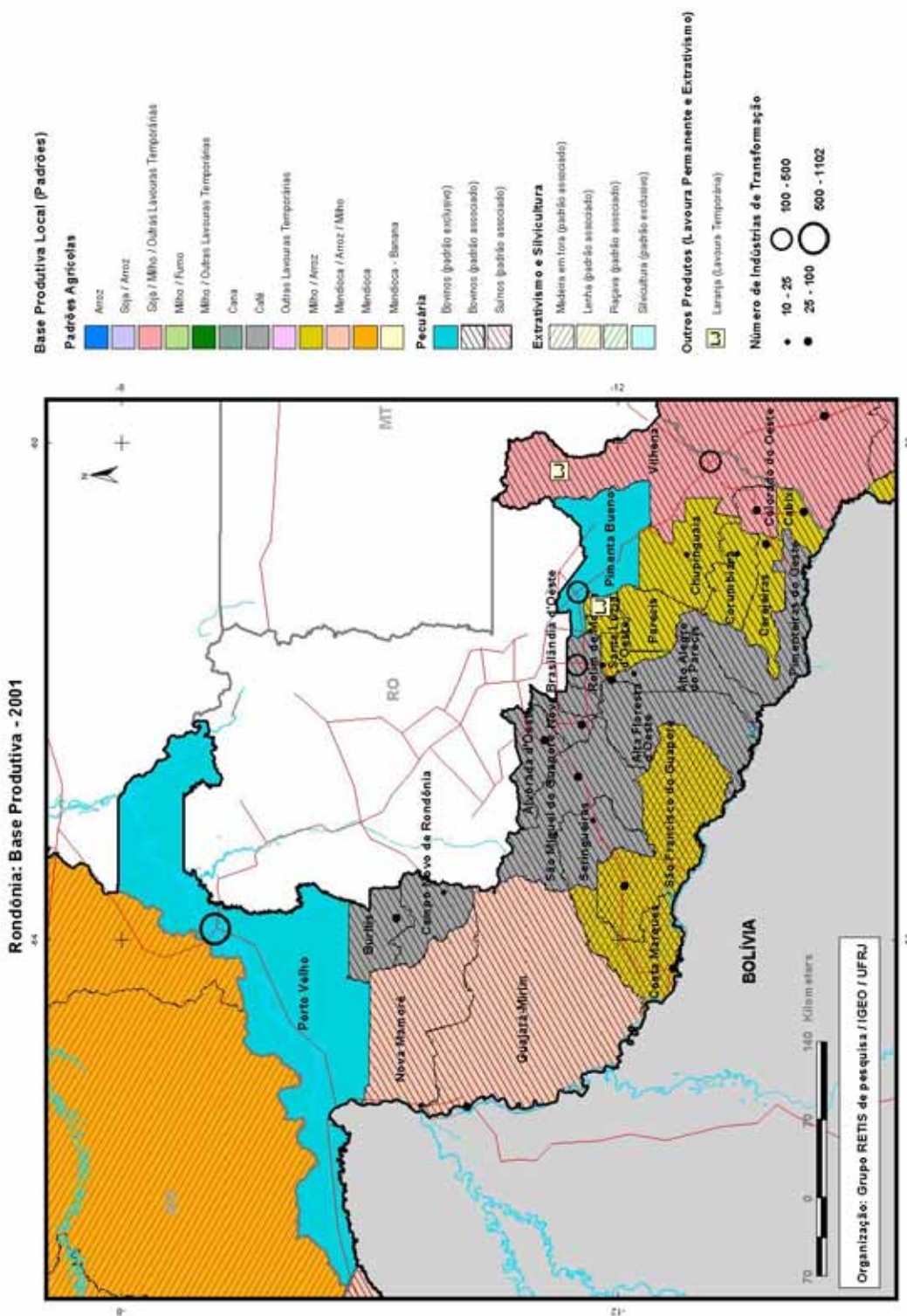




Acre: Base Produtiva - 2001

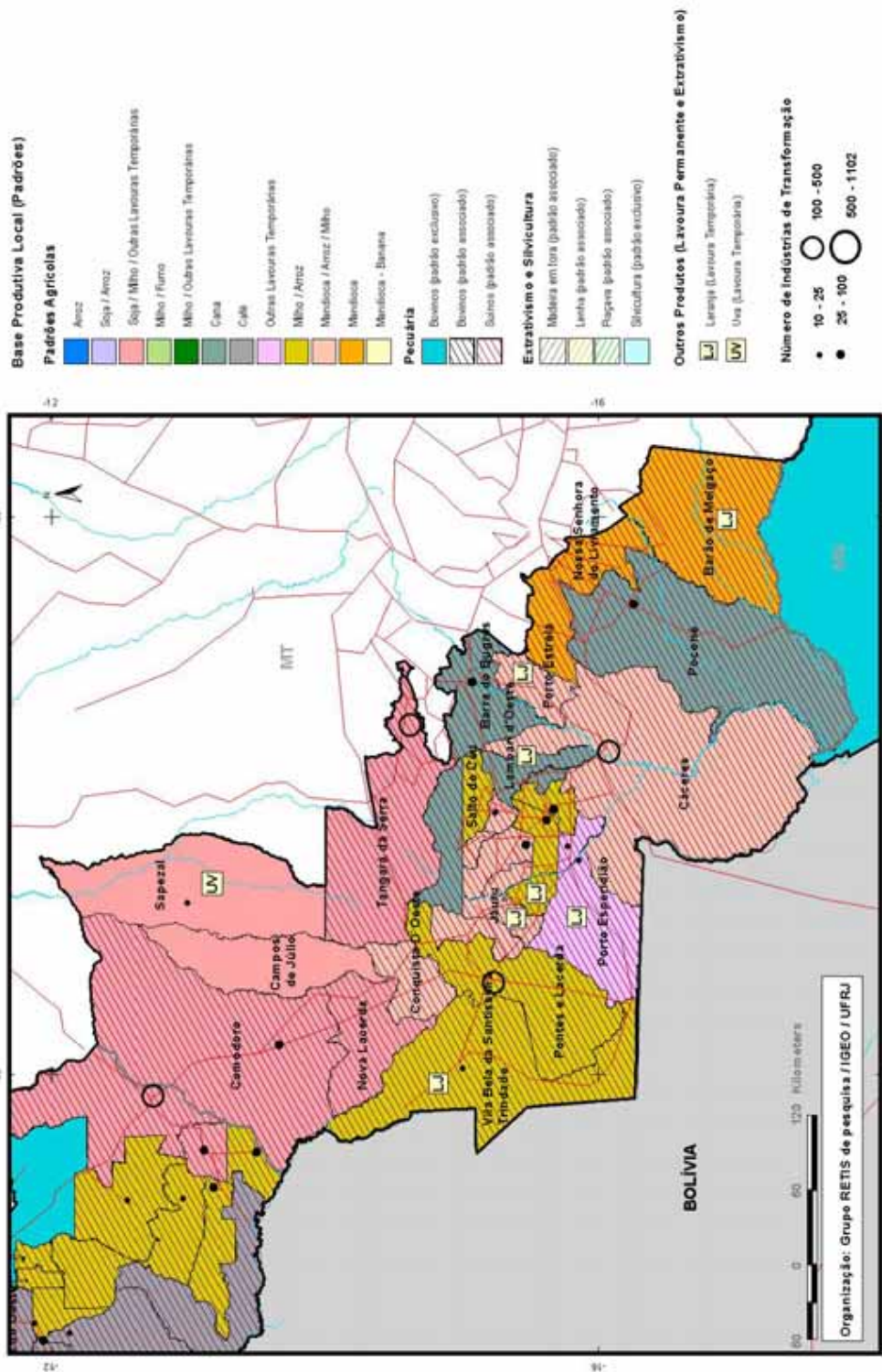


# Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

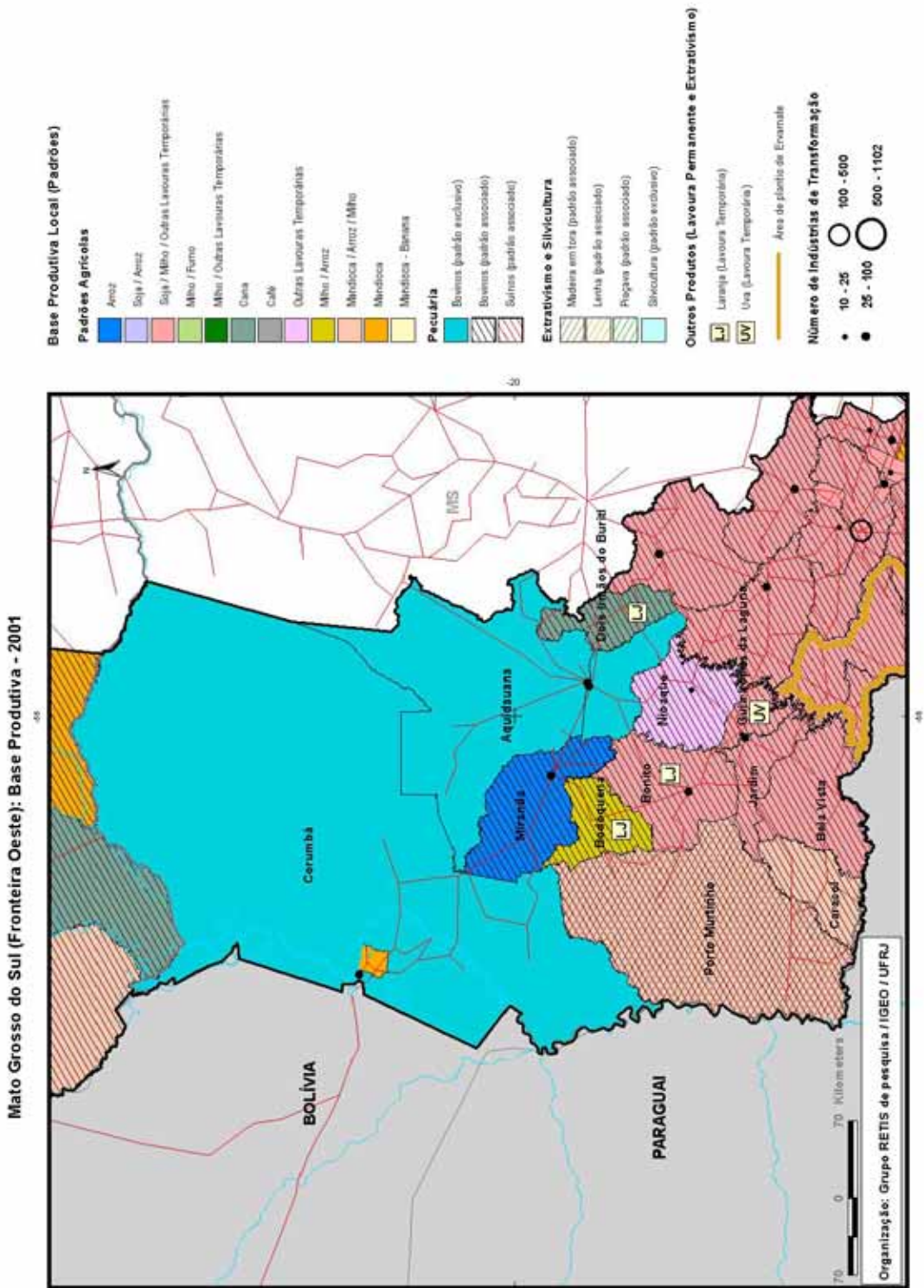




Mato Grosso: Base Produtiva - 2001

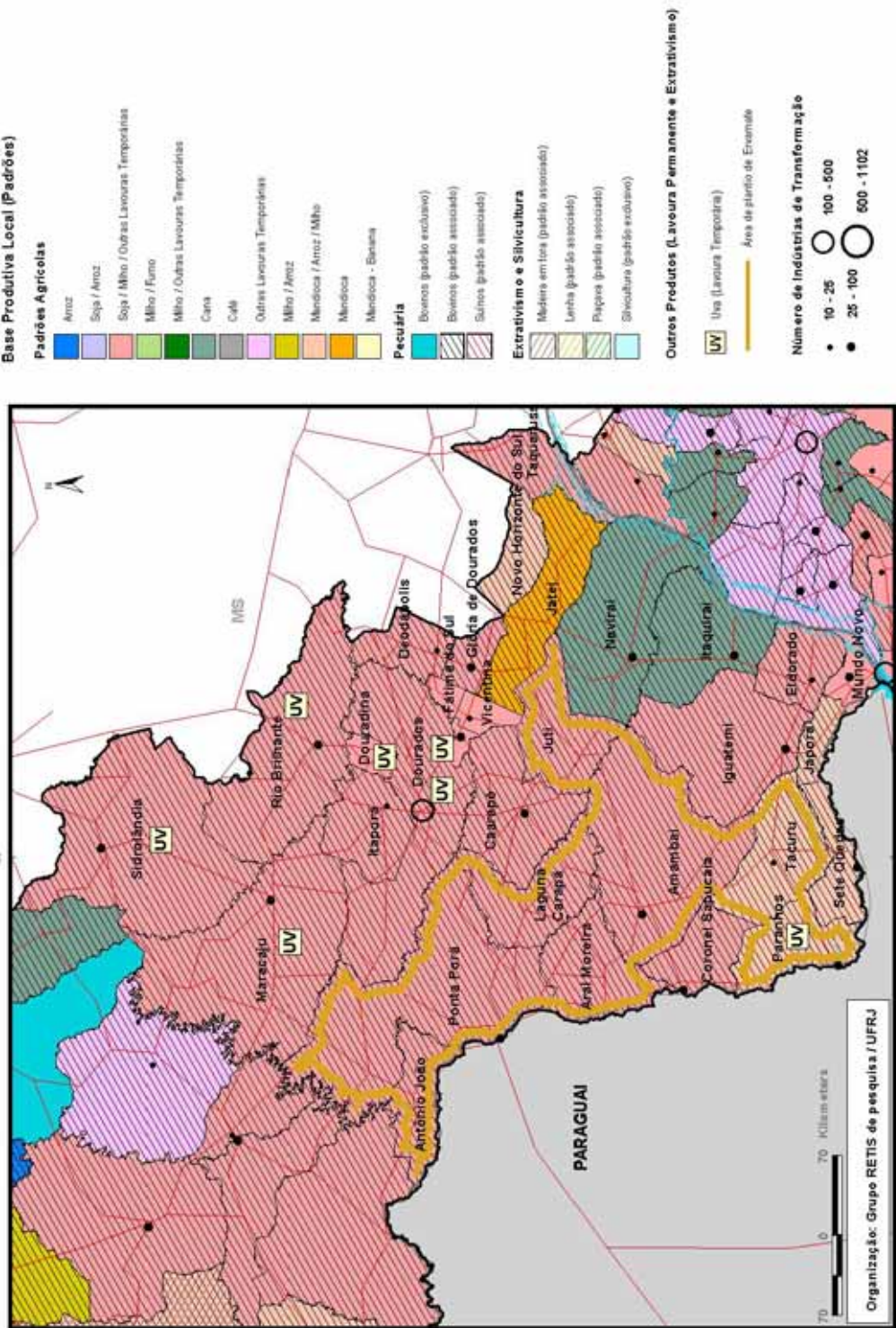


# Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira



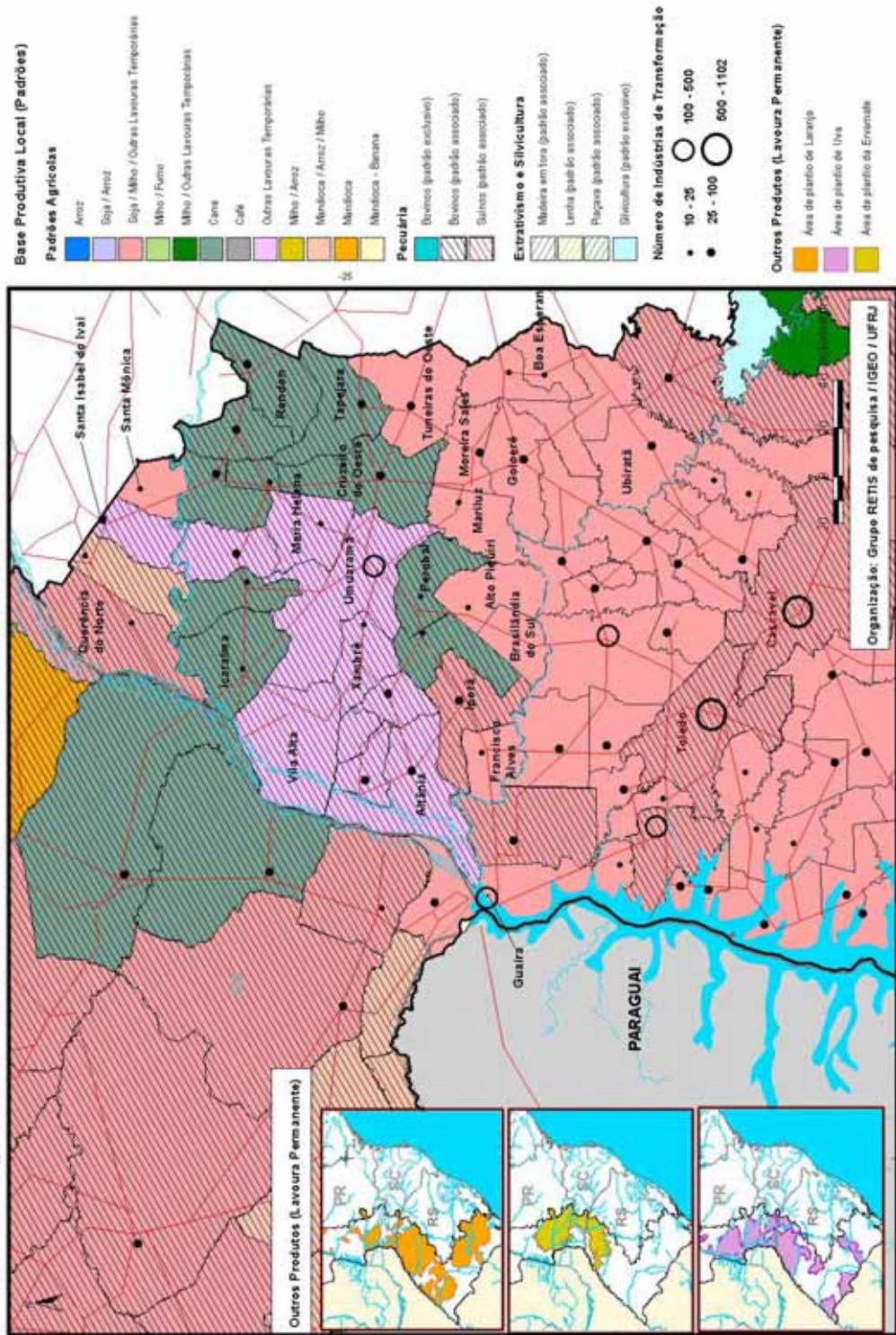


Mato Grosso do Sul (Fronteira Sul): Base Produtiva - 2001



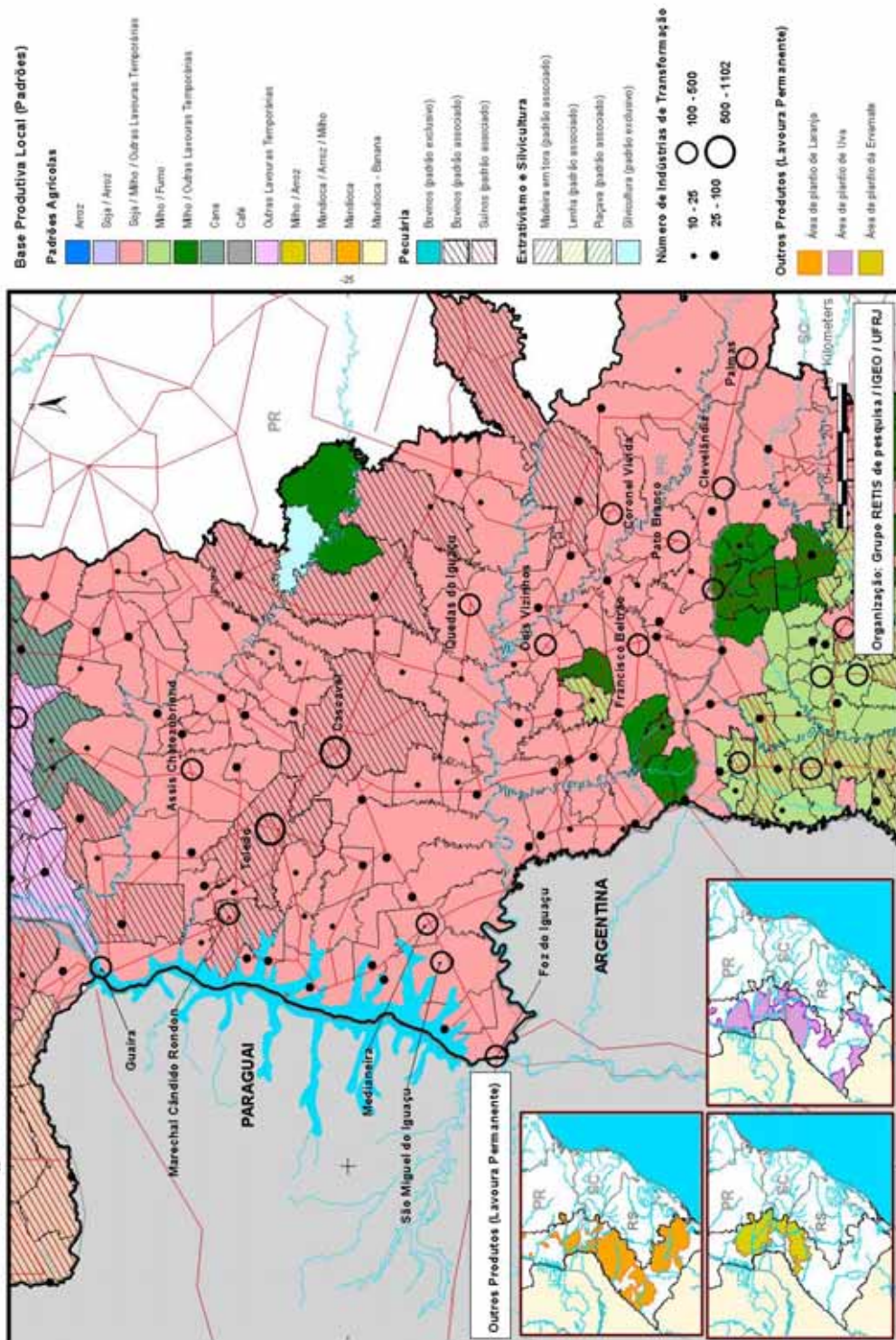
# Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Paraná (Fronteira Noroeste): Base Produtiva - 2001



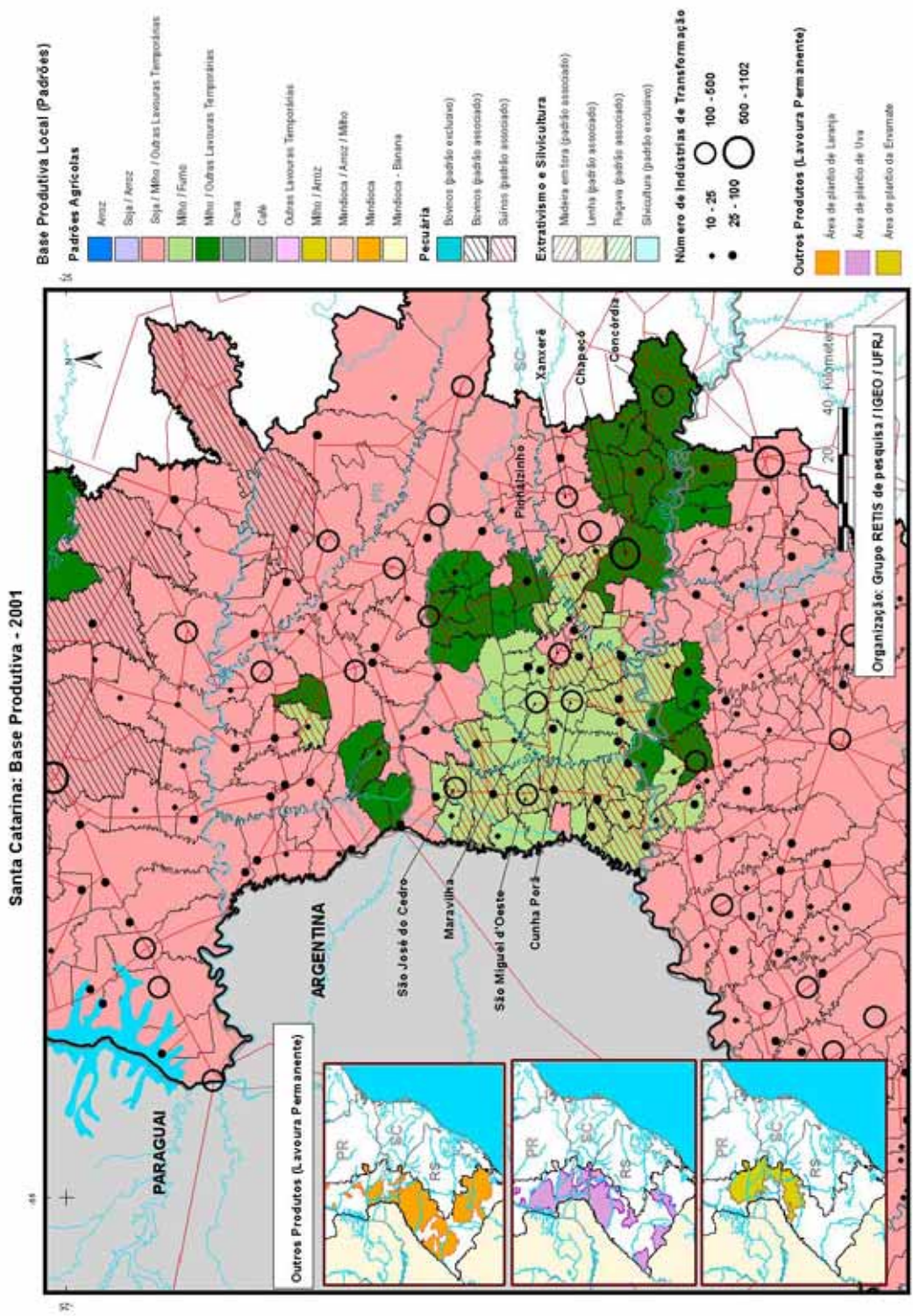


Paraná (Fronteira Oeste): Base Produtiva - 2001

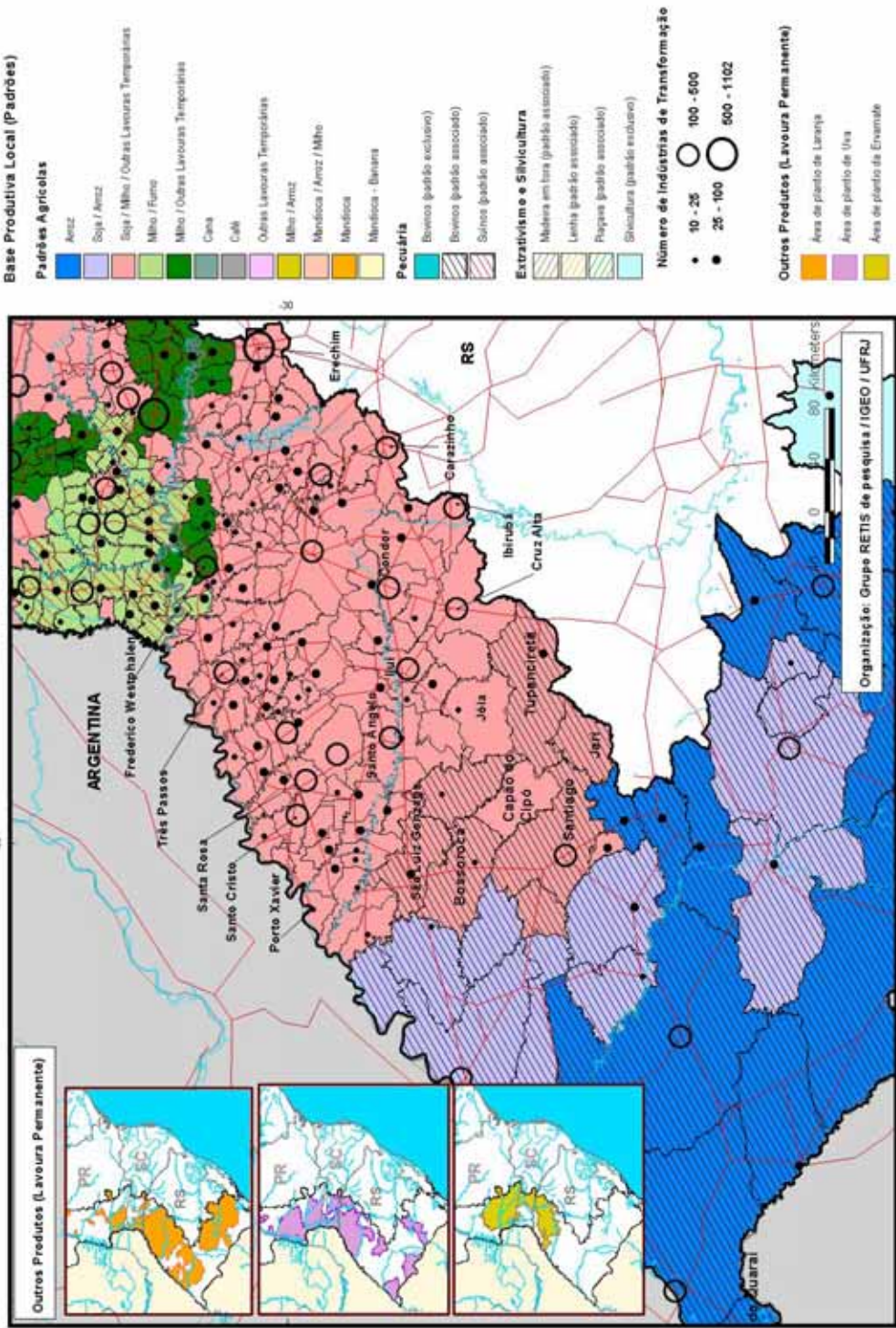




Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira



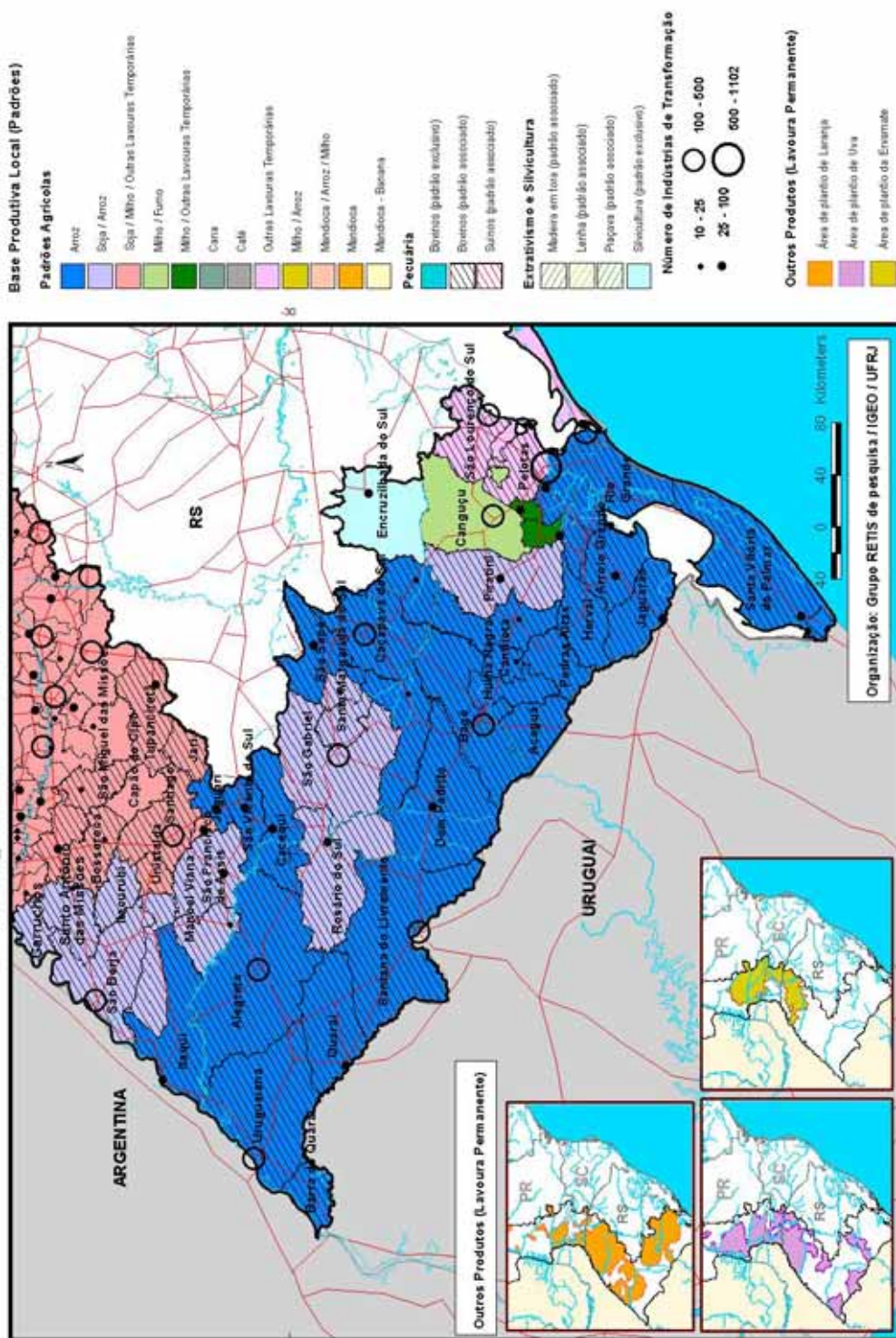
Rio Grande do Sul (Fronteira Oeste): Base Produtiva - 2001



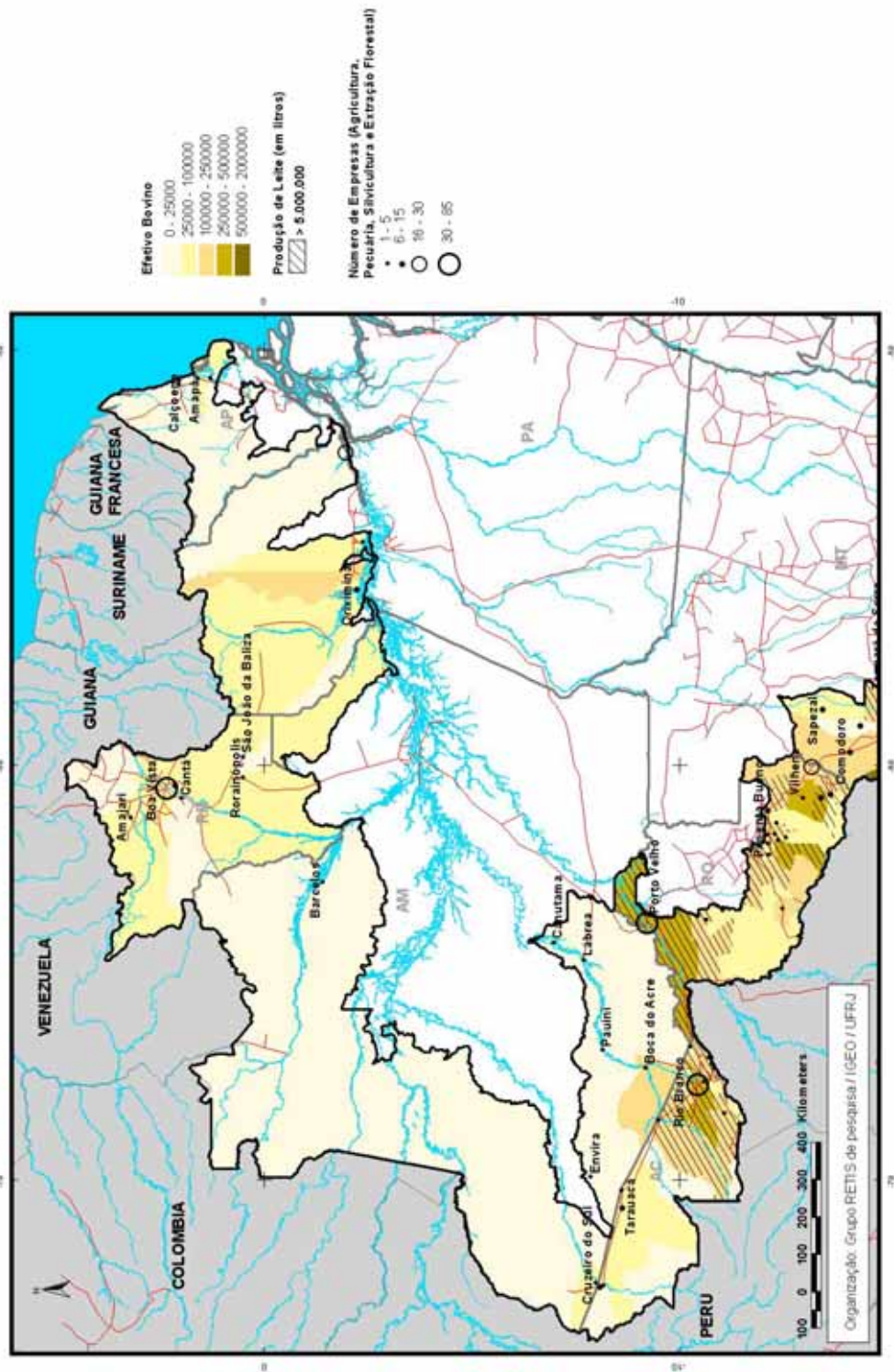


# Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Rio Grande do Sul (Fronteira Sul): Base Produtiva - 2001



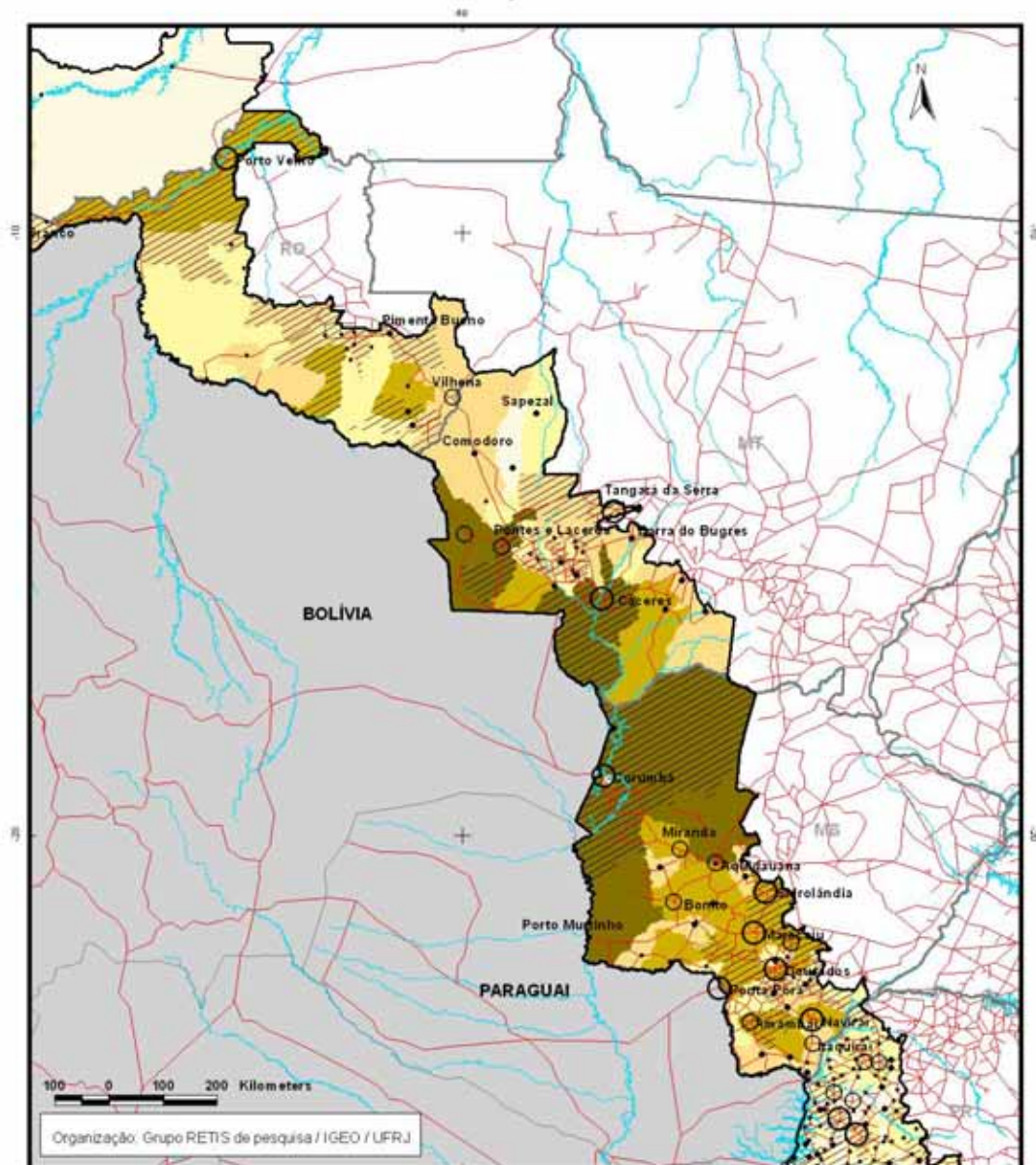
Faixa de Fronteira Arco Norte:  
Efetivo Bovino e Produção Leiteira - 2001



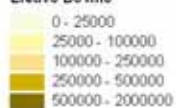


## Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

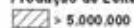
Faixa de Fronteira Arco Central:  
Efetivo Bovino e Produção Leiteira - 2001



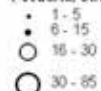
### Efetivo Bovino



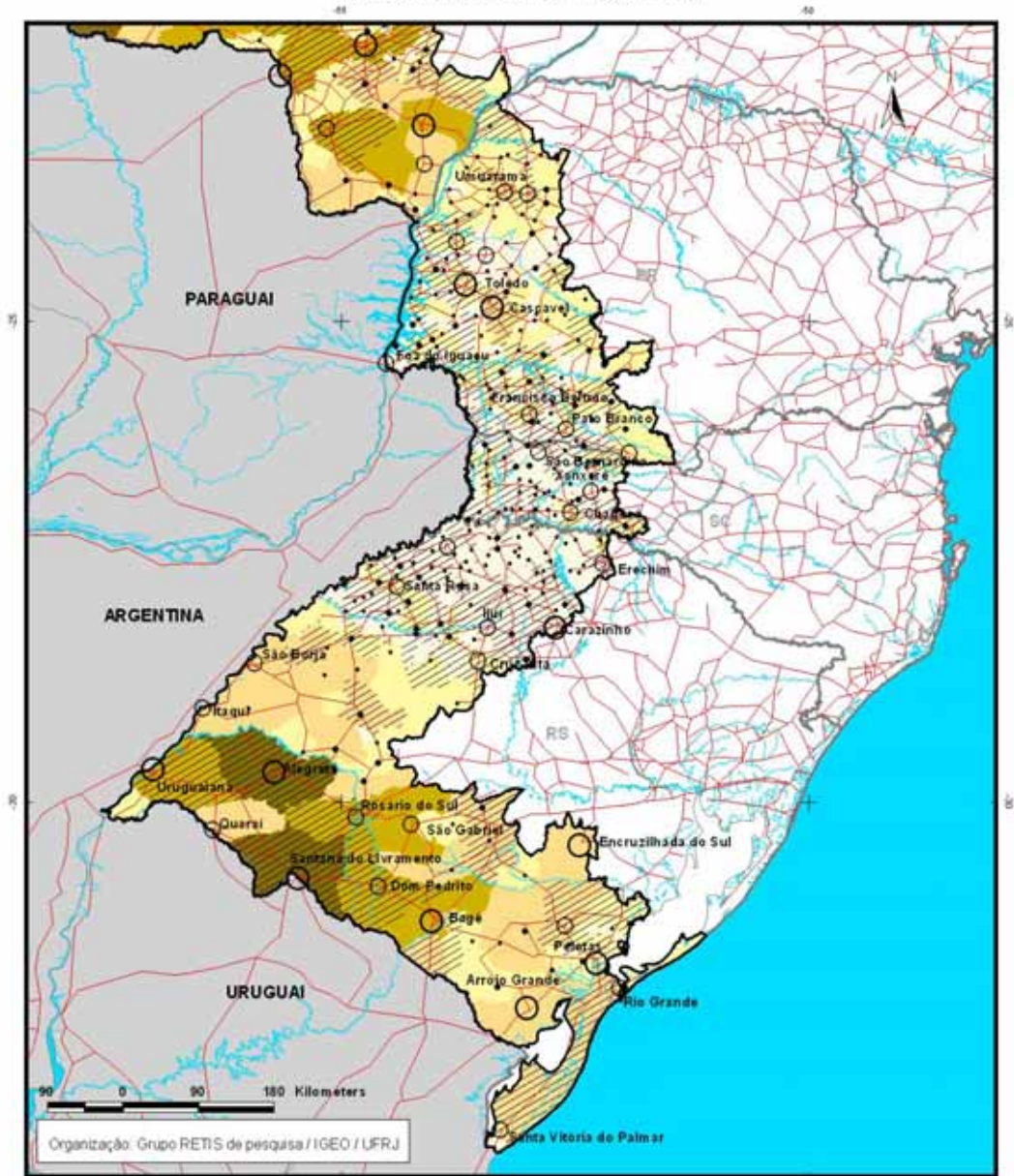
### Produção de Leite (em litros)



### Número de Empresas (Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Extração Florestal)



Faixa de Fronteira Arco Sul:  
Efetivo Bovino e Produção Leiteira- 2001



**Efetivo Bovino**

- 0 - 25000
- 25000 - 100000
- 100000 - 250000
- 250000 - 500000
- 500000 - 2000000

**Produção de Leite (em litros)**

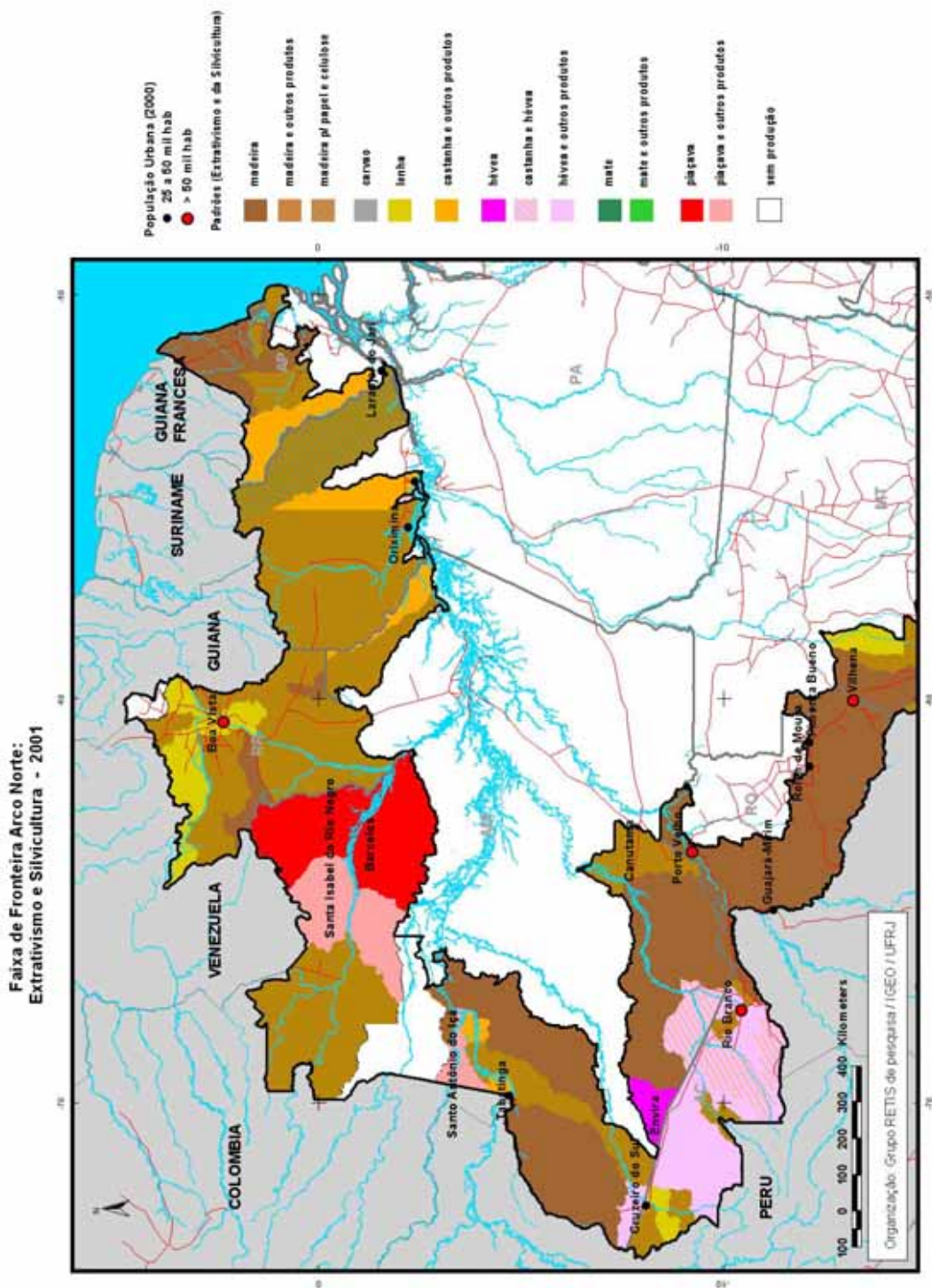
- > 5.000.000

**Número de Empresas (Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Extração Florestal)**

- 1 - 5
- 6 - 15
- 16 - 30
- 30 - 65

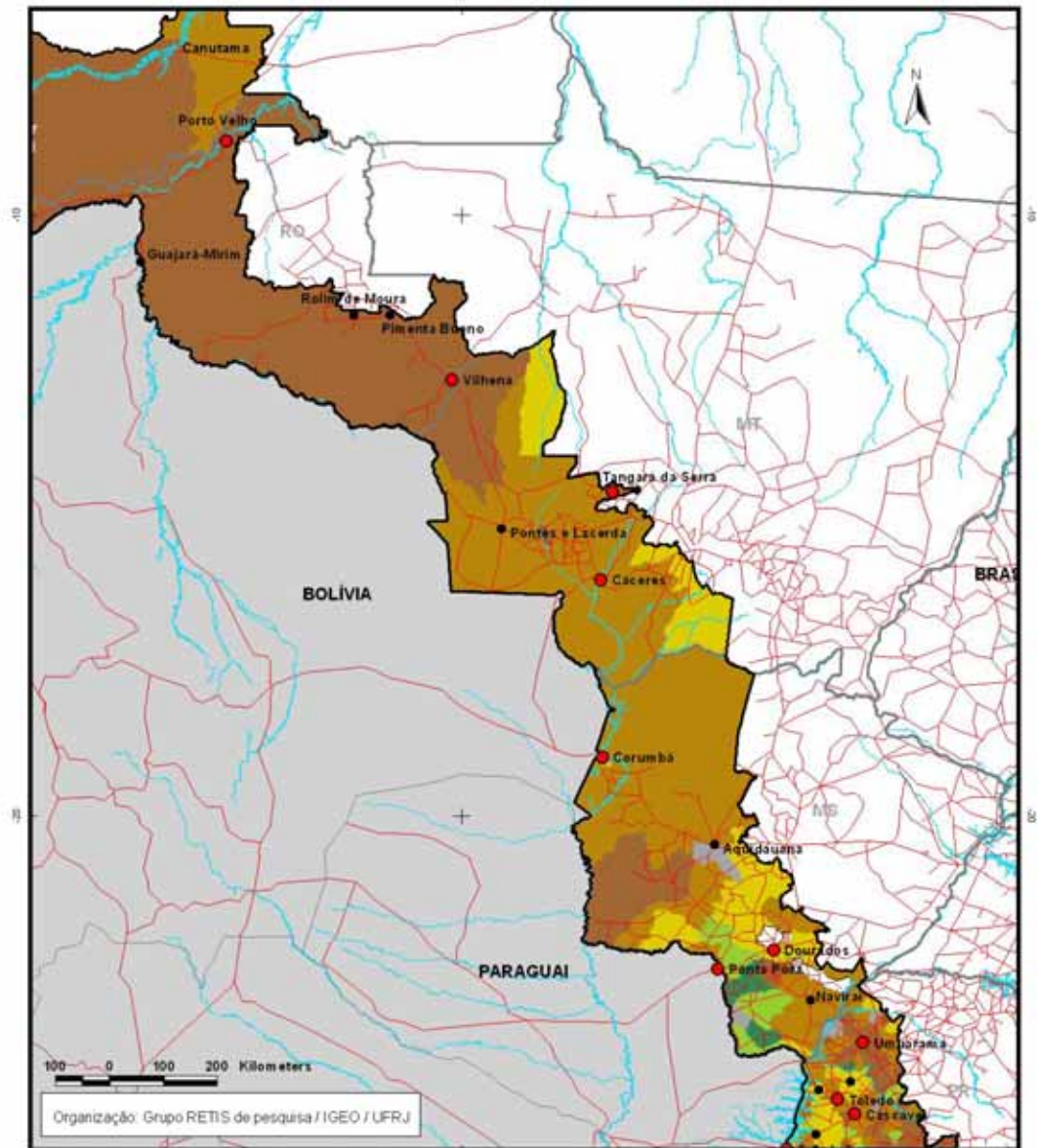


# Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira





Faixa de Fronteira Arco Central:  
Extrativismo e Silvicultura- 2001

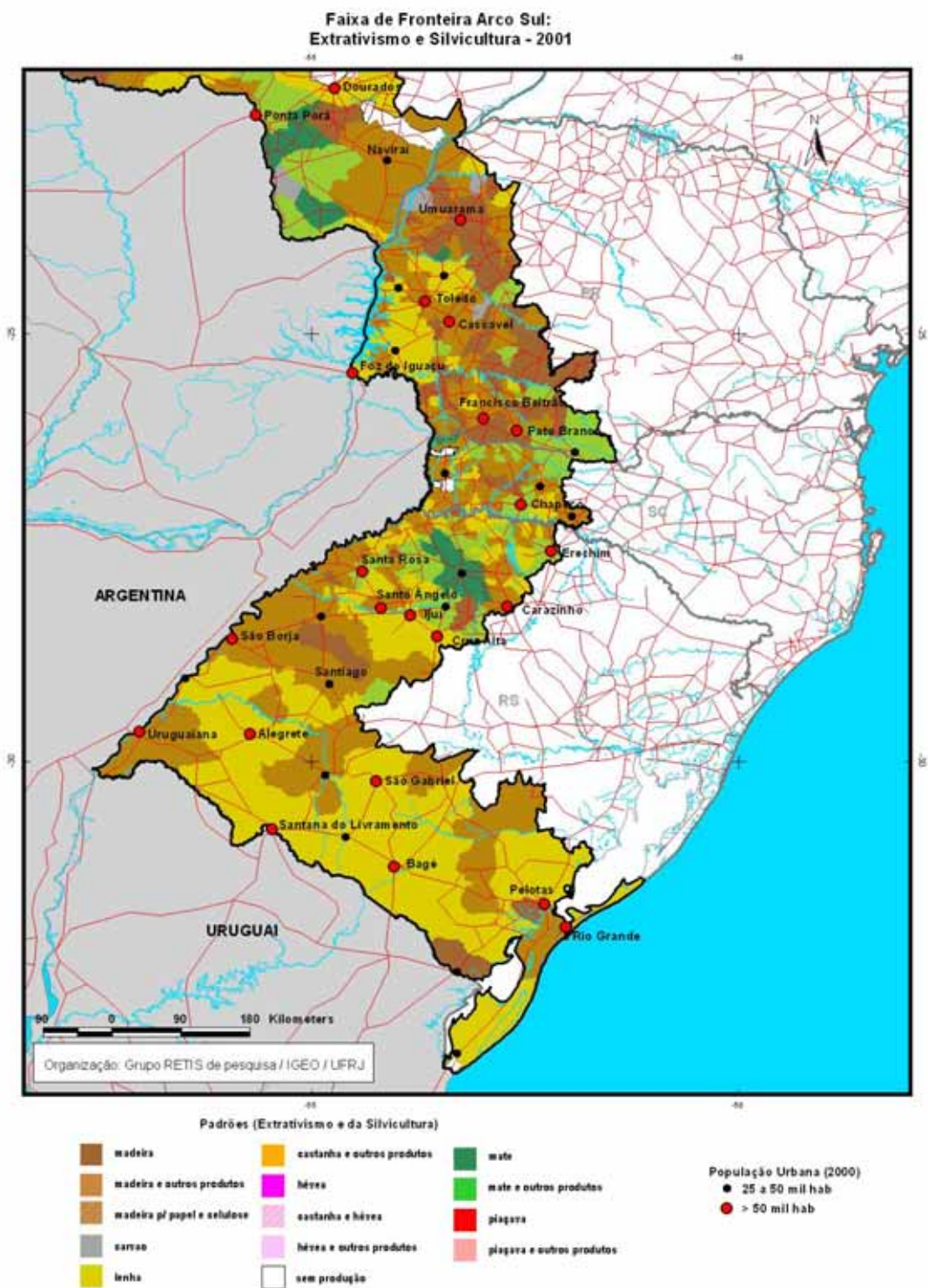


Organização: Grupo RETIS de pesquisa / IGEO / UFRJ

Padrões (Extrativismo e da Silvicultura)

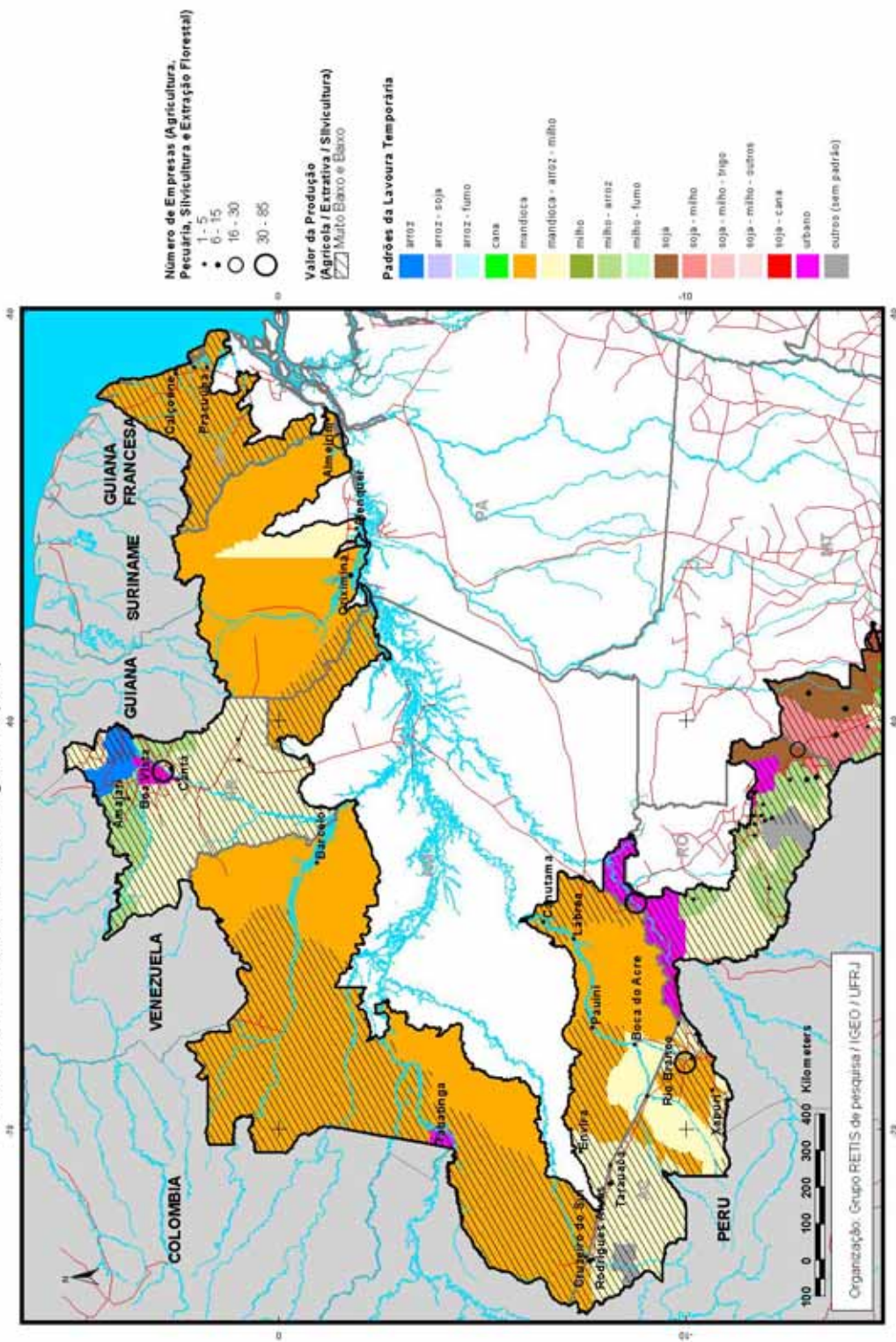
- |                             |                            |                           |  |
|-----------------------------|----------------------------|---------------------------|--|
| madeira                     | castanha e outros produtos | mate                      | População Urbana (2000)<br>● 25 a 50 mil hab<br>● > 50 mil hab |
| madeira e outros produtos   | látex                      | mate e outros produtos    |  |
| madeira pl papel e celulose | castanha e látex           | piaçava                   |  |
| extrao                      | látex e outros produtos    | piaçava e outros produtos |  |
| lenha                       | sem produção               |                           |  |

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

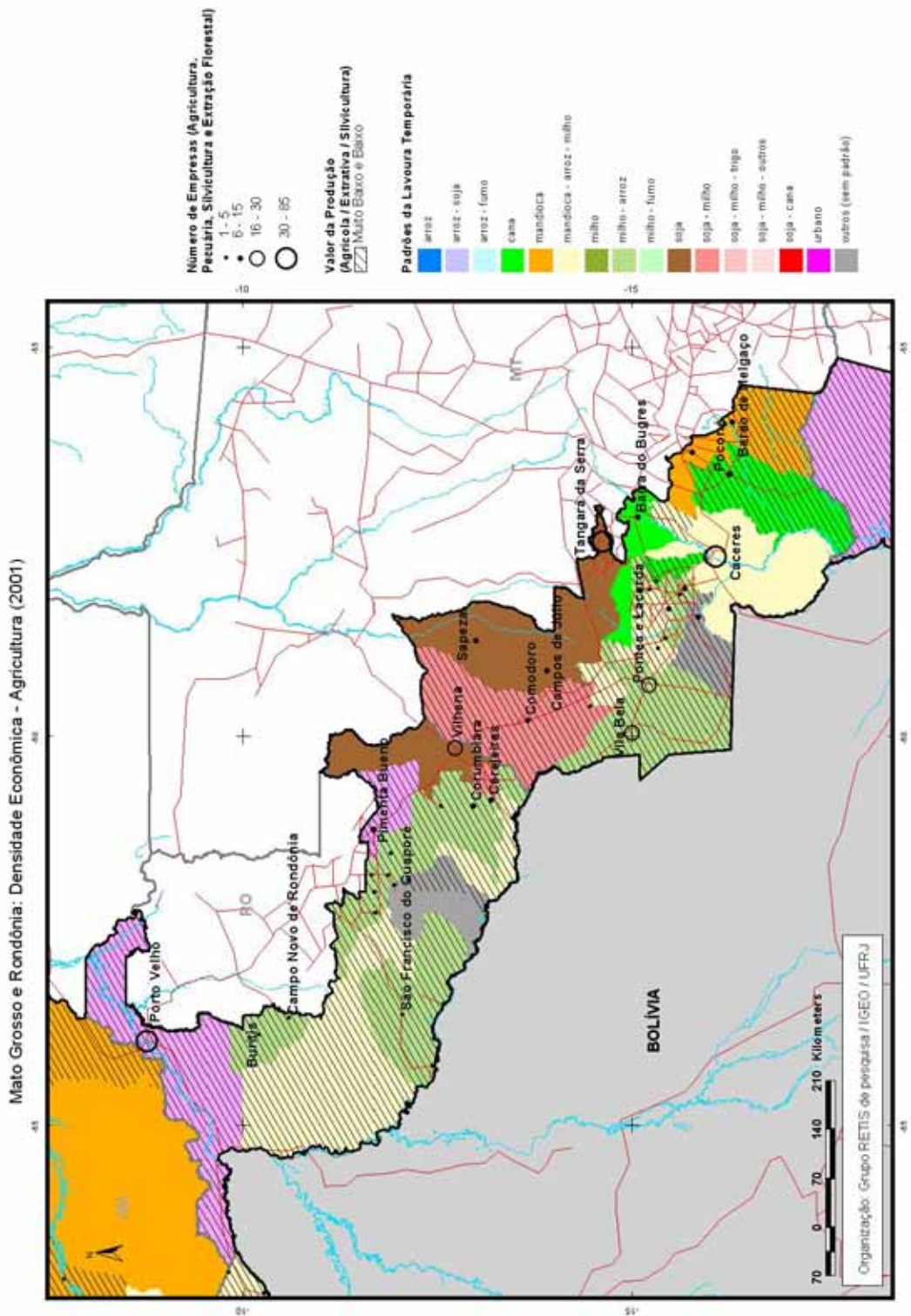




Fronteira Norte: Densidade Econômica - Agricultura (2001)



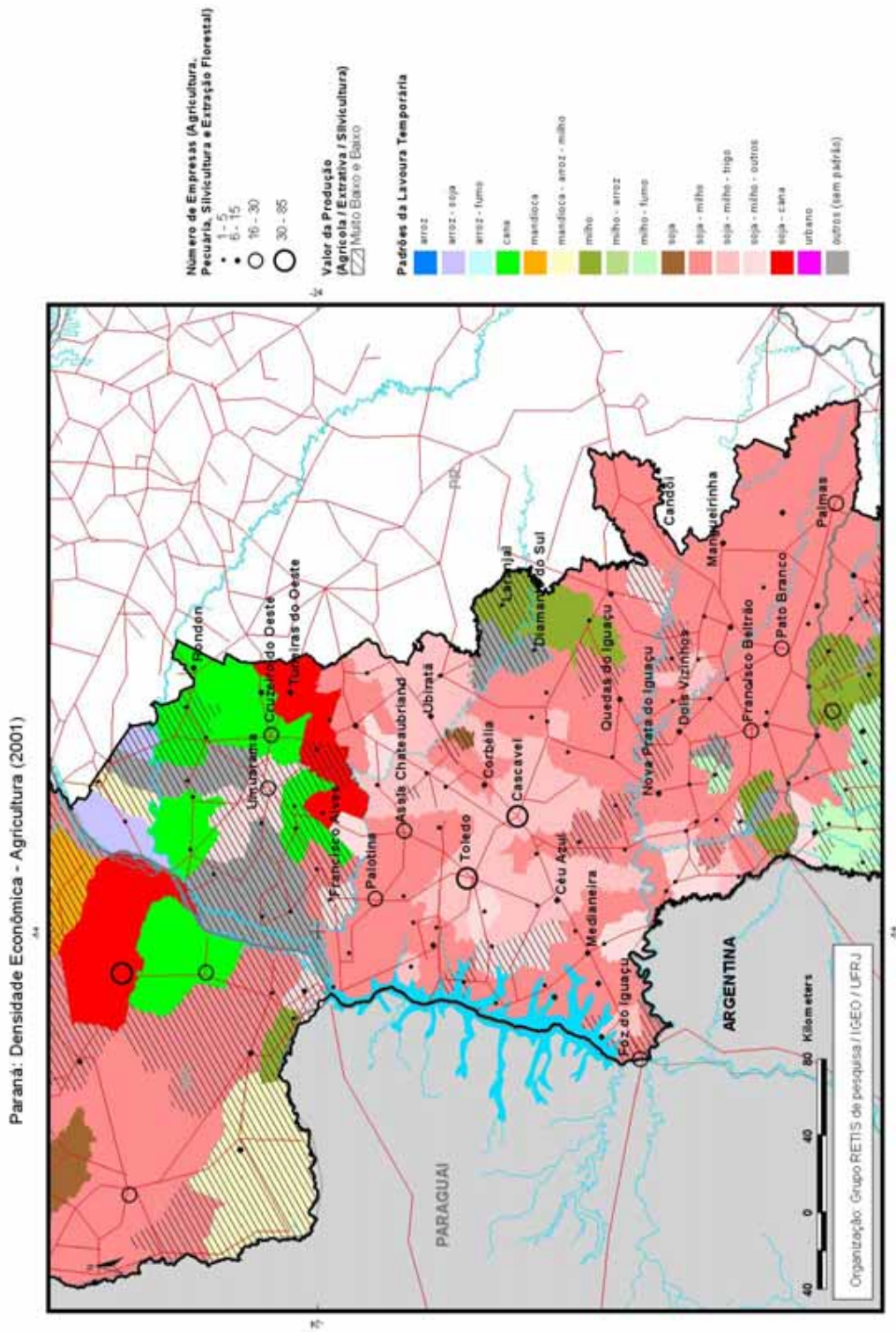
# Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira





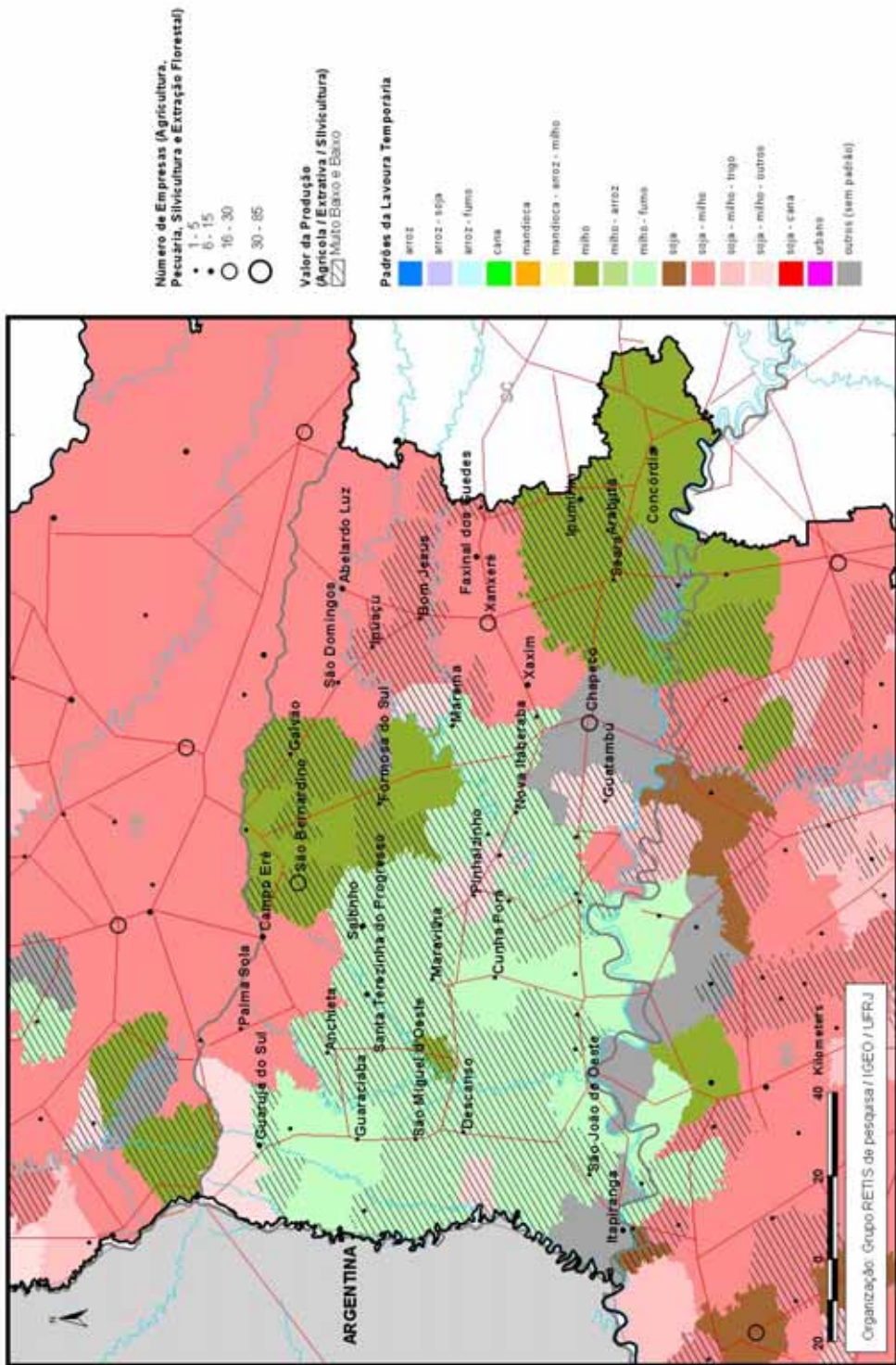


Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

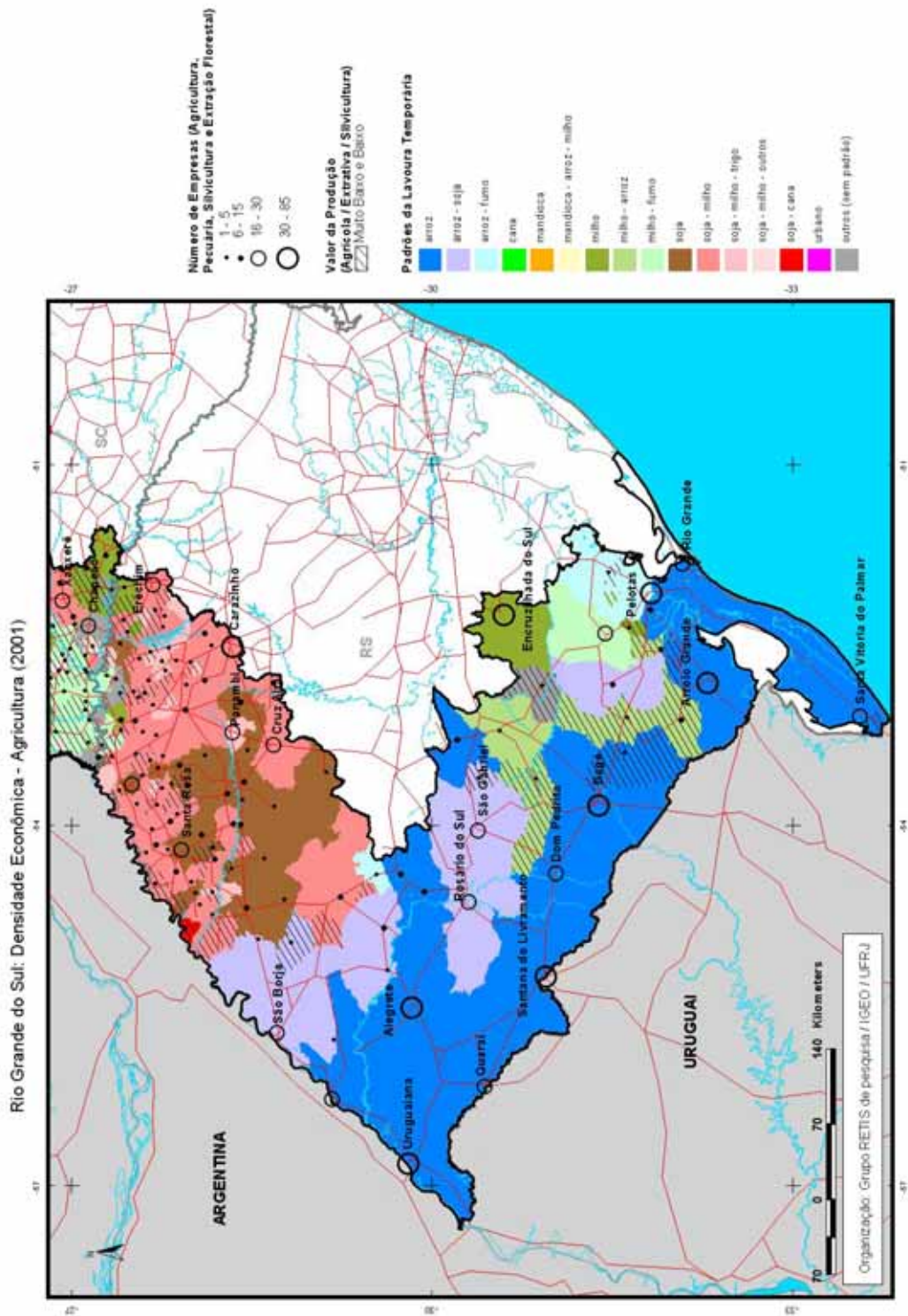




Santa Catarina: Densidade Econômica - Agricultura (2001)

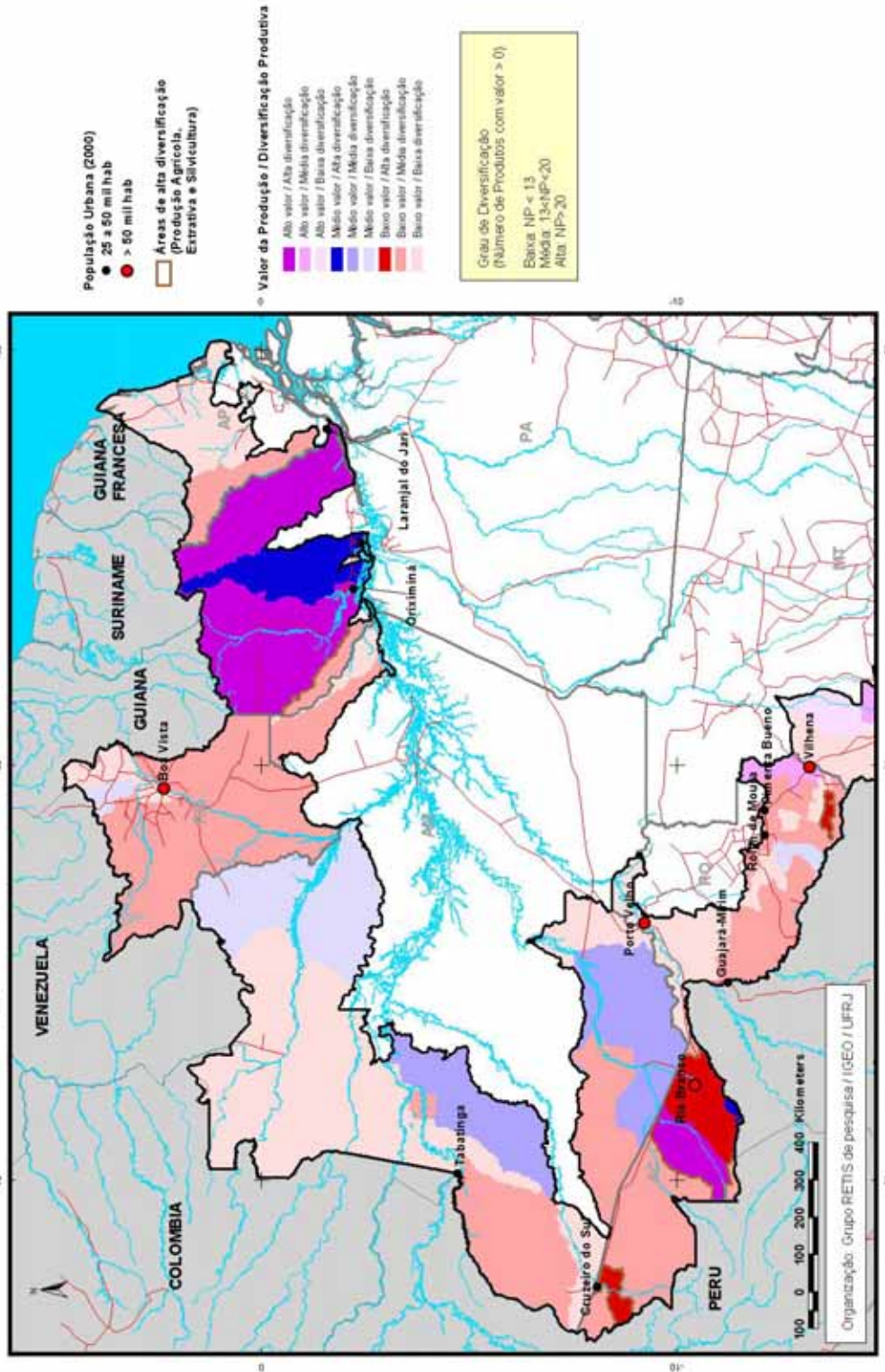


Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira



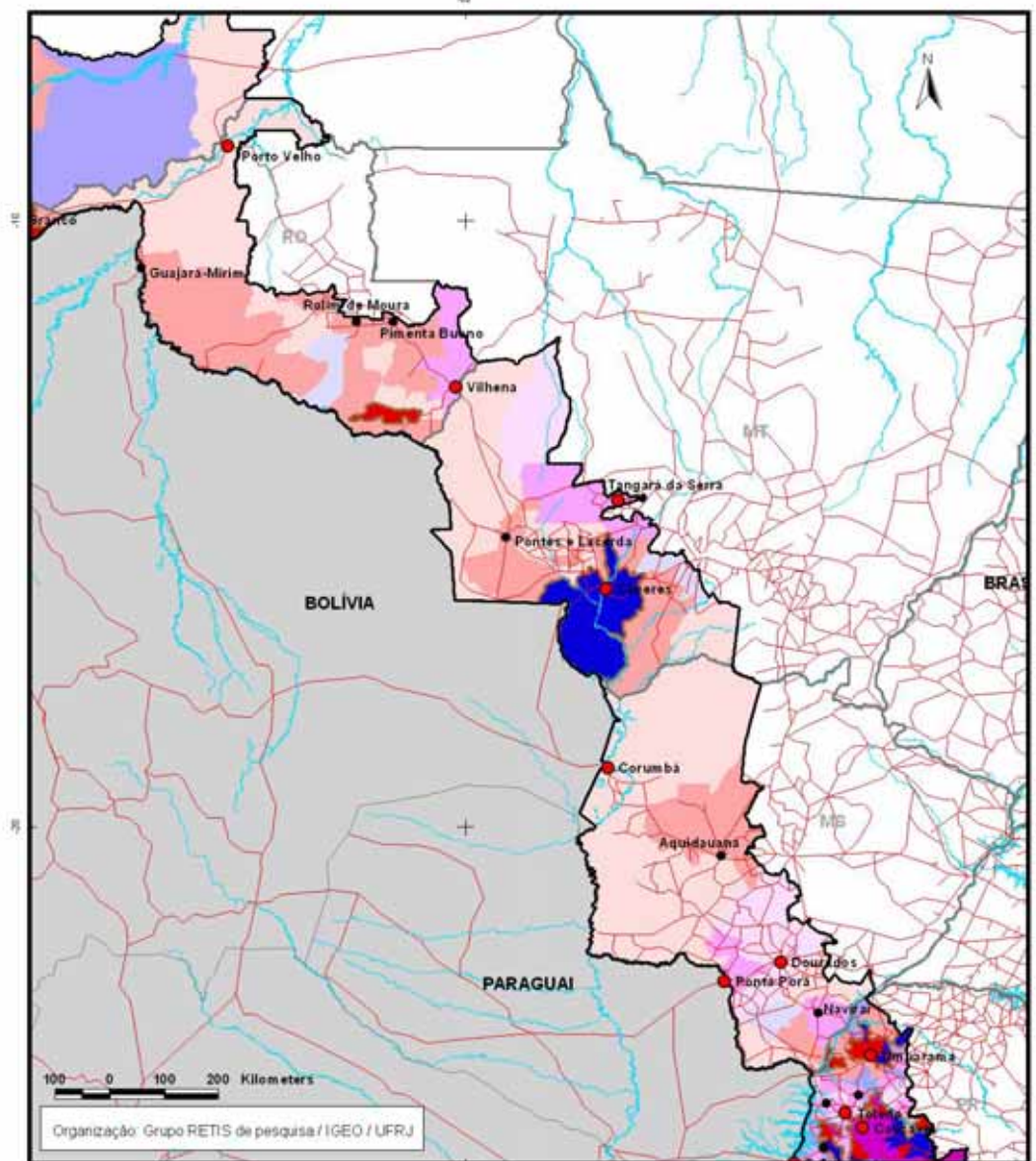


Faixa de Fronteira Arco Norte: Valor da Produção e Grau de diversificação produtiva (Agricultura, Extrativismo e Silvicultura) - 2001



## Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Faixa de Fronteira Arco Central: Valor da Produção e Grau de diversificação produtiva (Agricultura, Extrativismo e Silvicultura) - 2001



**População Urbana (2000)**

- 25 a 50 mil hab
- > 50 mil hab

□ Áreas de alta diversificação (Produção Agrícola, Extrativa e Silvicultura)

**Valor da Produção / Diversificação Produtiva**

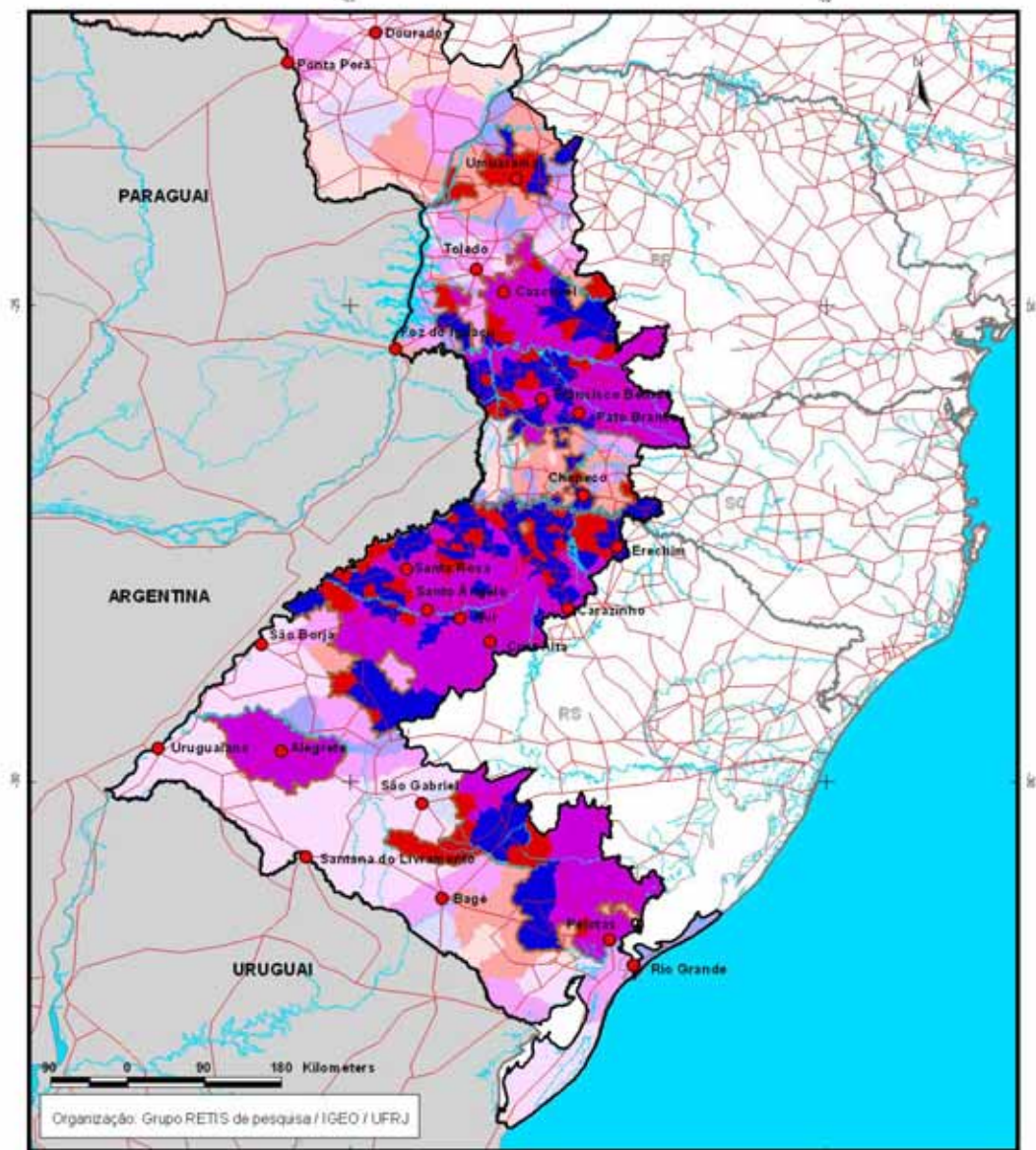
- Alto valor / Alta diversificação
- Alto valor / Média diversificação
- Alto valor / Baixa diversificação
- Médio valor / Alta diversificação
- Médio valor / Média diversificação
- Médio valor / Baixa diversificação
- Baixo valor / Alta diversificação
- Baixo valor / Média diversificação
- Baixo valor / Baixa diversificação

**Grau de Diversificação (Número de Produtos com valor > 0)**

- Baixa NP < 13
- Média 13 < NP < 20
- Alta NP > 20



Faixa de Fronteira Arco Sul: Valor da Produção e Grau de diversificação produtiva (Agricultura, Extrativismo e Silvicultura) - 2001



Organização: Grupo RETIS de pesquisa / IIGEO / UFRJ

População Urbana (2000)

- > 50 mil hab
- Áreas de alta diversificação (Produção Agrícola, Extrativa e Silvicultura)

Valor da Produção / Diversificação Produtiva

- Alto valor / Alta diversificação
- Alto valor / Média diversificação
- Alto valor / Baixa diversificação
- Médio valor / Alta diversificação
- Médio valor / Média diversificação
- Médio valor / Baixa diversificação
- Baixo valor / Alta diversificação
- Baixo valor / Média diversificação
- Baixo valor / Baixa diversificação

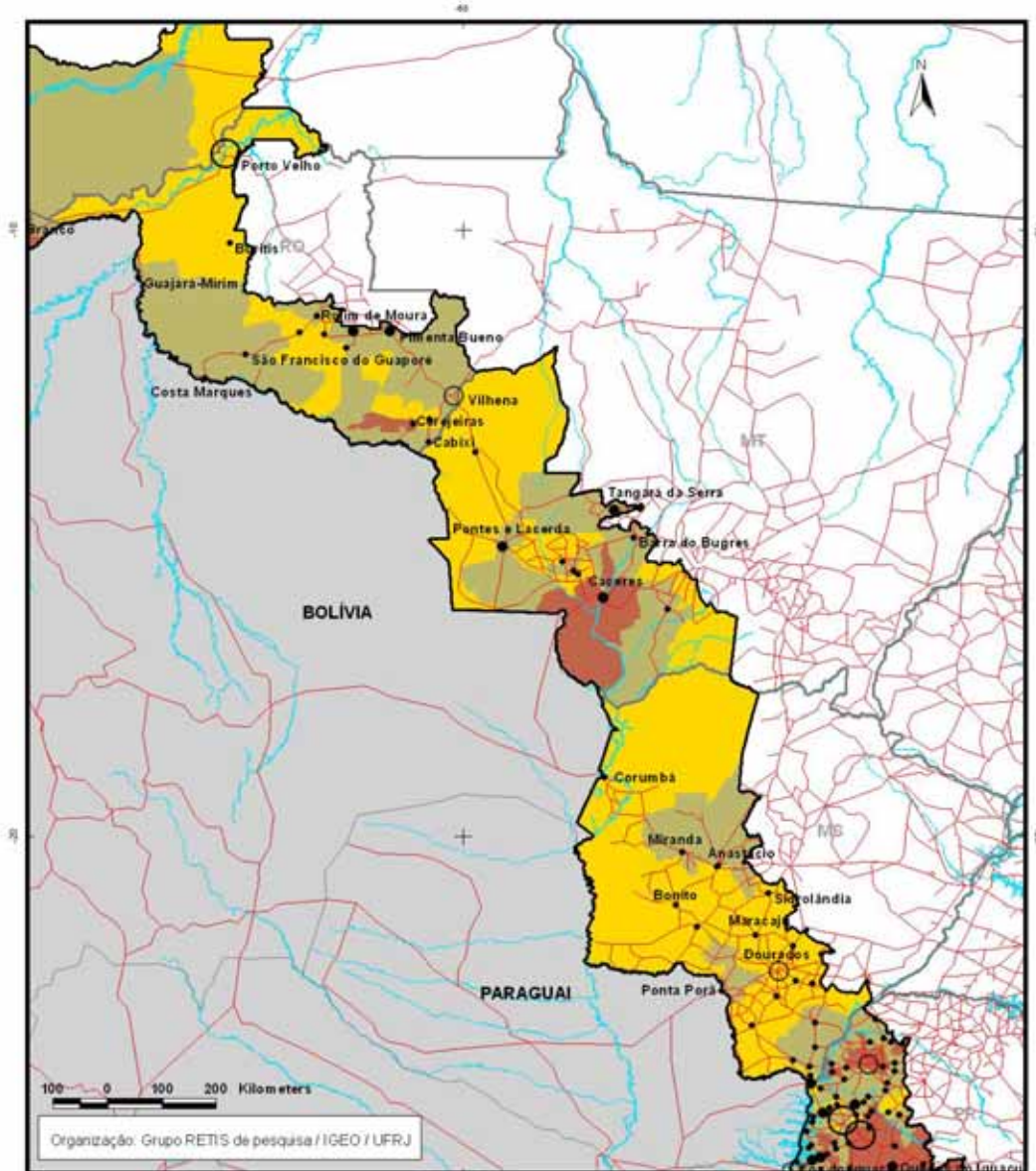
Grau de Diversificação (Número de Produtos com valor > 0)

- Baixa NP < 13
- Média 13 < NP < 20
- Alta NP > 20





Faixa de Fronteira Arco Central:  
Diversificação Produtiva e Concentração Industrial - 2001



Grau de Diversificação Produtiva  
(Produção Agrícola, Extrativa e Silvícola)  
em Número de Produtos com valor > 0

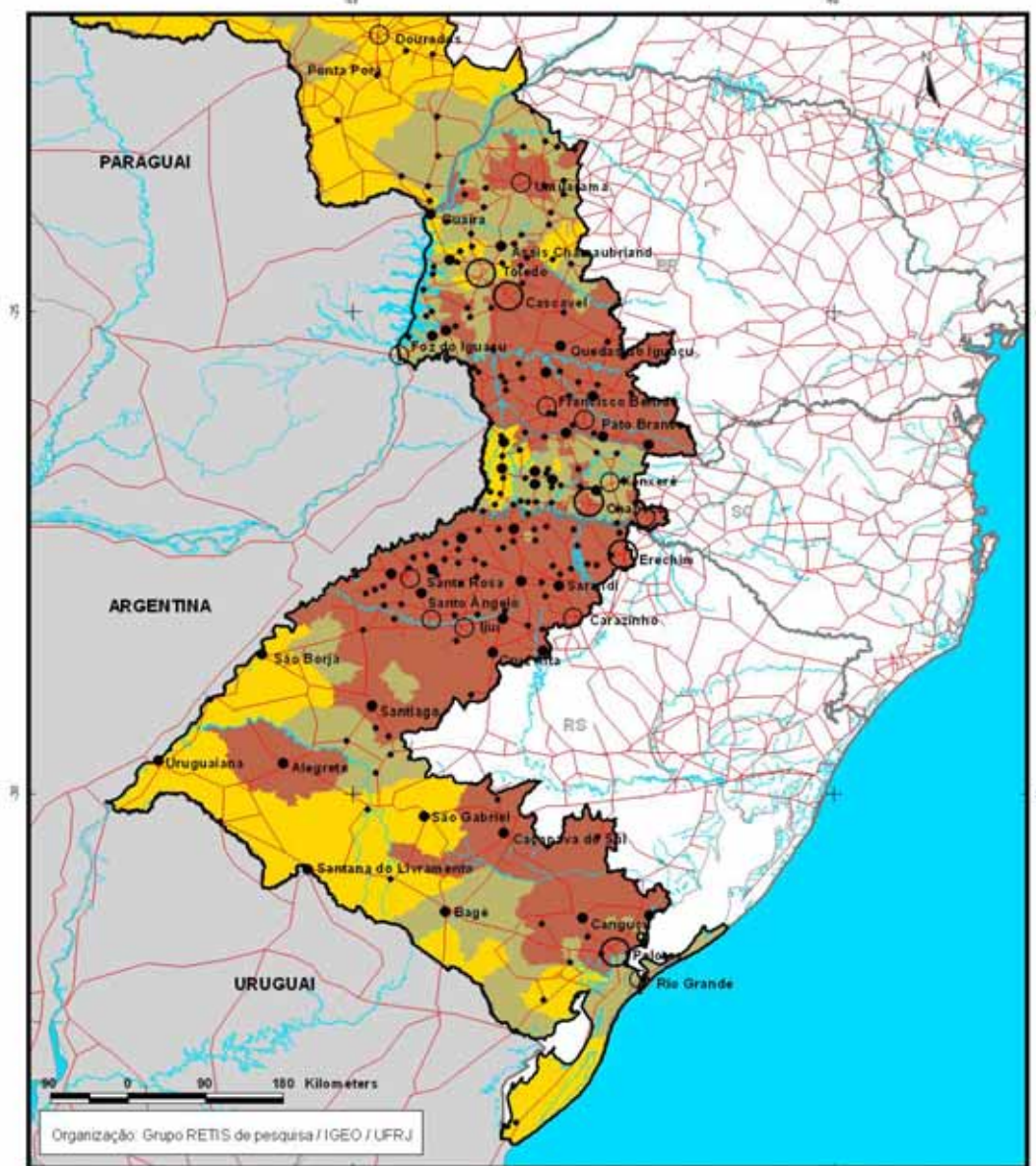
- Alta (NP > 20)
- Média (13 < NP < 20)
- Baixa (NP < 13)

Número de indústrias  
de Transformação (2001)

- 10 - 100 (classe para o norte)
- 100 - 250
- 250 - 500
- 500 - 1102

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Faixa de Fronteira Arco Sul:  
Diversificação Produtiva e Concentração Industrial - 2001



Grau de Diversificação Produtiva  
(Produção Agrícola, Extrativa e Silvícola)  
em Número de Produtos com valor > 0

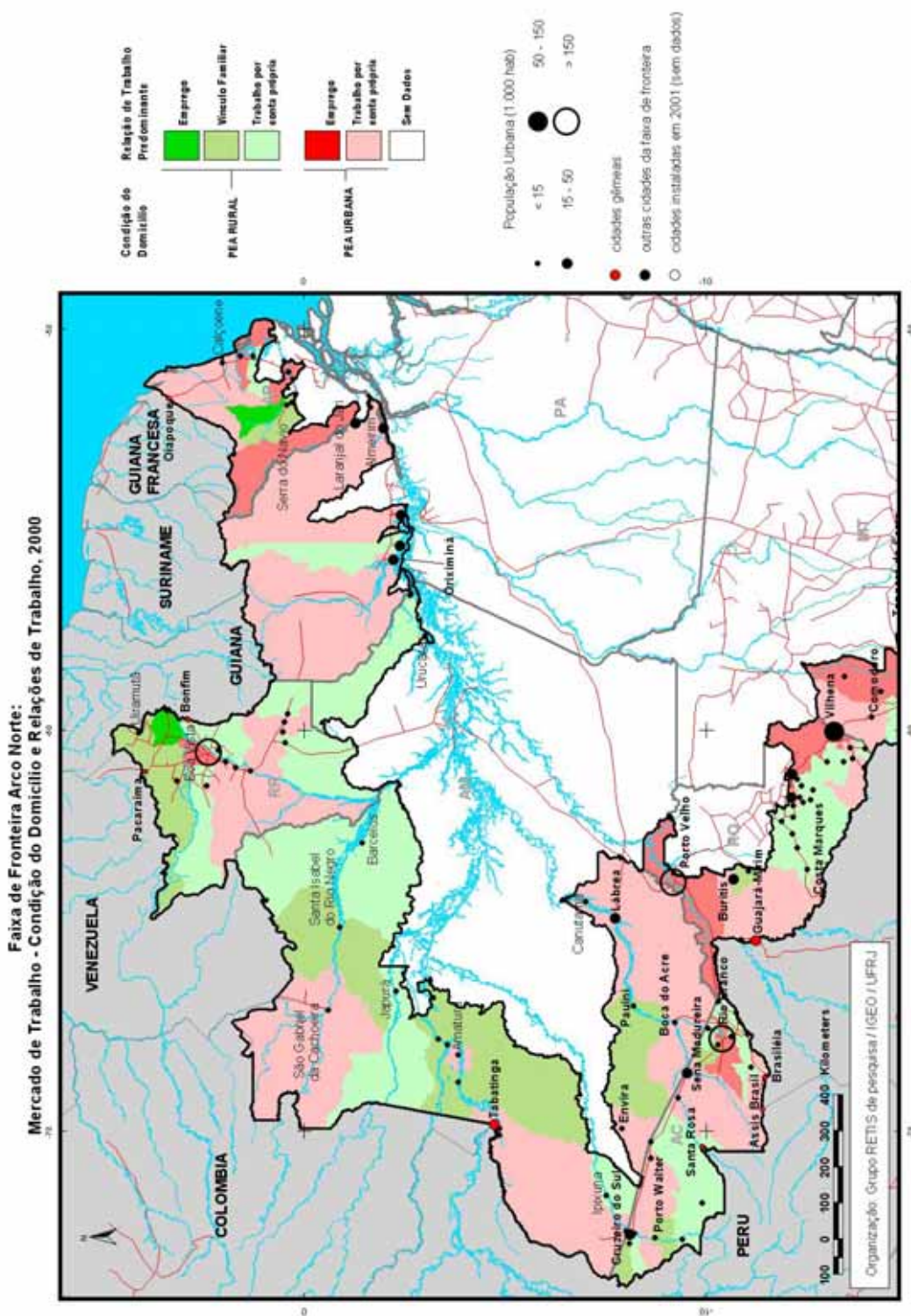
- Alta (NP > 20)
- Média (13 < NP < 20)
- Baixa (NP < 13)

Número de Indústrias  
de Transformação (2001)

- 10 - 100 (classe para o norte)
- 100 - 250
- 250 - 500
- 500 - 1102

DENSIDADE ECONÔMICA  
**MERCADO DE TRABALHO**



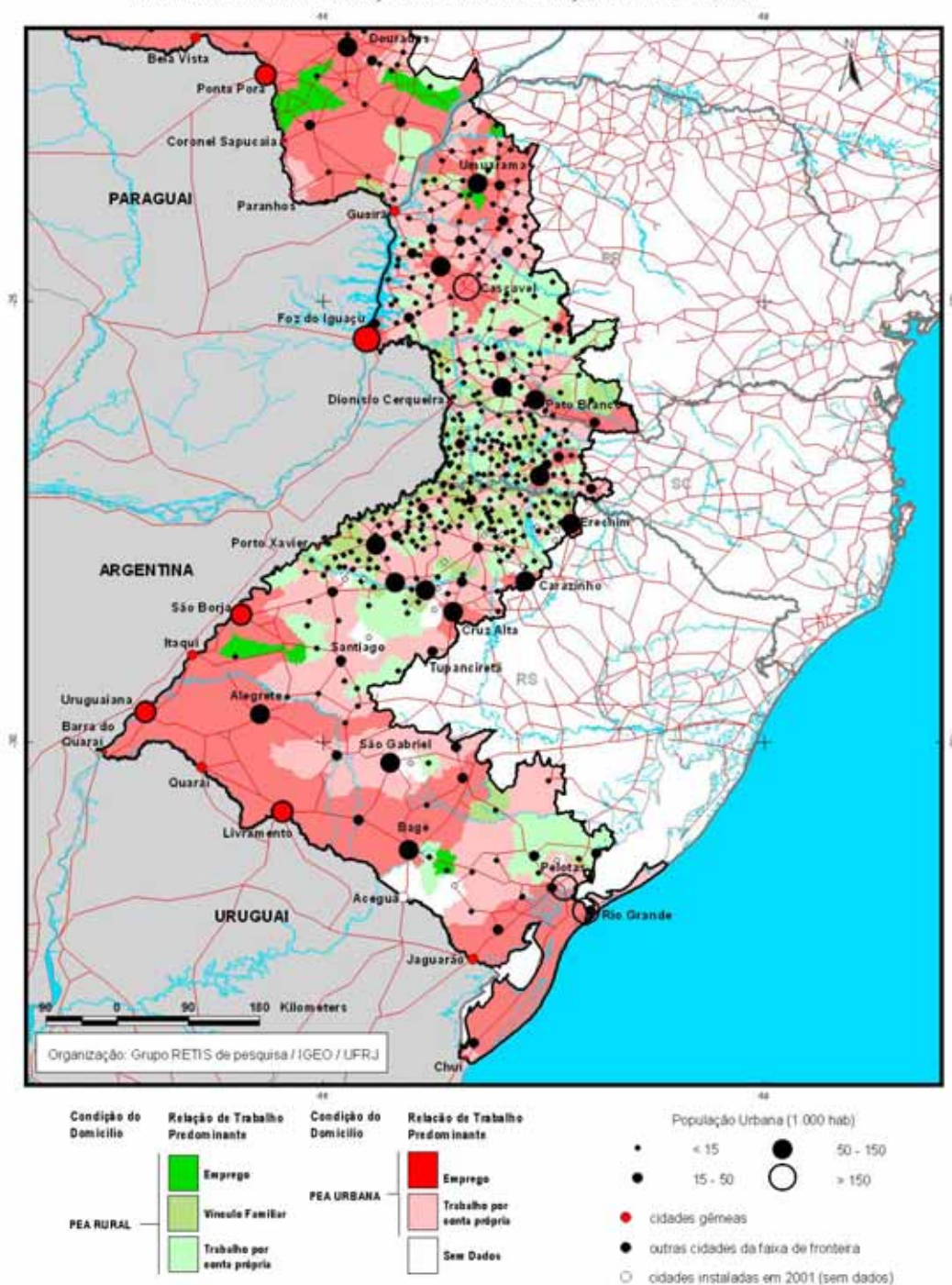






Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Faixa de Fronteira Arco Sul:  
Mercado de Trabalho - Condição do Domicílio e Relações de Trabalho, 2000

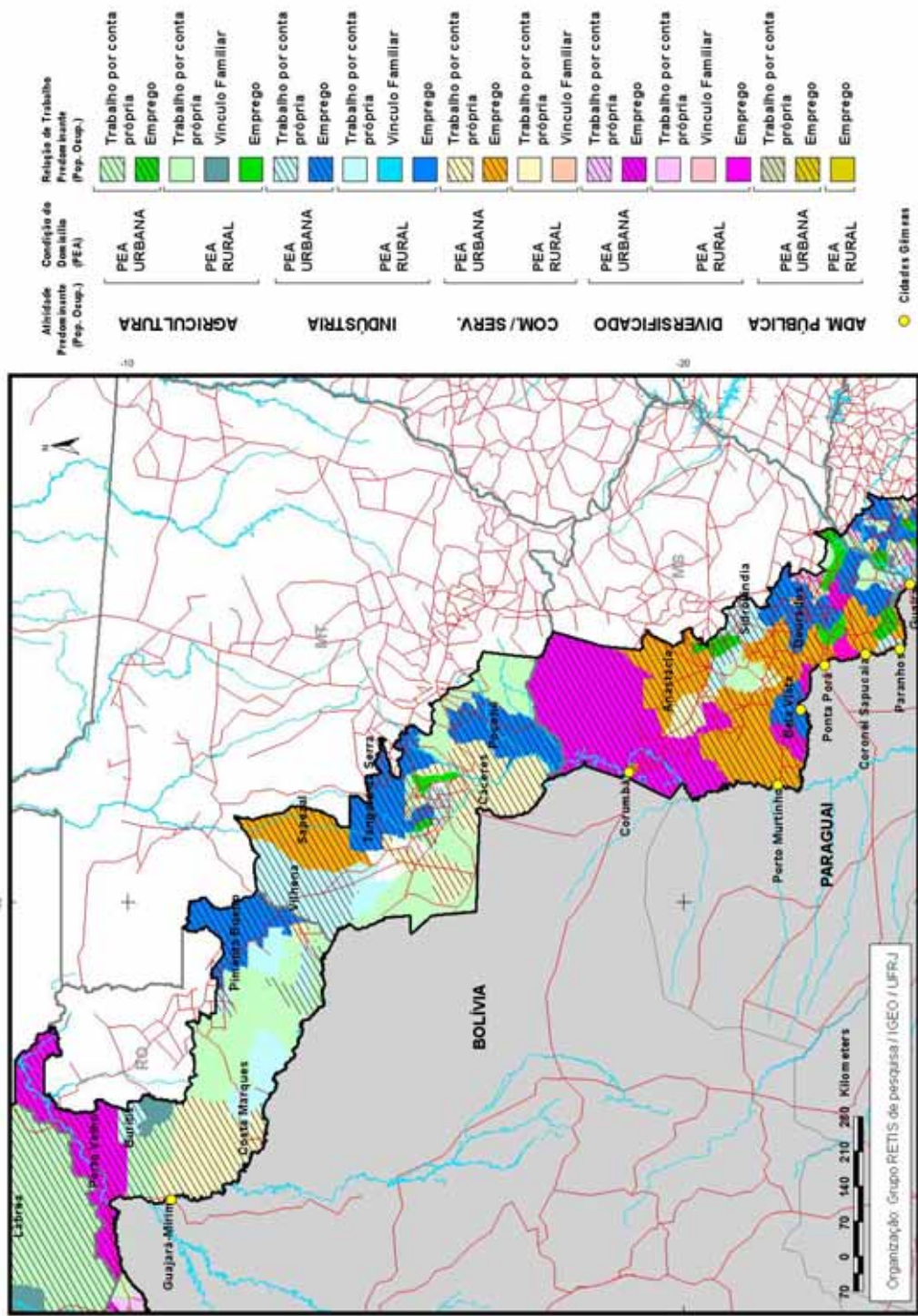






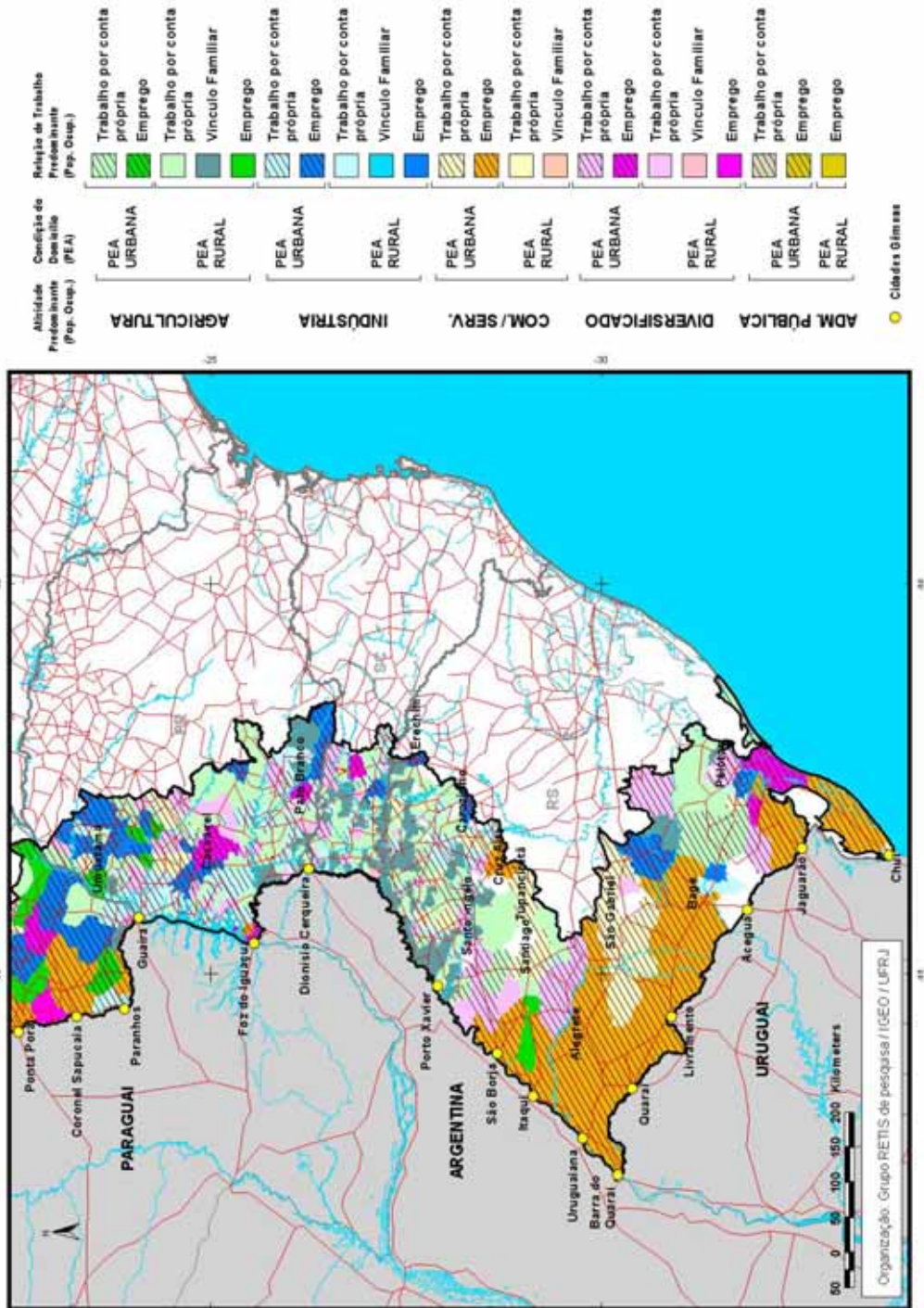
# Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Faixa de Fronteira Arco Central: Mercado de Trabalho Sintese - 2000



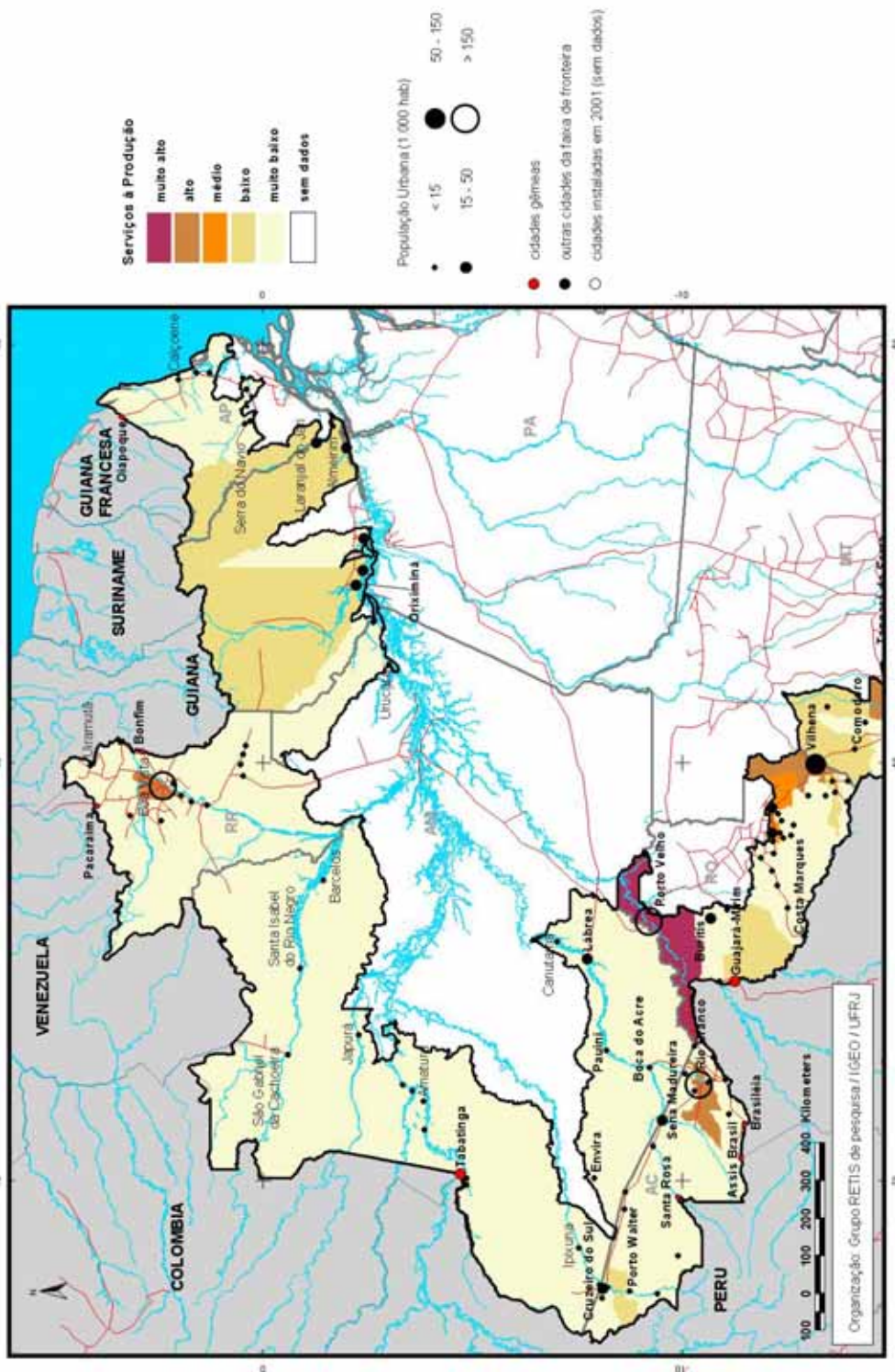


Faixa de Fronteira Arco Sul: Mercado de Trabalho Sintese - 2000



DENSIDADE ECONÔMICA  
**SERVIÇOS À PRODUÇÃO**

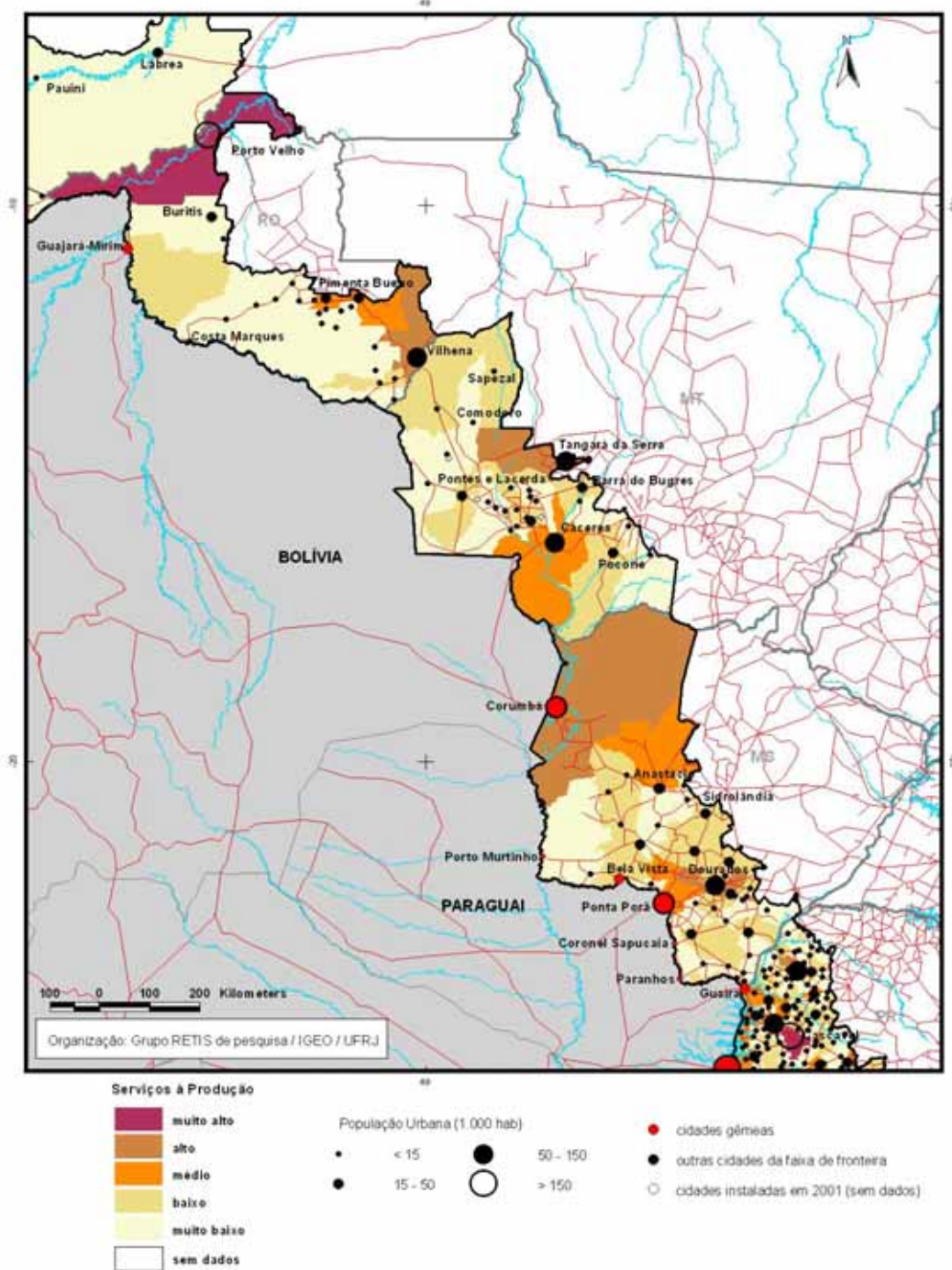
Faixa de Fronteira Arco Norte: Serviços à Produção





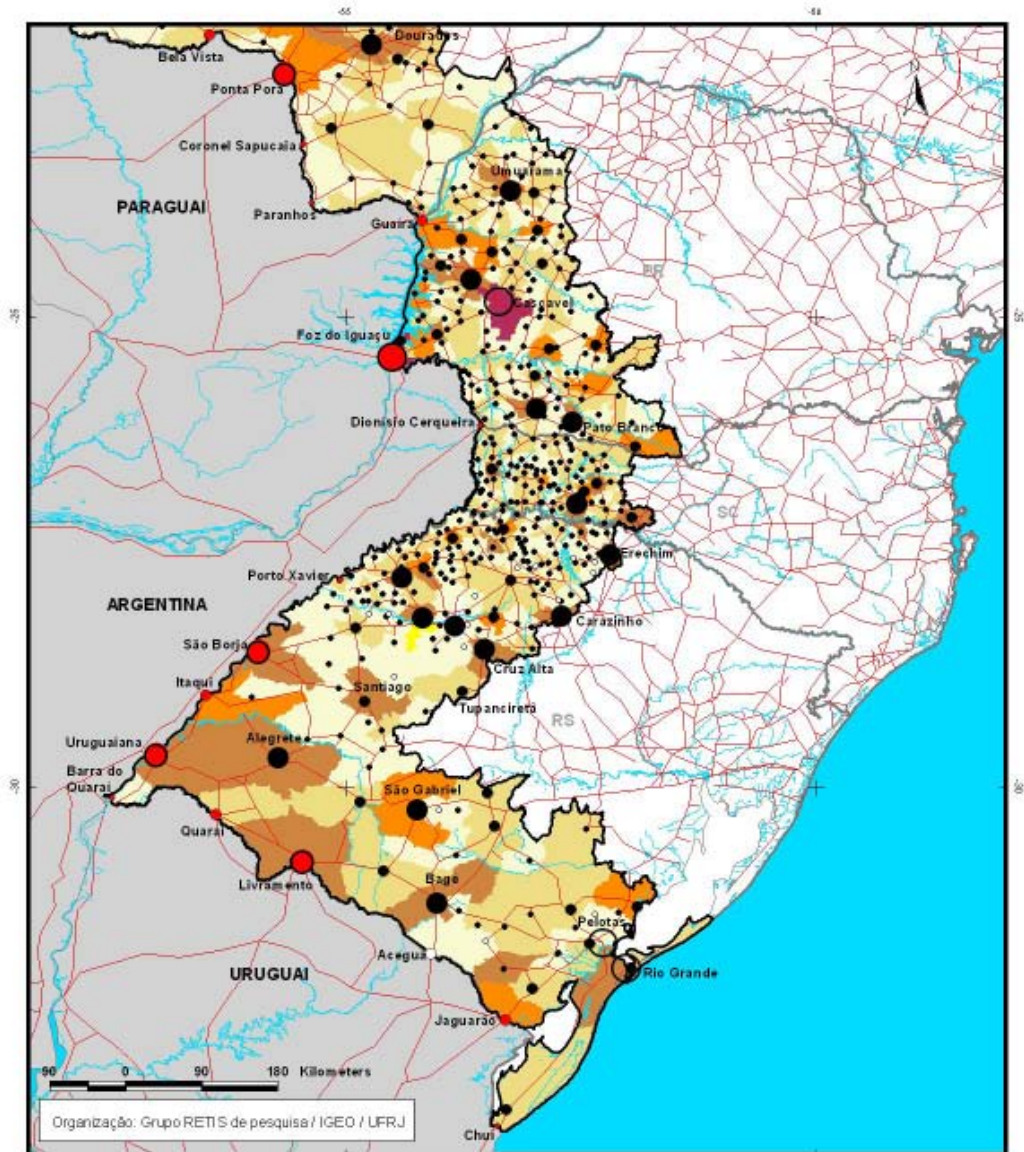
## Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Faixa de Fronteira Arco Central: Serviços à Produção





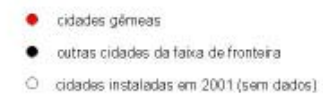
Faixa de Fronteira Arco Sul: Serviços à Produção



Serviços à Produção

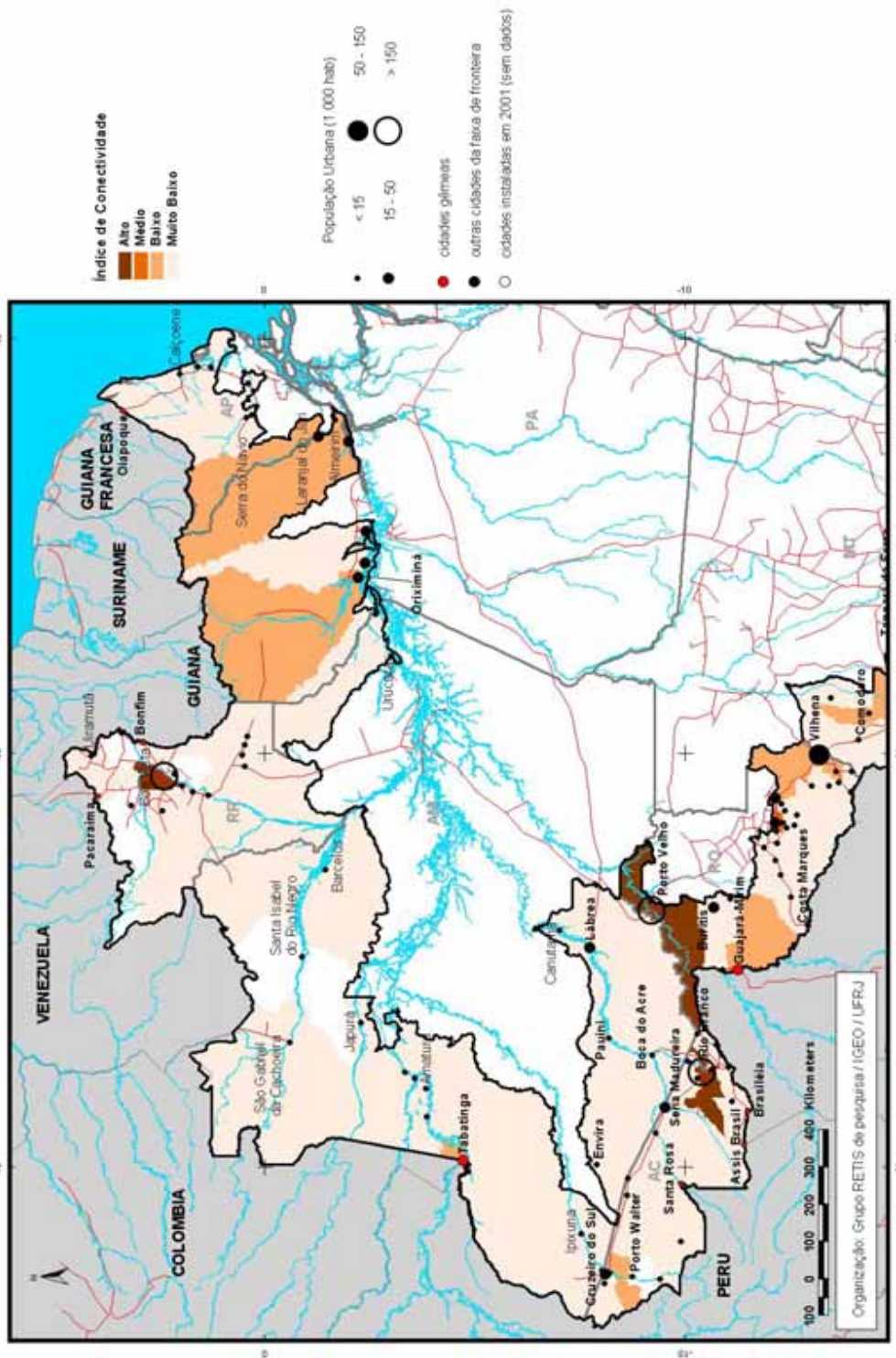


População Urbana (1.000 hab)



DENSIDADE ECONÔMICA  
**INDICE DE CONECTIVIDADE**

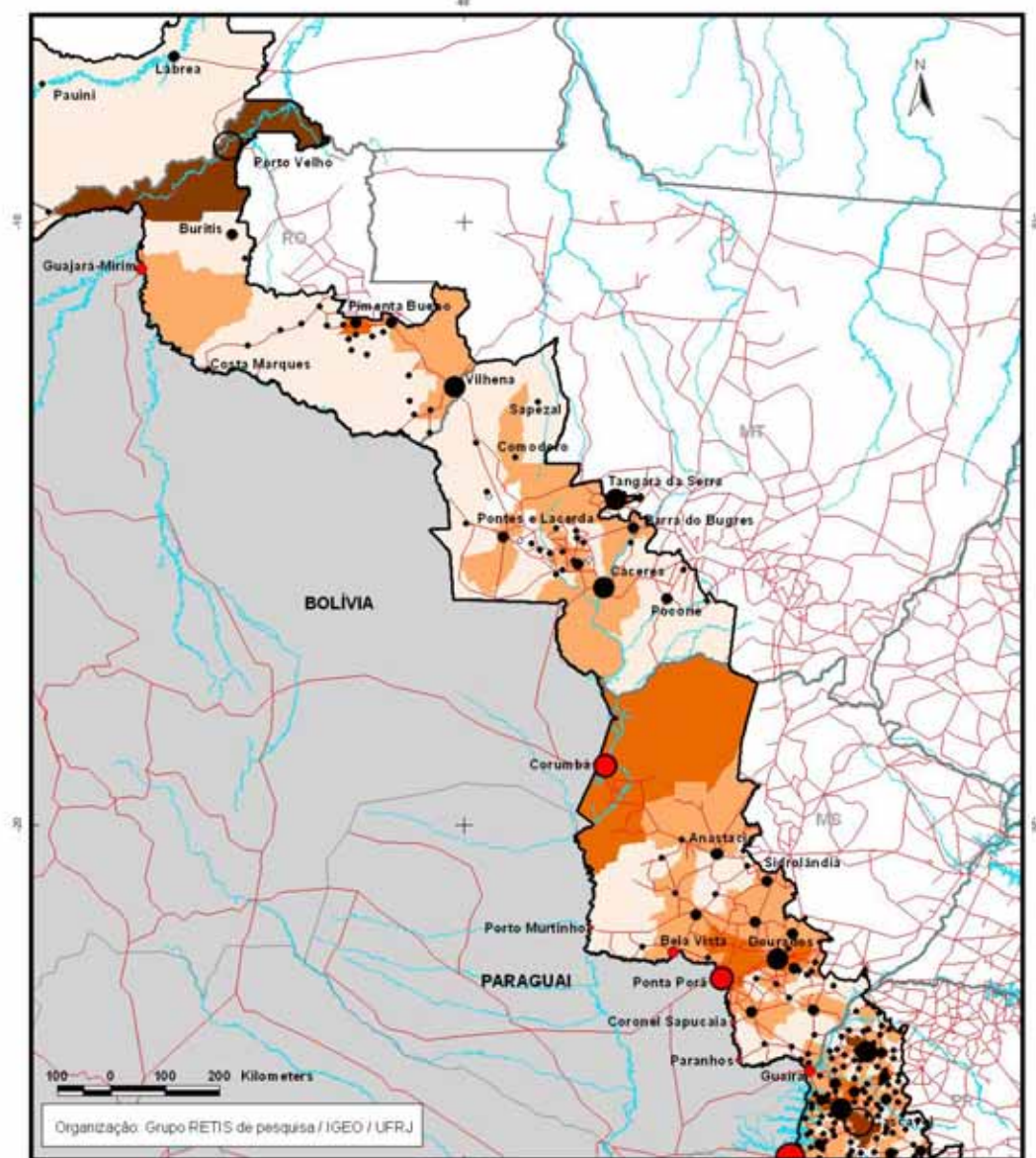
Faixa de Fronteira Arco Norte: Índice de Conectividade





## Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Faixa de Fronteira Arco Central: Índice de Conectividade



**Índice de Conectividade**



**População Urbana (1.000 hab)**

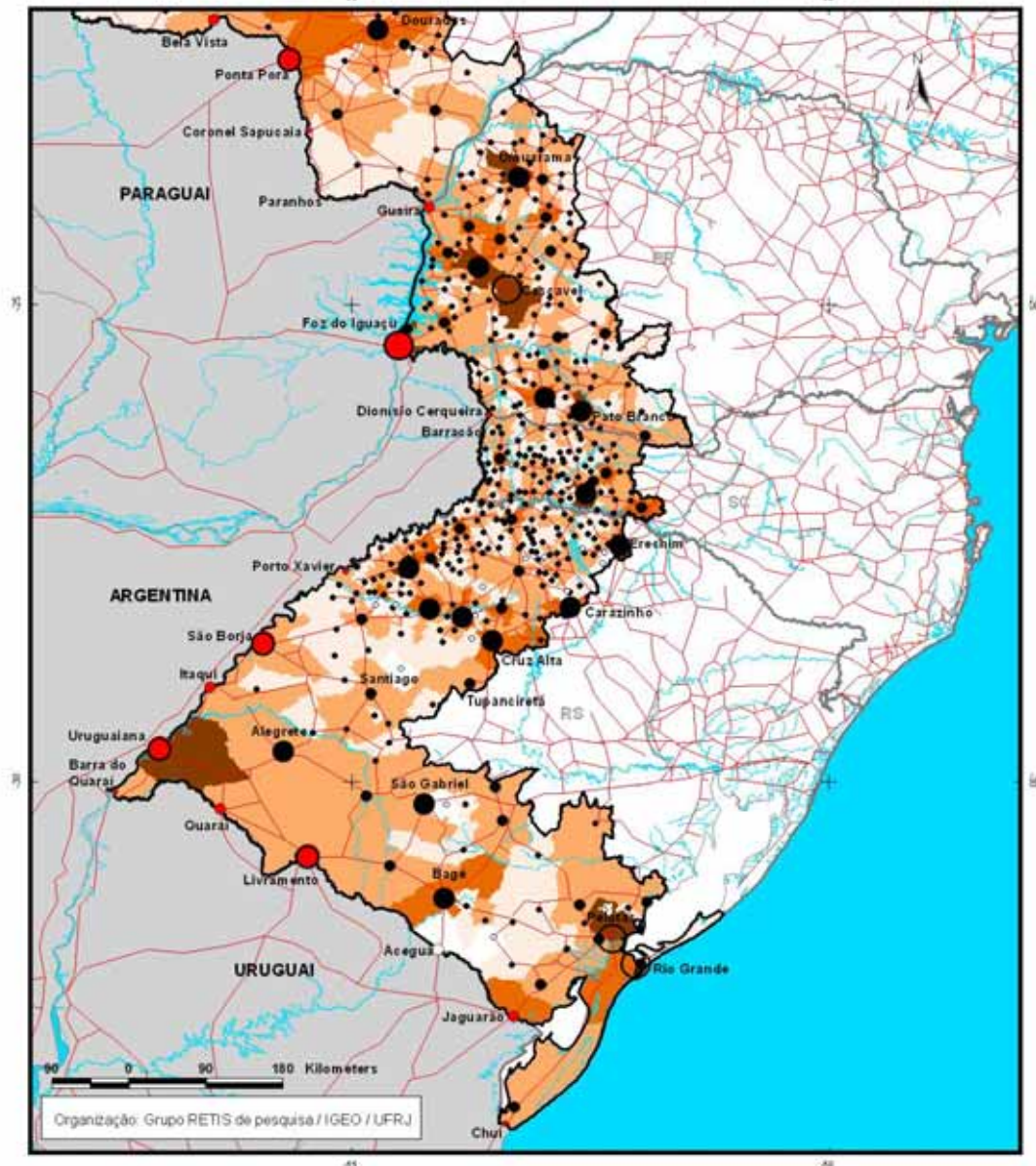


**● cidades gêmeas**

**● outras cidades da faixa de fronteira**

**○ cidades instaladas em 2001 (sem dados)**

Faixa de Fronteira Arco Sul: Índice de Conectividade



Índice de Conectividade

- Alto
- Medio
- Baixo
- Muito Baixo

População Urbana (1.000 hab)

- < 15
- 15 - 50
- 50 - 150
- > 150

• cidades gêmeas

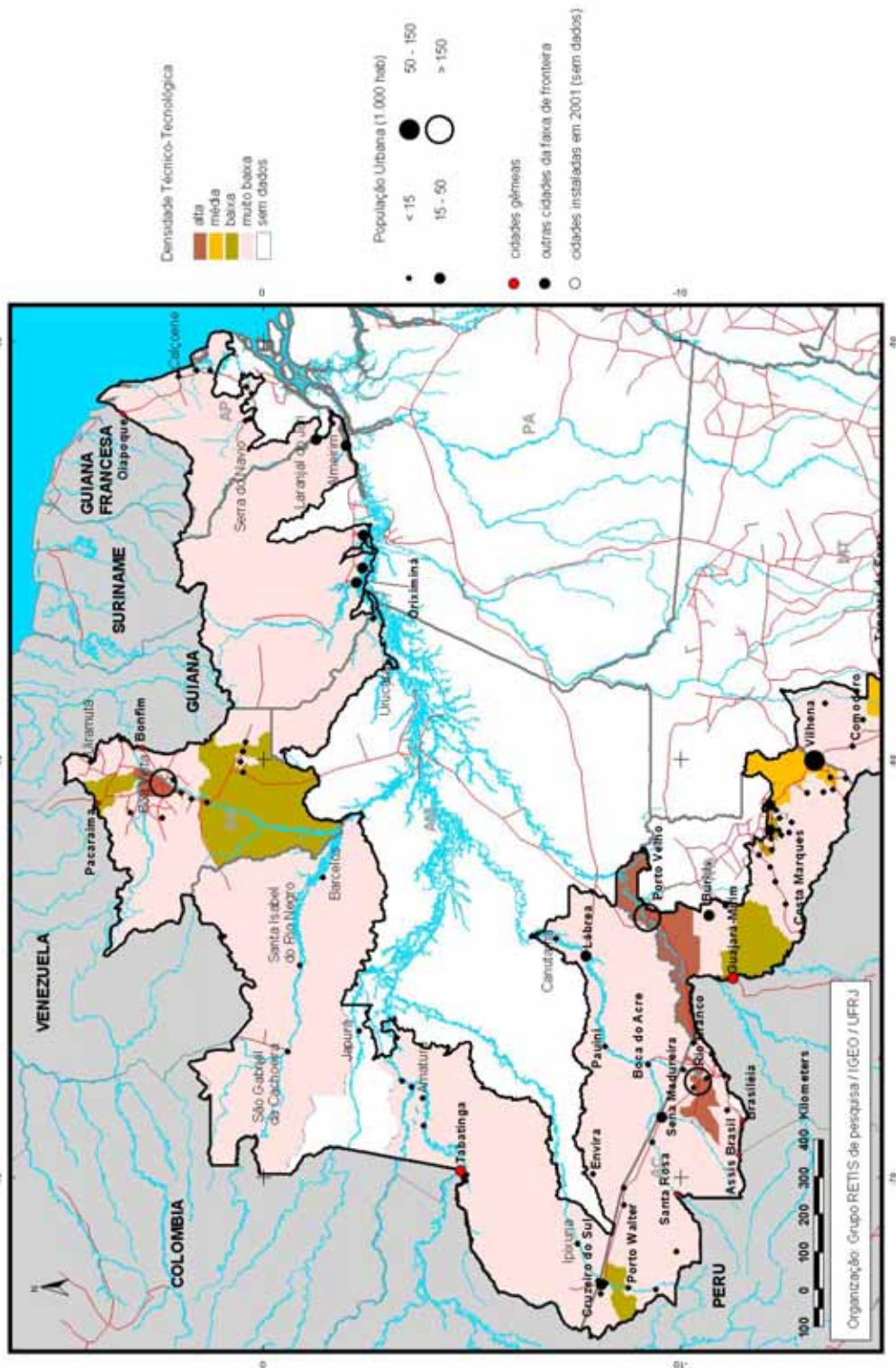
• outras cidades da faixa de fronteira

○ cidades instaladas em 2001 (sem dados)

## **DENSIDADE TÉCNICO - TECNOLÓGICA**

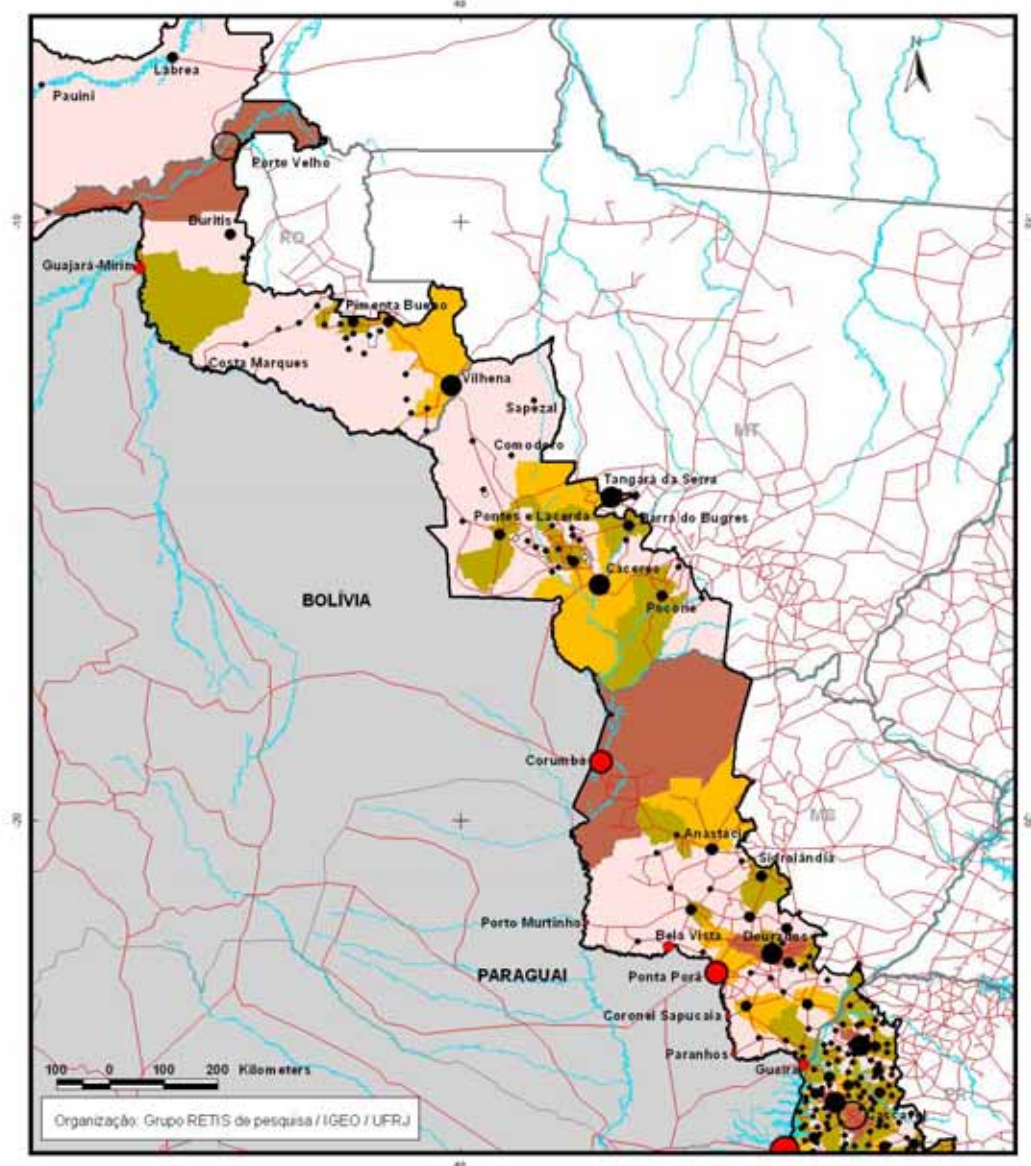


Faixa de Fronteira Arco Norte: Densidade Técnico-Tecnológica



## Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Faixa de Fronteira Arco Central: Densidade Técnico-Tecnológica



Densidade Técnico-Tecnológica



População Urbana (1.000 hab)



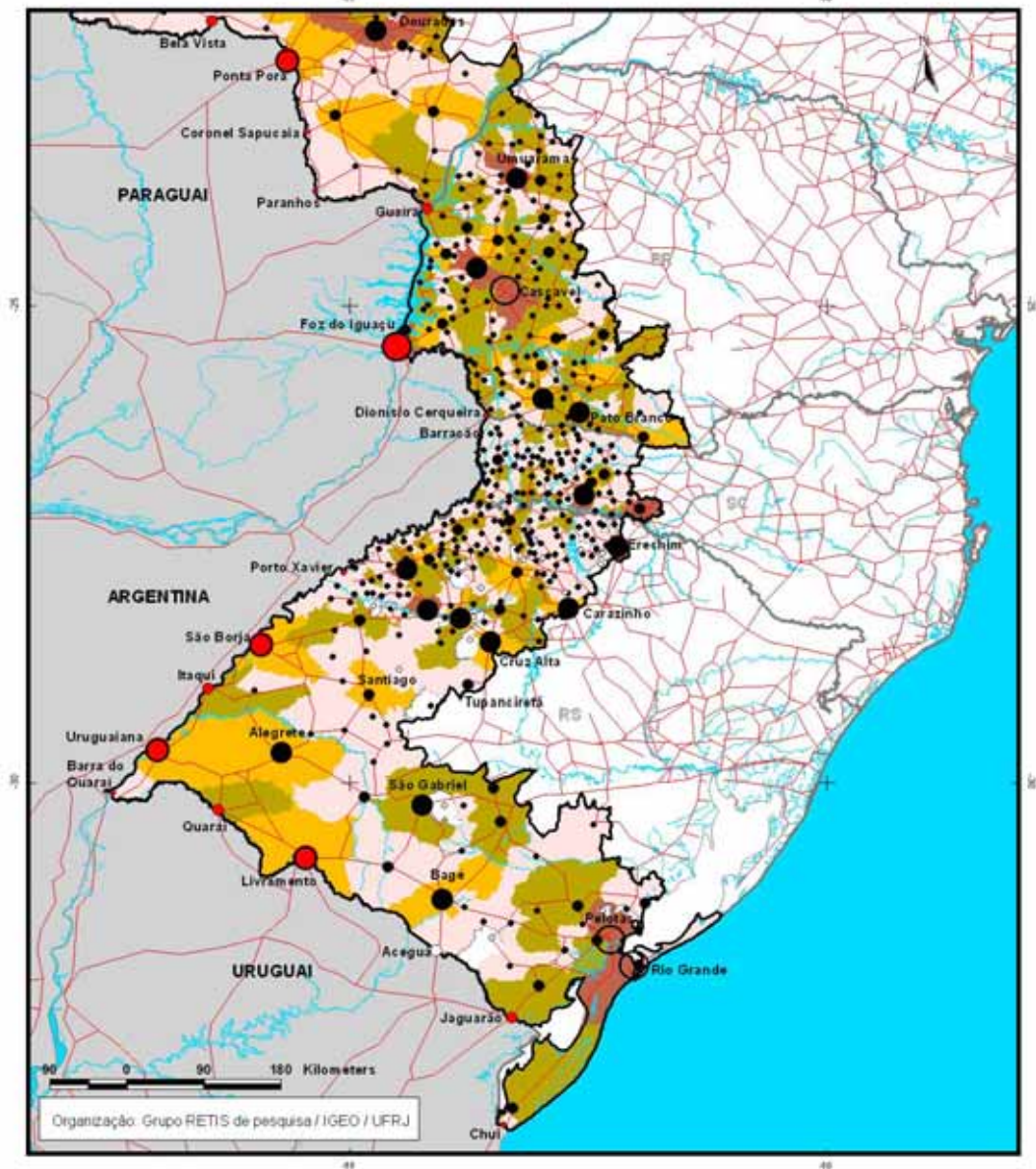
● cidades gêmeas

● outras cidades da faixa de fronteira

○ cidades instaladas em 2001 (sem dados)



Faixa de Fronteira Arco Sul: Densidade Técnico-Tecnológica



Densidade Técnico-Tecnológica



População Urbana (1.000 hab)



● cidades gêmeas

● outras cidades da faixa de fronteira

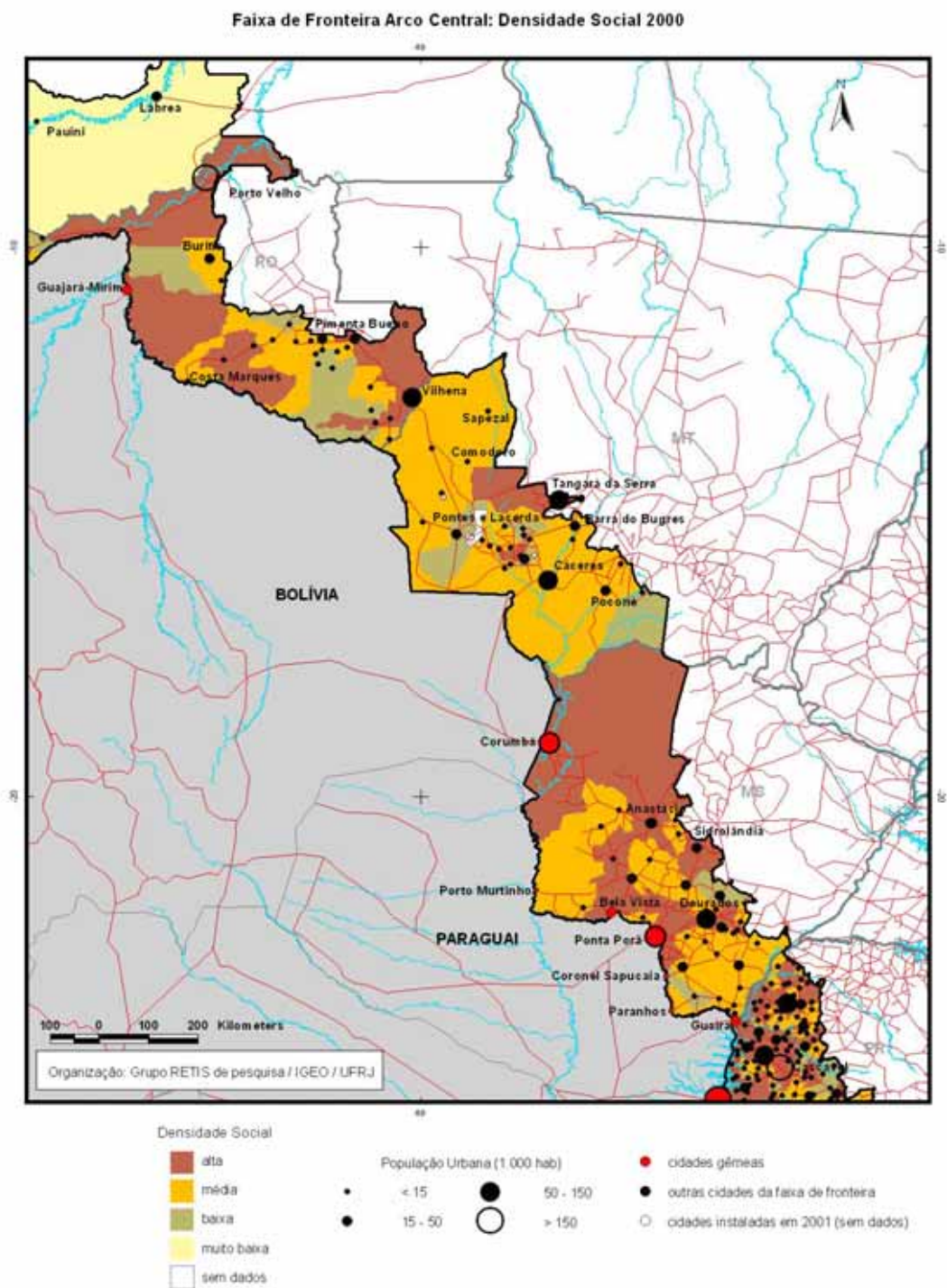
○ cidades instaladas em 2001 (sem dados)

## **DENSIDADE SOCIAL**



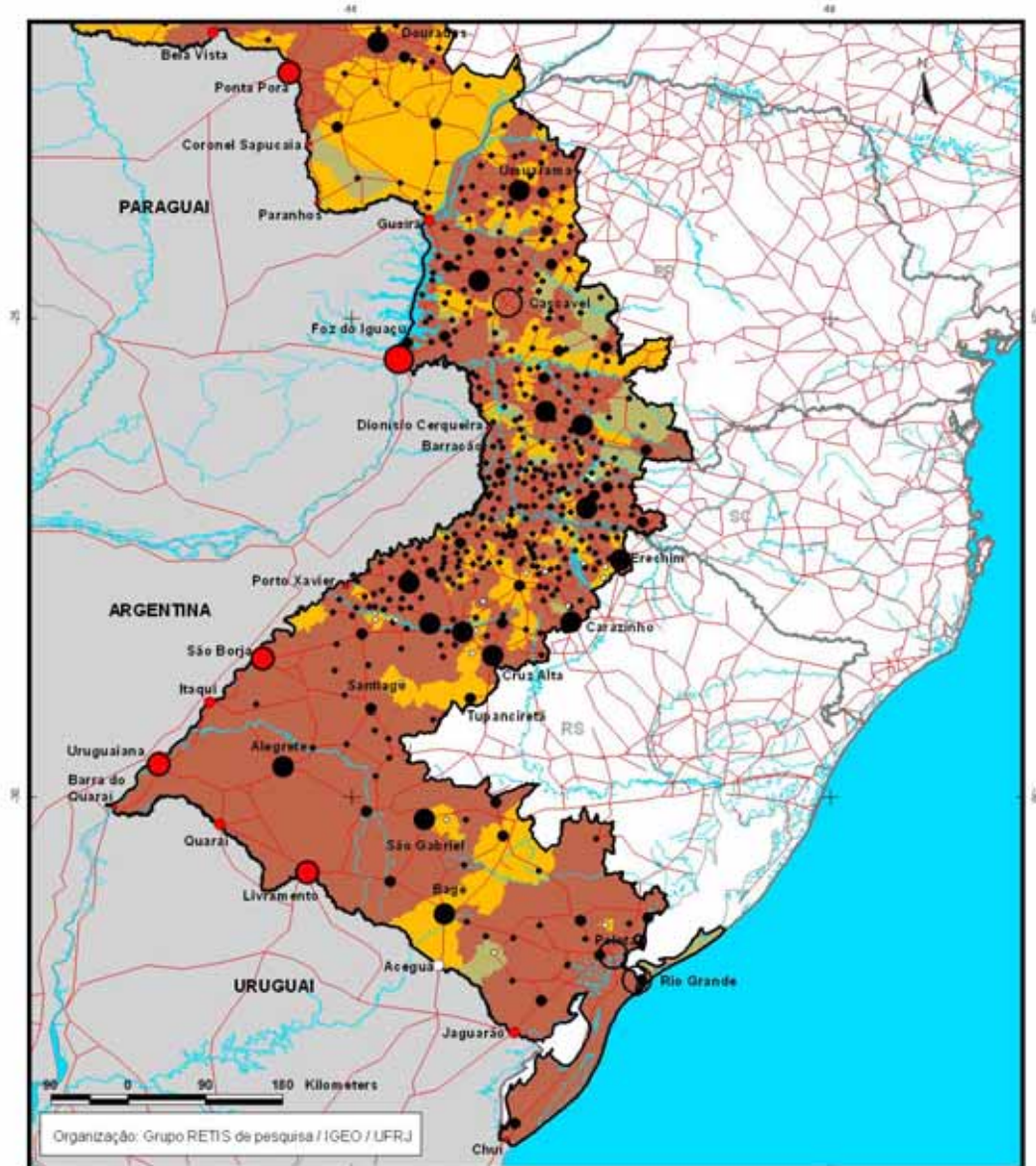


Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

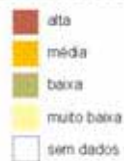




Faixa de Fronteira Arco Sul: Densidade Social - 2000



Densidade Social



População Urbana (1.000 hab)



cidades gêmeas

outras cidades da faixa de fronteira

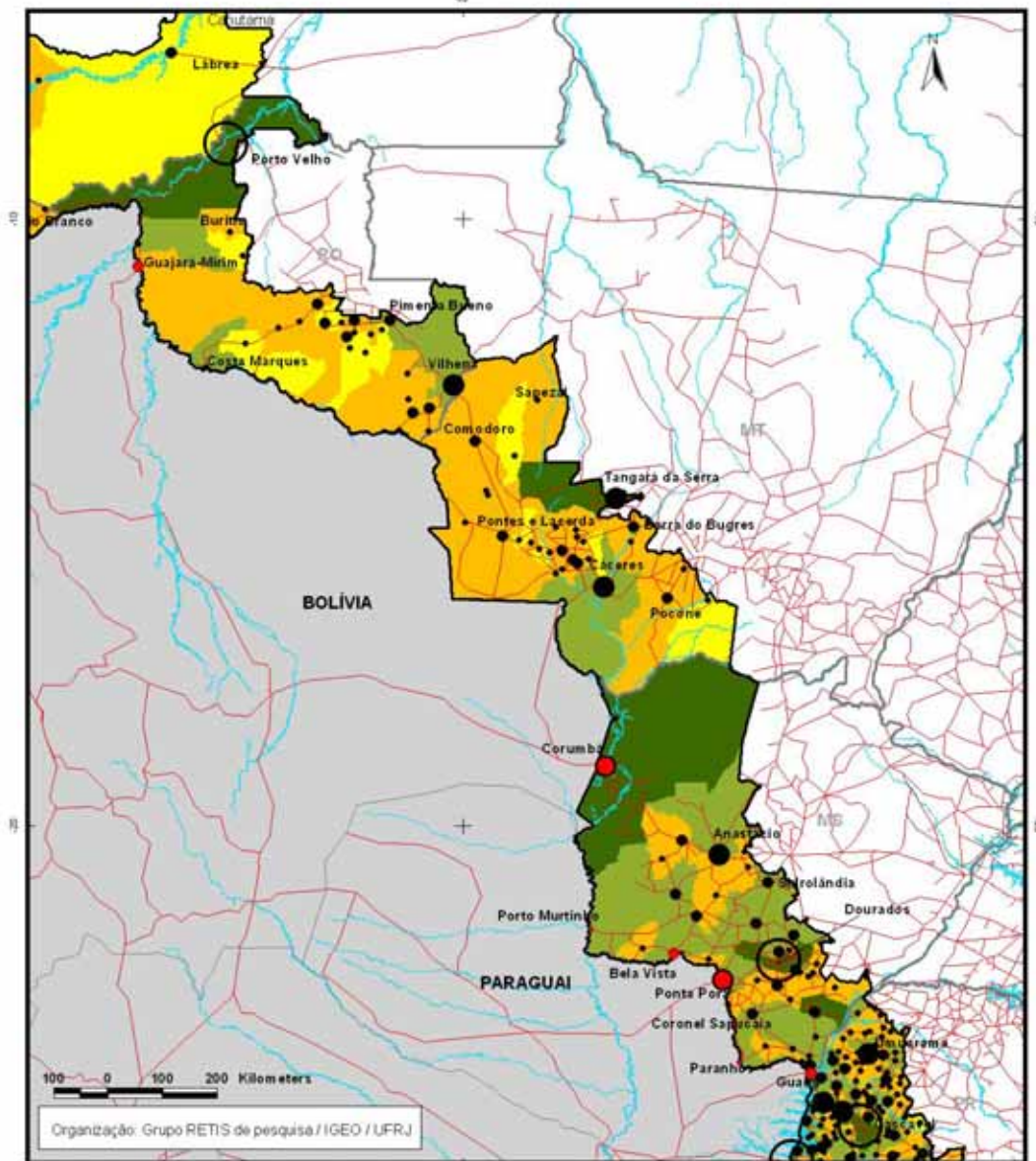
cidades instaladas em 2001 (sem dados)

## **DENSIDADE INSTITUCIONAL**





Faixa de Fronteira Arco Central:  
Densidade Institucional 2001



Densidade Institucional

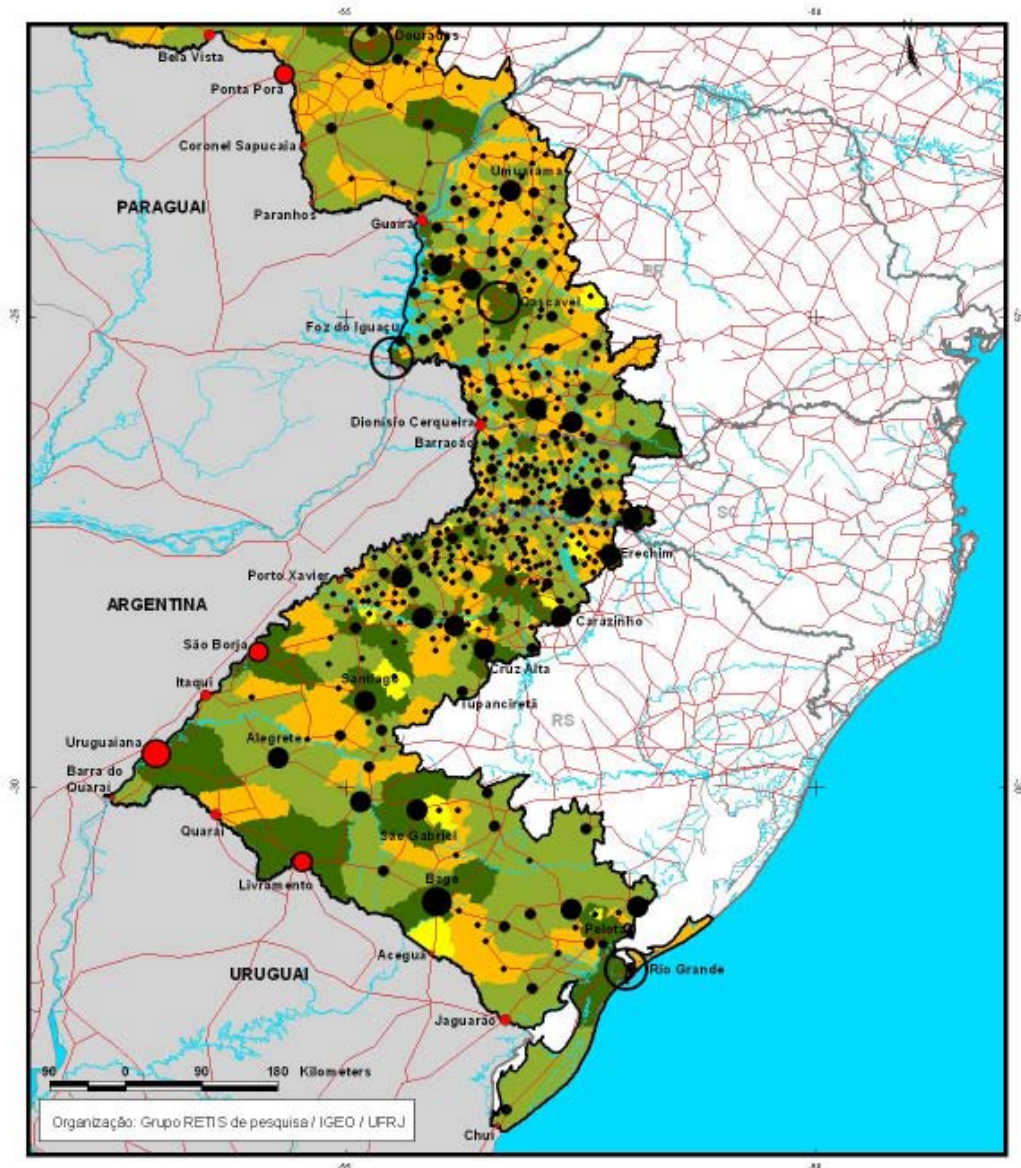
- muito alta
- alta
- média
- baixa

Número de Eleitores

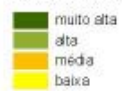
- < 10
- 10 - 30
- 30 - 70
- 70 - 100
- > 100

- cidades gêmeas
- outras cidades da faixa de fronteira
- cidades instaladas em 2001 (sem dados)

Faixa de Fronteira Arco Sul: Densidade Institucional 2001



Densidade Institucional



Número de Eleitores



cidades gêmeas

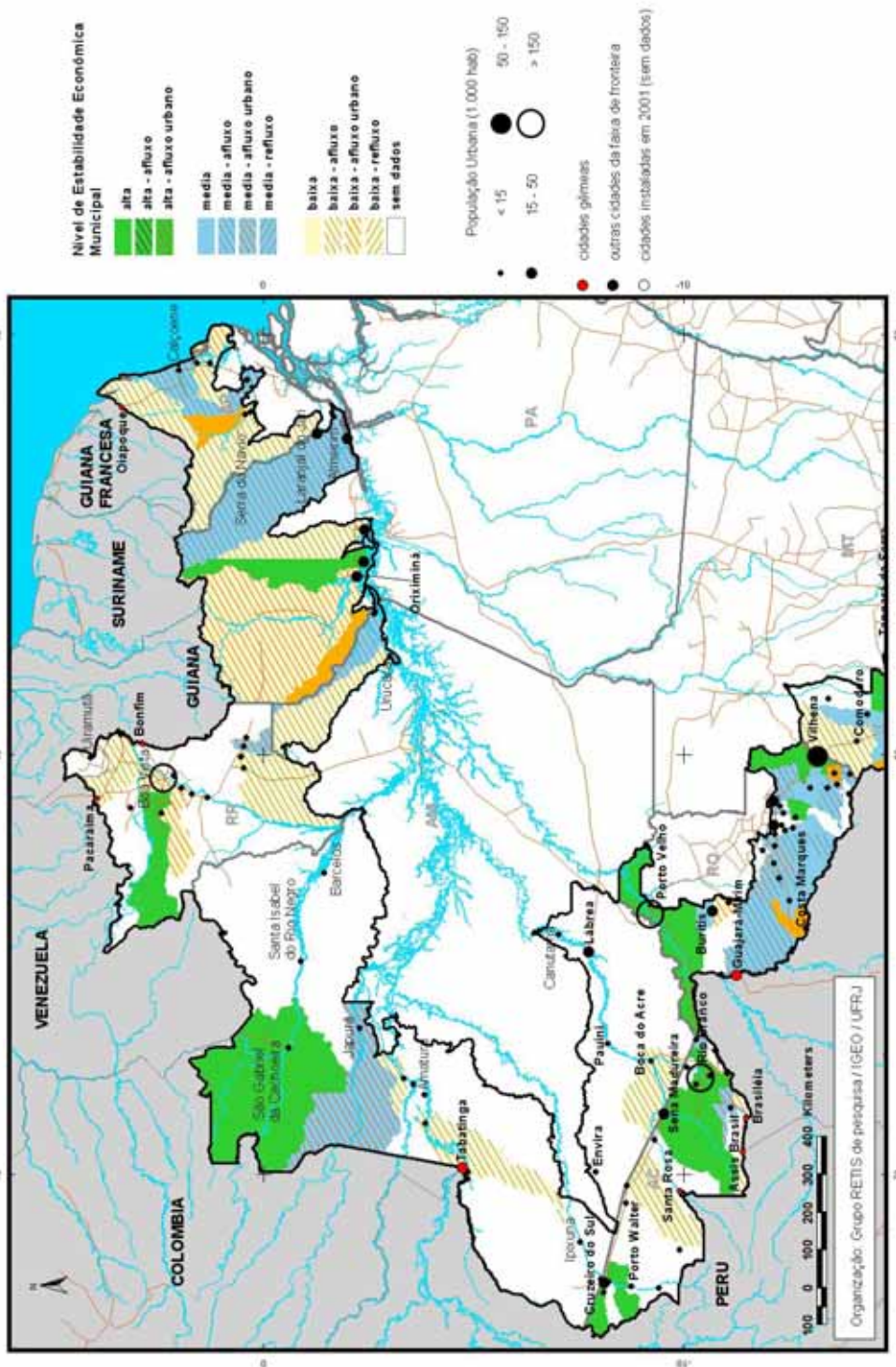
outras cidades da faixa de fronteira

cidades instaladas em 2001 (sem dados)

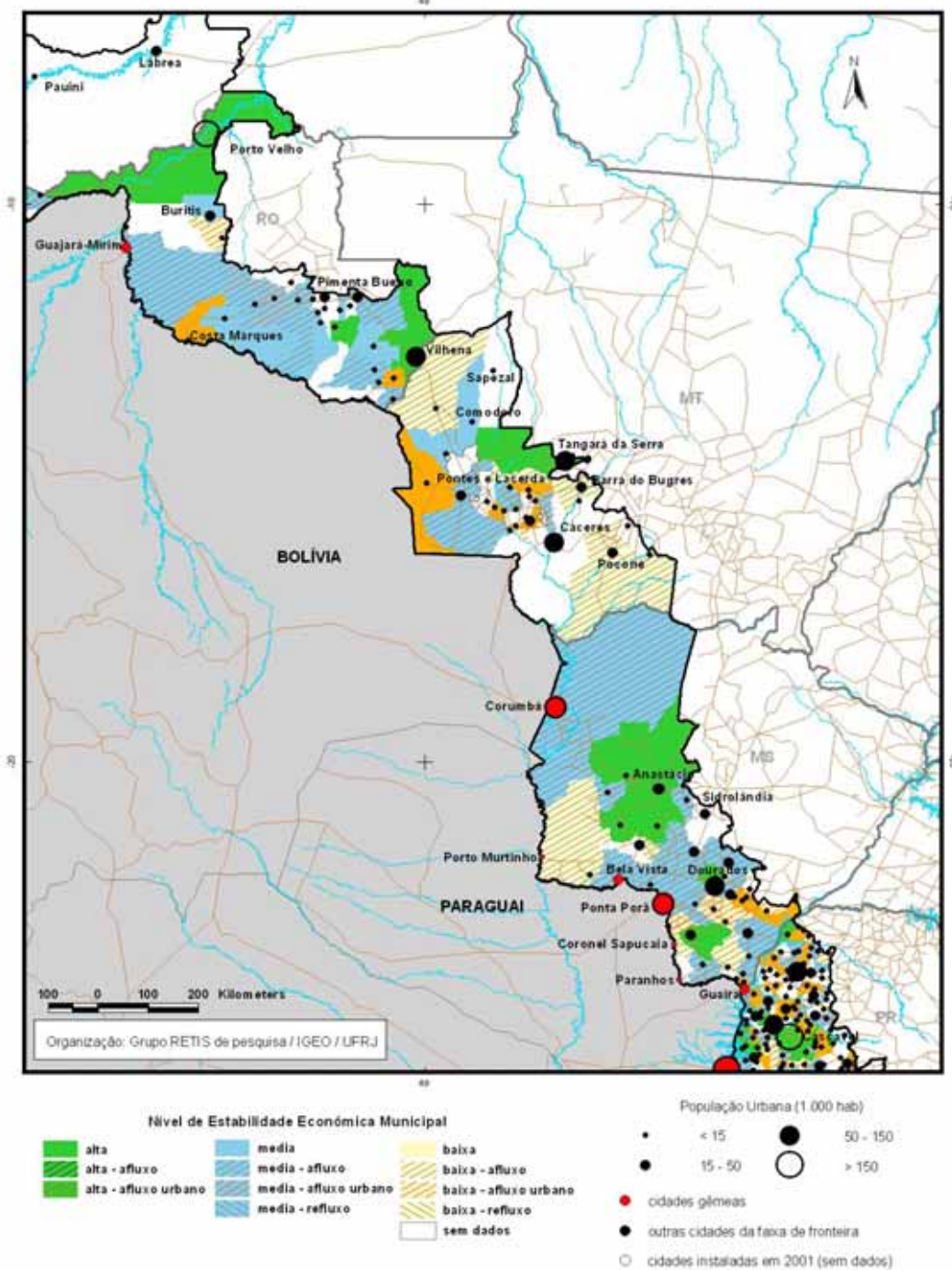


## **ÍNDICE DE ESTABILIDADE LOCAL**

Faixa de Fronteira Arco Norte: Nível de Estabilidade Econômica Municipal

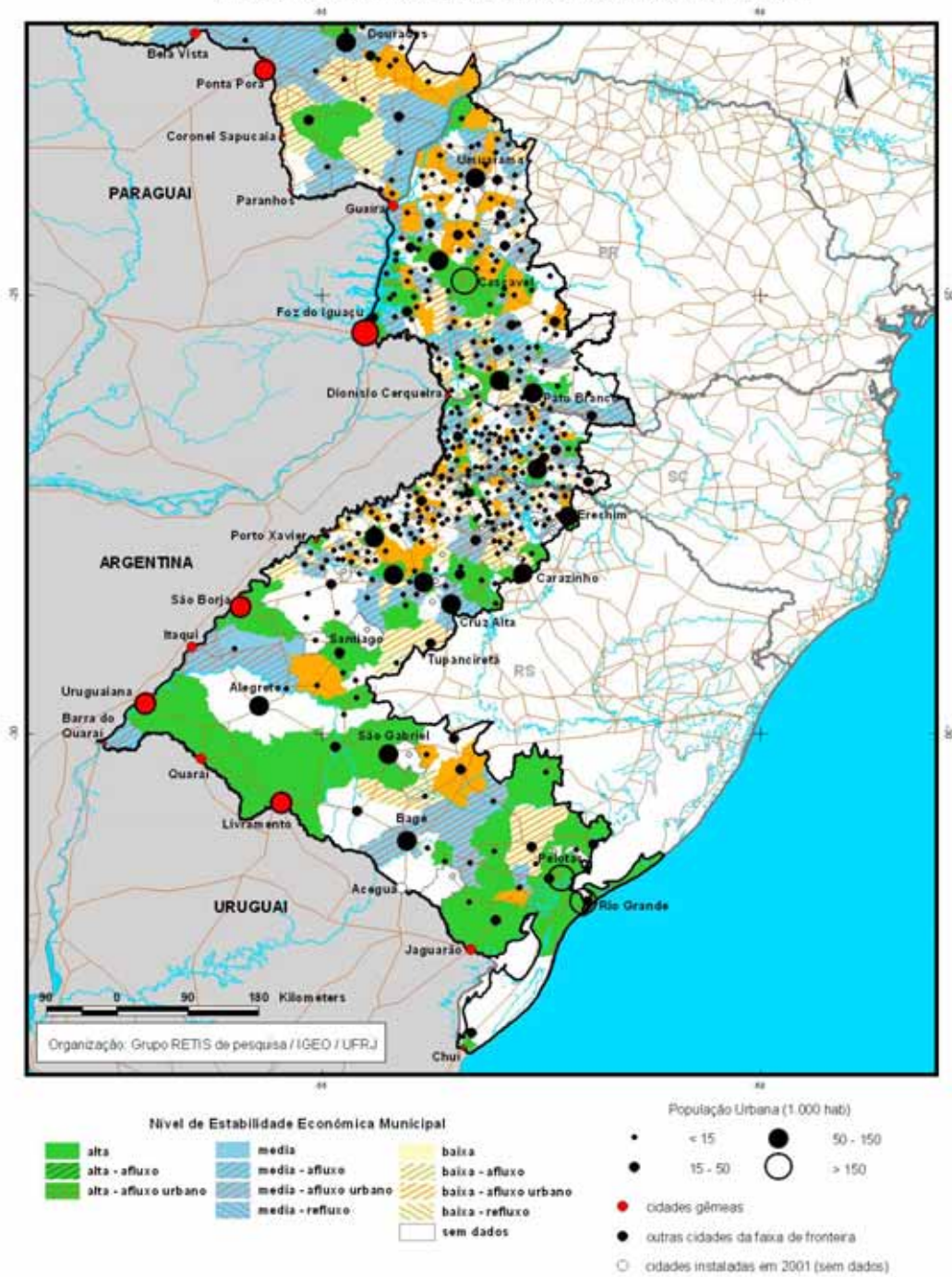


Faixa de Fronteira Arco Central: Nível de Estabilidade Econômica Municipal





Faixa de Fronteira Arco Sul: Nível de Estabilidade Econômica Municipal



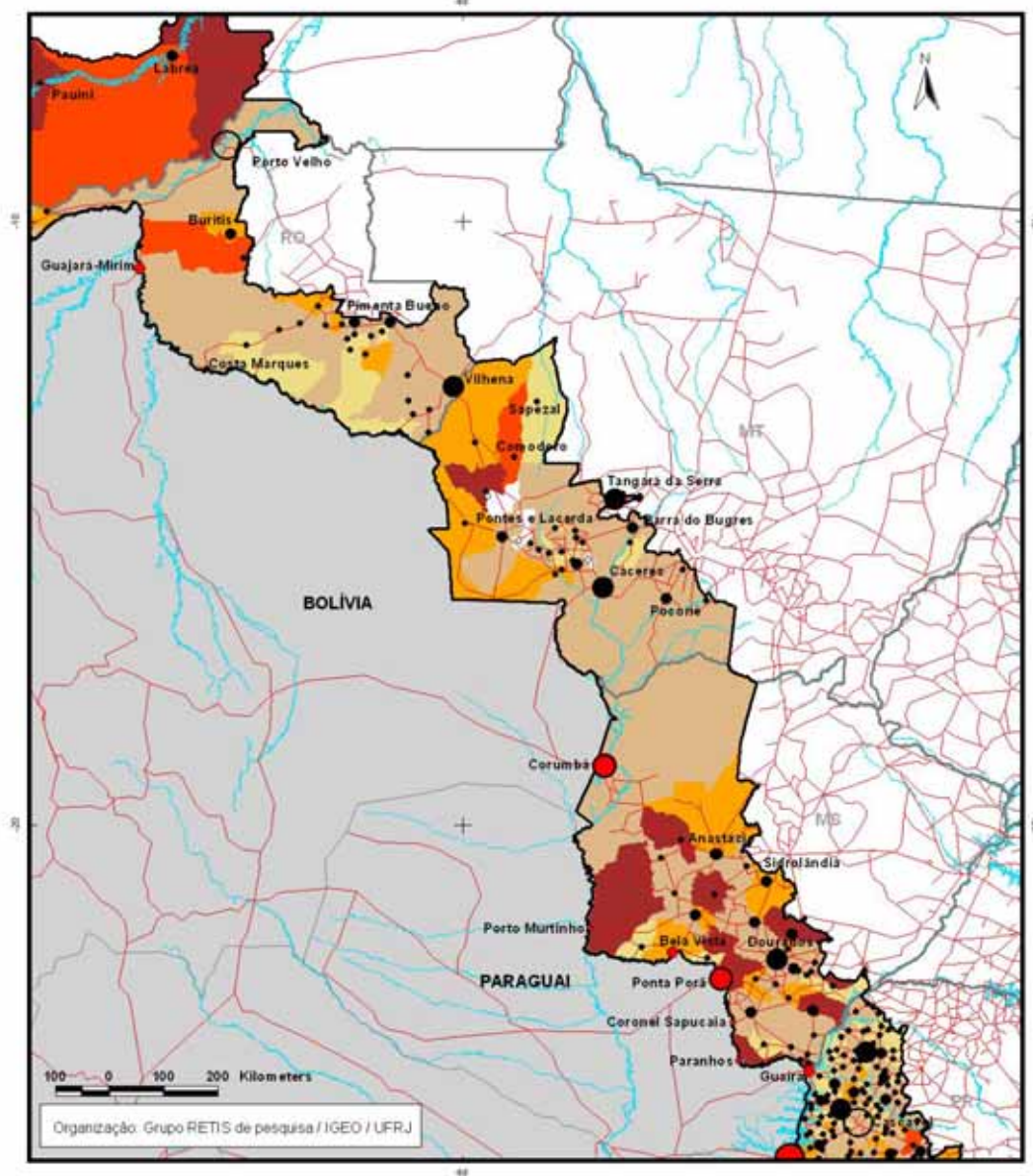
## **ÍNDICE DE DESEQUILÍBRIO INTERNO LOCAL**





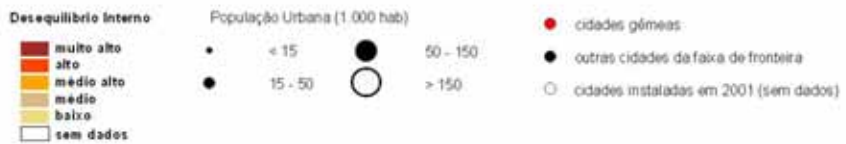
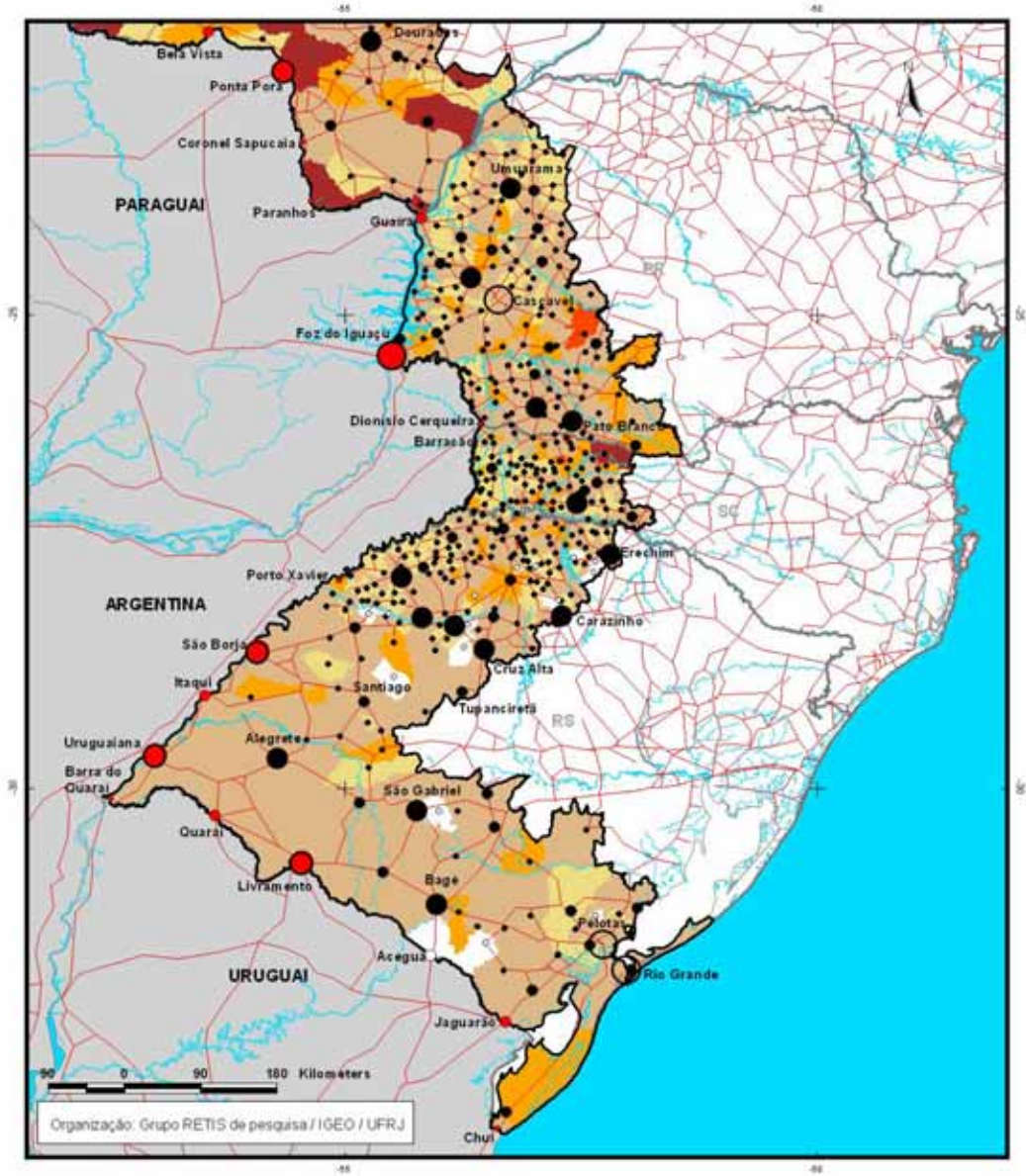
## Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Faixa de Fronteira Arco Central: Índice de Desequilíbrio Interno



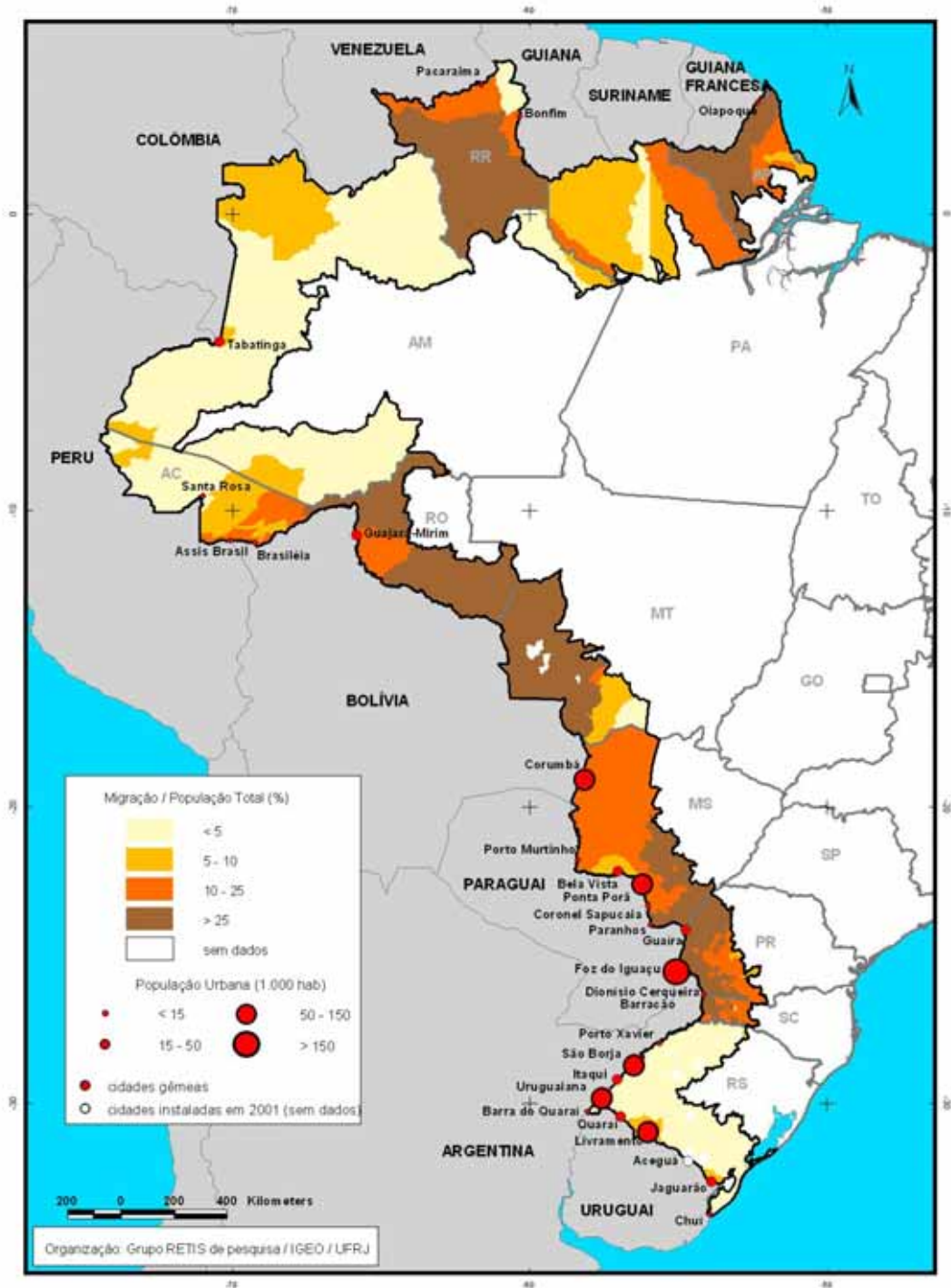


Faixa de Fronteira Arco Sul: Índice de Desequilíbrio Interno



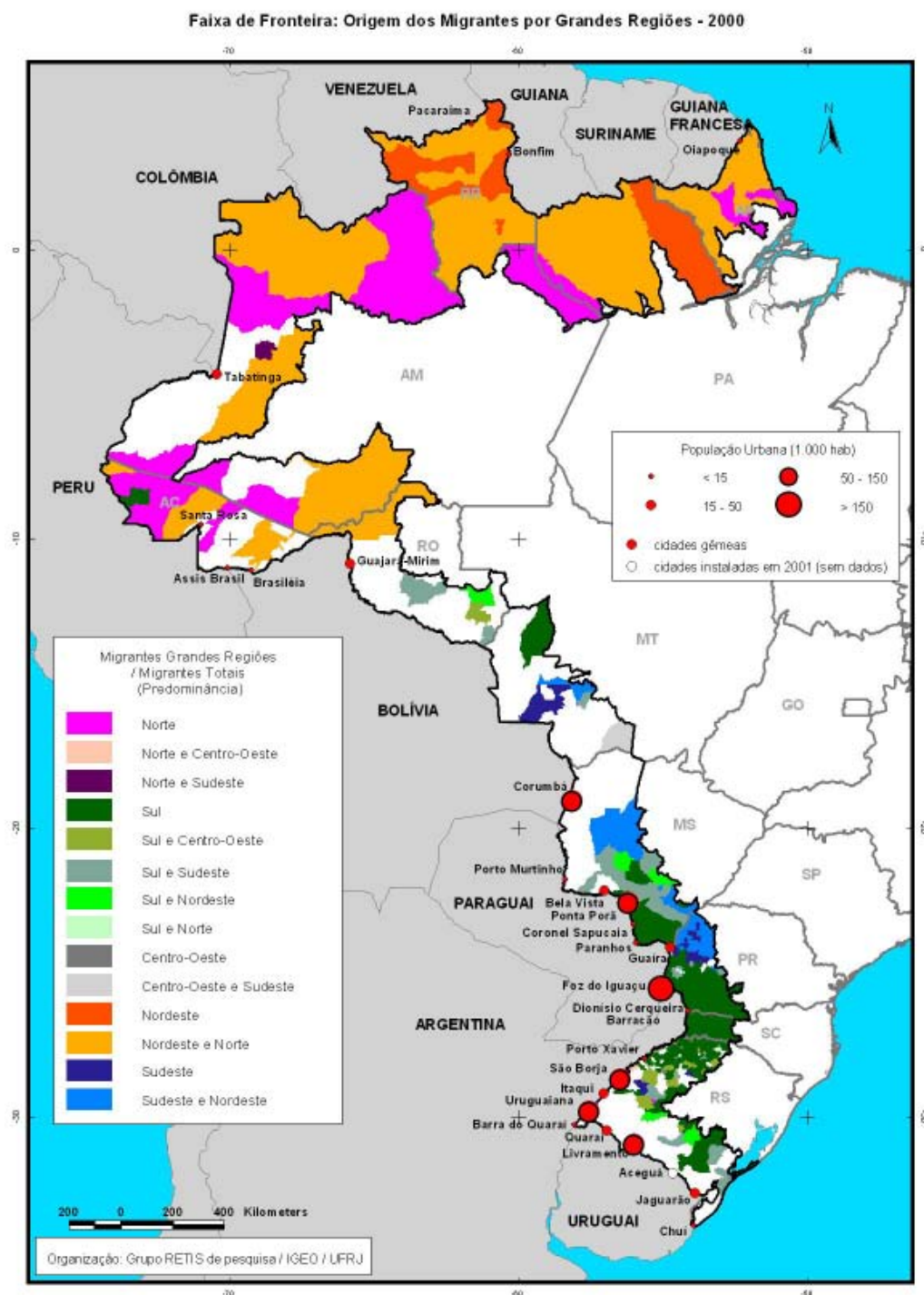
IDENTIDADE CULTURAL  
**MIGRAÇÃO E MOBILIDADE**

Faixa de Fronteira: Migração Total - 2000

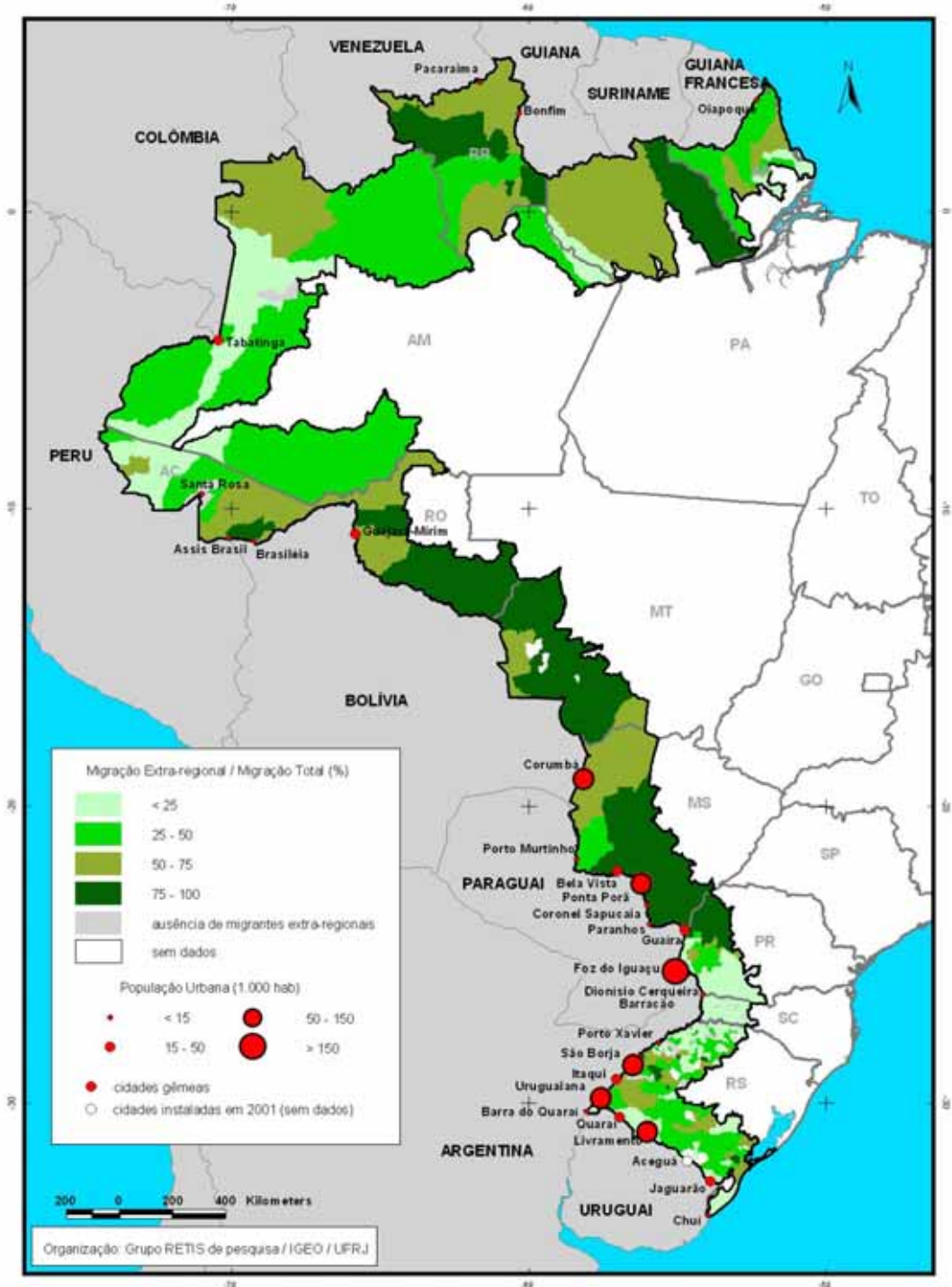




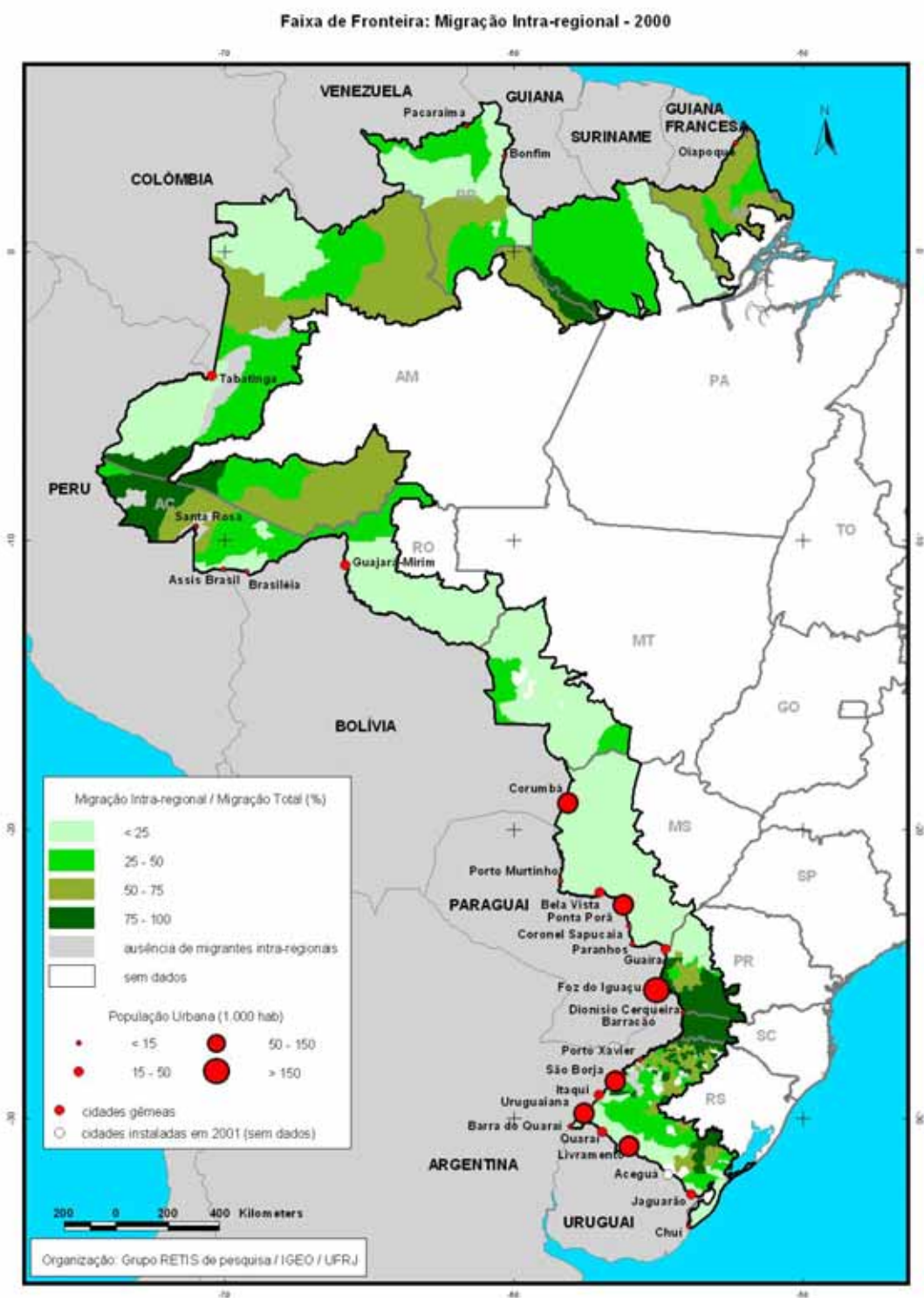
## Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira



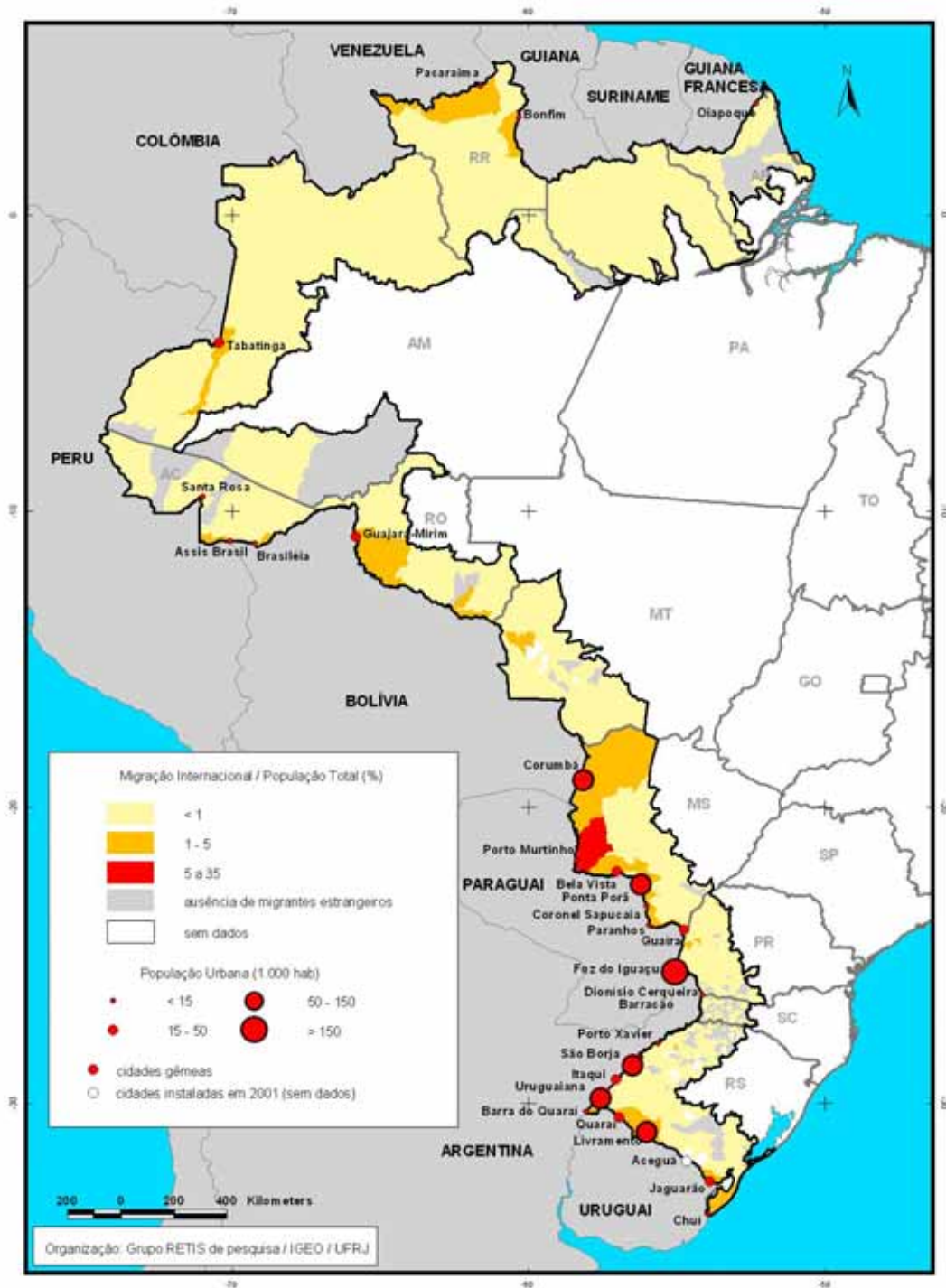
Faixa de Fronteira: Migração Extra-regional - 2000



Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

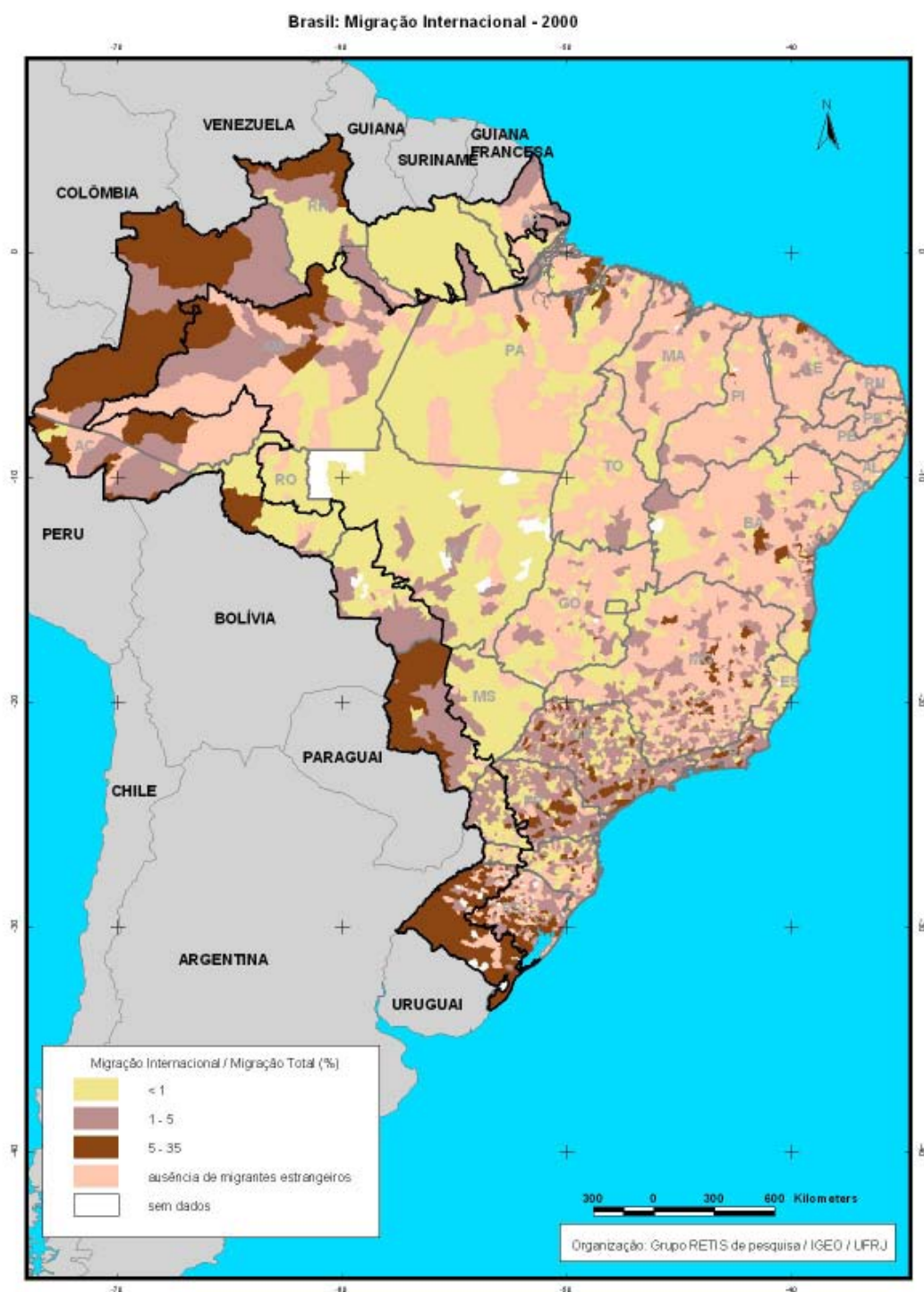


Faixa de Fronteira: Migração Internacional - 2000

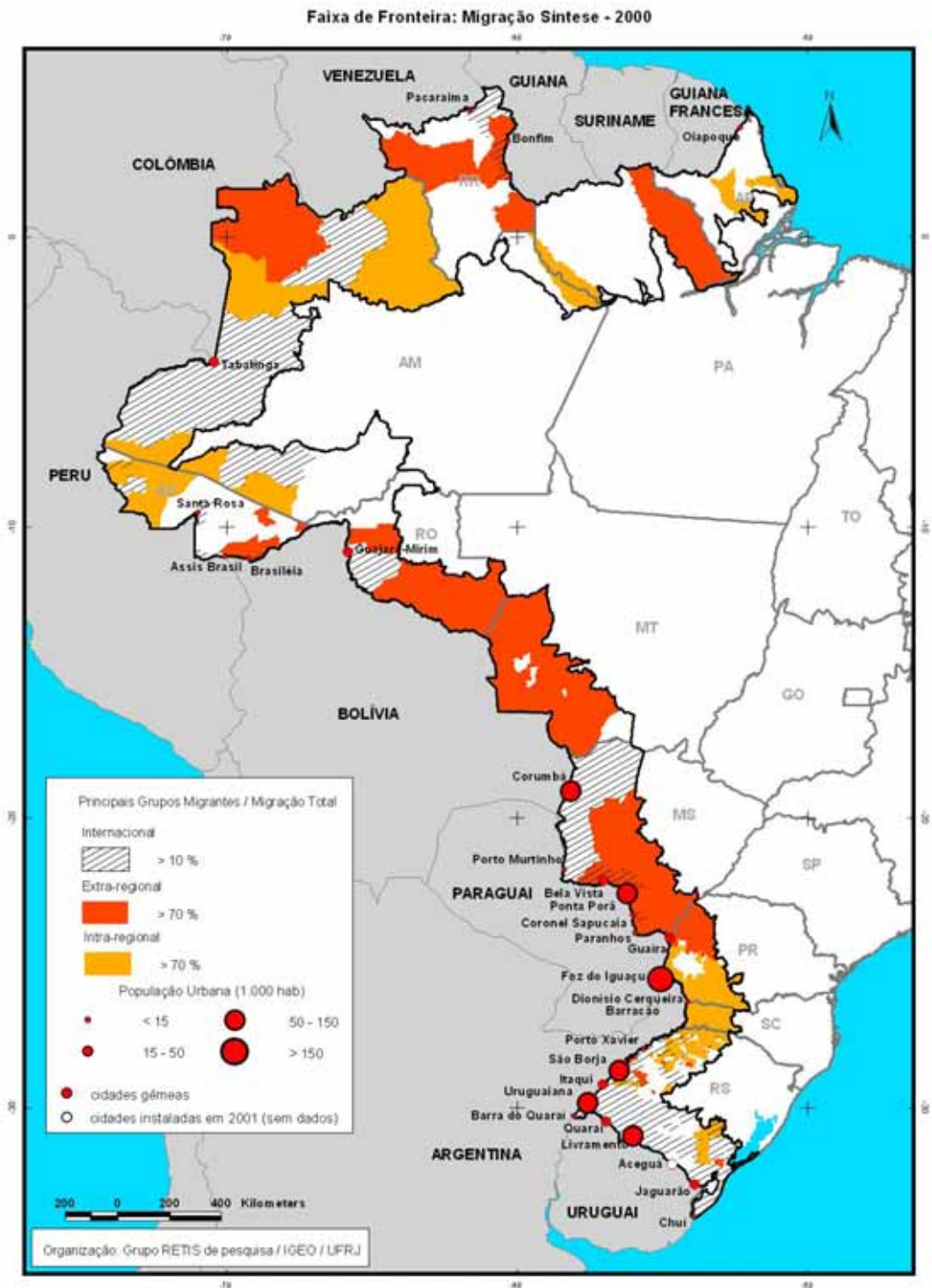


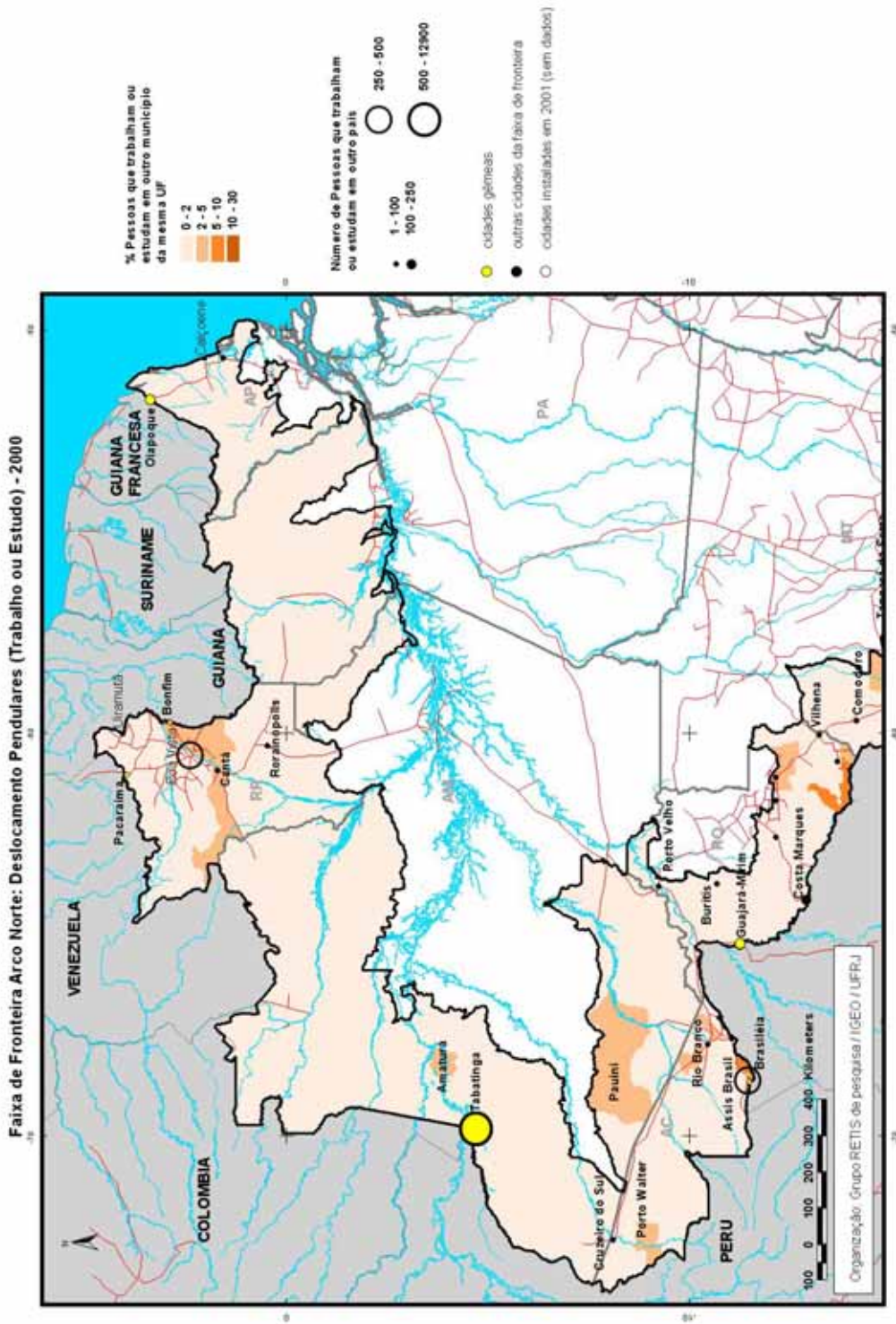


## Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

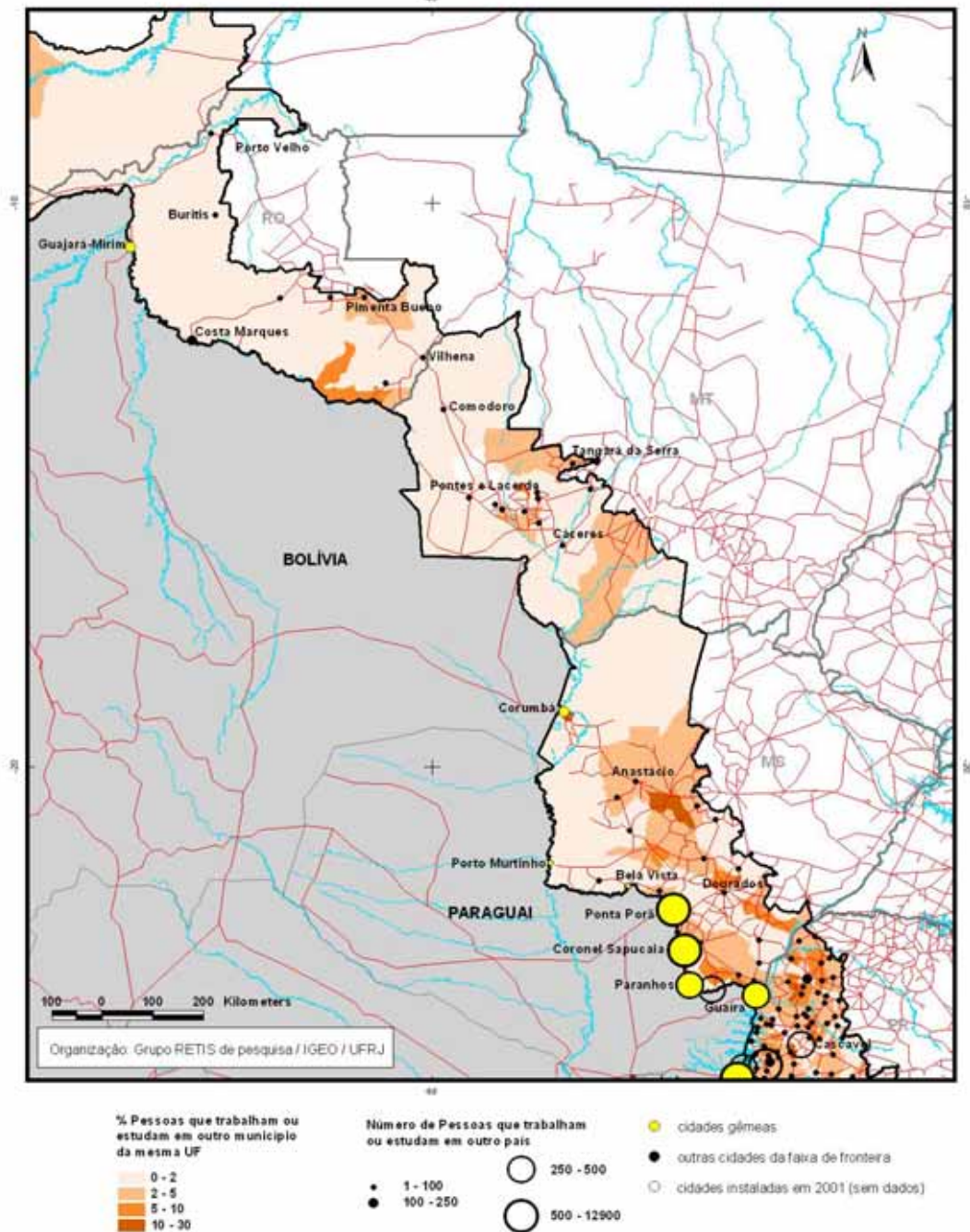








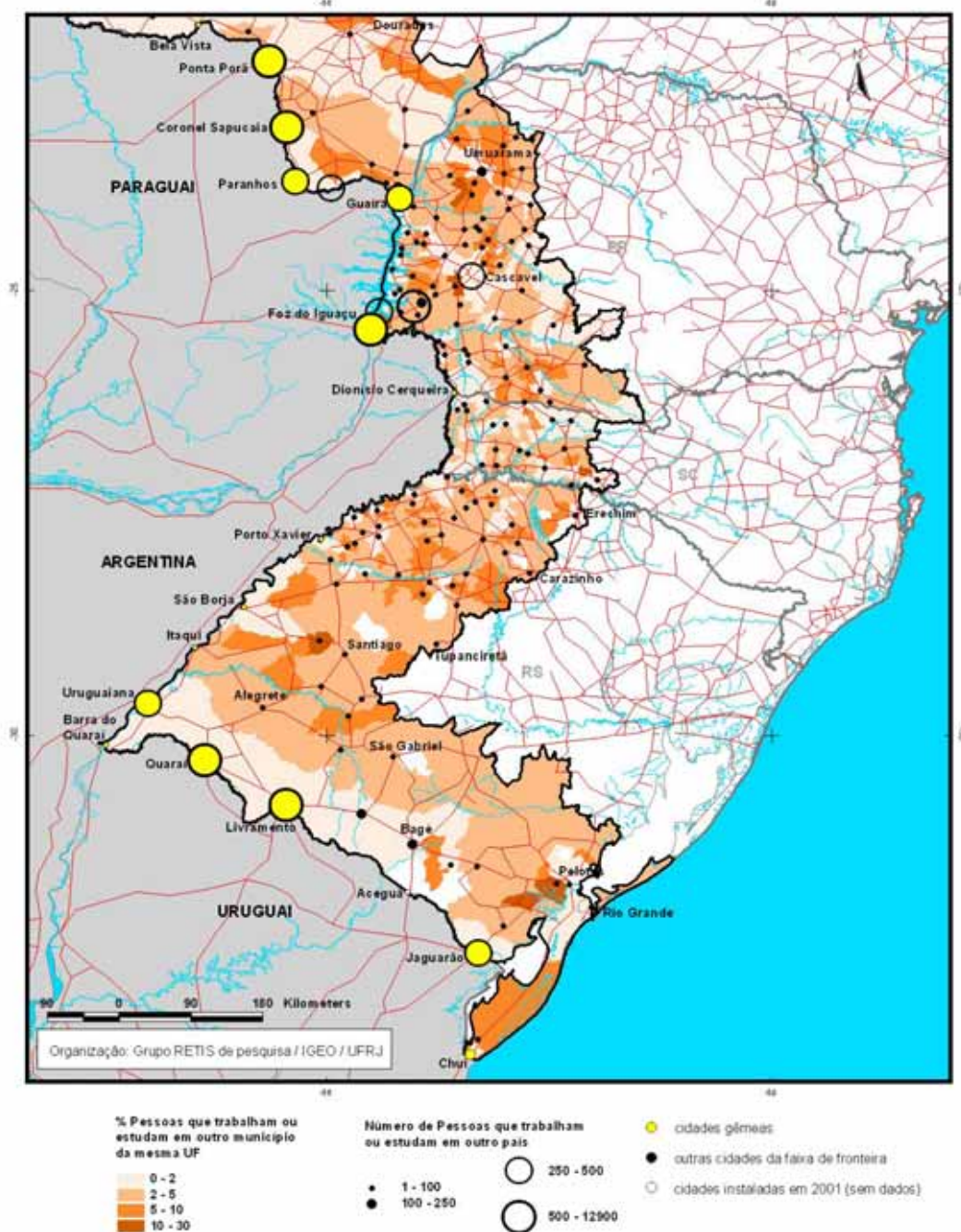
Faixa de Fronteira Arco Central: Deslocamentos pendulares (trabalho ou estudo) - 2001





## Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Faixa de Fronteira Arco Sul: Deslocamentos Pendulares (Trabalho ou Estudo) - 2000

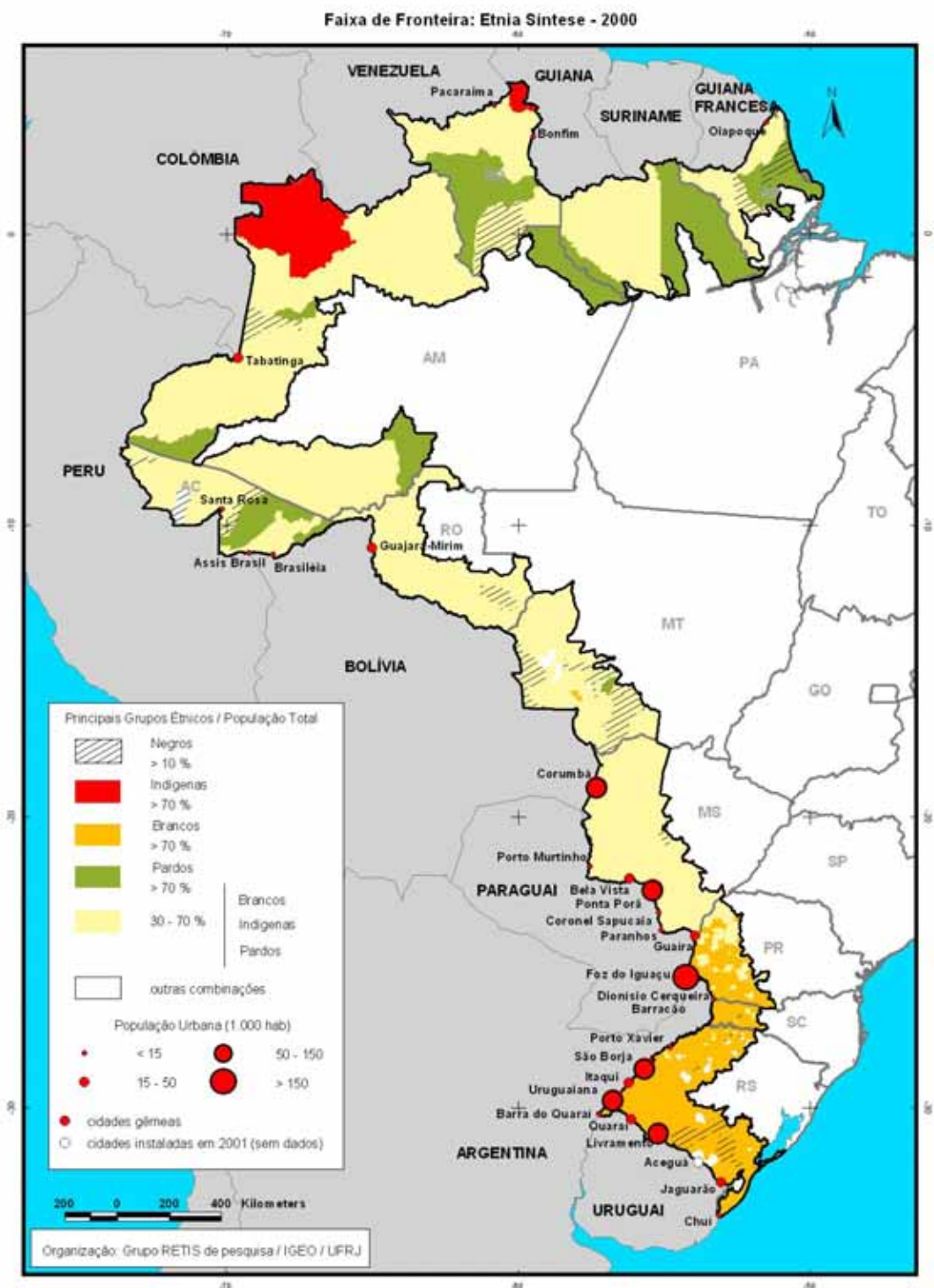


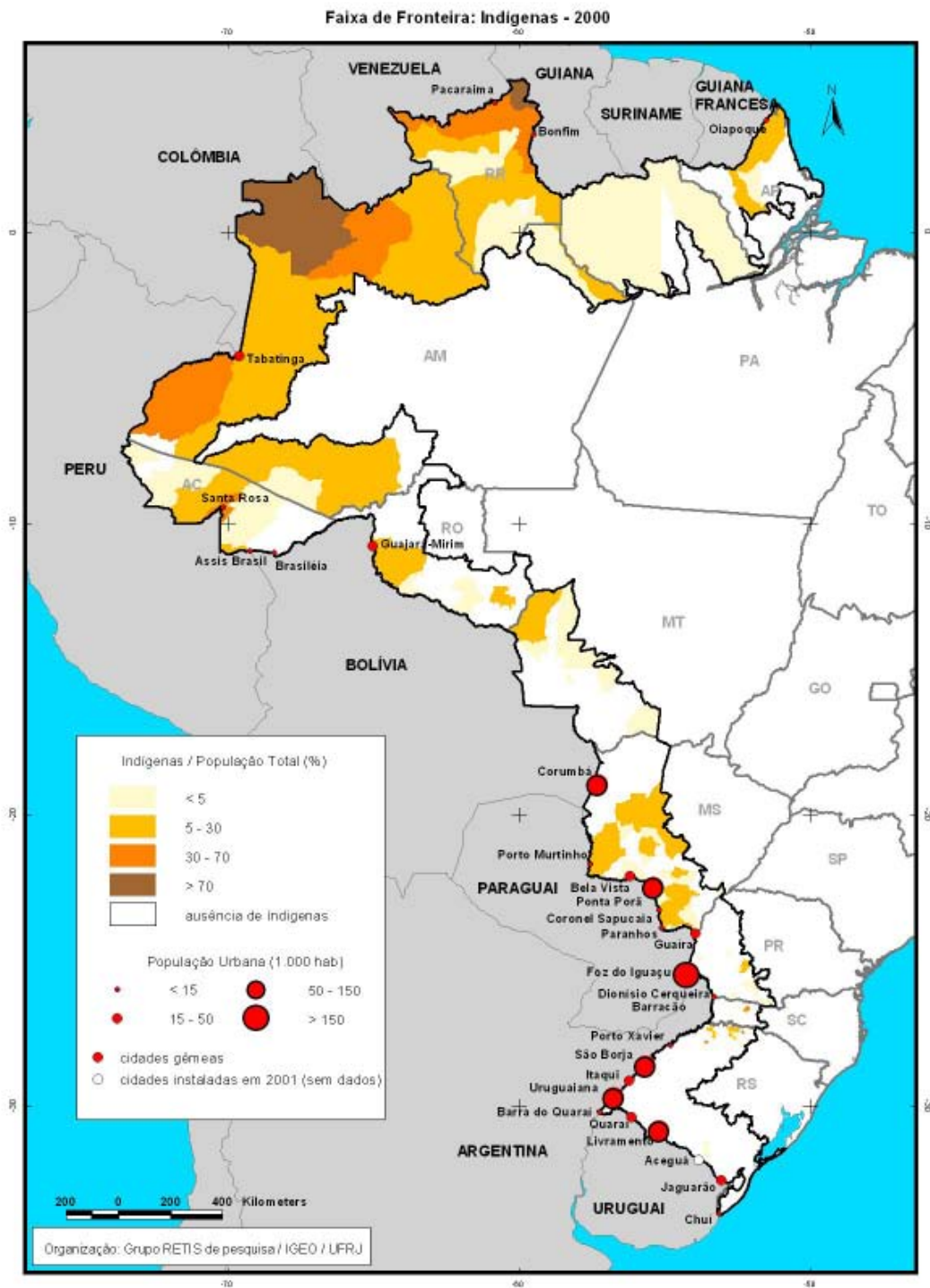
IDENTIDADE CULTURAL

**ETNIA**

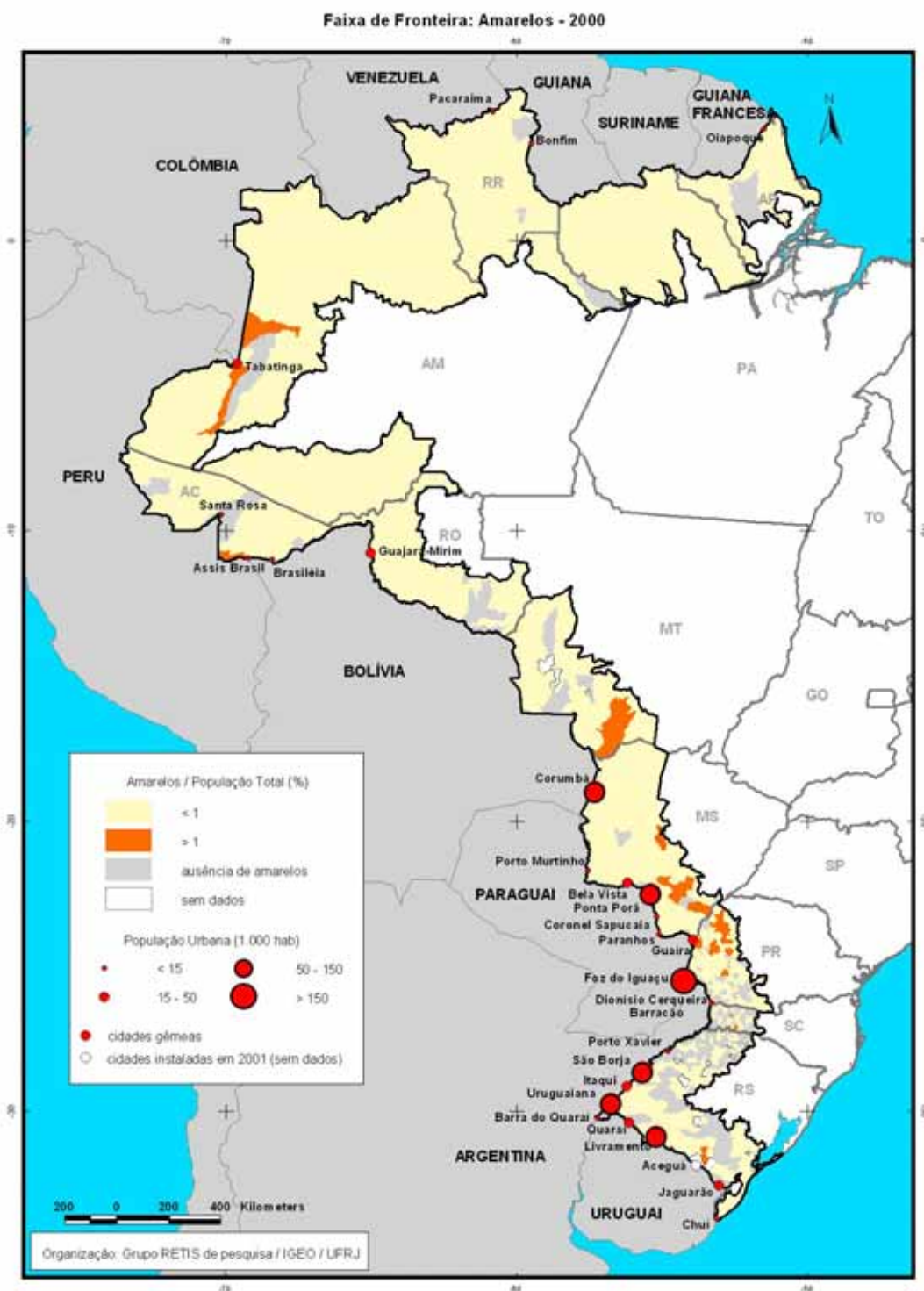


Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

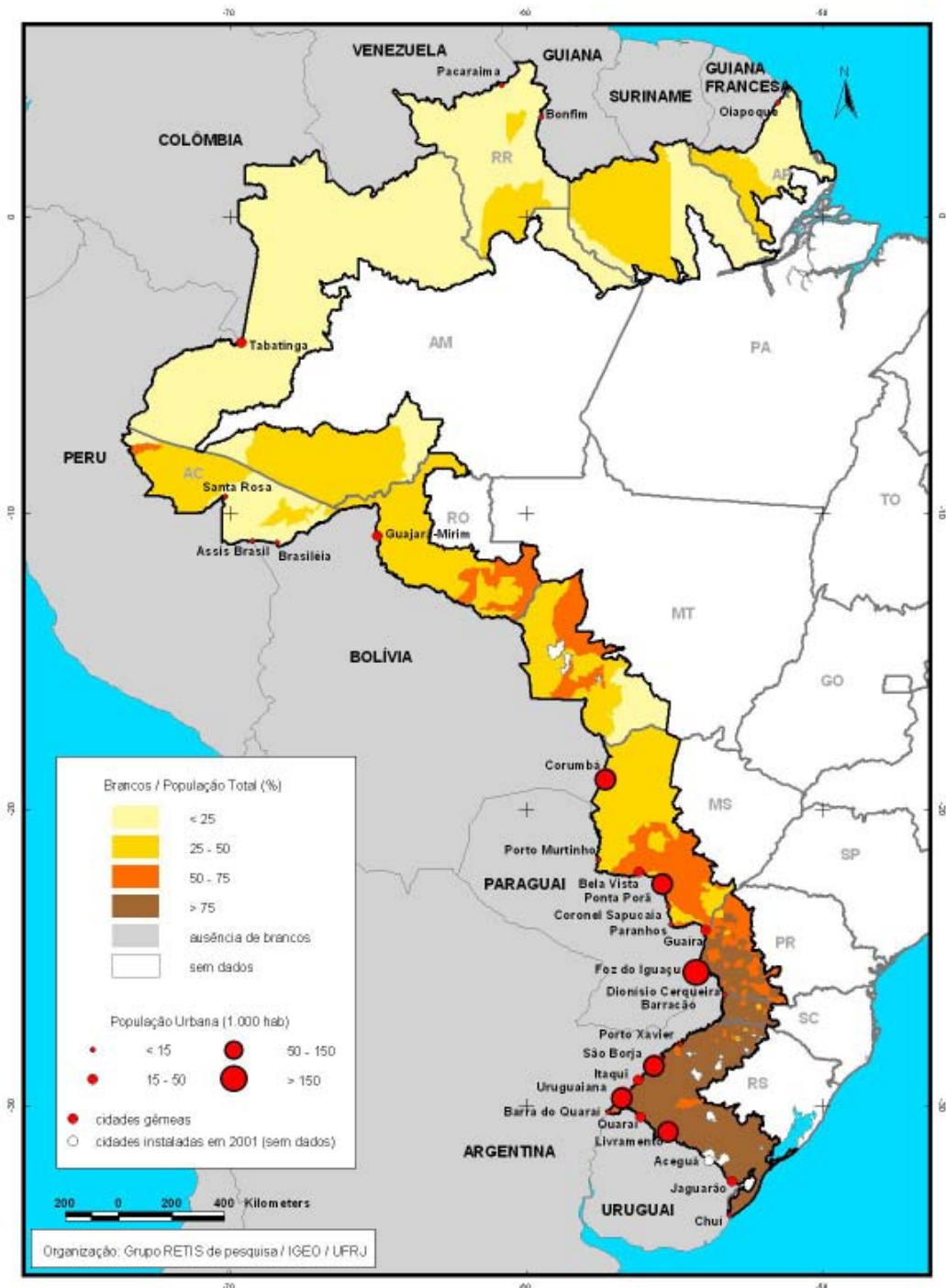




Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira



Faixa de Fronteira: Brancos - 2000

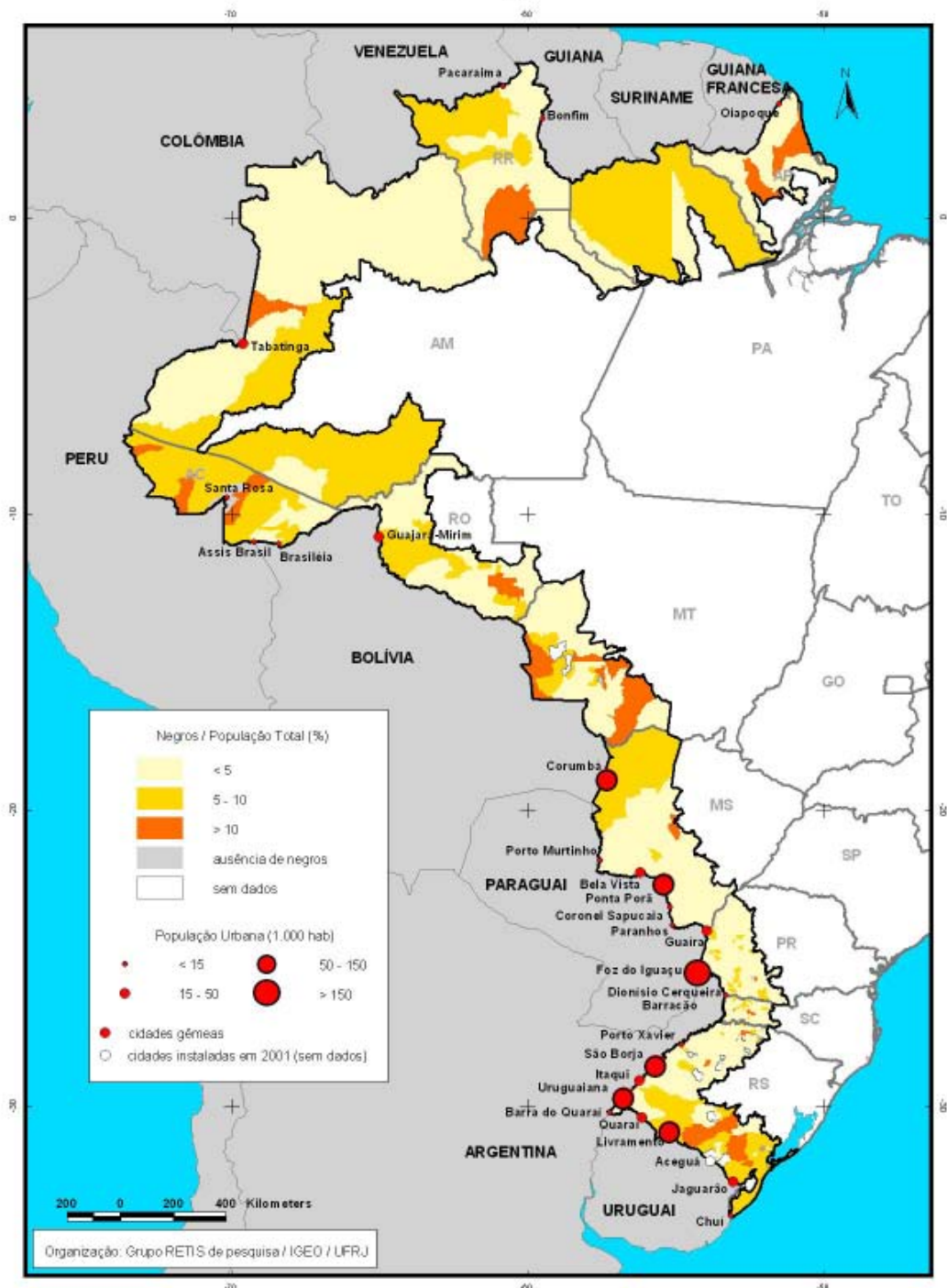








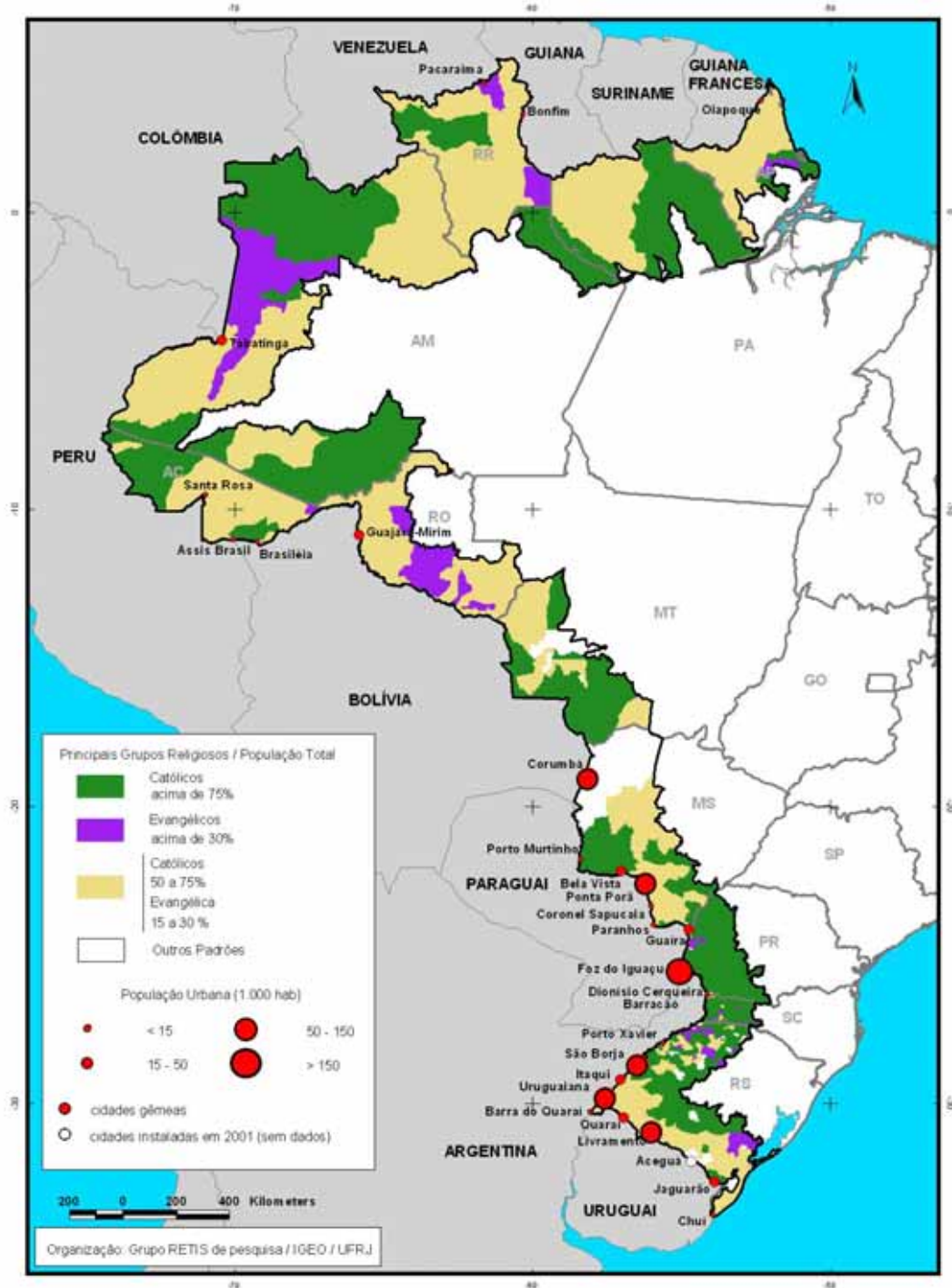
Faixa de Fronteira: Negros - 2000



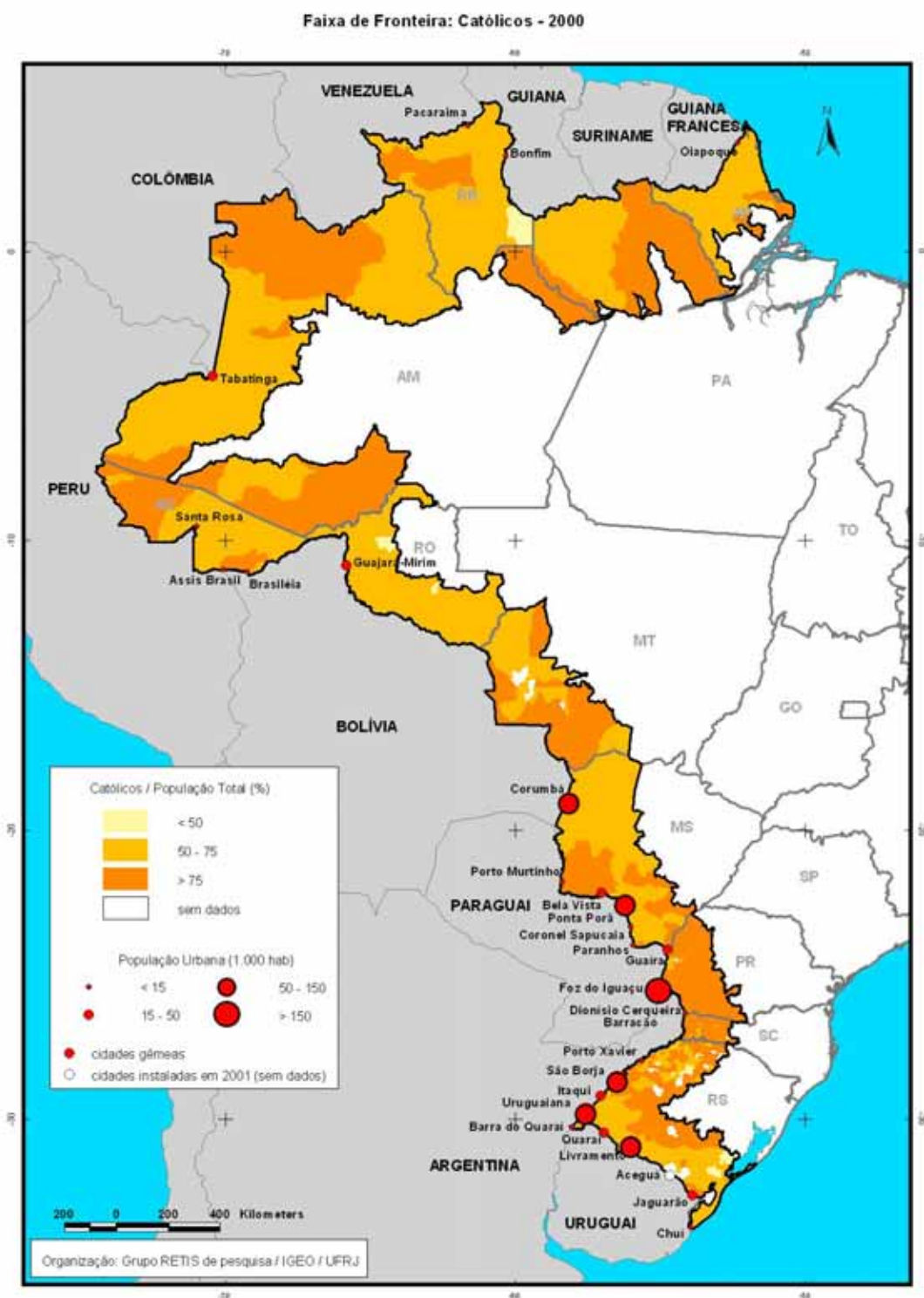
IDENTIDADE CULTURAL

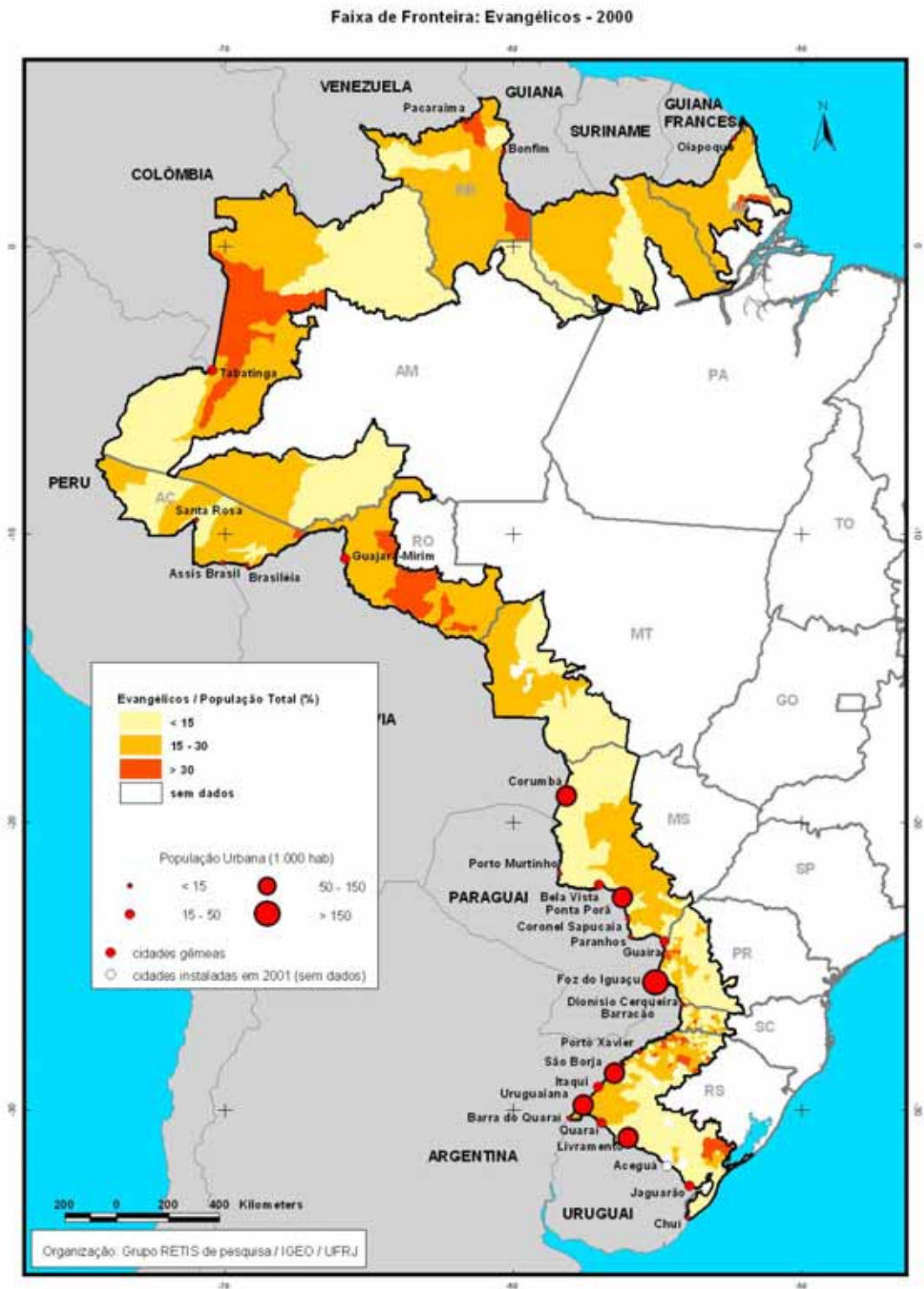
**RELIGIÃO**

Faixa de Fronteira: Religião Síntese - 2000



Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira



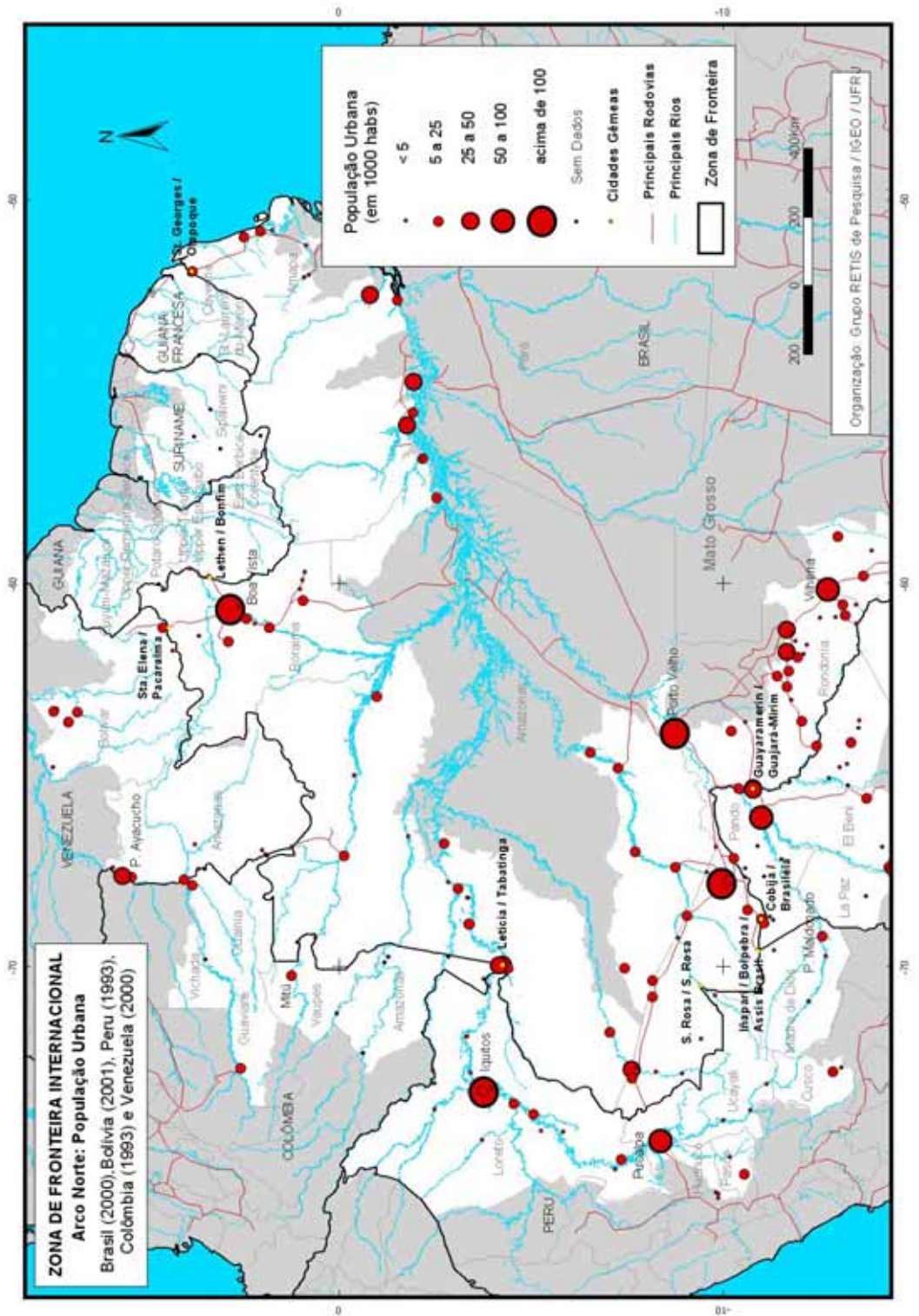


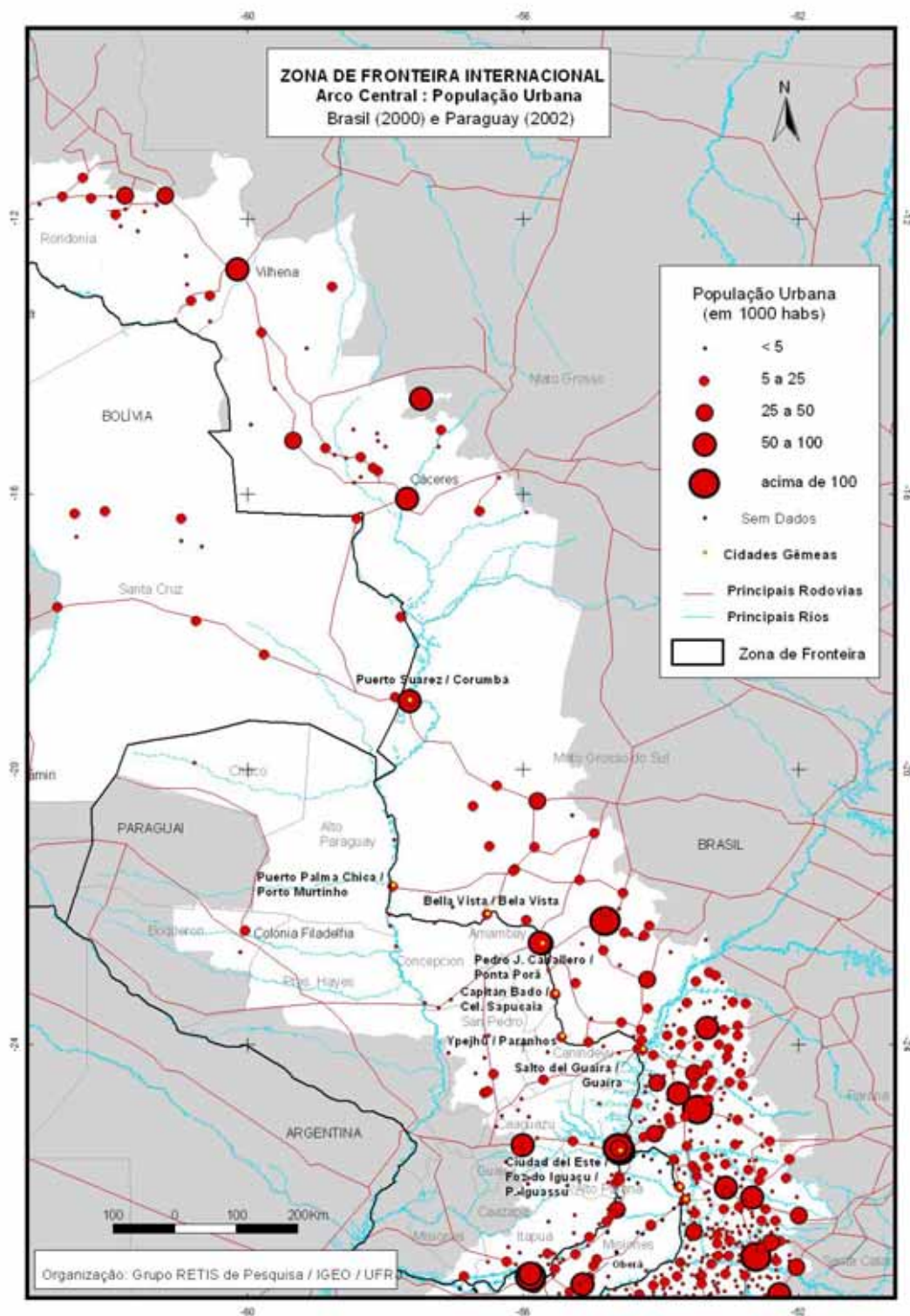




## **ZONA DE FRONTEIRA INTERNACIONAL**

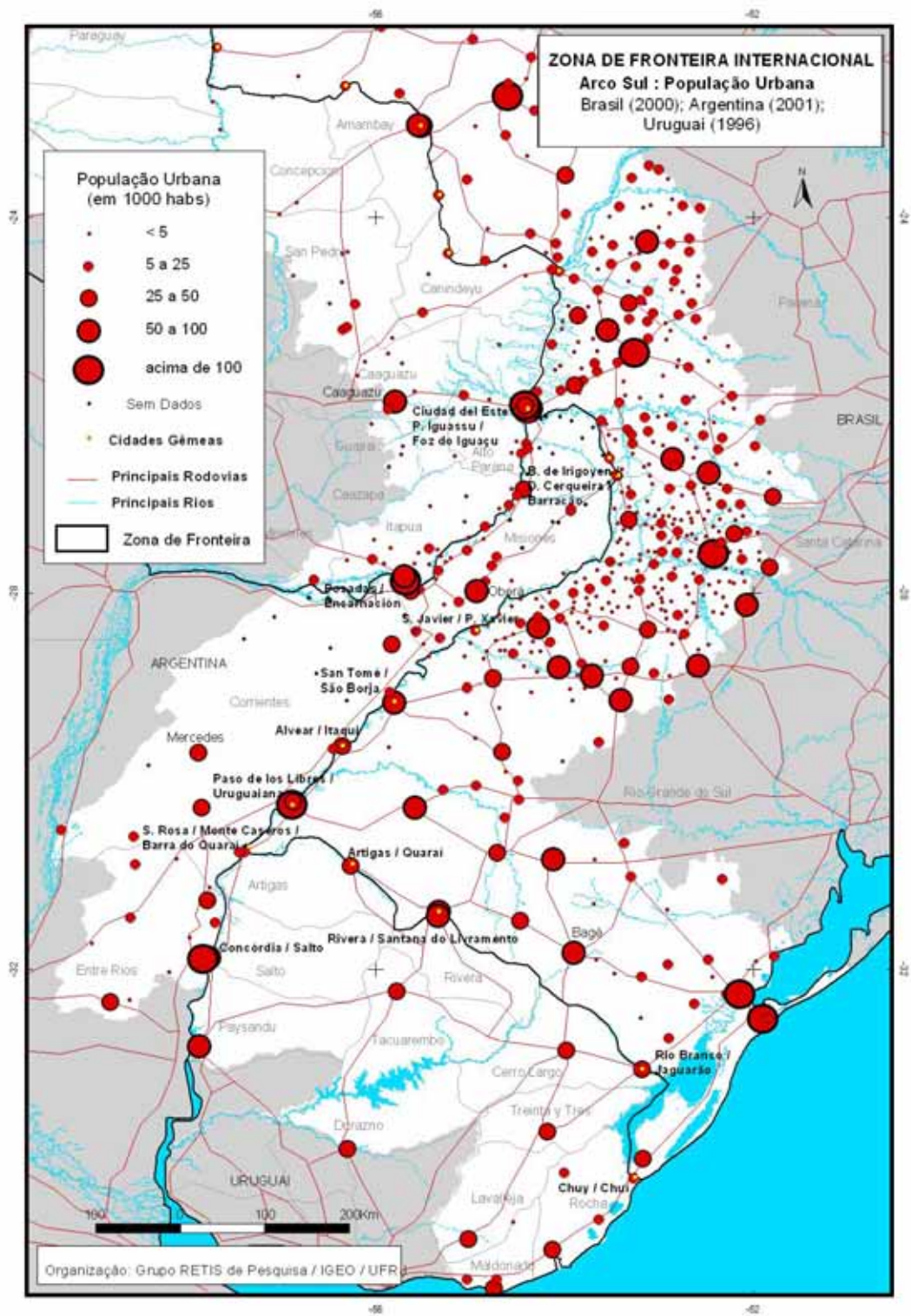
Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira







Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira





## **ANEXO – II**

### **TABELA SÍNTESE <sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Os números identificadores dos municípios na tabela correspondem aos números constantes nos MAPAS ÍNDICES (ANEXO III).

## Lista de Siglas

### Produtos da Base Produtiva

<b>AR</b>	<i>arroz</i>	<b>MA</b>	<i>mandioca</i>
<b>BN</b>	<i>banana</i>	<b>MD</b>	<i>madeira</i>
<b>BR</b>	<i>borracha</i>	<b>ML</b>	<i>milho</i>
<b>BV</b>	<i>Bovinos</i>	<b>OLT</b>	<i>outras lavouras temporárias</i>
<b>CF</b>	<i>café</i>	<b>PL</b>	<i>palmito</i>
<b>CN</b>	<i>cana</i>	<b>PV</b>	<i>piaçava</i>
<b>CS</b>	<i>castanha</i>	<b>SJ</b>	<i>soja</i>
<b>EV</b>	<i>erva-mate</i>	<b>SU</b>	<i>suino</i>
<b>FU</b>	<i>fumo</i>	<b>SV</b>	<i>silvicultura</i>
<b>HV</b>	<i>hevea</i>	<b>TR</b>	<i>trigo</i>
<b>LJ</b>	<i>laranja</i>	<b>UV</b>	<i>uva</i>
<b>IN</b>	<i>lenha</i>		

### Mercado de Trabalho

<b>URB</b>	<i>condição de domicílio = PEA urbana</i>
<b>RUR</b>	<i>condição de domicílio = PEA rural</i>
<b>DIV</b>	<i>atividade principal do pessoal ocupado = urbanas diversificadas</i>
<b>COM</b>	<i>atividade principal do pessoal ocupado = comércio</i>
<b>IND</b>	<i>atividade principal do pessoal ocupado = indústria</i>
<b>SERV</b>	<i>atividade principal do pessoal ocupado = serviços</i>
<b>AGR</b>	<i>atividade principal do pessoal ocupado = agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal</i>
<b>CVE</b>	<i>empregados, formais ou informais, permanentes ou temporários</i>
<b>SVE</b>	<i>trabalhadores por conta própria</i>
<b>FAM</b>	<i>trabalhadores sem remuneração ou ajudando membro da família ou consumo próprio - familiar, de subsistência ou não, urbano ou rural</i>

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção			
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção							
				Principais Produtos	Outros Produtos						Valor da Produção		
	1	62	Nhamundá	AM	MA		LJ,CS	Muito Baixo	Alto	RURCOMSVE	0	3	Muito Baixo
	1	70	Unucará	AM	MABNLN			Muito Baixo	Alto	RURAGRSVE	0	2	Muito Baixo
	1	77	Caroebe	RR	MABN			Muito Baixo	Médio	RURAGRSVE	0	3	Muito Baixo
	1	83	São João da Baliza	RR	MABN			Muito Baixo	Alto	URBDIVSVE	3	12	Muito Baixo
	1	84	São Luiz	RR	MABN		LJ	Muito Baixo	Médio	URBDIVSVE	0	8	Muito Baixo
	1	86	Alenquer	PA	BVMAARML		LJ,CS	Médio	Médio	URBDIVSVE	4	14	Muito Baixo
	1	87	Almeirim	PA	SV			Muito Alto	Baixo	URBINDSVE	17	18	Baixo
	1	88	Faro	PA	MABNMD		LJ	Muito Baixo	Alto	URBAGRSVE	0	0	Muito Baixo
	1	89	Óbidos	PA	BVMAMD		LJ	Médio	Alto	RURAGRSVE	0	21	Baixo
	1	90	Oriximiná	PA	BVMAMD		LJ	Alto	Baixo	URBINDSVE	7	35	Baixo
	1	91	Serra do Navio	AP	MA			Muito Baixo	Alto	RURADM CVE	0	1	Muito Baixo
	1	92	Amapá	AP	MA			Muito Baixo	Alto	URBADMCVE	3	3	Muito Baixo
	1	93	Pedra Branca do Amapari	AP	MA			Muito Baixo	Alto	RURDIVFAM	0	2	Muito Baixo
	1	94	Calçoene	AP	MA		LJ	Muito Baixo	Alto	URBINDSVE	3	2	Muito Baixo
	1	95	Ferreira Gomes	AP	MA			Muito Baixo	Médio	URBDIV CVE	0	3	Muito Baixo
	1	96	Laranjal do Jari	AP	MAMD		CS	Muito Baixo	Médio	URBIND CVE	2	27	Baixo
	1	97	Oiapoque	AP	MA		LJ	Muito Baixo	Médio	URBINDSVE	0	13	Muito Baixo
	1	98	Pracuúba	AP	MA			Muito Baixo	Médio	RURAGRSVE	1	0	Muito Baixo
	2	73	Boa Vista	RR	AR		LJ	Muito Baixo	Baixo	URBIND CVE	75	334	Alto
	2	74	Bonfim	RR	BVAR		LJ	Muito Baixo	Baixo	RURINDSVE	2	0	Muito Baixo
	2	75	Cantá	RR	MAARML		LJ	Baixo	Médio	RURAGRSVE	7	5	Muito Baixo
	2	76	Caracarái	RR	MAARML		LJ	Muito Baixo	Médio	URBDIVSVE	0	18	Muito Baixo
	2	79	Mucajai	RR	MAARML			Baixo	Médio	URBDIVSVE	1	13	Muito Baixo
	2	80	Normandia	RR	AR		LJ	Baixo	Médio	RURADM CVE	0	1	Muito Baixo
	2	81	Pacaraima	RR	AR		LJ	Médio	Alto	RURSERVFAM	0	3	Muito Baixo

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção				
				Principais Produtos	Outros Produtos					
2	82	Rorainópolis	RR	MAARML		Muito Baixo	RURDIVSVE	3	5	Muito Baixo
2	85	Uiramutã	RR	MAARML	LJ	Muito Baixo	RURAGRFAM	0	0	Muito Baixo
3	52	Barcelos	AM	MAPV		Médio	RURAGRSVE	2	1	Muito Baixo
3	59	Japurá	AM	MABN		Muito Baixo	RURAGRSVE	0	0	Muito Baixo
3	64	Santa Isabel do Rio Negro	AM	MAPV		Muito Baixo	RURAGRFAM	0	0	Muito Baixo
3	66	São Gabriel da Cachoeira	AM	MABN		Muito Baixo	URBADMSE	0	9	Muito Baixo
3	71	Amajari	RR	BVMAARML		Muito Baixo	RURAGRFAM	1	1	Muito Baixo
3	72	Alto Alegre	RR	BVMAARML	LJ	Baixo	RURAGRSVE	0	4	Muito Baixo
3	78	Iracema	RR	MAARML		Muito Baixo	URBSERSVSE	0	5	Muito Baixo
4	50	Amaturá	AM	MABN	CS	Muito Baixo	URBAGRSVE	0	0	Muito Baixo
4	51	Atalaia do Norte	AM	MAMD		Muito Baixo	URBADMSE	1	0	Muito Baixo
4	53	Benjamin Constant	AM	MABNLN		Muito Baixo	URBAGRSVE	0	2	Muito Baixo
4	60	Juruaí	AM	MABNMD		Médio	RURAGRFAM	0	0	Muito Baixo
4	65	Santo Antônio do Itã	AM	MABNLN		Muito Baixo	RURAGRFAM	0	0	Muito Baixo
4	67	São Paulo de Olivença	AM	MABNLN		Baixo	RURAGRFAM	0	1	Muito Baixo
4	68	Tabatinga	AM	MAMD	CS	Muito Baixo	URBSERSVSE	2	11	Muito Baixo
4	69	Tonantins	AM	MABNMD		Muito Baixo	RURAGRFAM	0	0	Muito Baixo
5	33	Cruzeiro do Sul	AC	BVMAARML	LJ	Baixo	URBINSVE	10	93	Baixo
5	35	Feijó	AC	BVMAARML	LJ;HV	Muito Baixo	RURAGRSVE	4	10	Muito Baixo
5	36	Jordão	AC	MAARML	HV	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	0	Muito Baixo
5	37	Mâncio Lima	AC	MA	LJ	Muito Baixo	RURINDFAM	0	3	Muito Baixo
5	38	Manoel Urbano	AC	MA	PL;HV	Muito Baixo	URBAGRSVE	0	2	Muito Baixo
5	39	Marechal Thaumaturgo	AC	MAARML	HV	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	1	Muito Baixo
5	41	Porto Walter	AC	MAARML		Muito Baixo	RURAGRFAM	0	0	Muito Baixo
5	43	Rodrigues Alves	AC	MAARML	LJ	Muito Baixo	RURAGRSVE	1	0	Muito Baixo

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção				
				Principais Produtos	Outros Produtos					
5	44	Santa Rosa do Purus	AC	MAARMML	PL	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	3	Muito Baixo
5	47	Tarauacá	AC	BVMAARMML	HV	Muito Baixo	URBDIVSVE	7	11	Muito Baixo
5	56	Envira	AM	MAARMMLHV	HV	Muito Baixo	URBDIVSVE	1	2	Muito Baixo
5	57	Guajará	AM	MA	HV	Muito Baixo	URBAGRSVE	1	0	Muito Baixo
5	58	Ipixuna	AM	MA		Muito Baixo	RURINDSVE	0	0	Muito Baixo
6	28	Acrelândia	AC	BVMAARMML	PL	Baixo	RURAGRSVE	1	8	Muito Baixo
6	29	Assis Brasil	AC	MAARMML	HV	Muito Baixo	URBADMSVE	1	3	Muito Baixo
6	30	Brasileia	AC	BVMAARMML	HV/CS	Baixo	URBDIVSVE	5	20	Muito Baixo
6	31	Bujari	AC	BVMA		Muito Baixo	RURAGRFAM	0	0	Muito Baixo
6	32	Capixaba	AC	BVMAMD	HV	Baixo	RURAGRSVE	0	1	Muito Baixo
6	34	Epitaciolândia	AC	MAARMML	HV/CS	Médio	URBDIVSVE	0	11	Muito Baixo
6	40	Plácido de Castro	AC	BVMAARMML	LJ/PL	Baixo	RURDIVSVE	1	10	Muito Baixo
6	42	Rio Branco	AC	BVMAMD	LJ/HV	Baixo	URBDIVSVE	78	438	Alto
6	45	Senador Guiomard	AC	BVMAARMML	PL	Baixo	RURDIVSVE	2	17	Muito Baixo
6	46	Sena Madureira	AC	BVMAARMML	HV/CS	Alto	URBDIVSVE	3	29	Muito Baixo
6	48	Xapuri	AC	BVMAMD	PL,HV/CS	Muito Baixo	RURDIVSVE	1	12	Muito Baixo
6	49	Porto Acre	AC	BVMAARMMLMD	PL,HV	Baixo	RURAGRSVE	0	4	Muito Baixo
6	54	Boca do Acre	AM	BVMABN	HV/CS	Médio	URBAGRSVE	3	16	Muito Baixo
6	55	Canutama	AM	MAMD		Muito Baixo	URBAGRSVE	2	3	Muito Baixo
6	61	Lábrea	AM	MAMD		Médio	URBAGRSVE	1	15	Muito Baixo
6	63	Pauini	AM	MAMD		Baixo	RURAGRFAM	1	0	Muito Baixo
7	7	Guajará-Mirim	RO	BVMAARMML		Muito Baixo	URBCOMSVE	9	30	Baixo
7	10	Porto Velho	RO	BV		Baixo	URBDIVSVE	35	571	Muito Alto
7	15	Nova Mamoré	RO	BVMAARMML		Muito Baixo	URBAGRSVE	0	22	Muito Baixo
7	18	Burtitis	RO	BVCF		Muito Baixo	URBINDSVE	1	57	Muito Baixo



Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção				
				Principais Produtos	Outros Produtos					
7	20	Campo Novo de Rondônia	RO	BVCF		Muito Baixo	RURAGRFAM	3	17	Muito Baixo
8	1	Alta Floresta D'Oeste	RO	BVCF		Médio	RURAGRSVE	2	52	Muito Baixo
8	2	Cabixi	RO	BVMLAR		Muito Baixo	RURAGRSVE	0	32	Muito Baixo
8	3	Cerejeiras	RO	BVMLAR		Baixo	URBINDSVE	7	65	Baixo
8	5	Corumbiara	RO	BVMLAR		Baixo	RURAGRSVE	9	17	
8	6	Costa Marques	RO	BVMLARMD		Muito Baixo	URBCOMSV	2	36	Muito Baixo
8	8	Nova Brasília D'Oeste	RO	BVCF		Baixo	RURAGRSVE	1	29	Muito Baixo
8	11	Rolim de Moura	RO	BVCF		Baixo	URBINDSVE	5	158	Médio
8	14	São Miguel do Guaporé	RO	BVCF		Baixo	RURAGRSVE	0	59	Muito Baixo
8	16	Alvorada D'Oeste	RO	BVCF		Muito Baixo	RURAGRSVE	0	33	Muito Baixo
8	17	Alto Alegre dos Parecis	RO	BVCF		Baixo	RURAGRSVE	1	15	Muito Baixo
8	19	Novo Horizonte do Oeste	RO	BVCF		Baixo	RURAGRSVE	1	4	Muito Baixo
8	23	Pimenteiras do Oeste	RO	BVCF		Muito Baixo	URBAGRSVE	1	3	Muito Baixo
8	26	São Francisco do Guaporé	RO	BVMLARMD		Baixo	RURINDSVE	1	46	Muito Baixo
8	27	Seringueiras	RO	BVCF		Muito Baixo	RURAGRSVE	0	21	Muito Baixo
9	4	Colorado do Oeste	RO	BVSJMLOLT		Baixo	URBCOMSV	0	76	Baixo
9	9	Pimenta Bueno	RO	BV		Muito Baixo	URBINDSVE	14	163	Médio
9	12	Santa Luzia D'Oeste	RO	BVMLAR		Baixo	RURAGRSVE	2	20	Muito Baixo
9	13	Vilhena	RO	BVSJMLOLT	LJ	Alto	URBINDSVE	21	260	Alto
9	21	Chupinguaia	RO	BVMLAR		Muito Baixo	RURINDSVE	2	12	Muito Baixo
9	22	Parecis	RO	BVMLAR		Muito Baixo	RURAGRSVE	0	9	Muito Baixo
9	24	Primavera de Rondônia	RO	BVMLAR	LJ	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	4	Muito Baixo
9	25	São Felipe D'Oeste	RO	BVMLAR		Muito Baixo	RURAGRSVE	1	5	Muito Baixo
9	565	Campos de Júlio	MT	SJMLOLT		Muito Alto	URBCOMSV	6	8	Muito Baixo
9	566	Comodoro	MT	BVSJMLOLT		Baixo	URBINDSVE	11	67	Baixo

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção			
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção							
				Principais Produtos	Outros Produtos						Valor da Produção		
9	567	Conquista D'Oeste	MT	BVMAARMML		Muito Baixo	Baixo			0	0	Muito Baixo	
9	577	Nova Lacerda	MT	BVSJMLOLT		Muito Baixo	Baixo			RURINDSVE	3	4	Muito Baixo
9	586	Sapezal	MT	SJMLOLT	UV	Muito Alto	Médio			URB COMCVE	13	20	Baixo
9	587	Tangará da Serra	MT	BVSJMLOLT		Muito Alto	Alto			URB INDCVE	38	170	Alto
10	561	Araputanga	MT	BVMAARMML		Muito Baixo	Baixo			URB INDCVE	6	34	Baixo
10	563	Barra do Bugres	MT	BVCN		Alto	Médio			URB INDCVE	11	55	Baixo
10	568	Curvelândia	MT	BVCN	LJ	Muito Baixo	Baixo			URB SERV SVE	0	0	Muito Baixo
10	569	Figueirópolis D'Oeste	MT	BVMLAR	LJ	Muito Baixo	Alto			URB SERV SVE	2	7	Muito Baixo
10	570	Glória D'Oeste	MT	BVOLT		Muito Baixo	Baixo			URB AGRSVE	0	15	Muito Baixo
10	571	Indiavaí	MT	BVMAARMML		Muito Baixo	Baixo			URB AGRSVE	0	2	Muito Baixo
10	572	Jauru	MT	BVMAARMML	LJ	Muito Baixo	Baixo			URB AGRSVE	4	10	Muito Baixo
10	573	Lambari D'Oeste	MT	BVCN	LJ	Baixo	Baixo			RUR AGRSVE	2	5	Muito Baixo
10	574	Vila Bela da S. Trindade	MT	BVMLAR	LJ	Muito Baixo	Alto			RUR AGRSVE	20	14	Muito Baixo
10	575	Mirassol d'Oeste	MT	BVMLAR		Muito Baixo	Alto			URB INDSVE	7	81	Baixo
10	579	Pontes e Lacerda	MT	BVMLAR		Baixo	Alto			URB COMSVE	19	102	Baixo
10	580	Porto Esperidião	MT	BVOLT	LJ	Muito Baixo	Alto			RUR AGRSVE	8	11	Muito Baixo
10	581	Porto Estrela	MT	BVMAARMML	LJ	Muito Baixo	Médio			RUR AGRSVE	0	3	Muito Baixo
10	582	São José dos Quatro Marcos	MT	BVMLAR		Muito Baixo	Alto			URB INDSVE	1	79	Baixo
10	583	Reserva do Cabaçal	MT	BVMAARMML		Muito Baixo	Baixo			URB AGRSVE	1	9	Muito Baixo
10	584	Rio Branco	MT	BVMAARMML		Muito Baixo	Baixo			URB COMSVE	1	10	Muito Baixo
10	585	Salto do Céu	MT	BVMLAR		Muito Baixo	Alto			URB AGRSVE	3	3	Muito Baixo
10	588	Vale de São Domingos	MT	BVMAARMML		Muito Baixo	Médio				0	0	Muito Baixo
11	518	Anastácio	MS	BV	LJ	Muito Baixo	Médio			URB INDSVE	5	36	Muito Baixo
11	520	Aquidauana	MS	BV	LJ	Muito Baixo	Baixo			URB SERV CVE	29	82	Médio
11	528	Corumbá	MS	BV		Muito Baixo	Médio			URB DIV CVE	47	82	Alto

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção				
				Principais Produtos	Outros Produtos					
11	544	Ladário	MS	MA		Muito Baixo	URBSERVCE	0	9	Muito Baixo
11	547	Miranda	MS	BVAR		Baixo	URBSERVSE	21	26	Baixo
11	554	Porto Murtinho	MS	BVMAARMLMD		Muito Baixo	URBSERVCE	14	6	Muito Baixo
11	562	Barão de Melgaço	MT	BVMA	LJ	Muito Baixo	RURAGRSVE	6	3	Muito Baixo
11	564	Cáceres	MT	BVMAARML		Médio	URBSERVSE	31	141	Médio
11	576	N. Sra. do Livramento	MT	BVMA		Médio	RURAGRSVE	9	7	Muito Baixo
11	578	Poconé	MT	BVCN		Baixo	URBINDCVE	9	36	Baixo
12	522	Bela Vista	MS	BVSJMLOLT		Baixo	URBINDCVE	7	11	Baixo
12	523	Bodoquena	MS	BVMLAR	LJ	Muito Baixo	URBDIVCVE	12	7	Baixo
12	524	Bonito	MS	BVSJMLOLT	LJ	Baixo	URBCOMCVE	21	29	Baixo
12	526	Caracol	MS	BVMAARML		Muito Baixo	URBDIVCVE	1	3	Muito Baixo
12	536	Guia Lopes da Laguna	MS	BVSJMLOLT	UV	Muito Baixo	URBCOMSVE	1	24	Muito Baixo
12	541	Jardim	MS	BVSJMLOLT		Muito Baixo	URBCOMCVE	14	30	Baixo
12	550	Nioaque	MS	BVOLT		Muito Baixo	RURAGRSVE	7	13	Muito Baixo
13	525	Caarapó	MS	BVSJMLOLT		Muito Alto	URBINDCVE	14	37	Baixo
13	529	Deodápolis	MS	BVSJMLOLT		Muito Baixo	URBDIVSVE	6	23	Baixo
13	530	Dois Irmãos do Buriti	MS	BVCN	LJ	Baixo	URBAGRCVE	10	7	Muito Baixo
13	531	Douradina	MS	SJMLOLT		Médio	URBSERVSE	2	4	Muito Baixo
13	532	Dourados	MS	BVSJMLOLT	UV	Muito Alto	URBINDCVE	65	356	Alto
13	534	Fátima do Sul	MS	SJMLOLT	UVEVEXT	Baixo	URBCOMSVE	5	44	Baixo
13	535	Glória de Dourados	MS	BVSJMLOLT		Muito Baixo	URBDIVSVE	1	38	Baixo
13	538	Itaporã	MS	BVSJMLOLT		Muito Alto	URBINDCVE	7	19	Baixo
13	542	Jateí	MS	BVMA		Muito Baixo	RURAGRCVE	10	5	Muito Baixo
13	545	Laguna Carapã	MS	BVSJMLOLT	EVEVEXT	Alto	RURAGRCVE	4	1	Muito Baixo
13	546	Maracaju	MS	BVSJMLOLT	UV	Muito Alto	URBCOMCVE	36	42	Baixo

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção	
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção					
				Principais Produtos	Outros Produtos						Valor da Produção
13	551	Novo Horizonte do Sul	MS	BVMAARMML		Muito Baixo	Alto	RURAGRSVE	0	6	Muito Baixo
13	555	Rio Brilhante	MS	BVSJMLOLT	UV	Muito Alto	Alto	URBNDVCVE	18	32	Baixo
13	557	Sitrolândia	MS	BVSJMLOLT	UV	Muito Alto	Alto	URBNDVCVE	35	44	Baixo
13	559	Taquarussu	MS	BVSJMLOLT		Baixo	Alto	URBAGRCVE	3	4	Muito Baixo
13	560	Vicentina	MS	SJMLOLT		Muito Baixo	Médio	URBCOMSVE	0	10	Muito Baixo
14	517	Amambai	MS	BVSJMLOLT	EV,EVEXT	Médio	Alto	URBCOMCVE	24	57	Baixo
14	519	Antônio João	MS	BVSJMLOLT	EV	Baixo	Baixo	URBDIVCVE	2	4	Muito Baixo
14	521	Aral Moreira	MS	BVSJMLOLT	EV,EVEXT	Alto	Médio	RURDIVCVE	6	5	Muito Baixo
14	527	Coronel Sapucaia	MS	BVSJMLOLT		Baixo	Alto	URBCOMCVE	4	34	Muito Baixo
14	533	Eldorado	MS	BVSJMLOLT		Baixo	Alto	URBNDVCVE	1	25	Muito Baixo
14	537	Iguatemi	MS	BVSJMLOLT	EVEXT	Muito Baixo	Médio	URBNDVCVE	15	33	Baixo
14	539	Itaquiraí	MS	BVCN		Alto	Médio	RURAGRSVE	26	31	Muito Baixo
14	540	Japorá	MS	BVMAARMML		Muito Baixo	Alto	RURAGRFAM	1	3	Muito Baixo
14	543	Juti	MS	BVSJMLOLT	EV	Muito Baixo	Médio	URBDIVCVE	7	9	Muito Baixo
14	548	Mundo Novo	MS	SJMLOLT		Muito Baixo	Baixo	URBDIVSVE	8	85	Baixo
14	549	Naviraí	MS	BVCN		Alto	Baixo	URBNDVCVE	36	76	Baixo
14	552	Paranhos	MS	BVMAARMML	UV,EV,EVEXT	Muito Baixo	Médio	URBNDVCVE	5	26	Muito Baixo
14	553	Ponta Porã	MS	BVSJMLOLT	EV,EVEXT	Muito Alto	Alto	URBSERVVCVE	46	90	Médio
14	556	Sete Quedas	MS	BVMAARMML	EVEXT	Muito Baixo	Alto	URBCOMCVE	8	38	Baixo
14	558	Tacuru	MS	BVMAARMML	EV,EVEXT	Muito Baixo	Alto	URBAGRCVE	8	12	Muito Baixo
15	100	Altônia	PR	BVOLT	LJ,UV	Baixo	Médio	URBNDVCVE	1	90	Baixo
15	115	Cafézal do Sul	PR	BVCN		Baixo	Médio	URBAGRSVE	1	14	Muito Baixo
15	125	Cidade Gaúcha	PR	BVCN	LJ	Baixo	Médio	URBNDVCVE	1	28	Muito Baixo
15	131	Cruzeiro do Oeste	PR	BVCN	LJ	Médio	Baixo	URBNDVCVE	17	58	Baixo
15	135	Douradina	PR	BVOLT	UV	Muito Baixo	Alto	URBNDVCVE	1	29	Muito Baixo

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção				
				Principais Produtos	Outros Produtos					
15	137	Esperança Nova	PR	BVOLT	LJ	Muito Baixo	RURAGRFAM	0	9	Muito Baixo
15	146	Guaira	PR	SJMLOLT	UV	Alto	URBINDSVE	5	107	Médio
15	150	Icaraima	PR	BVCN	LJ	Médio	URBCOMSV	4	23	Baixo
15	156	Ivaté	PR	BVCN	UV	Médio	URBINDCV	4	14	Muito Baixo
15	166	Maria Helena	PR	BVOLT	LJ,UV	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	10	Muito Baixo
15	179	Nova Olímpia	PR	BVCN		Muito Baixo	URBINDCV	3	10	Muito Baixo
15	187	Perobal	PR	BVCN	LJ,UV	Baixo	RURINDCV	2	11	Muito Baixo
15	188	Pérola	PR	BVOLT	UV	Muito Baixo	URBINDSVE	0	61	Baixo
15	197	Querência do Norte	PR	BVSJMLOLT	LJ	Médio	URBAGRSVE	3	21	Muito Baixo
15	203	Rondon	PR	BVCN	LJ	Médio	URBINDCV	14	32	Muito Baixo
15	206	Santa Cruz de Monte Castelo	PR	BVMAARML	LJ	Baixo	URBDIVSVE	2	22	Muito Baixo
15	208	Santa Isabel do Ivaí	PR	BVOLT	LJ	Baixo	URBINDCV	2	60	Baixo
15	211	Santa Mônica	PR	SJMLOLT	LJ	Muito Baixo	RURINDCV	0	12	Muito Baixo
15	217	São Jorge do Patrocínio	PR	BVOLT	UV	Muito Baixo	RURAGRFAM	2	30	Muito Baixo
15	224	Tapajara	PR	BVCN	LJ	Médio	URBINDCV	10	77	Baixo
15	225	Tapira	PR	BVCN		Muito Baixo	URBINDSVE	0	30	Muito Baixo
15	232	Umarama	PR	BVOLT	LJ	Baixo	URBINDCV	18	455	Alto
15	235	Vila Alta	PR	BVOLT		Muito Baixo	URBAGRCVE	3	6	Muito Baixo
15	237	Xamburé	PR	BVOLT	LJ	Muito Baixo	RURAGRSVE	2	17	Baixo
16	99	Altamira do Paraná	PR	SV		Muito Baixo	RURAGRSVE	0	7	Muito Baixo
16	101	Alto Piquiri	PR	SJMLOLT		Médio	URBINDCV	1	18	Baixo
16	102	Ampére	PR	SJMLOLT	LJ,UV	Médio	URBINDSVE	3	93	Baixo
16	103	Anahy	PR	SJMLOLT	LJ,UV	Baixo	URBAGRSVE	0	11	Muito Baixo
16	104	Assis Chateaubriand	PR	SJMLOLT	LJ,UV	Muito Alto	URBCOMSV	16	117	Médio
16	105	Barracão	PR	MLOLT	LJ	Baixo	URBCOMSV	1	42	Baixo



Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção			
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção							
				Principais Produtos	Outros Produtos						Valor da Produção		
16	106	Bela Vista da Caroba	PR	SJMLOLT	LJ,UV		BAIXO	MÉDIO	RURAGRSVE	0	4		Muito Baixo
16	107	Boa Esperança	PR	SJMLOLT	UV		ALTO	MÉDIO	URBCOMSVE	2	13		Baixo
16	108	Boa Esperança do Iguaçu	PR	SJMLOLT	LJ		BAIXO	MÉDIO	RURAGRSVE	0	6		Muito Baixo
16	109	Boa Vista da Aparecida	PR	SJMLOLT	LJ,UV		BAIXO	BAIXO	URBDIVSVE	4	16		Muito Baixo
16	110	Bom Jesus do Sul	PR	MLOLT	LJ,UV		BAIXO	MÉDIO	RURAGRFAM	0	3		Muito Baixo
16	111	Bom Sucesso do Sul	PR	SJMLOLT	UV,EV		MÉDIO	BAIXO	RURDIVSVE	3	10		Muito Baixo
16	112	Braganey	PR	SJMLOLT	UV,EV		ALTO	ALTO	RURAGRSVE	0	10		Muito Baixo
16	113	Brasília do Sul	PR	SJMLOLT	EVEXT		MÉDIO	BAIXO	URBAGRCVE	0	1		Muito Baixo
16	114	Cafelândia	PR	SJMLOLT	LJ		ALTO	BAIXO	URBINCDCVE	1	35		Baixo
16	116	Campina da Lagoa	PR	BVS,JMLOLT	LJ,EV,EVEXT		ALTO	MÉDIO	URBDIVSVE	2	28		Baixo
16	117	Campo Bonito	PR	SJMLOLT	EV		ALTO	MÉDIO	RURAGRSVE	1	5		Muito Baixo
16	118	Candói	PR	BVS,JMLOLT	LJ,EV		MUITO ALTO	ALTO	RURAGRSVE	6	41		Baixo
16	119	Capanema	PR	SJMLOLT	LJ,UV		ALTO	MÉDIO	RURAGRFAM	1	29		Baixo
16	120	Capitão Leônidas Marques	PR	SJMLOLT	LJ,UV		MÉDIO	MÉDIO	URBINDSVE	1	61		Baixo
16	121	Cascavel	PR	BVS,JMLOLT	EV		MUITO ALTO	ALTO	URBDIVCVE	75	969		Muito Alto
16	122	Catanduvas	PR	SJMLOLT	UV,EV		ALTO	BAIXO	RURDIVSVE	4	11		Muito Baixo
16	123	Céu Azul	PR	SJMLOLT	UV,EV		ALTO	MÉDIO	URBINDSVE	6	69		Baixo
16	124	Chopinzinho	PR	BVS,JMLOLT	UV,EV,EVEXT		ALTO	MÉDIO	URBDIVSVE	4	74		Médio
16	126	Clelândia	PR	SJMLOLT	UV,EV,EVEXT		ALTO	BAIXO	URBINCDCVE	10	107		Baixo
16	127	Corbélia	PR	SJMLOLT	UV,EV		ALTO	MÉDIO	URBINDSVE	6	51		Baixo
16	128	Coronel Domingos Soares	PR	SJMLOLT	EV,EVEXT		ALTO	MÉDIO	RURAGRFAM	9	19		Muito Baixo
16	129	Coronel Vivida	PR	SJMLOLT	LJ,UV		ALTO	MÉDIO	URBINDSVE	6	106		Baixo
16	130	Cruzeiro do Iguaçu	PR	SJMLOLT	LJ		BAIXO	MÉDIO	RURAGRSVE	0	10		Muito Baixo
16	132	Diamante do Sul	PR	MLOLT	LJ,EV		BAIXO	MÉDIO	RURAGRSVE	1	1		Muito Baixo
16	133	Diamante D'Oeste	PR	SJMLOLT	LJ,UV		BAIXO	MÉDIO	URBDIVSVE	0	18		Muito Baixo

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Grau de Diversificação da Produção	Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Valor da Produção					
				Principais Produtos	Outros Produtos						
16	134	Dois Vizinhos	PR	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Médio	URBINDSVE	6	119	Baixo	
16	136	Enéas Marques	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Baixo	RURAGRSVE	0	9	Muito Baixo	
16	138	Entre Rios do Oeste	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Baixo	URBDIVSVE	1	29	Baixo	
16	139	Espigão Alto do Iguaçu	PR	SJMLOLT	UV;EV;EVEXT	Baixo	RURAGRSVE	0	6	Muito Baixo	
16	140	Fior da Serra do Sul	PR	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Médio	RURAGRFAM	1	16	Muito Baixo	
16	141	Formosa do Oeste	PR	SJMLOLT		Médio	URBDIVSVE	2	40	Baixo	
16	142	Foz do Iguaçu	PR	SJMLOLT		Baixo	URBDIVSVE	21	407	Muito Alto	
16	143	Francisco Alves	PR	SJMLOLT		Baixo	URBDIVSVE	1	19	Muito Baixo	
16	144	Francisco Beltrão	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Alto	URBINDSVE	25	374	Alto	
16	145	Goioerê	PR	SJMLOLT		Alto	URBINDSVE	12	93	Médio	
16	147	Guaraniaçu	PR	BVS;JMLOLT	LJ;UV;EV	Médio	RURDIVSVE	4	43	Baixo	
16	148	Honório Serpa	PR	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Alto	RURAGRFAM	1	8	Muito Baixo	
16	149	Ibema	PR	SJMLOLT	UV;EV	Médio	URBINDSVE	4	20	Muito Baixo	
16	151	Igatu	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Baixo	URBAGRSVE	0	5	Muito Baixo	
16	152	Iporã	PR	BVS;JMLOLT		Baixo	URBDIVSVE	4	65	Baixo	
16	153	Iracema do Oeste	PR	SJMLOLT	UV	Baixo	URBAGRSVE	0	3	Muito Baixo	
16	154	Itaipulândia	PR	SJMLOLT		Médio	URBINDSVE	7	56	Baixo	
16	155	Itapejara d'Oeste	PR	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Médio	URBINDSVE	4	38	Baixo	
16	157	Janiópolis	PR	SJMLOLT	UV	Médio	URBDIVSVE	0	13	Muito Baixo	
16	158	Jesuítas	PR	SJMLOLT	UV	Médio	URBDIVSVE	0	27	Muito Baixo	
16	159	Juranda	PR	SJMLOLT	UV	Alto	URBSERSVSE	2	8	Muito Baixo	
16	160	Laranjal	PR	MLOLT	LJ;EV	Muito Baixo	RURAGRSVE	1	2	Muito Baixo	
16	161	Laranjeiras do Sul	PR	SJMLOLT	EV	Médio	URBINDSVE	10	94	Médio	
16	162	Lindoeste	PR	SJMLOLT	LJ;UV;EVEXT	Baixo	RURAGRSVE	3	13	Muito Baixo	
16	163	Manfrinópolis	PR	MLOLT	LJ;UV	Muito Baixo	RURAGRFAM	0	1	Muito Baixo	

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura				Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Valor da Produção	Grau de Diversificação da Produção				
				Principais Produtos	Outros Produtos						
16	164	Mangueirinha	PR	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Muito Alto	Alto	RURINDSVE	11	56	Baixo
16	165	Marechal Cândido Rondon	PR	BVSJMLOLT	LJ;UV	Alto	Alto	URBINDSVE	7	226	Alto
16	167	Mariluz	PR	SJMLOLT	LJ	Baixo	Alto	URBAGRCVE	1	20	Muito Baixo
16	168	Maripólis	PR	SJMLOLT	UV	Médio	Alto	URBINDSVE	4	48	Muito Baixo
16	169	Maripá	PR	SJMLOLT	UV	Alto	Alto	URBINDSVE	1	32	Muito Baixo
16	170	Marmeleiro	PR	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Médio	Alto	RURDIVSVE	7	68	Baixo
16	171	Mateiândia	PR	SJMLOLT	UV	Médio	Alto	URBINDSVE	3	67	Baixo
16	172	Medianeira	PR	SJMLOLT	UV	Médio	Médio	URBDIVSVE	6	179	Alto
16	173	Mercedes	PR	SJMLOLT	LJ	Médio	Alto	RURAGRSVE	1	20	Baixo
16	174	Missal	PR	SJMLOLT		Alto	Alto	RURDIVSVE	2	48	Baixo
16	175	Moreira Sales	PR	SJMLOLT	UV	Médio	Alto	URBAGRSVE	1	38	Muito Baixo
16	176	Nova Aurora	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Alto	Alto	URBDIVSVE	4	28	Baixo
16	177	Nova Esperança do Sudoeste	PR	SUMLFU	LJ	Baixo	Baixo	RURAGRSVE	1	15	Muito Baixo
16	178	Nova Laranjeiras	PR	BVSJMLOLT	UV;EV	Médio	Alto	RURAGRSVE	4	10	Muito Baixo
16	180	Nova Santa Rosa	PR	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Médio	Alto	RURINDSVE	1	46	Muito Baixo
16	181	Nova Prata do Iguaçu	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Alto	Alto	URBDIVSVE	6	45	Baixo
16	182	Ouro Verde do Oeste	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	Médio	URBDIVSVE	1	16	Baixo
16	183	Palmas	PR	SJMLOLT	E;VEXT	Alto	Alto	URBINDCVE	27	158	Médio
16	184	Palotina	PR	SJMLOLT	UV	Muito Alto	Médio	URBINDSVE	20	100	Médio
16	185	Pato Bragado	PR	SJMLOLT	LJ	Baixo	Alto	RURINDFAM	0	40	Baixo
16	186	Pato Branco	PR	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Alto	Alto	URBDIVCVE	17	351	Alto
16	189	Pérola d'Oeste	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	Alto	RURAGRFAM	0	18	Muito Baixo
16	190	Pinhal de São Bento	PR	SJMLOLT	LJ	Muito Baixo	Médio	RURAGRSVE	2	7	Muito Baixo
16	191	Planalto	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	Alto	RURAGRFAM	1	32	Muito Baixo
16	192	Porto Barreiro	PR	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Baixo	Alto	RURAGRSVE	0	3	Muito Baixo

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção				
				Principais Produtos	Outros Produtos					
16	193	Pranchita	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	RURDIVSVE	1	16	Muito Baixo
16	194	Quarto Centenário	PR	SJMLOLT	UV	Alto	URBAGRCVE	0	6	Muito Baixo
16	195	Quatro Pontes	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	RURINDSVE	1	25	Muito Baixo
16	196	Quedas do Iguaçu	PR	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Alto	URBINDSVE	10	106	Médio
16	198	Ramilândia	PR	SJMLOLT	LJ	Baixo	RURAGRSVE	0	7	Muito Baixo
16	199	Rancho Alegre D'Oeste	PR	SJMLOLT		Médio	URBAGRSVE	0	3	Muito Baixo
16	200	Realeza	PR	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Alto	URBCOMSVE	4	27	Baixo
16	201	Renasçaça	PR	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Alto	RURAGRSVE	1	27	Muito Baixo
16	202	Rio Bonito do Iguaçu	PR	SJMLOLT	UV;EV	Alto	RURAGRSVE	0	21	Muito Baixo
16	204	Salgado Filho	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Baixo	RURAGRSVE	0	13	Muito Baixo
16	205	Salto do Lontra	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	RURAGRSVE	1	47	Muito Baixo
16	207	Santa Helena	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Alto	URBINDSVE	4	100	Médio
16	209	Santa Izabel do Oeste	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	RURAGRSVE	1	31	Muito Baixo
16	210	Santa Lúcia	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Baixo	RURAGRSVE	0	12	Muito Baixo
16	212	Santa Tereza do Oeste	PR	SJMLOLT	UV;EV	Alto	URBINDSVE	3	46	Muito Baixo
16	213	Santa Terezinha de Itaipu	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Alto	URBSERVCVVE	6	74	Baixo
16	214	Santo Antônio do Sudoeste	PR	SJMLOLT	LJ	Médio	URBINDSVE	7	98	Baixo
16	215	São João	PR	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Médio	RURAGRSVE	3	33	Baixo
16	216	São Jorge d'Oeste	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	RURINDSVE	4	28	Muito Baixo
16	218	São José das Palmeiras	PR	SJMLOLT	UV	Baixo	URBAGRSVE	1	12	Muito Baixo
16	219	São Miguel do Iguaçu	PR	SJMLOLT	UV	Muito Alto	URBINDSVE	8	120	Médio
16	220	São Pedro do Iguaçu	PR	SJMLOLT	UV	Médio	RURAGRSVE	0	8	Muito Baixo
16	221	Saudade do Iguaçu	PR	SJMLOLT	UV;EV	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	9	Muito Baixo
16	222	Serranópolis do Iguaçu	PR	SJMLOLT	UV	Médio	RURAGRSVE	1	8	Muito Baixo
16	223	Sulina	PR	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Muito Baixo	RURAGRSVE	1	7	Muito Baixo

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção				
				Principais Produtos	Outros Produtos					
16	226	Terra Roxa	PR	BVSJMLOLT	UV	Alto	URBINDSVE	2	93	Médio
16	227	Toledo	PR	BVSJMLOLT	LJ;UV	Muito Alto	URBINDCVE	40	564	Alto
16	228	Três Barras do Paraná	PR	SJMLOLT	LJ;EV	Alto	RURAGRSVE	1	20	Muito Baixo
16	229	Tuneiras do Oeste	PR	SJMLOLT	UV	Alto	URBAGRSVE	8	26	Muito Baixo
16	230	Tupãssi	PR	SJMLOLT	UV	Alto	URBSERVSVE	2	28	Muito Baixo
16	231	Ubiratã	PR	SJMLOLT	UV	Muito Alto	URBCOMSVE	7	60	Baixo
16	233	Vera Cruz do Oeste	PR	SJMLOLT	UV	Alto	URBINDSVE	1	44	Baixo
16	234	Verê	PR	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	RURAGRSVE	1	22	Muito Baixo
16	236	Vitorino	PR	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Médio	URBINDSVE	0	25	Muito Baixo
16	238	Abelardo Luz	SC	SJMLOLT	UV;EV;EVEXT	Alto	URBDIVSVE	15	58	Baixo
16	239	Águas de Chapecó	SC	MLFU	LJ;UV	Baixo	RURAGRSVE	1	22	Muito Baixo
16	240	Águas Frias	SC	MLFU	LJ;UV	Muito Baixo	RURAGRSVE	2	12	Muito Baixo
16	241	Anchieta	SC	SUMLFU	LJ;UV	Baixo	RURAGRSVE	4	33	Baixo
16	242	Arabutã	SC	SUMLOLT	LJ;EV	Muito Baixo	RURAGRSVE	1	21	Muito Baixo
16	243	Arvoredo	SC	SUMLOLT	LJ;UV;EV	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	4	Muito Baixo
16	244	Bandeirante	SC	MLFU	LJ;UV	Muito Baixo	RURAGRFAM	0	3	Muito Baixo
16	245	Barra Bonita	SC	MLFU	LJ;UV	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	4	Muito Baixo
16	246	Belmonte	SC	SJMLOLT	LJ;UV	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	8	Muito Baixo
16	247	Bom Jesus	SC	SJMLOLT	UV;EV	Baixo	URBSERV;CVE	3	6	Muito Baixo
16	248	Bom Jesus do Oeste	SC	MLFU	LJ;UV;EV	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	7	Muito Baixo
16	249	Caibi	SC	MLFU	LJ;UV	Baixo	RURAGRSVE	3	35	Baixo
16	250	Campo Erê	SC	SJMLOLT	UV;EV;EVEXT	Alto	URBDIVSVE	7	45	Baixo
16	251	Caxambu do Sul	SC	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	RURAGRSVE	0	15	Muito Baixo
16	252	Chapecó	SC	SUMLOLT	LJ;UV;EV;EVEXT	Médio	URBINDCVE	25	651	Alto
16	253	Concórdia	SC	SUMLOLT	LJ;UV;EV	Médio	URBINDSVE	14	289	Alto



## Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção				
				Principais Produtos	Outros Produtos					
16	254	Cordilheira Alta	SC	SUMLFU	LJ;UV;EV	Muito Baixo	RURCOMSVE	2	18	Muito Baixo
16	255	Coronel Freitas	SC	SUMLFU	LJ;UV	Baixo	RURDIVSVE	0	59	Baixo
16	256	Coronel Martins	SC	MLOLT	LJ;UV;EV;EEXT	Muito Baixo	RURAGRFAM	0	3	Muito Baixo
16	257	Cunha Porã	SC	MLFU	LJ	Médio	RURDIVSVE	4	108	Baixo
16	258	Cunhatal	SC	SUMLFU	LJ	Muito Baixo	RURAGRFAM	0	4	Muito Baixo
16	259	Descanso	SC	SUMLFU	LJ;UV	Baixo	RURAGRSVE	3	50	Baixo
16	260	Dionísio Cerqueira	SC	SJMLOLT	LJ;UV;EEXT	Médio	URBDIVSVE	4	28	Baixo
16	261	Entre Rios	SC	SJMLOLT	LJ	Muito Baixo	RURAGRFAM	0	3	Muito Baixo
16	262	Faxinal dos Guedes	SC	SJMLOLT	UV;EV	Médio	URBDIVSVE	12	31	Baixo
16	263	Flor do Sertão	SC	MLFU	LJ	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	4	Muito Baixo
16	264	Formosa do Sul	SC	MLOLT	LJ;UV	Muito Baixo	RURAGRSVE	1	6	Muito Baixo
16	265	Galvão	SC	MLOLT	UV;EV;EEXT	Baixo	RURAGRSVE	1	16	Muito Baixo
16	266	Guaraciaba	SC	SUMLFU	LJ;UV	Médio	RURAGRFAM	5	79	Baixo
16	267	Guarujá do Sul	SC	MLFU	LJ	Muito Baixo	RURINDSVE	9	41	Baixo
16	268	Guatambú	SC	SJMLOLT	EV;EEXT	Baixo	RURAGRSVE	5	8	Baixo
16	269	Iporá do Oeste	SC	SUMLFU	LJ;UV	Baixo	RURAGRFAM	0	53	Muito Baixo
16	270	Ipaçu	SC	SJMLOLT	UV;EV	Baixo	RURAGRSVE	1	14	Baixo
16	271	Ipumirim	SC	SUMLOLT	LJ;UV;EV	Baixo	RURAGRSVE	11	25	Baixo
16	272	Iraceminha	SC	MLFU	LJ;UV;EV;EEXT	Baixo	RURAGRSVE	0	27	Muito Baixo
16	273	Irati	SC	MLOLT	LJ;UV	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	8	Muito Baixo
16	274	Itá	SC	SUMLOLT	LJ;UV;EV	Muito Baixo	RURDIVSVE	1	36	Baixo
16	275	Itapiranga	SC	SUMLFU	LJ;UV	Médio	RURDIVFAM	10	92	Baixo
16	276	Jardinópolis	SC	MLOLT	UV	Muito Baixo	RURAGRFAM	0	9	Muito Baixo
16	277	Jupiá	SC	MLOLT	UV;EV;EEXT	Muito Baixo	RURAGRFAM	0	4	Muito Baixo
16	278	Lajeado Grande	SC	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	10	Muito Baixo

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção				
				Principais Produtos	Outros Produtos					
16	279	Maravilha	SC	MLFU	LJ	Baixo	URBINDSVE	4	134	Baixo
16	280	Marema	SC	SUMLFU	LJ;UV;EV	Muito Baixo	RURAGRFAM	1	8	Muito Baixo
16	281	Modelo	SC	MLFU	LJ;UV;EV	Muito Baixo	RURINDSVE	1	34	Muito Baixo
16	282	Mondai	SC	SUMLFU	LJ	Médio	RURAGRSVE	2	34	Baixo
16	283	Nova Erechim	SC	SJMLOLT	LJ;UV	Muito Baixo	RURINDSVE	3	44	Muito Baixo
16	284	Nova Itaberaba	SC	SUMLFU	LJ;UV	Muito Baixo	RURAGRFAM	1	12	Muito Baixo
16	285	Novo Horizonte	SC	MLOLT	LJ	Muito Baixo	RURAGRFAM	0	8	Muito Baixo
16	286	Ouro Verde	SC	SJMLOLT	UV;EV;EVEXT	Baixo	RURAGRSVE	0	1	Muito Baixo
16	287	Paial	SC	MLOLT	LJ;EV	Muito Baixo	RURAGRFAM	0	3	Muito Baixo
16	288	Palma Sola	SC	SJMLOLT	LJ;EV	Médio	RURAGRSVE	2	27	Muito Baixo
16	289	Palmitos	SC	SUMLFU	LJ;UV	Médio	RURAGRSVE	5	75	Baixo
16	290	Paraiso	SC	MLFU	LJ;UV	Baixo	RURAGRSVE	1	11	Muito Baixo
16	291	Pinhalzinho	SC	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Baixo	URBINDSVE	1	119	Médio
16	292	Planalto Alegre	SC	MLFU	LJ;UV	Muito Baixo	RURAGRFAM	3	9	Muito Baixo
16	293	Princesa	SC	MLFU	UV	Muito Baixo	RURAGRFAM	0	10	Muito Baixo
16	294	Quilombo	SC	SUMLOLT	LJ;UV	Médio	RURAGRFAM	0	37	Baixo
16	295	Riqueza	SC	MLFU	LJ;UV	Baixo	RURAGRSVE	1	28	Muito Baixo
16	296	Romelândia	SC	MLFU	LJ;UV	Baixo	RURAGRSVE	0	16	Muito Baixo
16	297	Salitinho	SC	MLFU	LJ;UV;EV	Muito Baixo	RURAGRSVE	6	2	Muito Baixo
16	298	Santa Helena	SC	MLFU	LJ;UV	Muito Baixo	RURAGRFAM	0	8	Muito Baixo
16	299	Santa Terezinha do Progresso	SC	MLFU	LJ;UV;EV	Muito Baixo	RURAGRSVE	14	0	Muito Baixo
16	300	Santiago do Sul	SC	SJMLOLT	LJ;UV	Muito Baixo	RURAGRFAM	0	4	Muito Baixo
16	301	São Bernardino	SC	MLOLT	LJ;UV;EV	Muito Baixo	RURAGRFAM	21	7	Muito Baixo
16	302	São Carlos	SC	SUMLFU	LJ	Baixo	URBINDSVE	5	70	Baixo
16	303	São Domingos	SC	SJMLOLT	UV;EV	Médio	URBDIVSVE	2	67	Baixo

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção				
				Principais Produtos	Outros Produtos					
16	304	São João do Oeste	SC	SUMLFU	LJ	Baixo	RURAGRFAM	4	31	Muito Baixo
16	305	São José do Cedro	SC	SUMLFU	LJ;UV	Médio	RURINDSVE	1	123	Baixo
16	306	São Lourenço do Oeste	SC	SUMLOLT	LJ;UV;EVEXT	Médio	URBINDSVE	3	115	Baixo
16	307	São Miguel da Boa Vista	SC	MLFU	LJ	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	4	Muito Baixo
16	308	São Miguel do Oeste	SC	SUMLFU	LJ;UV	Baixo	URBDIVSVE	5	242	Alto
16	309	Saudades	SC	SUMLFU	LJ;UV	Baixo	RURAGRFAM	4	46	Baixo
16	310	Seara	SC	SUMLOLT	LJ;UV;EV	Baixo	URBINDSVE	4	75	Baixo
16	311	Serra Alta	SC	MLFU	UV;EV	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	27	Muito Baixo
16	312	Sul Brasil	SC	MLFU	LJ;UV	Muito Baixo	RURAGRFAM	0	9	Muito Baixo
16	313	Tigrinhos	SC	MLFU	LJ	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	0	Muito Baixo
16	314	Tunápolis	SC	SUMLFU	LJ;UV	Baixo	RURAGRSVE	0	30	Muito Baixo
16	315	União do Oeste	SC	SUMLFU	LJ;UV	Muito Baixo	RURAGRFAM	0	9	Muito Baixo
16	316	Vargeão	SC	SJMLOLT	UV;EV;EVEXT	Baixo	RURINDSVE	4	21	Muito Baixo
16	317	Xanxerê	SC	SJMLOLT	UV;EV	Alto	URBDIVCVE	30	253	Alto
16	318	Xavantina	SC	SUMLOLT	LJ;UV;EV	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	7	Muito Baixo
16	319	Xaxim	SC	SJMLOLT	EV;EVEXT	Médio	URBINDSVE	7	113	Médio
16	321	Ajuricaba	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EVEXT	Alto	RURAGRSVE	0	36	Muito Baixo
16	322	Alecrim	RS	SJMLOLT	LJ	Baixo	RURAGRFAM	3	23	Muito Baixo
16	324	Alegria	RS	SJMLOLT	LJ	Baixo	RURAGRFAM	0	19	Muito Baixo
16	325	Almirante Tamandaré do Sul	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	RURAGRFAM	0	0	Muito Baixo
16	326	Alpestre	RS	SUMLFU	LJ	Médio	RURAGRFAM	1	20	Muito Baixo
16	327	Arretista do Sul	RS	MLOLT	LJ;UV	Muito Baixo	RURDIVSVE	1	35	Muito Baixo
16	328	Aratiba	RS	SUMLOLT	LJ;UV	Médio	RURAGRFAM	2	51	Muito Baixo
16	331	Augusto Pestana	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Alto	RURAGRFAM	0	50	Muito Baixo
16	333	Barão de Cotegipe	RS	SJMLOLT	UV;EV;EVEXT	Médio	RURAGRSVE	0	42	Muito Baixo

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção	
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção					
				Principais Produtos	Outros Produtos						Valor da Produção
16	334	Barra do Guarita	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Muito Baixo	Alto	RURINDFAM	1	4	Muito Baixo
16	336	Barra do Rio Azul	RS	MLOLT	LJ;UV	Muito Baixo	Alto	RURAGRFAM	0	2	Muito Baixo
16	337	Barra Funda	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Baixo	Alto	RURINDSVE	0	10	Muito Baixo
16	338	Benjamin Constant do Sul	RS	SJMLOLT	UV	Muito Baixo	Alto	RURAGRFAM	0	4	Muito Baixo
16	339	Boa Vista das Missões	RS	SJMLOLT	EV;EEXT	Alto	Alto	RURAGRSVE	0	8	Muito Baixo
16	340	Boa Vista do Buricá	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	Alto	URBINDSVE	3	88	Muito Baixo
16	341	Boa Vista do Cadeado	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Alto	Alto	URBINDSVE	0	0	Muito Baixo
16	342	Bom Progresso	RS	SJMLOLT	UV;EV;EEXT	Baixo	Alto	RURAGRFAM	1	16	Muito Baixo
16	343	Bossoroca	RS	BVS;JMLOLT	LJ	Alto	Médio	URBAGRSVE	5	21	Muito Baixo
16	344	Bozano	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Médio	Alto	URBAGRSVE	0	0	Muito Baixo
16	345	Braga	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EEXT	Baixo	Alto	RURAGRSVE	1	14	Muito Baixo
16	348	Caibaté	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	Alto	RURDIVSVE	2	36	Muito Baixo
16	349	Caçara	RS	MLFU	LJ;UV;EV;EEXT	Médio	Médio	RURAGRFAM	0	20	Muito Baixo
16	350	Campina das Missões	RS	SJMLOLT	LJ	Médio	Alto	RURAGRFAM	2	45	Baixo
16	351	Campinas do Sul	RS	SJMLOLT	UV	Médio	Alto	URBAGRSVE	4	32	Baixo
16	352	Campo Novo	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EEXT	Médio	Alto	URBDIVSVE	1	32	Baixo
16	353	Cândido Godói	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	Baixo	RURAGRFAM	2	36	Muito Baixo
16	358	Carazinho	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Alto	Alto	URBINCVE	38	255	Alto
16	359	Catuípe	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Alto	Alto	URBAGRSVE	7	49	Muito Baixo
16	361	Cerro Grande	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Baixo	Alto	RURAGRFAM	0	3	Muito Baixo
16	362	Cerro Largo	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	Alto	URBINDSVE	0	76	Baixo
16	363	Chapadã	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EEXT	Muito Alto	Médio	RURAGRSVE	8	50	Baixo
16	364	Chiapetta	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Alto	Alto	URBAGRSVE	3	27	Muito Baixo
16	366	Condor	RS	SJMLOLT	LJ;EV;EEXT	Alto	Alto	RURAGRFAM	0	43	Baixo
16	367	Constantina	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	Alto	RURINDSVE	2	73	Baixo

## Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Grau de Diversificação da Produção	Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Valor da Produção					
				Principais Produtos	Outros Produtos						
16	368	Coqueiros do Sul	RS	SJMLOLT	LJ;EV	Médio	RURAGRSVE	1	10	Muito Baixo	
16	369	Coronel Barros	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Médio	RURAGRFAM	1	14	Muito Baixo	
16	370	Coronel Bicaco	RS	SJMLOLT	UV;EV;EVEXT	Alto	URBAGRSVE	1	39	Baixo	
16	371	Crisiumal	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Alto	RURAGRSVE	3	68	Baixo	
16	372	Cristal do Sul	RS	SJMLOLT	LJ	Baixo	RURAGRSVE	0	4	Muito Baixo	
16	373	Cruz Alta	RS	SJMLOLT	LJ	Muito Alto	URBOMCVE	22	189	Alto	
16	374	Cruzaltense	RS	SJMLOLT	UV	Baixo		0	0	Muito Baixo	
16	375	Derrubadas	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	RURAGRFAM	0	3	Muito Baixo	
16	376	Dezesseis de Novembro	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Muito Baixo	RURAGRSVE	0	3	Muito Baixo	
16	377	Dois Irmãos das Missões	RS	SJMLOLT	EV;EVEXT	Médio	URBADMVSE	1	7	Muito Baixo	
16	379	Doutor Maurício Cardoso	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	RURAGRFAM	0	17	Muito Baixo	
16	381	Engenho Velho	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Muito Baixo	RURAGRSVE	2	4	Muito Baixo	
16	382	Entre-Ijuis	RS	SJMLOLT	LJ	Alto	RURAGRSVE	6	20	Muito Baixo	
16	383	Entre Rios do Sul	RS	SJMLOLT	UV;EV;EVEXT	Baixo	URBAGRSVE	0	25	Muito Baixo	
16	384	Erechim	RS	SJMLOLT	UV;EV;EVEXT	Médio	URBINDCVE	28	739	Alto	
16	386	Erval Grande	RS	SJMLOLT	LJ;EV	Baixo	RURAGRFAM	1	23	Alto	
16	387	Erval Seco	RS	SJMLOLT	EV;EVEXT	Alto	RURAGRFAM	1	36	Alto	
16	388	Esperança do Sul	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Baixo	RURAGRFAM	2	8	Muito Baixo	
16	389	Eugênio de Castro	RS	SJMLOLT	LJ	Médio	RURAGRSVE	0	9	Muito Baixo	
16	390	Faxinalzinho	RS	SJMLOLT	EV	Baixo	RURAGRSVE	1	11	Muito Baixo	
16	391	Frederico Westphalen	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	URBINDSVE	12	208	Médio	
16	393	Girúá	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Alto	URBOMCVE	7	144	Baixo	
16	394	Gramado dos Loureiros	RS	SJMLOLT	LJ	Baixo	RURAGRSVE	0	2	Muito Baixo	
16	395	Guarani das Missões	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	RURAGRSVE	7	48	Muito Baixo	
16	396	Horizontina	RS	SJMLOLT	LJ	Médio	URBINDSVE	5	78	Baixo	



Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção				
				Principais Produtos	Outros Produtos					
16	398	Humaitá	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EVEXT	Médio	RURAGRFAM	0	27	Muito Baixo
16	399	Ibirubá	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EVEXT	Muito Alto	URBINDSVE	7	123	Baixo
16	400	Ijuí	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Alto	URBINDSVE	13	434	Alto
16	401	Independência	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Alto	RURAGRSVE	2	40	Alto
16	402	Inhacorá	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EVEXT	Baixo	RURAGRSVE	0	18	Muito Baixo
16	403	Iraí	RS	MLOLT	LJ;UV	Médio	URBAGRSVE	0	40	Baixo
16	406	Itaíba do Sul	RS	MLOLT	LJ;EV	Baixo	RURAGRSVE	0	12	Muito Baixo
16	407	Jaboticaba	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EVEXT	Médio	RURAGRSVE	1	12	Muito Baixo
16	408	Jacutinga	RS	SJMLOLT	UV	Médio	RURAGRSVE	3	34	Muito Baixo
16	412	Jóia	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Muito Alto	RURAGRSVE	3	23	Muito Baixo
16	413	Lajeado do Bugre	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EVEXT	Médio	RURAGRSVE	0	0	Muito Baixo
16	415	Liberato Salzano	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EVEXT	Médio	RURAGRFAM	2	12	Muito Baixo
16	418	Mato Queimado	RS	SJMLOLT	LJ	Baixo	RURDIVSVE	0	0	Muito Baixo
16	419	Miraguaí	RS	SJMLOLT	LJ;EV;EVEXT	Muito Baixo	RURAGRSVE	1	11	Muito Baixo
16	421	Nonoai	RS	SJMLOLT	LJ;EV;EVEXT	Médio	URBCOMSVE	4	44	Baixo
16	422	Nova Boa Vista	RS	SJMLOLT	LJ;EV	Baixo	RURAGRSVE	0	18	Muito Baixo
16	423	Nova Candelária	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Baixo	RURAGRFAM	0	7	Muito Baixo
16	425	Nova Ramada	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV	Médio	RURAGRFAM	1	6	Muito Baixo
16	426	Novo Machado	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	RURAGRFAM	1	4	Muito Baixo
16	427	Novo Tiradentes	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EVEXT	Baixo	RURAGRFAM	1	3	Muito Baixo
16	428	Novo Xingu	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Muito Baixo		0	0	Muito Baixo
16	429	Novo Barreiro	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EVEXT	Médio	RURAGRSVE	1	27	Muito Baixo
16	430	Palmeira das Missões	RS	SJMLOLT	EV;EVEXT	Muito Alto	URBINDSVE	14	165	Baixo
16	431	Palmitinho	RS	MLFU	LJ;UV	Baixo	RURAGRFAM	0	43	Muito Baixo
16	432	Panambi	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EVEXT	Alto	URBINDSVE	24	216	Médio

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção				
				Principais Produtos	Outros Produtos					
16	433	Paulo Bento	RS	SJMLOLT	UV;EV;EVEEXT	Baixo	Alto	0	0	Muito Baixo
16	436	Fejuçara	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EVEEXT	Alto	Médio	URBDIVSVE	20	Muito Baixo
16	438	Pinhal	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EVEEXT	Baixo	Alto	RURAGRFAM	13	Muito Baixo
16	439	Pinheirinho do Vale	RS	SJMFLU	LJ	Baixo	Baixo	RURAGRFAM	11	Muito Baixo
16	441	Pirapó	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Muito Baixo	Alto	RURAGRFAM	3	Muito Baixo
16	443	Planalto	RS	MLOLT	LJ;UV	Médio	Baixo	RURAGRSVE	50	Muito Baixo
16	444	Pontão	RS	SJMLOLT	LJ;EV	Alto	Alto	RURAGRSVE	5	Muito Baixo
16	445	Ponte Preta	RS	SJMLOLT	UV;EV	Muito Baixo	Alto	RURAGRSVE	6	Muito Baixo
16	446	Porto Lucena	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Baixo	Alto	RURAGRFAM	21	Muito Baixo
16	447	Porto Mauá	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Muito Baixo	Alto	RURAGRFAM	6	Muito Baixo
16	448	Porto Vera Cruz	RS	SJMLOLT	LJ	Baixo	Alto	RURAGRFAM	1	Muito Baixo
16	449	Porto Xavier	RS	SJMLOLT	LJ	Baixo	Alto	RURCOMSVE	23	Baixo
16	451	Quatro Irmãos	RS	SJMLOLT	UV;EV;EVEEXT	Alto	Alto		0	Muito Baixo
16	452	Redentora	RS	SJMLOLT	LJ;EV;EVEEXT	Médio	Alto	RURAGRFAM	8	Muito Baixo
16	453	Rio dos Índios	RS	SJMLOLT	LJ	Baixo	Alto	RURAGRFAM	4	Muito Baixo
16	455	Rodeio Bonito	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Baixo	Alto	URBINDSVE	33	Muito Baixo
16	456	Rolador	RS	SJMLOLT	LJ	Médio	Alto		0	Muito Baixo
16	457	Ronda Alta	RS	SJMLOLT	LJ;EV	Alto	Alto	RURCOMSVE	50	Baixo
16	458	Rondinha	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Médio	Alto	RURAGRSVE	34	Muito Baixo
16	459	Roque Gonzales	RS	SJMLOLT	LJ	Médio	Médio	RURAGRFAM	20	Muito Baixo
16	461	Sagrada Família	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EVEEXT	Baixo	Alto	RURAGRFAM	1	Muito Baixo
16	462	Saldanha Marinho	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EVEEXT	Médio	Alto		30	Muito Baixo
16	463	Salvador das Missões	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Baixo	Baixo	RURAGRSVE	12	Muito Baixo
16	464	Santa Bárbara do Sul	RS	SJMLOLT	LJ	Muito Alto	Alto	URBCOMSVE	43	Muito Baixo
16	468	Santa Rosa	RS	SJMLOLT	LJ;EV;EVEEXT	Alto	Alto	URBINDSVE	18	Alto

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção		
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção						
				Principais Produtos	Outros Produtos						Valor da Produção	
16	471	Santo Ângelo	RS	SJMLOLT	LJ		Alto	URBDIVSVE	11	304		Alto
16	472	Santo Antônio das Missões	RS	BVSJAR	LJ		Alto	URBDIVSVE	2	20		Muito Baixo
16	473	Santo Augusto	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EEXT		Alto	URBOMSVE	13	80		Baixo
16	474	Santo Cristo	RS	SJMLOLT	LJ		Alto	RURAGRFAM	6	111		Baixo
16	478	São José das Missões	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EEXT		Médio	RURAGRSVE	0	7		Muito Baixo
16	479	São José do Inhacorá	RS	SJMLOLT	LJ;UV		Muito Baixo	RURAGRFAM	0	17		Muito Baixo
16	482	São Luiz Gonzaga	RS	BVSJMLOLT	LJ;UV		Alto	URBDIVSVE	14	100		Baixo
16	483	São Martinho	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EEXT		Médio	RURAGRSVE	3	46		Muito Baixo
16	484	São Miguel das Missões	RS	BVSJMLOLT	LJ		Alto	RURAGRSVE	1	12		Muito Baixo
16	485	São Nicolau	RS	SJMLOLT	LJ		Baixo	URBAGRSVE	0	11		Muito Baixo
16	486	São Paulo das Missões	RS	SJMLOLT	LJ		Médio	RURAGRSVE	4	30		Muito Baixo
16	487	São Pedro das Missões	RS	SJMLOLT	UV;EV;EEXT		Muito Baixo	RURAGRSVE	0	0		Muito Baixo
16	488	São Pedro do Butiá	RS	SJMLOLT	LJ;UV		Baixo	RURAGRFAM	0	19		Muito Baixo
16	490	São Valentim	RS	SJMLOLT	UV		Baixo	RURAGRFAM	0	14		Muito Baixo
16	491	São Valério do Sul	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EEXT		Baixo	RURAGRFAM	1	11		Muito Baixo
16	493	Sarandi	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV		Médio	URBINSVE	5	153		Baixo
16	494	Seberi	RS	SJMLOLT	LJ;EV;EEXT		Médio	RURAGRFAM	7	45		Baixo
16	495	Sede Nova	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EEXT		Baixo	RURAGRSVE	0	15		Muito Baixo
16	496	Senador Salgado Filho	RS	SJMLOLT	LJ;EV;EEXT		Baixo	RURAGRFAM	0	12		Muito Baixo
16	497	Sete de Setembro	RS	SJMLOLT	LJ;UV		Baixo	RURAGRFAM	1	6		Muito Baixo
16	498	Taquaruçu do Sul	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EEXT		Baixo	RURAGRFAM	0	11		Muito Baixo
16	499	Tenente Portela	RS	SJMLOLT	LJ;UV		Médio	URBAGRSVE	0	78		Baixo
16	500	Tiradentes do Sul	RS	SJMLOLT	LJ;UV		Médio	RURAGRFAM	0	12		Muito Baixo
16	501	Três de Maio	RS	SJMLOLT	LJ;UV;EV;EEXT		Alto	URBOMSVE	6	160		Médio
16	502	Três Palmeiras	RS	SJMLOLT	LJ		Baixo	RURAGRSVE	3	21		Muito Baixo

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Grau de Diversificação da Produção	Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Valor da Produção					
				Principais Produtos	Outros Produtos						
16	503	Três Passos	RS	SJMLOLT	LJ,UV	Médio	URBINSVE	16	129	Médio	
16	504	Trindade do Sul	RS	SJMLOLT	UV	Médio	RURAGRFAM	2	20	Muito Baixo	
16	505	Tucunduva	RS	SJMLOLT	LJ,UV	Médio	URBDIVSVE	6	40	Baixo	
16	507	Tuparendi	RS	SJMLOLT	LJ,UV;EV	Médio	URBAGRSVE	2	47	Baixo	
16	509	Ubirelama	RS	SJMLOLT	LJ,UV	Baixo	RURAGRFAM	0	4	Muito Baixo	
16	512	Vicente Dutra	RS	MLOLT	LJ,UV	Médio	RURAGRFAM	0	18	Muito Baixo	
16	514	Vista Alegre	RS	SJMLOLT	LJ,UV	Muito Baixo	RURAGRFAM	1	18	Muito Baixo	
16	515	Vista Gaúcha	RS	SJMLOLT	LJ,UV	Baixo	RURAGRFAM	1	9	Muito Baixo	
16	516	Vitória das Missões	RS	SJMLOLT	LJ	Baixo	RURAGRFAM	0	8	Muito Baixo	
17	320	Aceguá	RS	BVAR	LJ,UV	Médio		0	0	Muito Baixo	
17	323	Alegrete	RS	BVAR	LJ	Muito Alto	URBCOMCVE	41	159	Alto	
17	329	Arroio do Padre	RS	MLFU		Muito Baixo		0	0	Muito Baixo	
17	330	Arroio Grande	RS	BVAR		Muito Alto	URBCOMCVE	38	48	Baixo	
17	332	Bagé	RS	BVAR	LJ,UV	Alto	URBCOMCVE	50	207	Alto	
17	335	Barra do Quaraí	RS	BVAR		Alto	URBCOMCVE	1	4	Muito Baixo	
17	346	Caçapava do Sul	RS	BVAR	LJ	Médio	URBINDCVE	5	116	Baixo	
17	347	Cacequi	RS	BVAR	LJ	Alto	URBCOMCVE	6	36	Muito Baixo	
17	354	Candiota	RS	BVAR	LJ,UV	Muito Baixo	RURINDCVE	2	13	Baixo	
17	355	Canguçu	RS	MLFU	LJ	Muito Alto	RURAGRSVE	16	106	Baixo	
17	356	Capão do Cipó	RS	SJMLOLT	LJ	Alto		0	0	Muito Baixo	
17	357	Capão do Leão	RS	BVAR	LJ	Alto	URBINDCVE	11	30	Baixo	
17	360	Cerrito	RS	MLOLT		Baixo	URBCOMSVE	1	58	Muito Baixo	
17	365	Chuí	RS	AR		Baixo	URBCOMSVE	0	10	Baixo	
17	378	Dom Pedrito	RS	BVAR	UV	Muito Alto	URBCOMCVE	22	84	Baixo	
17	380	Encruzilhada do Sul	RS	SV	LJ	Alto	URBDIVSVE	40	73	Baixo	

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura			Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Grau de Diversificação da Produção				
				Principais Produtos	Outros Produtos					
17	385	Herval	RS	BVAR	LJ	Muito Baixo	URBDIVSVE	8	3	Alto
17	392	Garruchos	RS	BVSJAR	LJ	Médio	RURDIVSVE	0	6	Muito Baixo
17	397	Huilha Negra	RS	BVAR	LJ;UV	Baixo	RURINDSVE	0	6	Muito Baixo
17	404	Itacurubi	RS	BVSJAR	LJ	Baixo	RURDIVSVE	1	2	Muito Baixo
17	405	Itaqui	RS	BVAR	LJ	Muito Alto	URBCOMCVE	16	64	Médio
17	409	Jaguarão	RS	BVAR	LJ	Alto	URBCOMCVE	9	52	Médio
17	410	Jaguari	RS	BVAR	LJ;UV	Médio	RURAGRSVE	4	64	Baixo
17	411	Jari	RS	BVSJMLOLT	LJ;UV;EVE;EEXT	Médio	RURAGRSVE	0	4	Muito Baixo
17	414	Lavras do Sul	RS	BVAR	LJ	Muito Baixo	URBSERV CVE	3	11	Muito Baixo
17	416	Maçambará	RS	BVSJAR	LJ	Alto	RURAGRCVE	2	3	Muito Baixo
17	417	Manoel Viana	RS	BVSJAR	LJ	Médio	URBDIVSVE	3	20	Muito Baixo
17	420	Morro Redondo	RS	MLOLT		Muito Baixo	RURINDSVE	1	38	Muito Baixo
17	424	Nova Esperança do Sul	RS	SJMLOLT	LJ;UV	Baixo	URBINDSVE	0	41	Muito Baixo
17	434	Pedras Altas	RS	BVAR	LJ	Muito Baixo	URBINDSVE	0	0	Muito Baixo
17	435	Pedro Osório	RS	BVAR		Baixo	URBDIVCVE	5	23	Muito Baixo
17	437	Pelotas	RS	BVOLT		Muito Alto	URBDIVSVE	79	1102	Muito Baixo
17	440	Pinheiro Machado	RS	BVAR	LJ	Muito Baixo	URBAGRSVE	1	17	Baixo
17	442	Piratini	RS	BVSJAR		Médio	URBAGRSVE	15	43	Baixo
17	450	Quarai	RS	BVAR	LJ	Alto	URBCOMCVE	22	54	Baixo
17	454	Rio Grande	RS	BVAR	UV	Alto	URBDIVCVE	17	337	Alto
17	460	Rosário do Sul	RS	BVSJAR	LJ;UV	Alto	URBCOMSVE	26	95	Baixo
17	465	Santa Margarida do Sul	RS	BVSJAR		Médio		0	0	Muito Baixo
17	466	Santana da Boa Vista	RS	BVAR	LJ	Muito Baixo	RURAGRFAM	2	23	Muito Baixo
17	467	Santana do Livramento	RS	BVAR	UV	Alto	URBCOMCVE	35	167	Alto
17	469	Santa Vitória do Palmar	RS	BVAR	LJ;UV	Muito Alto	URBSERV CVE	29	45	Baixo



Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Produção Agrícola, Extrativa e da Silvicultura				Mercado de Trabalho	Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Silvicultura (Nº de Empresas)	Indústrias de Transformação (Nº de Empresas)	Serviços à Produção
				Base Produtiva		Valor da Produção	Grau de Diversificação da Produção				
				Principais Produtos	Outros Produtos						
17	470	Santiago	RS	BVSJMLOLT	LJ;UV	Médio	Médio	URBCOMSVE	14	226	Alto
17	475	São Borja	RS	BVSJAR	LJ	Muito Alto	Alto	URBCOMCVE	28	157	Alto
17	476	São Francisco de Assis	RS	BVSJAR	LJ	Alto	Alto	URBDIVSVE	8	39	Muito Baixo
17	477	São Gabriel	RS	BVSJAR	LJ	Muito Alto	Médio	URBCOMSVE	26	110	Médio
17	480	São José do Norte	RS	OLT		Médio	Médio	URBAGRSVE	8	31	Baixo
17	481	São Lourenço do Sul	RS	BVOLT	LJ	Muito Alto	Alto	RURAGRSVE	7	131	Médio
17	489	São Sepé	RS	BVAR	LJ	Alto	Médio	URBCOMSVE	9	59	Baixo
17	492	São Vicente do Sul	RS	BVAR	LJ	Médio	Médio	URBDIVSVE	7	34	Muito Baixo
17	506	Tupanciretã	RS	BVSJMLOLT	LJ	Muito Alto	Alto	URBCOMSVE	4	60	Baixo
17	508	Turuçu	RS	OLT	LJ	Baixo	Baixo	RURAGRFAM	1	5	Muito Baixo
17	510	Unistalda	RS	BVSJMLOLT	LJ	Muito Baixo	Alto	RURAGRSVE	0	2	Muito Baixo
17	511	Unguaiana	RS	BVAR	LJ;UV	Muito Alto	Médio	URBCOMCVE	85	204	Alto
17	513	Vila Nova do Sul	RS	BVSJAR	LJ	Muito Baixo	Alto	RURDIVSVE	3	14	Muito Baixo

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
	1	Nhamundá	AM	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	1	Urucará	AM	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa - Afluxo	Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	1	Caroobe	RR	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa	Alto		Baixa	Muito Baixo
	1	São João da Baliza	RR	Baixa	Baixa	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	1	São Luiz	RR	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
	1	Alenquer	PA	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	1	Almeirim	PA	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta - Vegetativo	Muito Alto	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	1	Faro	PA	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	1	Óbidos	PA	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	1	Oriximiná	PA	Muito Baixa	Média	Alta	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	1	Serra do Navio	AP	Muito Baixa	Baixa	Média	Média - Afluxo	Alto	Baixo	Baixa	Inexistente
	1	Amapá	AP	Muito Baixa	Baixa	Baixa	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	1	Pedra Branca do Amapari	AP	Muito Baixa	Muito Baixa	Alta	Baixa - Afluxo	Muito Alto	Baixo	Baixa	Inexistente
	1	Calçoene	AP	Muito Baixa	Baixa	Baixa	Baixa - Afluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Inexistente
	1	Ferreira Gomes	AP	Muito Baixa	Baixa	Média	Média - Afluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Baixo
	1	Laranjal do Jari	AP	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	1	Oiapoque	AP	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Afluxo	Médio-Alto	Baixo	Média	Baixo
	1	Pracuúba	AP	Muito Baixa	Baixa	Baixa	Baixa - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	2	Boa Vista	RR	Alta	Alta	Muito Alta	Baixa - Afluxo	Médio	Alto	Baixa	Baixo
	2	Bonfim	RR	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Média	Médio
	2	Cantá	RR	Muito Baixa	Baixa	Alta	Baixa	Médio		Baixa	Baixo
	2	Caracará	RR	Baixa	Baixa	Alta	Baixa - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	2	Mucajai	RR	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	2	Normandia	RR	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Baixa - Refluxo	Muito Alto	Baixo	Alta	Médio
	2	Pacaraima	RR	Baixa	Baixa	Alta	Baixa	Muito Alto		Média	Médio

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
	2	Rorainópolis	RR	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Alto		Baixa	Muito Baixo
	2	Uiramutã	RR	Muito Baixa	Muito Baixa	Baixa	Média	Muito Alto		Muito Alta	Médio
	3	Barcelos	AM	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Baixa - Afluxo	Muito Alto	Baixo	Média	Baixo
	3	Japurá	AM		Muito Baixa	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	3	Santa Isabel do Rio Negro	AM	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Baixa - Refluxo	Muito Alto	Baixo	Média	Médio
	3	São Gabriel da Cachoeira	AM	Muito Baixa	Baixa	Alta	Baixa - Afluxo	Muito Alto	Baixo	Muito Alta	Médio
	3	Amajari	RR	Muito Baixa	Muito Baixa	Alta	Média	Alto		Média	Médio
	3	Alto Alegre	RR	Muito Baixa	Baixa	Média	Média - Afluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	3	Iracema	RR	Muito Baixa	Média	Alta	Baixa	Médio		Baixa	Muito Baixo
	4	Amatúrá	AM	Muito Baixa	Baixa	Baixa	Baixa - Afluxo	Muito Alto	Baixo	Baixa	Médio
	4	Atalaia do Norte	AM	Muito Baixa	Muito Baixa	Baixa	Baixa - Afluxo Urbano	Alto	Baixo	Média	Médio
	4	Benjamin Constant	AM	Muito Baixa	Média	Alta	Média - Afluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Alto
	4	Juruaí	AM	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Baixa - Afluxo	Alto	Baixo	Baixa	Médio
	4	Santo Antônio do Itá	AM	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Baixa - Afluxo	Muito Alto	Baixo	Baixa	Alto
	4	São Paulo de Olivença	AM	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Baixa - Afluxo	Alto	Baixo	Média	Alto
	4	Tabatinga	AM	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa - Afluxo	Muito Alto	Baixo	Baixa	Alto
	4	Tonantins	AM	Muito Baixa	Muito Baixa	Baixa	Baixa - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Alto
	5	Cruzeiro do Sul	AC	Baixa	Baixa	Muito Alta	Alta - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	5	Feijó	AC	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Baixa - Afluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	5	Jordão	AC	Muito Baixa	Muito Baixa	Baixa	Baixa - Afluxo Urbano	Muito Alto	Baixo	Baixa	Inexistente
	5	Máncio Lima	AC	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Alto	Baixo	Baixa	Médio
	5	Manoel Urbano	AC	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Média - Afluxo	Alto	Baixo	Baixa	Inexistente
	5	Marechal Thaumaturgo	AC	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Muito Alto	Baixo	Baixa	Médio
	5	Porto Walter	AC	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Alta - Vegetativo	Baixo	Baixo	Baixa	Alto
	5	Rodrigues Alves	AC	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Média - Afluxo Urbano	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Médio

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
	5 44	Santa Rosa do Purus	AC	Muito Baixa	Muito Baixa	Baixa	Baixa - Afluxo	Médio	Baixo	Média	Alto
	5 47	Tarauacá	AC	Muito Baixa	Muito Baixa	Alta	Baixa - Afluxo Urbano	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Inexistente
	5 56	Envira	AM	Muito Baixa	Muito Baixa	Alta	Média - Afluxo Urbano	Muito Alto	Baixo	Baixa	Inexistente
	5 57	Guajará	AM	Muito Baixa	Muito Baixa	Alta	Baixa - Afluxo Urbano	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Inexistente
	5 58	Ipixuna	AM	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Baixa - Afluxo	Muito Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	6 28	Acrelândia	AC	Muito Baixa	Baixa	Média	Média - Afluxo Urbano	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	6 29	Assis Brasil	AC	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	6 30	Brasileia	AC	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	6 31	Bujari	AC	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Média - Afluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	6 32	Capixaba	AC	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Baixa - Afluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Baixo
	6 34	Eplaciolândia	AC		Média	Média	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	6 40	Plácido de Castro	AC	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	6 42	Rio Branco	AC	Alta	Alta	Muito Alta	Média - Afluxo	Médio-Alto	Alto	Baixa	Baixo
	6 45	Senador Guimard	AC	Muito Baixa	Média	Média	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	6 46	Sena Madureira	AC	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Média - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	6 48	Xapuri	AC	Muito Baixa	Média	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	6 49	Porto Acre	AC	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	6 54	Boca do Acre	AM	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	6 55	Canutama	AM	Muito Baixa	Muito Baixa	Baixa	Média - Refluxo	Muito Alto	Baixo	Baixa	Inexistente
	6 61	Lábrea	AM	Muito Baixa	Muito Baixa	Baixa	Baixa - Refluxo	Alto	Baixo	Baixa	Inexistente
	6 63	Paulini	AM	Muito Baixa	Muito Baixa	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Muito Alto	Baixo	Baixa	Médio
	7 7	Guajará-Mirim	RO	Baixa	Alta	Média	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	7 10	Porto Velho	RO	Alta	Alta	Muito Alta	Média - Afluxo	Médio	Alto	Baixa	Muito Baixo
	7 15	Nova Mamoré	RO	Muito Baixa	Baixa	Alta	Baixa - Afluxo	Alto	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	7 18	Buritis	RO	Muito Baixa	Média	Média	Média	Médio-Alto		Baixa	Muito Baixo

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes/ Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
	7	20	RO	Muito Baixa	Média	Baixa	Baixa - Refluxo	Alto	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	8	1	RO	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	8	2	RO	Muito Baixa	Média	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	8	3	RO	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	8	5	RO	Muito Baixa	Baixa	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	8	6	RO	Muito Baixa	Média	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	8	8	RO	Baixa	Média	Baixa	Média - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	8	11	RO	Baixa	Média	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	8	14	RO	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	8	16	RO	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta - Vegetativo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	8	17	RO	Muito Baixa	Baixa	Baixa	Média	Baixo		Baixa	Inexistente
	8	19	RO	Muito Baixa	Média	Baixa	Média - Afluxo	Médio-Alto		Inexistente	Muito Baixo
	8	23	RO	Muito Baixa	Baixa	Média	Média	Baixo		Baixa	Baixo
	8	26	RO	Muito Baixa	Alta	Baixa	Média	Baixo		Baixa	Muito Baixo
	8	27	RO	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	9	4	RO	Média	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	9	9	RO	Média	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	9	12	RO	Muito Baixa	Baixa	Baixa	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	9	13	RO	Média	Alta	Alta	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	9	21	RO	Muito Baixa	Média	Média	Média	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	9	22	RO	Muito Baixa	Baixa	Baixa	Alta	Médio-Alto		Baixa	Inexistente
	9	24	RO	Muito Baixa	Média	Baixa	Alta	Baixo		Inexistente	Muito Baixo
	9	25	RO		Média	Média	Alta	Médio		Baixa	Muito Baixo
	9	565	MT	Muito Baixa	Média	Baixa	Média	Alto		Inexistente	Muito Baixo
	9	566	MT	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Afluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Muito Baixo



Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
	9	Conquista D'Oeste	MT	Muito Baixa	Média	Média					
	9	Nova Lacerda	MT	Muito Baixa	Média	Média	Baixa	Muito Alto		Baixa	Baixo
	9	Sapezal	MT	Muito Baixa	Média	Média		Baixo		Baixa	Muito Baixo
	9	Tangará da Serra	MT	Média	Alta	Muito Alta	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	10	Araputanga	MT	Baixa	Média	Média	Média - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	10	Barra do Bugres	MT	Baixa	Média	Média	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	10	Curvelândia	MT		Média	Média					
	10	Figueirópolis D'Oeste	MT	Muito Baixa	Média	Baixa	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	10	Glória D'Oeste	MT	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Inexistente
	10	Indiaval	MT	Muito Baixa	Média	Média	Média - Vegetativo	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
	10	Jauru	MT	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
	10	Lambari D'Oeste	MT	Muito Baixa	Média	Baixa	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
	10	Vila Bela da S. Trindade	MT	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	10	Mirassol d'Oeste	MT	Baixa	Baixa	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
	10	Pontes e Lacerda	MT	Baixa	Baixa	Média	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	10	Porto Espondião	MT	Muito Baixa	Média	Média	Média - Afluxo Urbano	Médio-Alto	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
	10	Porto Estrela	MT	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Baixa	Inexistente
	10	São José dos Quatro Marcos	MT	Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	10	Reserva do Cabaçal	MT	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Inexistente
	10	Rio Branco	MT	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	10	Salto do Céu	MT	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	10	Vale de São Domingos	MT	Muito Baixa		Baixa					
	11	Anastácio	MS	Muito Baixa	Alta	Média	Alta - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	11	Aquidauana	MS	Média	Alta	Alta	Alta - Vegetativo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	11	Corumbá	MS	Alta	Alta	Muito Alta	Média - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Médio

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
11	544	Ladário	MS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
11	547	Miranda	MS	Baixa	Média	Média	Alta - Afluxo	Muito Alto	Baixo	Média	Médio
11	554	Porto Murtinho	MS	Muito Baixa	Média	Alta	Baixa - Afluxo Urbano	Muito Alto	Baixo	Baixa	Alto
11	562	Barão de Melgaço	MT	Muito Baixa	Baixa	Baixa	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
11	564	Cáceres	MT	Média	Média	Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Baixo
11	576	N. Sra. do Livramento	MT	Muito Baixa	Média	Média	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
11	578	Poconé	MT	Baixa	Média	Média	Média - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
12	522	Bela Vista	MS	Muito Baixa	Alta	Alta	Alta - Vegetativo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Médio
12	523	Bodoquena	MS	Muito Baixa	Média	Média	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
12	524	Bonito	MS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
12	526	Caracol	MS	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Inexistente	Médio
12	536	Guia Lopes da Laguna	MS	Baixa	Média	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Médio
12	541	Jardim	MS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
12	550	Nioaque	MS	Muito Baixa	Média	Média	Média - Afluxo	Muito Alto	Baixo	Baixa	Baixo
13	525	Caarapó	MS	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
13	529	Deodápolis	MS	Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
13	530	Dois Irmãos do Buriti	MS	Muito Baixa	Média	Média	Alta - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
13	531	Douradina	MS	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
13	532	Dourados	MS	Alta	Alta	Muito Alta	Média - Afluxo	Médio	Alto	Baixa	Baixo
13	534	Fátima do Sul	MS	Média	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
13	535	Glória de Dourados	MS	Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
13	538	Itaporã	MS	Baixa	Média	Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
13	542	Jateí	MS	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
13	545	Laguna Carapá	MS	Muito Baixa	Média	Média	Alta - Vegetativo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
13	546	Maracaju	MS	Muito Baixa	Média	Alta	Média - Afluxo	Médio	Alto	Baixa	Baixo

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
	13 551	Novo Horizonte do Sul	MS	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Muito Alto	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	13 555	Rio Brilhante	MS	Muito Baixa	Baixa	Alta	Média - Vegetativo	Muito Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	13 557	Sidrolândia	MS	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Afluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	13 559	Taquarussu	MS	Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	13 560	Vicentina	MS	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	14 517	Amambai	MS	Média	Média	Alta	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	14 519	Antônio João	MS	Muito Baixa	Média	Média	Média - Afluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Médio
	14 521	Aral Moreira	MS	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	14 527	Coronel Sapucaia	MS	Muito Baixa	Baixa	Alta	Baixa - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	14 533	Eldorado	MS	Baixa	Média	Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	14 537	Iguatemi	MS	Baixa	Média	Alta	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	14 539	Itaquiraí	MS	Muito Baixa	Média	Alta	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Baixo
	14 540	Japorã	MS	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Afluxo	Médio	Baixo	Média	Médio
	14 543	Juti	MS	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	14 548	Mundo Novo	MS	Baixa	Média	Alta	Baixa - Refluxo	Muito Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	14 549	Naviraí	MS	Média	Média	Muito Alta	Média - Afluxo	Muito Alto	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	14 552	Paranhos	MS	Muito Baixa	Média	Alta	Média - Vegetativo	Muito Alto	Baixo	Baixa	Médio
	14 553	Ponta Porã	MS	Média	Alta	Alta	Alta - Vegetativo	Muito Alto	Alto	Baixa	Médio
	14 556	Sete Quedas	MS	Muito Baixa	Média	Alta	Baixa - Refluxo	Muito Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	14 558	Tacuru	MS	Muito Baixa	Baixa	Média	Média - Afluxo	Baixo	Baixo	Média	Baixo
	15 100	Altônia	PR	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
	15 115	Cafezal do Sul	PR	Muito Baixa	Média	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Baixo
	15 125	Cidade Gaúcha	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Afluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	15 131	Cruzeiro do Oeste	PR	Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	15 135	Douradina	PR	Baixa	Alta	Média	Alta - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
	15 137	Esperança Nova	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Média	Baixo	Baixo	Inexistente	Baixo
	15 146	Guaíra	PR	Baixa	Alta	Muito Alta	Alta - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	15 150	Icaraima	PR	Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	15 156	Ivaté	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Vegetativo	Baixo	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	15 166	Maria Helena	PR	Muito Baixa	Média	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
	15 179	Nova Olímpia	PR	Baixa	Média	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	15 187	Perobal	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Média	Baixo		Baixa	Baixo
	15 188	Pérola	PR	Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	15 197	Querência do Norte	PR	Baixa	Média	Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	15 203	Rondon	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Baixo
	15 206	Santa Cruz de Monte Castelo	PR	Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Baixo
	15 208	Santa Isabel do Ivaí	PR	Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	15 211	Santa Mônica	PR	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Baixa	Médio
	15 217	São Jorge do Patrocínio	PR	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
	15 224	Tapejara	PR	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
	15 225	Tapira	PR	Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	15 232	Umuarama	PR	Alta	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Alto	Baixa	Baixo
	15 235	Vila Alta	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	15 237	Xambê	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
	16 99	Altamira do Paraná	PR	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
	16 101	Alto Piquiri	PR	Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 102	Ampère	PR	Baixa	Alta	Alta	Média - Afluxo Urbano	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 103	Anahy	PR	Baixa	Média	Média	Alta - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
	16 104	Assis Chateaubriand	PR	Média	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio-Alto	Alto	Baixa	Baixo
	16 105	Barracão	PR	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
	16 106	Bela Vista da Caroba	PR		Alta	Média	Média	Baixo	Baixo	Baixa	Inexistente
	16 107	Boa Esperança	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 108	Boa Esperança do Iguaçu	PR	Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 109	Boa Vista da Aparecida	PR	Baixa	Média	Alta	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	16 110	Bom Jesus do Sul	PR	Muito Baixa	Média	Média	Média	Médio		Inexistente	Inexistente
	16 111	Bom Sucesso do Sul	PR	Baixa	Alta	Média	Alta - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 112	Braganey	PR	Baixa	Baixa	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	16 113	Brasiliândia do Sul	PR	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	16 114	Cafelândia	PR	Baixa	Alta	Média	Média - Afluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
	16 116	Campina da Lagoa	PR	Baixa	Média	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 117	Campo Bonito	PR	Baixa	Baixa	Alta	Média - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
	16 118	Candói	PR	Baixa	Média	Média	Média - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	16 119	Capanea	PR	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
	16 120	Capitão Leônidas Marques	PR	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 121	Cascavel	PR	Alta	Alta	Muito Alta	Média - Afluxo	Médio	Alto	Baixa	Baixo
	16 122	Catanduvas	PR	Baixa	Média	Alta	Média - Afluxo Urbano	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	16 123	Céu Azul	PR	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 124	Chopinzinho	PR	Média	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 126	Civelândia	PR	Baixa	Média	Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 127	Corbélia	PR	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
	16 128	Coronel Domingos Soares	PR	Muito Baixa	Baixa	Alta	Média	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 129	Coronel Vivida	PR	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 130	Cruzeiro do Iguaçu	PR	Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 132	Diamante do Sul	PR	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta - Vegetativo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	16 133	Diamante D'Oeste	PR	Muito Baixa	Média	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo



Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
16	134	Dois Vizinhos	PR	Média	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	136	Enéas Marques	PR	Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	138	Entre Rios do Oeste	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
16	139	Espigão Alto do Iguaçu	PR	Muito Baixa	Baixa	Média	Média	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	140	Flor da Serra do Sul	PR	Muito Baixa	Média	Média	Média - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	141	Formosa do Oeste	PR	Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
16	142	Foz do Iguaçu	PR	Alta	Alta	Muito Alta	Média - Afluxo	Médio	Alto	Baixa	Médio
16	143	Francisco Alves	PR	Muito Baixa	Média	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
16	144	Francisco Beltrão	PR	Média	Alta	Muito Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Muito Baixo
16	145	Goioerê	PR	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	147	Guaraniaçu	PR	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	148	Honório Serpa	PR	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
16	149	Ibema	PR	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
16	151	Igatu	PR	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	152	Iporã	PR	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	153	Iracema do Oeste	PR	Baixa	Baixa	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Baixo
16	154	Itaipulândia	PR	Baixa	Alta	Alta	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	155	Itapejara d'Oeste	PR	Baixa	Alta	Média	Média - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
16	157	Jamópolis	PR	Muito Baixa	Média	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	158	Jesuítas	PR	Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	159	Juranda	PR	Baixa	Alta	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	160	Laranjal	PR	Muito Baixa	Baixa	Baixa	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	161	Laranjeiras do Sul	PR	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	162	Lindoeste	PR	Muito Baixa	Baixa	Alta	Baixa - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	163	Manfrinópolis	PR	Muito Baixa	Baixa	Alta	Média	Médio	Inexistente	Inexistente	Inexistente

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
	16 164	Mangueirinha	PR	Baixa	Baixa	Alta	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Inexistente
	16 165	Marechal Cândido Rondon	PR	Média	Alta	Muito Alta	Média - Refluxo	Médio	Alto	Baixa	Baixo
	16 167	Mariluz	PR	Muito Baixa	Média	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	16 168	Mariópolis	PR	Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	16 169	Maripá	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Baixo
	16 170	Marmeleiro	PR	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 171	Mateiândia	PR	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	16 172	Medianeira	PR	Média	Alta	Alta	Média - Vegetativo	Baixo	Alto	Baixa	Baixo
	16 173	Mercedes	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
	16 174	Missal	PR	Baixa	Alta	Alta	Média - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	16 175	Moreira Sales	PR	Muito Baixa	Média	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 176	Nova Aurora	PR	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	16 177	Nova Esperança do Sudoeste	PR	Muito Baixa	Média	Média	Média - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 178	Nova Laranjeiras	PR	Muito Baixa	Baixa	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	16 180	Nova Santa Rosa	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Vegetativo	Baixo	Baixo	Inexistente	Baixo
	16 181	Nova Prata do Iguaçu	PR	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Alto	Inexistente	Muito Baixo
	16 182	Ouro Verde do Oeste	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Baixo
	16 183	Palmas	PR	Média	Alta	Muito Alta	Média - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 184	Palotina	PR	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	16 185	Pato Bragado	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
	16 186	Pato Branco	PR	Média	Alta	Alta	Média - Afluxo	Médio	Alto	Baixa	Muito Baixo
	16 189	Pérola d'Oeste	PR	Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Baixo
	16 190	Pinhal de São Bento	PR	Muito Baixa	Baixa	Alta	Média - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Inexistente
	16 191	Planalto	PR	Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 192	Porto Barreiro	PR	Muito Baixa	Média	Média	Média	Médio		Baixa	Baixo

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
16	193	Pranchita	PR	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
16	194	Quarto Centenário	PR	Muito Baixa	Média	Média	Média	Médio		Baixa	Inexistente
16	195	Quatro Pontes	PR	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	196	Quedas do Iguaçu	PR	Média	Média	Média	Média - Refluxo	Médio-Alto	Alto	Inexistente	Muito Baixo
16	198	Ramilândia	PR	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta - Afluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
16	199	Rancho Alegre D'Oeste	PR	Muito Baixa	Média	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
16	200	Realeza	PR	Média	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	201	Renascença	PR	Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	202	Rio Bonito do Iguaçu	PR	Baixa	Média	Alta	Baixa - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	204	Salgado Filho	PR	Muito Baixa	Baixa	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
16	205	Salto do Lontra	PR	Baixa	Média	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	207	Santa Helena	PR	Baixa	Alta	Alta	Média - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	209	Santa Izabel do Oeste	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	210	Santa Lúcia	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	212	Santa Tereza do Oeste	PR	Baixa	Média	Média	Baixa - Afluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	213	Santa Terezinha de Itaipu	PR	Baixa	Alta	Média	Baixa - Afluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Baixo
16	214	Santo Antônio do Sudoeste	PR	Baixa	Média	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	215	São João	PR	Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	216	São Jorge d'Oeste	PR	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	218	São José das Palmeiras	PR	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
16	219	São Miguel do Iguaçu	PR	Média	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
16	220	São Pedro do Iguaçu	PR	Baixa	Média	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Inexistente	Baixo
16	221	Saudade do Iguaçu	PR	Baixa	Alta	Média	Alta - Afluxo	Médio-Alto		Baixa	Muito Baixo
16	222	Serranópolis do Iguaçu	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Média	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	223	Sulina	PR	Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
	16 226	Terra Roxa	PR	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
	16 227	Toledo	PR	Alta	Alta	Muito Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Baixo
	16 228	Três Barras do Paraná	PR	Baixa	Média	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 229	Tuneiras do Oeste	PR	Baixa	Média	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Baixo
	16 230	Tupãssi	PR	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 231	Ubiratã	PR	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 233	Vera Cruz do Oeste	PR	Baixa	Média	Média	Média - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	16 234	Verê	PR	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 236	Vitorino	PR	Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 238	Abelardo Luz	SC	Muito Baixa	Baixa	Alta	Baixa - Refluxo	Muito Alto	Baixo	Baixa	Muito Baixo
	16 239	Águas de Chapecó	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 240	Águas Frias	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	16 241	Anchieta	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
	16 242	Arabitã	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 243	Arvoredo	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	16 244	Bandeirante	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Média	Médio-Alto		Inexistente	Inexistente
	16 245	Barra Bonita	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Média	Baixo		Inexistente	Inexistente
	16 246	Belmonte	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 247	Bom Jesus	SC	Muito Baixa	Média	Alta	Média	Médio		Inexistente	Inexistente
	16 248	Bom Jesus do Oeste	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Média	Baixo		Inexistente	Inexistente
	16 249	Caibi	SC	Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 250	Campo Erê	SC	Baixa	Média	Muito Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 251	Caxambu do Sul	SC	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
	16 252	Chapecó	SC	Alta	Alta	Muito Alta	Média - Afluxo	Médio	Alto	Baixa	Muito Baixo
	16 253	Concórdia	SC	Alta	Alta	Muito Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo

## Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
16	254	Cordilheira Alta	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
16	255	Coronel Freitas	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	256	Coronel Martins	SC	Muito Baixa	Média	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	257	Cunha Porã	SC	Baixa	Alta	Alta	Alta - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
16	258	Cunhatal	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Média	Baixo		Inexistente	Inexistente
16	259	Descanso	SC	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	260	Dionísio Cerqueira	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	261	Entre Rios	SC	Muito Baixa	Muito Baixa	Alta	Média	Médio-Alto		Baixa	Inexistente
16	262	Faxinal dos Guedes	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
16	263	Flor do Sertão	SC	Muito Baixa	Média	Média	Média	Médio		Baixa	Muito Baixo
16	264	Formosa do Sul	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Alto	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	265	Galvão	SC	Muito Baixa	Alta	Muito Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Baixo
16	266	Guaraciaba	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	267	Guarujá do Sul	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	268	Guatambú	SC	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Baixa	Inexistente
16	269	Iporã do Oeste	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
16	270	Ipuaçú	SC	Muito Baixa	Baixa	Alta	Média - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Média	Inexistente
16	271	Ipumirim	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	272	Iraceminha	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	273	Irati	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Médio
16	274	Itá	SC	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
16	275	Itapiranga	SC	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
16	276	Jardinópolis	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Alta - Vegetativo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	277	Jupiá	SC	Muito Baixa	Média	Alta	Média	Alto		Inexistente	Inexistente
16	278	Lajeado Grande	SC	Baixa	Alta	Média	Média - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Baixa	Inexistente



Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
	16 279	Maravilha	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Inexistente
	16 280	Marema	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
	16 281	Modelo	SC	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 282	Mondai	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Baixo
	16 283	Nova Erechim	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 284	Nova Itaberaba	SC	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 285	Novo Horizonte	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	16 286	Ouro Verde	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
	16 287	Paial	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Média	Baixo		Inexistente	Inexistente
	16 288	Palma Sola	SC	Muito Baixa	Média	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	16 289	Palmitos	SC	Baixa	Alta	Alta	Alta - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
	16 290	Paraíso	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Baixo
	16 291	Pinhalzinho	SC	Baixa	Alta	Alta	Média - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	16 292	Planalto Alegre	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Baixo
	16 293	Princesa	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Média	Médio	Baixo	Inexistente	Baixo
	16 294	Quilombo	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio-Alto		Baixa	Muito Baixo
	16 295	Riqueza	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Baixo
	16 296	Romelândia	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 297	Saltinho	SC	Muito Baixa	Baixa	Média	Média	Médio-Alto	Baixo	Inexistente	Baixo
	16 298	Santa Helena	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Baixo		Inexistente	Inexistente
	16 299	Santa Terezinha do Progresso	SC	Muito Baixa	Baixa	Média	Média	Médio	Baixo	Baixo	Muito Baixo
	16 300	Santiago do Sul	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Média	Médio-Alto		Inexistente	Inexistente
	16 301	São Bernardino	SC	Muito Baixa	Média	Média	Média	Médio-Alto		Inexistente	Muito Baixo
	16 302	São Carlos	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
	16 303	São Domingos	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Inexistente

## Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
16	304	São João do Oeste	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	305	São José do Cedro	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	306	São Lourenço do Oeste	SC	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
16	307	São Miguel da Boa Vista	SC	Muito Baixa	Média	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
16	308	São Miguel do Oeste	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	309	Saudades	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	310	Seara	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	311	Serra Alta	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	312	Sul Brasil	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	313	Tigrinhos	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Muito Baixo
16	314	Tunápolis	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Média	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	315	União do Oeste	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	316	Vargeão	SC	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Afluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	317	Xanxerê	SC	Baixa	Alta	Alta	Alta - Refluxo	Médio	Alto	Baixa	Muito Baixo
16	318	Xavantina	SC	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	319	Xaxim	SC	Média	Alta	Alta	Média - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Muito Baixo
16	321	Ajuricaba	RS	Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Médio
16	322	Alecrim	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Médio
16	324	Alegria	RS	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	325	Almirante Tamandaré do Sul	RS	Muito Baixa	Baixa	Baixa					
16	326	Alpestre	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	327	Ametista do Sul	RS	Muito Baixa	Média	Alta	Média - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Inexistente	Baixo
16	328	Aratiba	RS	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
16	331	Augusto Pestana	RS	Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	333	Barão de Cotegipe	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Baixo

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
	16 334	Barra do Guarita	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Médio
	16 336	Barra do Rio Azul	RS		Alta	Média	Alta - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	16 337	Barra Funda	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 338	Benjamin Constant do Sul	RS		Média	Baixa	Média	Médio		Média	Médio
	16 339	Boa Vista das Missões	RS		Alta	Média	Alta - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	16 340	Boa Vista do Buricá	RS	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	16 341	Boa Vista do Cadeado	RS		Média	Alta					
	16 342	Bom Progresso	RS	Muito Baixa	Média	Média	Média - Vegetativo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 343	Bossoroca	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Médio
	16 344	Bozano	RS		Média	Baixa					
	16 345	Braga	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Médio
	16 348	Caibaté	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	16 349	Caçara	RS	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Médio
	16 350	Campina das Missões	RS	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Alto
	16 351	Campinas do Sul	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Baixo
	16 352	Campo Novo	RS	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	16 353	Cândido Godói	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Alta - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Alto
	16 358	Carazinho	RS	Média	Alta	Muito Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Médio
	16 359	Catupe	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	16 361	Cerro Grande	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 362	Cerro Largo	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	16 363	Chapada	RS	Baixa	Alta	Muito Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 364	Chiapetta	RS		Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 366	Condor	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Vegetativo	Médio	Baixo	Inexistente	Baixo
	16 367	Constantina	RS	Muito Baixa	Média	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Inexistente

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
16	368	Coqueiros do Sul	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	369	Coronel Barros	RS		Alta	Média	Média - Vegetativo	Baixo	Baixo	Inexistente	Médio
16	370	Coronel Bicaco	RS	Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
16	371	Crissiumal	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Médio
16	372	Cristal do Sul	RS		Alta	Média	Alta	Médio		Baixa	Inexistente
16	373	Cruz Alta	RS	Média	Alta	Muito Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Médio
16	374	Cruzaltense	RS		Média	Baixa					
16	375	Derrubadas	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Médio
16	376	Dezesseis de Novembro	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Alto
16	377	Dois Irmãos das Missões	RS	Muito Baixa	Média	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
16	379	Doutor Maurício Cardoso	RS	Muito Baixa	Alta	Muito Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Alto
16	381	Engenho Velho	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Inexistente
16	382	Entre-Ijuís	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	383	Entre Rios do Sul	RS	Muito Baixa	Média	Média	Média - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	384	Erechim	RS	Alta	Alta	Muito Alta	Média - Afluxo	Médio	Alto	Baixa	Baixo
16	386	Erval Grande	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Baixo
16	387	Erval Seco	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
16	388	Esperança do Sul	RS	Muito Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixo		Inexistente	Médio
16	389	Eugênio de Castro	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
16	390	Faxinalzinho	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Médio
16	391	Frederico Westphalen	RS	Baixa	Alta	Alta	Média - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	393	Giruá	RS	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
16	394	Gramado dos Loureiros	RS	Muito Baixa	Baixa	Alta	Baixa - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Médio
16	395	Guarani das Missões	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Médio
16	396	Horizontina	RS	Baixa	Alta	Muito Alta	Alta - Vegetativo	Baixo	Baixo	Baixa	Médio

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
	16_398	Humaitá	RS	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16_399	Ibirubá	RS	Baixa	Alta	Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	16_400	Ijuí	RS	Média	Alta	Muito Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Médio
	16_401	Independência	RS	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16_402	Inhacorá	RS		Média	Média	Alta - Vegetativo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16_403	Iraí	RS	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Baixo
	16_406	Itatiba do Sul	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Baixo
	16_407	Jaboticaba	RS	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16_408	Jacutinga	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16_412	Jóia	RS	Baixa	Alta	Média	Alta - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	16_413	Lajeado do Bugre	RS	Muito Baixa	Média	Média	Média - Vegetativo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16_415	Liberato Salzano	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	16_418	Mato Queimado	RS		Média	Média					
	16_419	Miraguaí	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	16_421	Nonoai	RS	Baixa	Média	Alta	Média - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Inexistente
	16_422	Nova Boa Vista	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16_423	Nova Candelária	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média	Médio		Inexistente	Inexistente
	16_425	Nova Ramada	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média	Médio-Alto		Inexistente	Médio
	16_426	Novo Machado	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Médio
	16_427	Novo Tiradentes	RS		Alta	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16_428	Novo Xingu	RS	Muito Baixa	Alta	Média					
	16_429	Novo Barreiro	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Inexistente	Médio
	16_430	Palmeira das Missões	RS	Média	Média	Muito Alta	Média - Refluxo	Médio-Alto	Alto	Baixa	Baixo
	16_431	Palmitinho	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	16_432	Panambi	RS	Baixa	Alta	Muito Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Médio



Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
16	433	Paulo Bento	RS	Média	Média	Média					
16	436	Pejuçara	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Vegetativo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	438	Pinhal	RS	Muito Baixa	Média	Alta	Baixa - Refluxo	Alto	Alto	Baixa	Inexistente
16	439	Pinheirinho do Vale	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Inexistente	Baixo
16	441	Pirapó	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Alto
16	443	Planalto	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
16	444	Pontão	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
16	445	Ponte Preta	RS		Alta	Baixa	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	
16	446	Porto Lucena	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Médio
16	447	Porto Mauá	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Alto
16	448	Porto Vera Cruz	RS		Alta	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Médio
16	449	Porto Xavier	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Afluxo Urbano	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Alto
16	451	Quatro Irmãos	RS		Média	Média			Baixo		
16	452	Redentora	RS	Muito Baixa	Média	Muito Alta	Média - Refluxo	Médio-Alto	Baixo	Média	Médio
16	453	Rio dos Índios	RS	Muito Baixa	Baixa	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	455	Rodeio Bonito	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	456	Rolador	RS		Média	Baixa					
16	457	Ronda Alta	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
16	458	Rondinha	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Médio
16	459	Roque Gonzales	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Médio
16	461	Sagrada Família	RS	Muito Baixa	Média	Média	Alta - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	462	Saldanha Marinho	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	463	Salvador das Missões	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Inexistente	Médio
16	464	Santa Bárbara do Sul	RS	Baixa	Média	Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Baixo	Inexistente	Médio
16	468	Santa Rosa	RS	Alta	Alta	Muito Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Médio

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
16	471	Santo Ângelo	RS	Alta	Alta	Muito Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Médio
16	472	Santo Antônio das Missões	RS	Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Alto
16	473	Santo Augusto	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
16	474	Santo Cristo	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Médio
16	478	São José das Missões	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Alta - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	479	São José do Inhacorá	RS		Alta	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	482	São Luiz Gonzaga	RS	Baixa	Alta	Muito Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	483	São Martinho	RS	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Inexistente
16	484	São Miguel das Missões	RS	Muito Baixa	Alta	Muito Alta	Baixa - Afluxo Urbano	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Alto
16	485	São Nicolau	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
16	486	São Paulo das Missões	RS	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Médio
16	487	São Pedro das Missões	RS		Média	Baixa					
16	488	São Pedro do Butiá	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Médio
16	490	São Valentim	RS	Muito Baixa	Alta	Baixa	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
16	491	São Valério do Sul	RS		Média	Média	Alta - Vegetativo	Médio-Alto	Baixo	Média	Alto
16	493	Sarandi	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Baixo
16	494	Seberí	RS	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
16	495	Sede Nova	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
16	496	Senador Salgado Filho	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Alta	Baixo		Inexistente	Alto
16	497	Sete de Setembro	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Alta	Baixo		Inexistente	Inexistente
16	498	Taquaruçu do Sul	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Alta	Baixo		Inexistente	Inexistente
16	499	Tenente Portela	RS	Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
16	500	Tiradentes do Sul	RS	Muito Baixa	Média	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Médio
16	501	Três de Maio	RS	Média	Alta	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Médio
16	502	Três Palmeiras	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
	16 503	Três Passos	RS	Baixa	Alta	Muito Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	16 504	Trindade do Sul	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 505	Tucunduva	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Alto
	16 507	Tuparendi	RS	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Médio
	16 509	Ubiretama	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Alta	Baixo		Inexistente	Alto
	16 512	Vicente Dutra	RS	Muito Baixa	Média	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
	16 514	Vista Alegre	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 515	Vista Gaúcha	RS	Muito Baixa	Média	Alta	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
	16 516	Vitória das Missões	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
	17 320	Aceguá	RS	Muito Baixa	Média	Baixa					
	17 323	Alegrete	RS	Média	Alta	Alta	Média - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Médio
	17 329	Arroio do Padre	RS		Média	Baixa					
	17 330	Arroio Grande	RS	Baixa	Alta	Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Alto
	17 332	Bagé	RS	Média	Média	Muito Alta	Média - Refluxo	Médio	Alto	Baixa	Alto
	17 335	Barra do Quaraí	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média	Médio		Baixa	Alto
	17 346	Caçapava do Sul	RS	Baixa	Média	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	17 347	Cacequi	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Médio
	17 354	Candiota	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Alta - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	17 355	Canguçu	RS	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Afluxo Urbano	Baixo	Alto	Inexistente	Médio
	17 356	Capão do Cipó	RS	Muito Baixa	Média	Baixa					
	17 357	Capão do Leão	RS	Baixa	Alta	Média	Baixa - Afluxo	Baixo	Baixo	Baixa	Baixo
	17 360	Cerrito	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média	Baixo		Baixa	Médio
	17 365	Chuí	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Alta	Médio		Inexistente	Alto
	17 378	Dom Pedrito	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Alto
	17 380	Encruzilhada do Sul	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Médio

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
	17 385	Herval	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Alta - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Alto
	17 392	Garruchos	RS	Muito Baixa	Média	Média	Média - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Inexistente	Médio
	17 397	Hulha Negra	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Vegetativo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Médio
	17 404	Itacurubi	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
	17 405	Itaqui	RS	Baixa	Alta	Alta	Alta - Refluxo	Médio	Alto	Baixa	Médio
	17 409	Jaguarão	RS	Baixa	Alta	Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Alto
	17 410	Jaguari	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Médio
	17 411	Jari	RS		Alta	Média	Média	Médio		Baixa	Inexistente
	17 414	Lavras do Sul	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	17 416	Maçambará	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média	Médio-Alto		Inexistente	Médio
	17 417	Manoel Viana	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Alta - Afluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	17 420	Morro Redondo	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Médio
	17 424	Nova Esperança do Sul	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Afluxo Urbano	Baixo	Baixo	Inexistente	Inexistente
	17 434	Pedras Altas	RS		Baixa	Média					
	17 435	Pedro Osório	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Inexistente	Médio
	17 437	Pelotas	RS	Alta	Alta	Muito Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Médio
	17 440	Pinheiro Machado	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	17 442	Piratini	RS	Baixa	Alta	Alta	Média - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Inexistente
	17 450	Quaraí	RS	Baixa	Alta	Média	Alta - Vegetativo	Médio	Baixo	Inexistente	Alto
	17 454	Rio Grande	RS	Alta	Alta	Muito Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Médio
	17 460	Rosário do Sul	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
	17 465	Santa Margarida do Sul	RS		Média	Baixa					
	17 466	Santana da Boa Vista	RS	Muito Baixa	Média	Alta	Média - Afluxo Urbano	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Inexistente
	17 467	Santana do Livramento	RS	Média	Alta	Muito Alta	Alta - Afluxo	Médio	Alto	Baixa	Alto
	17 469	Santa Vitória do Palmar	RS	Baixa	Alta	Alta	Média - Refluxo	Médio-Alto	Alto	Baixa	Alto

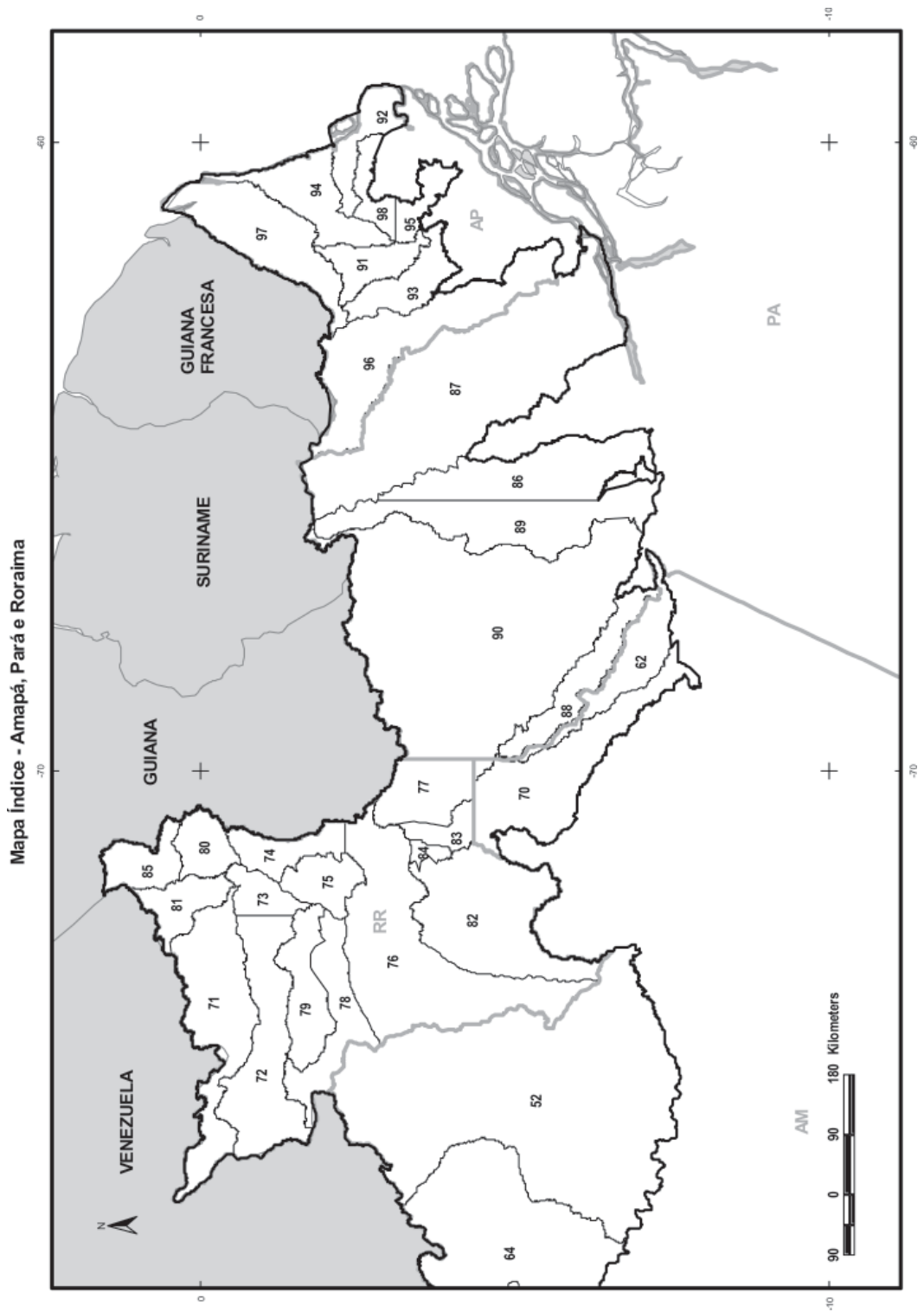
Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Sub-região	ID	Município	UF	Densidade Técnico - Tecnológica	Densidade Social	Densidade Institucional	Índice de Estabilidade Econômica Municipal	Índice de Desequilíbrio Interno Municipal	PIB 1996	População Indígena/ População Total (%)	Imigrantes Estrangeiros/ Imigrantes Totais (%)
17	470	Santiago	RS	Média	Alta	Muito Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Baixo
17	475	São Borja	RS	Média	Alta	Muito Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Médio
17	476	São Francisco de Assis	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
17	477	São Gabriel	RS	Baixa	Alta	Muito Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Médio
17	480	São José do Norte	RS	Muito Baixa	Baixa	Média	Média - Afluxo Urbano	Médio	Baixo	Baixa	Médio
17	481	São Lourenço do Sul	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Médio
17	489	São Sepé	RS	Baixa	Alta	Alta	Baixa - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
17	492	São Vicente do Sul	RS	Muito Baixa	Alta	Alta	Alta - Vegetativo	Médio-Alto	Baixo	Baixa	Médio
17	506	Tupanciretã	RS	Muito Baixa	Média	Alta	Média - Refluxo	Médio	Baixo	Baixa	Médio
17	508	Turuçu	RS		Alta	Média	Média	Baixo		Inexistente	
17	510	Unistalda	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média	Médio		Inexistente	Médio
17	511	Uruguaiana	RS	Média	Alta	Muito Alta	Alta - Vegetativo	Médio	Alto	Baixa	Médio
17	513	Vila Nova do Sul	RS	Muito Baixa	Alta	Média	Média - Vegetativo	Médio	Baixo	Baixa	Médio

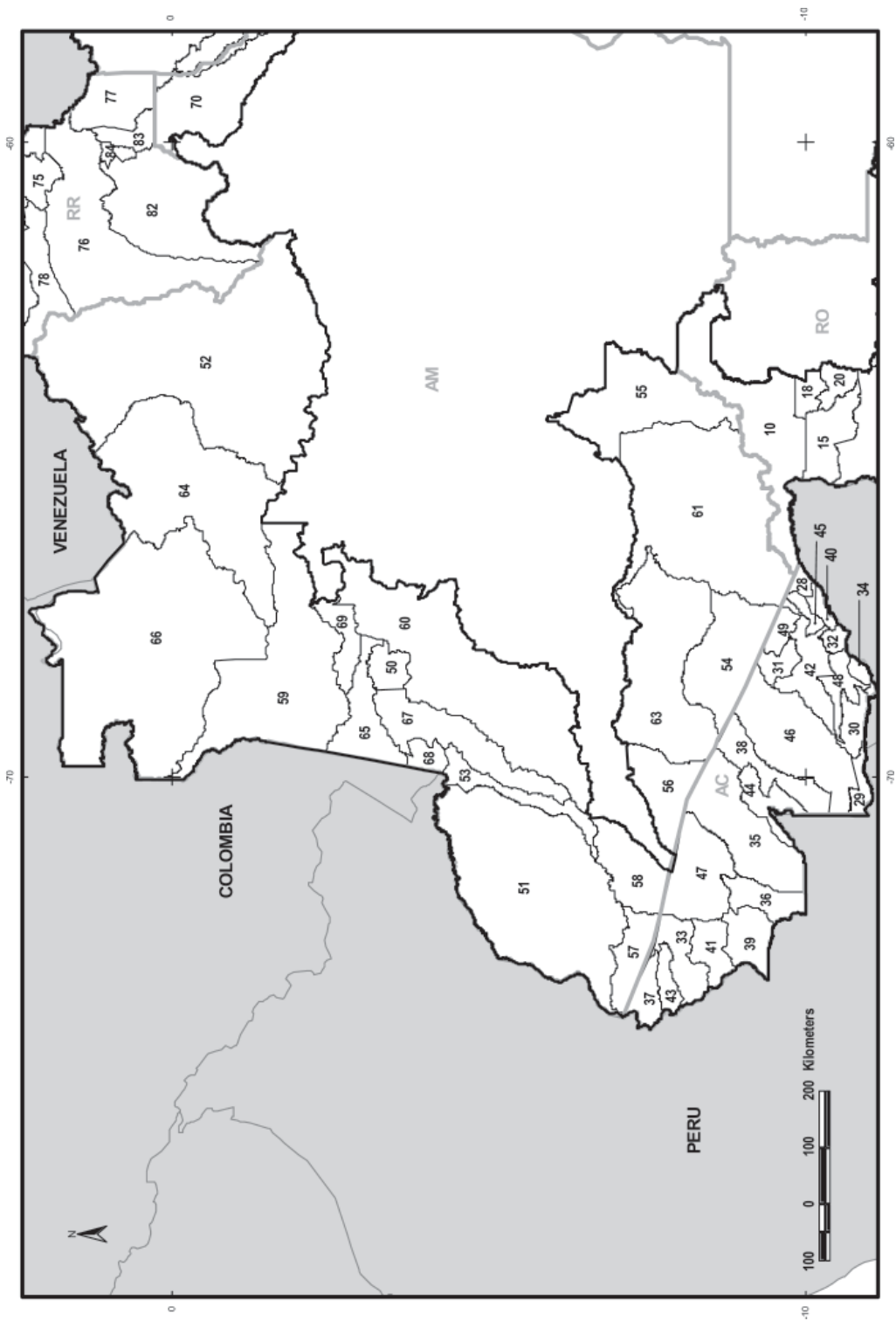


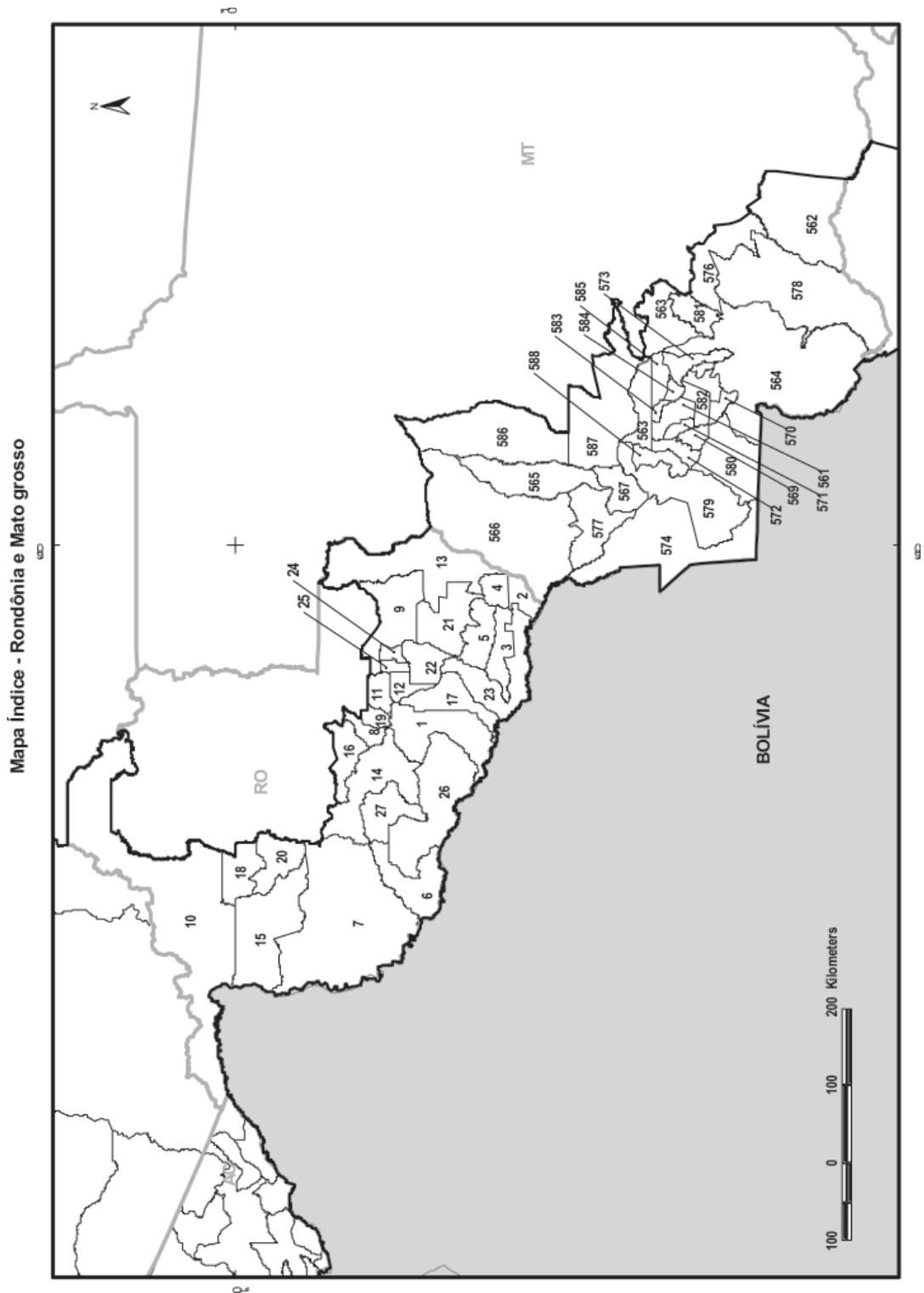
**ANEXO – III**  
**MAPAS ÍNDICES**

Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira



Mapa Índice - Amazonas e Acre



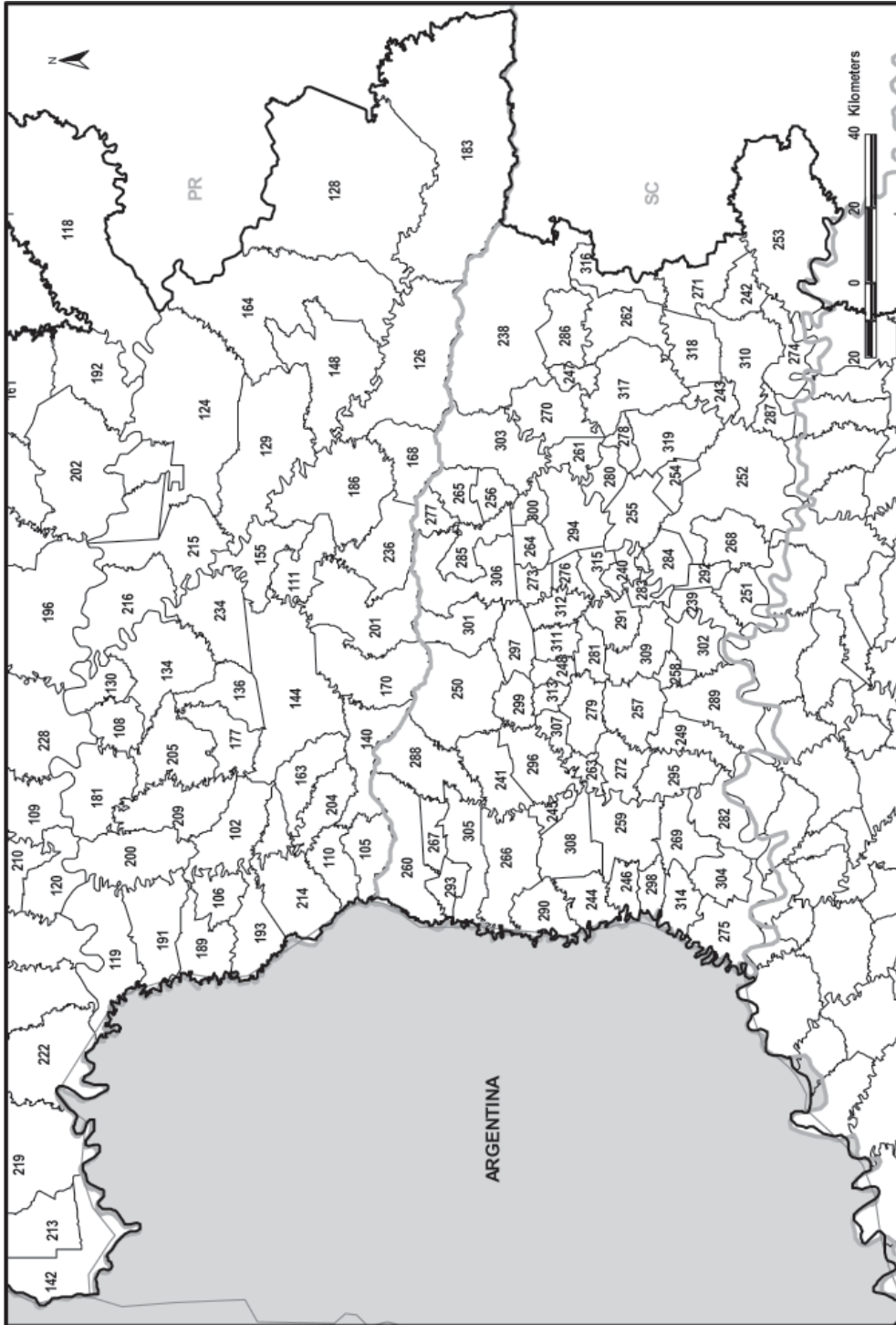




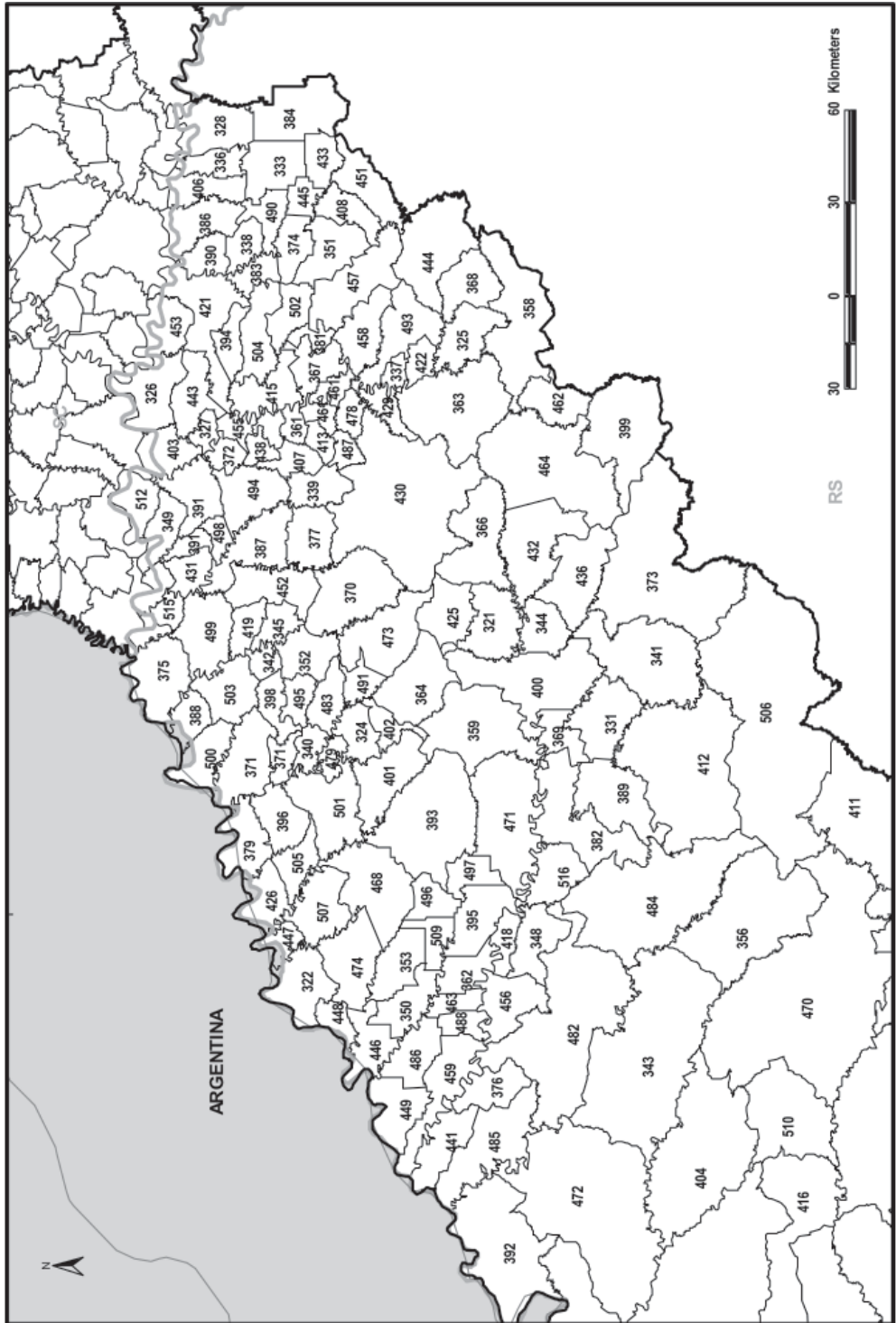




Mapa Índice - Paraná 02 e Santa Catarina



Mapa Índice - Rio Grande do Sul 01





Endereço para Correpondência

**Ministério da Integração Nacional - MI**

**Secretaria de Programas Regionais - SPR**

SAS QD. 06 ED. Órgãos Centrais

Bloco O 2º Andar - Gabinete SPR

CEP 70070-912 - Brasília - DF

[www.integracao.gov.br](http://www.integracao.gov.br)



Ministério da  
Integração Nacional







Ministério da  
Integração Nacional

